Jornal Oficial
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé 5
Prefeitura Municipal de Alto Araguaia 5
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 5
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 5
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 8
Prefeitura Municipal de Apiacás 9
Prefeitura Municipal de Araguaiana 19
Prefeitura Municipal de Araguainha 20
Prefeitura Municipal de Araputanga 20
Prefeitura Municipal de Arenápolis 21
Prefeitura Municipal de Aripuanã 35
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 55
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 55
Prefeitura Municipal de Brasnorte 55
Prefeitura Municipal de Campinápolis 57
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 70
Prefeitura Municipal de Campo Verde 73
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 79
Prefeitura Municipal de Canarana 91
Prefeitura Municipal de Carlinda 101
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 105
Prefeitura Municipal de Colniza 106
Prefeitura Municipal de Colíder 106
Prefeitura Municipal de Confresa 108
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 115
Prefeitura Municipal de Cáceres 115
Prefeitura Municipal de Diamantino 141
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 154
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 155
Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte 156
Prefeitura Municipal de Itanhangá 157
Prefeitura Municipal de Itaúba 161
Prefeitura Municipal de Jaciara 163
Prefeitura Municipal de Jauru 164
Prefeitura Municipal de Juara 165
Prefeitura Municipal de Juína 167
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 168
Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde 170
Prefeitura Municipal de Marcelândia 171
Prefeitura Municipal de Matupá 171
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 171
Prefeitura Municipal de Nobres 171
Prefeitura Municipal de Nortelândia 173
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 175
Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte 177
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 180
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 180
Prefeitura Municipal de Nova Mutum 192
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 196
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 196
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 202
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 205

Prefeitura Municipal de Novo Mundo 209
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 209
Prefeitura Municipal de Paranatinga 210
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 210
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 211
Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda 211
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 213
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 228
Prefeitura Municipal de Rio Branco 229
Prefeitura Municipal de Rondolândia 229
Prefeitura Municipal de Santa Carmem 232
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 233
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 234
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 244
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 244
Prefeitura Municipal de Sapezal 244
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 285
Prefeitura Municipal de Sinop 285
Prefeitura Municipal de Sorriso 297
Prefeitura Municipal de São José do Povo 298
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 298
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 299
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 302
Prefeitura Municipal de Tesouro 308
Prefeitura Municipal de União do Sul 308
Prefeitura Municipal de Vera 308
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 308
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 310
Prefeitura Municipal de Água Boa 313

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS (AMM)

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2015/2016

Presidente de Honra: Ondanir Bortolini

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Roberto Ângelo de Farias - Prefeito de Barra do Garças

Segundo Vice-Presidente: Walmir Guse - Prefeito de Conquista D´Oeste

Terceiro Vice-Presidente: Solange Souza Kreidloro - Prefeita de Nova Bandeirantes

Quarto Vice-Presidente: Valter Mioto Ferreira - Prefeito de Matupá

Quinto Vice-Presidente: José Helio Ribeiro - Prefeito de Novo Mundo

Secretário Geral: Hugo Garcia Sobrinho –Prefeito de Santa Rita do Trivelato

Primeiro Secretário: Ednilson Luiz Faitta - Prefeito de Aripuanã

Segundo Secretário: Valteir Quirino dos Santos - Prefeito de Indiavaí

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito de Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Pedro Tercy Barbosa - Prefeito de Denise

Segundo Tesoureiro: João Braga Neto - Prefeito de Nova Maringá

CONSELHO FISCAL

1. Jamar da Silva Lima - Prefeito de Nova Brasilândia
2. Francisco Endler (Chico) - Prefeito de Nova Guarita
3. Cristovão Masson - Prefeito de Nova Olímpia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Odoni Coelho Mesquita - Prefeito de Torixoréu
2. José Mauro Figueiredo - Prefeito de Arenápolis
3. Dirceu Martins Comiran - Prefeito de Campos de Júlio

Entre em Contato:
jornaloficial@amm.org.br
(65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ

EXTRATO DO CONTRATO 001/2015

Extrato do Contrato 001/2015, Contratante: Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé. Contratado: Clinica e Microcirurgia de Olhos Ltda - Me. Objeto: Consultas Oftalmológicas; pertinente ao remanescente do saldo da Ata de Registro de Preços do Pregão nº. 001/2014/CISVAG; Valor: R$ 100.800,00 (cem mil e oitocentos reais), data: 18-02-2015.

EXTRATO DO CONTRATO 001/2015

Extrato do Contrato 001/2015, Contratante: Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé. Contratado: Clinica e Microcirurgia de Olhos Ltda - Me. Objeto: Consultas Oftalmológicas; pertinente ao remanescente do saldo da Ata de Registro de Preços do Pregão nº. 001/2014/CISVAG; Valor: R$ 100.800,00 (cem mil e oitocentos reais), data: 18-02-2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO N.º 003/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE ALTO ARAGUAIA/APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ALTO ARAGUAIA.

OBJETO: Tem por objetivo repasse financeiro à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alto Araguaia para pagamento de diretora e fornecimento de serviços especializados, sendo aulas práticas, terapias, educação adequada, transporte e alimentação, atendimento odontológico, serviços fisioterápicos e de psicopedagoga, visando o atendimento de 92 (noventa e dois) alunos portadores de necessidades especiais. Além do repasse financeiro o concedente fará a aquisição de gêneros alimentícios e materiais de limpeza e higienização mediante procedimento licitatório ou cotação de preços, conforme o caso, destinando-os à convenente, conforme os repasses do Governo Federal e Estadual vinculados à assistência a pessoa deficiente.

VIGENCIA: 01/03/2015 a 31/12/2016. ASSINTATURA: 04/03/2015. VALOR: $ 290.000,00 (Duzentos e noventa mil reais).

SIGNATÁRIOS:

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

JOÃO ELIEZER HERCULANO

Presidente da APAE

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO N.º 004/2015

PARTES: Município de Alto Araguaia/Conselho Comunitário de Segurança Pública. OBJETO: O presente Termo tem como objetivo o repasse de recursos financeiros para o Conselho Comunitário de Segurança Pública de Alto Araguaia, a fim de realizar o pagamento de reeducandos/condenados contratados para a prestação de serviços públicos municipais, conforme artigo 28 e 29 da Lei nº 7.210/84 (Execuções Penais).

VIGÊNCIA: 01/02/2015 a 31/12/2015. ASSINTATURA: 04/03/2015 VALOR: R$: 86.679,45

SIGNATÁRIOS:

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

EDSON DA SILVA ALVES

Conselho Comunitário de Segurança Pública

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015

A Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista – MT, torna público para conhecimento de interessados, que, com base na Lei no 10.520/2002 e Lei no 8. 666/93 e alterações posteriores, o aviso de resultado de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL n° 001/2015, para “Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Consultoria Administrativa, Contábil, Financeira” teve como vencedor a empresa VOC CONSULTORIA E INFORMATICA LTDA – ME com valor total de R$ 45.600,00(quarenta e cinco mil e seiscentos reais).

Alto Boa Vista, 05 de Março de 2015.

Cristiano Rubin Parizotto

Pregoeiro Port. 006/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE
DECRETO MUNICÍPAL Nº 09/2015.

SÚMULA: REGULAMENTA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREVISTO NOS ARTIGOS 15 DA LEI FEDERAL Nº. 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 E O ARTIGO 11 DA LEI FEDERAL Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, em especial as contidas no artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e o artigo 11 da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, **DECRETA:**

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - O Sistema de Registro de Preços – SRP, visando à aquisição de bens e de serviços para os órgãos e entidades da Administração direta e autárquica do Município de Alto Paraguai–MT obedecerá às normas fixadas neste Decreto.

Art. 2º - Para os efeitos deste Decreto são adotadas as seguintes definições:

I – Sistema de Registro de Preços

– conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos á prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II – Ata de registro de preços: documento de caráter obrigacional em que são averbados os órgãos participantes, os preços, os fornecedores de bens ou prestadores de serviços e as quantidades e condições a serem observadas nas futuras contratações;

III – Órgão gerenciador – órgão ou entidade da administração pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

IV - Órgão participante – órgão ou entidade da administração pública que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços;

V - Órgão não participante – órgão ou entidade da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços, desde que autorizados no edital;

VI – CRC - Certidão de Registro de Cadastro do Município.

Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Parágrafo Único – Poderá ser realizado registro de preços para contratação de bens e serviços de informática, obedecida a legislação vigente, desde que devidamente justificada e caracterizada a vantagem econômica.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

Art. 4º - Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

I - registrar sua intenção de registro de preços;

II - consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;

IV - realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes;

V - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência ou projeto básico;

VI - realizar o procedimento licitatório;

VII - gerenciar a ata de registro de preços;

VIII – emitir Certificado de Registrado Cadastral – CRC - das empresas cujo documentos, poderão ser encaminhados ao Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai – MT, em cópia simples ou autenticada, com validade baseada nas certidões nele constantes, cuja atualização poderá ser feita 30 minutos antes da realização do certame;

IX - conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

X - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório;

XI - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

§ 1º- O órgão gerenciador poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos participantes para execução das atividades previstas nos incisos III, IV e VI do caput.

§ 2º- Cabe ao órgão participante indicar o gestor do contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei 8.666/93, compete:

a) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor e os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando posteriormente as informações da contratação efetivada;

b) assegura-se que a contratação a ser precedida atenda aos interesses de sua secretaria, sobretudo quanto a vantagem dos valores praticados;

c) informar ao órgão gerenciador descumprimento de obrigação contratual, para eventual aplicação de penalidades;

d) informar a ocorrência de descumprimento do edital e da ata de registro de preços ou contrato quanto a divergência na entrega dos produtos e serviços ou recusa de fornecimento.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

Art. 5º. O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e

III - tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições.

Parágrafo único. Cabe ao órgão participante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CAPÍTULO IV

DA LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

Art. 6º - As licitações para o registro de preços serão realizadas nas modalidades Pregão, nos termos da Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, respectivamente, adotando-se o tipo menor preço.

§ 1º - O julgamento por técnica e preço poderá ser excepcionalmente adotado, a critério do órgão gerenciador e mediante despacho fundamentado da Secretaria solicitante.

§ 2º - Poderão ser criadas por meio de Portaria Comissões Técnicas para auxiliar o pregoeiro ou avaliar a proposta técnica quando necessárias;

§ 3º- Visando obter a qualidade do item a ser adquirido, poderá ser exigida com base na peculiaridade da aquisição, amostras e protótipos dos produtos cotados, na fase de classificação das propostas, devidamente justificada e elencados os critérios de avaliação e julgamento, oportunizando a presença dos interessados, em obediência ao art. 3º, § 3º, da Lei 8.666, de 1993.

§ 4º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

§ 5º - Para o balizamento dos preços, o setor de compras realizará orçamento em três empresas para a apuração do valor a ser licitado; todavia, na impossibilidade de obter esse número de orçamentos, o setor de compras deverá informar no processo os motivos pelos quais não foi possível obter os 03 orçamentos e será aceito o balizamento com até dois orçamentos, desde que devidamente justificado no processo.

Art. 7º - O órgão gerenciador poderá dividir a quantidade total de itens em lotes, quando for economicamente viável, visando possibilitar a competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

Art. 8º - O edital de licitação para o registro de preço observará no que couber, as disposições do artigo 40 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de ju-

nho de 1993 e do artigo 4º, inciso I da Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e sua regulamentação, e contemplará, no mínimo:

I – a especificação ou descrição do objeto, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II - a estimativa de quantidade a serem contratadas no prazo de validade do registro do órgão gerenciador e dos órgãos participantes;

III – estimativa de quantidades a serem adquiridas pelos órgãos não participantes em caso de adesão, devendo quando autorizados, obrigatoriamente estar previsto no edital;

IV – o prazo de validade do registro de preços, observado o disposto no artigo 11 deste Decreto;

V – os órgãos participantes do respectivo registro de preço;

VI – os locais e prazos de entrega e de execução do objeto;

VII – modelos de planilhas de custos, declarações e minutas de contratos e minutas de ata de registro de preços, quando cabível;

VIII - realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação de vantajosidade;

IX – previsão de adequação de preços para recomposição do equilíbrio contratual nos termos da alínea "d", § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93 nos patamares de 25%;

X – previsão de vedação de participação no mesmo certame de empresas que possuam em seu contrato social, sócios em comum;

XI – previsão de vedação de contratação de pessoas jurídica, cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja familiar de agente público, ou de servidor que exerça cargo em comissão ou função de confiança, preste serviços ou desenvolva projeto no órgão ou entidade da administração pública municipal.

Parágrafo Único - Quando o edital previr o funcionamento de bens ou a prestação de serviços em locais diferentes, é facultada a exigência de apresentação de proposta de preços diferenciada por região, de modo que os preços sejam acrescidos dos custos viáveis por região.

CAPÍTULO V

DO REGISTRO DE PREÇOS E DA VALIDADE DA ATA

Art. 9º - Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

I - será incluído, na respectiva ata o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, visando posterior contratação;

II - a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

§ 1º - O registro a que se refere o caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata.

§ 2º - Serão registrados na ata de registro de preços, nesta ordem:

I - os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva; e

II - os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceito cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado.

§ 3º - Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do § 2º, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

Art. 10 - O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º- É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 2º A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 3º - Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 4º - O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Art. 11 - Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

§ 1º - Serão registrados tantos fornecedores de bens ou prestadores de serviços quantos concordarem, respeitadas as quantidades oferecidas em cada proposta.

§ 2º - A apresentação de novas propostas na forma do caput não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

CAPÍTULO VI

DA ASSINATURA DA ATA E DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

Art. 12- Homologado o resultado da licitação, será elaborada a ata de registro de preços, na qual serão registrados os preços e os fornecedores de bens ou prestadores de serviços, com observância da ordem de classificação, as quantidades e as condições a serem observadas nas futuras contratações e os órgãos participantes.

§ 1º - O primeiro colocado e os licitantes que concordarem em executar o objeto de licitação pelo preço do primeiro colocado serão convocados para assinar a ata de registro de preços.

§ 2º - O licitante que, convocado para assinar a ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

§ 3º - Colhidas às assinaturas, será providenciada a imediata publicação da ata e, se for o caso, do ato que promover a exclusão de que trata o parágrafo anterior.

§ 4º - É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

Art. 13 – Os fornecedores de bens ou prestadores de serviços incluídos na ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar os contratos que poderão advir, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria ata.

Parágrafo Único – A recusa injustificada de fornecedores classificados em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

Art. 14 – A existência de preços, registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro à preferência de contratação em igualdade de condições.

CAPÍTULO VII

DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Art. 15 – Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposi-

ções contidas na alínea “d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 16 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao praticado no mercado deverá:

I – convocar o fornecedor do bem ou prestador de serviço visando à negociação para a redução de preços e sua adequação no mercado;

II – liberar o fornecedor do bem ou prestador do serviço do compromisso assumido, e cancelar o seu registro, quando frustrada a negociação, respeitados os contratos firmados;

III – convocar os demais fornecedores ou prestadores de serviços, visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Único – Não havendo êxito nas negociações, será cancelado o bem ou o serviço objeto do preço negociado.

Art. 17 – O fornecedor do bem ou prestador do serviço terá seu registro cancelado quando:

I – descumprir as condições da ata de registro de preços;

II – recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado;

IV – for declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

V – for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do art. 7º da Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002.

Parágrafo Único - O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

Art. 18 – O fornecedor do bem ou prestador do serviço poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

Art. 19 – Aplicam –se ao Sistema Registro Preço e às contratações dele decorrentes as penalidades previstas nas Leis Federais nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, conforme o caso.

Parágrafo Único - Os procedimentos para aplicação das demais penalidades não indicadas no parágrafo anterior serão conduzidos no âmbito da Prefeitura, e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente.

CAPÍTULO VIII

DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

Art. 20 - Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador e desde que previsto no edital.

§ 1º- Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§ 2º- Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 3º- As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 4º- O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 5º- - O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

§ 6º - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

§ 7º - Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

§ 8º - É facultada aos órgãos ou entidades deste município, a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

§ 9º - Fica facultado aos municípios e interessados, a adesão a ata de registro de preços desta municipalidade, desde que previsto no edital e autorizado pelo Gestor Municipal.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21 – O Sistema de Registro de Preço poderá ser realizado com a utilização de recursos de tecnologia da informação, nos termos de regulamentação específica.

Art. 22 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Alto Paraguai-MT, aos 20 dias do mês de fevereiro de 2015.

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 057/2015

“Designa Comissão Permanente de Licitação e dá outras providências”

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o disposto no § 4°, do art. 51, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

RESOLVE BAIXAR A SEGUINTE PORTARIA:

Artigo 1º - Ficam designados os membros que integrarão a Comissão Permanente de Licitação do município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, com a competência de desempenhar as funções de Comissão Permanente de Licitações nas modalidades definidas pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os seguintes membros, na ordem que se apresentam: Cacilda Ferreira dos Santos, matrícula n.° 1651, presidente, Alicéia Maria

Ramos Idalino, matrícula 2890, **secretária** e Sidnei José Wagner, matricula n.° 3057, membro.

Artigo 2º - Designa como assessor jurídico da Comissão Permanente de Licitação, o doutor Iran Negrão Ferreira, matricula n.° 2801, Assessor Jurídico Municipal.

Artigo 3° - As decisões da Comissão Permanente de Licitação serão colegiadas, com **quorum** de no mínimo três membros.

Artigo 4° - A Comissão Permanente de Licitação será dotada de autonomia administrativa e atuará sem subordinação hierárquica no exercício de suas atividades-fim.

Artigo 5°

- São atribuições da Comissão Permanente de Licitação do Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, mas não limitadas as:

a)Coordenar os processos de Licitação;

b)Confeccionar minutas de Editais e Contratos, submetendo as apreciação e aprovação da Assessoria Jurídica ou Procuradoria Jurídica;

c)Definir e solicitar aos Departamentos e/ou outros competentes as publicações necessárias na forma da legislação vigente;

d)Esclarecer as dúvidas sobre o edital;

e)Abrir o envelope com a documentação de habilitação, examinar os documentos, elaborar ata da reunião e emitir relatório de julgamento sobre a habilitação ou inabilitação.

f)Processar e julgar a fase da habilitação das propostas;

g)Abrir o envelope com a proposta comercial, examinar os documentos, elaborar ata da reunião e emitir relatório de julgamento sobre a classificação ou desclassificação.

h)Habilitar, inabilitar, classificar ou desclassificar os participantes em desacordo com o edital;

i)Julgar os recursos eventualmente interpostos em primeira instância;

j)Requisitar parecer técnico e/ou jurídico, quando julgar necessário;

k)Adotar outras providências que se fizerem necessárias;

l)As outras atribuições da Comissão Permanente de Licitação obedecerão ao ordenamento jurídico, no que couber.

Artigo 6° - Exaurido o prazo recursal e julgados todos os recursos eventualmente interpostos, o resultado encontrado pela Comissão Permanente de Licitação, será levado à deliberação do Chefe do Executivo, para homologação e adjudicação, sem prejuízo das contingentes revogações ou anulações quando necessários.

Artigo 7° - Os membros da Comissão Permanente de Licitação, responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, salvo se a posição individual divergente estiver fundamentada e registrada em Ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão de acordo com o parágrafo 3°, artigo 51 da Lei 8.666/93.

Artigo 8° - O mandato dos membros da Comissão Permanente de Licitação aqui designados será de 01 (um) ano, a contar da data da Portaria, que será posteriormente publicada no Diário Oficial dos Municípios e/ou no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, vedada à recondução de sua totalidade no período subseqüente.

Artigo 9° - Os membros aqui designados deverão ter sua jornada laboral na estação de origem reduzida em no mínimo duas horas diárias para que possam desempenhar as atividades da Comissão Permanente de Licitação, sem prejuízo de seus vencimentos.

Artigo 10 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Alto Taquari, 26 de fevereiro de 2015.

Maurício Joel de Sá

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL
TOMADA DE PREÇOS 001/2015 – EDITAL RESUMIDO

A CPL comunica aos interessados que realizará processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº. 001/2015.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na realização de concurso público no município de Alto Taquari - MT**.** Abertura às 07:00h (horário de Mato Grosso) do dia 23/04/2015. O edital e anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura, das 07:00 às 13:00 horas, junto a CPL ou solicitado pelo e-mail: licitacoes@prefeituradealtotaquari.com.br ou site www.altotaquari.mt.gov.br. Informações complementares poderão ser obtidas com a Comissão Permanente de Licitação, em horário comercial, de Segunda a Sexta através do fone 066-3496-1575/1471 na Prefeitura Municipal de Alto Taquari. Alto Taquari – MT, 06 de março de 2015. Cacilda Ferreira dos Santos. Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL
3º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SIMPLIFICADO Nº 07/2014/PMAT

Alto Taquari, 02 de Março de 2015.

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 37 da Constituição Federal, as Legislações Estadual e Municipal em vigor e em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 07/2014/PMAT, CONVOCA os candidatos, abaixo relacionados, aprovados no referido Processo Seletivo realizado pelo Município de Alto Taquari, a comparecerem na Prefeitura Municipal, no Departamento de Recursos Humanos, sito à Av. Macário Subtil de Oliveira nº 848 – Centro, Alto Taquari - MT, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, cuja relação poderá ser retirada no próprio Departamento de Recursos Humanos.

CARGO: TÉCNICO ADMINISTRATIVO

12º - Rosenara Denise Bremm

13º - Laura Lúcia Rezende de Souza

Maurício Joel de Sá

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PORTARIA Nº 081/2015

PORTARIA N°. 081/2015

SUMULA: "DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE AUXILIO DOENÇA À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Prorrogar o auxilio doença da Servidora ALDALENA FERNANDES, ocupante do cargo de Serviços Gerais, até o dia 31/03/2015.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Apiacás-MT., 05 de Março de 2015.

_____

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

DECRETO Nº 680/2015

DECRETO Nº. 0680/2015.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica Nomeado o Sr. **THALLISSON CARPEGGIANI JULIANI**, no cargo de

CHEFE DE SETOR DE ESPORTES

, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás-MT., 02 de Março de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº082/2015

PORTARIA Nº. 082/2015

SUMULA: **"DISPÕE SOBRE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Artigo 1º

- Contratar o Sr EDUARDO FELIPE MELGAR GONZALES no cargo de Odontólogo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, conforme Processo Seletivo Simplificado 004/2014 - Contrato de Prestação de Serviços nº. 034/2015 em 06 de Março de 2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Cumpra-se,

Publica-se.

Apiacás-MT, 06 de Março de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

DECRETO Nº 681/2015

DECRETO Nº. 681/2015

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica Nomeada a Srª. **PATRICIA ISTOSKI DE SOUZA,** no cargo de

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás – MT; 03 de Março de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE - **PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS**

CONTRATO Nº. *034/2015*

CONTRATADA – **EDUARDO FELIPE MELGAR GONZALES**

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO **ODONTÓLOGO**

VALOR MENSAL: **R$ 2.826,70 (Dois mil oitocentos vinte seis reais e setenta centavos)**

VIGÊNCIA-**06/03/2015 à 31/12/2015**

CONTRATO 002/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO

Nº: 002/2015

Por este instrumento de Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **CAMARA MUNICIPAL DE APIACAS - MT**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.327.030/0001 -70, com sede na Av. Ludovico da Riva n 206 bairro Bom Jesus , na Cidade de Apiacás, Estado de Mato Grosso,nesteato representada pelo seu Presidente, Sr. **JOSE EDER DA LUZ**, Brasileiro, casado, portador da C.I. RG n.º 2.440.583 SSP/MT, e CPF/MF n.º 297.187.912-72 residente e domiciliado na Rua Maringá, S/Nº, centro nesta cidade de Apiacás - MT; e de outro lado, como **CONTRATADA**, a empresa **M.P. DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES WEB** com CNPJ/MF n.º 14.728.004/0001-03, com sede Rua das Caviúnas, 2604 – Jardim Maringá I – Sinop, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela Sr. **MACOS PAULO DE OLIVEIRA SILVA**, brasileira, solteiro, empresário, residente na Rua Berna ,Jardim Bela Suíça na cidade de Sinop - MT, portador do RG 35405864-2 SSP/MT e CPF 021.222.971 -07, têm entre si justo e contratado o que se segue e mutuamente concordam:

Do Objeto

Cláusula Primeira - *Contrato* ***de Prestação de Serviços de Veículo de Comunicação através de sites na Grande Rede Mundial de Computadores, Hospedagem do site da câmara municipal.***

Do Regime de Execução dos Serviços

Cláusula Segunda - A presente contratação se dá em regime de prestação de serviços sem vínculo empregatício, por regime de preço global.

Do Valor

Cláusula Terceira - Fica estipulada entre as partes o valor global dos serviços a serem prestados, conforme o objeto deste Contrato, a importância total de R$ 4.800,00 (Quatro Mil e Oitocentos reais), que será pago em 12(doze) parcelas de R$. 400,00 (quatrocentos reais.)

Das Condições de Pagamento

Cláusula Quarta - O preço fixado na cláusula anterior será pago em parcelas após a conclusão dos serviços mensais, através de deposito bancário na Conta do contratado, após a entrega do certificado e o relatório de conclusão dos serviços executado.

Do Reajustamento de Preços

Cláusula Quinta - Não haverá reajustamento nos valores fixados durante a vigência deste contrato, ressalvando se houver aumento de metas físicas, onde deverá ser acordado entre as partes.

Do Prazo de Vigência

Cláusula Sexta - O presente contrato será até 12 (doze) mês, contados após a sua assinatura e a emissão da ordem de serviço, podendo ser o mesmo prorrogado nos termos da lei 8.666/93.

Da Dotação Orçamentária

Cláusula Sétima - As despesas decorrentes deste instrumento, correrão por conta da classificação e dotações orçamentárias abaixo especificadas, e consignadasnoOrçamentoProgramaprevisto para o correnteexercício: nas seguintes Rubricas:

01.001.031.001.33.90.39.00.00.00 Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica	

Das Responsabilidades da Contratada

Cláusula Oitava - Correrão por conta, responsabilidade e risco da CONTRATADA as conseqüências de:

a)- suanegligência, imperíciaouimprudência;

b)- imperfeição e/ou incorreçãonos serviçosrealizados,mesmoapóso término do presente contrato, obedecendo as disposições constantesdaLegislação-querege a presente contratação;

c)- todos os encargos financeiros,previdenciáriose tributáriosdecorrentesdestaprestação de serviços.

Das Responsabilidades da Contratante

Cláusula Nona - Correrão por conta, responsabilidade e risco da CONTRATANTEoseguinte:

a)- fornecertodososdadosecondiçõesparaquea CONTRATADApresteseusserviçosàcontento;

b) – colocar o pessoal envolvido na administração pública a disposição da contratada para a realização dos trabalhos;

Das Penalidades e Multas Contratuais

Cláusula Décima - Fica atribuída a CONTRATADA em caso de não cumprimento com as suas obrigações assumidas ou preceitos legais através do presente contrato as seguintes penalidades:

Parágrafo Primeiro - Multa de 1% (um) sobre o valor do contrato, caso seu objeto não sejarealizado,ou deixar de cumprimento do prazo estabelecido-porLeis e Regulamentos,as obrigações assumidas.

Parágrafo Segundo - Suspensão de direito de celebrar contrato com o Governo deste Município e seus órgãos centralizados pelo prazo mínimo de 01 (um) ano.

Da Rescisão do Contrato

Cláusula Décima Primeira - Pelo regime Jurídico dos Contratos Administrativos, instituído no Art. 58, Inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e seus comple-mentos,ficamconferidosàCONTRATANTEprerrogativasparaa rescisãounilateraldo presenteinstrumento,independente de NotificaçãoouInterpelaçãoJudi-cial,pelosseguintesmotivos:

a)-nocaso de dolo, simulaçãooufraudenaprestaçãodosserviços;

b)- inobservânciadasnormas,leisediretrizesqueregema presentecontratação;

c)- onão cumprimento de cláusulascontratuais,especificações,regulamentosou prazos sem justificativa;

d)- o cumprimento irregulardecláusulascontratuais,especificações, regulamentosouprazos;

e)- alentidão de seu cumprimento, levando a Administraçãoacomprovara impossibilidade da prestação dos serviçosnosprazosestipulados;

f)- aparalisação na prestação dos serviçossemjustacausaepréviacomunicaçãoàAdministração;

g)- razões de interesse público, de alta relevânciaeamplo conhecimento,justificadas e determinadaspelaautoridade máximadaesferaadministrativa a que estásubordinada aCONTRATANTEe exaradosnoProcessoAdministrativo

aque se refere o contrato, respeitando o principio do contraditório e da ampla defesa e do devido processo legal;

h)- aocorrência de casofortuito ou de forçamaior, regularmentecomprovada,queimpeçaa execução do presentecontrato;

i)- por iniciativa das partes, mediante notificação por escrito, com prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias,desde quetodososcompromissosassumidosestejamcumpridosatétaldata.

j)- Em todos os casos, a administração deverá respeitar o devido processo legal e a ampla defesa.

Do Processo

Cláusula Décima - Segunda - O presente contrato é realizado através de licitação dispensada, nos termos do artigo 24, I da Lei 8.666/93.

Das Disposições Gerais

Cláusula Décima Terceira – A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, previstos no Art. 77, da Lei Federal 8.666/93, e assume integral responsabilidade portodososprejuízosquea rescisãoporsuaculpaacarretar,além do pagamentodamultacontratualestabelecidanestetermo.

Cláusula Décima Quarta - A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para exercer suas atividades profissionais, se responsabilizando integralmente por esta informação.

Cláusula Décima Quinta - Fica este contrato vinculado aos ditames do Processo de Licitação dispensada.

Cláusula Décima Sexta – Este contrato obedecerá as determinações da Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 8883/94 e demais disposiçõesaplicáveisquandocouber.

Cláusula Décima Sétima - Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsiasoriundasdopresenteinstrumento,éodaComarcade Apiacás - MT,pormaisprivilegiadoqueoutropossa ser.

E por estarem justos e contratados, as partes passam a assinar o presente instrumento por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, rubricadas para todos os fins de direito na presença de duas testemunhas.

Apiacás- MT, 24 de Janeiro 2.015.

_____ CÂMARA MUNICIPAL DE APIACÁS Jose Eder da Luz Presidente	_____ M.P. DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES MARCOS PAULO DE OLIVEIRA SILVA Proprietário

Testemunhas:

_____

Ana

CPF Nº

_____

Julia

CPF nº

LEI MUNICIPAL Nº 902/2015

LEI MUNICIPAL Nº. 0902/2015.

SUMULA: altera demonstrativo da ldo 2015 e concede isenção PARCIAL de multas e juros dE tributos municipais, inscritos em dívida ativa e dá outras providências.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1.º - Modifica o Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita da Lei Municipal nº 0895/2014, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício de 2.015.

Artigo 2º - Fica autorizado o Executivo Municipal a isentar parcialmente o valor das multas e juros de mora dos tributos municipais inseridos em Dívida Ativa, até esta data, para pagamento à vista até o dia 15/05/2015, nas seguintes proporções:

§1º. Pagamento à vista, dedução de 25% de multas e juros de mora, vencimento 15/05/2015.

§2º.

Pagamento em (02) duas parcelas, 1ª parcela em 15/05/2015, 2ª parcela 15/06/2015.

Artigo 3º - Fica convencionado que a Dívida Ativa Municipal não negociada até 15 de maio de 2015 será encaminhada para Execução Fiscal.

Artigo 4º - Os débitos outrora parcelados e não quitados, até a vigência desta Lei, poderão ser repactuados conforme os ditames desta lei.

Artigo 5º -Havendo a necessidade de prorrogação de prazos, poderá ser realizado através de Decreto Municipal.

Artigo 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Apiacás MT, em 23 de fevereiro de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

Prefeito Municipal

CONTRATO 04/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO

Nº 04/2015

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO QUE CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE APIACAS - MT A EMPRESA EXATA – ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO.

A Câmara Municipal de Apiacás, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 01.327.030/0001-70 com sede à Av. Ludovico da Riva Neto, 206, Apiacás /MT, neste ato representado pela Presidente Sr. Jose Eder da Luz, Brasileiro, casado, portador da C.I. RG n.º 2.440.583 SSP/MT, e CPF/MF n.º 297.187.912-72 residente e domiciliado na Rua Maringá, S/Nº, centro, nesta cidade deApiacás - MT, de ora em diante denominado

de CONTRATANTE e do outro lado EXATA – ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 71.358. 766/0001-90, com sede na Rua dos Tupinambás, n° 460, Sala 601, Centro, na cidade de Belo Horizonte - MG, neste ato devidamente representada pelo Sr. Wellington Raimundo dos Santos, brasileiro, Administrador, portador(a) do CPF/MF n° 746.856.396-72, residente e domiciliado na cidade de Belo Horizonte - MG; neste instrumento doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, e estando bem acordadas as partes, firmam o presente instrumento de acordo com as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A CONTRATADA executará para a CONTRATANTE, serviços técnicos especializados para a realização de Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de vagas do Quadro de Cargos da Câmara Municipal de Apiacás./MT.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1 O valor ajustado é de R$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais) pela totalidade dos serviços prestados, o qual será pago da seguinte forma:

a) 30% (trinta por cento) do valor total quando da publicação do edital de processo seletivo simplificado;

b) 35% (trinta e cinco por cento) do valor total quando da homologação das inscrições do processo seletivo simplificado;

d) 35% (trinta e cinco por cento) do total após aplicação das provas objetivas.

2.2 O preço pela prestação de serviços já inclui:

a) todas as despesas com locomoção, alimentação, estadas, encargos e obrigações tributárias, sociais trabalhistas e previdenciárias, incidentes, impostos e taxas, não sendo admitidos quaisquer outros adicionais;

b) quaisquer outras despesas necessárias à plena execução do objeto contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL

3.1 A lavratura do presente contrato decorre da dispensa de licitação, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como na legislação pertinente à matéria.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1 A execução deste contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8. 666/93, combinado com o inciso XII, do artigo 55, do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

5.1 O presente contrato terá vigência de 120 (cento e vinte) dias, a partir da assinatura do contrato, prorrogável por igual período, conforme interesse das partes.

5.2 Qualquer prorrogação que possa vir a ocorrer, será essa em conformidades com Art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

6.1 A CONTRATANTE, através da Comissão de Processo seletivo simplificado designada pela Câmara Municipal de Apiacas, exercerá ampla, irrestrita e permanente fiscalização sobre a execução do presente contrato, sendo designado o Sr. Eron Lemes como fiscal do presente Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Compete à CONTRATADA:

a)cumprir o disposto no Contrato de prestação de serviços, obedecendo ao objeto e às disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade;

b) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na execução do Contrato de Prestação de Serviços;

c) refazer, sem ônus, os serviços impugnados pela CONTRATANTE;

d) manter sigilo absoluto do conteúdo das provas;

e) aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato previsto na Cláusula Segunda.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 Compete à CONTRATANTE:

a) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA dentro dos prazos estabelecidos neste Contrato;

c) fiscalizar a execução deste Contrato e subsidiar a CONTRATADA com informações necessárias ao fiel e integral cumprimento do contrato;

d) comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência que interfira na execução dos serviços.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE

9.1 A CONTRATANTE não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributária ou securitária decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DESPESA

10.1 As despesas decorrentes da execução deste instrumento, ocorrerão mediante a emissão de nota de empenho pela CONTRATANTE, no orçamento de 2015, rubrica:

Cód. Red	Orgão.	U.Orçamt	Função	Subfunção	Programa	Projeto/ Atividade	Element.de Despesa
52	01	001	01	031	0001	2085	339039

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11.1 O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65, da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação da justificação devida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES E DOS ATRASOS

12.1 Os serviços ora contratados deverão ser iniciados imediatamente através da emissão da Ordem de Serviço;

12.1.1 O não cumprimento, pela CONTRATADA, das obrigações constantes da cláusula sétima deste termo, implicará na retenção do pagamento previsto na cláusula segunda, até o seu adimplemento, não se configurando atraso por parte da CONTRATANTE.

12.1.2 A CONTRATADA será advertida, por escrito, sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido, desde que ao caso não se aplique quaisquer das demais penalidades.

12.1.3 As penalidades ora estabelecidas serão aplicadas sem prejuízo das demais cominações previstas na Lei N.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

13.1 O objeto do presente contrato não poderá ser cedido ou transferido, no todo ou em parte, a não ser mediante prévio e expresso consentimento da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1 Este contrato poderá ser rescindido de pleno direito, nas hipóteses dos artigos 78 e 79 da Lei N.º 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO CONTRATUAL

15.1 As partes elegem o Foro desta Comarca de Apiacas - MT para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente termo, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes contratantes assinam este Termo de Contrato, em 03 (três) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Apiacás. - MT, 1 8 de Fevereiro de 2015.

CAMARA MUN. DEAPIACÁS Jose Eder da Luz	WELLINGTON RAIMUNDO DOS SANTOS-ME **Wellington Raimundo dos Santos**
Presidente	Contratada
Contratante	
1ª Testemunha	2ª Testemunha
Nome:	Nome:
CPF:	CPF Nº:

DECRETO Nº 0682/2015

DECRETO Nº. 0682/2015.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica Exonerado o Sr. **SUEUDES DE PONTES ALEXANDRE**, do cargo de

CHEFE DE DIVISÃO DE OBRAS

, lotado na Secretaria Municipal de INFRAESTRUTURA.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás-MT., 05 de março de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2015

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2015

CONTRATANTE-PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS.

CONTRATADO- **DENIZE CRISTINA DE MIRANDA**

OBJETO- **LOCAÇÃO DE IMÓVEL**

VALOR GLOBAL **R$** 14.000,00(quatorze mil reais)

VIGENCIA- 03/03/2015 A31/12/2015

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE-PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS.

CONTRATADO- **DENIZE CRISTINA DE MIRANDA**

CONTRATO N° - 033/2015

VALOR GLOBAL- R$ 14.000,00 (QUATORZE MIL REAIS).

OBJETO –LOCAÇÃO DE IMÓVEL

PRAZO VIGENCIA – 03/03/2015 A31/12/2015

DECRETO Nº 0683/2015

DECRETO Nº. 683/2015

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DEFINIÇÕES DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE APIACÁS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

DECRETA

Art. 1º As definições do uso e ocupação do solo ficam estabelecidas no Mapa em Anexo, que faz parte integrante deste Decreto.

Art. 2º No Mapa em Anexo estão identificadas as áreas por Setor e sua utilização:

- SETOR 01 – Áreas destinadas a Residências e Comércios;

- SETOR 02 – Áreas destinadas a instalações industriais;

- SETOR 03 – Áreas Públicas;

- SETOR 04 – Áreas de Preservação Permanente – APPs;

- SETOR 05 – Áreas de Córregos urbanos.

Art. 3º Toda intervenção estrutural a ser realizada no território municipal, deverá obrigatoriamente acompanhar declaração expedida por profissional habilitado, com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), atestando que o terreno possui condições de estabilidade para a realização da obra e que esta não implicará na formação de situações de risco na área de influência da intervenção, garantindo a segurança individual e coletiva da população.

Parágrafo Único - O não atendimento às exigências deste artigo sujeitará ao infrator as penas estabelecidas em legislação própria.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação.

Apiacás MT, 5 de março de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

NOTA DE CANCELAMENTO

CANCELAMENTO

A Prefeitura Municipal de Apiacás resolve fazer o cancelamento do Decreto nº 678/2015 da data de 26 de Fevereiro de 2015, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM em 27 de Fevereiro de 2015-Edição nº 2174, por motivo de incompatibilidade de data.

PORTARIA Nº 080/2015

PORTARIA Nº. 080/2015

SÚMULA: DISPÕE SOBRE RETORNO AO TRABALHO À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º - Retornar a Servidora **MARILIA MATIAS,** ocupante do cargo de Serviços Gerais, que se encontrava de Licença Médica, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Artigo 2º

- Esta portaria entra em vigor na data de sua afixação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Cumpra-se, Publica-se.

Apiacás-MT; 04 de Março de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-**PREFEITO MUNICIPAL-**

PORTARIA Nº 079/2015

PORTARIA Nº. 079/2015.

SÚMULA: designa servidor público PARA RESPONDER PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal deApiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais.

RESOLVE

ARTIGO 1º -

Designar a servidora IZADETE DE LURDES LUSSANI, ocupante do cargo de Técnico Administrativo Educacional, para responder pela Secretaria Municipal de Educação no período de 01/03/2015 à 20/03/2015, por motivo do Sr. Fabio Germano estar de férias.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua afixação, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás/MT, 01 de Março de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO 01/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO

Nº: 001/2015

Por este instrumento de Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como *CONTRATANTE*, a **CAMARA MUNICIPAL DE APIACAS - MT**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.327.030/0001 -70, com sede na Av. Ludovico da Riva n 206 bairro Bom Jesus , na Cidade de Apiacás, Estado de Mato Grosso,nesteato representada pelo seu Presidente, Sr. **JOSE EDER DA LUZ**, Brasileiro, casado, portador da C. I. RG n.º 2.440.583 SSP/MT, e CPF/MF n.º 297.187.912-72 residente e domiciliado na Rua Maringá, S/Nº, centro, nesta cidade de Apiacás estado de Mato Grosso MT; e de outro lado, como **CONTRATADA**, a empresa **DAIANE LOPES DOS SANTOS -SIMEI** com CNPJ/MF n.º 20.331.507/0001-35, com sede na Rua Adilis Ramos Tocantins, n. 132, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela Sra. **DAIANE LOPES DOS SANTOS**, brasileira, solteira, empresária, residente na cidade de Rosário Oeste - MT, portador do RG 2242731-7 SSP/MT e CPF 039.848.811 -85, têm entre si justo e contratado o que se segue e mutuamente concordam:

Do Objeto

Cláusula Primeira

- Prestação de serviços em consultoria especializada em contabilidade, com objetivo de verificar as informações e documentos contábeis da Câmara Municipal, compreendendo a realização da receita e despesa do primeiro bimestre de 2015 em observância dos princípios básicos que rege a administração pública, Lei 4.320/1964, 10.520/2000 e 8.666/93, Regimento Interno do TCE-MT, Constituição Estadual e Federal, e demais orientações do tribunal de Contas do Estado e responsabilidade de emissão de relatórios dos respectivos serviços.

Do Regime de Execução dos Serviços

Cláusula Segunda - A presente contratação se dá em regime de prestação de serviços sem vínculo empregatício, por regime de preço global.

Do Valor

Cláusula Terceira - Fica estipulada entre as partes o valor global dos serviços a serem prestados, conforme o objeto deste Contrato, a importância total de R$8.000,00 (oito mill reais), que será pago em duas parcelas de R$. 4.000,00 (quatro mil reais.)

Das Condições de Pagamento

Cláusula Quarta - O preço fixado na cláusula anterior será pagoem uma única parcela após a conclusão dos serviços, através de transferência bancária na Conta do Banco do Brasil, Agência 0667-X, Conta Corrente 19.335-6 em nome de Daiane Lopes dos Santos, após a entrega do certificado e o relatório de conclusão dos serviços executado.

Do Reajustamento de Preços

Cláusula Quinta - Não haverá reajustamento nos valores fixados durante a vigência deste contrato, ressalvando se houver aumento de metas físicas, onde deverá ser acordado entre as partes.

Do Prazo de Vigência

Cláusula Sexta - O presente contrato será até 02 (dois) mês, contados após a sua assinatura e a emissão da ordem de serviço, podendo ser o mesmo prorrogado nos termos da lei 8.666/93.

Da Dotação Orçamentária

Cláusula Sétima - As despesas decorrentes deste instrumento, correrão por conta da classificação e dotações orçamentáriasabaixoespecificadas, e consignadasnoOrçamentoProgramaprevisto para o corrente exercício: nas seguintes Rubricas:

01.001.031.001.33.90.39.00.00.00 Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica	

Das Responsabilidades da Contratada

Cláusula Oitava - Correrão por conta, responsabilidade e risco da CONTRATADA as conseqüências de:

a)- suanegligência, imperíciaouimprudência;

b)- imperfeição e/ou incorreçãonos serviçosrealizados,mesmoapóso término do presente contrato, obedecendo as disposições constantesdaLegislaçãoquerege a presente contratação;

c)- todos os encargos financeiros,previdenciáriose tributáriosdecorrentesdestaprestação de serviços.

Das Responsabilidades da Contratante

Cláusula Nona - Correrão por conta, responsabilidade e risco da CONTRATANTE o seguinte:

a)- fornecertodososdadosecondiçõesparaquea CONTRATADApresteseusserviçosàcontento;

b) – colocar o pessoal envolvido na administração pública a disposição da contratada para a realização dos trabalhos;

Das Penalidades e Multas Contratuais

Cláusula Décima - Fica atribuída a CONTRATADA em caso de não cumprimento com as suas obrigações assumidas ou preceitos legais através do presente contrato as seguintes penalidades:

Parágrafo Primeiro - Multa de 1% (um) sobre o valor do contrato, caso seu objeto não sejarealizado,ou deixar de cumprimento do prazo estabelecidoporLeis e Regulamentos,as obrigações assumidas.

Parágrafo Segundo - Suspensão de direito de celebrar contrato com o Governo deste Município e seus órgãos centralizados pelo prazo mínimo de 01 (um) ano.

Da Rescisão do Contrato

Cláusula Décima Primeira - Pelo regime Jurídico dos Contratos Administrativos, instituído no Art. 58, Inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e seus complementos, ficamconferidosàCONTRATANTEprerrogativasparaa rescisãounilateraldo presenteinstrumento,independente de NotificaçãoouInterpelaçãoJudicial,pelosseguintesmotivos:

a)-nocaso de dolo, simulaçãooufraudenaprestaçãodosserviços;

b)- inobservânciadasnormas,leisediretrizesqueregema presentecontratação;

c)- onão cumprimento de cláusulascontratuais,especificações,regulamentosou prazos sem justificativa;

d)- o cumprimento irregulardecláusulascontratuais,especificações, regulamentosouprazos;

e)- alentidão de seu cumprimento, levando a Administraçãoacomprovara impossibilidade da prestação dos serviçosnosprazosestipulados;

f)- aparalisação na prestação dos serviçossemjustacausaepréviacomunicaçãoàAdministração;

g)- razões de interesse público, de alta relevânciaeamplo conhecimento,justificadas e determinadaspelaautoridade máximadaesferaadministrativa a que estásubordinada aCONTRATANTEe exaradosnoProcessoAdministrativo

aque se refere o contrato, respeitando o principio do contraditório e da ampla defesa e do devido processo legal;

h)- aocorrência de casofortuito ou de forçamaior, regularmentecomprovada,queimpeçaa execução do presentecontrato;

i)- por iniciativa das partes, mediante notificação por escrito, com prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias,desde quetodososcompromissosassumidosestejamcumpridosatétaldata.

j)- Em todos os casos, a administração deverá respeitar o devido processo legal e a ampla defesa.

Do Processo

Cláusula Décima - Segunda - O presente contrato é realizado através de licitação dispensada, nos termos do artigo 24, I da Lei 8.666/93.

Das Disposições Gerais

Cláusula Décima Terceira – A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, previstos no Art. 77, da Lei Federal 8.666/93, e assume integral responsabilidade portodososprejuízosquea rescisãoporsuaculpaacarretar,além do pagamentodamultacontratualestabelecidanestetermo.

Cláusula Décima Quarta - A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para exercer suas atividades profissionais, se responsabilizando integralmente por esta informação.

Cláusula Décima Quinta - Fica este contrato vinculado aos ditames do Processo de Licitação dispensada.

Cláusula Décima Sexta – Este contrato obedecerá as determinações da Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 8883/94 e demais disposiçõesaplicáveisquandocouber.

Cláusula Décima Sétima - Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsiasoriundasdopresenteinstrumento,éodaComarcade Apiacás - MT,pormaisprivilegiadoqueoutropossa ser.

E por estarem justos e contratados, as partes passam a assinar o presente instrumento por si e seus sucessores, em três vias de igual teor e forma, rubricadas para todos os fins de direito na presença de duas testemunhas.

Apiacás- MT, 02 de Janeiro 2.015.

_____ CÂMARA MUNICIPAL DE APIACÁS Jose Eder da Luz Presidente	_____ DAIANE LOPES DOS SANTOS Proprietária

Testemunha:

_____ _____

CPF:CPF:

CONTRATO Nº03/2015

CONTRATO Nº. 03/2015

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

*A **Câmara Municipal de Apiacás**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 01.327.030/0001-70 com sede à Av. Ludovico da Riva Neto, 206, Apiacás /MT*, neste ato representado pela Presidente Sr. Jose Eder da Luz, Brasileiro, casado, portador da C.I. RG n.º 2. 440.583 SSP/MT, e CPF/MF n.º 297.187.912-72 residente e domiciliado no centro, S/Nº,nesta cidade deApiacás - MT**,** denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a Empresa: SISTEMA PERFIL DE RADIODIFUSÃO LTDA,pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº03.971. 576/0001-94.Com sede aAv. Governador Dante Martins de Oliveira,s/n°, Centro, Apiacás, MT.,doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato, pelasócia administradora Sra. Clarice Conceição Mantovani Zago, brasileira, portador do CPF nº7153550009-72e do RG nº 4.017.783-3,residente e domiciliadaá av. JONAS Pinheiro s/n°, Centro, Apiacás - MT., tendo em vista o que consta do Processo Licitatório nº 011/2013, Pregão Presencial 011/2013 e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO –

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIODIFUSÃO (FM) COM ALCANCE NO MUNICIPIO DE APIACÁS.

-TRANSMISSÃO AO VIVO DE 02 (DUAS) SESSÕES ORDINÁRIAS MANSAIS, DIRETO DA CAMARA MUNICIPAL DE APIACÁS COM INÍCIO AS 20: HORAS E DURAÇÃO DE UMA HORA

- DUAS ENTREVISTAS MENSAIS COM DURAÇÃO DE 10 MINUTOS-COM OS VEREADORES NO ESTÚDIO DA RÁDIO, AS SEXTAS FEIRA. ENTRE 16:00 E 18:00.

- TRES MENSAGENS ANUAIS COM DURAÇÃO DE 60 SEGUNDOS CADA COMTRES INSERÇÕESDIÁRIAS, DURANTE 15 DIAS SEGUIDOS CADAUMA.

Valor mensal dos serviços R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais)

Valor global no período de fevereiro a julho de 2015 R$ 7.200,00

CLÁUSULA SEGUNDA – CONTRATO: **Este contrato tem como contratação direta sem nenhuma modalidade licitatória pois não atingiu o limite estabelecido n**a Lei n. 8.666/93, de 21/06/1993 com suas alterações posteriores e o Código Civil Brasileiro ao presente contrato, em especial aos casos omissos.

Fica designado como fiscal do presente contratoEron da Silva Lemes.

CLÁUSULA TERCEIRA -. Do Valor e Condições de Pagamento da Vigência:

O valor global do presente ajuste é de R$ R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais). pagos mensalmente conformeutilização,que serão pagas até o dia 25 do mês subseqüente ao da prestação de serviços.

A vigência do presente contrato é de 02/02/2015 à 31/07/2015, o qual origina-se doprocedimento licitatório na modalidadenº , subordinando-se a

Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. O mesmo poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA QUARTA - Do Pagamento e do Reajustamento De Preços

O pagamento será efetuado em parcelas mensais, iguais e subseqüentes mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada e Liquidada pelo Setor competente da Câmara Municipal de Apiacás – MT.

Parágrafo Primeiro

A Nota Fiscal deverá ser apresentada ao departamento de contabilidade da Câmara Municipal de Apiacás, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais, sem rasuras, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta-corrente onde deseja receber seu crédito.

Parágrafo Segundo

A Nota Fiscal apresentada com erro será devolvida à empresa contratada para retificação e reapresentação.

Parágrafo Terceiro

No caso de eventuais atrasos, o valor das parcelas inadimplentes será acrescido de atualização monetária pelo IGP-M/FGV, multa fracionada em 0,33% (trinta e três décimos) ao dia, com teto de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, a contar da data do inadimplemento de cada parcela.

Parágrafo Quarto

O preço contratado será fixo e irreajustável até a conclusão do objeto do contrato, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n. 8.666/93.

Parágrafo Quinto

Na ocorrência de situação prevista no item anterior, o valor deste contrato será reajustado com base no índice IGP/M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou na falta deste, pelo índice legalmente permitido à época, acumulado no período dos últimos 12 (doze) meses, de acordo com a Lei n. 9.069/95 e suas atualizações.

CLAUSULA QUINTA - Da Dotação Orçamentária:

As despesas decorrentes da execução deste contrato deverão correr pela seguinte dotação orçamentária:

01. -CAMARA MUNICIPAL DE APIACÁS

001. -CAMARA MUNICIPAL DE APIACÁS

01.-LEGISLATIVA

031-AÇÃO LEGISLATIVA

0001.- PROCESSO LEGISLATIVO

2001-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

33.90.39.000000001000--OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA

CLÁUSULA SEXTA - Dos deveres das Partes:

6.1. Dos deveres da Contratada

-TRANSMISSÃO AO VIVO DE 02 (DUAS) SESSÕES ORDINÁRIAS MANSAIS, DIRETO DA CAMARA MUNICIPAL DE APIACÁS COM INÍCIO AS 20: HORAS E DURAÇÃO DE UMA HORA

- DUAS ENTREVISTAS MENSAIS COM DURAÇÃO DE 10 MINUTOS-COM OS VEREADORES NO ESTÚDIO DA RÁDIO, AS SEXTAS FEIRA. ENTRE 16:00 E 18:00.

- TRES MENSAGENS ANUAIS COM DURAÇÃO DE 60 SEGUNDOS CADA COMTRES INSERÇÕESDIÁRIAS, DURANTE 15 DIAS SEGUIDOS CADAUMA.

6.2. Dos Deveres do Órgão Contratante:

(a) prestar informações e realizar o preenchimento mensal das inserções diárias com matérias do interesse público,indispensáveis à prestação de serviços avençados neste contrato, nos prazos a serem observados em cada caso concreto.

(b) As informações devem ser enviadas com 2 (dois) dias de antecedência. (eventualmente em casos de emergência será enviada com solicitação de veiculação imediata).

(c) efetuar o pagamento nos prazos e condições ajustados.

CLÁUSULA SETIMA– DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DIREITO DE PETIÇÃO **– Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às sanções administrativas abaixo, garantida a prévia defesa:**

Advertência;Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais – DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante): de **0,2 %** sobre o valor total do Contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato não especificadanas alíneas“a” e “b” deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;de **2,0 %** sobre o valor total do Contrato, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da Administração, motivadopor culpa da Contratada, não se eximindo a mesma das demais sanções cabíveis. Sus**pensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Apiacás - MT, por prazo não superior a dois anos;Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a sanção, depois do ressarcimento àAdministraçãopelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.**PARÁGRAFO PRIMEIRO **- No processo de aplicação da sanção administrativa é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis.**PARÁGRAFO SEGUNDO **- As sanções previstas nos incisos I, III e IV, desta Cláusula, poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II.**PARÁGRAFO TERCEIRO - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da notificação.

PARÁGRAFO QUARTO **- Na execução do contrato, cabe recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei no 8.666/93, na forma constante do artigo 109 da referida lei.**

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO **- Constitui motivo para a rescisão do contrato:**

Onão-cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;Ocumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, ou prazos;A lentidão do seu cumprimento e o atraso injustificado, sem justa causa e préviacomunicação à Administração;A paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;V.O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;VI O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro, do artigo 67, da Lei n.º 8.666/93;VII.A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;VIII.A dissolução da sociedade;IX.Aalteração social ou a modificação da finalidade ou estrutura da empresa, desde que prejudique a execução do contrato;X.razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a qual está subordinada a Contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o presente contrato;XI.a supressão, por parte da Ad-

ministração, do serviço, acarretando modificações do valor inicial do contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro, do artigo 65, da Lei n.º 8.666/93;XII.a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurando à Contratada, o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;XIII.o atraso superior a noventa dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de equipamentos já recebidos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;XIV.**a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato e o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.**PARÁGRAFO PRIMEIRO **- FORMALIZAÇÃO DA RESCISÃO – Quanto à sua forma, a rescisão poderá ser: amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;judicial, nos termos da legislação.**PARÁGRAFO SEGUNDO **- RESCISÃO ADMINISTRATIVA OU AMIGÁVEL - Nos casos de rescisão administrativa ou amigável de que tratam os incisos I, do parágrafo anterior, a rescisão será precedida de autorização escrita e fundamentada do Prefeito Municipal e comunicada por qualquer das partes com 30 (trinta) dias de antecedência.** PARÁGRAFO TERCEIRO **- RESCISÃO COM RESSARCIMENTO DE PREJUÍZOS - No caso de rescisão do contrato com base nos incisos XII a XVII, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a: pagamentos devidos pela execução do contrato, no estado em que se encontrar, por ato próprio da Administração;**CLÁUSULA NONA– DA NULIDADE DO CONTRATO **- A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos, observando os preceitos constantes dos artigos 49, 50 e 59, da Lei n.º 8.666/93.**CLÁUSULA DÉCIMA - DO ARQUIVAMENTO **- A Contratante manterá o original deste Instrumento de Contrato em arquivo próprio.**CLAUSULADECIMA SEGUNDA. Das Disposições Finais:Os casos omissos a este contrato serão dirimidos na forma da Lei Federal 8.666/93.Fica eleito o Foro da Comarca de Apiacás para solucionar as dúvidas decorrentes deste contrato na via judicial. Por estarem justos e acertados, os contratantes assinam este termo em duas vias de igual forma e teor. Apiacás - MT, 10 de Fevereiro de 2015. Jose Eder da LuzClarice Conceição Mantovani Zago Presidente da CâmaraSISTEMA PERFIL DE RÁDIODIFUSÃO LTDACONTRATANTECONTRATADOTestemunhas:

Nome: Nome:

CPF:CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
EDITAL DE PUBLICAÇÃO N.º 006/2015

A Prefeitura Municipal de Araguaiana/MT, Estado de Mato Grosso de personalidade Jurídicade Direito Publico, devidamenteinscrita no CNPJ03. 239.035/0001-76, com endereço à Avenida Presidente Vargas, 643, Centro, neste ato representado pelo Senhor **Jose Marra Nery**, Prefeito Municipal, vem através do presentee nos termosdo Artigo 31, § 3.ºda Constituição Federal, artigo 209 da Constituição Estadual e artigo 49 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e artigo 148 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, "***COLOCAR A DISPOSIÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL, A DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE ÀS CONTAS ANUAIS DE ESTÃO DO EXERCICIO DE 2014***", da Prefeitura Municipal de Araguaiana/MT.

Araguaiana 15de Fevereiro de 2015

Jose Marra Nery

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
QUADRO XI - OBRAS EM ANDAMENTO (ART. 45.º DA LC 101/2000)

Especificação	Realização				*Fonte de Recurso*	Convenio	Previsão
	Executado	%	A Executar	%			Termino
CONSTRUÇÃO DE QUADRA LAURA VICUNA	82.283,66	15,28900234	455.904,89	84,71099766	CONS.. QUADRA LAURA VICUNA	0	mai/15
AMPLIAÇÃO PSF	26.255,34	14,85986853	150.430,88	85,14013147	AMPLIAÇÃO PSF	0	set/15
CONSTR. SIST. ESGOTO SANIT. -9002	1.147.711,84	61,97364771	704.223,43	38,02635229	CONV. FUNASA / MUNI.	316/2007	dez/15
PAV..AV. OTAIVIO DUTRA NÃO FINANCEIRO	-	0	886.180,26	100	PREFEITURA MUNICIPAL		dez/15
FINANCEIRO	50.859,94	23,93289108	161.650,70	76,06710892	CONV. ESTADO MUNIC		dez/15
	-	0	-	0			
	1.307.110,78		2.358.390,16	0			

Araguaiana 28de Fevereiro de 2014
JOSE MARRA NERY
Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
EDITAL DE PUBLICAÇÃO N.º 007/2013

A Prefeitura Municipal de Araguaiana/MT, Estado de Mato Grosso de personalidade Jurídicade Direito Publico, devidamenteinscrita no CNPJ03. 239.035/0001-76, com endereço à Avenida Presidente Vargas, 643, Centro, neste ato representado pelo Senhor **Jose Marra Nery**, Prefeito Municipal, vem através do presentee nos termosdo Artigo 31, § 3.ºda Constituição Federal, artigo 209 da Constituição Estadual e artigo 49 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e artigo 148 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, "***COLOCAR A DISPOSIÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL, A DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE ÀS CONTAS MENSAIS DO MÊS DE JANEIRO DE 201***", da Prefeitura Municipal de Araguaiana/MT.

Araguaiana 04de março de 2015

Jose Marra Nery

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 02

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 02

NUMERO DO CONTRATO: N.º 02/2015

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Araguainha

CONTRATADA: **IRLEI SEVERINO MAGALHAES**

OBJETO: O objeto do presente é a contratação de prestação de serviços no cargo de contínuo para substituir as férias e Licença Prêmio da servidora Judith David Ribeiro, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

PRAZO: 5 meses

VALOR DO CONTRATO: 3.940,00 (Três Mil novecentos e Quarenta Reais),

DATA DA ASSINATURA: 08/01/2015

VIGENCIA: 08/01/2015 à 30/05/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 32/2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO/CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2014.

O Prefeito Municipal de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 02/2014, para ingresso em cargo Público de provimento Temporário**,** publicado no Diário Oficial dos Municípios (AMM-MT) de 16 de maio de 2014;

Considerando o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado, publicado no Diário Oficial dos Municípios (AMM-MT) em 24 de junho de 2014;

Considerando a Homologação, realizado por meio Decreto Municipal nº. 36/2014, em 26 de junho 2014.

RESOLVE: Art. 1.º - Nomear/Convocar os candidatos aprovados/classificados, constante nos quadro abaixo relacionado, para provimento de cargo Temporário, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

CARGO- 02: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

CLASS	**NOME**	**NOTA FINAL**
12	JOÃO PEDRO BORGES	53
13	ROBERTO RODRIGUES JUNIOR	53

CARGO- 06: MONITOR DE CRECHE

CLASS	**NOME**	NOTA FINAL
15	ANA PAULA ALVAREZ DOS REIS	68
16	ELINÉIA INOCÊNCIO DE PAULA DE SOUZA	56
17	ROSANGELA ALVES DE SOUZA	56

Art. 2.º- Exigindo desde o momento, o comparecimento dos candidatos na Diretoria de Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, munido de todos os documentos necessários para comprovação dos requisitos do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado desistente, perdendo a respectiva vaga.

Art. 3º- Esta Portaria Entra em Vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos quatro (04) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e quinze (2015).

SIDNEY PIRES SALOMÉ

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 31/2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO/CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2015.

O Prefeito Municipal de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 02/2015, para ingresso em cargo Público de provimento Temporário**,** publicado no Diário Oficial dos Municípios (AMM-MT) de 28 de janeiro de 2015;

Considerando o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado, publicado no Diário Oficial dos Municípios (AMM-MT) em 02 de março de 2015;

Considerando a Homologação, realizado por meio Decreto Municipal nº. 07/2015, em 04 de março de 2015.

RESOLVE:

Art. 1.º - Nomear/Convocar os candidatos aprovados/classificados, constante nos quadro abaixo relacionado, para provimento de cargo Temporário, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

CARGO- 01: ENFEMEIRA (O)

CLASS	**NOME**	**NOTA FINAL**
01	ERISLANE APARECIDA OLIVEIRA SILVA	83

Art. 2.º- Exigindo desde o momento, o comparecimento dos candidatos na Diretoria de Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, munido de todos os documentos necessários para comprovação dos requisitos do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado desistente, perdendo a respectiva vaga.

Art. 3º- Esta Portaria Entra em Vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos quatro (04) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e quinze (2015).

SIDNEY PIRES SALOMÉ

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2015

CÂMARA DE ARAPUTANGA

CONTRATO DE ASSOCIAÇÃO CONTRIBUTIVA Nº 01/2015

A **CÃMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA,** Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrada no CNPJ sob nº 15.023.682/0001-25, situada na Rua Limiro Rosa Pereira, nº 635 - Centro, na cidade de *Araputanga /MT,* neste ato representada pelo (a) seu Presidente Vereador **Tony Fabricio Larranhagas Mamedes,** portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. **10413545, SSP/MT** e inscrito (a) no CPF/MF sob o n.º **842.950.401.00**, doravante denominada **ASSOCIADA** e a **UCMMAT – UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO**, devidamente cadastrada no CNPJ sob nº **33.003.757/0001 -98**, sito na Rua Joaquim Murtinho nº 1.713, esquina com a Rua Senador Metello, na cidade de Cuiabá – MT, neste ato representada pela Vereadora

ISMAILI DE OLIVEIRA DONASSAN

, portadora de Cédula de Identidade RG nº 14009250 SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 006.727.241-03, na qualidade de ASSOCIANTE, resolvem celebrar o presente CONTRATO DE ASSOCIAÇÃO, conforme as cláusulas e condições abaixo avençadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.O objeto do presente contrato é a associação da Câmara Municipal e Vereadores do Município de Araputanga/MT à UCMMAT – União Das Câmaras Municipais Do Estado de Mato Grosso.

2.A Associação far-se-á por meio de pagamento de contribuição associativa.

3.A Câmara Municipal associada, em dia com suas obrigações obtém com a associação à UCMMAT, a disponibilidade dos direitos e deveres estabelecidos em seu Estatuto.

VALOR GLOBAL:..... R$ 5.900,00

QDTE DE PARCELAS:..... 10

VALOR PARCELA:..... R$ 590,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:..... 01.001.01.031.0001.2001.339039.0000

VIGÊNCIA: ..... 02/03/2015 à 31/12/2015

DATA: 02/03/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

ANEXO 14

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS
ANEXO 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIO DE 2014

(art. 105 da Lei nº 4.320/1964) — em R$ - P. Contas TCE

ATIVO

ATIVO FINANCEIRO

Títulos	R$	R$	R$
DISPONIVEL			1.841.206,44
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL		1.841.206,44	
DISPONIVEL EM BANCOS	1.841.206,44		
CREDITOS EM CIRCULACAO			
INVESTIMENTOS DOS REGIMES PROPRIOS DE PREVIDENCIA			
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO			
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO			1.841.206,44

ATIVO PERMANENTE

Títulos	R$	R$	R$
CIRCULANTE			2.709.978,24
CREDITOS EM CIRCULACAO		2.709.978,24	
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	2.709.978,24		
REALIZAVEL A LONGO PRAZO			239.470,29
CREDITOS EM CIRCULACAO		239.470,29	
CREDITOS TRIBUTARIOS	2.450.146,04		
CREDITOS NAO TRIBUTARIOS	57.225,70		
PROVISAO PARA PERDAS DE DIVIDA ATIVA TRIB	-2.219.321,12		
PROVISAO PARA PERDAS DE DIVIDA ATIVA NAO	-48.580,33		
INVESTIMENTOS			
PERMANENTE			5.294.538,06
BENS MOVEIS E IMOVEIS		5.294.538,06	
BENS MOVEIS	4.006.923,44		
BENS IMOVEIS	1.287.614,62		
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE			8.243.986,59
ATIVO REAL (FINANCEIRO + PERMANENTE)			10.085.193,03

SALDO PATRIMONIAL

ATIVO COMPENSADO

Títulos	R$	R$	R$
SISTEMA DE COMPENSACAO			3.551.414,65
RESPONSABILIDADES POR TITULOS VALORES E BENS		1.982.282,24	
RECEBIDOS	1.982.282,24		
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADAS		72.735,00	
DE RECEITAS	72.735,00		
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS		1.496.397,41	

PASSIVO

PASSIVO FINANCEIRO

Títulos	R$	R$	R$
DEPOSITOS			120.006,29
CONSIGNACOES		107.401,83	
DE TERCEIROS	107.281,83		
DO TESOURO MUNICIPAL	120,00		
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		12.604,46	
DEPOSITOS E CAUCOES	12.604,46		
DEBITO DE TESOURARIA			
OBRIGACOES EM CIRCULACAO			3.729.527,05
OBRIGACOES DE EXERCICIOS ANTERIORES		3.729.527,05	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.117.570,69		
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	2.611.956,36		
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO			
TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO			3.849.533,34

PASSIVO PERMANENTE

Títulos	R$	R$	R$
OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS			84.121,08
OBRIGACOES PARCELADAS		84.121,08	
PARCELAMENTO DE INSS	15.378,95		
OUTROS PARCELAMENTOS	68.742,13		
PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS			
PROVISOES TRIBUTARIAS E TRABALHISTAS			
DIVIDA FUNDADA			
TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE			84.121,08
PASSIVO REAL (FINANCEIRO + PERMANENTE)			3.933.654,42

SALDO PATRIMONIAL

AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES AUMENTATIVOS		55.788,95	
(-) AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES DIMINUTI		-378.048,40	
ATIVO REAL LIQUIDO			6.151.538,61

PASSIVO COMPENSADO

Títulos	R$	R$	R$
SISTEMA DE COMPENSACAO			3.551.414,65
TITULOS, VALORES E BENS SOB RESPONSABILIDADE		1.982.282,24	
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADAS		72.735,00	
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS		1.496.397,41	

Emissão: 03/03/2015 16:07:46 — Agili Softwares para Area Publica — Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

ANEXO 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIO DE 2014

(art. 105 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas TCE

ATIVO				PASSIVO			
DE DESPESAS	1.496.397,41						
TOTAL DO ATIVO COMPENSADO			3.551.414,65	TOTAL DO PASSIVO COMPENSADO			3.551.414,65
TOTAL DO ATIVO			13.636.607,68	TOTAL DO PASSIVO			13.636.607,68

JOSE MAURO FIGUEIREDO
PREFEITO MUNICIPAL

MARIA FERNANDES BEATO
CONTADORA - CRC-MT 009487/0-8

ANDERSON ROELLA DE OLIVEIRA
SECRETARIO MUN.FAZENDA

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO: N° 016/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: JAQUELINE AVELINO DE MORAES PASINI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM, ENFERMEIRO, E MÉDICO, PARA PRESTAR SERVIÇOS NO PRONTO ATENDIMENTO MÉDICO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS (ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA), SENDO ESTES POR PLANTÕES PRESENCIAIS, SERVIÇO DE AUDITORIA E REGULAÇÃO, TRANSPORTE DE PACIENTES, SOBREAVISO A DISTÂNCIA.

PERIODO DE EXECUÇÃO: 04/02/2015 ATÉ 31/12/2015

VALOR GLOBAL:

R$- 39.300,00

DATA DA ASSINATURA: 04/02/2015

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO: N° 017/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: MARIANA PEREIRA CONCEIÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM, ENFERMEIRO, E MÉDICO, PARA PRESTAR SERVIÇOS NO PRONTO ATENDIMENTO MÉDICO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS (ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA), SENDO ESTES POR PLANTÕES PRESENCIAIS, SERVIÇO DE AUDITORIA E REGULAÇÃO, TRANSPORTE DE PACIENTES, SOBREAVISO A DISTÂNCIA.

PERIODO DE EXECUÇÃO: 04/02/2015 ATÉ 31/12/2015

VALOR GLOBAL:

R$- 30.360,00

DATA DA ASSINATURA: 04/02/2015

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO: N° 013/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA MANUELA MACHADO BARBOSA GOMES-ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM, ENFERMEIRO, E MÉDICO, PARA PRESTAR SERVIÇOS NO PRONTO ATENDIMENTO MÉDICO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS (ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA), SENDO ESTES POR PLANTÕES PRESENCIAIS, SERVIÇO DE AUDITORIA E REGULAÇÃO, TRANSPORTE DE PACIENTES, SOBREAVISO A DISTÂNCIA.

PERIODO DE EXECUÇÃO: 04/02/2015 ATÉ 31/12/2015

VALOR GLOBAL:

R$- 68.000,00

DATA DA ASSINATURA: 04/02/2015

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO: N° 018/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: IVANA GOMES DE SOUZA VAZ

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO FACILITADORA DE OFICINA COM AS FAMÍLIAS DO PAIF-SERVIÇO DE ATENDIMENTO INTEGRAL AS FAMÍLIAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, INSCRITOS NO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT.

PERIODO DE EXECUÇÃO: 09/02/2015 ATÉ 09/06/2015

VALOR GLOBAL:

R$ 4.000,00

DATA DA ASSINATURA: 09/02/2015

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO: N° 007/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: . JOSÉ PEREIRA DIAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ZELADOR NO CENTRO DE EVENTOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E LASER, NO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT.

PERIODO DE EXECUÇÃO:

02/02/2015 ATÉ 30/12/2015

VALOR GLOBAL: R$ 8.668,00

DATA DA ASSINATURA: 02/02/2015

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO: N° 008/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: JOSÉ ANTONIO ABRANTES DE SALES

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APREENSÃO E CONFINAMENTO DE ANIMAIS SOLTO PELAS VIAS PUBLICAS DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT.

PERIODO DE EXECUÇÃO: 02/02/2015 ATÉ O DIA 31/12/2015

VALOR GLOBAL:

R$ 8.668,00

DATA DA ASSINATURA: 02/02/2015 ATÉ O DIA 31/12/2015

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO: N° 019/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: LETICIA DE SOUZA PEDROSA

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO ENTREVISTADORA DO CADASTRO ÚNICO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, INSCRITOS NO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT.

PERIODO DE EXECUÇÃO: 09/02/2015 ATÉ O DIA 09/06/2015

VALOR GLOBAL:

R$ 3.600,00

DATA DA ASSINATURA: 09/02/2015

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO: N° 014/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA PAULO RENATO FERRREIRA GONÇALVES-ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM, ENFERMEIRO, E MÉDICO, PARA PRESTAR SERVIÇOS NO PRONTO ATENDIMENTO MÉDICO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS (ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA), SENDO ESTES POR PLANTÕES PRESENCIAIS, SERVIÇO DE AUDITORIA E REGULAÇÃO, TRANSPORTE DE PACIENTES, SOBREAVISO A DISTÂNCIA.

PERIODO DE EXECUÇÃO: 04/02/2015 ATÉ 31/12/2015

VALOR GLOBAL:

R$- 67.000,00

DATA DA ASSINATURA: 04/02/2015

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO: N° 015/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA ANDRÉ LUIZ ALVES DE OLIVEIRA-ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM, ENFERMEIRO, E MÉDICO, PARA PRESTAR SERVIÇOS NO PRONTO ATENDIMENTO MÉDICO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS (ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA), SENDO ESTES POR PLANTÕES PRESENCIAIS, SERVIÇO DE AUDITORIA E REGULAÇÃO, TRANSPORTE DE PACIENTES, SOBREAVISO A DISTÂNCIA.

PERIODO DE EXECUÇÃO: 04/02/2015 ATÉ 31/12/2015

VALOR GLOBAL:

R$- 67.000,00

DATA DA ASSINATURA: 04/02/2015

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO: N° 009/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMILIANO GOMES SILVA,

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS NA FUNÇÃO DE LUBRIFICADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, PARA DESENVOLVER AS AÇÕES DA JORNADA AMPLIADA, VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

PERIODO DE EXECUÇÃO: 02/02/2015 ATÉ 31/12/2015

VALOR GLOBAL:

R$ 8.668,00

DATA DA ASSINATURA: 02/02/2015

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO: N° 010/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: MARIA VALDELICE MOTA DA SILVA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM, ENFERMEIRO, E MÉDICO, PARA PRESTAR SERVIÇOS NO PRONTO ATENDIMENTO MÉDICO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPO-

LIS (ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA), SENDO ESTES POR PLANTÕES PRESENCIAIS, SERVIÇO DE AUDITORIA E REGULAÇÃO, TRANSPORTE DE PACIENTES, SOBREAVISO A DISTÂNCIA.

PERIODO DE EXECUÇÃO: 04/02/2015 ATÉ 31/12/2015

VALOR GLOBAL:

R$- 27.620,00

DATA DA ASSINATURA: 04/02/2015

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO: N° 020/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA MUNDIAL CONSULTORIA & ASSESSORIA - ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA ESPECIALIZADA PARA LEVANTAR E CONFERIR AS INFORMAÇÕES UTILIZADAS PELA SEFAZ-MT, PARA CALCULO DO ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT, NA DISTRIBUIÇÃO DO ICMS

PERIODO DE EXECUÇÃO: 12/02/2015 ATÉ 12/06/2015

VALOR GLOBAL: R$ - 5.516,00

DATA DA ASSINATURA: 12/02/2015

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO: N° 021/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA ATIVA LOCAÇÃO LTDA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É A LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS, PARA REALIZAÇÃO DO 23º CARNAVAL DE RUA DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT, A SER REALIZADO NOS DIAS 13 ATÉ 17 DE FEVEREIRO DE 2015.

PERIODO DE EXECUÇÃO:

13/02/2015 ATÉ 17/02/2015.

VALOR GLOBAL: R$-11.250,00

DATA DA ASSINATURA: 13/02/2015

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO: N° 011/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: DALVA DOS SANTOS SILVA RODRIGUES

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM, ENFERMEIRO, E MÉDICO, PARA PRESTAR SERVIÇOS NO PRONTO ATENDIMENTO MÉDICO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS (ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA), SENDO ESTES POR PLANTÕES PRESENCIAIS, SERVIÇO DE AUDITORIA E REGULAÇÃO, TRANSPORTE DE PACIENTES, SOBREAVISO A DISTÂNCIA.

PERIODO DE EXECUÇÃO: 04/02/2015 ATÉ 31/12/2015

VALOR GLOBAL:

R$- 27.620,00

DATA DA ASSINATURA: 04/02/2015

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO: N° 022/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: ANDRESSA PIRES DA SILVA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS, (ENFERMEIRO), PARA PRESTAR SERVIÇOS NO PRONTO ATENDIMENTO MÉDICO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS (ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA), SENDO ESTES POR PLANTÕES PRESENCIAIS, SERVIÇO DE AUDITORIA E REGULAÇÃO, TRANSPORTE DE PACIENTES, SOBREAVISO A DISTÂNCIA.

PERIODO DE EXECUÇÃO: 13/02/2015 ATÉ 31/12/2015

VALOR GLOBAL:

R$- 38.610,00

DATA DA ASSINATURA: 13/02/2015

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO: N° 023/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: LUCIMAR ALVES DA FONSECA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É A LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL RESIDENCIAL URBANO COM 02 (DUAS) SALAS, 03 (TRÊS) QUARTOS, 03 (TRÊS) BANHEIROS, COZINHA, ÁREA DE SERVIÇO E ÁREA EXTERNA, COM UMA ÁREA APROXIMADA DE 300,00 M², SITUADO NA RUA PRESIDENTE VARGAS S/Nº- BAIRRO SÃO MATEUS- ARENÁPOLIS-MT.

PERIODO DE EXECUÇÃO:

19/02/2015, 19/06/2015.

VALOR GLOBAL: R$- 6.000,00

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 007/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

AVENIDA PREFEITO CAIO, 642- VILA NOVA- ARENÁPOLIS – MT.

CNPJ-24.977.654/0001-38 - CEP: 78.420-000 – Fone: 65 -3343-1105

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SISTEMA DE ENSINO COMPOSTO POR MATERIAL DIDÁTICO MULTIDISCIPLINAR PARA ALUNOS E PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL (3 A 5 ANOS), PROJETO ESPECIAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ARTE PARA EDUCAÇÃO INFANTIL, PORTAL EDUCACIONAL INTERATIVO NA INTERNET, CAPACITAÇÕES PEDAGÓGICAS PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA, TUDO EM CONFORMIDADE COM AS CARACTERÍSTICAS E QUANTIDADES ESPECIFICADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, (ANEXO I) DESTE EDITAL.

Data da Abertura: Ás **09:00 horas, do dia 20 de março de 2015**.

Edital Completo: Afixado no endereço acima e na Internet, site www.arenapolis.mt.gov.br.

Fundamento Legal:

Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8.883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Arenápolis- MT, 05 de março de 2015.

REGINA LUCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO: N° 012/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: CRISTIANGYLIS DE FREITAS SCHURIG CUNHA KORPAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM, ENFERMEIRO, E MÉDICO, PARA PRESTAR SERVIÇOS NO PRONTO ATENDIMENTO MÉDICO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS (ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA), SENDO ESTES POR PLANTÕES PRESENCIAIS, SERVIÇO DE AUDITORIA E REGULAÇÃO, TRANSPORTE DE PACIENTES, SOBREAVISO A DISTÂNCIA.

PERIODO DE EXECUÇÃO: 04/02/2015 ATÉ 31/12/2015

VALOR GLOBAL:

R$- 39.050,00

DATA DA ASSINATURA: 04/02/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 048/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA TOTTAL CONSTRUTORA LTDA-ME

OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY, NA RUA GLICERIO MARTINS PINTO NO BAIRRO VILA RICA NO MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS/MT, COM UMA AREA DE 2.200,00M², CONFORME TERMO DE CONVENIO Nº 087/12 – SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES (SECID) E O MUNICIPIO DE ARENAPOLIS/MT

PERIODO DE EXECUÇÃO: 27/01/2015 até 30/06/2015

VALOR GLOBAL: R$-102.499,86

DATA DA ASSINATURA: 27/01/2015

EXTRATO TERMO ADITIVO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 066/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA SANTA INES CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA – ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA REFORMA DA RODOVIARIA NO MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS/MT, POR INTERMEDIO DO TERMO DE CONVENIO Nº 127/13 –SECID- SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E O MUNICIPIO DE ARENAPOLIS/MT

PERIODO DE EXECUÇÃO: 27/01/2015 até 30/06/2015

VALOR GLOBAL: R$ 41.247,16

DATA DA ASSINATURA: 27/01/2015

ANEXO 12

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS
ANEXO 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
EXERCÍCIO DE 2014

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) — em R$ - P. Contas TCE

RECEITA				DESPESA			
Títulos	Previsão	Execução	Diferença	Títulos	Fixação	Execução	Diferença
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	15.000.000,00	16.702.232,53	1.702.232,53	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	17.894.115,18	17.174.019,62	-720.095,56
RECEITAS CORRENTES	15.813.500,00	16.913.100,99	1.099.600,99	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	15.818.734,97	15.109.073,08	-709.661,89
RECEITA TRIBUTARIA	870.879,24	1.392.035,24	521.156,00	DESPESAS CORRENTES	14.561.195,98	13.868.339,06	-692.856,92
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	460.000,00	343.421,88	-116.578,12	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.509.660,67	8.060.027,21	-449.633,46
RECEITA PATRIMONIAL	36.500,00	104.037,74	67.537,74	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.133.580,76	14.550.027,86	416.447,10	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.051.535,31	5.808.311,85	-243.223,46
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	312.540,00	523.578,27	211.038,27	DESPESAS DE CAPITAL	1.257.538,99	1.240.734,02	-16.804,97
RECEITAS DE CAPITAL	1.110.000,00	1.691.277,06	581.277,06	INVESTIMENTOS	1.022.712,03	1.005.907,06	-16.804,97
OPERAÇÕES DE CRÉDITO				INVERSOES FINANCEIRAS			
ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00		-10.000,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	234.826,96	234.826,96	
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS				CRÉDITOS ESPECIAIS	2.075.380,21	2.064.946,54	-10.433,67
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.100.000,00	1.691.277,06	591.277,06	DESPESAS CORRENTES			
(-) DEDUCOES DA RECEITA	-1.923.500,00	-1.902.145,52	21.354,48	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
(-) DEDUCOES DA RECEITA TRIBUTARIA	-75.300,00	-28.519,38	46.780,62	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA			
(-) DEDUCOES DE TRANSFERENCIAS CORRENTES	-1.847.400,00	-1.725.741,84	121.658,16	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
(-) DEDUCOES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-800,00	-147.884,30	-147.084,30	DESPESAS DE CAPITAL	2.075.380,21	2.064.946,54	-10.433,67
				INVESTIMENTOS	2.075.380,21	2.064.946,54	-10.433,67
				INVERSOES FINANCEIRAS			
				AMORTIZACAO DA DIVIDA			
				CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			
				DESPESAS CORRENTES			
				PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
				JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA			
				OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
				DESPESAS DE CAPITAL			
				INVESTIMENTOS			
				INVERSOES FINANCEIRAS			
				AMORTIZACAO DA DIVIDA			
				INTERFERÊNCIAS PASSIVAS		654.776,28	654.776,28
				TRANSFERENCIA AO PODER LEGISLATIVO		654.776,28	654.776,28
SubTotal	15.000.000,00	16.702.232,53	1.702.232,53	SubTotal	17.894.115,18	17.828.795,90	-65.319,28
Déficit Total	2.894.115,18	1.126.563,37	-1.767.551,81	Superávit Total			
Total	17.894.115,18	17.828.795,90	-65.319,28	Total	17.894.115,18	17.828.795,90	-65.319,28

JOSE MAURO FIGUEIREDO
PREFEITO MUNICIPAL

MARIA FERNANDES BEATO
CONTADORA - CRC-MT 009487/0-8

ANDERSON ROELLA DE OLIVEIRA
SECRETARIO MUN.FAZENDA

Emissão: 03/03/2015 16:08:50 — Agili Softwares para Area Publica — Página 1

ANEXO 13

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

ANEXO 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO FINANCEIRO

EXERCÍCIO DE 2014

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas TCE

RECEITA			
ORÇAMENTÁRIA			
Títulos	**R$**	**R$**	**R$**
RECEITA			16.702.112,53
RECEITAS CORRENTES		16.960.529,79	
RECEITA TRIBUTARIA	1.429.158,19		
RECEITA DE CONTRIBUICOES	306.178,93		
RECEITA PATRIMONIAL	104.037,74		
TRANSFERENCIAS CORRENTES	14.597.576,66		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	523.578,27		
RECEITAS DE CAPITAL		1.643.728,26	
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.643.728,26		
(-) DEDUCOES DA RECEITA		-1.902.145,52	
Total da Receita Orçamentária			**16.702.112,53**
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS			
Títulos	**R$**	**R$**	**R$**
Total de Transf. Financeiras Recebidas			**0,00**
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA			
Títulos	**R$**	**R$**	**R$**
CONSIGNACOES			1.918.037,09
INSS		633.682,82	
EDUCACAO	26.954,28		
SAUDE	192.763,28		
FUNDEB 60%	146.195,49		
FUNDEB 40%	53.202,86		
DEMAIS SEGURADOS	214.566,91		
PENSAO ALIMENTICIA		11.606,40	
PENSAO ALIMENTICIA - EDUCACAO	1.737,26		
PENSAO ALIMENTICIA - FUNDEB 60%	1.597,92		
PENSAO ALIMENTICIA - FUNDEB 40%	3.927,22		
PENSAO ALIMENTICIA - DEMAIS SERVIDORES	4.344,00		
OUTROS CONSIGNATARIOS		984.393,53	
CONTRIB. SIND. ANUAL - DEMAIS SERVIDORES	4.104,84		
CONTRIB. SIND. ANUAL - FUNDEB 40%	1.048,69		
CONTRIB. SIND. ANUAL - FUNDEB 60%	3.113,16		
CONTRIB. SIND. ANUAL - SAUDE	2.113,14		
CONTRIB. SIND. ANUAL - EDUCACAO	631,73		
SISPUMA - DEMAIS SEGURADOS	10.805,76		
SISPUMA - FUNDEB 40%	3.374,73		
SISPUMA - FUNDEB 60%	1.943,93		
SISPUMA - SAUDE	1.457,19		
CONSIGNACAO BB - EDUCACAO	14.844,54		
CONSIGNACAO BB - SAUDE	25.173,49		
CONSIGNACAO BB - FUNDEB 60%	63.021,60		
CONSIGNACAO BB - FUNDEB 40%	42.832,35		
CONSIGNACAO BB - DEMAIS SERVIDORES	146.933,43		
CONSIGNACAO C E F - SAUDE	7.518,54		

DESPESA			
ORÇAMENTÁRIA			
Títulos	**R$**	**R$**	**R$**
DESPESA			17.174.019,62
ADMINISTRACAO		1.988.552,97	
ASSISTENCIA SOCIAL		736.808,68	
SAUDE		5.341.661,89	
TRABALHO		167.022,33	
EDUCACAO		5.832.532,26	
CULTURA		46.418,34	
URBANISMO		2.032.616,57	
AGRICULTURA		45.550,58	
COMERCIO E SERVICOS		481.838,42	
TRANSPORTE		119.083,09	
DESPORTO E LAZER		147.107,53	
ENCARGOS ESPECIAIS		234.826,96	
Total da Despesa Orçamentária			**17.174.019,62**
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS			
Títulos	**R$**	**R$**	**R$**
INTERFERENCIAS PASSIVAS			654.776,28
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		654.776,28	
REPASSES PASSIVOS	654.776,28		
Total de Transf. Financeiras Concedidas			**654.776,28**
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA			
Títulos	**R$**	**R$**	**R$**
CONSIGNACOES			1.942.231,71
INSS		634.002,74	
EDUCACAO	26.672,90		
SAUDE	191.424,33		
FUNDEB 60%	147.417,59		
FUNDEB 40%	53.735,26		
DEMAIS SEGURADOS	214.752,66		
PENSAO ALIMENTICIA		12.512,13	
PENSAO ALIMENTICIA - EDUCACAO	1.737,26		
PENSAO ALIMENTICIA - FUNDEB 60%	1.830,33		
PENSAO ALIMENTICIA - FUNDEB 40%	4.261,54		
PENSAO ALIMENTICIA - DEMAIS SERVIDORES	4.683,00		
OUTROS CONSIGNATARIOS		994.237,43	
CONTRIB. SIND. ANUAL - DEMAIS SERVIDORES	4.104,84		
CONTRIB. SIND. ANUAL - FUNDEB 40%	1.048,69		
CONTRIB. SIND. ANUAL - FUNDEB 60%	3.113,16		
CONTRIB. SIND. ANUAL - SAUDE	2.113,14		
CONTRIB. SIND. ANUAL - EDUCACAO	631,73		
SISPUMA - DEMAIS SEGURADOS	10.770,56		
SISPUMA - FUNDEB 40%	3.675,90		
SISPUMA - FUNDEB 60%	2.017,75		
SISPUMA - SAUDE	2.319,70		
CONSIGNACAO BB - EDUCACAO	15.984,20		
CONSIGNACAO BB - SAUDE	35.176,40		
CONSIGNACAO BB - FUNDEB 60%	67.514,00		
CONSIGNACAO BB - FUNDEB 40%	46.217,94		
CONSIGNACAO BB - DEMAIS SERVIDORES	146.533,18		
CONSIGNACAO C E F - SAUDE	10.439,44		

Emissão: 03/03/2015 16:11:05 Agili Softwares para Area Publica Página 1

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

ANEXO 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO FINANCEIRO

EXERCÍCIO DE 2014

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas TCE

CONSIGNACAO C E F - FUNDEB 60%	24.489,20			CONSIGNACAO C E F - FUNDEB 60%	26.510,43		
CONSIGNACAO C E F - FUNDEB 40%	19.254,24			CONSIGNACAO C E F - FUNDEB 40%	20.858,76		
CONSIGNACAO C E F - DEMAIS SERVIDORES	50.661,70			CONSIGNACAO C E F - DEMAIS SERVIDORES	49.930,62		
CONSIGNACAO B V FINANCEIRA - EDUCACAO	2.974,42			CONSIGNACAO B V FINANCEIRA - EDUCACAO	3.222,36		
CONSIGNACAO B V FINANCEIRA - SAUDE	3.897,10			CONSIGNACAO B V FINANCEIRA - SAUDE	5.065,24		
CONSIGNACAO B V FINANCEIRA - FUNDEB 60%	6.935,97			CONSIGNACAO B V FINANCEIRA - FUNDEB 60%	7.992,76		
CONSIGNACAO B V FINANCEIRA - FUNDEB 40%	5.479,08			CONSIGNACAO B V FINANCEIRA - FUNDEB 40%	5.935,67		
CONSIGNACAO B V FINANCEIRA - DEMAIS SERVID	23.063,19			CONSIGNACAO B V FINANCEIRA - DEMAIS SERVID	24.056,95		
SINTEP - FUNDEB 60%	1.440,83			SINTEP - FUNDEB 60%	1.559,06		
SISPUMA - EDUCACAO	420,49			SISPUMA - EDUCACAO	442,59		
CONSIGNACAO- B.BRADESCO- EDUCACAO	6.713,49			CONSIGNACAO- B.BRADESCO- EDUCACAO	6.942,99		
CONSIGNACAO- B.BRADESCO- SAUDE	7.710,30			CONSIGNACAO- B.BRADESCO- SAUDE	11.084,29		
CONSIGNACAO- B.BRADESCO- FUNDEB 60	23.184,07			CONSIGNACAO- B.BRADESCO- FUNDEB 60	24.259,93		
CONSIGNACAO- B.BRADESCO- FUNDEB 40	6.472,99			CONSIGNACAO- B.BRADESCO- FUNDEB 40	6.923,18		
CONSIGNACAO- B.BRADESCO- DEMAIS SERVIDOR	30.304,16			CONSIGNACAO- B.BRADESCO- DEMAIS SERVIDOR	29.438,66		
CONSIGNACAO- UNIMED- EDUCACAO	12.072,64			CONSIGNACAO- UNIMED- EDUCACAO	12.003,23		
CONSIGNACAO-UNIMED - SAUDE	12.828,97			CONSIGNACAO-UNIMED - SAUDE	17.612,01		
CONSIGNACAO-UNIMED - 60% FUNDEB	41.727,82			CONSIGNACAO-UNIMED - 60% FUNDEB	41.768,40		
CONSIGNACAO-UNIMED -40% FUNDEB	7.283,47			CONSIGNACAO-UNIMED -40% FUNDEB	7.406,04		
CONSIGNACAO-UNIMED -DEMAIS SERVIDORES	85.363,44			CONSIGNACAO-UNIMED -DEMAIS SERVIDORES	85.581,24		
CONSIGNACAO-BANCO GERADOR - SAUDE	1.092,48			CONSIGNACAO-BANCO GERADOR - SAUDE	1.456,64		
CONSIGNACAO BB - FUNDO A FUNDO	98.657,32			CONSIGNACAO BB - FUNDO A FUNDO	88.107,66		
CONSIGNACAO BB - FNAS	9.160,15			CONSIGNACAO BB - FNAS	8.826,25		
CONSIGNACAO C E F - FUNDO A FUNDO	28.281,56			CONSIGNACAO C E F - FUNDO A FUNDO	25.204,94		
CONSIGNACAO B V FINANCEIRA - FUNDO A FUNDO	13.094,46			CONSIGNACAO B V FINANCEIRA - FUNDO A FUNDO	11.746,44		
SISPUMA - FUNDO A FUNDO	11.022,96			SISPUMA - FUNDO A FUNDO	9.719,80		
SISPUMA - FNAS	956,89			SISPUMA - FNAS	933,99		
CONTRIB. SIND. ANUAL - FUNDO A FUNDO	2.069,88			CONTRIB. SIND. ANUAL - FUNDO A FUNDO	2.069,88		
CONTRIB. SIND. ANUAL - FNAS	409,01			CONTRIB. SIND. ANUAL - FNAS	409,01		
CONSIGNACAO- B.BRADESCO- FUNDO A FUNDO	43.099,70			CONSIGNACAO- B.BRADESCO- FUNDO A FUNDO	38.653,71		
CONSIGNACAO- B.BRADESCO- FNAS	557,15			CONSIGNACAO- B.BRADESCO- FNAS	557,15		
CONSIGNACAO-UNIMED - FUNDO A FUNDO	48.391,78			CONSIGNACAO-UNIMED - FUNDO A FUNDO	42.871,58		
CONSIGNACAO-UNIMED -FNAS	5.965,96			CONSIGNACAO-UNIMED -FNAS	5.517,31		
CONSIGNACAO-BANCO GERADOR - FUNDO A FUNI	3.277,44			CONSIGNACAO-BANCO GERADOR - FUNDO A FUNI	2.913,28		
CONSIGNACAO- COOPERATIVA SICREDI- FUNDEB	6.115,06			CONSIGNACAO- COOPERATIVA SICREDI- FUNDEB	6.115,06		
CONSIGNACAO- COOPERATIVA SICREDI- DEMAIS S	4.524,96			CONSIGNACAO- COOPERATIVA SICREDI- DEMAIS S	3.172,87		
CONSIGNACAO- COOPERATIVA SICREDI- FUNDO A	6.522,08			CONSIGNACAO- COOPERATIVA SICREDI- FUNDO A	5.706,82		
IRRF DE SERVIDORES		194.046,91		IRRF DE SERVIDORES		207.291,98	
IRRF SERVIDORES - DEMAIS SERVIDORES	58.214,14			IRRF SERVIDORES - DEMAIS SERVIDORES	62.628,95		
IRRF SERVIDORES - FUNDEB 40%	3.575,10			IRRF SERVIDORES - FUNDEB 40%	3.869,98		
IRRF SERVIDORES - FUNDEB 60%	25.801,21			IRRF SERVIDORES - FUNDEB 60%	27.693,87		
IRRF SERVIDORES - SAUDE	16.130,85			IRRF SERVIDORES - SAUDE	22.641,15		
IRRF SERVIDORES - EDUCACAO	4.640,43			IRRF SERVIDORES - EDUCACAO	4.772,85		
IRRF SERVIDORES - FUNDO A FUNDO	76.462,90			IRRF SERVIDORES - FUNDO A FUNDO	76.462,90		
IRRF SERVIDORES - FNAS	9.222,28			IRRF SERVIDORES - FNAS	9.222,28		
IRRF DE TERCEIROS		35.737,89		IRRF DE TERCEIROS		35.737,89	
IRRF TERCEIROS - DEMAIS SERVIDORES	25.325,05			IRRF TERCEIROS - DEMAIS SERVIDORES	25.325,05		
IRRF DE TERCEIROS - SAUDE	9.956,62			IRRF DE TERCEIROS - SAUDE	9.956,62		
IRRF DE TERCEIROS - EDUCACAO	456,22			IRRF DE TERCEIROS - EDUCACAO	456,22		
ISS		41.106,88		ISS		40.986,88	
ISS RETIDO - DESPESA FUNDEB 40%	120,00			ISS RETIDO - DESPESA SAUDE	33.647,54		
ISS RETIDO - DESPESA SAUDE	33.647,54			ISS RETIDO - DESPESA EDUCACAO	6.133,95		
ISS RETIDO - DESPESA EDUCACAO	6.133,95			ISS RETIDO - FUNDO A FUNDO	1.205,39		

Emissão: 03/03/2015 16:11:05 Agili Softwares para Area Publica Página 2

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

ANEXO 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO FINANCEIRO

EXERCÍCIO DE 2014

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas TCE

ISS RETIDO - FUNDO A FUNDO	1.205,39			OUTROS CONSIGNATARIOS MUNICIPAIS		17.462,66	
OUTROS CONSIGNATARIOS MUNICIPAIS		17.462,66		ISS RETIDO - DEMAIS DESPESAS	17.462,66		
ISS RETIDO - DEMAIS DESPESAS	17.462,66			DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS			5,35
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS			5,35	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO		5,35	
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO		5,35		OUTROS DEPOSITOS	5,35		
OUTROS DEPOSITOS	5,35			OBRIGACOES DE EXERCICIOS ANTERIORES			1.175.192,91
OBRIGACOES CONSTITUIDAS POR EXECUCAO ORCAM			2.886.971,25	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		893.884,67	
DESPESA LIQUIDADA A PAGAR		632.021,75		DO EXERCICIO ANTERIOR	871.999,64		
PESSOAL A PAGAR	57.103,78			DO SEGUNDO EXERCICIO	5.767,12		
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	71.151,84			DO TERCEIRO EXERCICIO	6.325,73		
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS	503.766,13			DO SEXTO EXERCICIO EM DIANTE	9.792,18		
DESPESAS NAO LIQUIDADAS A PAGAR		2.254.949,50		RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS		281.308,24	
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS	2.254.949,50			LIQUIDADOS	281.308,24		
INCORPORACAO/DESINCORPORACAO DE SALDOS FIN			5,92				
CANCELAMENTOS DE OBRIGACOES DE EXERCICIOS A			9.792,18				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		9.792,18					
Total da Receita Extra-Orçamentária			**4.814.811,79**	**Total da Despesa Extra-Orçamentária**			**3.117.429,97**

SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE			
Títulos	**R$**	**R$**	**R$**	**Títulos**	**R$**	**R$**	**R$**
CAIXA				CAIXA			
BANCOS CONTA MOVIMENTO			276.771,57	BANCOS CONTA MOVIMENTO			144.790,22
BANCOS CONTA VINCULADA			993.736,42	BANCOS CONTA VINCULADA			1.696.416,22
Total do Saldo do Exercício Anterior			**1.270.507,99**	**Total do Saldo para o Exercício Seguinte**			**1.841.206,44**
Total da Receita			**22.787.432,31**	**Total da Despesa**			**22.787.432,31**

JOSE MAURO FIGUEIREDO
PREFEITO MUNICIPAL

MARIA FERNANDES BEATO
CONTADORA - CRC-MT 009487/0-8

ANDERSON ROELLA DE OLIVEIRA
SECRETARIO MUN.FAZENDA

Emissão: 03/03/2015 16:11:05

Agili Softwares para Area Publica

Página 3

ANEXO 15

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

ANEXO 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

EXERCÍCIO DE 2014

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas TCE

VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
RECEITA			16.702.112,53	DESPESA			17.174.019,62
RECEITAS CORRENTES		16.960.529,79		DESPESAS CORRENTES		13.868.339,06	
RECEITA TRIBUTARIA	1.429.158,19			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.060.027,21		
RECEITA DE CONTRIBUICOES	306.178,93			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.808.311,85		
RECEITA PATRIMONIAL	104.037,74			DESPESAS DE CAPITAL		3.305.680,56	
TRANSFERENCIAS CORRENTES	14.597.576,66			INVESTIMENTOS	3.070.853,60		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	523.578,27			AMORTIZACAO DE DIVIDA	234.826,96		
RECEITAS DE CAPITAL		1.643.728,26		TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS			654.776,28
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.643.728,26			REPASSES PASSIVOS		654.776,28	
(-) DEDUCOES DA RECEITA	-1.902.145,52			REPASSE CONCEDIDO	654.776,28		
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS							
TOTAL RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ATIVA			**16.702.112,53**	**TOTAL RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PASSIVA**			**17.828.795,90**
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS							
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
INCORPORACOES DE ATIVOS			1.697.206,52	DESINCORPORACOES DE ATIVOS			1.482.280,71
AQUISICAO DE BENS MOVEIS		1.697.206,52		LIQUIDACAO DE CREDITOS - PELA ENTRADA DE RECUR		1.482.280,71	
BENS MOVEIS DE USO PERMANENTE	220.509,11			DIVIDA ATIVA RECEBIDA	325.349,03		
BENS DE ESTOQUE	1.476.697,41			OUTRAS LIQUIDACOES DE CREDITOS	1.156.931,68		
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS			228.575,07	INCORPORACAO DE PASSIVOS			
OUTRAS DESINCORPORACOES DE PASSIVOS		228.575,07					
PARCELAMENTOS	228.575,07						
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS							
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORCAMENTARIAS							
TOTAL DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS ATIVAS			**1.925.781,59**	**TOTAL DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS PASSIVAS**			**1.482.280,71**
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS				TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS			
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS				TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS			
OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS			5,92	OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS			-206.495,93
INCORPORACAO/DESINCORPORACAO DE SALDOS FINANCE		5,92		INCORPORACAO/DESINCORPORACAO DE SALDOS NAO FIN		-206.495,93	
INCORPORACAO/DESINCORPORACAO DE SALDOS FIN	5,92			INCORPORACAO/DESINCORPORACAO DE SALDOS NAO	-206.495,93		
INCORPORACOES DE ATIVOS			5.673.519,82	DESINCORPORACOES DE ATIVOS			3.019.079,26
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS		880.804,72		BAIXA DE BENS MOVEIS		1.540.868,10	
BENS MOVEIS DE USO PERMANENTE	880.804,72			BAIXA DE BENS DE ESTOQUE	1.540.868,10		
INCORPORACAO DE DIREITOS		4.792.715,10		BAIXA DE DIREITOS		1.478.211,16	
DEVEDORES ENTIDADES E AGENTES	2.597.514,52			DEVEDORES ENTIDADES E AGENTES	510.216,58		
DIVIDA ATIVA - INSCRICAO	393.093,90			DIVIDA ATIVA - CANCELAMENTOS	258.873,98		
INCORPORACAO DE OUTROS DIREITOS	1.802.106,68			BAIXAS DE OUTROS DIREITOS	709.120,60		
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS			137.104,56	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS			1.040,51
AJUSTES DE CREDITOS		137.104,56		DESVALORIZACOES DE BENS		1.040,51	
ATUALIZACAO MONETARIA	137.104,56			BENS MOVEIS	1.040,51		
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS			21.374,84	INCORPORACAO DE PASSIVOS			11.834,77
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES		21.374,84		INCORPORACAO DE OBRIGACOES		11.834,77	
CANCELAMENTOS DE OBRIGACOES DE EXERCICIOS	9.792,18			OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	11.834,77		
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES	11.582,66			AJUSTES DE OBRIGACOES			1.341,51
AJUSTES DE OBRIGACOES				ATUALIZACAO DE OBRIGACOES EXTERNAS		1.341,51	

Emissão: 03/03/2015 16:06:22 Agili Softwares para Area Publica Página 1

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

ANEXO 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

EXERCÍCIO DE 2014

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas TCE

				PARCELAMENTOS	1.341,51		
TOTAL INDEPENDENTES DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA ATIVA			**5.832.005,14**	**TOTAL INDEPENDENTES DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA PASSIVA**			**2.826.800,12**
Total das Variações Ativas			**24.459.899,26**	**Total das Variações Passivas**			**22.137.876,73**
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)				**RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)**			**2.322.022,53**
Total Geral			**24.459.899,26**	**Total Geral**			**24.459.899,26**

JOSE MAURO FIGUEIREDO
PREFEITO MUNICIPAL

MARIA FERNANDES BEATO
CONTADORA - CRC-MT 009487/0-8

ANDERSON ROELLA DE OLIVEIRA
SECRETARIO MUN.FAZENDA

Emissão: 03/03/2015 16:06:22

Agili Softwares para Area Publica

Página 2

ANEXO 16

ESTADO DE MATO GROSSO

ANEXO 16 DA LEI 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

EXERCÍCIO DE 2014

(art. 124 da Lei nº 4.320/1964) em R$

DÍVIDA FUNDADA INTERNA NÃO VINCULADA

AUTORIZAÇÕES						SALDO CIRCULAÇÃO ANTERIOR EM	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
LEIS	DESCRIÇÃO	PARCELAS TOT.	PARCELAS PAGAS	DATA	VALOR EMISSÃO		EMISSÃO	ATUALIZAÇÃO	RESGATE	CANCELAMENTO	QUANTIDADE	VALOR
/0000	IOMAT- IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO	12		13/09/2011	12.848,26						12	
1012/2009	PARC CEMAT ACORDO PROC 2007.36.00.005387-1-3	55	3	31/12/2009	318.523,70	28.956,68			17.374,02	11.582,66	52	
899/2005	PARCELAMENTO CEMAT	106	11	16/11/2005	1.070.866,56	170.382,50			110.247,50		95	60.135,00
517/1992	PARCELAMENTO DE INSS	49	16	23/04/1992	481.684,68	111.763,35		1.341,51	97.725,91		33	15.378,95
766/2001	PARCELAMENTO SANEMAT	194		11/09/2001	393.820,49						194	
/0000	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO	11	3	17/10/2014	11.834,77		11.834,77		3.227,64		8	8.607,13
TOTAL					**2.289.578,46**	**311.102,53**	**11.834,77**	**1.341,51**	**228.575,07**	**11.582,66**	**394**	**84.121,08**

TOTAL GERAL					**2.289.578,46**	**311.102,53**	**11.834,77**	**1.341,51**	**228.575,07**	**11.582,66**	**394**	**84.121,08**

JOSE MAURO FIGUEIREDO
PREFEITO MUNICIPAL

MARIA FERNANDES BEATO
CONTADORA - CRC-MT 009487/0-8

ANDERSON ROELLA DE OLIVEIRA
SECRETARIO MUN.FAZENDA

Emissão: 03/03/2015 16:04:47

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

Página 1

Homologado

ANEXO 17

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

ANEXO 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

EXERCÍCIO DE 2014

(art. 123 da Lei nº 4.320/1964) em R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO (a)	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (a+(b+c)- (d+e))
		RECEITAS		DESPESAS		
		INSCRIÇÃO (b)	RESTABELECIMENTO (c)	BAIXA (d)	CANCELAMENTO (e)	
ATIVO FINANCEIRO						
REALIZAVEL						
RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS						
CREDITOS DE INSS A COMPENSAR EM SEFIP						
Subtotal:						
PASSIVO FINANCEIRO						
RESTOS A PAGAR						
RESTOS A PAGAR 2012 - PROCESSADOS	170.087,79			5.767,12		164.320,67
RESTOS A PAGAR 2012 - PROCESSADOS	139.657,27					139.657,27
RESTOS A PAGAR 2009 - PROCESSADOS	31.170,07					31.170,07
RESTOS A PAGAR 2010 - PROCESSADOS	7.296,76					7.296,76
RESTOS A PAGAR 2008 - PROCESSADOS	9.792,18			9.792,18		
RESTOS A PAGAR 2012 - PROCESSADOS	6.972,67					6.972,67
RESTOS A PAGAR 2011 - PROCESSADOS	11.589,21			6.325,73		5.263,48
RESTOS A PAGAR 2010 - PROCESSADOS	188,96					188,96
RESTOS A PAGAR 2010 - PROCESSADOS	13.803,00					13.803,00
RESTOS A PAGAR 2011 - PROCESSADOS	55.987,60					55.987,60
RESTOS A PAGAR 2012 - PROCESSADOS	211,40					211,40
RESTOS A PAGAR 2011 - PROCESSADOS	1.300,05					1.300,05
RESTOS A PAGAR 2011 - PROCESSADOS	8,00					8,00
RESTOS A PAGAR 2013 - PROCESSADOS	484.698,97			461.725,22		22.973,75
RESTOS A PAGAR 2013 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS	98.928,75			64.684,73		34.244,02
RESTOS A PAGAR 2013 - PROCESSADOS	396.549,96			361.186,85		35.363,11
RESTOS A PAGAR 2013 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS	43.430,00			18.110,00		25.320,00
RESTOS A PAGAR 2013 - PROCESSADOS	43.121,42			43.024,67		96,75
RESTOS A PAGAR 2013 - PROCESSADOS	6.998,30			6.062,90		935,40
RESTOS A PAGAR 2013 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS	5.098,70			368,70		4.730,00
RESTOS A PAGAR 2012 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR	108.836,64			100.000,00		8.836,64
RESTOS A PAGAR 2012 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS						
RESTOS A PAGAR 2009 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR	12.740,58					12.740,58
RESTOS A PAGAR 2010 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR	63.951,75					63.951,75
RESTOS A PAGAR 2008 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS		9.792,18			9.792,18	
RESTOS A PAGAR 2012 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS						
RESTOS A PAGAR 2011 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR	303.487,93			98.144,81		205.343,12
RESTOS A PAGAR 2010 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR	0,04					0,04
RESTOS A PAGAR 2010 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR	0,04					0,04
RESTOS A PAGAR 2011 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR	1.825,75					1.825,75
RESTOS A PAGAR 2012 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS						
RESTOS A PAGAR 2011 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR	14,92					14,92
RESTOS A PAGAR 2011 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS						
RESTOS A PAGAR 2013 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS						
R.P. de 2014 Nao Processados		2.254.949,50				2.254.949,50
R.P. de 2014 Processados		632.021,75				632.021,75
Subtotal:	**2.017.748,71**	**2.896.763,43**		**1.175.192,91**	**9.792,18**	**3.729.527,05**
DEPOSITOS						
INSS - EDUCACAO	1.554,38	24.871,35		24.589,97		1.835,76
INSS - SAUDE	13.329,08	42.664,07		55.510,23		482,92
INSS - FUNDEB 60 %	11.250,07	135.440,08		136.662,18		10.027,97
INSS - FUNDEB 40%	4.729,67	49.414,83		49.947,23		4.197,27
INSS - DEMAIS SEGURADOS	15.410,21	186.705,06		187.996,20		14.119,07

Emissão: 03/03/2015 16:03:42

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

ANEXO 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

EXERCÍCIO DE 2014

(art. 123 da Lei nº 4.320/1964) em R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO (a)	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (a+(b+c)- (d+e))
		RECEITAS		DESPESAS		
		INSCRIÇÃO (b)	RESTABELECIMENTO (c)	BAIXA (d)	CANCELAMENTO (e)	
INSS- CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS						
INSS- SAUDE- FUNDO A FUNDO		136.068,73		121.883,62		14.185,11
INSS -FNAS		12.835,19		11.729,80		1.105,39
INSS 13 SALARIO - EDUCACAO		2.082,93		2.082,93		
INSS 13 SALARIO - SAUDE		2.430,63		2.430,63		
INSS 13 SALARIO - FUNDEB 60%		10.755,41		10.755,41		
INSS 13 SALARIO - FUNDEB 40%		3.788,03		3.788,03		
INSS 13 SALARIO - DEMAIS SERVIDORES		13.849,44		13.849,44		
INSS 13 SALARIO - SAUDE - FUNDO A FUNDO		11.599,85		11.599,85		
INSS 13 SALARIO - FNAS		1.177,22		1.177,22		
PENSAO ALIMENTICIA - EDUCACAO		1.737,26		1.737,26		
PENSAO ALIMENTICIA - SAUDE						
PENSAO ALIMENTICIA - FUNDEB 60%	232,41	1.597,92		1.830,33		
PENSAO ALIMENTICIA - FUNDEB 40%	334,32	3.927,22		4.261,54		
PENSAO ALIMENTICIA - DEMAIS SERVIDORES	339,00	4.344,00		4.683,00		
PENSAO ALIMENTICIA - SAUDE - FUNDO A FUNDO						
PENSAO ALIMENTICIA - SAUDE - FNAS						
CONSIGNACAO BB - EDUCACAO	1.139,66	14.844,54		15.984,20		
CONSIGNACAO BB - SAUDE	10.002,91	25.173,49		35.176,40		
CONSIGNACAO BB - FUNDEB 60%	4.492,40	63.021,60		67.514,00		
CONSIGNACAO BB - FUNDEB 40%	3.385,59	42.832,35		46.217,94		
CONSIGNACAO BB - DEMAIS SERVIDORES	10.758,04	146.933,43		146.533,18		11.158,29
CONSIGNACAO BB - FUNDO A FUNDO		98.657,32		88.107,66		10.549,66
CONSIGNACAO BB - FNAS		9.160,15		8.826,25		333,90
CONSIGNACAO C E F - EDUCACAO						
CONSIGNACAO C E F - SAUDE	2.920,90	7.518,54		10.439,44		
CONSIGNACAO C E F - FUNDEB 60%	2.021,23	24.489,20		26.510,43		
CONSIGNACAO C E F - FUNDEB 40%	1.604,52	19.254,24		20.858,76		
CONSIGNACAO C E F - DEMAIS SERVIDORES	3.924,00	50.661,70		49.930,62		4.655,08
CONSIGNACAO C E F - FUNDO A FUNDO		28.281,56		25.204,94		3.076,62
CONSIGNACAO C E F - FNAS						
CONSIGNACAO B V FINANCEIRA - EDUCACAO	247,94	2.974,42		3.222,36		
CONSIGNACAO B V FINANCEIRA - SAUDE	1.168,14	3.897,10		5.065,24		
CONSIGNACAO B V FINANCEIRA - FUNDEB 60%	1.056,79	6.935,97		7.992,76		
CONSIGNACAO B V FINANCEIRA - FUNDEB 40%	456,59	5.479,08		5.935,67		
CONSIGNACAO B V FINANCEIRA - DEMAIS SERVIDORES	1.878,17	23.063,19		24.056,95		884,41
CONSIGNACAO B V FINANCEIRA - FUNDO A FUNDO		13.094,46		11.746,44		1.348,02
CONSIGNACAO B V FINANCEIRA - FNAS						
PASEP - EDUCACAO						
PASEP - SAUDE						
PASEP - FUNDEB 60%						
PASEP - FUNDEB 40%						
PASEP - DEMAIS SERVIDORES						
PASEP - FUNDO A FUNDO						
PASEP - FNAS						
SINTEP - EDUCACAO						
SINTEP - FUNDEB 60%	118,23	1.440,83		1.559,06		
SINTEP - FUNDEB 40%						
SISPUMA - EDUCACAO	22,10	420,49		442,59		
SISPUMA - SAUDE	862,51	1.457,19		2.319,70		

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

ANEXO 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

EXERCÍCIO DE 2014

(art. 123 da Lei nº 4.320/1964) em R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO (a)	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (a+(b+c)- (d+e))
		RECEITAS		DESPESAS		
		INSCRIÇÃO (b)	RESTABELECIMENTO (c)	BAIXA (d)	CANCELAMENTO (e)	
SISPUMA - FUNDEB 60%	73,82	1.943,93		2.017,75		
SISPUMA - FUNDEB 40%	301,17	3.374,73		3.675,90		
SISPUMA - DEMAIS SEGURADOS	971,78	10.805,76		10.770,56		1.006,98
SISPUMA - FUNDO A FUNDO		11.022,96		9.719,80		1.303,16
SISPUMA - FNAS		956,89		933,99		22,90
CONTRIB. SIND. ANUAL - EDUCACAO		631,73		631,73		
CONTRIB. SIND. ANUAL - SAUDE		2.113,14		2.113,14		
CONTRIB. SIND. ANUAL - FUNDEB 60%		3.113,16		3.113,16		
CONTRIB. SIND. ANUAL - FUNDEB 40%		1.048,69		1.048,69		
CONTRIB. SIND. ANUAL - DEMAIS SERVIDORES		4.104,84		4.104,84		
CONTRIB. SIND. ANUAL - FUNDO A FUNDO		2.069,88		2.069,88		
CONTRIB. SIND. ANUAL - FNAS		409,01		409,01		
IRRF SERVIDORES - EDUCACAO	132,42	4.640,43		4.772,85		
IRRF SERVIDORES - SAUDE	6.510,30	16.130,85		22.641,15		
IRRF SERVIDORES - FUNDEB 60%	1.892,66	25.801,21		27.693,87		
IRRF SERVIDORES - FUNDEB 40%	294,88	3.575,10		3.869,98		
IRRF SERVIDORES - DEMAIS SERVIDORES	4.414,81	58.214,14		62.628,95		
IRRF SERVIDORES - FUNDO A FUNDO		76.462,90		76.462,90		
IRRF SERVIDORES - FNAS		9.222,28		9.222,28		
IRRF DE TERCEIROS - EDUCACAO		456,22		456,22		
IRRF DE TERCEIROS - SAUDE		9.956,62		9.956,62		
IRRF DE TERCEIROS - FUNDEB 60%						
IRRF TERCEIROS - FUNDEB 40%						
IRRF TERCEIROS - DEMAIS SERVIDORES		25.325,05		25.325,05		
IRRF TERCEIROS - FUNDO A FUNDO						
IRRF TERCEIROS - FNAS						
INDENIZACOES E RESTITUICOES						
ISS RETIDO - DESPESA EDUCACAO		6.133,95		6.133,95		
ISS RETIDO - DESPESA SAUDE		33.647,54		33.647,54		
ISS RETIDO - DESPESA FUNDEB 60%						
ISS RETIDO - DESPESA FUNDEB 40%						
ISS RETIDO - DEMAIS DESPESAS		17.462,66		17.456,74	5,92	
ISS RETIDO - FUNDO A FUNDO		1.205,39		1.205,39		
ISS RETIDO - FNAS						
CONSIGNACOES DIVERSAS - ACERTOS FUTUROS						
DEPOSITOS JUDICIAIS - EM JUIZO						
CAUCAO DE PARTICIPACAO						
CAUCAO DE CONTRATO	12.604,46					12.604,46
CONSIGNACAO- B.BRADESCO- EDUCACAO	229,50	6.713,49		6.942,99		
CONSIGNACAO- B.BRADESCO- SAUDE	3.373,99	7.710,30		11.084,29		
CONSIGNACAO- B.BRADESCO- FUNDEB 60	1.075,86	23.184,07		24.259,93		
CONSIGNACAO- B.BRADESCO- FUNDEB 40	450,19	6.472,99		6.923,18		
CONSIGNACAO- B.BRADESCO- DEMAIS SERVIDORES	1.760,01	30.304,16		29.438,66		2.625,51
CONSIGNACAO- B.BRADESCO- FUNDO A FUNDO		43.099,70		38.653,71		4.445,99
CONSIGNACAO- B.BRADESCO- FNAS		557,15		557,15		
CONSIGNACAO- UNIMED- EDUCACAO	1.002,92	12.072,64		12.003,23		1.072,33
CONSIGNACAO-UNIMED - SAUDE	4.783,04	12.828,97		17.612,01		
CONSIGNACAO-UNIMED - 60% FUNDEB	3.521,90	41.727,82		41.768,40		3.481,32
CONSIGNACAO-UNIMED -40% FUNDEB	811,65	7.283,47		7.406,04		689,08
CONSIGNACAO-UNIMED -DEMAIS SERVIDORES	6.392,53	85.363,44		85.581,24		6.174,73

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

ANEXO 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

EXERCÍCIO DE 2014

(art. 123 da Lei nº 4.320/1964) em R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO (a)	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (a+(b+c)- (d+e))
		RECEITAS		DESPESAS		
		INSCRIÇÃO (b)	RESTABELECIMENTO (c)	BAIXA (d)	CANCELAMENTO (e)	
CONSIGNACAO-UNIMED - FUNDO A FUNDO		48.391,78		42.871,58		5.520,20
CONSIGNACAO-UNIMED -FNAS		5.965,96		5.517,31		448,65
CONSIGNACAO-BANCO GERADOR - EDUCACAO						
CONSIGNACAO-BANCO GERADOR - SAUDE	364,16	1.092,48		1.456,64		
CONSIGNACAO-BANCO GERADOR - FUNDEB 60%						
CONSIGNACAO-BANCO GERADOR - FUNDEB 40%						
CONSIGNACAO-BANCO GERADOR - DEMAIS SERVIDORES						
CONSIGNACAO-BANCO GERADOR - FUNDO A FUNDO		3.277,44		2.913,28		364,16
CONSIGNACAO-BANCO GERADOR - FNAS						
CONSIGNACAO- COOPERATIVA SICREDI- EDUCACAO						
CONSIGNACAO- COOPERATIVA SICREDI- SAUDE						
CONSIGNACAO- COOPERATIVA SICREDI- FUNDEB 60%		6.115,06		6.115,06		
CONSIGNACAO- COOPERATIVA SICREDI- FUNDEB 40%						
CONSIGNACAO- COOPERATIVA SICREDI- DEMAIS SERVIDOR		4.524,96		3.172,87		1.352,09
CONSIGNACAO- COOPERATIVA SICREDI- FUNDO A FUNDO		6.522,08		5.706,82		815,26
CONSIGNACAO- COOPERATIVA SICREDI- FNAS						
OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS		5,35		5,35		
Subtotal:	**144.200,91**	**1.917.922,44**		**1.942.231,14**	**5,92**	**119.886,29**
Subtotal:	**2.161.949,62**	**4.814.685,87**		**3.117.424,05**	**9.798,10**	**3.849.413,34**
TOTAL	**2.161.949,62**	**4.814.685,87**		**3.117.424,05**	**9.798,10**	**3.849.413,34**
TOTAL GERAL	**2.161.949,62**	**TOTAL (b+c)**	**4.814.685,87**	**TOTAL (d+e)**	**3.127.222,15**	**3.849.413,34**

JOSE MAURO FIGUEIREDO
PREFEITO MUNICIPAL

MARIA FERNANDES BEATO
CONTADORA - CRC-MT 009487/0-8

ANDERSON ROELLA DE OLIVEIRA
SECRETARIO MUN.FAZENDA

Emissão: 03/03/2015 16:03:42 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS Página 4

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7.694/2015

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, o Sr. *CÉLIO VASCONCELOS ASSUNÇÃO*,portador da Cédula de Identidade RG nº. 1779965-1 SSP/MT e do CPF nº. 487.718.641-72, para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **Secretário Adjunto de Serviços de Campo - SASC,** Nível **DAS-02,** a partir de 03/03/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 03 dias de março de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7.703/2015

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, a srª *SANDRA MARA DA SILVA*, portadora da Cédula de identidade RG n°. 840.445 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n°. 593.725. 831-20, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR** Classe **"C", Nível 5",** lotada na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura,** para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento PedagógicodeDiretor Pedagógico das Escolas do Campo - DIPECAM, DAP-02, a partir **de** 04/03/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 04 dias de março de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7.696/2015

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido da Srª. *ROSILENE CEZAR L´ASTORINA*, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 826238 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 458.386.741-72, do cargo de Carreira de **PROFESSOR CLASSE B Nível I, com licenciatura em Letras –localidade AR2,** lotada na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura,** a partir de 1°/03/2015, tornando sem efeito a **Portaria nº 5.410/2012**.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 04 dias de março de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004/2015

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL EFETIVO DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ **– MT.**

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES.

A Prefeitura Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, a Comissão do Concurso Público nº 001/2015, designada pela Portaria Nº 7.576/2015 de 20/01/2015, no uso de suas atribuições, em conformidade com o item 11.1 e 11.2 do Edital de Concurso Público nº 001/2015

RESOLVE,

1. Homologar as inscrições do concurso público 001/2015, conforme ***ANEXO I,*** por estarem de acordo com as exigências estabelecidas no Regulamento e no Edital nº. 001/2015;

2. Atribuir Número de Inscrição aos candidatos, do qual cada candidato deve tomar conhecimento;

3. Considerar desistentes os candidatos que não tenham efetivado o pagamento do Boleto Bancário referente à taxa de inscrição, ou que não tenham atendido a outras exigências referentes às inscrições de acordo com o que determina o Edital 001/2015 em seus itens e subitens de 3.7.15. até 3.7.24.

Aripuanã - MT, 03 de março de 2015.

Ednilson Luiz Faitta

Prefeito Municipal

Rafael Gomes Paulino

Presidente da Comissão de Concurso

ANEXO I

INSCRIÇÃO	NOME	RG	CARGO
1331	ABENIL EVANGELISTA RUBENICH	1096072	Enfermeiro - Sede do Município
0155	ABIDORAL AGOSTINHO DE SENA	786476	Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Sede do Município
1282	ADABIANE KULPE DA SILVA	3053762170	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0898	ADAIR MARTINS	5706364-5	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
0997	ADALBERTO PAGIOLLI	22199489	Engenheiro Civil - Sede do Município
1553	ADARLEI GARCIA LUIZ	764962	Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Sede do Município
0546	ADEMIR GOMES DOS SANTOS	600463	Agente de Fiscalização de Obras e Posturas - Sede do Município
0872	ADRIANA ALVES LECIE	18214916	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
0914	ADRIANA APARECIDA GALINDO	2018094-2	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1485	ADRIANA BATISTA MIRANDA DA SILVA	1581393-2	Assistente Social - Sede do Município
0878	ADRIANA BEZERRA NOVAES	10101616	Assistente Social - Sede do Município
1051	ADRIANA COELHO BIAZATTI	23005300	Professor Pedagogia - Conselvan
1244	ADRIANA MOREIRA DE OLIVEIRA	964335	Técnico em Enfermagem - Conselvan
1494	ADRIANA PEREIRA GOMES	759397	Assistente Social - Sede do Município
0658	ADRIANA SANTOS SIQUEIRA	19641796	Professor Pedagogia - Sede do Município
1238	ADRIANO CORREA LIMA	96656681	Assistente Social - Sede do Município
1581	ADRIANO MENDONÇA DE OLIVEIRA	11888334	Professor Educação Física - Sede do Município
0523	AGUINALDO GENTIL DE OLIVEIRA	381.082	Engenheiro Civil - Sede do Município
0856	AILTON PEREIRA DOS SANTOS	13059432	Professor Pedagogia - Guariba
0797	ALAN PABLO LOPES DE OLIVEIRA	1103935	Bioquímico - Sede do Município
0596	ALANA ZIMERMAM	233.4483-0	Dentista 40h - Sede do Município
0122	ALCIDES PADILHA DOS SANTOS	6729826-8	Assistente Social - Sede do Município
0652	ALCIMAR BEZERRAR SOARES	160060	Médico PSF - Sede do Município
1167	ALCIONE VALÉRIO DIAS	MG12148286	Assistente Social - Sede do Município
0665	ALDAIR RODRIGUES	1657050-2	Motorista de Automóvel - Sede do Município
1568	ALDECIR BECOSKI	0938804-4	Motorista de Automóvel - Sede do Município
0673	ALDERLI FIDELIS	510351	Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Sede do Município

0453	ALDICREIA DA SILVA GALINDO	1608889-1	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0465	ALESSANDRA DA SILVA MARTINS	1166473	Agente Comunitário de Saúde - Conselvan
1216	ALESSON OLIVEIRA DE FREITAS	83711914	Enfermeiro - Sede do Município
0357	ALEXANDRE DA SILVA RODRIGUES	14464926	Operador de Máquinas Pesadas (Escavadeira) - Sede do Município
0743	ALEXANDRE REGIO LEITE	91645939	Engenheiro Agrônomo - Sede do Município
1615	ALICE COLETTI	176724	Analista Administrativo - Sede do Município
1339	ALINE ALVESDIAS	1990139-9	Professor Pedagogia - Sede do Município
0776	ALINE LANDIM DE CARVALHO	204111-38	Enfermeiro - Sede do Município
0806	ALINE NANTES BRITO	1138217	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0062	ALINE RODA LEITE XAVIER	23762772	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0455	ALISON DOS SANTOS SILVA	20449038	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
1267	ALISSON BORTOT	436322237	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Conselvan
1020	ALMIR SOUSA SANTOS LIMA	10708219	Operador de Máquinas Pesadas (Escavadeira) - Sede do Município
1304	ALTAIR RIBEIRO	1437392-0	Professor Pedagogia - Conselvan
1034	ALTAMIR FELICIANO PEREIRA	1276953-3	Engenheiro Agrônomo - Sede do Município
0265	ALZINETE BATISTA GARCIA	2560699	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
1565	AMANDA CARLA GONÇALVES ALVES	23196939	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
1506	AMARILSON NASCIMENTO DIAS	656045	Procurador do Município - Sede do Município
1111	AMORA FÉLIX DURSO	1957056-2	Enfermeiro - Sede do Município
0621	AMOS RODRIGUES MOREIRA	2618845-7	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1463	ANA APARECIDA SOUZA DAGOSTIN	1479548	Recepcionista - Sede do Município
0644	ANA CARLA MORAES BOTONI	21752583	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
0309	ANA CAROLINA STEINKE	818-710	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
1169	ANA CATARINA DANTAS SANTOS	3170924	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0707	ANA CRISTINA DA SILVA CAPPELLESSO	306108	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1048	ANA DO CARMO ALVES	20502559	Professor Pedagogia - Sede do Município
1351	ANA LUCIA BARBALHO DA ESCOSSIA MELO	1806506	Nutricionista 40h - Sede do Município
0318	ANA LUCIA DE SOUZA	17184800	Recepcionista - Sede do Município
0228	ANA MARCIA MARTINS JALES SILVA	1592232-4	Assistente Social - Sede do Município
0317	ANA PAULA ALVES DOS SANTOS	21620407	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Milagrosa
1456	ANA PAULA CELESTINO AZEVEDO	21485038	Agente Comunitário de Saúde - Sede do Município: Centro
1271	ANA PAULA FERREIRA BORTOT	1017953	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Conselvan
0110	ANA PAULA SOUZA GOMES	1359133	Recepcionista - Sede do Município
0594	ANATALIA SILVA ARAUJO	675967	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
0104	ANDERSON PEREIRA DOS SANTOS	24238449	Agente de Serviços Públicos - Sede do Município
1436	ANDERSON RICARDO BORGES FERNANDES	17190002	Motorista de Caminhão - PCCS Prefeitura: Sede do Município
0008	ANDERSON TEIXEIRA	865604	Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Sede do Município
1219	ANDRE LUIZ MENEZES DA CRUZ	4020509	Técnico Agrícola - Sede do Município
0822	ANDRÉ PEREIRA DIAS	2206756200	Engenheiro Civil - Sede do Município
1083	ANDREIA CRISTINA MEDEIROS	1.102.466-6	Procurador do Município - Sede do Município
0531	ANDREIA MIRIAN DELLA ROSA	11363347	Professor Pedagogia - Sede do Município
0948	ANDREIA MONTEIRO MEDINA	23102845	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0015	ANDREIA PEREIRA DA SILVA	1616242-0	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1372	ANDREY PHILIPE KERBER	4425189	Procurador do Município - Sede do Município
0079	ANGELA ALVES DA SILVA	15987680	Agente de Combate às Endemias - Sede do Município
0741	ANGELA APARECIDA PIOVESAN	950682	Assistente Social - Sede do Município
0488	ANGELA LUCI DE OLIVEIRA	17185025	Professor Pedagogia - Sede do Município
1552	ANGELA MARIA DA SILVA SCOPEL	1285995	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0432	ANGELA MARIA GOES GOMES	20777914	Agente Comunitário de Saúde - Conselvan
0599	ANGELA MELETTI	19234236	Enfermeiro - Sede do Município
0296	ANGELICA DE OLIVEIRA MELLO	23638460	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1039	ANIELY CORDEIRO DE ALMEIDA	12368172-0	Dentista 40h - Sede do Município

1468	ANILEICI DE ALMEIDA	16330463	Assistente Social - Sede do Município
0268	ANNY KELLY LEITÃO DA SILVA	1176449-0	Recepcionista - Sede do Município
1055	ANTONIO BISPO DE OLIVEIRA	876.663	Motorista de Caminhão - PCCS Prefeitura: Sede do Município
0554	ANTONIO CARLOS SCHMITZ	29146739	Motorista de Caminhão - PCCS Prefeitura: Sede do Município
1126	ANTONIO FRANCISCO VERSARI	44286521	Dentista 40h - Sede do Município
0661	ANTONIO JOSÉ MOLINA DE CASTRO	419866851	Professor Educação Física - Sede do Município
0697	ANTONIO SANTANA CORREA MARQUES JUNIOR	12234451	Dentista 40h - Sede do Município
0065	AQUILA MAGDALA VENTURA FERREIRA	2355715-0	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0277	ARIANA MIGUEL DOS SANTOS	1637805	Agente Comunitário de Saúde - Sede do Município: Jardim Planalto
0482	ARLINDO CLARO DA SILVA JUNIOR	14943557	Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Sede do Município
0840	ARTEMISA ALVES DOS SANTOS	21272263	Agente Comunitário de Saúde - Conselvan
0239	AUGUSTINHO DO NASCIMENTO SILVA	11208236	Motorista de Caminhão - PCCS Prefeitura: Sede do Município
0085	AUGUSTO TAVARES DA CRUZ	13220110	Assistente Social - Sede do Município
0999	ÁUREA ZEITZ	2/R2272554	Agente Comunitário de Saúde - Sede do Município: Centro
1060	AURISLEIA ALVES MOREIRA	20789467	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
0260	AURISLENE ALVES MOREIRA	20642822	Agente Comunitário de Saúde - Sede do Município: Jardim Planalto
0984	AURISTELA XAVIER FERREIRA	12762164	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Conselvan
1573	BARBARA IZABELECAPPELLESSO	2371925-7	Dentista 40h - Sede do Município
0499	BIANCA DOS SANTOS SILVA PASTÓRIO	2336851-9	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0666	BRUNA CRISTIAN PAULA TEDESCO PACINI	29241901	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0545	BRUNA DE AVILA ASSMANN	21542996	Agente de Serviços Públicos - Sede do Município
1194	CAMILA VARGAS	6582539	Enfermeiro - Sede do Município
0995	CARÃTI ARAÚJO SOARES	18105890	Enfermeiro - Sede do Município
0204	CARLA ALVES DE SOUZA GONÇALVES	1146657	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
1439	CARLA DAYANE DE OLIVEIRA MARQUES	14260689	Enfermeiro - Sede do Município
0663	CARLA MICHELLY DA SILVA	14788330	Dentista 40h - Sede do Município
0113	CARLIENE SOUZA DE OLIVEIRA	896913	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
0245	CARLOS ANTUNES DA CRUZ	840446	Motorista de Caminhão - PCCS Prefeitura: Sede do Município
0830	CARLOS BONIECK LOPES DO NASCIMENTO	18141242	Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Sede do Município
1235	CARLOS CESAR BORTOT	370269615	Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Sede do Município
0042	CARLOS EDUARDO MARTINS	3904956	Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Sede do Município
0504	CARLOS HENRIQUE MARTINS MOREIRA	2110062	Motorista de Automóvel - Sede do Município
1433	CARLOS WLADEMIR DE BARROS	18616070	Agente de Fiscalização de Obras e Posturas - Sede do Município
0817	CARMEM TERESINHA CEOLIN	596782	Professor Pedagogia - Sede do Município
0659	CASSIA LIGIADE ANDRADE	327391947	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
0679	CÉLIA MÁRCIA NUNES MACHADO	1802580	Bioquímico - Sede do Município
0130	CELIO JOSE DIAS	911274	Motorista de Caminhão - PCCS Prefeitura: Sede do Município
0480	CELSO DA SILVA FILHO	16810856	Enfermeiro - Sede do Município
1405	CÉSAR RAMALHO DE BARROS	28404793	Professor Pedagogia - Conselvan
1159	CINTHIA FERNANDA DA SILVA OLIVEIRA	17736072	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0851	CINTHYA CAIÇARA DE MENESES	12861715	Professor Pedagogia - Sede do Município
1342	CLARISSA GILMARA BARROS	921732	Procurador do Município - Sede do Município
1283	CLAUDEMIR CACERES OLIVEIRA	1179652	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0820	CLAUDEMIRIA VAZ DE MORAES	18415474	Fiscal Tributário - Sede do Município
0941	CLAUDETE RODRIGUES DA MATA	15764303	Professor Pedagogia - Conselvan
1162	CLAUDIA DOS SANTOS BARBOSA	12444464	Agente de Combate às Endemias - Sede do Município
0336	CLAUDIA FIDELCINA DOS SANTOS	13376837	Enfermeiro - Sede do Município
0028	CLAUDIA MARIA TSCHA	701575	Analista Administrativo - Sede do Município
0542	CLAUDIA RODRIGUES DA SILVA	14032570	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Conselvan
1359	CLAUDINEIA DE NAZARE	282949-2	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0904	CLAUDINEIA DOS SANTOS	1253012-3	Professor Pedagogia - Sede do Município

0626	CLAUDINEY SOARES	345972	Operador de Máquinas Pesadas (Pá Carregadeira) - Sede do Município
1388	CLEBERSON DOS SANTOS RIBAS	1293224-8	Engenheiro Agrônomo - Sede do Município
1477	CLEIDIANE DE SOUZA THEOTONIO	977815	Professor Pedagogia - Conselvan
1236	CLEIDIANE LEITE GUARNIER	1182962	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0602	CLEMENTINA FERREIRA LEGERT		Professor Pedagogia - Conselvan
0118	CLEMILDA DE SOUZA SANTOS	2343606-9	Agente Comunitário de Saúde - Conselvan
0369	CLENIR BATISTA DE OLIVEIRA DA SILVA	15482707	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
1460	CLEONICE MARIA RODRIGUES VICTOR	1950468	Dentista 40h - Sede do Município
0137	CLEONICE VELLOZO CAMARA	643885	Técnico em Enfermagem - Conselvan
0196	CLEUSA JUSTINO DA SILVA	22105794	Professor Pedagogia - Conselvan
0527	CLEYTIANA CATTANI PEREIRA	2113511-8	Professor Pedagogia - Sede do Município
1390	CLEYTON DA SILVA KAYBERS	17006880	Operador de Máquinas Pesadas (Escavadeira) - Sede do Município
0733	CLODOALDO CARLOS VIEIRA	19289499	Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Sede do Município
1561	CLODOALDO FIALHO GARCIA	16007158	Motorista de Automóvel - Sede do Município
0074	CONCEICAO APARECIDA DE SOUZA SANTANA	746861	Professor Pedagogia - Sede do Município
0901	CREOMAR RODRIGUES	15814890	Motorista de Caminhão - PCCS Prefeitura: Sede do Município
0724	CRISTIAN JOSE MIRANDA DA SILVA	283772	Fiscal Sanitário - Sede do Município
1103	CRISTIAN KELLI FERREIRAGASPAR	1174921	Agente de Serviços Públicos - Conselvan
1184	CRISTIANE ABDALA DE PAIVA	MG9032860	Analista Administrativo - Sede do Município
1043	CRISTIANE APARECIDA DA SILVA	2127198-4	Auxiliar de Saúde Bucal - Sede do Município
0520	CRISTIANE RODRIGUES	1815941-9	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Morena
1108	CRISTIANO LEANDRO DE SOUSA	1403234-1	Fiscal Tributário - Sede do Município
1199	CRISTINA CAVALCANTE DE LIMA	15515508	Professor Pedagogia - Sede do Município
0086	CRISTINA DA LUZ	1164867-8	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
0280	CRISTINA DOS SANTOS BORGES	24632759	Agente Comunitário de Saúde - Sede do Município: Jardim Planalto
0307	CRISTINA SOUZA SANTOS LIMA	1001064	Recepcionista - Sede do Município
0051	CRYSTIAN AMADO ALENCAR DA ROSA	2343603-4	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1004	DÁFILLA STÉFANY VIEIRA	22632816	Professor Pedagogia - Sede do Município
0067	DAIANA NAIARA SOUZA DE CARVALHO	23044365	Agente Comunitário de Saúde - Conselvan
0667	DAIANE COTRIM DE CARVALHO	2876960-0	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Conselvan
0444	DAIANE DANCIGUER	975863	Agente Comunitário de Saúde - Conselvan
1079	DAIANNE FERREIRA DO NASCIMENTO	2685570-4	Recepcionista - Sede do Município
0574	DAIANY CHRISTINA DE ARAUJO CAMPOS	16039114	Enfermeiro - Sede do Município
1429	DAMILTON DINIZ TOMAZ	951683	Professor História - Milagrosa
1192	DANIEL BOTONI	10667539	Analista Administrativo - Sede do Município
1480	DANIEL NEVES BARBOSA	20020406	Operador de ETA - Conselvan
0972	DANIEL SOARES DA SILVA	11421572	Professor Educação Física - Sede do Município
1128	DANIELA DA SILVA	15607097	Enfermeiro - Sede do Município
0238	DANIELA GEORGINA DE DEUS COELHO	1092344-6	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
1249	DANIELLE NUNES MATEINE	2.678.159	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
1293	DANIÉLLI LEE SIQUEIRA	2709989-0	Professor Pedagogia - Sede do Município
0812	DANIELY GONÇALVES DA SILVA	13624242-3	Enfermeiro - Sede do Município
1066	DANNYLO DE ALMEIDA MACHADO	18579109	Dentista 40h - Sede do Município
0475	DARCI PEREIRA SENA	134055949	Motorista de Caminhão - PCCS Prefeitura: Sede do Município
1551	DAVID CLEMENTE RUDY	14787	Procurador do Município - Sede do Município
1041	DAYANE ANDREIA JUSTEN	13681516	Professor Pedagogia - Sede do Município
1472	DAYANE CRISTINE ALVES CABRAL	2355759-1	Recepcionista - Sede do Município
0275	DAYANNA CARLA KARINA MARTINS	19289464	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1588	DEANGLITI GOMES SANTANA	1246874	Bioquímico - Sede do Município
0031	DEBORA DE FATIMA MANZANO	15037193	Analista Administrativo - Sede do Município
0931	DEBORA FERNANDA RABELO DE OLIVEIRA	22044779	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município

1409	DEBORA MARIA GRAMULHA	34164835-8	Nutricionista 40h - Sede do Município
0022	DÉBORA MELATTO HENRIQUE	1729365-0	Professor Pedagogia - Sede do Município
0135	DÉBORA TELAROLLI DE SOUZA	2447226-3	Recepcionista - Sede do Município
1182	DELCY TAMANKIEVIEZ	28729358	Professor Pedagogia - Sede do Município
0996	DELMAN CAVALCANTE SALDANHA	646458	Bioquímico - Sede do Município
0966	DEUZELI DA SILVA	631719	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Conselvan
1562	DEVACIR VAZ DE MORAES	17614546	Professor Pedagogia - Sede do Município
0348	DHEFERSON BRUNO SILVEIRA DA SILVA	27373550	Motorista de Automóvel - Sede do Município
1289	DIEGO ALVES DE OLIVEIRA	27880230	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Conselvan
1010	DIEGO ANTONIO GASPARIN	1085780	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
0270	DIENIFER ALEXANDRA FRANÇA	2115081-8	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
1303	DIENIFER ALEXANDRA FRANÇA	16964667	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
1205	DIONE FERREIRA FREITAS	15311465	Enfermeiro - Sede do Município
0385	DIONIS SILVEIRA	6287829	Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Sede do Município
0467	DIRCE COLETTI DE JESUS	158941	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0448	DIVANILCE GUAREZ	21990174	Recepcionista - Sede do Município
0739	DJALMA BROL	56495436	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0462	DONIZETI JUNKES DE SOUZA	22.496.380-	Professor História - Sede do Município
0229	DORALUCE COTRIN DE OLIVEIRA	2009516-3	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
1206	DOUGLAS HENRIQUE DE ASSIS FERREIRA	18209947	Professor Pedagogia - Sede do Município
0807	DULCIANE SILVEIRA	27480704	Agente Comunitário de Saúde - Sede do Município: Jardim Planalto
0962	EDELSON MENDONÇA DE OLIVEIRA	837492	Professor Pedagogia - Conselvan
1626	EDER ROCHA DA SILVA	304162735	Professor de Educação Física (Saúde) - Sede do Município
1063	EDERSON DOS SANTOS CRUZ	21933286	Operador de ETA - Conselvan
0823	EDERSON TEIXEIRA	959088	Agente de Serviços Públicos - Conselvan
1406	EDI FRANKLIN TAVARES ARAUJO	19155387	Motorista de Automóvel - Sede do Município
0781	EDILEIA HELENA DA SILVA	20780168	Operador de ETA - Conselvan
0440	EDILSON VOLNEI HAHN	57334371	Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Sede do Município
0600	EDIMAR DA SILVA LEÃO	2705095-5	Agente Comunitário de Saúde - Conselvan
1058	EDINALIA MARIA ALVES DE OLIVEIRA	13266454	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Conselvan
0463	EDINEI SANTOS DA SILVA	1012791-7	Assistente Social - Sede do Município
0829	EDIOMAR ALVES DE BESSA	1077957	Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Sede do Município
1499	EDIONES NASCIMENTO DA SILVA	2386371-4	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1365	EDIRLENE PEREIRA MARINS	12609102	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0473	EDITE RODRIGUES BRAGANCA	706920	Telefonista - Sede do Município
1258	EDIVANDA MARIA DE OLIVEIRA	543831	Assistente Social - Sede do Município
0370	EDMAR OLIVEIRA RODRIGUES	339672006	Motorista de Caminhão - PCCS Prefeitura: Sede do Município
0699	EDNAMARIADE OLIVEIRA	2614097-7	Agente de Serviços Públicos - Conselvan
0543	EDNA DA SILVA	27920658	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
0524	EDNA MARIA DE SENA	722986	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
0308	EDNA SIMÃO DE OLIVEIRA	592.809	Professor Pedagogia - Sede do Município
1593	EDNAMARA ALVES DIAS	1070803	Técnico em Raio X - Sede do Município
0487	EDSON HENRIQUE PEREIRA DE ARRUDA	1676776-4	Bioquímico - Sede do Município
1023	EDUARDO JOSÉ BIGATON	11232056	Dentista 40h - Sede do Município
0350	EDUARDO OLIVEIRA ALMEIDA	25367532003	Operador de Máquinas Pesadas (Escavadeira) - Sede do Município
0161	ELAINE APARECIDA PEREIRA DE SOUZA	592219	Agente Comunitário de Saúde - Conselvan
0162	ELAINE APARECIDA PEREIRA DE SOUZA	592219	Professor Pedagogia - Conselvan
0932	ELAINE LEITE DOS SANTOS	2111484-6	Professor Pedagogia - Conselvan
0330	ELAINE MARCELINO DA SILVEIRA	12139246	Professor Pedagogia - Sede do Município
0734	ELDIS QUIRINO DA SILVA	21222657	Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Sede do Município
0964	ELDITE NASCIMENTO MOREIRA	18099734	Professor Pedagogia - Sede do Município

0090	ELENILDA NEVES BARBOSA	825983	Agente Comunitário de Saúde - Sede do Município: Jardim Planalto
1153	ELESTRANDA GOMES TEIXEIRA	1107315-2	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0556	ELEUZA PAULA PEREIRA	1501016-3	Analista Administrativo - Sede do Município
0276	ELIANA REIS DA SILVA OLIVEIRA	865008	Professor Pedagogia - Sede do Município
0384	ELIANA RODRIGUES CARNEIRO	14135051	Recepcionista - Sede do Município
0896	ELIANDRA PEREIRA DOS SANTOS	1849009-2	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Conselvan
0541	ELIANE APARECIDA DO SANTOS GONCALVES	19690304	Recepcionista - Sede do Município
0802	ELIANE DE CAMPOS ZAMBORSKY	11951656	Professor Pedagogia - Sede do Município
0926	ELIANE GRAEBIN	10621369	Professor Pedagogia - Sede do Município
0755	ELIDIORRAINE DE MOURA	23718461	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
0761	ELIEDE VANDEL REI DE JESUS	884317	Agente de Serviços Públicos - Conselvan
0243	ELIENE MARIA ALVARENGA	13041231	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
0751	ELIENE NUNES MACIEL DA SILVA	1477854-8	Agente de Serviços Públicos - Conselvan
0043	ELIETE MENEZES DOS SANTOS	17553407	Recepcionista - Sede do Município
0760	ELIETE RODRIGUES DA SILVA	779-550	Professor Pedagogia - Conselvan
0835	ELIETH DA LANA LIMA	20094450	Agente de Combate às Endemias - Sede do Município
1418	ELIKA OLIVEIRA DE LANA	978330	Professor Pedagogia - Sede do Município
0248	ELISANGELA KIMIFUJIMORI	16907388	Enfermeiro - Sede do Município
0304	ELISANGELA LORIANA BRITIS	960473	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1307	ELISÂNGELA ROCHA DA SILVA	651668	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Conselvan
1288	ELISENE RIBEIRO PIRES	1105447	Agente de Serviços Públicos - Conselvan
1161	ELISMAR DIAS PEREIRA	14006618	Motorista de Caminhão - PCCS Prefeitura: Sede do Município
1260	ELIZA ESSER COELHO	12053546	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1330	ELIZABETE CAVALCANTE PEREIRA	0863576-5	Professor Pedagogia - Sede do Município
0721	ELIZANDRA VERANNILDA HOMMERDING	11952300	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
0625	ELIZÂNGELA DA SILVA	2018214-7	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
0553	ELIZANGELA PASSITO DA SILVA	17800307	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
0297	ELIZEU CAMARA	2238427-8	Operador de Máquinas Pesadas (Escavadeira) - Sede do Município
0841	ELIZEU MARCOS MORAIS	26141191	Agente Comunitário de Saúde - Conselvan
0551	ELLEN JUHAS JORGE	35341463-3	Procurador do Município - Sede do Município
0895	ELTON RODRIGUES SANTOS	23618760	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1399	ELUANE MARÇAL DE OLIVEIRA	16208992001	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0991	ELZA CHAVES TEIXEIRA LIMA FERREIRA	29253330	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
1012	ELZA SIQUEIRA EVANGELISTA	26415801	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
0773	EMERSON DA COSTA SANTOS	858124	Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Sede do Município
0723	EMERSON DE OLIVEIRA JESUS	964771	Técnico Agrícola - Sede do Município
0561	ENDRIGO RODRIGUES GEDRO	24491292	Motorista de Automóvel - Sede do Município
0772	ERENILDA GOMES DA SILVA SANTOS	911887	Professor Pedagogia - Conselvan
0346	ERICA DO CARMO FINCK	26135205	Agente Comunitário de Saúde - Conselvan
0871	ERICA HOFFAY DE OLIVEIRA FRANÇA CAMPOS	15020703	Dentista 40h - Sede do Município
1173	ERICA RODRIGUES PEREIRA	2063236-3	Analista Administrativo - Sede do Município
1253	ERICA SCHALAVIN TEIXEIRA	2460183-7	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Conselvan
1386	ÉRICA SHIRLEI SANTANA DE OLIVEIRA	1213717949	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
0889	ERONDINA DE ALMEIDA LISBOA	9139508	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
1064	ERVESON PEREIRA DE SOUZA	18764860	Enfermeiro - Sede do Município
1618	EUNICE JANDREY MARQUES	4204980-8	Professor Pedagogia - Sede do Município
0575	EVA GOMES DE OLIVEIRA	14165436	Professor Pedagogia - Sede do Município
0091	EVANDIDO DE SANTANA	2539964-0	Motorista de Automóvel - Sede do Município
1069	EVANILDA ALONSO	731376	Agente Comunitário de Saúde - Sede do Município: Jardim Planalto
0507	EVELYN CRISTINE DA SILVA DE REZENDE	215666538	Assistente Social - Sede do Município
1478	FABIANA BATISTA DE MENEZES	1140471	Professor Pedagogia - Conselvan

1458	FABIANA DA SILVA	917712	Agente de Serviços Públicos - Conselvan
1250	FABIANA GOMES DE OLIVEIRA	19289413	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1442	FABIANO MONTEIRO	1637182-8	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
0949	FABIANO PAULETTI MARTINS	69029370	Motorista de Caminhão - PCCS Prefeitura: Sede do Município
0216	FABIELA VEIGA BARROS	770411	Analista Administrativo - Sede do Município
0195	FABIO BATISTA GARCIA	1698203-7	Analista Administrativo - Sede do Município
1071	FABIOLA APARECIDA CORREA DE SOUZA	1756672-0	Agente de Serviços Públicos - Conselvan
0620	FABIOLA PEREIRA MENDES	2310311-0	Agente de Serviços Públicos - Conselvan
0992	FABIULA FELBERG	1138737	Agente de Serviços Públicos - Conselvan
0497	FABIULA LEITE DOS SANTOS	1925076-2	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Conselvan
0456	FABRICIA NAIARA SOUZA DA SILVA	2113519-3	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0886	FABRICIO CINTRA GOMES	16447549	Enfermeiro - Sede do Município
1450	FABRICIO LAGARES BARBOSA	765330	Técnico em Raio X - Sede do Município
0692	FATIMA APARECIDA DA SILVA	807352	Agente Comunitário de Saúde - Conselvan
1491	FATIMA ETIENEDE LIMA	15139158	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1393	FELIPE ALVARENGA BALISTA	15725235	Dentista 40h - Sede do Município
0077	FELIPE JOSÉ MESCH	1706967-0	Engenheiro Agrônomo - Sede do Município
0389	FERNANDA BOGRES	11.003.280-	Professor Educação Física - Sede do Município
0752	FERNANDA MACIEL DA SILVA	24122548	Professor Pedagogia - Conselvan
1490	FERNANDA RIBEIRO PAULINO	21484910	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1465	FERNANDA SOUZA RAMOS	2451589-2	Recepcionista - Sede do Município
0930	FERNANDO RICARTE	1665383	Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Sede do Município
1237	FERNANDO VIEIRA BARBOSA	6892136/8	Professor de Educação Física (Saúde) - Sede do Município
0287	FLAVIA MARIA COSTA	936530	Engenheiro Civil - Sede do Município
1357	FLAVIANE NAIARA DE ASSIS FERREIRA	21317828	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
0795	FRANCIANE DA SILVA CRUZ	866039	Agente de Serviços Públicos - Sede do Município
1557	FRANCIELE FATIMA HABOSKI	2072627-9	Recepcionista - Sede do Município
1396	FRANCIELE MITIUHE CABRERA	41.545.762-	Bioquímico - Sede do Município
0063	FRANCIELI GOMES	2612417-3	Agente de Serviços Públicos - Sede do Município
0225	FRANCIELLYJARUCHEWSKI SANTANA	11497755	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
1183	FRANCIELY LUIZ DE SOUZA	21591172	Engenheiro Agrônomo - Sede do Município
0887	FRANCINEIA DA SILVA KAYBERS	24491659	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
1528	FRANCINEIA XAVIER DA SIVLA	11953144	Professor Pedagogia - Conselvan
0459	FRANCISCO CRUZ CABRAL	718678	Motorista de Caminhão - PCCS Prefeitura: Sede do Município
0709	FRANCISCO FERREIRA SOUSA	22805346	Motorista de Automóvel - Sede do Município
0678	FRANCISMAR SOMBRA BARROZO	1144778-8	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
1415	GABRIELA DE SA PEREIRA	10909630	Dentista 40h - Sede do Município
0640	GEAINE RODRIGUES GONCALVES	1683585-9	Enfermeiro - Sede do Município
1240	GEANE BATISTA DE MENEZES	706.692	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0344	GEISIANE FERREIRA DA SILVA	2595613-2	Agente de Serviços Públicos - Conselvan
0540	GEISIANE OLIVEIRA SOARES BRAGA	831193	Analista Administrativo - Sede do Município
0481	GENAINE FIGUEREDO ANDRADE	24978493	Agente Comunitário de Saúde - Sede do Município: Centro
0033	GENIVALDO ANGELOS DE LANES	25219073	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
0299	GENIVANIA DOS SANTOS ARAUJO	28405234	Professor Pedagogia - Conselvan
1106	GENY TEIXEIRA DA SILVA ARAÚJO	1679683	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
0688	GEONICE DE JESUS DE PAULA	2138295-6	Assistente Social - Sede do Município
1045	GEONICE DE JESUS DE PAULA	19673493	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0998	GEOVANA MANN CARRIEL	2683229-1	Agente de Serviços Públicos - Conselvan
1517	GERSON LOPES VIANA	1814481-0	Professor Pedagogia - Conselvan
1131	GESIEL CRISTOFHER DE ALCANTARA COSTA	21068054	Agente Comunitário de Saúde - Conselvan
0261	GESIKA PAULA BATTISTI	15677290	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
0450	GESLANE SILVA DOS ANJOS	2048711-8	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1188	GESSICA SOUZA DOS SANTOS	2449180-2	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município

0250	GIDEON DALBEM	413850	Motorista de Caminhão - PCCS Prefeitura: Sede do Município
1171	GILBERTO FENSKI	2113525-8	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1470	GILMAR CRUZ CABRAL	1245499	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
1550	GILMAR ROBERTO SILVA	16245970	Assistente Social - Sede do Município
1164	GILMAR SANTOS DA SILVA	21484899	Motorista de Automóvel - Sede do Município
1243	GILSON FERREIRA DO NASCIMENTO	1055861	Motorista de Caminhão - PCCS Prefeitura: Sede do Município
1321	GILVANE GNOATTO	17046599	Agente de Serviços Públicos - Sede do Município
1613	GIOVANE CESARIO SABINO"	774268	Motorista de Caminhão - PCCS Prefeitura: Sede do Município
0502	GISELE SILVEIRA DE ARAUJO	1796432-6	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
0720	GISLAINE DE LIMA OLIVEIRA	20906102	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0727	GIULIANE GRACIELE FAORO	19674120	Engenheiro Ambiental - Sede do Município
1471	GIZELDA LOVO	565155489	Técnico em Raio X - Sede do Município
0175	GIZELI BARROS KLAT	22044418	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1466	GLÁ?UCIA BRAZ JARDINI	16670906	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1555	GLAUCIA GANZER	11393629	Enfermeiro - Sede do Município
0341	GLAUCIANE SANTIAGO ARAUJO SILVA	17006864	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
0040	GLAUCIENE BATISTA DE OLIVEIRA ASSUNÇÃO	15988074	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
1148	GLEBSON FERREIRA DE BRITO	12066460	Agente de Fiscalização de Obras e Posturas - Sede do Município
1473	GLEICE JANIELLE BENITES CENCI	1985228-2	Técnico Agrícola - Sede do Município
1132	GLEICIELLY SILVA DE SOUZA	1082335	Operador de ETA - Conselvan
1419	GLEICIENE BORGES DOS SANTOS	2389695-7	Recepcionista - Sede do Município
1531	GLESIANE MUNALDI MOITINHO SPANHOL	826866	Assistente Social - Sede do Município
0748	GLÍCEA DE OLIVEIRA CHRISTO	1648727	Professor Pedagogia - Sede do Município
0946	GRACIELE PONSONI	1368009-9	Engenheiro Agrônomo - Sede do Município
0790	GREICE FERREIRA MACHADO	13781197	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
0030	GREICE KELI VALENTE BATISTA	16161718	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0024	GREICE KELLEM DE SOUZA FORTUNATO	16981030	Professor Educação Física - Sede do Município
0632	GREICIELI APARECIDA DA SILVA	23477407	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Conselvan
0476	GREICIELI BATISTA GARCIA	21141207	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0272	GUARACI DE RE DA SILVA	10010157	Professor Educação Física - Sede do Município
1212	GUSTAVO HENRIQUE DE SOUZA SILVA	2673588-1	Agente Comunitário de Saúde - Sede do Município: Jardim Planalto
1426	GUSTAVO TAKAHASHI DE PAULA	23187956	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
1056	HEBERT RIBEIRO DE CARVALHO	2218315-9	Professor Pedagogia - Conselvan
0581	HELCOLES KLEITON TORREMOCHA	20461682	Engenheiro Civil - Sede do Município
0788	HELENA LEANDRO DE SOUSA	1001020-3	Professor Pedagogia - Sede do Município
0377	HELIENE WANDEL REI DE JESSUS	OOO780494	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
1080	HENRIQUE CAVALCANTE DE LIMA	22042717	Motorista de Caminhão - PCCS Prefeitura: Sede do Município
0585	HILDEBRANDO LUIZ DUARTE STAUFFER	17119740	Bioquímico - Sede do Município
0454	HILDOMAR SOUSA SILVA E SILVA	21273340	Motorista de Caminhão - PCCS Prefeitura: Sede do Município
0514	HUGO DELEON DE OLIVEIRA	2555525-1	Motorista de Automóvel - Sede do Município
1306	HUNILDO DE JESUS SANTOS	1124405	Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Sede do Município
0066	IARA JANE DE OLIVEIRA	885940	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
0087	IDA BEGONHA E COUSO CABRAL	3091746	Recepcionista - Sede do Município
1110	IDAIANE MARCELINA EFFGEN	1017392	Técnico em Enfermagem - Conselvan
0641	IEDA LETICIA PEREIRA VIEIRA MARQUES	27042936	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1489	INDIANI CORADINI MOSCON DE SOUZA	1057202	Agente Comunitário de Saúde - Conselvan
1185	IRACEMA DE OLIVEIRA SANTOS	5808537	Professor Pedagogia - Sede do Município
0717	IRENI MARIA DE FATIMA FRANCO	7062818	Agente Comunitário de Saúde - Sede do Município: Centro
1315	IRENILTON JESUS DOS SANTOS	21469326	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
0882	IRLAINE MARQUES DOS SANTOS	27050920	Agente de Combate às Endemias - Sede do Município
0670	ITELINA RODRIGUES DE OLIVEIRA	850506	Agente de Serviços Públicos - Sede do Município
0362	IVANILDA APARECIDA DE OLIVEIRA	1801806-8	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município

1487	IVANILZE PEREIRA DA SILVA	12675199	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
0342	IVONETE FERREIRA DOS SANTOS	1375897-7	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
0125	IZAIAS DA COSTA SANTANA	762457	Fiscal Tributário - Sede do Município
0801	JAINE ANGELA ORBACH	23102772	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1546	JAIR DA SILVA	451210	Motorista de Caminhão - PCCS Prefeitura: Sede do Município
1496	JAMIL ABUGATTAS	78430303	Dentista 40h - Sede do Município
0557	JAMILSON DE OLIVEIRA GOIS	10461230	Motorista de Automóvel - Sede do Município
0725	JANAINA CRISLEY D`AGOSTIN	13807781	Professor Pedagogia - Sede do Município
0890	JANAINA LISBOA DE ALMEIDA NEVES	15634728	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
0713	JANAINA TEIXEIRA GALVAN	2090592-0	Engenheiro Agrônomo - Sede do Município
0584	JANICE MARTA DA SILVA POICHE	11875135	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
0749	JAQUELINEDE MEDEIROS BRITO	1013915	Técnico em Raio X - Sede do Município
0708	JAQUELINE PINTO	969921	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0978	JEFERSON BARROS DE FARIA	8.565.010-6	Engenheiro Ambiental - Sede do Município
1567	JEFERSON FERRERIA ABRANTES	18004792	Engenheiro Agrônomo - Sede do Município
1529	JEFREY HONAN FRANÇA	19621680	Engenheiro Ambiental - Sede do Município
0324	JENNYFER SAVARIS	26040310	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
0876	JEOVANA JARDINI BRANDÃO	963290	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
1224	JESSICA CONCEIÇÃO DA SILVA	2300258-1	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
1302	JESSICA LICK DE SOUZA SANTOS	28415841	Agente de Serviços Públicos - Conselvan
0222	JESSICA VALERIA FERREIRO	8700176	Procurador do Município - Sede do Município
1016	JOANEIAS FIDELIS DE OLIVEIRA	1187430-ES	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
0636	JOAO AUGUSTO DUNCK DALOSTO	15863360	Engenheiro Civil - Sede do Município
0863	JOAO CARLOS LOPES FERREIRA	18138250	Professor Pedagogia - Conselvan
1539	JOAO CARLOS SOARES DA SILVA	23820012	Operador de ETA - Conselvan
1062	JOAO DOS SANTOS HEDERIGUE	20095198	Agente Comunitário de Saúde - Sede do Município: Jardim Planalto
0653	JOAO EVANGELISTA COSTA	22465456	Motorista de Caminhão - PCCS Prefeitura: Sede do Município
1300	JOÃO LUIS NERI DAMASCENO	13486560	Dentista 40h - Sede do Município
0533	JOAO LUIZ DA SILVA	11951680	Motorista de Caminhão - PCCS Prefeitura: Sede do Município
0060	JOÃO PAULO ASSUMÇÃO REATTI	8.325.049-6	Professor Educação Física - Sede do Município
0934	JOAO PAULO COSTA COUTRIN	16002237	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
0899	JOAO PAULO HECKLER	8034266141	Engenheiro Agrônomo - Sede do Município
0671	JOÃO VENANCIO DA SILVA	88059	Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Sede do Município
1310	JOBSON HIDEO TACADA	20865775	Engenheiro Agrônomo - Sede do Município
1548	JOCÉLIA DE SOUSA SILVA	1070115980	Professor Pedagogia - Sede do Município
1382	JOCIELLE DE OLIVEIRA	9.269.986-2	Professor Pedagogia - Sede do Município
1207	JOCILAINE GUTKOSKI ZOMER	2011780-9	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0509	JOEBER DELCOLI DE ALMEIDA	1719813-5	Professor Educação Física - Sede do Município
0345	JOELMA APARECIDA LIMA LEMES DOS SANTOS	23584505	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0333	JOELMA MENDES FARIAS SANTANA	962835	Professor Pedagogia - Conselvan
0610	JOELSON BERTOLA DA COSTA	354444293	Engenheiro Agrônomo - Sede do Município
1017	JOEZER ALVES	771537	Motorista de Caminhão - PCCS Prefeitura: Sede do Município
1631	JOICE FERREIRA ROCHA	41778015-1	Professor Pedagogia - Sede do Município
1651	JONAS BOTH SILVEIRA	3.260.801	Bioquímico - Sede do Município
0906	JONASMAR ROGOSKI	5107143835	Engenheiro Ambiental - Sede do Município
1059	JONATHAN SANTANA RAUSCHKOLB	1514036-9	Engenheiro Agrônomo - Sede do Município
1614	JORDANI IDE OLIVEIRA IRBER	838347	Engenheiro Agrônomo - Sede do Município
0612	JORGE LEMOS PEREIRA	818247	Operador de ETA - Sede do Município
0258	JORGIANA DO CARMO CERCHI SANTOS	17532493	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
1187	JOSE ANTONIO FILHO	1909538	Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Sede do Município
1400	JOSÉ ARLINDO FIRMINO GOMES	41.379.675-	Enfermeiro - Sede do Município
0988	JOSÉ FERREIRA FILHO	11495530	Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Sede do Município
1008	JOSÉ MIGUEL CORRÊA DA SILVA	3.324.147	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município

0680	JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS	631782	Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Sede do Município
1579	JOSÉ WANDEL REI DE JESUS	2787539-3	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Conselvan
0069	JOSEB LANDE BISPO	36172388X	Fiscal Tributário - Sede do Município
0148	JOSEFA MARINHO DE CENA SANTOS	825942	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0343	JOSIANE RAMOS COELHO	2453676-8	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Conselvan
1186	JOSIEL CARLOS DA SILVA	21933111	Agente Comunitário de Saúde - Conselvan
0922	JOSIEL MANOEL DOS SANTOS	16818563	Agente de Serviços Públicos - Sede do Município
0718	JOSILENE FERREIRA SERPA	1588569-0	Enfermeiro - Sede do Município
0009	JOSILENE PINHEIRO DE OLIVEIRA	876954	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Conselvan
0905	JOSIMAR ANGELO DE LANES	20094825	Motorista de Automóvel - Sede do Município
1092	JOVENIRO MASSIMO DOS SANTOS	17582911	Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Sede do Município
0259	JOZEMARA DOS SANTOS BRITO	18078850	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
0710	JOZIMAR SOUSA DOS SANTOS	3614619200	Agente de Fiscalização de Obras e Posturas - Sede do Município
1438	JUCELIA MARIA DO NASCIMENTO	1971357	Recepcionista - Sede do Município
1190	JUCELIA ROSA SILVA	2407068-8	Agente Comunitário de Saúde - Sede do Município: Jardim Planalto
0918	JUCIELE TAIANA GLOGER	14304180	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0109	JUCIMEIRE PEREIRA	2003506-3	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
1355	JULIANA ALVES DIAS	2218452-0	Recepcionista - Sede do Município
0452	JULIANA BUENO HENRIQUE	2351790-5	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
1316	JULIANA FENSKI	2241983-7	Professor Pedagogia - Lontra
1564	JULIANA MEIRE DE ÁVILA	22042555	Professor Pedagogia - Conselvan
0764	JULIANA MENDES FARIAS SANTANA	2448342-7	Agente de Serviços Públicos - Conselvan
1504	JULIANO BARROS DA ROSA CONCEIÇÃO	11403632	Engenheiro Civil - Sede do Município
1536	JULLE FAGNER MENDES DA SILVA	779580	Operador de Máquinas Pesadas (Retroescavadeira) - Sede do Município
1412	JUNIOR CESAR NUNES	547894	Engenheiro Agrônomo - Sede do Município
0638	JURANDIR AMBRÓSIO	13198335	Engenheiro Agrônomo - Sede do Município
0853	JUSILENE PEREIRA CORREIA	17818311	Agente Comunitário de Saúde - Sede do Município: Jardim Planalto
1189	JUSSIMARA SOUZA PAES	21836558	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
1430	KAIARA HAHN	2063135-9	Nutricionista 40h - Sede do Município
0685	KATIA CILENE GALEANO DA SILVA	2674033-8	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0323	KATIA CRISTINA SILVA DA COSTA	13935232	Agente Comunitário de Saúde - Sede do Município: Centro
1227	KATIA GOMES DOS SANTOS	22847294	Agente de Combate às Endemias - Sede do Município
1602	KEISIELE TELLES SILVA	23026235	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
1623	KELINY DOS SANTOS DE ALMEIDA PROCÓPIO	2816678-7	Bioquímico - Sede do Município
1519	KELLY PATRICIA HUBNER	12742805	Dentista 40h - Sede do Município
1217	KELY ALVES DA SILVA	4484529	Agente de Serviços Públicos - Sede do Município
1527	KLEBER SPANHOL	722452	Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Sede do Município
1225	LAERCIO VICENTE FERREIRA	18.325.789	Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Sede do Município
1361	LAIANE GUIMARAES CARDOSO	15020886	Dentista 40h - Sede do Município
1204	LANA TAYSA RODRIGUES PASSOS	25955918	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
0535	LARISSA DE SOUZA ZANIN	22744754	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0188	LAUDICEIA ROSA LIBERATO	540639	Assistente Social - Sede do Município
0182	LAUDICEIA SILVERIO DA SILVA	2136429-0	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0034	LAURA CRISTINA DE LIMA	21991790	Agente de Combate às Endemias - Sede do Município
0023	LAURA PEREIRA DA SILVA	24239550	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
1037	LAYSA POLIANA MARCIANO	1152335	Professor Educação Física - Sede do Município
0501	LEANDRA ROSSETTO GUGEL	14083183	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0586	LEANDRO MENDES PACHECO	16026985	Engenheiro Agrônomo - Sede do Município
0187	LEANDRO NEGRINE DE AZEVEDO	16050754	Dentista 40h - Sede do Município
1520	LEDYVANE DA SILVA	836493	Agente de Combate às Endemias - Sede do Município
0493	LEIDIANE PEREIRA DE SOUZA	1990740-0	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Conselvan

0578	LEIDILAINE DOS SANTOS PEREIRA	2613930-8	Recepcionista - Sede do Município
0784	LEIDIMAR JANUARIO MENDES	783715	Assistente Social - Sede do Município
0457	LEILA RIBEIRO PAULINO	1894391-8	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0332	LEILIANE GOMES DA SILVA	1062030	Técnico em Raio X - Sede do Município
1611	LENON ALEXANDRE BILIERI	81249334	Analista Administrativo - Sede do Município
1533	LEONES RODRIGUES DE SOUZA	766354	Professor Educação Física - Sede do Município
1547	LEONICE ALVES FERREIRA	5056402-9	Assistente Social - Sede do Município
0601	LEONICE MARIADA SILVA LEITE	674333	Professor Pedagogia - Conselvan
0082	LEONILDA BONIFACIO DE MELLO	633710	Recepcionista - Sede do Município
0016	LETÍCIA CAROLINE DOS SANTOS LEAL	2610630-2	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
0794	LETÍCIA DOS SANTOS PEREIRA	2193467-3	Agente de Serviços Públicos - Conselvan
1599	LETICIA FERREIRA DOS SANTOS	814104	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
1223	LETICIA ORMOND DA SILVA	1832953-5	Bioquímico - Sede do Município
0883	LETICIA PAES BERTI	17390427	Enfermeiro - Sede do Município
0052	LETICIA PEREIRA DOS SANTOS	22759018	Recepcionista - Sede do Município
0715	LIDIANE RAMOS DE OLIVEIRA	17300045	Recepcionista - Sede do Município
0252	LINDALVA CRUZ CABRAL	1257114	Fiscal Sanitário - Sede do Município
0990	LINDALVA JUSTINA DA SILVA	1214707-9	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1198	LINDAURA FERREIRA DE LIMA	20095341	Agente de Serviços Públicos - Sede do Município
1424	LIZANDRA MENDES DOS SANTOS	726208	Professor Pedagogia - Sede do Município
0484	LIZEU SOUZA BRITES	629768	Enfermeiro - Sede do Município
1032	LORENA GOMES	2449296-5	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0114	LUAN ALVES CORREA DE MACEDO	MG13072413	Engenheiro Civil - Sede do Município
0142	LUANA CRESTANI GOMES	41967640	Enfermeiro - Sede do Município
0237	LUANA DE ANDRADE GALINDO	27012654	Recepcionista - Sede do Município
0392	LUCAS ANTONIO PUERARI	20486674	Engenheiro Agrônomo - Sede do Município
1542	LUCAS DOURADO DE ARAÚJO	14390531	Engenheiro Civil - Sede do Município
0420	LUCAS FERNANDES DA COSTA	2941063	Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Sede do Município
1421	LUCAS JANGO ANTUNES MAURICIO	566854223	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
1416	LUCAS MEDINA MARAFIGO		Auxiliar de Saúde Bucal - Sede do Município
0039	LUCELIA XAVIER VIANA	17612969	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
0088	LUCIA SOUZA LIMA	423590	Professor Pedagogia - Sede do Município
1526	LUCIANA ALVES CARVALHO	16686845	Recepcionista - Sede do Município
1481	LUCIANA CRISTINA DOS SANTOS SIQUEIRA	09145310-0	Professor Pedagogia - Sede do Município
0908	LUCIANA RAIMUNDA DO COUTO	1894963-0	Professor Pedagogia - Conselvan
1091	LUCIANA XAVIER COTRIM	1995593-6	Agente Comunitário de Saúde - Conselvan
1508	LUCIANO LOHMANN LINHARES	12696692	Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Sede do Município
1570	LUCIELE GNOATTO	1593195-1	Engenheiro Agrônomo - Sede do Município
1255	LUCIENE COSTA VIANA	655.360	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
0852	LUCIENE IZABEL VIDAL	17492262	Agente Comunitário de Saúde - Sede do Município: Jardim Planalto
1209	LUCILENE ALVES DE SOUZA	2129553-0	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
0912	LUCILENE CABRAL CUNHA	910393	Professor Pedagogia - Sede do Município
1033	LUCILENE RAIMUNDO DO COUTO	2193339-1	Agente Comunitário de Saúde - Conselvan
0049	LUCIMARA LONDERO	15606201	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
0894	LUCIMEIRE ALVES DAS CHAGAS	22466231	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1231	LUCINEIA XAVIER COTRIM	2386288-2	Agente de Serviços Públicos - Conselvan
1475	LUCIO DENILSON SIQUEIRA DE AMORIM	2246974-5	Motorista de Automóvel - Sede do Município
1379	LUIS CARLOS MENDES CLAUDINO	1740426-6	Motorista de Automóvel - Sede do Município
0825	LUIS CARLOS RIBEIRO DA SILVA	22633243	Agente de Serviços Públicos - Conselvan
1179	LUIZ AMERICO DE OLIVEIRA ABRAO	215285281	Técnico Agrícola - Sede do Município
1423	LUIZ ANTONIO MARTINELLI	35.267	Engenheiro Civil - Sede do Município
1140	LUIZ FELIPE GALVAN ANACLETO	1880775-5	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município

0767	LUIZ PEREIR VIANA	285346	Operador de Máquinas Pesadas (Motoniveladora) - Sede do Município
0973	LUIZA GONSALVES DAS CANDEIAS	2448330-3	Professor Pedagogia - Conselvan
0374	LUZIAVIAL DA SILVA	562523	Professor Pedagogia - Sede do Município
0967	LUZIA APARECIDA LOURENÇO DOS SANTOS FANCISCO	1270804	Agente de Combate às Endemias - Sede do Município
1123	LUZIA DE OLIVEIRA SANTOS	608623	Agente de Serviços Públicos - Conselvan
1328	LUZIA PEREIRA VIENO	26183820	Agente de Serviços Públicos - Conselvan
0757	LUZIANE APARECIDA STORARI DOS SANTOS	824514	Agente Comunitário de Saúde - Conselvan
0262	LUZINETE CARVALHO DOS SANTOS	2629477-0	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0506	MADALENA CAVALCANTE DE LIMA	14405350	Professor Pedagogia - Sede do Município
1495	MADIANA NUNES DA SILVA	2127265-4	Agente Comunitário de Saúde - Sede do Município: Jardim Planalto
1449	MAIK BARBOSA RODRIGHERO	786226	Engenheiro Agrônomo - Sede do Município
0356	MAIRA DE CAMPOS SANTOS	22469222	Agente Comunitário de Saúde - Sede do Município: Jardim Planalto
0295	MAIRA NASCIMENTO PINHEIRO	20659270	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1000	MANOEL PEDRO JESUS FONSECA	181273	Agente de Serviços Públicos - Sede do Município
0839	MANOEL PEREIRA DOS SANTOS	820549	Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Sede do Município
0200	MARCELIA OLIVEIRA DE MOURA	13581899	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1636	MARCELO FEITOS DE SOUSA	3425	Dentista 40h - Sede do Município
1407	MARCELO FENSKI	2157061-2	Fiscal Tributário - Sede do Município
0423	MÁRCIA APARECIDA BALTA DE OLIVEIRA	0853993-6	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
0956	MÁRCIA ASSUNÇÃO NANTES	89554	Analista Administrativo - Sede do Município
1057	MARCIA COELHO BIAZATTI	625825	Professor Pedagogia - Conselvan
0133	MARCIA GIANE DOS SANTOS	14387620	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Conselvan
1009	MÁRCIA MARCIANO DO AMARAL	22002807	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
0647	MARCIA OLIVEIRA NOGUEIRA	3950276	Professor Pedagogia - Sede do Município
1345	MARCIA PEREIRA LIMA RUIZ	1301805	Enfermeiro - Sede do Município
1142	MARCIANO TRINDADE DE ALMEIDA	1078141	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Conselvan
1138	MARCIEL APARECIDO DE ALMEIDA	1117008	Motorista de Automóvel - Sede do Município
0451	MARCILENE DAS GRAÇAS RUBIA SULQUE	2044887	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
1314	MARCOS DIONES DE LIMA	2345841-0	Motorista de Automóvel - Sede do Município
1088	MARCOS KURYLUK FILHO	23292237	Operador de Máquinas Pesadas (Motoniveladora) - Sede do Município
0232	MARCOS RODA LEITE	17189268	Motorista de Caminhão - PCCS Prefeitura: Sede do Município
0464	MARCOS SOMBRA PERRUT	20708785	Motorista de Caminhão - PCCS Prefeitura: Sede do Município
1124	MARCOS STEIN	22631003	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Morena
1134	MARCUS VINICIUS MOREIRA RICARTE	2683193-7	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Conselvan
1044	MARIA APARECIDA DA SILVA DE JESUS	19507160	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1086	MARIA APARECIDA DE JESUS SANTOS	1268507	Agente Comunitário de Saúde - Conselvan
0116	MARIA APARECIDA DE MORAES	14305160	Professor Pedagogia - Conselvan
1073	MARIA APARECIDA DOS SANTOS	516742	Agente de Serviços Públicos - Conselvan
0147	MARIA APARECIDA NUNES	19955693	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
0103	MARIA APARECIDA PINHEIRO SENA	1446420-9	Motorista de Automóvel - Sede do Município
0719	MARIA CAMILA CARDOSO DE JESUS	1264310	Agente Comunitário de Saúde - Sede do Município: Centro
1455	MARIA CONCEIÇÃO ALVES DOS SANTOS	2180792-2	Agente Comunitário de Saúde - Sede do Município: Jardim Planalto
0694	MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO	10765188-8	Agente Comunitário de Saúde - Conselvan
0447	MARIA DA CRUZ DA CONCEIÇÃO	0611615-9	Técnico em Enfermagem - Conselvan
0072	MARIA DA SILVA LIMA	4459576	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0286	MARIA DAS GRAÇAS RODRIGUES CRISTINO	1045997-9	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0368	MARIA DE FATIMA DA SILVA	535970	Agente Comunitário de Saúde - Sede do Município: Jardim Planalto
1277	MARIA DE FATIMA DE SOUZA	1243213-0	Professor Pedagogia - Sede do Município

0240	MARIA DIAS DA COSTA SILVA	27719758	Agente Comunitário de Saúde - Sede do Município: Jardim Planalto
0269	MARIA GARCIA MARCIEL	15110346	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0774	MARIA GOMES DE SOUZA	1102230-6	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
1474	MARIA ISABEL ROSA SOUZA	27702227	Agente de Serviços Públicos - Sede do Município
0536	MARIA IZABEL CARDOSO HOLANDA	17609364	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0266	MARIA JOSE DA SILVA LOPES	803377	Recepcionista - Sede do Município
0512	MARIA JUCELIA DE AVELAR SENA	270483603	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1157	MARIA LUCIA DA SILVA	787629	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
1070	MARIA LUIZA GOMES ALVES	665858	Professor Pedagogia - Conselvan
1411	MARIA MADALENA FERREIRA DA SILVA	46562615	Agente Comunitário de Saúde - Sede do Município: Centro
0425	MARIA NUNES DIAS	1077289-8	Professor Pedagogia - Sede do Município
0593	MARIA REGINA CARNEIRO DA SILVA	20030230047	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1616	MARIA ROSELI CRUZ OLIVEIRA	950741	Agente de Serviços Públicos - Sede do Município
0587	MARIA RUFINO DA SILVA BENÍCIO	1990768-0	Professor Pedagogia - Milagrosa
0035	MARIA SILVANA XAVIER	19805810	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1448	MARIA SOBRINHO	595152	Recepcionista - Sede do Município
1278	MARIA VALDETE SOARES DA SILVA	325098281	Agente Comunitário de Saúde - Sede do Município: Centro
0635	MARIA VANESSA RODRIGUES DE SOUZA	2044647-0	Telefonista - Sede do Município
0942	MARIA ZONITA RODRIGUES XAVIER	99.872	Professor Pedagogia - Sede do Município
1389	MARILDA PEREIRA	1730863-1	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
0159	MARILÉIA SZADKOSKI TERRES	15111130	Assistente Social - Sede do Município
1454	MARILENA RIBEIRO DE SOUZA	1004086	Professor Pedagogia - Conselvan
1256	MARILENE TEREZINHA HOMMERDING	1164885-6	Recepcionista - Sede do Município
1334	MARILETE MARTA SILVA CURZ	16929292	Fiscal Tributário - Sede do Município
1127	MARINA ZAIAS RODRIGUES	1115372	Técnico Agrícola - Conselvan
1530	MARINETE SOUZA RAMOS	977151	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0737	MARINETT RUFINO BATISTA	10576355	Professor Pedagogia - Sede do Município
0354	MARIONILDE GOMES DA CRUZ	1357113-3	Motorista de Caminhão - PCCS Prefeitura: Sede do Município
0902	MARISA GALVANI DA SILVA	913034	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
0141	MARISTELA TONELLO GUERRA	2614029-2	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Conselvan
1541	MARIZA DONATTO	34313901-7	Professor Pedagogia - Sede do Município
1098	MARIZA SOBRINHO DOS SANTOS RIBEIRO	4.759.883-2	Assistente Social - Sede do Município
0285	MARLEIDE COTRIN DE OLIVEIRA	2477639-4	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
0053	MARLENE ALVES DE CARVALHO	29015715	Professor Pedagogia - Sede do Município
0064	MARLENE RIBAS DE PAULA	903822	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
0305	MARLI APARECIDA DA SILVA DE JESUS	19507119	Agente de Combate às Endemias - Sede do Município
1377	MARLI GOMES	15954595	Professor Pedagogia - Sede do Município
0315	MARLUCIA NUNES BARBOSA	18272940	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
0552	MARTA APARECIDA LOPES DA SILVA	470474	Professor Pedagogia - Sede do Município
0975	MARTA VALADARES DE SOUZA	24491489	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1276	MARTINS ANTONIO DOS SANTOS NETO	13073222	Engenheiro Civil - Sede do Município
1200	MARY LUCIA DE OLIVEIRA	966370	Professor Pedagogia - Sede do Município
0244	MAURI LINO DE SOUZA JUNIOR	24660388	Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Sede do Município
1441	MAURICIO BALTA BARROS ALVES DA SILVA	27823660	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1281	MAURIZA BATISTA REIS	14059061	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1524	MAXSUEL NUNES DA SILVA	1194576	Bioquímico - Sede do Município
1275	MEIREAN NUNES GOMES	18495494	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1065	MELANYA APARECIDA DA SILVA	485074825	Técnico em Raio X - Sede do Município
0813	MICHAEL NOGUEIRA	2275977-8	Motorista de Automóvel - Sede do Município
0059	MICHELE CARDOSO PEREIRA DA SILVA	1727095-2	Analista Administrativo - Sede do Município
1594	MICHELY DE JESUS PINHEIRO	1194909	Analista Administrativo - Sede do Município
1261	MIGUEL ARCANJO FILHO	638137	Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Sede do Município
0891	MILENA PREDEBON VIEIRA	1494744-7	Técnico em Enfermagem - Sede do Município

1403	MIRIAM CRISTINA MANZANO	1892528-6	Professor Pedagogia - Sede do Município
0471	MIRIAM GITO DO SANTOS	10459464	Recepcionista - Sede do Município
1354	MIRIAN DE OLIVEIRA SANTOS	17465656	Professor Pedagogia - Sede do Município
0855	MOACIR PEREIRA DOS SANTOS	1050623-3	Procurador do Município - Sede do Município
1559	MUNIZ NAZARÉ DOS SANTOS	11482366	Enfermeiro - Sede do Município
0099	NAIRA RUTZATZ	829439	Professor Pedagogia - Sede do Município
1113	NATALIA DORNELES DO NASCIMENTO	17205352	Enfermeiro - Sede do Município
1232	NATIELE KAMILA DA SILVA TEROSO	19051980	Enfermeiro - Sede do Município
1538	NAYARA SCHEFFER DA SILVA OLIVEIRA	21175454	Enfermeiro - Sede do Município
0916	NEILA VIEIRA BARBOSA ALBA	14197537	Analista Administrativo - Sede do Município
1569	NEIVA MARIA ALVES DE ABREU	2064121-4	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
0337	NELI ANA TEDESCO	14/R1872769	Agente de Serviços Públicos - Sede do Município
0834	NELIANE PEREIRA DE SOUZA	2613934-0	Operador de ETA - Conselvan
0616	NELSON TOSHIO TACADA	553883	Engenheiro Agrônomo - Sede do Município
1420	NERIELY DA SILVA GONÇALVES	1588964-5	Engenheiro Agrônomo - Sede do Município
0313	NERISANGELA FERREIRA DA SILVA	16979281	Agente Comunitário de Saúde - Conselvan
0604	NESTORINA DOS SANTOS PEREIRA	7181213	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
1501	NEUDILEIA BENTES FERREIRA	1924858-0	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
0215	NEURISTER PEREIRA DE AMORIM	24065897	Professor Pedagogia - Sede do Município
0695	NEUSA INACIOALVES	424488	Professor Pedagogia - Conselvan
0633	NILCEIA SANTOS CARDOSO	2022772-8	Agente de Combate às Endemias - Sede do Município
0826	NILTON EUGENIO PEDRA	635431	Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Sede do Município
0867	NILVANA RODRIGUES DA SILVA	9576000	Dentista 40h - Sede do Município
1144	NILVANI RIBEIRO DE OLIVEIRA PERINI	3779718	Médico PSF - Sede do Município
0172	NILZETE MARTINS DOS SANTOS	1665363-7	Assistente Social - Sede do Município
1266	NIQUY DE PAULA ROCHA	16905903	Professor de Educação Física (Saúde) - Sede do Município
0711	NIVEA MARIA SOMBRA MANZANO	12305405	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0050	NORMA ALVES DA SILVA	42031392	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
1116	NUBIA SALAZAR DAMACENA	2836616-6	Assistente Social - Sede do Município
0758	ODACI JOSE FREISLEBEN GOMES	1814682-1	Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Sede do Município
0555	ODAILDO JOSE DA CRUZ	20377128	Motorista de Caminhão - PCCS Prefeitura: Sede do Município
0549	OLINDETE DA SILVA	28238567	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
0796	ORIMAR ARCANJO SALMENTO	669264	Motorista de Caminhão - PCCS Prefeitura: Sede do Município
0522	OSIANE JUSTINO DA SILVA	18077293	Professor Pedagogia - Conselvan
0115	OSNI FERREIRA DE ANDRADE	264319	Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Sede do Município
0326	OTILIA MARIA DE JESUS NETA OLIVEIRA	1865752	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
0498	OURANY NOGUEIRA GUTKOSKI	16995457	Professor Pedagogia - Sede do Município
0650	OZEIAS DE PAULA DOS REIS	18170730	Motorista de Automóvel - Sede do Município
0306	OZENI RODRIGUES NOGUEIRA	1887813-0	Professor Pedagogia - Sede do Município
0247	OZIAS BEHGALLI PASSOS	13675575	Motorista de Caminhão - PCCS Prefeitura: Sede do Município
0209	OZIAS CERQUEIRA DO NASCIMENTO	686518	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
1427	OZIEL GOMES DE LIMA	28872959	Motorista de Caminhão - PCCS Prefeitura: Sede do Município
0224	PALMIRA MORETTI FRANCO	15401260	Assistente Social - Sede do Município
0339	PATRICIA DE OLVIVEIRA MOREIRA	16868498	Enfermeiro - Sede do Município
0316	PATRÍCIA MIRANDA DE ARRUDA	15414817	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1395	PATRICIA SONIA LIMA SILVA	23346221	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0293	PATRICIA VIEIRA DA SILVA	20702884	Agente Comunitário de Saúde - Sede do Município: Centro
1072	PATRICIA WILLE	2614115-9	Agente de Serviços Públicos - Conselvan
0073	PATRICIA XIMENES DOS SANTOS	11473819	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0778	PATRICK MIRANDA NASCIMENTO DA SILVA	23819103	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Conselvan
0539	PATRICK OTTO MAFORTE	24196614	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0311	PAULA MARCELA FRANK PEREIRA	15110117	Recepcionista - Sede do Município
0468	PAULA SIGNOR	937756	Técnico em Enfermagem - Sede do Município

0732	PAULO CIDINEI AMARAL	48818161	Professor Pedagogia - Milagrosa
1259	PAULO DA SILVA GOMES	1142231	Engenheiro Agrônomo - Sede do Município
0347	PAULO JOSÉ DA SILVA	922821	Motorista de Caminhão - PCCS Prefeitura: Sede do Município
1226	PAULO RAFAEL FERNANDES	123972376	Fiscal Tributário - Sede do Município
1367	PAULO RICARDO RAMOS SALES OLIVEIRA	43455004-8	Dentista 40h - Sede do Município
1413	PAULO SERGIO MARCELO	0415211-5	Fiscal Sanitário - Sede do Município
1054	PEDRO APARECIDO DE QUADROS	58626660	Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Sede do Município
1156	PEDRO HENRIQUE PELEGRINI	11/r-5.182.	Analista Administrativo - Sede do Município
0634	PRICILA SOUZA RAMOS	21875030	Recepcionista - Sede do Município
1084	PRISCYLLA OLIVEIRA LIMA PRADO	305043687	Enfermeiro - Sede do Município
0139	QUEILA PAIM DE OLIVEIRA	23499702	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
0472	QUEZIA FRANÇA NOGUEIRA	24621536	Operador de ETA - Sede do Município
0701	RAFAEL MARQUES DO NASCIMENTO	22750681	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Conselvan
1629	RAFAEL SANTOLIN	8015229	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0390	RAQUEL BARROSO FERNANDES	1736849-9	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0360	RAQUIELA MAZUREK	11952792	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1078	RAYANE KELEN DORNELAS	16973528	Bioquímico - Sede do Município
0298	RAYSSA FERREIRA BRITIS	MG14948058	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
1180	REBECA VELHO CAETANO ABRAO	474210868	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
0469	REGIANE CRISTINA DE ANDRADE GIMENES	1241620	Agente Comunitário de Saúde - Conselvan
0766	REGIANE PINHEIRO DE OLIVEIRA	974455	Agente de Serviços Públicos - Sede do Município
1503	REGIANE ROCHA DA SILVA	19906889	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0565	REGIANE SOUZA DE JESUS	2829129-8	Agente Comunitário de Saúde - Conselvan
0219	REGIANE STRELOW ROYER	2823855-9	Professor Pedagogia - Sede do Município
0974	REGINADO CORREA FERREIRA	721857	Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Sede do Município
1444	REGINALDO RODRIGUES DOS SANTOS	23649887	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Morena
1326	REGISMAR DOS SANTOS GUIMARAES	21932735	Operador de ETA - Conselvan
0292	REINALDO TEIXEIRA BAHIA	8566194	Operador de Máquinas Pesadas (Pá Carregadeira) - Sede do Município
0563	REJANE SILVA DOS ANJOS	23002433	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0075	RENATA PEREIRA CARVALHO	15070999	Professor Pedagogia - Lontra
1297	RENE EGIDIO NORBERTO DOS SANTOS	15041352	Engenheiro Agrônomo - Sede do Município
0740	RENILDA DA SILVA	20020020433	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
1597	RENIVALDO RAASCH	685278	Agente de Serviços Públicos - Conselvan
1299	RITA SCHNEIDER	1046128-0	Assistente Social - Sede do Município
1591	ROBER MARCOS BRAGA DE OLIVEIRA	1522824	Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Sede do Município
0490	ROBSON DE OLIVEIRA SANTOS	23225564	Motorista de Automóvel - Sede do Município
1566	RODRIGO ANTONIO POSTAL	1547874-2	Bioquímico - Sede do Município
1208	RODRIGO CARNOSKI	1106373	Bioquímico - Sede do Município
1309	RODRIGUES SILVA DA COSTA	25609173	Agente Comunitário de Saúde - Conselvan
0367	ROMARIO FERREIRA DA COSTA	23584394	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1482	ROMILDA ALBINO DE SOUZA	664992	Agente de Serviços Públicos - Sede do Município
0977	ROMILDA FERREIRA DA SILVA	5353513	Assistente Social - Sede do Município
1373	RONISE ESTEVAN LEMOS	1026378	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Conselvan
0207	ROSALINA RODRIGUES DE CARVALHO SILVA	1657086-3	Professor Pedagogia - Conselvan
0281	ROSANA MARIA BENTO	1722183_88	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
0246	ROSANE FATIMA SKRSYPCSAK	903123	Agente Comunitário de Saúde - Sede do Município: Centro
0466	ROSANE FERNANDES DE MELO	5465370	Assistente Social - Sede do Município
0025	ROSANGELA CARDOSO SOUZA	17566851	Agente Comunitário de Saúde - Sede do Município: Jardim Planalto
1172	ROSANGELA RODRIGUÊS DOS SANTOS	814621	Professor Pedagogia - Conselvan
0985	ROSELAINE CRISTINA BATISTELLA BORTOLOTO	1947192-0	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0759	ROSELIPADILHA LARA	887904	Agente de Serviços Públicos - Conselvan
0274	ROSELI OLIVEIRA DE MATTOS	2140048-2	Recepcionista - Sede do Município

0771	ROSEMARI ZANELA	15815188	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
1544	ROSEMEIRE FERREIRA DA SILVA	723400	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1254	ROSICLEA SAUER DOERNER	77836390	Assistente Social - Sede do Município
0515	ROSICLEIA SILVA DOS ANJOS	24589837	Recepcionista - Sede do Município
1090	ROSILENE RODRIGUES ANDRADE	22.622.948-	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0417	ROSIMAR MARTINS OLIVEIRA	1386145-0	Assistente Social - Sede do Município
0577	ROSINEIDE ROSENI PEREIRA	721499	Agente Comunitário de Saúde - Conselvan
1203	ROSINEIDE SIMAO FERREIRA	19498764	Agente Comunitário de Saúde - Sede do Município: Jardim Planalto
0302	ROSIQUEILA BORGES MARQUES	1288565-7	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0534	ROSIVANIA NUNES DA SILVA	20547315	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
1587	ROZILAINE BARROSO FERNANDES	20182201	Assistente Social - Sede do Município
1049	RUBEM STEINKE	532303	Operador de Máquinas Pesadas (Motoniveladora) - Sede do Município
0944	SAMANTHA FREDERICO	1442736	Agente Comunitário de Saúde - Conselvan
1269	SAMARA BRAU	2193796-6	Professor Pedagogia - Conselvan
1133	SAMARA LORAINE SOARES DA SILVA	20930810	Engenheiro Agrônomo - Sede do Município
1366	SAMILA DOS SANTOS SOUSA	530485850	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
0606	SANDRA DA SILVA PONTES DOS SANTOS	12791318	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
0550	SANDRA FERREIRA CANDIOTTO	783119	Professor Pedagogia - Sede do Município
0730	SANDRA MACHADO DOS SANTOS	90575414	Professor Pedagogia - Milagrosa
0029	SANDRA MARA DA SILVA	840445	Professor Pedagogia - Sede do Município
1158	SANDRA MARIA MALLMANN	966.956	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
1620	SANDRO EDUARDO PRENHOLATO	2300216	Dentista 40h - Sede do Município
0364	SANTINA GALDINO	11907800	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1327	SARINA VALERIA DURIGAN	1697925-7	Assistente Social - Sede do Município
1387	SEBASTIAO BINO CORREA	21573611	Bioquímico - Sede do Município
1574	SELMA MARIA DE JESUS	668701439	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
1534	SERGIO NETO MENESES DE ARRUDA	17926254	Engenheiro Ambiental - Sede do Município
1143	SERGIO PERINI	1561763	Médico PSF - Sede do Município
1349	SHEILA ANNE WANDEL-REI TERRES	18141803	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0321	SHEILA CARRIEL DA SILVA	17366860	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
1135	SHEILA CRISTINA SILVEIRA	18075371	Enfermeiro - Sede do Município
0282	SHEILA DAIANA BELMOND BRITES	941618	Assistente Social - Sede do Município
0762	SHIRLEY SOARES	959403	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Conselvan
0449	SIDIA CLAIR DE OLIVEIRA	5797446	Assistente Social - Sede do Município
0097	SIDINEIA FURLAN BARBOSA LACERDA	21382450	Professor Pedagogia - Sede do Município
0842	SILENE PEREIRA DA COSTA	782026	Agente Comunitário de Saúde - Conselvan
0970	SILMARA SANTOS BASTOS	955439	Operador de ETA - Conselvan
0607	SILMARA STEIN OFMANN	2263084-8	Professor Pedagogia - Milagrosa
0881	SILVANA BARBOSA	1110962	Agente de Combate às Endemias - Sede do Município
0359	SILVANA DA CONCEIÇÃO PINTO	9.635.140-2	Professor Pedagogia - Milagrosa
0559	SILVANA MARQUES STAUT DE CARVALHO	15071146	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
1483	SILVANEIA KADATZ BORBA	21825149	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0529	SILVANIR FERREIRA DE SOUZA	2991452	Professor Pedagogia - Sede do Município
0769	SIMONE ALVES DOS REIS	71706818	Agente Comunitário de Saúde - Conselvan
1493	SIMONE LUIZ DOS REIS	7221081	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1268	SIMONE MAZITO MOTA	21485186	Professor Pedagogia - Conselvan
1639	SIMONE SANTANA COSTA SOARES	15347400	Assistente Social - Sede do Município
0676	SIMONICA JUSTINO DA SILVA	2009429/9	Professor Pedagogia - Conselvan
0264	SIRLEI GONCALVES GALDINO	24621498	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0566	SIRLEY DE SOUZA SPERSSATO BOGO	1017500-8	Assistente Social - Sede do Município
0089	SIVALTO FERREIRA SANTOS	24976466	Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Sede do Município
0861	SOLANGE ANTUNES KARPINSKI	1359422-2	Professor Pedagogia - Sede do Município

0960	SOLANGE FERNANDES DOS SANTOS	331090260	Professor Pedagogia - Sede do Município
0445	SOLANGE FRANCISCA DOS SANTOS	772192	Recepcionista - Sede do Município
0696	SOLANGE MANN CARRIEL	807629	Professor Pedagogia - Conselvan
0639	SONIA DE JESUS SANTANA WILHELM	14021560	Assistente Social - Sede do Município
1168	SONIA MARIA FERREIRA DE SOUZA	5315421	Professor Pedagogia - Sede do Município
0241	SONIA RODRIGUES DA COSTA	790033	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
0080	SONILDA SOARES DA SILVA	15514846	Recepcionista - Sede do Município
0870	STEPHANIE FELCZAK ORTMANN	5338343	Nutricionista 40h - Sede do Município
1109	SUELERODRIGUES DE ARAÚJO	2613523-0	Agente de Serviços Públicos - Conselvan
0251	SUELEN RODRIGUES DA COSTA	24537004	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
0329	SUELENN MAIHARA DE MIRANDA SOUZA	18152686	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
1252	SUELI DE JESUS OLIVEIRA KUSTER.	487825	Professor História - Sede do Município
0132	SUELLI GAVA LACERDA KARLIL	774410	Técnico em Enfermagem - Conselvan
0809	SUZAMARA ZMUDA	20448120	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
0979	SUZANA DE MORAES	15877078	Fiscal Tributário - Sede do Município
0290	SUZANA SANTOS DE OLIVEIRA	23819626	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
0303	SUZE CARLA ANDRADE QUEIROZ	13781413	Recepcionista - Sede do Município
1296	SUZETE DE FATIMA RECK DA SILVA	14134969	Professor Pedagogia - Sede do Município
1343	TAIZA GONÇALVES COLETTI	2363994-6	Agente Comunitário de Saúde - Conselvan
1500	TAMARA OLIVEIRA DE SOUSA	2064325-0	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
0236	TAMARA PIRAN DA SILVA	2449288-4	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0528	TAMIRES CALDEIRA PEREIRA	29242126	Agente Comunitário de Saúde - Sede do Município: Centro
1285	TÂNIA ANA CAETANO	10488634	Agente de Serviços Públicos - Conselvan
0548	TANIA DA SILVA SIMOES	21933367	Recepcionista - Sede do Município
0120	TANIA DE FATIMA DIAS	584023	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0235	TÂNIA RIBEIRO MENDES	1541910-0	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0191	TARCILA VALÉRIA ALVIM	302223630	Professor Pedagogia - Conselvan
1464	TATIANA DA SILVA	964208	Enfermeiro - Sede do Município
0496	TATIANE SOMBRA FEITOZA	2086569-4	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1031	TATIELE HELMAN BISSOLOTI	2818566-8	Agente Comunitário de Saúde - Conselvan
1301	THALITA PAULINO FERREIRA	1272228	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Conselvan
1311	THICIANA GABRIELLE CARVALHO SAID	11481757	Procurador do Município - Sede do Município
0654	TIAGO DA CRUZ	22805036	Motorista de Caminhão - PCCS Prefeitura: Sede do Município
0095	TIANE DA CONCEIÇAO SILVA	21141223	Professor Pedagogia - Sede do Município
1589	TULIO GONÇALVES DOS SANTOS	17062144	Engenheiro Agrônomo - Sede do Município
1381	VAGNER ANTÔNIO NICLOTTI	1906638-4	Fiscal Sanitário - Sede do Município
0655	VALDEIR LUCIANO MORAES	884986	Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Sede do Município
1026	VALDEMIR COTRIM DE OLIVEIRA	2203413-7	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0684	VALDILÉIA SOARES LEITE	17826535	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
1286	VALDILENE DA SILVA DO VALE SOUZA	567202	Agente Comunitário de Saúde - Conselvan
1582	VALDINEI JOSÉ DOS SANTOS	635564	Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Sede do Município
0492	VALDIR PEREIRA VIANA	1159892	Técnico em Enfermagem - Conselvan
0859	VALDIRENE PLEFKA	13740121	Técnico em Raio X - Sede do Município
0164	VALDIRENE RODRIGUES DE MELO DE SENA	10913033	Professor Pedagogia - Sede do Município
1486	VALÉRIA CASAGRANDE	1053308	Bioquímico - Sede do Município
1479	VALERIA CRISTINA PAULO DE CARVALHO	4943542	Analista Administrativo - Sede do Município
0656	VALERIA REGINA DANIEL	88.202.961	Professor Pedagogia - Sede do Município
1627	VANDERLEI MATEUS DOS SANTOS	21334889	Engenheiro Ambiental - Sede do Município
1175	VANDERLEIA VICENTI DOS SANTOS	18164129	Enfermeiro - Sede do Município
1394	VANDERSON RIBEIRO FERREIRA	7107019	Engenheiro Agrônomo - Sede do Município
0494	VANESA DIAS AMARAL	16965019	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1193	VANESSA SELES MOURA	22805133	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Conselvan
0096	VANILSON VIEIRA DA COSTA	21223572	Motorista de Caminhão - PCCS Prefeitura: Sede do Município

0880	VANUZA DE ARAUJO SILVA	20094256	Agente de Serviços Públicos - Conselvan
0288	VENINA FERREIRA DA CRUZ	0378677-3	Professor Pedagogia - Milagrosa
1601	VERA LUCIA CERQUIARI BILIERI	91578522	Enfermeiro - Sede do Município
1376	VERA LUCIA RODRIGUES BALIEIRO	10461302	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1445	VERONECI MACHADO DE ARAUJO	2113496-0	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1505	VERÔNICA BISPO DA SILVA	25724924	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0986	VERONICA FERREIRA DA SILVA		Recepcionista - Sede do Município
1469	VICTOR HUGO MENDES	1219825	Motorista de Automóvel - Sede do Município
0102	VILMA FERREIRA SANTANA	653448	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Sede do Município
0910	VILMA RAIMUNDO DO COUTO FELBERG	2419639-8	Professor Pedagogia - Conselvan
1414	VILMARA DOS SANTOS FERREIRA	37518675-X	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1298	VIVIANE CARVALHO MARQUES DE ARAÚJO	10653143	Nutricionista 40h - Sede do Município
0070	VIVIANE DE ANDRADE GALINDO	2064119-2	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0101	VIVIANE RUTZATZ	26139847	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Conselvan
1107	WALLESON HIGOR CORREA JORDAO	23744162	Engenheiro Ambiental - Sede do Município
0642	WASHINGTON BATISTA DE OLIVEIRA ASSUNCAO	21272859	Motorista de Automóvel - Sede do Município
1202	WASLEY FERREIRA DA SILVA	14422573	Motorista de Automóvel - Sede do Município
0831	WEDERSON PEREIRA DA SILVA	14755416	Operador de Máquinas Pesadas (Motoniveladora) - Sede do Município
1509	WELTON BALDO SOTELLE	886745	Motorista de Caminhão - PCCS Prefeitura: Sede do Município
1498	WELTON MONTEIRO DOS SANTOS	10998721	Engenheiro Agrônomo - Sede do Município
1130	WEMERSON TAX MAGGESWSCK	1038503	Professor Pedagogia - Conselvan
1461	WESLEN APARECIDO ALVES DOS SANTOS CASTELHANO	16283171	Técnico Agrícola - Sede do Município
0779	WESLEY CARVALHO MARTINS	19899858	Bioquímico - Sede do Município
1290	WESLEY ESTEVÃO DOS SANTOS	3455138-685	Professor Pedagogia - Sede do Município
0646	WESLEY JOHNY RAMOS DA SILVA	23834471	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
1585	WILLIS LAK CHUNG	89341981	Técnico em Enfermagem - Sede do Município
1174	WILSELENE JOSÉ MENEZES LOPES	922846	Analista Administrativo - Sede do Município
1222	WILSON DOS REIS	16566610	Mecãnico - Sede do Município
1021	WISLA NATALIA MAZUREK	2122310-6	Agente Administrativo - PCCS Pref.: Sede do Município
0314	ZENILDA RODRIGUES COTRIM	1066649	Agente Administrativo - PCCS Educ.: Conselvan
0627	ZILDA JUCILANE BORDINHÃO	633014	Enfermeiro - Sede do Município

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7.700/2015

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

EXONERAR, o Sr *JOÃO PAULO ASSUMPÇÃO REATTI,* portador da Cédula de Identidade RG nº. 8.325.049-6 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº. 064.742.809-13, do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Pedagógicode**Diretor Pedagógico das Escolas do Campo - DIPECAM, DAP-02,** a partir de 03/03/2015, tornando sem efeito a Portaria nº 7.405/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 04 dias de março de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7.697/2015

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Art 21 da Lei Complementar nº. 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ELEVAR de Classe,a funcionária Sra. **PATRICIA CESARIO SABINO**,portadora da Cédula de Identidade RG nº.2109551-5 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 031.338.861-00, ocupante do cargo de Carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, Classe **A**, para Classe **B**, considerando a conclusão do **CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO,** com amparo no Art 21 da Lei Complementar nº. 096/2014, a partir do dia 1°/03/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 04 dias de março de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7.699/2015

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Art 21 da Lei Complementar nº. 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ELEVAR de Classe,a funcionária Sra. . **LILIAN JAQUELINE BILIERI GIACOBBO,** brasileira, casada, Bacharel em Contabilidade, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 7.838.545-6 SSP/PR e do CPF nº. 031.965. 089-86, devidamente inscrita no CRC sob o n°. MT-009554/0-2, para exercer o cargo de Carreira de **CONTADORA**, Classe **A**, para Classe **B**, considerando a conclusão do **CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO EMPRESARIAL E FINANCEIRA,** com amparo no Art 21 da Lei Complementar nº. 096/2014, a partir do dia 1°/03/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 04 dias de março de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7.702/2015

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na LC 44/2009 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR o Sr *JOÃO PAULO ASSUMPÇÃO REATTI,* portador da Cédula de Identidade RG nº. 8.325.049-6 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº. 064.742.809-13, ocupante do Cargo de Carreira de **PROFESSOR CLASSE "C" NIVEL 1,** lotado na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura** para exercer oCargo em Comissão de **Diretor de Projetos Especiais,** a partir de 04/03/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 04 dias de março de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 003/2015

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANÃ; CONTRATADA: TRAZ VALOR TREINAMENTO E PESQUISA DE MERCADO EMPRESARIAL LTDA; REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA DE PESQUISA DE PREÇO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ, COM BASE NO ART. 24, INCISO II DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, COM AMPARO NO ART. 37, INCISO XXI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; DATA VIGÊNCIA: 02/03/2015 à 01/09/2015; VALOR GLOBAL: R$ 6.594,00; DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 002/2015.

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO
QUARTO TERMO ADITIVO Nº 020/2015

AO CONTRATO N° 030/2014, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHEIRO CIVIL PARA ATENDIMENTO A ESTÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ*;* CHARLES DIOGO BOTTON; ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE VALOR; VALOR GLOBAL: R$ 7.710,00.

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7.695/2015

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

EXONERAR, a srª *EVANIR FATIMA MALAGUTTI*, portadora da Cédula de Identidade RG nº1777944-8 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº.016.163. 659-43, do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediáriode Diretora deDepartamento Administrativo de Ação Social – **DEADAS, DAI-01,** a partir de 03/03/2015, tornando sem efeito a Portaria nº 6.771/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 04 dias de março de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7.701/2015

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

EXONERAR, a funcionária Srª. **SANDRA MARA DA SILVA,** portadora da Cédula de identidade RG n°. 840.445 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n°. 593.725.831-20, do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Pedagógico de Coordenador Pedagógico de Anos Finais - COOPAF, Nível DAP–03, a partir de 03/03/2015, tornando sem efeito a Portaria nº 7.122/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 04 dias de março de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 021/2015

AO CONTRATO Nº 189/2014 REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA COMUM, ASSIM ENTENDIDA A QUE NÃO DEMANDA MAIORES ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS NEM QUALIFICAÇÃO DIFERENCIADA PARA CONSTRUÇÃO DE 1.292,70M² DE CALÇADA NA AVENIDA TIRADENTES QUADRA 176 EM INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA NAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DA PLANILHA DE QUANTITATIVOS E NO MEMO-

RIAL DESCRITIVO ANEXO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ; CAMPOS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES; ADITIVO DE PRAZO; VIGENCIA: 17/03/2015 A 15/06/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº: 004/2015

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado:, *EDILSON DE OLIVEIRA-ME*,inscrita no CNPJ sob o n.º: 11.764.645/0001-17

Objeto: CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE REDE ELETRICA DAS 36 UNIDADES HABITACIONAIS DO LOTEAMENTO JOSE TEIXEIRA DE ARAUJO.

Valor: R$100.000,00 (cem mil reais).

Processo Licitatório: CARTA CONVITE Nº 01/2015

Dotação Orçamentária: 10.003.0.0.16.482.6120.1.020-4.4.90.51.00.00 – FMHIS – FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

12.003.0.0.15.451.8020.2.058-3.3.90.39.00.00 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA REDE E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Responsável Jurídico: ANTÔNIO CARLOS RUFINO DE SOUZA

Vigência: 26/01/2015 até 22/03/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

PUBLICAÇÕES DE RESULTADO/FEVEREIRO/2015

A Prefeitura de Barra do Garças/MT, por meio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições, torna público o resultado das seguintes modalidades: **PREGÃO PRESENCIAL SRP 001/2015:** Objeto: aquisição de eletrodomésticos e máquina de costura para atender a Secretaria municipal de Assistência Social. Empresa Vencedora: Imperador Empreendimentos e Comércio – EIRELI - ME, CNPJ nº 20.311.367/0001-33. *PREGÃO PRESENCIAL SRP 002/2015*: Objeto: contratação de empresa especializada e habilitada para o fornecimento de oxigênio líquido medicinal para abastecimento em tanque, oxigênio gasoso medicinal em cilindros de 1 a 1,5m3, 3 a 4m3 e 10m3, nitrogênio medicinal gasoso cilindro de 9m3, para atendimento as necessidades do Hospital Municipal Milton Pessoa Morbeck/Pronto Socorro. DESERTO.**PREGÃO PRESENCIAL SRP 003/2015:** Objeto: Aquisição de armarinhos, material de expediente e tintas para atender Secretaria Municipal de Assistência Social. Empresas Vencedoras: S. de Aguiar Comércio – Me – CNPJ nº 19.337.433/0001-65, Papelaria Quelli Ltda. – CNPJ nº 02.977.221/0001-40 **DISPENSA 022/2015** Objeto: Contratação da Casa de Recuperação para tratamento químico de Pedro Henrique Alves dos Santos – Contratada: Casa de Recuperação Bem Viver Ltda.-ME, CNPJ nº 15.070.943/0001-68. **CARTA CONVITE 01/2015**Objeto: Contratação de empresa para locação de sistema de gerenciamento e contabilidade para atender Secretaria de Finanças e Saúde. Empresa Vencedora: Estratégia Auditoria e Assessoria Ltda.-EPP, CNPJ 01.599.563/0001-00. **CARTA CONVITE 02/2015** Objeto: Aquisição de peças originais para manutenção de diversos equipamentos médicos hospitalares e prestação de serviços de manutenção de diversos equipamentos médicos hospitalares do Hospital Municipal Milton Pessoa Morbeck e Centro de Referência Regional em Especialidades. Empresa Vencedora: Ia Trade Prod. Eletrônicos e Hospitalares Ltda., CNPJ 11.279.770/0001-31 **CARTA CONVITE 03/2015** Objeto: Publicação de Atos Administrativos nos jornais Diário Oficial e IOMAT – DESERTA.

INEXGIBILIDADE 001/2015

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços para manutenção corretiva a ser realizada no analisador do laboratório Dr. Arnulfo Cunha Coutinho. Empresa Vencedora: AC Lab. Assistência Técnica Hospitalar Ltda.-ME – CNPJ:07.098.450/0001-08.Antônio da Silva Neto – Presidente da Comissão Permanente de Licitação. 05/03/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

PREFEITURA DE BRASNORTE
LEI Nº 1.736/2015

LEI Nº 1.736/2015 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir *Crédito Adicional Especial por excesso de arrecadação,* e dá outras providências.

O Sr. EUDES TARCISO DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pôr Lei, FAZ SABER, que a Câmara aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

ARTIGO 1.º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial por excesso, no valor de **R$ 577.500,00 (quinhentos e setenta e sete mil e quinhentos reais),** destinados a atender as seguintes dotações orçamentárias não previstas no orçamento inicial de 2015, conforme discriminado abaixo:

ÓRGÃO:	07.	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E MEIO AMBIENTE
UNIDADE:	07. 001.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E MEIO AMBIENTE
FUNÇÃO:	26.	Transporte
SUBFUNÇÃO:	782.	Transporte Rodoviário
PROGRAMA:	0022.	Construção, Melhoramento e Conservação de Estradas Vicinais.
PROJETO:	1. 276.	Recuperação de Estradas Vicinais.

ELEMENTO DE DESPESA:

4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações Fonte 10 – Recursos Livres – Sem detalhamento da destinação de Recursos	R$	7. 000,00
4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações Fonte 67 – Outros Convênios com a União não relacionados a Educação/Saúde/A. Social	R$	565. 500,00
4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações Fonte 85 – Remuneração Bancária Convênio - UNIÃO	R$	5. 000,00
Total	**R$**	577. 500,00

ARTIGO 2º - Os recursos para cobertura do Crédito Adicional Especial do Artigo 1º, virão por ocasião de aumento da arrecadação, considerando-se o excesso pela tendência do exercício, oriundo do MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e mais rendimentos de aplicação no mercado financeiro, não previstos no orçamento inicial de 2015.

Parágrafo Único – O referido crédito tem amparo nos Artigos, 41 Inciso II e 43, § 1º, Inciso II, da Lei N.º 4.320/64.

ARTIGO 3º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à inclusão das despesas decorrentes da presente Lei, nos instrumentos de planejamento exigidos pela LRF (PPA, LDO e LOA).

ARTIGO 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brasnorte – MT, aos 04 (quatro) dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

Eudes Tarciso de Aguiar

Prefeito

PREFEITURA DE BRASNORTE
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 108/2013

CONTRATADA: SILVIO CESAR DOS SANTOS-ME

OBJETO: Prorroga prazo de execução e valor, em razão da necessidade da Contratante em continuar recebendo os relevantes serviços prestados pela Contratada.

VALOR: R$ 21.000,00

VIGÊNCIA: 30/04/2015

DATA: 27/02/2015

PREFEITURA DE BRASNORTE
TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA DE OBRA - ALDEIA CURVA

TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA DE OBRA

Contratante – Prefeitura Municipal de Brasnorte.

Rua Curitiba, 1.080, Centro, Brasnorte – MT.

Fone 0 ## 66 3592 2008, CNPJ 01.375.138/0001-38

Representante - Eudes Tarciso de Aguiar - Prefeito Municipal

Contratada - Poli Engenharia e Comércio Ltda.

Rua Nove de Maio, 202, Centro,

CEP 78.320-000, Juína - MT.

Fone 66 3566 1191, CNPJ: 01.379.965/0001-08

Representante - Luiz Carlos Ioris

Obra: Construção da Escola na Aldeia Curva, com área de 207,70 m².

Tomada de Preço: 004/2013

Local: Aldeia Curva

Valor Total: **R$ 220.962,79**

A Prefeitura Municipal de Brasnorte, nos termos do **Art. 73, inciso I, alínea "b" da Lei Nº. 8.666, de 21 de junho 1993**, certifica que procedeu a completa vistoria na Obra executada pela empresa **Poli Engenharia e Comércio Ltda.** Na Construção da Escola Aldeia Curva, com área de 207,70 m², objeto do Contrato, e que durante a vistoria verificou-se a inexistência de quaisquer vícios, defeitos e incorreções aparentes, tendo sido executado, conforme projetos, planilhas e memoriais, objeto deste Contrato, pelo que declara recebida, provisoriamente, a obra.

Sidiney Jorge Lipori Eudes Tarciso de Aguiar

Engenheiro Civil - CREA 10664/VD-MT Prefeito Municipal

Brasnorte - MT, 27 de janeiro de 2015.

PREFEITURA DE BRASNORTE
TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA DE OBRA - ALDEIA PAREDÃO

TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA DE OBRA

Contratante - Prefeitura Municipal de Brasnorte.

Rua Curitiba, 1.080, Centro, Brasnorte - MT.

Fone 0 ## 66 3592 2008, CNPJ 01.375.138/0001-38

Representante - Eudes Tarciso de Aguiar - Prefeito Municipal

Contratada - Poli Engenharia e Comércio Ltda.

Rua Nove de Maio, 202, Centro,

CEP 78.320-000, Juína - MT.

Fone 66 3566 1191, CNPJ: 01.379.965/0001-08

Representante - Luiz Carlos Ioris

Obra: Construção da Escola Aldeia Paredão, com área de 207,70 m².

Tomada de Preço: 004/2013

Local: Aldeia Paredão

Valor Total: **R$ 220.962,79**

A Prefeitura Municipal de Brasnorte, nos termos do **Art. 73, inciso I, alínea "b" da Lei Nº. 8.666, de 21 de junho 1993**, certifica que procedeu a completa vistoria na Obra executada pela empresa **Poli Engenharia e Comércio Ltda.** Na Construção da Escola Aldeia Paredão, com área de 207,70 m², objeto do Contrato, e que durante a vistoria verificou-se a inexistência de quaisquer vícios, defeitos e incorreções aparentes, tendo sido executado, conforme projetos, planilhas e memoriais, objeto deste Contrato, pelo que declara recebida, provisoriamente, a obra.

Sidiney Jorge Lipori Eudes Tarciso de Aguiar

Engenheiro Civil - CREA 10664/VD-MT Prefeito Municipal

Brasnorte - MT, 27 de janeiro de 2015.

PREFEITURA DE BRASNORTE
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 008/2015

CONTRATADA: ROSINEIA FERREIRA DE LIMA PAIXÃO

OBJETO: Prorroga prazo de execução e valor, em razão da necessidade da Contratante em continuar recebendo os relevantes serviços prestados pela Contratada.

VALOR: R$ 3.000,00

VIGÊNCIA: 30/04/2015

DATA: 27/02/2015

PREFEITURA DE BRASNORTE
TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA DE OBRA - ALDEIA CRAVARI

TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA DE OBRA

Contratante - Prefeitura Municipal de Brasnorte.

Rua Curitiba, 1.080, Centro, Brasnorte - MT.

Fone 0 ## 66 3592 2008, CNPJ 01.375.138/0001-38

Representante - Eudes Tarciso de Aguiar - Prefeito Municipal

Contratada - Poli Engenharia e Comércio Ltda.

Rua Nove de Maio, 202, Centro,

CEP 78.320-000, Juína - MT.

Fone 66 3566 1191, CNPJ: 01.379.965/0001-08

Representante - Luiz Carlos Ioris

Obra: Construção da Escola Aldeia Cravari, com área de 207,70 m².

Tomada de Preço: 004/2013

Local: Aldeia Cravari

Valor Total: **R$ 220.962,79**

A Prefeitura Municipal de Brasnorte, nos termos do **Art. 73, inciso I, alínea "b" da Lei Nº. 8.666, de 21 de junho 1993**, certifica que procedeu a completa vistoria na Obra executada pela empresa **Poli Engenharia e Comércio Ltda.** Na Construção da Escola Aldeia Cravari, com área de 207,70 m², objeto do Contrato, e que durante a vistoria verificou-se a inexistência de quaisquer vícios, defeitos e incorreções aparentes, tendo sido executado, conforme projetos, planilhas e memoriais, objeto deste Contrato, pelo que declara recebida, provisoriamente, a obra.

Sidiney Jorge Lipori Eudes Tarciso de Aguiar

Engenheiro Civil - CREA 10664/VD-MT Prefeito Municipal

Brasnorte - MT, 27 de janeiro de 2015.

PREFEITURA DE BRASNORTE
LEI Nº 1.735/2015

LEI Nº 1.735/2015 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal para abrir *Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação*, e dá outras providências.

O Sr. EUDES TARCISO DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pôr Lei, FAZ SABER, que a Câmara aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

ARTIGO 1.º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial por excesso, no valor de **R$ 10.000,00 (dez mil reais),** destinados a atender as seguintes dotações orçamentárias não previstas no orçamento inicial de 2015, conforme discriminado abaixo:

ÓRGÃO:	09.	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO
UNIDADE:	09. 001.	ATENÇÃO À TERCEIRA IDADE
FUNÇÃO:	08.	Assistência Social
SUBFUNÇÃO:	241.	Assistência ao Idoso
PROGRAMA:	0013.	Assistência social/atenção e integração social do idoso.
PROJETO:	1. 275.	Melhorias do centro de convivência do idoso.

ELEMENTO DE DESPESA:

4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações	R$	8.000,00
Fonte 86 – Remuneração Bancária Convênio - ESTADO		
4.4.90.93.00.00 – Indenizações e Restituições	R$	2.000,00
Fonte 86 – Remuneração Bancária Convênio - ESTADO		
Total	**R$**	10.000,00

ARTIGO 2º - Os recursos para cobertura do Crédito Adicional Especial do artigo anterior, virão por ocasião de aumento da arrecadação do rendimento de aplicação no mercado financeiro, oriundo do Termo de Convênio nº 081/12.

Parágrafo Único – O referido Crédito tem amparo nos Artigos, 41 Inciso I e 43 parágrafo 1º, inciso II, da Lei N.º 4.320/64.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brasnorte – MT, aos 04 (quatro) dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

Eudes Tarciso de Aguiar

Prefeito

PREFEITURA DE BRASNORTE
TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 118/2013

CONTRATADA: IMADI – INSTITUTO MATO-GROSSENSE DE PESQUISA LTDA – ME

OBJETO: Rescindir o Contrato nº. 118/2013, cancelando o valor de R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), em razão de não haver mais interesse por parte da CONTRATANTE em continuar recebendo os serviços prestados pela CONTRATADA, resultando assim no cancelamento do Contrato que teria validade até 31/12/2015.

VALOR: R$ 72.000,00

DATA: 27/02/2015

PREFEITURA DE BRASNORTE
TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA DE OBRA - ALDEIA PEDRA BONITA

TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA DE OBRA

Contratante - Prefeitura Municipal de Brasnorte.

Rua Curitiba, 1.080, Centro, Brasnorte – MT.

Fone 0 ## 66 3592 2008, CNPJ 01.375.138/0001-38

Representante - Eudes Tarciso de Aguiar - Prefeito Municipal

Contratada - Poli Engenharia e Comércio Ltda.

Rua Nove de Maio, 202, Centro,

CEP 78.320-000, Juína - MT.

Fone 66 3566 1191, CNPJ: 01.379.965/0001-08

Representante - Luiz Carlos Ioris

Obra: Construção da Escola Pedra Bonita, com área de 207,70 m².

Tomada de Preço: 004/2013

Local: Aldeia Pedra Bonita

Valor Total: **R$ 220.962,79**

A Prefeitura Municipal de Brasnorte, nos termos do **Art. 73, inciso I, alínea "b" da Lei Nº. 8.666, de 21 de junho 1993**, certifica que procedeu a completa vistoria na Obra executada pela empresa **Poli Engenharia e Comércio Ltda.** Na Construção da Escola Aldeia Pedra Bonita, com área de 207,70 m², objeto do Contrato, e que durante a vistoria verificou-se a inexistência de quaisquer vícios, defeitos e incorreções aparentes, tendo sido executado, conforme projetos, planilhas e memoriais, objeto deste Contrato, pelo que declara recebida, provisoriamente, a obra.

Sidiney Jorge Lipori Eudes Tarciso de Aguiar

Engenheiro Civil - CREA 10664/VD-MT Prefeito Municipal

Brasnorte - MT, 27 de janeiro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 5088 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA DE Nº. 5088 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a Lei nº 1072 de 14 de fevereiro de 2014,

CONSIDERANDO o teor do Processo Seletivo 001/2015, os Editais de Convocações e Parecer Jurídico,

RESOLVE: I – Nomear os servidores abaixo relacionados para exercerem as respectivas funções junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, desta Prefeitura Municipal.

NOME	CARGO	LOCALIDADE
Almira Waamate Pessisa a	Apoio	Área Indígena
Bonifacio Tseretsiba Babati	Professor	Área Indígena
Cristiano Tsimiudo	Professor	Área Indígena
Kenis Rate	Professor	Área Indígena
Valdir Tsere Ubuha	Professor	Área Indígena
Vanderleyne Renho o Tsereptwe	Apoio	Área Indígena

II - Delegar aos mesmos todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 11 de fevereiro de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 5.026 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA DE Nº. 5.026 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA **ADRIANGELA PEHOIMO REJA RA** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 1º da Lei 1.003 de 01 de fevereiro de 2013, que dispõe sobre a "Licença Maternidade".

CONSIDERANDO

o teor do requerimento da servidora protocolado em 03/02/2015. RESOLVE I – Conceder "Licença Maternidade" a Servidora ADRIANGELA PEHOIMO REJA RA, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura**, desta Prefeitura Municipal, exercendo o cargo de** Apoio Educacional Infantil/ZU, no período de 60 dias, a partir de 03.02.2015 a 04.04.2015. II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se e Cumpra - se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 03 de fevereiro de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 6003 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA DE Nº. 6003 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A CONVERSÃO EM ESPÉCIE, DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE DE 30 (TRINTA) DIAS, AO SERVIDOR *GEROLINO PORTO* , E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 93, § 2º da Lei Complementar nº 001 de 13 de Dezembro 1993 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campinápolis);

CONSIDERANDO o teor da Portaria Nº 5010 de 28 de janeiro de 2015,

RESOLVE: I –Converter, em espécie, na forma dos dispositivos legais supramencionados, a "Licença Prêmio por Assiduidade" equivalente a 30 (trinta) dias, do servidor GEROLINO PORTO, referente ao período aquisitivo de 06.03.2002 a 06.03.2007. II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 23 de fevereiro de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 6002 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA DE Nº. 6002 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A CONVERSÃO EM ESPÉCIE, DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE DE 30 (TRINTA) DIAS, À SERVIDORA *GARDENYA APARECIDA RIBEIRO BARBOSA*, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 93, § 2º da Lei Complementar nº 001 de 13 de Dezembro 1993 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campinápolis);

CONSIDERANDOo teor da Portaria Nº 4964 de 19 de Dezembro de 2014 e a Portaria Nº 5009 de 28 de janeiro de 2015, RESOLVE: I –Converter, em espécie, na forma dos dispositivos legais supramencionados, a "Licença Prêmio por Assiduidade" equivalente a 30 (trinta) dias, da servidora GARDENYA APARECIDA RIBEIRO BARBOSA, referente ao período aquisitivo de 21.07.2008 a 20.07.2013. II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 23 de fevereiro de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 6001 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA DE Nº 6001 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

*"*Concede a conversão de 1/3 (um terço) de férias em Abono Pecuniário para o servidor **MARCENILDA DA SILVA FARIA** e dá outras providencias".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o parágrafo 2º do Artigo 82, da Lei Complementar Nº. 001 de 13 de dezembro de 1993.

CONSIDERANDO o teordo requerimento da própria servidora protocolado em 07 de janeiro de 2015,

RESOLVE:

I – Conceder a conversão de 1/3 (um terço) de Férias em Abono Pecuniário a servidora MARCENILDA DA SILVA FARIA, lotada junto a Secretaria Municipal de Administração, desta Prefeitura Municipal, exercendo o cargo comissionado de Assessor de Protocolo e Recepção, no período de 01 a 10 de fevereiro de 2015, referente ao período aquisitivo de 01.02.2014 a 01.02.2015. II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 23 de fevereiro de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº.6000 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA DE Nº.6000 DE 23 DE FEVEREIRODE 2015.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a Lei nº 1072 de 14 de fevereiro de 2014,

CONSIDERANDO o teor do Processo Seletivo 001/2015 e os Editais de Convocações,

RESOLVE: I – Nomear o servidor abaixo relacionado para exercer a respectiva função junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, desta Prefeitura Municipal.

NOME	CARGO	LOCALIDADE
ROGELE SEREMIWESERETA AWE	PROFESSOR	AREA INDIGENA

II - Delegar aos mesmos todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 23 de fevereiro de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 5092 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA DE Nº. 5092 DE 19 DE FEVEREIRODE 2015.

*"*DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR ABAIXO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a Lei nº 1072 de 14 de fevereiro de 2014,

CONSIDERANDO o teor do Processo Seletivo 001/2015 e os Editais de Convocações,

RESOLVE:

I- Nomearo senhor **WANDERSON RODRIGUES DIAS**, para exercer o cargo de

ENFERMEIRO

junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, desta Prefeitura Municipal.

II - Delegar aos mesmos todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 19 de fevereiro de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 5090 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA DE Nº. 5090 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE DE 30 (TRINTA) DIAS, À SERVIDORA *MARCIA MARIA BACK DURANTE*, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 93, § 2º da Lei Complementar nº 001 de 13 de Dezembro 1993 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campinápolis);

RESOLVE: I –Conceder a servidora MARCIA MARIA BACK DURANTE "Licença Prêmio por Assiduidade", equivalente a 30 (trinta) dias no período 01.01.2015 a 31.01.2015, referente ao período aquisitivo de 02.04.2008 a 01.04.2013. II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 18 de fevereiro de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 5089 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA DE Nº. 5089 DE 13 DE FEVEREIRODE 2015.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a Lei nº 1072 de 14 de fevereiro de 2014,

CONSIDERANDO o teor do Processo Seletivo 001/2015 e os Editais de Convocações,

RESOLVE: I – Nomear os servidores abaixo relacionados para exercerem as respectivas funções junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, desta Prefeitura Municipal.

NOME	CARGO	LOCALIDADE
Floriano Tseredzadiwe Wa Rswi	Professor	Área Indígena
Rosana Rewanhire Tsereura	Professora	Área Indígena

II - Delegar aos mesmos todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 13 de fevereiro de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 5.087 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA DE Nº. 5.087 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SRª. **ELENICE CALACIO DOS SANTOS SILVA** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**.**

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e;

Considerando a necessidade em caráter de urgência para preenchimento de vaga existente;

Considerando o resultado apurado nas Eleições para Conselheiros Tutelares datado de 12/12/2010;

Considerando

o teor do Oficio de nº. 018/C.M.D.C.A., datado de 11 de fevereiro de 2015, a qual dispõe sobre a renúncia da Conselheira Tutela ERMELINDA MARIA DA GLORIA BARBOSA;

RESOLVE:

I – Nomear a Srª. ELENICE CALACIO DOS SANTOS SILVA, para exercer o cargo de CONSELHEIRA TUTELAR, junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, desta Prefeitura Municipal.

II - Delegar a mesma todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 11 de fevereiro de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 5.086 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA DE Nº. 5.086 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SRº. **PEDRINHO SERENHORA** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**.**

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e;

Considerando o teor do Oficio de nº. 152/2015 SEMEC, protocolado em 11 de fevereiro de 2015, a qual dispõe sobre a contratação do servidor citado.

RESOLVE:

I – Nomear o Sr. **PEDRINHO SERENHORA,** para exercer o cargo Comissionado de

ASSESSOR PEDAGOGICO INDÍGENA

, junto a SECRETARIA MINICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, desta Prefeitura Municipal.

II - Delegar a mesma todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 11 de fevereiro de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 5085 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA DE Nº. 5085 DE 11 DE FEVEREIRODE 2015.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a Lei nº 1072 de 14 de fevereiro de 2014,

CONSIDERANDO o teor do Processo Seletivo 001/2015 e os Editais de Convocações,

RESOLVE: I – Nomear os servidores abaixo relacionados para exercerem as respectivas funções junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, desta Prefeitura Municipal.

NOME	CARGO	LOCALIDADE
Afonso Tsudzawe Tsahobo	Professor	Área Indígena
Ageu Tserenhowamre	Apoio	Área Indígena
Atanacio Tserewahu	Professor	Área Indígena
Augusto tsereru Nomotse	Professor	Área Indígena
Cesar Tserewaporiwe	Professor	Área Indígena
Cleiton Tsudzuwe Wairotsu	Professor	Área Indígena
Deusdado Ubdzare Tdirupi	Professor	Área Indígena
Edulberto Ruwabzu Tsimiwadze	Professor	Área Indígena
Efrem Tseredzu Ra	Professor	Área Indígena
Eleuza Re Uta	Apoio	Área Indígena
Eliberto Maratsu	Apoio	Área Indígena
João Gilberto Tserepopo Odi	Professor	Área Indígena
José Fabio We ru Tsere U Ra Xavante	Professor	Área Indígena
Nelio Tsere Uiwada O Wada o Waomora	Professor	Área Indígena
Willian Tseretsi Rowi	Professor	Área Indígena

II - Delegar aos mesmos todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 11 de fevereiro de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 5084 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA DE Nº. 5084 DE 10 DE FEVEREIRODE 2015.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a Lei nº 1072 de 14 de fevereiro de 2014,

CONSIDERANDO o teor do Processo Seletivo 001/2015 e os Editais de Convocações,

RESOLVE: I – Nomear os servidores abaixo relacionados para exercerem as respectivas funções junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ASSISTENCIA SOCIAL, desta Prefeitura Municipal.

NOME	CARGO	LOCALIDADE
Odenilza Ro onhoiniwe Serebabawe	AAE/ Merendeira	Área Indígena
José Amancio Tsererepo	Professor	Área Indígena
Juvencio Tseredzato Tsererepo	Professor	Área Indígena
Jeck Tsere Rairibiwe	Professor	Área Indígena
Lindomar Tsirobo	Professor	Área Indígena

Aquiles Abdzuwe Wa	Professor	Área Indígena
Jorcino Rune Ewe Tserewanne	Professor	Área Indígena
José Marcos Tsimanawa Upi o	Professor	Área Indígena
Geliane Ribeiro Gomes	Assistente Social	Sede

II - Delegar aos mesmos todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 10 de fevereiro de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 5083 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA DE Nº. 5083 DE 09 DE FEVEREIRODE 2015.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a Lei nº 1072 de 14 de fevereiro de 2014,

CONSIDERANDO o teor do Processo Seletivo 001/2015 e os Editais de Convocações,

RESOLVE: I – Nomear os servidores abaixo relacionados para exercerem as respectivas funções junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E TRANSPORTES, desta Prefeitura Municipal.

NOME	CARGO	LOCALIDADE
Marize Maria de Jesus	Agente de limpeza	Dist. São José do Couto
AdrianoLuiz Chaves	Motorista	Sede
Uenison Gomes Guimaraes	Farmaceutico	Sede

II - Delegar aos mesmos todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 09 de fevereiro de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 5.082 09 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA DE Nº 5.082 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SRª. *LUCIA RE UTARI O***,** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o termino do Contrato Temporário; RESOLVE: I - Exonerar a senhora LUCIA RE UTARI O, que exercia o cargo em Contrato Temporário de AAE- MERENDEIRA, junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, desta Prefeitura Municipal.

II – Revogar em partes a Portaria de nº 4.571 de 14 de fevereiro de 2014, e oContrato de nº 153 de 14 de fevereiro de 2014.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 09 de fevereiro de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 5.081 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA DE Nº. 5.081 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

"CONCEDE "LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE" AO SERVIDOR **EUDES CARLOS DE SOUSA** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO o teor do requerimento, protocolado em de 22 de janeiro de 2015.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 93 da Lei Complementar Nº 001 de 13 de dezembro de 1993,

RESOLVE: I – Conceder ao servidor EUDES CARLOS DE SOUSA, efetivo no cargo de DIGITADOR, Classe "D", Nível "03", lotado junto à

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, 90 (noventa) dias consecutivos de "Licença Prêmio por Assiduidade", a ser usufruída no período de 02.02.2015 a 03.05.2015, referente ao período aquisitivo de 22.02.2008 a 21.02.2013. II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 09 de fevereiro de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 5.080 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA DE Nº. 5.080 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DOS SERVIDORES GULIOKEMPS FELIX VILELA E JEANN GONÇALVES VILELA CASSIMIRO SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**.**

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e;

Considerando o teor do Oficio de nº. 248/SUGP/CMM/2015, datado de 28 de janeiro de 2015, a qual dispõe sobre a Cooperação Técnica dos Servidores.

RESOLVE:

I – Contratar os Servidores **GULIOKEMPS FELIX VILELA E JEANN GONÇALVES VILELA CASSIMIRO SILVA,** para exercer o cargo de Contrato Temporário de

PROFESSOR

, junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, desta Prefeitura Municipal.

II - Delegar a mesma todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 09 de fevereiro de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 5044 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA DE Nº. 5044 DE 09 DE FEVEREIRODE 2015.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a Lei nº 1072 de 14 de fevereiro de 2014,

CONSIDERANDO o teor do Processo Seletivo 001/2015 e os Editais de Convocações,

RESOLVE: I – Nomear os servidores abaixo relacionados para exercerem as respectivas funções junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, desta Prefeitura Municipal.

NOME	CARGO	LOCALIDADE
Erika Celina Araujo de Medeiros	Professora	Dist. São José do Couto
Klenia Freitas Machado	Professora	Dist. São José do Couto
Reginaldo Ammirati Barroso	Professor	Dist. São José do Couto
Sara Ribeiro Ferreira	Professora	Dist. São José do Couto
Aline Silva Ferreira	Professora	Escola M. José Cordeiro
Allan Martins Oliveira Bosaipo	Professor	Escola M. José Cordeiro
Ana Dulce de Souza Ferreira	Professora	Escola M. José Cordeiro
Cleidia Aparecida de Souza	Professora	Escola M. José Cordeiro
Iracema Maria da Maia de Jesus	Professora	Escola M. José Cordeiro
Magnete de Jesus Costa	Professora	Escola M. José Cordeiro
Raquel Pinheiro dos Santos	Professora	Escola M. José Cordeiro
Vandaira Francisca de Lima Santos	Professora	Escola M. José Cordeiro
Ângela Aparecida da Silva	Professora	sede
Danilaura Gama dos Santos	Professora	sede
Diogo Tsererawe	Professor	Área Indígena
Ermelinda Maria da Gloria Caldas	Professora	sede
Maria Flavia da Silva Santos	Professora	sede
Norma Xavier de Oliveira Cruz	Professora	sede
Ocean Cordeiro da Silva Filho	Professor	sede
Pabio Henrique Porto	Professor	sede

II - Delegar aos mesmos todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 09 de fevereiro de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 5043 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA DE Nº. 5043 DE 09 DE FEVEREIRODE 2015.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a Lei nº 1072 de 14 de fevereiro de 2014,

CONSIDERANDO o teor do Processo Seletivo 001/2015 e os Editais de Convocações,

RESOLVE: I – Nomear os servidores abaixo relacionados para exercerem as respectivas funções junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, desta Prefeitura Municipal.

NOME	CARGO	LOCALIDADE
Flaviano Silva Lima	AAE/Transporte Escolar	Sede
Nelson Rodrigues de Jesus	AAE/Transporte Escolar	Sede
Nunes Ribeiro Dias	AAE/Transporte Escolar	Sede
Selma Piaba Bento	AAE/Transporte Escolar	Sede
Eli Junio Veloso Silva	AAE/Técnico Ed. Infantil	Escola M. José Cordeiro
Jailton Divino Bento de Lima	AAE/Técnico Ed. Infantil	Escola M. José Cordeiro
Daniele Souza de Paula	AAE/Técnico Ed. Infantil	Sede
Diellem Maia da Silva Santos	AAE/Técnico Ed. Infantil	Sede
Divanilda da Silva Pires	AAE/Técnico Ed. Infantil	Sede
Fernanda Prado	AAE/Técnico Ed. Infantil	Sede
Lindalva Soares de Oliveira Ferreira	AAE/Técnico Ed. Infantil	Sede
Luara Lopes Pereira	AAE/Técnico Ed. Infantil	Sede
Thauane Marques Silva	AAE/Técnico Ed. Infantil	Sede
Gilvani Marques Dornelio	AAE/Nutrição	Sede
MariaAparecida Fortunato Sobrinho	AAE/Nutrição	Sede
Sara Thairinedos Santos	AAE/Nutrição	Escola M. São José do Couto
Dorcilene Argentina Francisca	AAE/Limpeza	Sede
Eliane Lucas Machado	AAE/Nutrição	Sede
Rosilene Aparecida Bernardes	AAE/Limpeza	Sede
Rosildada Veiga Silva Martins	AAE/Limpeza	Sede
Marilda Arantes de Lima	AAE/Limpeza	Escola M. José Cordeiro
Daniela Oliveira Gomes	AAE/Limpeza	Sede
Fernanda de Souza Santos	AAE/Nutrição	Sede
Glaucielli Regiolli Duarte	AAE/Nutrição	Escola M. São José do Couto
Raquel Rosa Silvério	Professor	Escola M. José Cordeiro
Cristiane Regonatt Bosaipo	Professor	Escola M. José Cordeiro

II - Delegar aos mesmos todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 09 de fevereiro de 2014.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 5.042 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA DE Nº 5.042 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SRª. *FERNANDA PRADO***,** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o termino do Contrato Temporário; RESOLVE: I - Exonerar a senhora FERNANDA PRADO, que exercia o cargo em Contrato Temporário de PROFESSOR, junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, desta Prefeitura Municipal.

II – Revogar em partes a Portaria de nº 4.614 de 04 de abril de 2014, oContrato de nº 199 de 10 de abril de 2014.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 09 de fevereiro de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 5041 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA DE Nº. 5041 DE 09 DE FEVEREIRODE 2015.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a Lei nº 1072 de 14 de fevereiro de 2014,

CONSIDERANDO o teor do Processo Seletivo 001/2015 e os Editais de Convocações,

RESOLVE: I – Nomear os servidores abaixo relacionados para exercerem as respectivas funções junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, desta Prefeitura Municipal.

NOME	CARGO	LOCALIDADE
Emilia Baotahaibawaa	Apoio Adm. Escolar	Área indígena
Teodosia Ro Onhomhinhihodo	Apoio Adm. Escolar	Área indígena
Belice Peubumo	Apoio Adm. Escolar	Área indígena
Gildemar Pari Owa	Apoio Adm. Escolar	Área indígena
Elma Pe Ai o Sererowa	Apoio Adm. Escolar	Área indígena
Vanda Wa utomo Re Buta Awe	Apoio Adm. Escolar	Área indígena
Wilson Tseretzubdaire Tzubdaire Tsere Raihi	Apoio Adm. Escolar	Área indígena
Renan José Serenho Utu Su	Apoio Adm. Escolar	Área indígena
Filemon TerobdzaRa Tserewanne	Apoio Adm. Escolar	Área indígena
George Wa ane Wau e	Apoio Adm. Escolar	Área indígena
Graciany Martins	Apoio Adm. Escolar	Área indígena
Duilio Tsereutiwe Tsereuipra	Apoio Adm. Escolar	Área indígena
Laureano Wa aiho Tserewari	Apoio Adm. Escolar	Área indígena
Deuzelia Re e o Tserererawe	Apoio Adm. Escolar	Área indígena
Jucelia Tsinhotse Eure Tsehite	Apoio Adm. Escolar	Área indígena
Paula Retsiwatsihutitimowe	Apoio Adm. Escolar	Área indígena

II - Delegar aos mesmos todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 09 de fevereiro de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 5040 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA DE Nº. 5040 DE 09 DE FEVEREIRODE 2015.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a Lei nº 1072 de 14 de fevereiro de 2014,

CONSIDERANDO o teor do Processo Seletivo 001/2015 e os Editais de Convocações,

RESOLVE: I – Nomear os servidores abaixo relacionados para exercerem as respectivas funções junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, desta Prefeitura Municipal.

NOME	CARGO	LOCALIDADE
Acrizio Tseredzati	Professor	Área indígena
Adalberto Omnhorowe Odzarana	Professor	Área indígena
Adelar Tseredzuna	Professor	Área indígena
Ademar Roporiwa Tseretaawe	Professor	Área indígena
Adilio Tserenhidzuriwe	Professor	Área indígena
Ailton Tserewe	Professor	Área indígena
Albino Moritu Tsemrihu	Professor	Área indígena
Alcio Tsororada Omnhorowe	Professor	Área indígena
Aldo Waãmate Tseredzédze	Professor	Área indígena
Anael Tserenhi Ewari	Professor	Área indígena
Anderson Waue Warãiro	Professor	Área indígena
Angelina Maria da Silva	Professor	Área indígena
Angelone Tsreridza tseremei wa	Professor	Área indígena
Anilton Tsipuiwari	Professor	Área indígena
Arlozinho Waãmaté	Professor	Área indígena
Atanarzio Martins Rowano	Professor	Área indígena
Bravin Apha	Professor	Área indígena
Carolino Tseretowa	Professor	Área indígena
Cassio Tsuwapte Tseretopo	Professor	Área indígena
Ciro José Sahairo	Professor	Área indígena
Cleiber Tsererowe Teropre	Professor	Área indígena
Cleto Tseredi Tso'omowa	Professor	Área indígena
Damarcio Tsipo Omeiwa Uteme	Professor	Área indígena
Dominques Buwi	Professor	Área indígena
Dorivaldo Tserenhirã	Professor	Área indígena
Ednho Moritu Ratato	Professor	Área indígena
Eduardo Sereuipra	Professor	Área indígena
Elizeudo Tsiramne	Professor	Área indígena
Emilia Remitsi	Professor	Área indígena
Euclides Sirapsariwa	Professor	Área indígena
Eugenio Sipajabe Sererowa	Professor	Área indígena
Evandro Sereu ra	Professor	Área indígena
Evandro Uratse Tsererowe	Professor	Área indígena
Farides Seretapra	Professor	Área indígena
Felicia Peniza Senhora	Professor	Área indígena
Felisberto U. Tseredzati	Professor	Área indígena
Flavio Cassimiro T. U. Waõmara	Professor	Área indígena
Gasperino Rupreiwa Ruraadi	Professor	Área indígena
Germano Tsiubu'a	Professor	Área indígena
Gesiane Baotodzaipe	Professor	Área indígena
Guiorimo Tsitsapi	Professor	Área indígena
Heitor Wabdzu O Tseretata Awe	Professor	Área indígena
Heliton Seremuai A	Professor	Área indígena
Iran Tserenhadu	Professor	Área indígena
Isai Tsamrio tserewaro we	Professor	Área indígena
ItamarRowa'a Tserewa'Adi	Professor	Área indígena
Ivanildo Aphaadi Prepe	Professor	Área indígena

Jandir Tsere wara Tseretsu	Professor	Área indígena
João Neto Tsere'ubuwadzi	Professor	Área indígena
Joatão Tsi uwada	Professor	Área indígena
José Aloisio Tsmitsute	Professor	Área indígena
José Troade	Professor	Área indígena
Joviano Seredzatse	Professor	Área indígena
Joviano Seredzatse	Professor	Área indígena
Jurandy Wari'we	Professor	Área indígena
Juscelino Tserewahu	Professor	Área indígena
Juvelino Tsipatse Tsere ori	Professor	Área indígena
Laerte Tseredzaro	Professor	Área indígena
Lejane Tsinhose E. Redzawaudze	Professor	Área indígena
Leudilenes Purcena Rosa	Professor	Área indígena
Ligia Pedzaiwe Tsi'ruipi	Professor	Área indígena
Lucas Mandu Tsitomowe	Professor	Área indígena
Lucilene Pedzai'o Tserewawe Ra	Professor	Área indígena
Luizinho Tserewaro We	Professor	Área indígena
Madarlene Tsinhotse Ei o	Professor	Área indígena
Marciel Tserewaihum Serewa Adi	Professor	Área indígena
Marcilene Aparecida Silva	Professor	Santa Célia
Marcilio Tserewatatsu Tseredupta	Professor	Área indígena
Maria Gilanda Ro Otsidzo	Professor	Área indígena
Mauro Jorge Seuredi	Professor	Área indígena
Mazinho Tserenhowa	Professor	Área indígena
Meire Pere a Tsemrihu	Professor	Área indígena
Meire Pere A Tsemrihu	Professor	Área indígena
Mizael Tsa e	Professor	Área indígena
Moacir Reiranawe	Professor	Área indígena
Modesto Tserewawa ra Bododitu	Professor	Área indígena
Natalino Tseredzahi Tsarei	Professor	Área indígena
Nelinho Tserenhi'éwari	Professor	Área indígena
Neury Ferreira da Cruz	Professor	Área indígena
Noberto Tseredawa Tseredze	Professor	Área indígena
Ozeias Wamnhanawe Tsereze	Professor	Área indígena
Paulo Cesar Oriwê Wa'aire	Professor	Área indígena
Quidinho Tserenhido Tseretaadi	Professor	Área indígena
Rangel Martins Xavante	Professor	Área indígena
Roberto Carlos Tsidzuio Tseredzati	Professor	Área indígena
Rodimar Maraiwara	Professor	Área indígena
Rodinaldo Sereto Tseretata Awe	Professor	Área indígena
Romerito Up' Rinjadaze	Professor	Área indígena
Ronaldinho Rudzapari Simisute	Professor	Área indígena
Ronaldo Ajawe	Professor	Área indígena
Rosangela Petsipai O Uteme	Professor	Área indígena
Sidnei Tsitedzé Tserepipa	Professor	Área indígena
Tsa'amri Tserewawa'rã	Professor	Área indígena
Vanderlei Woomo	Professor	Área indígena
Virgilio Pawe'ã Tseredzato	Professor	Área indígena
Vitaro manuel Tsereda O Tserero	Professor	Área indígena
Vitor Tsere'ru'ru Tsere Raihi	Professor	Área indígena
Warderley Wadzatse Tsimi'udo	Professor	Área indígena
Wilza Carla O. Uripe Tserewanne	Professor	Área indígena
Zaqueu Tseredzawe Tsoro rada	Professor	Área indígena

II - Delegar aos mesmos todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 09 de fevereiro de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 5.039 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA DE Nº 5.039 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

*"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS RELACIONADOS ABAIXO **E** DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO as Atas de Atribuições das Escolas: **Unidade Municipal de Educação Infantil Maria de Moraes Lima, Escola Municipal José Cordeiro, Escola Municipal Anastácio Feliciano Alves, Escola Municipal Centro Educacional Carinho e Ternura**.

RESOLVE:

I – Nomear os Coordenadores Pedagógicos em cargo Comissionado: TARIANA HILARIO MOTA, ALTIER OLIVEIRA NASCIMENTO, MARGARETE MEIRE DA SILVA MARTINS, MARCELO EMIDIO DA CRUZ, ELENICE VIEIRA DA CRUZ, SIRLENE ALVES DA SILVA, que atuarão nas escolas municipais durante o ano letivo de 2015, junto a Secretaria de Municipal de Educação e Cultura.

II - Delegar aos mesmos todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique – se. Registre-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 09 de fevereiro de 2015.

JEOVAN FARIA Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 5.038 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA DE Nº 5.038 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

*"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA **MARIA LUIZA INACIO PEREIRA** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

I – Nomear a servidora MARIA LUIZA INACIO PEREIRA, em cargo comissionado deCOORDENADORA PEDAGÓGICA para atuarna Escola Municipal São José do Couto durante o ano letivo de 2015, junto a Secretaria de Municipal de Educação e Cultura.

II - Delegar aos mesmos todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique – se. Registre-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 09 de fevereiro de 2015.

JEOVAN FARIA Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 5.037 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA DE Nº. 5.037 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SR. **LINDOMAR PIABA BENTO** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**.**

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e;

RESOLVE:

I – Nomear o Sr.

LINDOMAR PIABA BENTO,

para exercer o cargo em Comissão de COORDENADORIA DE TRANSPORTE ESCOLAR - CTE, junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, desta Prefeitura Municipal.

II - Delegar ao mesmo todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 09 de fevereiro de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 5.036 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SR. *LINDOMAR PIABA BENTO* E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**.**

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e;

RESOLVE:

I – EXONERAR o Sr. **LINDOMAR PIABA BENTO,**que exercia o cargo em comissão de

DIRETOR ESCOLAR, junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, desta Prefeitura Municipal.

II - Revogar a Portaria de Nº4509 de 02 de fevereiro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 09 de fevereiro de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 5.035 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA DE Nº. 5.035 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015.

"CONCEDE "LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE" A SERVIDORA **DEVANILDES GOMES DA SILVA** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO o teor do requerimento, protocolado em de 10 de dezembro de 2014.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 93 da Lei Complementar Nº 001 de 13 de dezembro de 1993,

RESOLVE: I – Conceder a servidora DEVANILDES GOMES DA SILVA, efetivo no cargo de AAE-LIMPEZA DEFINITIVO, Classe "C", Nível "06", lotado junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 60 (sessenta) dias consecutivos de "Licença Prêmio por Assiduidade", a ser usufruída no período de 03.02.2015 a 03.04.2015, referente ao período aquisitivo de 09.02.2008 a 08.02.2013. II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 05 de fevereiro de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 5.034 05 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA DE Nº 5.034 05 DE FEVEREIRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SRª. *ERMELINDA MARIA DA GLORIA BARBOSA***,** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o teor do Oficio 002/CMDCA, protocolado em 04 de fevereiro de 2015, onde dispõe sobre a Renúncia da Conselheira Tutelar citada; RESOLVE: I - Exonerar a senhora **ERMELINDA MARIA DA GLORIA BARBOSA,** que exercia o cargo Eletivo de CONSELHEIRA TUTELAR, junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL,** desta Prefeitura Municipal.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 05 de fevereiro de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 5.033 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA DE Nº. 5.033 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A LICENÇA PREMIO POR ASSIDUIDADE DE 30 (TRINTA) DIAS, A SERVIDORA *MARIA CONCEIÇÃO LOURENÇO*, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 93, § 2º da Lei Complementar nº 001 de 13 de Dezembro 1993 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campinápolis),

CONSIDERANDO *o teor da Portaria Nº 4.963 de 19 de Dezembro de 2014;*

CONSIDERANDO *o teor da Portaria Nº 5.015 de 28 de janeiro de 2015;*

CONSIDERANDO,

por derradeiro, o requerimento protocolado junto a esta Prefeitura Municipal. RESOLVE: I – Conceder,a "Licença Prêmio por Assiduidade" equivalente a 30 (trinta) dias, a servidora **MARIA CONCEIÇÃO LOURENÇO** referente ao período aquisitivo de 05.04.2004 a 03.04.2009. A partir de 05 de fevereiro de 2015 a 04 de março de 2015. II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 05 de fevereiro de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 5.027 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA DE Nº. 5.027 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SRª. **ALEXANDRA PINTO PONTES** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**.**

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e;

Considerandoas férias do servidor Wyllen Ferreira de Souza**Considerando** a necessidade em caráter de urgência para preenchimento de vaga existente;

RESOLVE:

I – Nomear a Srª. **ALEXANDRA PINTO PONTES**, para exercer o cargo de MEDICO, junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, desta Prefeitura Municipal.

II - Delegar a mesma todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 03 de fevereiro de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 5.025 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA DE Nº. 5.025 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

“CONCEDE "LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE" A SERVIDORA **SELMA BENICIO ROSA DE SOUZA** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais

que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e

CONSIDERANDO o teor do Oficio nº.046/201/SMS, datado de 27 de janeiro de 2015.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 93 da Lei Complementar Nº 001 de 13 de dezembro de 1993,

RESOLVE: I – Conceder ao servidor SELMA BENICIO ROSA DE SOUZA, efetivo no cargo de Agente Comunitário de Saúde, Classe "A", Nível "01", lotado junto à Secretaria Municipal de Saúde, 60 (sessenta) dias consecutivos de "Licença Prêmio por Assiduidade", a ser usufruída no período de 01.02.2015 a 01.04.2015, referente ao período aquisitivo de 25.04.2008 a 24.04.2013. II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 02 de fevereiro de 2015.

JEOVAN FARIAPrefeito Municipal.

SETOR DE LICITACAO
AVISO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2015

O Município de Campinápolis - MT, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados que às **12h: 30min do dia 23 de março de 2015**, realizará licitação na modalidade PREGÃO tipo *MENOR PREÇO POR ITEM*, para contratação de Prestação de Serviços Especializados de Assessoria e Consultoria Relacionados com a Apuração do Índice de Participação do Município de Campinápolis na Arrecadação do ICMS cota parte 25%.Na forma da Lei Federal nº 10.520/02. Edital completo no site **www.campinapolis.mt.gov.br**. Fone: (66) 3437-1992. Prefeitura de Campinápolis - MT, 05/03/2015.

Gilberto Francisco Ribeiro de Paula

Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2015 PREGÃO: N° 016/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: A. CUNHA SAIBERT - ME

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada prestação de serviços de limpeza de terrenos baldios, com remoção dos entulhos até o aterro sanitário.

Os preços, as quantidades e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Cód. Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
2	34504	150.000,00	M2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA COMPLETA DE TERRENO BALDIO DA ZONA RURAL POR M², DESTINANDO OS ENTULHOS PARA O ATERRO SANITÁRIO	1,70	255.000,00

Totalizando o valor de R$ 255.000,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil reais).

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO RP 037/2015

ABERTURA: *25 de março de 2015*.

CREDENCIAMENTO: a partir das **14:00h.**

INÍCIO DA SESSÃO:

25 de março de 2015

às 14:00 horas.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para atender as Secretarias Municipais.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 5 de março de 2015.

Leandro Nery Varaschin Pregoeiro

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2015 PREGÃO: N° 011/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: MATTOS & MATTOS SINALIZACAO E TINTAS LTDA - ME

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material para pintura para atender as Secretarias Municipais.

Os preços, as quantidades e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Cód. Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
29	8662	100,00	UNID.	TINTA TRAFEGO BRANCA, PARA SINALIZAÇÃO HORINZONTAL 18L	COLORFAST	219,00	21.900,00

Totalizando o valor de R$ 21.900,00 (vinte e um mil e novecentos reais).

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO 035/2015

ABERTURA: *24 de março de 2015*.

CREDENCIAMENTO: a partir das **14:00h.**

INÍCIO DA SESSÃO:

24 de março de 2015

às 14:00 horas.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza predial, para realização de limpeza nos Ginásios Municipais de Esportes João Laurindo da Silva, Delmir Rosa e Edibaldo Klein, compreendendo limpeza da quadra de esportes, arquibancadas, sanitários, vestiários, almoxarifados e corredores dos mesmos, com o fornecimento de materiais e equipamentos necessários à prestação do serviço.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 5 de março de 2015.

Leandro Nery Varaschin Pregoeiro

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2015 PREGÃO: N° 011/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: RODRIGUES & ASSIS LTDA - ME

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material para pintura para atender as Secretarias Municipais.

Os preços, as quantidades e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Cód. Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	30162	20,00	UNID.	BANDEJA PLASTICA PARA PINTURA 30CM X 40CM	ATLAS	8,00	160,00
2	19197	100,00	UNID.	BIANCO 18 LITROS	OTO	193,81	19.381,00
3	26049	100,00	UNID.	CABO ROLO 330/23 SR CM	ATLAS	4,60	460,00
6	28327	50,00	UNID.	CORANTE EM PÓ AMARELO 500 GR	GLOBO	8,65	432,50
7	8598	60,00	UNID.	FITA CREPE 18 X 50	AFFA SUMARE	2,85	171,00
8	15155	100,00	UNID.	MASSA ACRILICA LATA DE 18L	UNIVERSO	80,50	8.050,00
9	30884	50,00	UNID.	MASSA CORRIDA ACRILICA 3,6 LITROS ECONOMICO	UNIVERSO	26,00	1.300,00
10	34661	50,00	UNID.	PINCEL 395 10"	ATLAS	8,50	425,00
11	34664	100,00	UNID.	PINCEL 395 2"	ATLAS	4,95	495,00
12	34663	50,00	UNID.	PINCEL 395 3"	ATLAS	6,13	306,50
13	34659	50,00	UNID.	PINCEL 395 4"	ATLAS	8,43	421,50
14	34660	50,00	UNID.	PINCEL 395 6"	ATLAS	5,40	270,00
15	17293	40,00	UNID.	ROLO DE 23 CM ESPUMA	ATLAS	10,00	400,00
16	16911	60,00	UNID.	ROLO DE ESPUMA 05 CM C/CABO	ATLAS	2,65	159,00
17	30163	40,00	UNID.	ROLO DE ESPUMA 09 CM	ATLAS	3,72	148,80
18	5198	40,00	UNID.	ROLO DE ESPUMA 15 CM	ATLAS	6,10	244,00
19	30165	40,00	UNID.	ROLO PARA PINTURA 23 CM COM CAMISA DE LÃ - ANTI-RESPINGO COM SUPORTE	ATLAS	12,50	500,00
20	30164	40,00	UNID.	ROLO PARA PINTURA 23 CM COM CAMISA DE LÃ - PELE DE CARNEIRO COM SUPORTE	ATLAS	18,37	734,80
21	23104	30,00	UNID.	SELADOR ACRILICO PREMIUM LATA 18LT 1a. LINHA	UNIVERSO	74,50	2.235,00
23	24877	130,00	UNID.	TINTA ACRÍLICA FOSCO BRANCO NEVE 18LT STANDER	UNIVERSO	155,90	20.267,00
24	30980	130,00	UNID.	TINTA BRANCA SEMI BRILHO 18 LITROS PARA PIGMENTAÇÃO STANDER	UNIVERSO	210,00	27.300,00
25	10473	130,00	UNID.	TINTA ESMALTE BRANCO DE 18 LITROS STANDER	BRASILUX	190,00	24.700,00
26	6478	100,00	UNID.	TINTA ESMALTE SINTETICO AB BRANCO 3,6 LTS STANDER	BRASILUX	42,00	4.200,00
27	22728	100,00	UNID.	TINTA LATEX BRANCO ACRILICO FOSCO 18 LT ECONOMICO	UNIVERSO	95,00	9.500,00
28	15554	100,00	UNID.	TINTA SEMI-BRILHO 18LT (AREIA) STANDER	UNIVERSO	210,00	21.000,00

Totalizando o valor de R$ 143.261,10 (cento e quarenta e três mil, duzentos e sessenta e um reais e dez centavos).

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 097, DE 3 DE MARÇO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 46, I da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 261/93, na Lei Municipal nº 818/2001 e no Decreto Executivo nº 068/2008,

Considerando a solicitação do Conselho Municipal de Saúde, através do Memorando nº. 005/2015,

Considerando a Ata nº 001/2015 do Conselho Municipal de Saúde de Campo Novo do Parecis - MT,

Considerando o interesse público e a necessidade administrativa,

R E S O L V E

1.NOMEAR, a partir desta data, os membros designados para compor a Presidência, Vice-Presidência e Secretaria do Conselho Municipal de Saúde - Gestão 2015 a 2017, na forma seguinte:

a) Presidente: Junior Schleicher.

b) Vice-Presidente: Jose Rodrigues de Almeida.

c) Secretária Executiva: Viviane Alves Fernandes Dias Petry.

2.O exercício da função de Conselheiro será gratuito e constituir-se-á em serviço público relevante.

3.As competências e demais atribuições do Conselho são constantes na Lei Municipal nº 261/93, de 06.04.96, alterada pela Lei Municipal nº 818/2001 e pelo Decreto Executivo nº 068/2008, de 18 de agosto de 2008.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 3 dias do mês de março de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO RP 034/2015

ABERTURA: *24 de março de 2015*.

CREDENCIAMENTO: a partir das **08:00h.**

INÍCIO DA SESSÃO:

24 de março de 2015

às 08:00 horas.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços varrição de ruas nos bairros Jardim Primavera, Olenka, Boa Esperança e Jardim das Palmeiras.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 5 de março de 2015.

Leandro Nery Varaschin Pregoeiro

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo nº 001 ao Contrato *de* Fornecimento nº 004/2015

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X EMAM – Emulsões e Transportes Ltda

Objeto: O objeto do presente Termo é alterar a Cláusula Terceira – Do Valor e da Forma de Pagamento, do Contrato de Fornecimento.

Data: 25/02/2015

Procedimento Licitatório:

Pregão Presencial n° 084/2014 Secretaria: **Infraestrutura**

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AVISO DE RESULTADO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS,** através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade **PREGÃO *0*10/2015**, destinada à **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada em poda ornamental, manutenção e erradicação, limpeza e formação em árvores de médio e grande porte implantadas nas vias e prédios públicos do município de Campo Novo do Parecis, incluindo coleta e remoção**, teve como vencedora a empresa:**REGIANE LUZIA DE SOUZA TEDESCHI - EPP com o valor total de R$ 389.900,00 (trezentos e oitenta e nove mil e novecentos reais)**

.

Campo Novo do Parecis-MT, 05 de março de 2015.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO RP 036/2015

ABERTURA: *25 de março de 2015*.

CREDENCIAMENTO: a partir das **08:00h.**

INÍCIO DA SESSÃO:

25 de março de 2015

às 08:00 horas.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para atender as escolas municipais de ensino fundamental e infantil, escolas indígenas, como demais repasses atendidos pelo FNDE.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 5 de março de 2015.

Leandro Nery Varaschin Pregoeiro

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2015 PREGÃO: N° 016/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: SILVEIRA SANTOS & SANTOS LTDA

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada prestação de serviços de limpeza de terrenos baldios, com remoção dos entulhos até o aterro sanitário.

Os preços, as quantidades e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Cód. Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	32281	200.000,00	M2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA COMPLETA DE TERRENO BALDIO POR M², DESTINANDO OS ENTULHOS PARA O ATERRO SANITARIO	1,59	318.000,00

Totalizando o valor de:R$ 318.000,00 (trezentos e dezoito mil reais)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

MARA TEREZINHA PAETZOLD NOSCHANG SILVA E ELOI LUIZ PAETZOLD NOSCHANG requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 03 da QUADRA 03, LOCALIZADO NA AVENIDA CURITIBA, LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
NOVA DATA PREGÃO N° 011/2015

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público nova data para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ROLO COMPACTADOR**, na modalidade pregão (presencial) n° 011/2015, a se realizar no dia **19 de março de 2015 às 16h00min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 05 de março de 2015.

Leila Gubert

Pregoeira

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI COMPLEMENTAR N°. 049, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 019/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1°. A Lei Complementar no 19, de 17 de Fevereiro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1°. ----------

---

§ 3°. Todos os planos e/ou instrumentos de gestão no Município deverão ser revistos ou construídos quando não existentes, em conformidade com esta lei no prazo máximo em até dois (2) anos, salvo as exigências pertinentes a legislações superiores, a contar da data de sua publicação.”

“Art. 10. ----------

XXVI - análise e proposição de contribuição de iluminação pública diferenciada conforme a demanda e tipo de consumidor;”

“Art. 11. ----------

III - programa de apoio a eletrificação rural;

V - programa de apoio à capacidade de armazenamento;

VII - programa de sensibilização e orientação aos produtores rurais para uso adequado da propriedade;

VIII - manutenção de um fundo municipal para aquisição e recuperação de áreas ambientais de interesse público a ser definido pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente;”

“Art. 14. Para cumprir as diretrizes sobre a saúde o Plano Municipal de Saúde incluirá as seguintes estratégias:

I - manutenção e divulgação de um sistema de telefone para denúncias de práticas nocivas a saúde;

II - obrigatoriedade pelo município da continuidade das Unidades de Atenção Básica a Saúde já existentes e ampliação de sua estrutura conforme crescimento populacional;

IV - implantação de leitos de UTI na estrutura física hospitalar;

V - programas de acompanhamento de gestantes, neonatal, infância, adolescência e ao idoso;

VIII - ampliação dos procedimentos, ações e serviços bem como do quadro de profissionais da saúde;

IX – manutenção da UTI móvel com a equipe médica e de enfermagem para atendimento;

X – implantação da Unidade de Pronto Atendimento 24 horas – UPA;

XI – ampliar os pontos de distribuição de medicamentos;”

“Art. 15. ----------

III - distribuição de recursos e equipamentos adequados para a implantação de centro de educação infantil, educação pré-escolar e ensino fundamental;

V - inclusão na matriz curricular do município de atividades como: música, canto, dança e teatro;”

“Art. 16. ----------

VII - a implementação do Centro de Esportes com modalidades esportivas para os jovens tais como, Pista de Atletismo, Piscina de Natação, Quadra de Esporte, Campo Suíço, Academia Esportiva para Formação de Atletas e outras.”

“Art. 17. Para o desenvolvimento do potencial turístico, o Município implementará o Plano Municipal do Turismo, considerando as seguintes estratégias:

II - programa de incentivos ao Turismo, destacando a parceria pública privada para investimentos na área;

III - elaboração de calendário anual dos eventos no município em parceria com as demais secretarias;

X - construção e estruturação de um centro de eventos agregando o Centro de Atendimento ao Turista – CAT e a casa do artesão;

XI - incentivo e desenvolvimento das atividades de turismo tecnológico e rural;

XII - incentivo à formação, capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos visando o atendimento ao turista;”

“Art. 23. ----------

IV - plano de manejo dos mananciais e do sistema de abastecimento de água do município realizada pela concessionária local;

VII – manutenção e atualização do mapa de remanescentes de vegetação e declividade de forma a identificar as áreas legalmente protegidas;

VIII - obrigatoriedade das compensações ambientais e financeiras dos futuros empreendimentos de grande porte a ser definida de forma participativa com a sociedade e em audiência pública;

IX - manutenção do Fundo Municipal do Meio Ambiente;”

“Art. 25. ----------

III - garantir o fornecimento da rede pública de água potável e esgoto, seu tratamento, em todo o perímetro urbano, devendo a concessionária apresentar o projeto técnico e cronograma de implantação;”

“Art. 29. ----------

VII – prolongamento da Avenida Mato Grosso com o Parque de Exposição Municipal;”

“Art. 33. ----------

I - garantir uma reserva mínima de área permeável em todo terreno urbano;”

“Art. 34. O Plano Municipal de Habitação deve atender aos objetivos e às diretrizes enunciadas nesta lei, contendo:

IV - Zona de Proteção Ambiental - corresponde às Unidades de Conservação existentes, previstas no SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Preservação - Lei 9985 de 18/06/2000) e as áreas de Preservação Permanente, a serem delimitadas pelo Plano Municipal de Meio Ambiente;”

“Art. 50. São consideradas Zonas de Proteção Ambiental as Unidades de Conservação existentes previstas no SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) e Áreas de Preservação Permanente, e estão detalhadas no Plano Municipal de meio Ambiente.”

“Art. 61. ----------

§ 1°. Fica proibida a construção destinada a qualquer tipo de moradia num raio de 1 km da Zona Exclusivamente Industrial e a 500m da Zona Industrial. ”

“Art. 73. Para o uso e ocupação do solo serão considerados parâmetros estabelecidos em lei específica.”

“Art. 77. Todo terreno da área urbana deve ter calçada quando houver pavimentação nas ruas e todos devem ser mantidos limpos pelo proprietário.

§ 1°. Caso o proprietário não cumpra com o dispositivo desse "caput" o Poder Executivo poderá, decorrido 30 (trinta) dias do recebimento da notificação, determinar a execução da limpeza e/ou calçamento, sendo esses valores cobrados através de boleto bancário emitido pelo órgão competente.

“Art. 78. ----------

---

§ 5°. O percentual referido no § 3° deste artigo só será permitido a partir do muro.”

“Art. 79. A pavimentação de asfalto deverá ser nivelada abaixo do nível superior da calçada, garantindo o nivelamento para construção da calçada de acordo com a lei específica.”

“Art. 80. ----------

I – Localizar-se em um dos distritos industriais e comerciais, definido pela Secretaria de Desenvolvimento Agrícola e Meio Ambiente, a partir da avaliação do estudo de impacto de vizinhança, EIV definido em legislação vigente conforme dispõe o capitulo VIII, desta lei complementar;”

II ----------

III ----------

IV - Ficar distantes em 500,00m. (quinhentos metros) de locais com potencial de inundações e mananciais (represas, nascentes, rios, riachos e lagos) sendo que, excepcionalmente poderão ficar distantes 300,00m (trezentos metros) de locais que não ofereçam riscos de inundações e mananciais (represas, nascentes, rios, riachos e lagos);

VII – Dar conhecimento ao Corpo de Bombeiros e a Vigilância Sanitária na solicitação do alvará sobre os tipos de produtos que serão armazenados e comercializados;

VIII – Disponibilizar cópia do relatório trimestral, referente aos produtos estocados, que é enviado ao órgão competente, o Ministério de Agricultura ou o INDEA, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente;

X – Os armazéns de estocagem de produtos agrotóxicos terão 1 (um) ano a partir do dia 01 de março de 2015, para se adequarem as regras acima elencadas, sob pena de serem penalizados pelo descumprimento das mesmas, através de Lei especifica a ser criada;

XI – Os armazéns de estocagem de produtos agrotóxicos que apresentarem uso não conforme ao estabelecido nesta lei serão tolerados, desde que:

a)Sua localização e existência regular seja anterior à data de publicação da Lei Complementar n° 019/2010, o que deve ser comprovado pela apresentação de alvará e licença de operação anterior, expedida pelo órgão ambiental.

b)Apresente diagnostico ambiental que aponte os riscos que a manutenção da atividade representa e execute, no prazo definido, as medidas mitigatórias sugeridas.

XII - O uso não conforme, se autorizado, também deverá adequar-se aos níveis de ruídos exigíveis para a zona em que esteja localizado, bem como obedecerá aos horários de funcionamento disciplinados pela legislação pertinente.

§ 1°. A Secretaria de Desenvolvimento Agrícola e Meio Ambiente editará semestralmente Portaria relacionando os princípios ativos que não poderão ser armazenados nos limites do município de Campo Verde.

§ 2°. O descumprimento do que dispõe este artigo acarretará a suspensão do alvará de funcionamento.

“Art. 82. ----------

Parágrafo único. Para fins de segurança pública, os novos postos de combustíveis deverão obedecer a um distanciamento mínimo de 100,00 (cem) metros entre si levando-se em consideração os limites dos terrenos.”

“Art. 83. ----------

II - todo loteamento para ser implantado deve ter água, rede de energia, esgoto, pavimento, meio-fio, drenagem pluvial, arborização, sinalização horizontal e vertical, rede de iluminação pública (a rede de iluminação pública deverá seguir o padrão existente nas avenidas e ruas do município) sendo que para a implantação destas infra-estruturas o proprietário poderá estabelecer parcerias com a Prefeitura Municipal caso haja interesse do Poder Público;

VI - as praças a serem construídas deverão ocupar um quarteirão inteiro, podendo ter outros equipamentos públicos instalados;

XIV – Somente serão permitidos desmembramentos de lotes, em loteamentos que já encontram-se aprovados, até que a presente Lei entre em vigor, salvo quando se tratar de desdobro para efeito de regularização das construções existentes.”

“Art. 86. ----------

Parágrafo único.Para fins deste artigo não se admitirá construções a menos de 15,00m.(quinze metros) do limite da Zona de Proteção Ambiental.”

“Art. 100 ----------

I - 1,5% (um e meio por cento) do valor venal do imóvel cobrada após completar o primeiro ano da notificação do proprietário.

II - 2,0% (dois por cento) do valor venal do imóvel cobrada após completar o segundo ano da notificação do proprietário.

III - 2,5% (dois e meio por cento) do valor venal do imóvel cobrada após completar o terceiro ano da notificação do proprietário.

IV - 3,0% (três por cento) do valor venal do imóvel cobrada após completar o quarto ano da notificação do proprietário.

V – 3,5% (três e meio por cento) do valor venal do imóvel cobrada após completar o quinto ano da notificação do proprietário.”

“Art. 119. Os empreendimentos que causarem grande impacto urbanístico e ambiental, definidos no Art. 68, na Subseção I, da Seção I, do Capítulo I, do Título IV desta Lei, além do cumprimento dos demais dispositivos previstos na legislação urbanística, terão sua aprovação condicionada à elaboração e aprovação de EIV, a ser apreciado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento no prazo de trinta dias a partir da solicitação e órgãos competentes do município.”

“Art. 124 ----------

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Desenvolvimento fará audiência pública, sempre que considerar necessário, antes da decisão sobre o projeto. ”

“Art. 130.O Conselho Municipal de Desenvolvimento será paritário, composto por 32 membros, de acordo com os seguintes critérios:

I - 16 (dezesseis) representantes de Instituições Governamentais, sendo:

a) - 11 (onze) representantes do Governo Municipal e respectivos suplentes das áreas relacionadas à Política Municipal indicados pelo Prefeito Municipal;

----

e) - 1 (um) representante da Polícia Civil e respectivo suplente;

f) - 1 (um) representante do órgão estadual e respectivo suplente;

II - 16 (dezesseis) representantes Não-Governamentais, sendo:

a) - 2 (dois) representantes das associações dos moradores de bairro e respectivo suplente;”

Art. 2o A Lei Complementar no 19, de 17 de Fevereiro de 2010, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

Art. 11. ----------

XII – incentivar a melhoria da qualidade e das técnicas de produção e reprodução dos diversos rebanhos, bem como das demais cadeias produtivas;

Art. 13. ----------

V – estimular parcerias com organizações, instituições e/ou serviços de apoio ao pequeno empresário e a indústria.

Art. 14. ----------

XII – instituir uma fundação e/ou associação para administrar o hospital municipal;

XIII – ampliação e implementação de unidades para atendimento da média complexidade;

XIV – divulgar para a sociedade a diferença, bem como os pontos de atendimento direcionados ao atendimento básico, atendimento de média complexidade e atendimento de alta complexidade;

XV – implantação do centro de diagnóstico municipal;

SEÇÃO VIII

DA CULTURA

Art. 17-A. Pesquisa, Elaboração, Aprovação e Execução do Plano Municipal de Cultura:

I – Planejar, desenvolver e aplicar pesquisa diagnóstico com dados relevantes sobre a cultura de maneira geral e setorizada do município;

II – Realizar o Fórum Municipal de Cultura e a Conferência Municipal de Cultura de acordo com a Lei 1.918/2013, Capitulo III, Seção III, Art. 45;

III – Elaboração do Plano Municipal de Cultura de acordo com a Lei 1.918/2013, Capítulo III, Seção IV, Art. 47;

IV – Analise e Aprovação do Plano Municipal de Cultura pelo Legislativo.

Art. 17-B. Constituir diretrizes da Política Cultural Municipal:

I – Elaborar o Plano Municipal do Patrimônio Cultural em conjunto com a representação da sociedade civil e outros setores da administração pública, por lei específica;

II – Preservar e valorizar o patrimônio cultural do município;

III – Compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a identidade cultural;

IV – Estimular e preservar a diversidade cultural existente no Município;

V – Valorizar e estimular o uso, a conservação e a restauração do patrimônio cultural;

VI – Garantir usos compatíveis para as edificações que façam parte do patrimônio do Município.

Art. 17-C. Para o desenvolvimento do potencial da cultura, o Município implementará o Plano Municipal de Cultura, Considerando as seguintes estratégias:

I – Garantir incentivos a Cultura, conforme a Lei Municipal 1.918/2013, Seção IV, Art. 50, que dispõe sobre a aplicação do Fundo Municipal de Cultura;

§ 1º. Criação e instituição do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, conforme a Lei Municipal 1.918/2013, Seção III, Art. 37;

§ 2º. Criação de Conta instituída ao Fundo Municipal de Cultura;

§ 3º. Destinação de 0,1% (zero vírgula um por cento) da arrecadação orçamentária geral do Município para o Fundo Municipal de Cultura.

II – Fomentar a cooperação técnica e financeira que estimulem as práticas Culturais;

Art. 17-D. Projeto de Construção e Reestruturação Física dos Equipamentos Culturais:

I – Construir novo Centro Cultural condizente com as atividades culturais oferecidas;

II – Reestruturação do atual prédio onde está instalado o Departamento de Cultura para a criação de um mini auditório com infraestrutura audiovisual (equipado com tela de projeção e home theater), pequeno palco para atender os munícipes;

Art. 17-E. Fomentar atividades artístico culturais:

I – Apoio a cadeia produtiva do Audiovisual;

II - Apoio a cadeia produtiva das Artes Visuais;

III - Apoio a cadeia produtiva das Artes Cênicas;

IV - Apoio a cadeia produtiva da Música.

Art. 30. ----------

IV - ----------

---

k) Centro de ressocialização de menores;

SUBSEÇÃO V

DA ÁREA SUBURBANA

Art. 47-A. É considerada Área Suburbana os espaços destinados a criação de chácaras.

Art. 47-B. São objetivos dessa Área:

I - regular os espaços dedicados a implantação de chácaras;

II - promover a regularização fundiária dos usos irregulares;

III – possibilitar o parcelamento do solo em chácaras de no mínimo 0,5 (meio) hectare a no máximo 4,0 (quatro) hectares;

Parágrafo único: para a implantação dessas áreas serão levados em consideração os espaços que seguem as diretrizes viárias existentes no perímetro urbano.

a)A implantação somente será permitida após a análise e deliberação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbanístico e terá seus critérios definidos em lei específica.

Art. 61-A. As Zonas Especiais de Interesse Industrial, ZEII, são os espaços onde se localizam os núcleos industriais existentes e as áreas indicadas para expansão dessas atividades.

§ 1°. Fica proibida a construção destinada a qualquer tipo de moradia num raio de 1 km da Zona Exclusivamente Industrial e a 500m da Zona Industrial.

a) Será permitida a distância inferior à 500m se o loteador apresentar junto com o projeto do loteamento a proposta de um espaço verde de no mínimo 200m, a ser construído entre a ZR (Zona Residencial) e a ZEII (Zonas Especiais de Interesse Industrial), originando um espaço de transição entre os dois.

b) As espécies arbóreas utilizadas para o plantio citado na alínea anterior serão definidas pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente através de estudo propício junto à área destina.

§ 2°. As atuais residências rurais já existentes serão toleradas, desde que não estejam em área de risco de ocupação comprovada, ficando impedidas novas construções com fins de moradia.

“Art. 68. ----------

XIII – centrais de carga

XIV – super e hipermercado

XV – centro de eventos

XVI – depósito de materiais de construção (areia, cimento, pedra, cascalho e similares);

XVII – marmoraria, serralheria, marcenaria, funilaria, pinturas automotivas, tornos e semelhantes;

XVIII – bares, boates, casas de shows e semelhantes;

XIX – funerárias, capela mortuária e necrotérios.

“Art. 78. ----------

---

§ 6°. na planta de situação da construção no lote, deverá constar o detalhamento da calçada devidamente adequada nos padrões exigidos por esta Lei. ”

“Art. 80. ----------

I – ----------

a)exceto na zona de interesse industrial I.”

Art. 83. ----------

---

a) a arborização urbana que trata o inciso II será definida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

b) o Poder Executivo poderá, por lei, estabelecer diretrizes específicas que atendam ao interesse social, no intuito apenas de regularizar áreas pré-existentes a aprovação desta lei, cujos critérios dos espaços loteados não estejam aqui contemplados.

XVI - o poder executivo poderá exigir do loteador a construção de equipamento comunitário, como creche, posto de saúde, quadras poliesportivas, dentre outros, que deverão ter seus critérios explícitos em lei específica;

XVII - a rede elétrica de ruas e avenidas deverá estar de acordo com o padrão das já existentes e/ou de acordo com o solicitado pelo poder executivo;

XVIII - todo loteamento deverá dispor de placas contendo a denominação das vias públicas, instaladas em locais definidos pelo Departamento de Engenharia do Município;

XIX – as diretrizes que compõem o traçado urbano, fazendo parte do loteamento, deverão ser pavimentadas com CBUQ - Concreto Betuminoso Usinado a Quente;

XX - cabe ao loteador realizar a manutenção da pavimentação por um período de 5 anos,devendo estar sinalizado horizontal e verticalmente de acordo com as normas do CONTRAN;”

Art. 130.----------

I - ----------

g) - 1 (um) representante da Polícia Militar e respectivo suplente;

II - ----------

m) - 1 (um) representante da CREA – CV e seu respectivo suplente;

n) - 1 (um) representante da CEARPA – CV e seu respectivo suplente;

o) - 1 (um) representante da Associação dos Engenheiros Agrônomos e seu respectivo suplente;

p) - 1 (um) representante do SINTEP – CV e seu respectivo suplente;

Art. 3o Ficam revogados: inciso II, do artigo 11; incisos V e VI, do artigo 16; incisos VI, VIII; XIII; XV e XVII do artigo 17; alíneas 'F' e 'H', do inciso IV, do artigo 30; parágrafo 2 do artigo 61; incisos e alíneas, do artigo 73, artigo 74; artigo 75; artigo 76; inciso VII, do artigo 81; inciso XI, do artigo 83; alínea 'c', do inciso I, do artigo 130; alínea 'l', do inciso II, do artigo 130;

Art. 4o Os artigos com numeração equivocada passam a ter a seguinte numeração: artigo 59-A; artigo 59-B, inciso VIII, do artigo 83.

Art. 5o O Sumário passa a vigorar com a seguinte alteração: SEÇÃO VII: DO TURISMO do Capitulo I, do Titulo II e inclusões: SEÇÃO VIII: DA CULTURA no Capitulo I, do Titulo II; e SUBSEÇÃO V: DA ÁREA SUBURBANA na Seção I, do Capitulo I, do Titulo III.

Art. 6.Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 03 de março de 2015.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 033/2015

OBJETO: o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PREGÃO: 008/2015

EMPRESA: empresa RJ COMÉCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE LUBRIFICANTES EIRELI – EPP

CNPJ N° 17.169.134/0001-33

ITENS E VALORES REGISTRADOS:

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	PNEU 215/75 R 17,5 (LISO)	GOODRIGE	150,00	R$ 12,7400	R$ 1. 911,00
02	PNEU 205 / 70R15	LINGLONG	150,00	R$ 9,9200	R$ 1. 488,00
03	PNEU 175/70 R13 RADIAL	JK - TORNADO	100,00	R$ 3,7800	R$ 378,00
04	PNEU 185 / 70R14	JK - VECTRA	100,00	R$ 3,7800	R$ 378,00
05	PNEU 205 / 75R16	CHENGSHAN	30,00	R$ 3,7900	R$ 113,70
06	PNEU 185/60 R 15	CHENGSHAN	200,00	R$ 4,2500	R$ 850,00
TOTAL: CENTO E VINTE DOIS MIL E QUINHENTOS REAISR$ 122. 500,00					

VIGÊNCIA: 04/03/2015 à 04/03/2016

Íntegra da ata de registro de preços: www.campoverde.mt.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 054, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA EM CARÁTER ESPECIAL A SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o atendimento aos requisitos previstos no artigo 150,§2º do Estatuto do Servidor, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º

Conceder licença em caráter especial (licença–prêmio) ao servidor JOSÉ CARLOS FROEHLICH, admitido na forma do Inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e nomeado em caráter efetivo através da Portaria nº. 086, de 01 de maio de 2006, para o cargo de Motorista de Veículo Especial, através da Portaria nº. 086, de 01 de maio de 2006, relativo ao período aquisitivo de 02/5/2006 a 30/4/2011, pelo prazo de três meses, a contar de 01 de março de 2015, com todos os direitos e vantagens do cargo.

Art. 2 Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 01 de março de 2015.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 02 de março de 2015.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio/MT

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 665, DE 3 DE MARÇO DE 2015.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 600, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2014,QUE INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO E O FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO ENTRE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. O parágrafo único do artigo dez e o artigo onze **da Lei nº 600, de 6 de fevereiro de 2014 passam a vigorar com as seguintes redações:**

Art. 10.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Saneamento Básico terá caráter consultivo das atividades decorrentes da execução da Política Municipal de Saneamento e auxiliará o Município de Campos de Júlio na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Art. 11. O Conselho Municipal de Saneamento Básico-COMUS será composto por cinco membros do Poder Executivo, sendo obrigatoriamente um representante da Secretaria Municipal de Saúde, a quem cabe a presidência do respectivo conselho, um da Secretaria Municipal de Finanças e um da Secretaria Municipal de Viação, Obras Públicas e Serviços Urbanos, quatro membros do Poder Legislativo, dois membros de entidades da sociedade civil e um usuário do serviço de saneamento, escolhido por associação de bairros ou na falta de dessa pelos demais membros do conselho.

Art. 2º. Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 3 de março de 2015.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 055, DE 4 DE MARÇO DE 2015.

EXONERA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE COZINHEIRO DE NUTRIÇÃO HOSPITALAR.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 74 da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,

CONSIDERANDO a solicitação contida no requerimento protocolado em 4 de março de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a funcionária CLARICE RODRIGUES DE CAMPOS, admitida na forma do Inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e nomeada em caráter efetivo para o cargo de Cozinheiro de Nutrição Hospitalar, através da Portaria nº. 167, de 29 de julho de 2013.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 14 de março de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições contidas na Portaria nº. 167, de 29 de julho de 2013, declarando-se a vacância do cargo mencionado no artigo 1º, nos termos do inciso I do artigo 73 da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 4 de março de 2015.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 664, DE 3 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA,ACRESCENTA AÇÕES NO PLANO PLURIANUAL, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015 E A REALIZAÇÃO DE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA LEI ORCAMENTÁRIA ANUAL DE 2015.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transferir contribuição financeira, através de repasse de subvenção do orçamento municipal à Cooperativa Agrícola Mista Redecoop - REDECOOP, Inscrita no CNPJ sob o número 11.068.289/0001-05, no valor anual de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), com objetivo de viabilizar a parceria destinado à elaboração e execução do Plano de Trabalho baseado no Memorial Descritivo de Tarefas, visando o gerenciamento de ações específicas do Serviço de Inspeção Municipal-SIM, previsto na Lei Municipal nº. 647, de 14 de outubro de 2014 e o Decreto Municipal nº. 025, de 30 de janeiro de 2015 que o regulamenta. Parágrafo único. Os serviços referidos no caput desse artigo compreendendo, entre outras atribuições:

.

I-Elaborar o diagnóstico das necessidades e das demandas dos produtores rurais do município referente às normas e exigências que envolvem o Serviço de Inspeção Municipal-SIM.

II-Realizar a inspeção sanitária para estabelecimentos cadastrados no Serviço de Inspeção Municipal-SIM do Município de Campos de Júlio.

III-Identificar, monitorar e controlar o cumprimento da legislação sanitária com vista à garantir por sua ação que produtos não venham ocasionar danos ou agravos a saúde individual e coletiva.

IV-Atendimento das boas práticas de fabricação, a identificação de pontos críticos com base na legislação sanitária, avaliação de riscos e perigos dos pontos críticos e intervir, solicitando as providências necessárias visando minimizar ou eliminar os riscos detectados que poderão afetar a qualidade, segurança e eficácia de produtos e serviços.

V-Realizar a fiscalização nos estabelecimentos da contratante compreendendo as seguintes atividades:

1.Verificar a documentação de entrada e saída dos produtos de origem animal.

2.Solicitar periodicamente os relatórios mensais das atividades dos estabelecimentos situados no município.

3.Acompanhar as atividades exercidas pelos médicos veterinários nos estabelecimentos dessa unidade gestora e Responsabilidade Técnica.

4. Conferir carteiras de saúdes dos funcionários e proprietários da contratante e dos médicos veterinários habilitados, aos quais exercem tarefas nos empreendimentos.

5. Coletar Amostras para exame laboratorial de produtos e da água que abastece o estabelecimento, para verificação de conformidade quanto à qualidade da produção.

§ 1º **A transferência d**os recursos financeiros previstos no caput será efetivada mediante remessa bancária em conta de titularidade da Cooperativa mencionada no caput desse artigo.

§2º Além dos valores previstos no caput o poder público municipal responsabilizar-se pelo fornecimento de materiais de consumo e outros necessários a execução do Serviço de Inspeção Municipal, bem como despesas de deslocamento, alimentação e hospedagem à equipe técnica executora do Programa “Serviço de Inspeção Municipal” (SIM).

§ 3º A responsabilidade pelos encargos resultantes da relação de trabalho dos profissionais que compõem a equipe técnica prestadora dos serviços, devidamente habilitados junto aos órgãos competentes, ficarão a cargo exclusivo da Redecoop.

Art. 2º Aos fins do que dispõe o caput fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a Redecoop, nos termos da minuta que integra essa lei como anexo único.

Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I do Plano Plurianual previsto na Lei nº 653, de 01 de dezembro de 2014, para o exercício financeiro de 2015, as seguintes ações:

Descrição da Ação
Órgão: 11– Secretaria Municipal de Agricultura Pecuária e Meio Ambiente Unidade: 11.01 Departamento Agropecuário Função: 18 Gestão Ambiental Sub-função: 541 Preservação e Conservação Ambiental Programa: 0013 Defesa Ambiental e Organização da Cidade Projeto: 2.083 Manutenção do serviço de Inspeção Municipal- S.I.M. Produto: unidade Exercício: 2015 35.000,00 Valor Total: **R$ 35.000,00** (trinta e cinco mil reais) Meta: Realizar inspeção em ambientes e atividades que possam oferecer riscos à saúde pública.

Art. 4º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I da Lei nº 636, de 25 de julho de 2014 que estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2015, as seguintes ações:

Descrição da Ação

Órgão: 11– Secretaria Municipal de Agricultura Pecuária e Meio Ambiente
Unidade: 11.01 Departamento Agropecuário
Função: 18 Gestão Ambiental
Sub-função: 541 Preservação e Conservação Ambiental
Programa: 0013 Defesa Ambiental e Organização da Cidade
Projeto: 2.083 Manutenção do serviço de Inspeção Municipal- S.I.M.
Produto: unidade
Exercício: 2015 35.000,00
Valor Total: **R$ 35.000,00** (trinta e cinco mil reais)
Meta: Realizar inspeção em ambientes e atividades que possam oferecer riscos à saúde pública.

Art. 5º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial ao orçamento geral do município para o exercício financeiro de 2015, previsto na Lei nº. 653, no valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA PECUARIA E MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO AGROPECUÁRIO

PROJETO 2.083 Manutenção do serviço de Inspeção Municipal- S.I.M.

FONTE RECURSO: 100 – Recursos Próprios

ELEMENTO: 33.90.30.00.00.00.00.0100 R$ 5.000,00

ELEMENTO: 33.90.39.00.00.00.00.0100 R$ 5.000,00

ELEMENTO: 33.50.45.00.00.00.00.0100 R$ 24.000.00

ELEMENTO:33.90.36.00.00.00.00.0100..... R$1.000,00

Total R$ 35.000,00

Art. 6º Os recursos necessários para cobertura do crédito de que trata o artigo terceiro serão oriundos do superávit do exercício anterior conforme anexo único dessa lei:

Art. 7º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo I do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 8º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 3 de março de 2015.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio/MT

ANEXO ÚNICO

TERMO DE CONVÊNIO

Que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO, pessoa jurídica de direito público interno, Inscrito no CNPJ sob o número 01. 614.516/0001-99, por intermédio do Prefeito, Srº Dirceu Martins Comiran, brasileiro, casado, agricultor e agente político municipal, inscrito no CPF sob nº. 173.867.301- 44 e RG nº. 1135359- 7 SSP/MT, residente e domiciliado na Av. Adelino José Zamo, nº. 1214, centro, em Campos de Júlio/MT, e outro lado a COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA REDECOOP – REDECOOP, Inscrita no CNPJ sob o número 11.068.289/0001-05, com sede na Av. República do Líbano, nº 1620 – Bairro: Rodoviária Parque, em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, CEP:78048-135, por intermédio do seu presidente Adilson Miguel Novaki, inscrito no CPF sob nº. 892.674.001-34, visando o repasse de subvenção devidamente respaldada na Lei Municipal nº.....,de.....de..... .....de 2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Convênio é viabilizar a parceria através de repasse de subvenção, do orçamento municipal dessa unidade gestora à REDECOOP, visando à elaboração e execução do Plano de Trabalho da REDECOOP baseado no Memorial Descritivo de Tarefas, que será descrito abaixo, em relação ao qual desde já declara o seu prévio conhecimento bem como seu aceite.

1-Elaborar o diagnóstico das necessidades e das demandas dos produtores rurais do município referente às normas e exigências que envolvem o Serviço de Inspeção Municipal. 2-Realizar a Inspeção Sanitária para Estabelecimentos cadastrados no Serviço de Inspeção Municipal-SIM, do Município de Campos de Júlio. 3-Identificar, Monitorar e controlar o cumprimento da legislação sanitária com vista à garantir por sua ação que produtos não venham ocasionar danos ou agravos a saúde individual e coletiva. 4-Atendimento das Boas Práticas de Fabricação, a identificação de pontos críticos com base na legislação sanitária, avaliação de riscos e perigos dos pontos críticos e intervir, solicitando as providências necessárias visando minimizar ou eliminar os riscos detectados, que poderão afetar a qualidade, segurança e eficácia de produtos e serviços. 5-Realizar a fiscalização nos estabelecimentos da contratante compreendendo as seguintes atividades: a.Verificar a documentação de entrada e saída dos produtos de origem animal. b.Solicitar periodicamente os relatórios mensais das atividades do estabelecimento da contratante. c.Acompanhar as atividades exercidas pelos médicos veterinários nos estabelecimentos da Contratante, Responsabilidade Técnica. d.Coletar Amostras para exame laboratorial de produtos e da água que abastece o estabelecimento, para verificação de conformidade quanto a qualidade da produção. e.Conferir carteiras de saúdes dos funcionários e proprietários da contratante e dos médicos veterinários habilitados, aos quais exercem tarefas nos empreendimentos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

1-Repassar à REDECOOP os recursos financeiros previstos na cláusula quarta do presente instrumento para a remuneração da equipe técnica composta por profissionais, que serão necessários à execução do Plano de Trabalho estabelecido pelo Memorial Descritivo de Tarefas. 2-Responsabilizar-se pelo fornecimento de materiais de consumo e outros necessários a execução do Serviço de Inspeção Municipal, bem como despesas de deslocamento,

alimentação e hospedagem à equipe técnica executora do Programa “Serviço de Inspeção Municipal” (SIM). 3-Fazer menção ao presente convênio sempre que forem divulgados o andamento e resultados dos trabalhos provenientes deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA REDECOOP

Compete a REDECOOP

1-Responsabilizar-se pela a elaboração e execução do Plano de Trabalho Técnico da Redecoop, conforme memorial descritivo citado na cláusula primeira, em conformidade com a Lei Municipal nº. 647, de 14 de outubro de 2014, que institui o serviço de inspeção municipal (SIM) e o Decreto nº. 025, de 30 de janeiro de 2015, que regulamento o SIM. 2-Responsabilizar-se pelos profissionais que compõem a equipe técnica prestadora de serviço, devidamente habilitados junto aos órgãos competentes. 3-Responsabilizar-se pelos pagamentos mensais à equipe técnica contratada pelos serviços prestados mediante apresentação de fatura e/ou recibo de prestação de serviço. 4-Facilitar a participação do profissional técnico em eventos de caráter administrativo e técnico de interesse profissional. 5-Definir prioridades no atendimento técnico e criar metas a serem alcançadas para a excelência na qualidade dos produtos inspecionados pela Redecoop. 6-Divulgar o Programa Serviço de Inspeção Municipal, permitindo a participação a eventos que venham a difundir as ações do programa. 7-Coordenar a execução do Programa “Serviço Inspeção Municipal” (SIM) e as respectivas tarefas, com o apoio dos Responsáveis técnicos dos empreendimentos, assumindo a corresponsabilidade na elaboração, gestão, execução, monitoramento, avaliação e fiscalizações destes empreendimentos. 8-Efetuar os controles e a contabilidade dos atos e fatos administrativos e financeiros, de acordo com a legislação em vigência encaminhando-os a Secretaria de Administração Municipal quando solicitado. 9-Priorizar os empreendimentos destinados à geração de renda e oportunidade de trabalho, que estejam preferencialmente vinculados a uma rede de processamento, comercialização e de prestação de serviços. 10- Incentivar as atividades para que possam ser executadas através do cooperativismo/associativismo e que tenham prioridades em relação à individual. 11- Prestar contas dos Recursos recebidos do MUNICÍPIO, na forma exigidas pelo mesmo, observando também as exigências da cláusula sétima desse instrumento. 12- Manter Abertos seus registros e livros de contas para eventual realização de fiscalização e auditoria feita pelas entidades participantes deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS E LIBERAÇÕES

Para execução do Objeto do presente Termo de Contrato o MUNICÍPIO transferirá a Redecoop a Importância de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) em apoio a Execução das atividades constantes do memorial descritivo de tarefas, citado na cláusula primeira desse instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os Recursos de que trata essa cláusula serão liberados à Redecoop em 12 (doze) parcelas mensais, a partir da publicação desse instrumento no diário oficial da AMM, sendo creditados na Conta Corrente: 0000-00, denominada Cooperativa Agrícola Mista Redecoop – Redecoop, Agência: 0000-x – 001 do Banco Do Brasil.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O valor estipulado no caput dessa cláusula poderá ser alterado mediante comprovação de necessidade, constante de novo cronograma financeiro de desembolso que será parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

O valor constante na cláusula quarta poderá ser reajustado pela a emissão de um termo aditivo, desde que o plano de trabalho e uma avaliação das instâncias diretivas comprovem a necessidade do mesmo.

CLÁUSULA SEXTA – DA APLICAÇÃO E DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

1-Os depósitos e as movimentações financeiras dos recursos repassados pelo MUNICÍPIO serão efetuados exclusivamente na conta corrente eleita da cláusula quarta.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos repassados pelo MUNICÍPIO deverá obedecer criteriosamente aos prazos e anexos abaixo descritos:

1.As liberações de recursos terão que ser comprovadas através de Prestação de Contas no período de 36 (trinta e seis) dias a contar da data do depósito na conta corrente. 2.Somente serão aceitos documentos comprobatórios de despesas as notas fiscais originais, emitidas em nome da Redecoop, isentas de quaisquer rasuras ou borrões e com a data de emissão dentro do prazo estabelecido para a prestação de contas.

PARÁGRAFO ÚNICO: A continuidade da liberação de recursos fica condicionada à perfeita prestação de contas, descrita no caput desta cláusula.

CLÁUSULA OITAVA – DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS

Todas as orientações e normas contidas na lei e no decreto do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) são parte integrante desse instrumento contratual cabendo a Redecoop cumpri-las na sua totalidade, sob pena de tornar-se inadimplente perante o MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente instrumento contratual terá validade a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse mútuo das partes, por mais dois anos, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

Constatado pelo MUNICÍPIO o não cumprimento de quaisquer uma das cláusulas e condições do presente instrumento contratual fica a Redecoop obrigada a ressarcir imediatamente ao erário municipal os recursos recebidos, acrescido de multa de 2% (dois por cento) e correção pelo INPC (IBGE), ou outro índice eleito pelo MUNICÍPIO, se este vir a ser extinto, calculado a partir de cada data em que houver liberação de recursos.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DA RESCISÃO

O presente instrumento contratual poderá ser rescindido por descumprimento de alguma de suas cláusulas ou por acordo mútuo das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Comodoro, Estado de Mato Grosso para dirimir todas e quaisquer dúvidas que se originarem da execução do presente instrumento.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento, lavrado em três vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nominadas.

Campos de Júlio, ...de ..... de 2015.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA REDECOOP – REDECOOP

ADILSON MIGUEL NOVAKI

Presidente

Testemunhas:

_____

_____

TESTEMUNHAS:

1ª_____

Nome:

CPF:

2ª_____

Nome:

CPF:

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 010, DE 4 DE MARÇO DE 2015.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 58, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal (LOM**) e;**

CONSIDERANDO a classificação do (s) candidato (s) mencionado(s) no artigo primeiro desse edital no concurso público para preenchimento de vagas do quadro efetivo da administração pública municipal; regido pelo edital nº 001, de 13 de abril de 2012, homologado através do Decreto nº.070, de 5 de outubro de 2012;

CONSIDERANDO a estrita observância à regra prevista no artigo 37, II da Constituição Federal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica(m) convocado(s) o(s) candidato(s) aprovado/classificado(s) no Concurso Público 001/2012, de 18/3/2012, abaixo nominado(s), para comparecer (em) ao Departamento de Recursos Humanos dessa municipalidade, a fim de apresentar os documentos exigidos conforme Edital nº 001/2012 para a efetiva nomeação.

CARGO	CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO
COZINHEIRO DE NUTRIÇÃO HOSPITALAR	ELIANE RISELLO	5º

Art. 2º. Para tomar posse, o(a) candidato(a) deverá apresentar documentação no original e fotocópia autenticada em cartório, que comprove os requisitos exigidos no item 7.4 do edital 001/2012, a seguir elencados:

I- Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

II- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

III- Certidão de Casamento ou Nascimento;

IV- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

V-Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

VI- Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

VII-Cartão do PIS/PASEP;

VIII-Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;

IX- Título de Eleitor;

X-Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais (com trânsito em julgado);

XI-Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

XII-Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido pela Junta Médica Oficial do Município;

XIII-. duas fotos 3x4, coloridas e recentes;

XIV-Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

XV- Certidão de Reservista, se do sexo masculino;

XVI- Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

XVII- Declaração contendo endereço residencial;

XVIII-Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

XIX- Declaração de Bens;

XX-. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

Parágrafo único. O(s) candidato(s) ora convocado (s) deverá(ão) submeter-se a exame médico admissional que será realizado por uma junta médica do município,na forma prevista no item 7.5 e seguintes do edital nº.001/2012.

Art. 3º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação do(s) candidato(s) ora convocado (s).

Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o(s) candidato(s) que não se apresentar a administração para a posse no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação desse edital.

Art. 5º A publicação do presente edital de convocação será tornada pública por meio da Imprensa Oficial do Município, considerada essa o Jornal da Associação dos Municípios Mato-grossenses (www.amm.org.br), sendo de responsabilidade do(s) candidato(s) o acompanhamento de tais publicações, na forma do item 9.10.1 do edital nº 001/2012.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 4 de março de 2015.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 053, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA EM CARÁTER ESPECIAL A SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o atendimento aos requisitos previstos no artigo 150,§2º do Estatuto do Servidor, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º

Conceder licença em caráter especial (licença–prêmio) à servidora MARINEIDE ALVES DA SILVA, admitida na forma do Inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e nomeada em caráter efetivo para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, através da Portaria nº. 40, de 23 de junho de 2008, com efeitos retroativos a 02/06/2008, relativo ao período aquisitivo de 02/6/2008 a 01/6/2013, pelo prazo de três meses, com todos os direitos e vantagens do cargo.

Art. 2 Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 3 de março de 2015.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 02 de março de 2015.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio/MT

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 051, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES E AGENTES POLÍTICOS QUE ESPECIFICA.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 148, inciso II, alínea “a” da Lei Orgânica Municipal (LOM);

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de março de 2015, aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	GOZO
IDALINA DE SOUZA PEIXOTO	22/12/2013 a 21/12/2014	01/3/2015 a 30/3/2015

Art. 2º

Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de março de 2015, ao servidor abaixo nominado, lotado na Secretaria Municipal de Viação, Obras Públicas e Serviços Urbanos, relativo ao período aquisitivo que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
VIVALDO SOARES PINHEIRO	02/01/2014 a 01/01/2015

Art. 3º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de março de 2015, à servidora abaixo nominada, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, relativo ao período aquisitivo que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
ELAINE TERESINHA MOURA	02/01/2014 a 01/01/2015

Art. 4ºConceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de março de 2015, aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
EDENIR HELENA DE SOUZA	02/3/2014 a 01/3/2015
MARINEY DE FATIMA ALVES ARAÚJO	01/3/2013 a 28/02/2014
OSIEL YOSHINO BARROS	03/01/2014 a 02/01/2015
RACHEL PEREIRA	01/3/2014 a 28/02/2015
ROSELI FRANCISCA DA SILVA	7/9/2013 a 6/9/2014
ZILDA ALVES DA SILVA	9/01/2014 a 8/01/2015

Art. 5ºEssa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 01 de março de 2015.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 02 de março de 2015.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 029, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS QUE ESPECIFICA.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 148, inciso II, alínea “a” da Lei Orgânica Municipal (LOM);

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, relativo aos períodos que menciona:

NOME	**PERÍODO**
MARLENE GONÇALVES DE AGUIAR	10/02/2015
MARLENE DA SILVA PANHOSATO	02/02/2015
CRISTIMAR CARVALHO DUARTE	9/02/2015 a 10/02/2015
ELICIA GOMES TOME DA SILVA	10/11//2014 a 11/11/2014
ELISANGELA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA	5/02/2015 a 6/02/2015
ANA HELI DOS PASSOS ALMEIDA	20/02/2015
ROSANA GOMES DE BRITO	24/02/2015 a 25/02/2015

Art. 2º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
MARIA INES GOLFETTO ZANELLA	9/02/2015
NELCI MARIA DANIEL CAVALLI	01/02/2015 a 02/02/2015
FABIULA JAQUELINE PIRES	5/02/2015 a 6/02/2015

Art. 3º Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor abaixo nominado, lotado na Secretaria Municipal de Viação, Obras Públicas e Serviços Urbanos, relativo ao período que menciona:

NOME	PERÍODO
VANESSA CRISTINA DE ALMEIDA	25/02/2015

Art. 4º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 01 de fevereiro de 2015.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 028, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AOS SERVIDORES PÚBLICOS QUE ESPECIFICA.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 148, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal (LOM);

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, relativo aos períodos que menciona:

NOME	**PERÍODO**
FLORINDA DA CONCEIÇÃO DE GUERO	20/02/2015
ROZECREI ROSA	02/02/2015 a 6/02/2015
SANDRA MARIA DA SILVA	25/02/2015
LUCICLEIA RIBEIRO BATISTA	27/02/2015
BENEDITA FATIMA DE CAMARGO	12/02/2015 a 13/02/2015
SIRLENE GOMES FERREIRA GRAVA	23/02/2015 a 24/02/2015
CLEIDES FERREIRA DOS SANTOS LIMA	23/02/2015 a 27/02/2015
MARIA LUZIA BEZERRA	20/02/2015
MARCIA OLIVEIRA DE MELLO	4/02/2015
ALICE RAMOS BUENO	02/02/2015 a 9/02/2015
CLAUDIA INES KAIM PIENIZ	10/02/2015 a 12/02/2015 19/02/2015 a 21/02/2015
ROSANA GOMES DE BRITO	9/02/2015 13/02/2015
LUCIANE RIBEIRO BATISTA	23/02/2015 a 27/02/2015
CLAUDIA MONEZ CHAGAS	26/02/2015 a 27/02/2015
SIRLENE GOMES FERREIRA GRAVA	23/02/2015 a 24/02/2015
TAMARA CRISTINA HELIODORO POMPEU DA SILVA	11/02/2015
ELLEN GOMES DE LIMA	12/02/2015
EULEZIA SEBALHO EZEQUIEL	27/02/2015
BRUNO FERNANDES BRUGNHAGO	23/02/2015 a 25/02/2015

Art. 2º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
ANDRE KOSLOSKI	01/02/2015 a 02/02/2015
CARLIAN MARIA DA SILVA	20/02/2015
DALVA DE OLIVEIRA LOPES ANDRADE	24/02/2015 22/02/2015
ENAILY GESICA MARTINS DE ASSIS	20/02/2015
LISANGELA DA SILVA	24/02/2015 a 25/02/2015
MARIA SUELI BARBOZA ASSUNÇÃO	23/02/2015 a 24/02/2015
ROSA MARIA LOPES BARRETO	28/02/2015
RAQUEL MÁRCIA INÁCIA FRONZA	02/02/2015
ROSELI FRANCISCA DA SILVA	27/02/2015
ROSILENE PEREIRA LEÃO	23/02/2015 a 24/02/2015
SANDRELY SOUZA LOPES	25/02/2015 a 27/02/2015 23/02/2015 a 24/02/2015

Art. 3º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Viação, Obras Públicas e Serviços Urbanos, relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
MARLI PFEIFER	02/02/2015 a 4/02/2015
APARECIDA DOS SANTOS PFEIFER	12/02/2015
CRISTIANE CALDAS DOS SANTOS	20/02/2015

CARVALHO	

Art. 4º Conceder licença para tratamento de saúde à servidora abaixo nominada, lotada na Secretaria Municipal de Administração, relativo ao período que menciona:

NOME	PERÍODO
PRISCILA ZANETTI FAGUNDES CECHINEL	9/02/2015

Art. 5º Conceder licença para tratamento de saúde à servidora abaixo nominada, lotada na Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, relativo ao período que menciona:

NOME	PERÍODO
MARCIA CRISTINA FASSBINDER ZONATTO	12/02/2015 a 13/02/2015

Art. 6º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 01 de fevereiro de 2015.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 058, DE 5 DE MARÇO DE 2015.

ATRIBUI FUNÇÃO GRATIFICADA QUE ESPECIFICA À FUNCIONÁRIO PÚBLICOO.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir à servidora **MARLICE BECKER PETTENAN,** admitida na forma do artigo 37, inciso II da Constituição Federal e nomeada em caráter efetivo para ocargo de Motorista de Veículo Leve, através da Portaria nº 075, de 02 de fevereiro de 2004, a Função Gratificada de Chefe de Departamento de Cultura, com direito a percepção do adicional da função em seu vencimento, equivalente ao Padrão FG-05, constante do anexo I da Lei nº. 625, de 15 de abril de 2014, calculado sobre o salário base, que serão pagos independentemente de quaisquer outros benefícios anteriormente adquiridos conforme preceitua o artigo 6º, VI da Lei nº. 148, de 19 de abril de 2001.

Art. 2º

Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 01 de março de 2015.

Registre-se e publique-se

Campos de Júlio, 5 de março de 2015.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 001, DE 01 DE JANEIRO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES E AGENTES POLÍTICOS QUE ESPECIFICA.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 148, inciso II, alínea “a” da Lei Orgânica Municipal (LOM);

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de janeiro de 2015, aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	**PERÍODO AQUISITIVO**	**GOZO**
LUCICLEIA RIBEIRO BATISTA	22/12/2014 a 21/12/2015	19/01/2015 a 18/02/2015
ARIADNE RIBEIRO MORAES	22/12/2014 a 21/01/2015	15/01/2015 a 14/02/2015
PAULO VICTOR DA ROSA	22/12/2014 a 21/01/2015	22/12/2014 a 20/01/2015

Art. 2º

Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de janeiro de 2015, aos servidores abaixo nominados, lotados no Executivo Municipal, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
JOEL DOS SANTOS	19/11/2013 a 18/11/2014
JULIANE PAES DE FARIAS	24/6/2013 a 23/6/2014

Art. 3º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de janeiro de 2015, aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO

ALEXANDRE MICHELON	12/3/2013 a 11/3/2014
CRISTIANE DOS SANTOS FLAUZINE	01/3/20133 a 28/02/2014
MAURO CELSO BARBIERO	02/01/2014 a 01/01/2015
RENATO DOS SANTOS PFEIFER	21/3/2013 a 20/3/2014

Art. 4º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de janeiro de 2015, ao servidor abaixo nominado, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, relativo ao período aquisitivo que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
ADEVALDO ALVES VIANA	01/3/2013 a 28/02/2014

Art. 5º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de janeiro de 2015, aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Viação, Obras Públicas e Serviços Urbanos, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
ADILSON MOLINÁRIO	02/01/2014 a 01/01/2015
ALBERTO FACUNDO DE OLIVEIRA	02/02/2014 a 01/02/2015
ANDRE LUIZ PETTER	19/10/2013 a 18/10/2014
ÂNGELA SCHONS	01/8/2013 a 31/7/2014
ANISIO BULHÕES SIRQUEIRA	3/01/2013 a 02/01/2014
APARECIDA DOS SANTOS PFEIFFER	01/8/2013 a 31/7/2014
DIONI MARCIO TAVARES DA SILVA	20/11/2014 a 19/11/2015
LUCIOMERO ORTOLAN	21/12/2013 a 20/12/2014
LURDES DE FÁTIMA LUCAS	15/7/2013 a 14/7/2014
MARLI PFEIFFER	3/9/2013 a 02/9/2014
THIAGO SANTOS DE LIMA	19/7/2013 a 18/7/2014

Art. 6º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de janeiro de 2015, aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Administração, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
IRES APARECIDA REPINSKI DOS SANTOS	01/4/2013 a 31/3/2014
IVALDETE GONÇALVES SIRQUEIRA	01/3/2013 a 28/02/2014
KELY LILIAN PIMENTA	01/3/2013 a 26/02/2014
ROSIMEIRE CONCEICAO FAVERO	7/02/2013 a 6/02/2014
VINICIUS NARDINI	01/12/2013 a 30/11/2014

Art. 7º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de janeiro de 2015, às servidoras abaixo nominadas, lotadas na Secretaria Municipal de Assistência Social, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
DOMINGA CASSOL COMIRAN	3/01/2013 a 02/01/2014
LUCIA CAPELETTI	01/6/2013 a 31/5/2014
MARIA DE LOURDES DOS SANTOS	5/01/2014 a 4/01/2015
MARINES RAMOS VIANA	15/12/2013 a 14/12//2014
MARLI TERESINHA PIRES	02/5/2013 a 01/5/2014

Art. 8º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de janeiro de 2015, ao servidor abaixo nominado, lotado na Secretaria Municipal de Comunicação, relativo ao período aquisitivo que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
LUCIANO CELESTE BUENO ROLIM	11/10/2013 a 10/10/2014

Art. 9º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de janeiro de 2015, aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Finanças, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
ALINE HEINZ	01/12/2013 a 30/11/2014
EDIGAR CAVALCANTI LAGOA	9/9/2013 a 8/9/2014

EZEQUIEL CAMERA IANKE	15/12/2013 a 14/12/2014
WAGNER LAGE	01/12/2012 a 30/11/2013

Art. 10. Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de janeiro de 2015, aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
CAETANO CLAUDIO PEREIRA SOARES	4/4/2013 a 3/4/2014
CLARICE RODRIGUES CAMPOS SANTOS	29/7/2013 a 28/7/2014
ERINA MARIA BARBIERO HEISSLER	12/5/2013 a 11/5/2014
LORENA VALMORBIDA DE OLIVEIRA	9/02/2013 a 8/02/2014
MAGDA MATOS GOES DE OLIVEIRA	12/01/2012 a 11/01/2013
MARCIA LUIZ	15/6/2013 a 14/6/2014
MARINES ALVES DA SILVA	02/6/2013 a 01/6/2014
NELCI MARIA DANIEL CAVALLI	01/02/2013 a 31/01/2014
NELSA GONÇALVES CARDOSO	01/3/2013 a 28/02/2014
ROSÂNGELA DA SILVA FERREIRA	21/12/2013 a 20/12/2014
ROSELI DALA ROZA	01/3/2013 a 28/02/2014
VALDIR VENÂNCIO DA CRUZ	02/02/2013 a 01/02/2014
ZILDA ALVES DA SILVA	9/01/2013 a 8/01/2014
ZILDA LEMES	02/02/2013 a 01/02/2014

Art. 11. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 01 de janeiro de 2015.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 052, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA EM CARÁTER ESPECIAL A SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o atendimento aos requisitos previstos no artigo 150,§2º do Estatuto do Servidor, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º

Conceder licença em caráter especial (licença–prêmio) à servidora ROSELI DALA ROZA, admitida na forma do Inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e nomeada em caráter efetivo para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, através da Portaria nº. 046, de 02 de julho de 2007, relativo ao período aquisitivo de 02/7/2007 a 29/6/2012, pelo prazo de três meses, a contar de 01 de março de 2015, com todos os direitos e vantagens do cargo.

Art. 2 Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 01 de março de 2015.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 02 de março de 2015.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio/MT

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 019/2015

DA ESPÉCIE: Locação de imóvel.

DO OBJETO: Locação de imóvel comercial para desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde

DO VALOR: Valor global de R$ 18.000,00; Valor mensal de R$ 1.500,00.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06 – Secr. Mun. De Saúde; 01 – Fundo Municipal de Saúde; 2.021 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde; 3.3.90.36.00.00.00.00.0102 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física. Despesa: 167/2015

DA VIGÊNCIA: 03/03/2015 à 02/03/2016.

ASSINAM: DIRCEU MARTINS COMIRAN – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e CARLA DENISE PES PAVANI / CONTRATADA.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 020/2015

DA ESPÉCIE: Locação de imóvel.

DO OBJETO: Locação de imóvel comercial para desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Cultura

DO VALOR: Valor global de R$ 19.200,00; Valor mensal de R$ 1.600,00.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 09.01.2.051.3.3.90.36.15.00.00.00.0100. Despesa: 553/2015.

DA VIGÊNCIA: 05/03/2015 à 04/03/2016.

ASSINAM: DIRCEU MARTINS COMIRAN – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e ORLANDO RIBEIRO / CONTRATADO.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 019/2015

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeada pelo Decreto Municipal nº 006/

2015, torna público para conhecimentos dos interessados a contratação abaixo:

Objeto: Locação de imóvel para as atividades da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo

Contratada: ORLANDO RIBEIRO, CPF:131.767.060-149

Valor global: R$19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais).

Fundamento Legal: Art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93.

Dispensa de Licitação: 019/2015

Fica ratificada pelo prefeito municipal a dispensa de licitação em tela, conforme despacho exarado no procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e com o parecer jurídico, nos termos do artigo 24 da lei n° 8.666/93 e suas alterações.

Campos de Júlio - MT, 05 de Março de 2015.

Rosimeire C. Favero

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 018/2015

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeada pelo Decreto Municipal nº 006/2015, torna público para conhecimentos dos interessados a contratação abaixo:

Objeto: Locação de imóvel para as atividades da Secretaria Municipal de Saúde

Contratada: CARLA DENISE PES PAVANI, CPF:816.045.131-87

Valor global: R$18.000,00 (dezoito mil reais).

Fundamento Legal: Art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93.

Dispensa de Licitação: 018/2015

Fica ratificada pelo prefeito municipal a dispensa de licitação em tela, conforme despacho exarado no procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e com o parecer jurídico, nos termos do artigo 24 da lei n° 8.666/93 e suas alterações.

Campos de Júlio - MT, 03 de Março de 2015.

Rosimeire C. Favero

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 666, DE 3 DE MARÇO DE 2015.

ACRESCENTA AÇÕES AO PLANO PLURIANUAL, À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E À LEI DO ORÇAMENTO ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I do Plano Plurianual para o exercício financeiro de 2015, previsto na Lei nº 591, de 26 de novembro de 2013, para o exercício financeiro de 2015, as seguintes ações:

Descrição da Ação
Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Educação **Unidade:** 08.01 Departamento de Educação Função: 12 Educação Sub-função: 361- Ensino Fundamental Programa: 5 Educação com qualidade Social Projeto: 1.051 Construção e Reforma das Unidades Escolares. Produto: unidade Exercício: 2015 140.000,00 Valor Total: **R$ 140.000,00** (cento e quarenta mil reais) Meta: Melhorar a qualidade e universalizar o atendimento na educação básica e elevar a escolarização da população camposjuliense.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I da Lei nº 636, de 25 de julho de 2014, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2015, as seguintes ações:

Descrição da Ação
Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Educação Unidade: 08.01 Departamento de Educação Função: 12 Educação Sub-função: 361- Ensino Fundamental Programa: 5 Educação com qualidade Social Projeto: 1.051 Construção e Reforma das Unidades Escolares. Produto: unidade Exercício: 2015 140.000,00 Valor Total: **R$ 140.000,00** (cento e quarenta mil reais) Meta: Melhorar a qualidade e universalizar o atendimento na educação básica e elevar a escolarização da população camposjuliense.

Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial ao orçamento geral do município para o exercício financeiro de 2015, previsto na Lei nº 653/2014, no valor de R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJETO 1.051 Construção e Reforma das Unidades Escolares

FONTE RECURSO: 114 – Recursos próprios

ELEMENTO: 44.90.51.00.00.00.00.1.051.114 R$ 130.000,00

ELEMENTO: 33.90.39.00.00.00.00.1.051.114 R$ 10.000,00

Total R$ 140.000,00

Art. 4º Os recursos necessários para cobertura do crédito de que trata o artigo terceiro serão oriundos do superávit do exercício anterior conforme anexo único dessa lei:

Art. 5º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo I do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 6º Essa lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 3 de março de 2015.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio/MT

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 045/ 2014.

DO OBJETO: Alterar CLÁUSULA V – DO PRAZO DE ENTREGA e CLÁUSULA VIII – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL do contrato original.

DA VIGENCIA CONTRATUAL: Aditada até 31 de setembro de 2015.

DO PRAZO DE ENTREGA DA OBRA: Aditada até 08 de setembro de 2015

ASSINAM: DIRCEU MARTINS COMIRAN – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e SERVAM – SERVIÇOS AMAZONIA LTDA CNPJ. 05.976.135/ 0001-00 / CONTRATADA.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 046/ 2014

DO OBJETO: Alterar CLÁUSULA VI – DO PRAZO DE ENTREGA e CLÁUSULA XVI – DA VIGENCIA E ALTERAÇÕES do contrato original

DO PRAZO DE ENTREGA DA OBRA: 15.06.2015.

DA VIGÊNCIA CONTRATUAL: 30.06.2015.

ASSINAM: DIRCEU MARTINS COMIRAN – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e SERVAM – SERVIÇOS AMAZONIA LTDA CNPJ. 05.976.135/ 0001-00 / CONTRATADA.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 057, DE 5 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE AO SERVIDOR QUE MENCIONA.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 135 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº 001, de 15 de julho de 2008;

CONSIDERANDO a certidão comprovando o nascimento do filho do servidor adiante nominado,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença paternidade ao servidor JULIANO SALVADOR DA SILVA, admitido através do Processo Seletivo Público, regido pelo edital nº. 01/2008, e nomeado em caráter efetivo ao cargo de Agente Comunitário de Saúde-ACS, através da Portaria nº. 156, de 02 de julho de 2013, pelo prazo de cinco dias úteis, contados a partir de 3 de março do ano em curso.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 3 de março de 2015.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 5 de março de 2015.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

“

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2015

N° Processo: 001/2015. Objeto: Locação de copiadora para a Câmara Municipal. Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93.Ratificação em 02/02/2015. Presidente Francisco Cavalcante. Valor Global por estimativa: R$ 3.500,00. Contratada: Sanfelice & CiaLtda - Me, CNPJ: 04.855. 336/0001-97.

LEI MUNICIPAL Nº 1.181, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

(Projeto de Lei nº 09/2015, autoria do executivo)

“Desafeta a área de praça da quadra nº 07 (sete) do Loteamento Residencial Sol Nascente.”

O Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, Sr. Evaldo Osvaldo Diehl, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica desafetada área de propriedade do Município de Canarana, destinada a implantação de praça, situada na zona urbana desta cidade e Comarca de Canarana, Estado de Mato Grosso, com a área de 12.150,00 m² (Doze mil cento e cinquenta metros quadrados), quadra nº 07 (sete), do Loteamento denominado Residencial Sol Nascente, limitando à frente com Rua Santo Ângelo, medindo 90,00 metros; fundos com a Rua Bela Vista de Goiás, medindo 90,00 metros; Lado Direito com a Rua São Luis, medindo 135,00 metros.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Canarana/MT, 04 de março de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015

REGISTRO DE PREÇOS

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso designada pela Portaria nº. 019/2015 torna público que a empresa vencedora na sessão que se realizou na data de 05/03/2015 na modalidade de Pregão Presencial, menor preço por ítem foi: SM GIUSTTI DE ARRUDA & CIA LTDA - EPP.

Canarana -MT, 05 de Março de 2015.

MARLI INES LONDERO

Pregoeira Oficial

PORTARIA N° 17/2015

DE 02 DE MARÇO DE 2015

"Nomeia Comissão de Avaliação de Desempenho dos Servidores para efeito de Estágio Probatório."

O Presidente da Câmara Municipal de Canarana - MT, Estado de Mato Grosso, Francisco Cavalcante, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com o disposto no Estatuto do Servidor Público Municipal de Canarana – MT e Lei Complementar nº 121/2014 de 28 de março de 2014:

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Comissão de Avaliação de Desempenho dos Servidores para efeito de Estágio Probatório da Câmara Municipal de Canarana - MT, composta pelos seguintes servidores:

I - PRESIDENTE: Eni Terezinha da Silva

II – MEMBRO: Andréia de Souza de Almeida

II – MEMBRO: Eliane Ursula da Silva

Art. 2ºEsta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Presidência, 02 de março de 2015.

Francisco Cavalcante

Presidente

PORTARIA N° 17/20

DE 02 DE MARÇO DE 2015

"Nomeia Comissão de Avaliação de Desempenho dos Servidores para efeito de Estágio Probatório.**"**

O Presidente da Câmara Municipal de Canarana - MT, Estado de Mato Grosso, Francisco Cavalcante, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com o disposto no Estatuto do Servidor Público Municipal de Canarana – MT e Lei Complementar nº 121/2014 de 28 de março de 2014:

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Comissão de Avaliação de Desempenho dos Servidores para efeito de Estágio Probatório da Câmara Municipal de Canarana - MT, composta pelos seguintes servidores:

I - PRESIDENTE: Eni Terezinha da Silva

II – MEMBRO: Andréia de Souza de Almeida

II – MEMBRO: Eliane Ursula da Silva

Art. 2ºEsta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Presidência, 02 de março de 2015.

Francisco Cavalcante

Presidente

LEI MUNICIPAL N°1.180, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

(Projeto de Lei nº05/2015, autoria do executivo)

Dispõe sobre a alteração dos valores das diárias a serem pagas aos servidores do Município.

O Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, Sr. Evaldo Osvaldo Diehl, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Da Concessão de Diárias

Art. 1° O anexo I da Lei Municipal 1076/2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I – TABELA DE DIÁRIAS

Tabela A – Vice-Prefeito e Secretários Municipais:

	VALOR DA DIÁRIA (R$)
DENTRO DO ESTADO - Com pernoite	350,00
FORA DO ESTADO - Com pernoite	450,00
SEM PERNOITE	200,00

Tabela B – Demais servidores efetivos, contratados e os outros ocupantes de cargos em comissão (não incluídos na Tabela A):

	VALOR DA DIÁRIA (R$)
DENTRO DO ESTADO - Com pernoite	250,00
FORA DO ESTADO - Com pernoite	350,00
SEM PERNOITE	100,00

Art. 2°. Exclui-se do referido anexo a Tabela C.

Art. 3°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, em 04 de março de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 18/2015

DE 02 DE MARÇO DE 2015

"Constitui Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Canarana - MT."

O Presidente da Câmara Municipal de Canarana - MT, Estado de Mato Grosso, Francisco Cavalcante, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a Lei Orgânica do Município e Legislação vigente, considerando ainda o que o disposto no artigo 51 e seus parágrafos da Lei Federal nº 8.666/1993:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Comissão Permanente de Licitação, que serácomposta pelos seguintes membros:

I - Presidente: Cristian Estevan Finatto

II - Secretário: Andréia de Souza de Almeida

II - Membro: Elisa Laurent Tigre Bianchessi

Art. 2º - Compete à Comissão o processamento e julgamento das habilitações preliminares e propostas apresentadas pelos licitantes nos certames licitatórios instaurados, bem como o julgamento do pedido de inscrição no registro cadastral de fornecedores na Secretaria Administrativa, sua alteração e cancelamento.

Art. 3º - A Comissão receberá assessoria jurídica, quando solicitada, da Advogada, Dra. Angélica Liese Leobet.

Art. 4º – No caso de licitação na modalidade de convite, até a fase de abertura dos envelopes contendo as propostas dos licitantes, o julgamento e processamento poderão ser realizados por qualquer um dos membros da Comissão, devendo a decisão conclusiva ser expedida, obrigatoriamente, na presença da maioria.

Art. 5º – Os trabalhos realizados em sessão serão secretariados pela Secretária da Comissão.

Art. 6º – O prazo de mandato da Comissão será de no mínimo 1 (um) ano.

Art. 7º - Esta Portaria revoga a Portaria de nº 027/2013 de 23 de Outubro de 2013.

Art. 8º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação por afixação em local de costume.

Sala da Presidência, 02 de março de 2015.

Francisco Cavalcante

Presidente

PORTARIA N° 19/2015

DE 02 DE MARÇO DE 2015

"Designa servidor para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização de contratos de prestação de serviços da Câmara Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso".

Francisco Cavalcante, Presidente da Câmara Municipal de Canarana - MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais que são conferidas e tendo em vista o artigo 67 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993:

RESOLVE:

Art. 1º - Designa a servidora Eni Terezinha da Silva, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos de prestação de serviços celebrados com a Câmara Municipal.

Art. 2° - Incumbe à servidora referida no artigo anterior acompanhar o desenvolvimento da execução dos contratos, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos.

Parágrafo Único – Todas as informações relativas aos contratos deverão ser enviadas para o Sistema de Controle Interno.

Art. 3º - Esta Portaria revoga a Portaria nº 04/2014 de 21 de fevereiro de 2014.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação por afixação em local de costume.

Sala da Presidência, 02 de Março de 2015.

Francisco Cavalcante

Presidente

PORTARIA Nº 20/2015

DE 02 DE MARÇO DE 2015

"Designa servidores para comporem a Comissão Permanente de Patrimônio da Câmara Municipal de Canarana-MT, e dá outras providências."

O Sr. **Francisco Cavalcante**, Presidente da Câmara Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada a **COMISSÃO PERMANENTE DE PATRIMONIO** da Câmara Municipal de Canarana - MT, composta pelos seguintes servidores:

Presidente: Zelma Moreira da Silva - CPF: 922.640.501-87 – Matrícula: 85

Membro: Cristiane Geni Lorenzetti Finato - CPF: 042.288.671-89 - Matrícula: 78

Membro: Rosani Avelino dos Santos – CPF: 986.977.651-53 – Matrícula: 79

Art.

2º - Compete à Comissão:

I – Programar, coordenar, orientar, controlar e fiscalizar as atividades referentes ao Patrimônio da Câmara;

II – Realizar o inventário anual dos bens patrimoniais;

III – Manter o registro dos responsáveis por bens integrantes do patrimônio;

IV – Avaliar o estado dos bens e propor o seu reparo e reposição;

V – Emitir ata circunstanciada após realização de todo trabalho;

VI – Realizar outras atividades correlatas.

Art. 3º. - Esta Portaria revoga a Portaria 19/2014 de 12 de setembro de 2014.

Art. 4º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canarana, 02 de março de 2015.

Francisco Cavalcante

Presidente

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 005/2015.

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, com sede administrativa sito à Rua Miraguai 228, centro, na cidade de Canarana-MT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.023.922/0001-91, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr.

EVALDO OSVALDO DIEHL

, inscrito no CPF sob o nº 132.773.839-20, portador da Carteira de Identidade nº 211.566 SSI/SC, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 08/2015, processo administrativo n.º 16/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por esta alcançada e na quantidade cotada, atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e no Decreto da União n.º 7.892/2013 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação da empresa M.S.DIAGNÓSTICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 00.970.175/0003-93, estabelecida na cidade de Cuiabá – MT, Av. João Eugenio Gonçalves Pinheiro, para *futura e eventual aquisição* de um Aparelho Analisador Automático de Células Sanguíneas Completo, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde do Municipio de Canarana-MT, visando o atendimento às demandas desta municipalidade.

CLAUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

2.1 - Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 08/2015, com fundamento nas Leis n. 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores e no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal Sr. Evaldo Osvaldo Dihel, disposta no processo nº 16/2015.

CLAUSULA TERCEIRA - DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

3.1.1 - Empresa Vencedora:

Nome: M.S.DIAGNÓSTICA LTDA

CNPJ: 00.970.175/0003-93

Endereço: Av. João Eugenio Gonçalves Pinheiro

CEP: 78.010-308 Cidade/Estado: Cuiabá _ MT

3.2 - Descrição, Quantidade e Preços Registrados:

Item	Quant	Unid	Especificação detalhada do objeto	Marca	R$ Unitário	R$ Total
1	01	UNID	ANALISADOR AUTOMÁTICO DE CÉLULAS SANGÜÍNEAS COMPLETO COM AS SEGUINTES DESCRIÇÕES: 1. ANÁLISE DE 26 PARÂMETROS (WBC,RBC,HBC,HCT,MCV,MCH,MCHC,RDW-SD,RDW-CV,PLAQUETAS,MPV,NEUT%,LINF%, MONO%, EO-SI%,BASO%,NEUT#,LINF#,MONO#, EOSI#,BASO#,PCT,PDW,P- LCR%,#IG,IG%. 2. ANÁLISE DIFERENCIAL DE LEUCOCITOS ES (NEUTROFILOS, LINFOCITOS, MONOCITOS, ESUSINOFILOS E BASOFILOS. 3. CONTAGEM DE CÉLULAS PELOS MÉTODOS: IMPEDÂNCIA, CITOQUÍMICA E CITOMETRIA DE FLUXO. 4. CAPACIDADE DE 60 A100 AMOSTRA/HORA. 5. LIMPEZA AUTOMATICA DE PONTEIRA ASPIRADORA. 6. PROCEDIMENTO DE LIMPEZA E CALIBRAÇÃO AUTOMATIZADOS. 7. ALARME PATÓLOGICO PARA SÉRIE VERMELHA, BRANCA E PLÁQUETAS.8. ALARME PARA FALHAS DE CONTAGEM. 9. IMPRESSORA MATRICIAL EXTERNA ACOMPANHANDO APARELHO. 10. OPCIONAL LEITORA DE CODIGO DE BARRA. 11. VOLTAGEM COMPÁTIVEL COM 220V. 12. POSSIBILIDADES DE UTILIZAR AMOSTRA DILUIDA DE SANGUE CAPILAR OU QUANDO VALORES ALTOS DE COCITOS PLAQUETAS E HEMATOCRITOS. 13. DETERMINAÇÃO DE HB ISENTO DE CIANETO. 14. POSSIBILIDADE DE PROGRAMA DE CONTROLE DE QUALIDADE. 15. CATALAGO DESCRITIVO DO APARELHO.	ROCHE/ SYSMEX MODELO XS 800	52. 000,00	52. 000,00

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

4.1. – O órgão gerenciador desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS é a secretaria Municipal de Saúde não existindo nenhum Orgão Participante.

4.2– A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS esta vinculada ao Decreto Federal nº7.892/2013, de 23/01/2013, e alterações posteriores, portanto, está sujeito à autorizar a adesão por outros órgãos ou entidades Municipais, Estaduais ou Distritais, à Ata de Registro de Preços a ser firmada,devendo obedecer o que determina o Art. 22, parágrafos 1º/ao 9º do Decreto Federal acima mencionado.

5. VALIDADE DA ATA

5.1 - O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, NÃO podendo ser prorrogada nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93.

5.2 - A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

Parágrafo primeiro: Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir os produtos citados na Cláusula Segunda exclusivamente pelo Sistema Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação, quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR, sendo, entretanto, assegurada ao beneficiário do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1 - As condições gerais para a execução do objeto desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, tais como os prazos para entrega, pagamento e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e na Minuta de Contrato.

6.2 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

6.2.1 - T**odas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento ao contrato.**

6.2.2 - Vinculam-se a este ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 08/2015, seus anexos e a proposta da contratada.

6.2.3 - É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município de Canarana-MT.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia ao órgão gerenciado.

Canarana-MT, 05 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT

.....

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal

M.S. DIAGNÓSTICA LTDA

.....

RODRIGO TREMBULAK DO NASCIMENTO

RG Nº 80825749 SESP/PR e CPF Nº 040.985.749-18

PORTARIA Nº 21/2015

DE 02 DE MARÇO DE 2015

"Designa servidores para comporem a Comissão de Reavaliação, Avaliação e Baixa da Câmara Municipal de Canarana-MT, e dá outras providências."

O Sr. Francisco Cavalcante**,** Presidente da Câmara Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada a **COMISSÃO DE REAVALIAÇÃO, AVALIAÇÃO E BAIXA** da Câmara Municipal de Canarana - MT, composta pelos seguintes servidores:

Presidente: Zelma Moreira da Silva - CPF: 922.640.501-87 – Matrícula: 85

Membro: Cristiane Geni Lorenzetti Finato - CPF: 042.288.671-89 - Matrícula: 78

Membro: Rosani Avelino dos Santos – CPF: 986.977.651-53 – Matrícula: 79

Art.2

º - Compete à Comissão:

I – Promover a avaliação e controle dos bens móveis e imóveis integrantes do acervo da Câmara Municipal, através de seu cadastro central e de relatórios de situação sobre sua alteração enviada pela Secretaria Geral da Câmara Municipal;

II – Realizar levantamentos periódicos ou específicos no tocante ao uso e disponibilidade de bens integrantes do cadastro patrimonial;

III - Avaliar o estado dos bens e propor o seu reparo e reposição;

IV – Emitir ata circunstanciada após realização de todo trabalho;

VI – Realizar outras atividades correlatas.

Art. 3º. - Esta Portaria revoga a Portaria 20/2014 de 12 de setembro de 2014.

Art. 4º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canarana, 02 de março de 2015.

Francisco Cavalcante

Presidente

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 003/2015

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de Lavagem, Lubrificação, Manutenção E Reparação Mecânica de Ônibus, Micro-ônibus e Kombi Escolares no Distrito de Culuene.

Favorecido: Renato Roque Fachini 57124078172

Execução: imediato após a solicitação

Valor global:

R$ 42.800,58 (quarenta e dois mil, oitocentos reais e cinquenta e oito centavos)

Fundamento Legal: Artigo 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Justificativa: Anexa nos autos.

Ratifico a Inexigibilidade de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Parecer, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

Canarana – MT, 05 de Março de 2015.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2015

N° Processo: 002/2015. Objeto: prestação de serviços do sistema de portal oficial da Câmara Municipal, compreendendo assessoria de portal na internet, layout moderno com número de paginas e usuários ilimitados, galerias, sub páginas, manutenção, hospedagem, atualizações referentes ao portal, upgrade(caso necessário), manutenção de conteúdo, sistema compatível para visualização em smartfones, tablets e dispositivos android, manutenção de contas de email, suporte técnico e demais procedimentos que assegurem o perfeito funcionamento do site e seus componentes. Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93. Ratificação: 02/02/2015. Presidente: Francisco Cavalcante Valor Global: R$7.991,28. Contratada: CIDADE INTERATIVA COMUNICAÇÃO LTDA – ME. CNPJ: 20.610.685/0001-03.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 004/2015.

PREGÃO PRESENCIAL nº. 009/2015

PROCESSO Nº. 015/2015

VALIDADE: 12 (doze) meses

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. EVALDO OSVALDO DIEHL, brasileiro, casado, agro-empresário, residente e domiciliado na cidade de Canarana, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade Cédula de Identidade RG nº 211.566 SSI/SC e do CPF nº. 132.773.839-20, RESOLVE registrar os preços da empresa G.DA SILVA COSTA EIRELI-ME, inscrita no CNPJ/MF nº 20.073.275/0001-62, estabelecida na cidade de Canarana – MT, à Rodovia MT nº 326 Km 03 s/n, Lote 57, Setor Industrial, Cep 78.640-000, neste ato representada por ELIELTON SOUZA RODRIGUES, Carteira de Identidade nº 1313955-0 SSP/MT e CPF nº 890.847.641-53 e a empresaPNEUS VIA NOBRE LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 01.976.860/0028-48, estabelecida na cidade de Primavera do Leste – MT, à Rua do Comércio nº 4417, Parque Industrial, Cep 78.850-000, neste ato representada por SERGIO CARLOS FERREIRA, Carteira de Identidade nº 830.046-2 SSP/GO e CPF nº 234.279.731-15, nas quantidades estimadas

no Item 1 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no edital de Pregão Presencial nº. 09/2015 **e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, e em conformidade com as disposições a seguir.**

CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação das empresas G.DA SILVA COSTA EIRELI-ME, inscrita no CNPJ/MF nº 20.073.275/0001-62, estabelecida na cidade de Canarana – MT, à Rodovia MT nº 326 Km 03 s/n, Lote 57, Setor Industrial, Cep 78.640-000 e PNEUS VIA NOBRE LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 01.976.860/0028-48, estabelecida na cidade de Primavera do Leste – MT, à Rua do Comércio nº 4417, Parque Industrial, Cep 78.850-000, para o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa paraserviços de recapagem de pneus, com entrega diária e fracionada de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Canarana-MT*, conforme especificações do Edital.*

CLAUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

2.1 - Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 009/2015, com fundamento nas Leis n. 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores e no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal Sr. Evaldo Osvaldo Dihel, disposta no Processo nº 015/2015.

CLAUSULA TERCEIRA - DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

3.1.1 - Empresa Vencedora:

Nome: G.DA SILVA COSTA EIRELI-ME

CNPJ: 20.073.275/0001-62

Endereço: Rodovia MT nº 326 Km 03 s/n, Lote 57, Setor Industrial

CEP: 78.640-000 Cidade/Estado: Canarana – MT

Representante Legal: ELIELTON SOUZA RODRIGUES

RG: 1313955-0 SSP/MT e CPF nº 890.847.641-53

3.2 - Descrição, Quantidade e Descontos Registrados:

Item	Quant.	Unid.	Especificação detalhada do objeto	Valor Unitário	Valor Total
2	60	SRV	RECAPAGEM - PNEU 275/80R 22,5 - BORRACHUDO	475,00	28.500,00
3	60	SRV	RECAPAGEM - PNEU 275/80R 22,5- LISO	475,00	28.500,00
4	60	SRV	RECAPAGEM - PNEU 750-16 - BORRACHUDO	245,00	14.700,00
5	10	SRV	RECAPAGEM - PNEU 750-16 - LISO	238,00	2.380,00
8	20	SRV	RECAPAGEM - PNEU 1400 - 24 G2/L2	1.150,00	23.000,00
9	8	SRV	RECAPAGEM - PNEU 17.5-25TT 16L - E3/L3	1.600,00	12.800,00
11	6	SRV	RECAPAGEM - PNEU 18,4/34	1.680,00	10.080,00
14	60	SRV	RECAPAGEM - PNEU 900-20 BORRACHUDO	385,00	23.100,00

3.1.1 - Empresa Vencedora:

Nome: PNEUS VIA NOBRE LTDA

CNPJ: 01.976.860/0028-48

Endereço: Rua do Comércio nº 4417, Parque Industrial

CEP: 78.850-000 Cidade/Estado: Primavera do Leste – MT

Representante Legal: SERGIO CARLOS FERREIRA

RG: 830.046-2 SSP/GO e CPF nº 234.279.731-15

3.2 - Descrição, Quantidade e Descontos Registrados:

Item	Quant.	Unid.	Especificação detalhada do objeto	Valor Unitário	Valor Total
6	50	SRV	RECAPAGEM - PNEU 1000-20 - LISO	425,00	21.250,00
7	70	SRV	RECAPAGEM - PNEU 1000-20 - BORRACHUDO	435,00	30.450,00
10	6	SRV	RECAPAGEM - PNEU 18,4/30	1.645,00	9.870,00
12	40	SRV	RECAPAGEM - PNEU 1.100-22 BORRACHUDO	520,00	20.800,00
13	10	SRV	RECAPAGEM - PNEU 1.100-22 LISO	490,00	4.900,00

CLAUSULA QUARTA – ÓRGÃOS PARTICIPANTES

4.1 - O Órgão Gerenciador desta Ata de Registro de Preços a ser firmada mediante a realização do Pregão Presencial nº 009/2015 é a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e órgão participante Secretaria Municipal de Educação;

4.3- **A presente esta de Registro de Preços esta vinculada ao Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013, e, diante disso está sujeito à autorizar a adesão por outros órgãos ou entidades Municipais, Estaduais ou Distritais, à Ata de Registro de Preços a ser firmada,devendo obedecer o que determina o Art. 22, parágrafos 1º/ao 9º do Decreto Federal acima mencionado.**

CLAUSULA QUINTA - VALIDADE DA ATA

5.1. - A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA SEXTA - CONDIÇÕES GERAIS

6.1. - As condições gerais da prestação dos serviços, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e na Minuta de Contrato.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Canarana-MT, 04 de Março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT

.....

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal

G.DA SILVA COSTA EIRELI-ME

.....

ELIELTON SOUZA RODRIGUES

RG nº 1313955-0 SSP/MT e CPF nº 890.847.641-53

PNEUS VIA NOBRE LTDA

.....

SERGIO CARLOS FERREIRA

RG nº 830.046-2 SSP/GO e CPF nº 234.279.731-15

PORTARIA Nº 149 /2015

De 02 de Março de 2015.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICA MUNICIPAL RAIMUNDO SOARES BARROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EVALDO OSVALDO DIEHL Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor RAIMUNDO JOÃO

SOARES BARROS por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 02/03/2015 a 31/03/2015. Sendo o gozo de:

- Gozo de férias por um período de 10 dias convertido em abono pecuniário no período de 02/03/2015 a 11/03/2015.

- Gozo de férias por um período de 20 dias no período de 12 de Março de 2015 á 31 DE Março de 2015.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 09/01/2014 a 08/01/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 02 de Março de 2015.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 147 /2015

De 02 de Março de 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LUCINEIDE CAMPOS DOURADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO OSVALDO DIEHL, Prefeito Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora LUCINEIDE CAMPOS DOURADO por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 02/03/2015 a 31/03/2015.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 14/06/2013 a 13/06/2014.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 02 de Março de 2015.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº157/2015.

De 04 de março de 2015.

Nomeia servidora em Estágio Probatório.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 1º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear METÚZULA BASTIAN, em estágio probatório para o cargo de Provimento Efetivo de ATENDENTE DE FARMACIA, Anexo I – Grupo Ocupacional III técnico do SUS da Lei Complementar nº 123/2014, aprovado em concurso público, homologado pelo Decreto nº.2449/2014 de 28 de julho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 04 de março de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 155 /2015

De 02 de Março de 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LOLITA ELENA STURM AROCA E da outras Providencias.

EVALDO OSVALDO DIEHL, Prefeito Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora LOLITA ELENA STURM AROCA por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 02/03/2015 a 31/03/2015.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 19/11/2012 a 18/11/2013.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 02 de Março de 2015.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 154 /2015

De 02 de Março de 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL KARIN ROHSLER PEREIRA MARTINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO OSVALDO DIEHL, Prefeito Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora KARIN ROHSLER PEREIRA MARTINS por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 02/03/2015 a 31/03/2015.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 13/11/2013 A 12/11/2014.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 02 de Março de 2015.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 153 /2015

De 02 de Março de 2015.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICA MUNICIPAL IOMARQUES ALVES DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO OSVALDO DIEHL, Prefeito Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor IOMARQUES ALVES DE SOUZA por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 02/03/2015 a 31/03/2015.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a

06/02/2013 a 05/02/2014.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 02 de Março de 2015.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 152 /2015

De 02 de Março de 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CANDIDA TAUFFER MARQUES NETA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO OSVALDO DIEHL, Prefeito Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora CANDITA TAUFFER MAQUES NETA por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 02/03/2015 a 31/03/2015.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a

13/02/2013 a 12/02/2014.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 02 de Março de 2015.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 151 /2015

De 26 de Fevereiro de 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MIRNA ZINKE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO OSVALDO DIEHL, Prefeito Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o

artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora MIRNA ZINKE por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 16/03/2015 a 14/04/2015.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a

26/12/2012 a 26/12/2013.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 26 de Fevereiro de 2015.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal.

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015

REGISTRO DE PREÇOS

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, designada pela Portaria nº. 019/2015 torna público que a empresa vencedora na sessão que se realizou na data de 05/03/2015 na modalidade de Pregão Presencial, menor preço por ítem foi: M.S. DIAGNÓSTICA LTDA.

Canarana -MT, 05 de Março de 2015.

MARLI INES LONDERO

Pregoeira Oficial

PORTARIA Nº 150 /2015

De 02 de Março de 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL RIENE NAIARA MENDES GONÇALVES DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO OSVALDO DIEHL, Prefeito Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora RIENE NAIARA MENDES GONÇALVES DOS SANTOS por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 15/03/2015 a 13/04/2015.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 18/11/2013 A 17/11/2014.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 26 de Fevereiro de 2015.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 148 /2015

De 02 de Março de 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MIRNA ZINKE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO OSVALDO DIEHL, Prefeito Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora MIRNA ZINKE por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 16/03/2015 a 14/04/2015.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a

26/08/2012 a 25/08/2013.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 02 de Março de 2015.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 146 /2015

De 26 de Fevereiro de 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL KATIA CRISTINA EGEWARTH E da OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO OSVALDO DIEHL, Prefeito Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora KATIA CRISTINA EGEWARTH por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 02/03/2015 a 31/03/2015.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a

11/05/2013 a 10/05/2014.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 02 de Março de 2015.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 145 /2015

De 02 de Março de 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IVANETE DALLA COSTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO OSVALDO DIEHL, Prefeito Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora IVANETE DALLA COSTA por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 03/03/2015 a 01/04/2015.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 03/03/2014 A 02/03/2015.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 02 de Março de 2015.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 144 /2015

De 02 de Março de 2015.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICA MUNICIPAL BELISARIO GOMES DE PINHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO OSVALDO DIEHL, Prefeito Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidor BELISARIO GOMES DE PINHO por um período de 30 dias, ao serem usufruídas no período de 10/03/2015 a 09/04/2015.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a

03/04/2011 a 02/04/2012.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 02 de Março de 2015.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 143/2015

De 02 de Março de 2015.

Dispõe sobre retorno ao

serviço da Servidora Pública

com licença interesse

particular.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 102 paragrafo único da Lei Municipal Complementar n° 028/2002 – Estatuto do Servidor Publico.

RESOLVE:

Art.1° - A servidora Pública Mariana Cristina Zuim Ramos, efetiva no cargo de NUTRICIONISTA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Lei Complementar 123/2014, em licença interesse concedida pela Portaria de n°228/2013 de 09 de outubro de 2013, retorna as suas funções, no dia 02/03/2015.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ou afixação.

Art. 3° - Revogam – se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana – MT, 02 de Março de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 143/2015

De 02 de Março de 2015.

Dispõe sobre retorno ao

serviço da Servidora Pública

com licença interesse

particular.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 102 paragrafo único da Lei Municipal Complementar n° 028/2002 – Estatuto do Servidor Publico,

RESOLVE:

Art.1° - A servidora Pública Mariana Cristina Zuim Ramos, efetiva no cargo de NUTRICIONISTA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Lei Complementar 123/2014, em licença interesse concedida pela Portaria de n°228/2013 de 09 de outubro de 2013, retorna as suas funções, no dia 02/03/2015.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ou afixação.

Art. 3° - Revogam – se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana – MT, 02 de Março de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 002-2015

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Canarana - MT, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações, a seguinte Licitação regida pela Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº 8.883/94 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: Tomada de Preços nº. 002/2015.

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras de Conclusão de Escolas Indígenas Padrão FNDE no Município de Canarana-MT, conforme especificações do edital.

REALIZAÇÃO: 30/03/2015.

HORAS: 13:30 hs (horário Brasília).

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Canarana-MT, no horário das 07:30 às 17:30 horas, pelo email licitações.canarana@gmail.com ou ainda www.canarana.mt.gov.br até o terceiro dia que anteceder o recebimento dos envelopes.

Canarana - MT, 05 de Março de 2014.

_____

Iraci Salete de Vargas

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

LEI MUNICIPAL Nº 1.183, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

(Projeto de Lei nº 11, autoria do executivo)

*AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DESENVOLVER AÇÕES PARA IMPLEMENTAR O "***PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA ENTIDADES" E DOAÇÃO DE IMÓVEL DO MUNICÍPIO QUE MENCIONA PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, Sr. Evaldo Osvaldo Diehl, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a doação de área do M**u**nicípio, com destinação de nela ser erguidas moradias para famílias com renda mensal de até R$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais), selecionados dentro dos critérios estabelecidos pelo PMCMV-E / Programa Minha Casa Minha Vida Entidade, sendo a EO - Entidade Organizadora habilitada pelo Ministério das Cidades, conforme Portaria n° 247, de 06 de maio de 2014, com as alterações promovidas posteriormente, no âmbito do PMCMV-Entidades regido pela Lei Federal n° 11.977/2009, bem como suas alterações posteriores.

Art. 2º - Os lotes de propriedade do município a ser doado nos termos do art. 1º da presente lei, situada na zona urbana do município de Canarana, num total de 72 (setenta e dois) lotes do Residencial Sol Nascente, conforme especificados a seguir,e constantes no mapa anexo:

a)

Quadra 09

– Lotes: 02 a 09 e 14 a 22.

b) Quadra 10 – Lotes: 01 a 22;

c) Quadra 11 – Lotes: 01 a 10 e 12 a 22;

d) Quadra 13 – Lotes: 09,10 e 13 a 22;

Art. 3º - Fica autorizado, ainda, o chefe do Poder Executivo a doar 28 (vinte oito) lotes do Residencial Sol Nascente II, conforme especificados a seguir, e constantes no mapa anexo:

a) Quadra 07A – Lotes: 08 a 13

b) Quadra 07B – Lotes: 01 a 22

Parágrafo Único. Os lotes de que tratam os artigos 2º e 3º, serão doados à FEMAB – Federação Mato-grossense das Associações de Moradores de Bairros.

Art. 4º - No terreno a ser doado, deverá ser erigido pela Femab um empreendimento habitacional voltado para famílias de baixa renda.

Art. 5º - Estando o empreendimento reconhecido como de interesse social, fica dispensado o procedimento licitatório para a doação ora autorizada.

Art. 6º - Fica atribuído a todo o terreno objeto da doação, o valor global de R$ 100.000,00 (Cem mil reais).

Art. 7º - Os imóveis a serem doados, serão utilizados exclusivamente no âmbito do PMCMV-E - Programa Minha Casa Minha Vida Entidades e constarão dos bens e direitos integrantes do patrimônio da gestão do programa, com fins específicos de manter a separação patrimonial e contábil dos haveres financeiros e imobiliários, observados, quanto a tais imóveis, as seguintes restrições:

I – Não integram o ativo da EO - Entidade Organizadora (Femab);

II - Não compõem a lista de bens e direitos da EO - Entidade Organizadora (Femab), para efeito de liquidação judicial ou extrajudicial;

III – Não podem ser dados em garantia de débito de operação da EO - Entidade Organizadora (Femab);

IV – Não são passíveis de execução por quaisquer credores da EO- Entidade Organizadora (Femab), por mais privilegiadas que possam ser;

V – Não podem ser constituídos quaisquer ônus reais sobre os imóveis, desde que enquanto não transferidos às famílias beneficiados;

VI – Se o empreendimento a que se destina não for concluído no prazo de 02 (dois) anos os lotes serão revertidos ao Município, salvo eventual prorrogação concedida pelo Poder Público, depois de apreciadas as razões apresentadas pela entidade responsável pelo empreendimento.

Parágrafo único - as restrições de que tratam os Incisos I a VI deste artigo aplicam-se aos imóveis decorrentes do parcelamento do imóvel cuja doação foi autorizada nesta Lei.

Art. 8º - A Femab terá como encargo utilizar os imóveis doados exclusivamente para a construção de unidades residenciais, ou ainda, equipamentos públicos e comunitários destinados à população de baixa renda, sob pena de revogação da presente Lei de doação.

Art. 9º - Em quaisquer hipóteses preconizadas nos artigos antecedentes desta Lei, a revogação operar-se-á automaticamente, independentemente de aviso, interpelação ou notificação da Femab, revertendo a propriedade dos imóveis doados ao domínio pleno da Municipalidade.

Art. 10º - Os imóveis, objeto de doação, ficarão isentos de recolhimento dos seguintes tributos:

a) ITBI – Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, quando da transferência dos imóveis, objeto da doação;

b) IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, enquanto permanecerem sob a propriedade do PMCMV-E/EO - Entidade Organizadora e CEF – Caixa Econômica Federal;

c) ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, incidente sobre a construção de unidades habitacionais, aparelhos públicos e comunitários.

Art. 11° – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, notadamente, a Lei nº 1.124/2014.

Prefeitura Municipal de Canarana/MT, 04 de março de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 1.182, DE 04 DE MARÇO DE 2015

(Projeto de Lei nº 010/2015, autoria do executivo)

"Aprova Loteamento Residencial Sol Nascente II e dá outras providências. "

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito do Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovado o Loteamento Residencial Sol Nascente II, de propriedade da Prefeitura Municipal de Canarana, CNPJ 15.023.922/0001-91, com área de 12.150,00m² (doze mil cento e cinquenta metros quadrados, localizado dentro da Quadra 07 do Loteamento já implantado denominado Residencial Sol Nascente, na parte sudeste da cidade de Canarana, tudo conforme Memorial descritivo e Mapas que integram o teor da presente Lei.

Art. 2º -. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Canarana/MT, 04 de março de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - COMBUSTÍVEL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Carlinda, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o nº 01.617.905/0001-78, com sede na Av. Tancredo Neves, s/ nº, na cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Geraldo Ribeiro de Souza, brasileiro, casado, portador da C.I. RG nº 0325037-7 SSP/PR e CPF/MF nº 284.335.561-34, residente e domiciliado na Rua Fortaleza nº. 633, na cidade de Carlinda/MT, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **CRISCAR COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº07.745.513/0001-70, e Inscrição Estadual nº51.200.962.487 , estabelecida a Av Mato Grosso, Nº05, CEP: 78.587-000, na cidade de Carlinda-MT, neste ato representada pelo Sr. Jose Maria Rocha de Queiroz, portador da cédula de identidade N° 074.864 SSP-DF e CPF N°010.279.301-82, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do

PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2015

, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1.Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Combustível tipo Gasolina Comum, Etanol Hidratado e Óleo Diesel Comum, visando atender a demanda da Frota Municipal de Carlinda - MT, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência, especificado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UND.	QTDE.	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL
01	Óleo Diesel Comum	LT	637.000	R$ 3,38	R$ 2.153.060,00
02	Gasolina Comum	LT	90.500	R$ 3,72	R$ 336.660,00
03	Etanol Hidratado	LT	24.000	R$ 2,34	R$ 56.160,00

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (dose) meses, a partir da data de 05/03/2015 até 05/03/2016.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Carlinda não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2015, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1- Os pagamentos serão efetuados de forma quinzenal, pagos em até 15 (quinze) dias após apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pela Coordenadoria de Administração.

3.2- O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos produtos entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

3.3- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.4- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.5- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.6- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.7- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 O produto será fornecido de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria solicitante.

4.1.1 O abastecimento dos veículos/máquinas será feito no posto de combustíveis da empresa vencedora, mediante apresentação de Requisição de Fornecimento emitida pela Administração Municipal, podendo ser abastecidos diariamente, semanalmente ou mensalmente.

4.2 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.2.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.3 O prazo para início da execução do fornecimento não poderá exceder a um dia útil, contado da data de assinatura da Ata de Registro de Preços.

4.4 O objeto licitado somente será adquirido se houver eventual necessidade de aquisição/contratação da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1- Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1- Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2- Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3- O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4- No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5**- Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.**

8.6**- Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.**

8.7- Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8**- Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.**

8.8.1- A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9- A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.10- Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11- Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12- Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “PROMITENTE FORNECEDORA", sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA DO

ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2015, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2015, a proposta da empresa CRISCAR COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Alta Floresta – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Carlinda – MT, 05 de Março de 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

Prefeito Municipal

EMPRESA

PROMITENTE FORNECEDORA

ASSESSOR JURÍDICO

Testemunhas:

_____ _____

CPF: CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

GABINETE
ATO N° 054/2015

ATO N° 054/2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SECRETÁRIO INTERINO DE ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO.

LISÚ KOBERSTAIN, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães – MT, em substituição legal, no uso de suas atribuições legais que lhe é conferida pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – NOMEAR o Sr. **BENEDITO ANTONIO DE OLIVEIRA LECHNER,** para exercerocargo em comissão de Secretário Interino de Esporte e Lazer do Municípiode Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este Ato entra em vigor nesta data, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 05 de março de 2015.

LISÚ KOBERSTAIN | Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 068/GP/2015, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

DECRETO Nº. 068/GP/2015, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

Súmula: "Dispõe sobre a Nomeação dos Membros da Comissão Permanente de Licitações, revogando em inteiro teor o Decreto nº. 346/GP/2014, e dá outras providencias".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no **Inciso III** do **Artigo 80** da Lei Orgânica Municipal, deste Município de Colniza/MT;

DECRETA:

Art. 1º. Por força deste Decreto fica nomeada a Comissão Permanente de Licitações, que será responsável por todos os atos necessários ao Processo Licitatório, conforme previsto na Lei 8.666/93.

Art. 2º. Ficam designados os seguintes servidores para compor a Comissão Permanente de Licitações e, suas respectivas funções:

CRISTIANE PEREIRA DE SOUZA SANTOS DORNELES – PRESIDENTE

ROSANA DE LIMA – SECRETÁRIA

JEAN FILIPE DIAS DE SOUZA – MEMBRO

GISIANE ANTUNES DE MAGALHÃES – SUPLENTE

ELVIRA MUND – SUPLENTE

Art. 3° - Este Decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogado em seu inteiro teor o Decreto nº. 346/GP/2014, e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 27 de fevereiro de 2015.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

SILVIO VAHL

SECRETÁRIO MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº. 002/GP/2013

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 27/02/2015 a 27/03/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
DECRETO Nº. 030/2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ SETORIAL DE PLANEJAMENTO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E INTEGRADO (PDI) DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO (TCE-MT).

NILSON JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Termo de Adesão nº. 03/2015, de 23/02/20152015, celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) e a Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso;

Considerando a necessidade de implementação do modelo de administração pública gerencial com o foco na obtenção de resultados de impacto no cidadão e na sociedade;

Considerando que o planejamento estratégico é um instrumento de gestão que contribui par ao fortalecimento dos princípio basilares da administração pública, devendo provisionar a gestão com diretrizes baseadas nas prioridades e demandas da sociedade, privilegiando o compartilhamento do conhecimento, a descentralização das atividades, o acesso a informação e a precípua transparência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica composto o comitê Setorial de Planejamento do Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado – PDI, conforme segue:

I – Coordenador Geral

Carlos Abraão Gaia

a)Nilson José dos SantosPrefeito Municipal de Colider-MT b)Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e AdministraçãoManoel Francisco da Silva

b.1) Servidor Efetivo da Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração

Clebil Marques Gonçalves

c)Secretário Municipal de Saúde e Saneamento BásicoJoão Batista dos Santos

c.1) Servidor Efetivo da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Edriane Cássia Carbonera

d)Secretário Municipal de Educação, Esporte e LazerAdriano Marcos Camilo de Oliveira

d.1) Servidor Efetivo da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

Sonia Aparecida Santana Moreira

e)Secretária Municipal de Gestão PúblicaLuciene de Almeida Teodório

e.1) Servidora Efetiva da Secretaria Municipal de Gestão Pública

Viviane Halateno

f)Secretária Municipal de Ação SocialRoze Aparecida dos Santos

f.1) Servidora Efetiva da Secretaria Municipal de Ação Social

Márcia Cristina Favero

g)Secretário Municipal de Infraestrutura, Obras e UrbanismoAnízio Inocêncio

g.1) Servidor Efetivo da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo

Sabino Gomes Barbosa

h)Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária, Assuntos Fundiários e Meio AmbienteAdermo Serafim

h.1) Servidor Efetivo da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Assuntos Fundiários e Meio Ambiente

Marli Candido de Lima

i)Secretário Municipal de Indústria, Comércio, Emprego, Renda, Cultura e TurismoAdemir Oscar Crespim

i.1) Servidor Efetivo da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Emprego, Renda, Cultura e Turismo

Margarida Gaona

j)Servidor Responsável pela T.IRoberson Silva Oliveira

Art. 2º Atribui ao Comitê de Gestão Setorial de Planejamento do PDI, as seguintes competências:

a)Elaborar as diretrizes: objetivos estratégicos, indicadores e metas para o Plano Estratégico Municipal;b)Criar as condições necessárias ao bom desempenho dos resultados planejados;c)Exigir se necessário, o cumprimento das determinações de ações corretivas para garantir o resultado planejado;d)Decidir sobre demais questões relacionadas ao plano estratégico municipal;e)Tem até 30 de outubro de 2015 para finalizar os trabalhos da elaboração do Planejamento Estratégico, deste Município. Art. 3º. Faz parte deste Decreto o Plano de Trabalho do Planejamento Estratégico 2015, com os respectivos participantes por fase. Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colider-MT, em 02 de março de 2015

NILSON JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal de Colider-MT

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
DECRETO Nº. 027/2015

DATA: 02 DE MARÇO DE 2015.

RESOLVE SUSPENDER O PROCEDIMENTO DE CONVERSÃO EM PECÚNICA DA LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, principalmente as conferidas pelo inciso IV, do artigo 121, da Lei Orgânica do Município, e:

CONSIDERANDO que a licença prêmio está previsto no art. 107 da lei 2408/2010 que dispõe sobre "ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO MUNICÍPIO DE COLIDER, DAS SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONSIDERANDO que segundo a lei após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor fará jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio, por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO, a necessidade da Administração Municipal, estabelecer uma programação de contenção de gastos nas despesas de pessoal.

CONSIDERANDO que a licença prêmio é uma licença destinada ao repouso merecido do servidor após cada 05 (cinco) anos de efetivo exercício.

CONSIDERANDO que a legislação supracitada não explana claramente os requisitos e condições para conversão em pecúnia da licença prêmio por assiduidade.

DECRETA:

Art. 1º - Em decorrência da supremacia do interesse público e aplicação do princípio da legalidade fica suspenso o procedimento de conversão da Licença Prêmio em pecúnia por prazo indeterminado.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder-MT, 02 de Março de 2015.

NILSON JOSE DOS SANTOS

Prefeito Municipal de Colider

DECRETO Nº. 026/2015

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS

APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO.

O Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, Sr. Nilson José dos Santos, no uso de suas atribuições legais e, considerando o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital de Concurso nº 001/2012.

DECRETA

Artigo 1º - Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados, a comparecer ao Edifício Sede desta Prefeitura Municipal, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Colider-MT, a partir do dia 25/02/2015 a 26/03/2015, munido dos seguintes documentos, originais e respectivas cópias:

-Documento de escolaridade referente ao cargo que se candidatou;

-Titulo de eleitor;

-Comprovante de quitação eleitoral;

-Comprovante de quitação militar, se do sexo masculino;

-Carteira de identidade (R.G.);

-Cartão do C.P. F;

-Certidão de nascimento ou casamento;

-Cartão do C.P.F. esposo (a), caso seja casado (a);

-02 fotos 3x4 atuais;

-Carteira de trabalho;

-Cartão PIS/PASEP

-CNIS - INSS

-Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos;

-Certidão de inexistência de antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

-Atestado médico de capacidade física (emitidos por profissionais do SUS);

-Atestado médico de sanidade mental (emitidos por profissionais do SUS);

-Declaração de não infrigência ao inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal, e disponibilidade do tempo para cumprimento da carga horária;

-Comprovante de residência;

-Carteira nacional de habilitação;

-Comprovante se estrangeiro na forma da Lei (naturalizado);

-Registro e Certidão negativa expedida pelo órgão de classe conforme o caso;

-Declaração de bens.

-C/C (Banco do Brasil)

-Outros documentos pertinentes que fizerem necessários.

Parágrafo Único – O não comparecimento do candidato no prazo estipulado neste artigo implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.

Artigo 2º - Os candidatos convocados são os seguintes:

PROFESSOR – LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO		
01	PATRICIA GRACIELA PAGLIUCA	Classificação 09º lugar

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 25 de Fevereiro de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 05 de Março de 2015.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 057/2015 - DESIGNA SERVIDOR PARA REPRESENTAR O MUNICÍPIO DE CONFRESA – MT - ROMAYCON DORTA MARQUES

PORTARIA Nº 057/2015

DESIGNA SERVIDOR PARA REPRESENTAR O MUNICÍPIO DE CONFRESA – MT, PERANTE O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO – DETRAN-MT, NA FORMA QUE INDICA,E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas pelo art. 83º, inciso V, da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar e otimizar ao trabalhos de acompanhamento documental e fiscalização da frota de veículos automotores da Prefeitura Municipal de Confresa – MT, perante o Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso – DETRAN-MT;

CONSIDERANDO que o Servidor Público Municipal Romaycon Dorta Marques, nomeado pela Portaria nº 273/2014, de 03 de dezembro de 2014, para exercer a função de chefe de seção do Patrimônio.

RESOLVE:

Art. 1º -NOMEAR o servidor ROMAYCON DORTA MARQUES, brasileiro, solteiro, servidor público municipal, portador da Carteira de Identidade – CI-RG nº 836.341, expedido por SSP/TO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o nº 038.416.191-00, Matrícula Funcional nº 12390, para representar o município de Confresa perante o Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso – DETRAN-MT, com as seguintes funções:

I –Protocolar e retirar documentos relativos aos veículos automotores, pertencentes à frota municipal;

II –Licenciar os veículos automotores, pertencentes à frota municipal;

III –Desembaraçar os documentos necessários para o feito.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Confresa – MT, 05 de março de 2015.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 005/2015

DECRETO N° 005/2015 DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Normatiza as despesas e gastos no serviço público municipal, no âmbito do Poder Executivo, e dá outras providências.

O Senhor Prefeito Municipal de CONFRESA – MT, Gaspar Domingos Lazari, no uso das atribuições que lhe são conferidas em lei,

Considerando os dispositivos da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal;

Considerando a necessidade de se promover medidas que visem a contenção de despesas, a fim de ajustá-las ao fluxo financeiro do Tesouro Municipal, em face da queda de arrecadação, provocada por fatores macro econômicos;

Considerando que a boa gestão dos ingressos financeiros é prática fundamental no Regime de Responsabilidade Fiscal;

Considerando que compete ao Poder Executivo limitar os gastos públicos, bem como executar um rígido controle dos mesmos com exceção das despesas obrigatórias de caráter continuado previstas em lei, e;

Considerando finalmente que todos as entidades e órgãos públicos municipais devem participar do esforço conjunto de redução de gastos públicos, com a finalidade de garantir condições para a realização de investimentos indispensáveis ao desenvolvimento do município,

D E C R E T A:

Art. 1º - Os órgãos da Administração Pública municipal, para maior controle dos gastos públicos deverão, a partir desta data, seguir as determinações emanadas do presente ato, bem como das Legislações Federal e Municipal que regem a matéria.

Art. 2º - O horário de atendimento ao público nas repartições públicas municipais, será de expediente normal das 7:00 as 11:00 e 13:00 as 17:00 h.

§ 1º

- Compete a cada Secretaria zelar pelo cumprimento austero dos horários.

Art. 3º - Os gastos públicos somente poderão ser realizados mediante autorização expressa da Chefe do Executivo, com verificação junto a secretaria de finanças quanto de existência ou não de recursos, cuja destinação deverá ser para casos de extrema urgência e necessidade ou de caráter continuado, e deverão necessariamente estar previstas na LDO e LOA, respectivamente.

Parágrafo Primeiro - Excetuam-se do disposto neste artigo os gastos com despesas cuja receita sejam oriundas de convênio.

Parágrafo Segundo – As regras de redução de gastos e seu contingenciamento estão previstas na LDO, e devem ser obedecidas em estrita observância ao disposto no artigo 9º da L.C. 101/2000.

Art. 4° - Fica suspensa a realização de todo e qualquer evento, participação de eventos ou atividades que envolvam despesas extras, diferentes daquelas previstas, com exceção daquelas que envolvam cumprimento de metas e de objetivos de ordem legal e de convênios, nas áreas da Educação, da Saúde e da Ação Social e devidamente autorizadas pelo Prefeito Municipal e Secretaria de Finanças.

Art. 5° - Fica suspensa toda e qualquer compra direta ou indireta, salvo com expressa autorização da secretaria de Administração e Finanças.

Parágrafo único - Em caso de necessidade de compra de quaisquer bens de consumo, utensílios ou similares deverão ser requeridos pelo secretário titular da pasta, e encaminhados ao Secretário de Administração.

Art. 6° - As despesas com diárias de servidores e adiantamento de despesas somente serão efetivadas mediante autorização do Chefe do Executivo e deverão ser solicitadas com 07 dias de antecedência.

Art. 7° - A partir desta data não serão fornecidos novos auxílios, concessões e/ou ajudas financeiras a outros órgãos e repartições e/ou pessoas estranhas ao serviço público municipal.

Art. 8° - Os veículos pertencentes ao Município permanecerão no pátio da garagem municipal, quando não estiverem a serviço, sendo sua utilização proibida sem autorização do secretário respectivo.

Art. 9° - As viagens com veículos oficiais somente poderão ser realizadas com autorização do Prefeito e secretário respectivo.

Art. 10 - Fica também proibido o transporte de pessoas estranhas ao serviço público em veículos oficiais, notadamente ônibus da frota municipal.

§ 1 - Excetua-se do disposto neste artigo o transporte de pessoas enfermas, quando sua deslocação para tratamento em outro centro se fizer necessária e imprescindível à saúde e à vida do mesmo.

§ 2º - As despesas com locomoção e translado de pacientes para outros centros deverão ser pagas pelo paciente ou seu representante ou acompanhante.

§ 3º - Excetuam-se do disposto no artigo acima as pessoas carentes e de reconhecida dependência financeira.

Art. 11 - As obras e serviços de engenharia que estejam em andamento terão seus gastos revistos e sua continuação dependerá de autorização do Chefe do Executivo.

Parágrafo único – Excetuam-se do disposto neste artigo as obras e serviços de engenharia cujos recursos sejam objetos de convênios.

Art. 12 - Cada Secretaria deverá observar os percentuais mínimos de gastos, com a redução descrita no art. 4° deste Decreto.

Art. 13 - Dever-se-ão observar as seguintes segmentos de redução:

I - Uso de Computadores:

Todos os computadores e equipamentos deverão ser desligados no intervalo de almoço e final de expediente.

II - Uso de Energia:

Todas as lâmpadas, aparelhos eletrônicos e ar-condicionado deverão ser desligados no final do expediente.

III – Diárias:

Somente com autorização do Prefeito Municipal.

IV – Passagens:

Somente com autorização do Prefeito Municipal..

V - Veículos Oficiais:

Redução de 30% nesta despesa e permanência na garagem no fim do dia e finais de semana; sendo obrigatório todos os veículos com adesivos do município.

VI - Horas Extras:

Mediante autorização do chefe do executivo, somente em casos extremos.

IX - Material de Consumo:

Observar a redução de 30% com esta despesa.

X – Folha de Pagamento Fica vedada a concessão de novas gratificações durante o período do decreto, bem como nomeação de novos cargos comissionados. Fica determinada a redução de 6% do total da folha geral, se necessário for, serão feitas resoluções específicas em cada orgão desta administração, mediante estudo de folha.

Art. 14 - Os casos omissos no presente ato serão resolvidos pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 15 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e sua vigência se estenderá até o dia 05 de Julho de 2015, podendo ser prorrogado a critério da Administração.

Gabinete do Prefeito de Confresa-MT, 05 de Março de 2015.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 050/2015 - PRORROGAÇÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS - CLAUDIA REGINA BABINSKI

Portaria nº 050/2015 de 27 de Fevereiro de 2015.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 020/2005.

CONSIDERANDO;

Requerimento da Servidora de 16/02/2015.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder prorrogação de LICENÇA SEM VENCIMENTOS no período de 12/03/2015 a 10/03/2016 a Servidora Pública Municipal a Sra. CLAUDIA REGINA BABINSKI – Matricula 010189, ocupante do Cargo Efetivo de PROFESSORA LICENCIATURA PLENA EM ARTES lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER/ESCOLA MUNICIPAL CENTRAL, conforme disposto no Art. 121 da Lei Complementar nº 020/2005 de 28 de Dezembro de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 27 de Fevereiro de 2015.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 051/2015 - PRORROGAÇÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS - GILZA PESSOA

Portaria nº 051/2015 de 27 de Fevereiro de 2015.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 020/2005.

CONSIDERANDO;

Requerimento da Servidora de 24/02/2015.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder prorrogação de LICENÇA SEM VENCIMENTOS no período de 12/03/2015 a 10/03/2016 a Servidora Pública Municipal a Sra. GILZA PESSOA – Matricula 000305, ocupante do Cargo Efetivo de PROFESSORA MAGISTERIO lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDU-

CAÇÃO ESPORTE E LAZER/ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR VALDEMIRO NUNES ARAUJO, conforme disposto no Art. 121 da Lei Complementar nº 020/2005 de 28 de Dezembro de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 27 de Fevereiro de 2015.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 051/2015 - PRORROGAÇÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS - GILZA PESSOA

Portaria nº 051/2015 de 27 de Fevereiro de 2015.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 020/2005.

CONSIDERANDO;

Requerimento da Servidora de 24/02/2015.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder prorrogação de LICENÇA SEM VENCIMENTOS no período de 12/03/2015 a 10/03/2016 a Servidora Pública Municipal a Sra. GILZA PESSOA – Matricula 000305, ocupante do Cargo Efetivo de PROFESSORA MAGISTERIO lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER/ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR VALDEMIRO NUNES ARAUJO, conforme disposto no Art. 121 da Lei Complementar nº 020/2005 de 28 de Dezembro de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 27 de Fevereiro de 2015.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 052/2015 - LICENÇA SEM VENCIMENTOS - CLECIONICIA ROSA DE CARVALHO

Portaria nº 052/2015 de 27 de Fevereiro de 2015

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 020/2005.

CONSIDERANDO;

Requerimento da Servidora de 24/02/2015.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder LICENÇA SEM VENCIMENTOS no período de 24/02/2015 a 23/02/2016 a Servidora Pública Municipal a Sra. CLECIONICIA ROSA DE CARVALHO, matricula 000123, ocupante do Cargo Efetivo de PROF LICENCIATURA PLENA EM LETRAS, Lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER/ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR VALDEMIRO NUNES ARAUJO, conforme disposto no Art. 121 da Lei Complementar nº 020/2005 de 28 de Dezembro de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 27 de Fevereiro de 2015.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 053/2015 - CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO - JOEL LEONIDIO DE OLIVEIRA

Portaria nº 053/2015 de 02 de Março de 2015.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal nº 020/2005.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder a LICENÇA PRÊMIO pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos ao Servidor Público Municipal Sr. JOEL LEONIDIO DE OLIVEIRA, matricula 010466, ocupante do cargo efetivo de APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL/VIGILANCIA PATRIMONIAL, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO DA LICENÇA
10/07/2006 A 08/07/2011	02/03/2015 A 30/05/2015

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 02 de Março de 2015.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 054/2015 - DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO - EDEANE ROSA DUTRA

Portaria nº 054/2015 de 02 de Março de 2015

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 024/2005.

RESOLVE;

Art. 1º - Designar para ocupar cargo comissionado de CHEFE DE DEPARTAMENTO a servidora efetiva no cargo de AGENTE DE SERVICOS GERAIS/LIMPEZA PREDIAL a Sra. EDEANE ROSA DUTRA Matricula 010742, Lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 02 de Março de 2015.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 055/2015 - LICENÇA PREMIO - DIVINO CARLOS PEREIRA

Portaria nº 055/2015 de 03 de Março de 2015.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal nº 020/2005.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder a LICENÇA PRÊMIO pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos ao Servidor Público Municipal Sr. DIVINO CARLOS PEREIRA, matricula 000067, ocupante do cargo efetivo de APOIO AGENTE DE TRATAMENTO DE AGUA, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO DA LICENÇA
06/01/2010 A 04/01/2015	02/03/2015 A 30/05/2015

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 03 de Março de 2015.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 056/2015 - LICENÇA PREMIO - VILMA ROSA TOLENTINO

Portaria nº 056/2015 de 03 de Março de 2015.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal nº 020/2005.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder a LICENÇA PRÊMIO pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal Sra. VILMA ROSA TOLENTINO, matricula 000922, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA MAGISTERIO, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER/ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR VALDEMIRO NUNES ARAUJO.

PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO DA LICENÇA
28/02/2004 A 26/02/2010	09/03/2015 A 06/06/2015

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 03 de Março de 2015.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 024/2015 - LICENÇA PREMIO - GILMAR NOGUEIRA

Portaria nº 024/2015 de 09 de Fevereiro de 2015.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal nº 020/2005.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder a LICENÇA PRÊMIO pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos ao Servidor Público Municipal GILMAR NOGUEIRA, matricula 000037, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE VIGILANCIA PATRIMONIAL, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/DEPARTAMENTO DE ESPORTES.

PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO DA LICENÇA
31/07/2006 A 29/07/2011	01/02/2015 A 01/05/2015

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 12 de Janeiro de 2015.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

CONTABILIDADE
BALANCETE ORÇAMENTÁRIO DEZEMBRO 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Anexo - 13
Período: Janeiro à Dezembro
Página 1

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Balanço Financeiro - Anexo 13 - Administração Direta

RECEITAS		DESPESAS	
Títulos	R$	Títulos	R$
ORÇAMENTÁRIAS	48.249.653,54	ORÇAMENTÁRIAS	47.793.484,76
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	48.249.653,54	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	47.793.484,76
RECEITAS CORRENTES	43.872.858,63	Administração	6.273.492,57
Receitas Tributárias	3.980.530,19	Assistência Social	2.179.385,01
Receitas de Contribuições	418.721,61	Saúde	14.275.899,01
Receitas Patrimoniais	273.298,60	Educação	15.228.914,13
Receitas de Serviços	51.152,36	Cultura	196.185,68
Transferências Correntes	41.390.326,51	Urbanismo	3.860.956,55
Outras Receitas Correntes	1.746.886,57	Gestão Ambiental	727.266,90
Dedução da Receita Corrente	-3.988.057,21	Agricultura	503.941,53
RECEITAS DE CAPITAL	4.376.206,56	Organização Agrária	90.000,00
Transferências de Capital	4.376.206,56	Transporte	3.734.762,20
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMEI	588,35	Desporto e Lazer	509.390,27
Outras Receitas Correntes	588,35	Encargos Especiais	213.290,91
		TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.584.416,07
		Repasse Concedido	1.584.416,07
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	7.231.172,05	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	7.812.888,88
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	4.821.444,56	Consignações Pagas no Exercício	4.422.478,31
RESTOS A PAGAR - INSCRIÇÃO DO EXERCÍCIO	2.409.727,49	RESTOS A PAGAR - PAGOS NO EXERCÍCIO	3.321.948,20
Restos a Pagar Processados	2.359.106,77	Restos a Pagar Processados	3.173.728,95
Restos a Pagar não Processados	43.348,30	Restos a Pagar não Processados	148.219,25
Consignações a Pagar	7.272,42	DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	68.462,37
SALDO DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	3.979.976,97	SALDO DISPONÍVEL PARA O EXERCÍCIO SEGUINT	2.270.012,85
Bancos Conta Movimento	3.979.976,97	Bancos Conta Movimento	2.270.012,85
TOTAL	59.460.802,56	TOTAL	59.460.802,56

CONFRESA, 31/12/2014

GASPAR DOMINGOS LAZARI	ELIETE JULIANA LAZZARI	MARISANGELA JUNKER JARDIM I
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETARIA DE FINANÇAS	CRC-MT- 009136/O-2

MÁRCIA

CONTABILIDADE
BALANCETE FINANCEIRO DEZEMBRO 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Anexo - 13
Período: Janeiro à Dezembro
Página 1

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Balanço Financeiro - Anexo 13 - Administração Direta

RECEITAS		DESPESAS	
Títulos	R$	Títulos	R$
ORÇAMENTÁRIAS	48.249.653,54	ORÇAMENTÁRIAS	47.793.484,76
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	48.249.653,54	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	47.793.484,76
RECEITAS CORRENTES	43.872.858,63	Administração	6.273.492,57
Receitas Tributárias	3.980.530,19	Assistência Social	2.179.385,01
Receitas de Contribuições	418.721,61	Saúde	14.275.899,01
Receitas Patrimoniais	273.298,60	Educação	15.228.914,13
Receitas de Serviços	51.152,36	Cultura	196.185,68
Transferências Correntes	41.390.326,51	Urbanismo	3.860.956,55
Outras Receitas Correntes	1.746.886,57	Gestão Ambiental	727.266,90
Dedução da Receita Corrente	-3.988.057,21	Agricultura	503.941,53
RECEITAS DE CAPITAL	4.376.206,56	Organização Agrária	90.000,00
Transferências de Capital	4.376.206,56	Transporte	3.734.762,20
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMEI	588,35	Desporto e Lazer	509.390,27
Outras Receitas Correntes	588,35	Encargos Especiais	213.290,91
		TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.584.416,07
		Repasse Concedido	1.584.416,07
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	7.231.172,05	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	7.812.888,88
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	4.821.444,56	Consignações Pagas no Exercício	4.422.478,31
RESTOS A PAGAR - INSCRIÇÃO DO EXERCÍCIO	2.409.727,49	RESTOS A PAGAR - PAGOS NO EXERCÍCIO	3.321.948,20
Restos a Pagar Processados	2.359.106,77	Restos a Pagar Processados	3.173.728,95
Restos a Pagar não Processados	43.348,30	Restos a Pagar não Processados	148.219,25
Consignações a Pagar	7.272,42	DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	68.462,37
SALDO DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	3.979.976,97	SALDO DISPONÍVEL PARA O EXERCÍCIO SEGUINT	2.270.012,85
Bancos Conta Movimento	3.979.976,97	Bancos Conta Movimento	2.270.012,85
TOTAL	59.460.802,56	TOTAL	59.460.802,56

CONFRESA, 31/12/2014

GASPAR DOMINGOS LAZARI	ELIETE JULIANA LAZZARI	MARISANGELA JUNKER JARDIM I
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETARIA DE FINANÇAS	CRC-MT- 009136/O-2

MÁRCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015

A Prefeitura Municipal de COTRIGUAÇU, Estado de Mato Grosso, por meio da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, RESOLVE divulgar e estabelecer normas para abertura das inscrições e a realização com finalidade de contratação por tempo indeterminado para preenchimento de vagas e contratação por tempo determinado para substituição e formação de cadastro reserva, visando atender para atender a natureza emergencial, transitória de natureza temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX da Constituição Federal/88, que são indispensáveis à prestação de serviços públicos finalísticas para substituições de vagas decorrentes de designação do titular de cargo efetivo para o exercício de funções gratificadas, licenças médicas, licença prêmio, licenças Maternidade, licenças sem remuneração, qualificação profissional, licença eleitoral, bem como para atender convênios ou programas com o Governo Federal na área educacional, assistência social e saúde, vagas abertas decorrentes de aumento de alunos, aposentadoria, exoneração de cargo efetivo ou que não foram preenchidas em concurso público, em conformidade com as Leis Municipais nº 019/2005, 046/2014, 048/2014, 049/2014, 050/2014, 051/2014 e 871/2015, nos termos descritos na Constituição Federal de 88 do em especial ao art. 37, IX, que dão respaldo legal e normatizam as regras estabelecidas neste Edital, resolve publicar alterações no Edital, que passa a vigorar da seguinte forma:

_Alteração 01: Fica alterado o valor do Vencimento do Cargo de Técnico Administrativo Educacional, que passa a vigorar com a seguinte alteração:

1. DA DENOMINAÇÃO - REFERÊNCIA - EXIGÊNCIA MÍNIMA - VAGAS - INSCRIÇÃO - VENCIMENTO INICIAL

QUADRO DE VAGAS - LOCALIDADE - AGROVILA

Cargo/Contratação Vagas Vagas PNE Vencimento Carga Horária

Semanal Requisitos do Cargo

Técnico Administrativo Educacional CR - 982,81 30 horas Ensino Médio Completo.

QUADRO DE VAGAS - LOCALIDADE – ZONA URBANA

Cargo/Contratação Vagas Vagas PNE Vencimento Carga Horária

Semanal Requisitos do Cargo

Técnico Administrativo Educacional CR - 982,81 30 horas Ensino Médio Completo.

_Alteração 02: O item 5.6.10 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, passa a vigorar com a seguinte alteração:

5.6.10. (...)

QUADRO DE ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

Alínea Título Título Valor Máximo Pontos

A Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de pós-graduação (stricto sensu), na área específica do cargo pretendido, em nível de doutorado (título de Doutor), ACOMPANHADO DO RESPECTIVO HISTÓRICO ESCOLAR. 20,00 20,00

B Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de pós-graduação (stricto sensu), na área específica do cargo pretendido, em nível de mestrado (título de Mestre), ACOMPANHADO DO RESPECTIVO HISTÓRICO ESCOLAR. 15,00 20,00

C Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de pós-graduação (lato sensu), na área específica do cargo pretendido, em nível de especialização, ACOMPANHADO DO RESPECTIVO HISTÓRICO ESCOLAR, com carga horária mínima de 360 horas. 10,00 20,00

D Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio. 05,00 20,00

E Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, com carga horária mínima de 120 horas. 02,00 02,00

Total Máximo de Pontos 20,00

02. Permanecem inalteradas os demais itens do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se,

Cotriguaçu (MT), 02 de Março de 2015.

ROSÂNGELA APARECIDA NERVIS VALDETE VERONEZ FRANÇA DA SILVA

Prefeita Municipal Presidente da Comissão Examinadora

WALQUIRIA SOUZA DOMINGOS PEREIRA JESUÍNA MARIA DE AQUINO

Secretária Membro

NOELI MARIA LORANDI

Suplente

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 076 DE 03 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 7636, de 02 de março de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA** – Coordenadora Administrativa e Inspeção Escolar – para exercer o cargo em Comissão de Secretária Municipal de Educação, em substituição a titular da pasta que estará ausente de suas atividades, no período de 25 de fevereiro de 2015 à 04 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de março de 2015.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 03.03.2015.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 432/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor **BRUNO BERNARDO MAXIMIANO,** brasileiro, residente e domiciliado na Rua Costa Pereira, Q.25 L. 13, Cohab Nova, Município de Cáceres-MT, portador do RG nº 1951446-8 SSP/MT e CPF n.º 035.413.911-89, daqui por diante denominado Contratado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, do senhor *BRUNO BERNARDO MAXIMIANO*, no cargo de Guarda, a que refere o Decreto nº 432, de 26 de setembro de 2014, para exercer suas funções na Secretária Municipal de Educação, localizada no Município de Cáceres, (Em vaga livre), com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **08 de setembro de 2014 e término em 07 de setembro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 724,00 (setecentos e vinte quatro reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão/Unidade	Funcional programática	Elem. despesa	Fonte de recurso
07.070.20	12.361.1017.2064	3.1.90.04.00.00	(101) Manut e Enc C/As Atividades da Educação Infantil

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 26 de setembro de 2014.

_____

BRUNO BERNARDO MAXIMIANO

Contratado

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº.536/2014, DE 25/11/2014.

DECRETO Nº.536/2014, de 25/11/2014.

Abre Crédito Suplementar e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 02457/2014.

DECRETA

Art. 2º - O Crédito Suplementar Aberto pelo artigo anterior será coberto nos termos do item III, páragrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, mediante anulação parci al e/ou total da (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamanetária(s)no valor de R$ 7.131.874,84 (sete milhões, cento e trinta e um mil, oitocentos e setenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos).

02 - GABINETE DO PREFEITO
02.020.1.0 - GABINETE DO PREFEITO
02.020.1.0.04.122.1002.2006 - MANUT. E ENC C/AS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO
3.1.90.11.00.00 – 0100000000 - Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil R$ 26.600,00 (vinte e seis mil e seiscentos reais)
3.1.90.13.00.00 – 0100000000 - Obrigações Patronais - INSS R$ 5.622,00 (cinco mil e seiscentos e vinte e dois reais)
3.3.90.14.00.00 – 0100000000 - Diárias - Civil R$ 5.000,00 (cinco mil reais)
3.3.90.33.00.00 – 0100000000 - Passagens e Despesas com Locom R$ 10.000,00 (dez mil reais)
3.3.91.97.01.00 – 0100000000 - APORTE PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS R$ 1.000,00 (um mil reais)
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
03.030.1.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
03.030.1.0.03.092.1015.2131 - MAN E ENC C/AS ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
3.1.90.13.00.00 – 0100000000 - Obrigações Patronais - INSS R$ 4.940,00 (quatro mil e novecentos e quarenta reais)
03.030.1.0.04.122.1003.2013- MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE GOVERNO
3.1.90.13.00.00 - 0100000000- Obrigações Patronais - INSS R$ 6.100,00(seis mil e cem reais)
3.3.90.30.00.00 - 0100000000- Material de Consumo R$ 10.000,00 (dez mil reais)
3.3.91.97.00.00 - 0100000000- APORTE PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS R$ 39.400,00(trinta e nove mil e quatrocentos Reais.
03.030.1.0.04.122.1003.2133 - MAN C/AS ATIV TERMO COOP TÉCNICA-ESTÁGIO REMUNERADO-GOVERNO
3.3.90.36.00.00 – 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 64.231,00 (sessenta e quatro mil e duzentos e trinta e um reais)
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
04.040.1.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
04.040.1.0.04.122.1005.2018 - MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SEC. DE ADMINISTRACAO-SA
3.3.91.97.00.00 – 0100000000 - APORTE PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
05.050.1.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
05.050.1.0.04.123.1006.2021 - MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SEC. DE FINANÇAS
3.3.90.92.00.00 – 0100000000 - Despesas de Exercícios anterio R$ 4.376,55 (quatro mil, trezentos e setenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos)
3.3.91.97.00.00 – 0100000000 - APORTE PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS R$ 43.551,00 (quarenta e três mil e quinhentos e cinquenta e um reais)
05.050.1.0.04.128.1006.2148- QUALIFICAÇÃO, APERF E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SEFIN
3.3.90.39.00.00 - 0100000000- Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 600,00 (seiscentos reais)
05.050.1.0.28.846.1007.9003- PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS JUDICIAIS
3.1.90.91.00.00 - 0100000000- Sentenças Judiciárias R$ 87.000,00(oitenta e sete mil reais)
3.3.90.91.00.00 – 0100000000 - Sentenças Judiciais R$ 155.676,20(cento e cinquenta e cinco mil, seiscentos e setenta e seis reais e vinte centavos)
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
06.060.1.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
06.060.1.0.10.122.1009.2024 - MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SEC. DE SAÚDE
3.1.90.11.00.00 – 0102000000 - Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil R$ 7.528,50 (sete mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos)
3.1.90.13.00.00 – 0102000000 - Obrigações Patronais - INSS R$ 393,00 (trezentos e noventa e três reais)
3.3.90.14.00.00-0102000000-Diárias-civil R$ 7.000,00 (sete mil reais

3.3.90.30.00.00 – 0102000000 – Material de Consulmo R$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais)
3.3.90.39.00.00 – 0102000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 7.100,00 (sete mil e cem reais)
3.3.90.92.00.00 - 0102000000- Despesas de Exercícios anterio R$ 2.786,75 (dois mil, setecentos e oitenta e seis reais e setenta e cinco centavos)
3.3.91.97.00.00 – 0102000000 - APORTE PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)
06.060.2.0 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.060.2.0.10.301.1010.2028 - MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE
3.1.90.04.00.00 – 0102000000 - Contratação por Tempo Determin R$ 192.531,00 (cento e noventa e dois mil e quinhentos e trinta e um reais)
3.1.90.11.00.00 – 0102000000 - Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil R$ 1.550.000,00 (um milhão e quinhentos e cinquenta mil reais)
3.1.90.13.00.00 – 0102000000 - Obrigações Patronais - INSS R$ 62.159,00 (sessenta e dois mil e cento e cinquenta e nove reais)
3.1.90.94.00.00 – 0102000000 - Indenizações e RestituiçõesTrabalhistas R$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais)
3.1.91.13.00.00 – 0102000000 - Obrigações Patronais - RPPS R$ 72.536,00 (setenta e dois mil e quinhentos e trinta e seis reais)
3.3.90.36.00.00 – 0102000000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 0,80 (oitenta centavos)
3.3.90.39.00.00 – 0102000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 31.800,00 (trinta e um mil e oitocentos reais)
06.060.2.0.10.301.1010.2029 - MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DOS PSF - PROG. DE SAÚDE DA FAMÍLIA
3.1.91.13.00.00 – 0102000000 - Obrigações Patronais - RPPS R$ 1.129,00 (um mil e cento e vinte e nove reais)
3.3.90.36.00.00 – 0114000000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais)
06.060.2.0.10.301.1010.2030 - MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DO PROG. AGENTES COMUNITÁRIOS
3.1.90.13.00.00 – 0102000000 - Obrigações Patronais - INSS R$ 32.541,00 (trinta e dois mil e quinhentos e quarenta e um reais)
06.060.2.0.10.301.1011.2179 - MAN C/AS ATIVIDADES DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS
3.3.90.48.00.00 – 0102000000 - Outros Auxílios Financ.a P. R$ 16.050,00 (dezesseis mil e cinquenta reais)
06.060.2.0.10.302.1011.1032 - AQUISICAO DE VEICULO - MEDIA COMPLEXIDADE
4.4.90.52.00.00 – 0114000000 - Equip.e Material Permanentes R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
06.060.2.0.10.302.1011.1185 - Ampliação, Reforma e/ou Adequações do Centro de Reabilitação Tipo II
4.4.90.51.00.00 – 0102000000 - OBRAS E INSTALAÇÕES R$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais)
06.060.2.0.10.302.1011.2039 - MANUT. E ENC. DAS ATIVIDADES DO CTA/SAE
3.3.90.30.00.00 – 0102000000 - Material de Consumo R$ 3.550,00 (três mil e quinhentos e cinquenta reais)
3.3.90.39.00.00 – 0114000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 1.720,00 (um mil e setecentos e vinte reais)
06.060.2.0.10.302.1011.2041 - MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DO PAM
4.4.90.52.00.00 – 0102000000 - Equip.e Material Permanentes R$ 45.330,92 (quarenta e cinco mil, trezentos e trinta reais e noventa e dois centavos).
06.060.2.0.10.302.1011.2045- MANUT. E ENC. C/ A CENTRAL DE REGULAÇÃO
3.3.90.39.00.00 - 0102000000- Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 9.000,00 (nove mil reais)
06.060.2.0.10.302.1011.2047- CONTRIBUIÇÃO AO CISOMT-CONSÓRCIO INTERMUN SAÚDE DE MATO GROSSO
3.3.71.70.00.00 - 0102000000- RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO R$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais)
06.060.2.0.10.302.1011.2048 - ATENDIMENTO A DECISÕES JUDICIAIS - SAÚDE
3.3.90.30.00.00 – 0102000000 - Material de Consumo R$ 1.000,00 (um mil reais)
3.3.90.39.00.00 – 0102000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
06.060.2.0.10.302.1011.2181 - Repasse do PAICI ao Consórcio Interminucipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso
3.3.72.41.00.00 – 0114000000 - CONTRIBUIÇÕES R$ 60.551,00 (sessenta mil e quinhentos e cinquenta e um reais)
06.060.2.0.10.303.1013.2055 - MANUT. E ENC. C/ FARMACIA POPULAR
3.1.91.13.00.00 – 0102000000 - Obrigações Patronais - RPPS R$ 1.642,18 (um mil, seiscentos e quarenta e dois reais e dezoito centavos)
3.3.90.39.00.00 – 0114000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
06.060.2.0.10.304.1012.2050 - MANUT. E ENC .C/ AS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA
3.1.90.11.00.00 - 0102000000- Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)
3.1.90.13.00.00 - 0102000000- Obrigações Patronais - INSS R$ 150,00 (cento e cinquenta reais)
3.1.91.13.00.00 - 0102000000- Obrigações Patronais - RPPS R$ 11.769,51(onze mil, setecentos e sessenta e nove reais e cinquenta e um centavos).
3.3.90.30.00.00 – 0102000000 - Material de Consumo R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais)
06.060.2.0.10.305.1012.2053 - MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL
3.1.91.04.00.00 – 0101000000 - Contratação por Tempo Determin R$ 90.000,00 (noventa mil reais)
3.1.90.13.00.00 - 0101000000- Obrigações Patronais - INSS R$ 28.045,00 (vinte e oito mil e quarenta e cinco reais)
07- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.070.1.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.070.1.0.12.122.1016.2058 - MANUT. E ENC C/AS ATIVIDADES DA SME
3.1.90.13.00.00 – 0101000000 - Obrigações Patronais - INSS R$ 3.386,00 (três mil e trezentos e oitenta e seis reais)
3.1.91.13.00.00 – 0101000000 - Obrigações Patronais - RPPS R$ 483,80 (quatrocentos e oitenta e três reais e oitenta centavos)
3.3.90.92.00.00 – 0101000000 - Despesas de Exercícios anterio R$ 1.121,03 (um mil, cento e vinte e um reais e três centavos)
07.070.2.0 - COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.070.2.0.12.361.1017.2061 - MANUT. E ENC C/AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.1.90.04.00.00 – 0101000000 - Contratação por Tempo Determin R$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais)
3.1.90.13.00.00 – 0101000000 - Obrigações Patronais - INSS R$ 20.200,00 (vinte mil e duzentos reais)
07.070.2.0.12.361.1018.2072 - MANUT. E ENC. C/AS ATIV. DO TRANSPORTE ESCOLAR-ENS FUNDAMENTAL
3.3.90.39.00.00 – 0115000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)
07.070.2.0.12.365.1017.2064 - MANUT. E ENC C/AS ATIVIDADES DA EDUCACAO INFANTIL

3.1.90.13.00.00 – 0101000000 - Obrigações Patronais - INSS R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais)
07.070.3.0 - FUNDEB
07.070.3.0.12.361.1017.2068 - MANUT E ENC C/AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL (60%)
3.1.90.94.00.00 – 0118000000 - Indenizações e RestituiçõesTrabalhistas R$ 41.904,00 (quarenta e um mil e novecentos e quatro reais)
07.070.3.0.12.361.1017.2070 - MANUT E ENC C/AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL (40%)
3.1.90.11.00.00 – 0118000000 - Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil R$ 427.205,00 (quatrocentos e vinte e sete mil e duzentos e cinco reais)
3.1.90.13.00.00 – 0118000000 - Obrigações Patronais - INSS R$ 27.908,00 (vinte e sete mil e novecentos e oito reais)
3.1.91.13.00.00 – 0118000000 - Obrigações Patronais - RPPS R$ 45.977,00 (quarenta e cinco mil e novecentos e setenta e sete reais)
07.070.3.0.12.365.1017.2069 - MANUT E ENC. C/AS ATIVIDADES DA EDUCACAO INFANTIL (60%)
3.1.90.04.00.00 – 0118000000 - Contratação por Tempo Determin R$ 308.176,00 (trezentos e oito mil e cento e setenta e seis reais)
3.1.90.11.00.00 – 0118000000 - Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil R$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais)
3.1.90.13.00.00 – 0118000000 - Obrigações Patronais - INSS R$ 65.337,00 (sessenta e cinco mil e trezentos e trinta e sete reais)
3.1.91.13.00.00 – 0118000000 - Obrigações Patronais - RPPS R$ 25.679,88 (vinte e cinco mil, seiscentos e setenta e nove reais e oitenta e oito centavos)
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
08.080.1.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
08.080.1.0.15.122.1021.2077 - MANUT. E ENC. C/AS ATIV. DA SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
3.1.90.11.00.00 – 0100000000 - Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil R$ 525.370,00 (quinhentos e vinte e cinco mil e trezentos e setenta reais)
3.1.90.13.00.00 – 0100000000 - Obrigações Patronais - INSS R$ 21.398,00 (vinte e um mil e trezentos e noventa e oito reais)
3.1.91.13.00.00 – 0100000000 - Obrigações Patronais - RPPS R$ 17.172,00 (dezessete mil e cento e setenta e dois reais)
3.3.90.92.00.00 – 0100000000 - Despesas de Exercícios anterio R$ 844,17 (oitocentos e quarenta e quatro reais e dezessete centavos)
3.3.91.97.00.00 – 0100000000 - APORTE PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS R$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais)
08.080.1.0.15.122.1022.2084 - CONSORCIO . ITERM. DESE.ECONO. SOCIAL
3.3.71.70.00.00 – 0100000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO R$ 4.720,00 (quatro mil e setecentos e vinte reais)
08.080.1.0.15.451.1022.1090 - DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA
4.4.90.51.00.00 – 0100000000 - Obras e Instalações R$ 32.736,42 (trinta e dois mil, setecentos e trinta e seis reais e quarenta e dois centavos)
08.080.1.0.15.451.1022.1145 - IMPLANT. DE OBRAS INFRA-ESTRUTURA EM LOCAIS C/ POTENCIAL TURISTICO
4.4.90.51.00.00 – 0100000000 - Obras e Instalações R$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais)
4.4.90.51.00.00 – 0124000000 - Obras e Instalações R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais)
08.080.1.0.15.451.1022.2078- MANUT, ENC. E MELHORAMENTO DE VIAS E INFRA-ESTRUTURA URBANA
3.1.90.94.00.00 - 0100000000- Indenizações e RestituiçõesTrabalhistas R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais)
3.3.90.30.00.00 - 0100000000- Material de Consumo R$ 10.000,00 (dez mil reais)
08.080.1.0.15.452.1022.2079- MANUT. E ENC. COM AS ATIVIDADES DOS SERVIÇOS URBANOS
3.3.90.30.00.00 - 0100000000- Material de Consumo R$ 40.000,00 (quarenta mil reais)
3.3.90.39.00.00 - 0100000000- Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais)
08.080.2.0 - COORDENADORIA EXECUTIVA DE TRÂNSITO
08.080.2.0.15.453.1025.2081 - MANUT. E ENC. DAS ATIVIDADES DO SISTEMA MUNICIPAL DE TRANSITO
10- SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
10.100.1.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
10.100.1.0.04.121.1030.2088 - MANUT. E ENC. COM AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
3.3.91.97.00.00 – 0100000000 - APORTE PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais)
11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
11.110.1.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
11.110.1.0.20.122.1031.2089 - MANUT. E ENC. COM AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA
3.1.90.11.00.00 – 0100000000 - Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
3.1.90.13.00.00 – 0100000000 - Obrigações Patronais - INSS R$ 4.339,00 (quatro mil e trezentos e trinta e nove reais)
3.3.90.92.00.00 – 0100000000 - Despesas de Exercícios anterio R$ 2.121,03 (dois mil, cento e vinte e um reais e três centavos)
3.3.91.97.00.00 – 0100000000 - APORTE PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS R$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais)
11.110.1.0.20.606.1033.1130 - AQUISIÇÃO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS
4.4.90.52.00.00 – 0194000000 - Equip.e Material Permanentes R$ 7.856,80 (sete mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos)
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
12.120.1.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
12.120.1.0.08.122.1034.2092 - MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
3.1.90.11.00.00 – 0100000000 - Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil R$ 356.300,00 (trezentos e cinquenta e seis mil e trezentos reais)
3.1.90.13.00.00 – 0100000000 - Obrigações Patronais - INSS R$ 11.800,00 (onze mil e oitocentos reais)
3.1.90.94.00.00 – 0100000000 - Indenizações e RestituiçõesTrabalhistas R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
3.1.91.13.00.00 – 0100000000 - Obrigações Patronais - RPPS R$ 12.794,76 (doze mil, setecentos e noventa e quatro reais e setenta e seis centavos)
3.3.90.30.00.00 – 0100000000 - Material de Consumo R$35.000,00 (trinta e cinco mil reais)
3.3.90.33.00.00 – 0100000000 - Passagens e Despesas com Locom R$ 5.000,00 (cinco mil reais)
3.3.90.92.00.00 – 0100000000 - Despesas de Exercícios anterio R$ 2.621,03 (dois mil, seiscentos e vinte e um reais e três centavos)
3.3.91.97.00.00 – 0100000000 - APORTE PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS R$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais)
12.120.1.0.11.333.1034.2093 - MANUT. E ENCARGOS COM AS ATIVIDADES DO SINE

3.3.90.30.00.00 – 0100000000 - Material de Consumo R$3.500,00 (três mil e quinhentos reais)
3.3.90.32.00.00 – 0100000000 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA R$ 9.000,00 (nove mil reais)
12.120.1.0.14.243.1034.2094 - MANUT. E ENCARGOS COM O CONSELHO TUTELAR
3.1.90.13.00.00 – 0100000000 - Obrigações Patronais - INSS R$ 713,00 (setecentos e treze reais)
3.1.90.94.00.00 – 0100000000 - Indenizações e Restituições Trabalhistas R$ 1.010,00 (um mil e dez reais)
3.3.90.30.00.00 – 0100000000 - Material de Consumo R$45.500,00(quarenta e cinco mil e quinhentos reais)
12.120.2.0 - FUNDO MUNCIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
12.120.2.0.08.241.1035.2106 - PISO DE ALTA COMPLEXIDADE I/REPASSE AO LAR
3.3.50.43.00.00 – 0129000000 - Subvenções Sociais R$ 15.400,00(quinze mil e quatrocentos reais)
12.120.2.0.08.242.1035.2108 - PISO DE TRANSICAO MEDIA COMPLEXIDADE/REPASSE A APAE
3.3.50.43.00.00 – 0129000000 - Subvenções Sociais R$ 25.000,00(vinte e cinco mil reais)
12.120.2.0.08.243.1035.2113 - PISO DE ALTA COMPLEXIDADE - PAC I/SERV. DE PROTECAO ESPECIAL - CASA DA CRIANCA
3.1.90.04.00.00 – 0100000000 - Contratação por Tempo Determin R$ 17.675,00 (dezessete mil e seiscentos e setenta e cinco reais)
3.1.90.13.00.00 – 0100000000 - Obrigações Patronais - INSS R$ 13.971,00 (treze mil e novecentos e setenta e um reais)
3.3.90.30.00.00 – 0129000000 - Material de Consumo R$ 17.463,58 (dezessete mil, quatrocentos e sessenta e três reais e cinquenta e oito centavos)
3.3.90.36.00.00 - 0129000000- Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 2.000,00 (dois mil reais)
12.120.2.0.08.244.1035.2109- PISO BASICO FIXO/SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - PBF/PAIF
3.1.90.04.00.00 – 0129000000 - Contratação por Tempo Determin R$ 43.500,00 (quarenta e três mil e quinhentos reais)
3.1.90.13.00.00 - 0100000000- Obrigações Patronais - INSS R$ 7.510,00 (sete mil e quinhentos e dez reais)
12.120.2.0.08.244.1035.2111 - PISO FIXO DE MEDIA COMPLEXIDADE/SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL
3.1.90.04.00.00 - 0129000000- Contratação por Tempo Determin R$ 63.431,00 (sessenta e três mil e quatrocentos e trinta e um reais)
3.1.90.13.00.00 – 0100000000 - Obrigações Patronais - INSS R$ 1.930,00 (um mil e novecentos e trinta reais)
12.120.2.0.08.244.1036.2119 - MANUT. DO SERVICO DE APOIO A GESTAO DO BOLSA FAMILIA/IGD-M
3.1.90.13.00.00 – 0100000000 - Obrigações Patronais - INSS R$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais)
3.3.90.36.00.00 – 0129000000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 2.000,00 (dois mil reais)
13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER
13.130.1.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER
13.130.1.0.13.122.1038.2126 - MANUT. E ENC. COM AS ATIVIDADES DA CULTURA
3.1.90.11.00.00 – 0100000000 - Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil R$ 134.808,00 (cento e trinta e quatro mil e oitocentos e oito reais)
3.1.90.13.00.00 - 0100000000- Obrigações Patronais - INSS R$ 3.010,00 (três mil e dez reais)
3.3.90.39.00.00 - 0100000000- Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 2.000,00 (dois mil reais)
3.3.90.92.00.00 - 0100000000- Despesas de Exercícios anterio R$ 3.021,03 (três mil, vinte e um reais e três centavos)
13.130.1.0.27.122.1038.2130- MANUT. DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE LAZER
3.1.90.13.00.00 – 0100000000 - Obrigações Patronais - INSS R$ 3.194,00 (três mil e cento e noventa e quatro reais)
3.1.91.13.00.00 – 0100000000 - Obrigações Patronais - RPPS R$ 1.770,00 (um mil e setecentos e setenta reais)
3.3.90.39.00.00 – 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)
3.3.91.97.00.00 – 0100000000 - APORTE PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS R$ 13.000,00 (treze mil reais)
16- SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
16.160.1.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
16.160.1.0.04.129.1041.2182 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AS ATIVIDADES DA SMFAZ
3.1.90.11.00.00 - 0100000000- VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$ 181.000,00 (cento e oitenta e um mil reais)
3.1.91.13.00.00 - 0100000000- OBRIGAÇÕES PATRONAIS R$ 10.686,90
(dez mil, seiscentos e oitenta e seis reais e noventa centavos) 17 - SECRETARIA MUN. IND. COM. MEIO AMBIENTE E TURISMO
17.170.1.0 - SECRETARIA MUN. IND. COM. MEIO AMBIENTE E TURISMO
17.170.1.0.04.122.1042.2185 - MAN. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SICOMT
3.1.90.13.00.00 – 0100000000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS R$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais)
3.3.90.30.00.00 - 0100000000- MATERIAL DE CONSUMO R$ 40.000,00 (quarenta mil reais)
4.4.90.52.00.00 - 0100000000- EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)
17.170.1.0.23.695.1029.1176- APOIO E PROMOÇÃO DO TURISMO, ECOTURISMO, FEIRAS E EVENTOS
3.3.90.39.00.00 - 0100000000- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais)

Art. 3º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02- GABINETE DO PREFEITO
02.020- GABINETE DO PREFEITO
02.020.1.0.04.124.1002.2008- MANUT. E ENC C/AS ATIVIDADES DA AUDITORIA GERAL DO MUNICIPIO
3.1.90.11.00.00 - 0100000000- Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil R$ 43.300,00 (quarenta e três mil e trezentos reais)
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
03.030- SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
03.030.1.0.04.122.1003.2012- MANUT. E ENC. C/AS ATIVIDADES DA OUVIDORIA
3.1.90.11.00.00 - 0100000000- Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil R$ 41.000,00(quarenta e um mil reais)
03.030.1.0.04.122.1003.2013- MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE GOVERNO
3.1.90.94.00.00 - 0100000000- Indenizações e RestituiçõesTrabalhistas R$ 33.110,0 (trinta e três mil e cento e dez reais)

3.3.90.39.00.00 - 0100000000- Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 10.000,00(dez mil reais)
03.030.1.0.04.131.1004.2014- MANUT. E ENCARGOS C/AS ATIVIDADES DA COMUNICAÇÃO SOCIAL
3.1.90.11.00.00 - 0100000000- Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
04.040- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
04.040.1.0.04.122.1005.2018 - MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SEC. DE ADMINISTRACAO-SA
3.1.90.11.00.00 – 0100000000 - Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil R$ 114.290,00 (cento e quatorze mil e duzentos e noventa reais)
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
05.050- SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
05.050.1.0.04.123.1006.1180 - CAMPANHA IPTU PREMIADO
3.3.90.31.00.00 –0100000000 – PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS R$ 600,00 (seiscentos reais)
05.050.1.0.04.123.1006.2021- MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SEC. DE FINANÇAS
3.1.90.11.00.00 – 0100000000 - Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil R$ 99.237,55 (noventa e nove mil, duzentos e trinta e sete reais e cinquenta e cinco centavos)
3.3.90.39.00.00 – 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 7.000,00 (sete mil reais)
05.050.1.0.04.123.1006.2166- MAN C/AS ATIV TERMO COOP TÉCNICA-ESTÁGIO REMUNERADO-SEFIN
3.3.90.36.00.00- 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 3.000,00 (três mil reais)
05.050.1.0.28.843.1007.9005- AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA E SEUS ENCARGOS
4.6.90.71.00.00 - 0100000000- Principal da dívida Contratual R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)
06- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
06.060- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
06.060.1.0.10.122.1009.2167- MAN C/AS ATIV TERMO COOP TÉCNICA-ESTÁGIO REMUNERADO-SMS
3.3.90.36.00.00 - 0102000000- Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 55.500,00 (cinquenta e cinco mil e quinhentos reais)
06.060.1.0.28.843.1009.9004- AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA - SMS
4.6.90.71.00.00 - 0102000000- Principal da dívida Contratual R$ 39.100,00 (trinta e nove mil e cem reais)
06.060- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.060.2.0.10.301.1010.1050- AQUISICAO DE VEICULOS DA ATENÇÃO BÁSICA
4.4.90.52.00.00 - 0114000000- Equip.e Material Permanentes R$ 45.274,00 (quarenta e cinco mil e duzentos e setenta e quatro reais)
4.4.90.52.00.00 - 0194000000- Equip.e Material Permanentes R$ 1.000,00 (um mil reais)
06.060.2.0.10.301.1010.1120- AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO REFERENCIAL DE SAÚDE-POSTÃO
4.4.90.51.00.00 - 0123000000- Obras e Instalações R$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais)
06.060.2.0.10.301.1010.2028- MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE
3.3.90.30.00.00 - 0102000000- Material de Consumo R$ 45.489,99 (quarenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e noventa e nove centavos)
06.060.2.0.10.301.1010.2029 - MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DOS PSF - PROG. DE SAÚDE DA FAMÍLIA
3.1.90.04.00.00 - 0102000000- Contratação por Tempo Determin R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)
3.1.90.04.00.00 - 0114000000- Contratação por Tempo Determin R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
3.1.90.11.00.00 - 0114000000- Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil R$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais)
3.1.90.13.00.00 - 0102000000- Obrigações Patronais - INSS R$ 30.000,00 (trinta mil reais)
3.1.90.94.00.00 - 0102000000- Indenizações e RestituiçõesTrabalhistas R$ 60.000,00(sessenta mil reais)
3.1.90.94.00.00 – 0114000000 - Indenizações e RestituiçõesTrabalhistas R$ 11.521,0 (onze mil e quinhentos e vinte e um reais)
06.060.2.0.10.301.1010.2030 - MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DO PROG. AGENTES COMUNITÁRIOS
3.1.90.04.00.00 – 0114000000 - Contratação por Tempo Determin R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)
06.060.2.0.10.301.1010.2032- MANUT. E ENC. C/AS ATIVIDADES DO PROGRAMA SAUDE BUCAL
3.1.90.11.00.00 - 0102000000- Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil R$ 120.000,00(cento e vinte mil reais)
06.060.2.0.10.302.1011.1031- CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UPA
4.4.90.51.00.00 - 0102000000- Obras e Instalações R$ 10.000,00(dez mil reais)
4.4.90.51.00.00 - 0123000000- Obras e Instalações R$ 600.000,00(seiscentos mil reais)
4.4.90.51.00.00 - 0194000000- Obras e Instalações R$ 12.000,00 (doze mil reais)
06.060.2.0.10.302.1011.2035- MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DO CENTRO DE ESPEC. ODONT. - CEO
4.4.90.52.00.00 - 0114000000- Equip.e Material Permanentes R$ 2.000,00(dois mil reais)
06.060.2.0.10.302.1011.2037- MANUT. E ENC. DAS ATIVIDADES CENTRO DE ATENC. PSICO-SOCIAL CAPS I
3.1.90.04.00.00 - 0114000000- Contratação por Tempo Determin R$ 10.000,00(dez mil reais)
06.060.2.0.10.302.1011.2040- MANUT. E ENC. C/ AS ATIV. DO CENTRO REFERENCIAL DE SAÚDE - POSTÃO
3.3.90.30.00.00 - 0102000000- Material de Consumo R$ 1.000,00(um mil reais
3.3.90.39.00.00 - 0102000000- Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 13.720,00 (treze mil e setecentos e vinte reais)
06.060.2.0.10.302.1011.2041- MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DO PAM
3.1.90.11.00.00 - 0102000000- Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil R$ 58.800,00 (cinquenta e oito mil e oitocentos reais)
3.3.90.30.00.00 - 0102000000- Material de Consumo R$ 14.150,00 (quatorze mil e cento e cinquenta reais)
3.3.90.30.00.00 - 0114000000- Material de Consumo R$ 11.330,93 (onze mil, trezentos e trinta reais e noventa e três centavos)
3.3.90.39.00.00 - 0102000000- Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 9000,00 (nove mil reais)
06.060.2.0.10.302.1011.2042 – MANUT. E ENC. C/ AS ATIV. DE AMB. DERMAT. PNEUM. E TISIOLOGIA
3.3.90.39.00.00-0102000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 400,00 (quatrocentos reais)
06.060.2.0.10.302.1011.2043 – MANUT. E ENC. C/ O AMBULATORIO DA CRIANÇA

3.1.90.11.00.00 - 0114000000- Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil R$ 345.000,00 (trezentos e quarenta e cinco mil reais)
3.1.90.13.00.00 – 0102000000- Obrigações Patronais – INSS R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais)
06.060.2.0.10.302.1011.2046- MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA ALIMENT. E NUTRIÇÃO ESPECIALIZADA
3.1.90.11.00.00 - 0102000000- Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil R$ 10.000,00(dez mil reais)
06.060.2.0.10.302.1011.2146- MANUT. E ENC. C/ AS ATIDIDADES DO CENTRO DE REAB. TIPO II
3.1.90.11.00.00 - 0114000000- Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil R$ 639.000,00(seiscentos e trinta e nove mil reais)
3.1.90.13.00.00 - 0114000000- Obrigações Patronais - INSS R$ 23.111,00 (vinte e três mil e cento e onze reais)
3.3.90.36.00.00 - 0114000000- Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais)
3.3.90.39.00.00 - 0114000000- Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
06.060.2.0.10.302.1011.2178- ATENÇÃO À SAUDE P/ PROC EM ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE-MAC-HOSP E AMBULATORIAL
4.4.90.52.00.00 - 0114000000- Equip.e Material Permanentes R$ 20.000,00(vinte mil reais)
06.060.2.0.10.303.1013.2055- MANUT. E ENC. C/ FARMACIA POPULAR
3.1.90.11.00.00 - 0102000000- Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)
06.060.2.0.10.305.1012.1040- CAMPANHA DE VACINAÇÃO DO IDOSO
3.3.90.39.00.00 - 0114000000- Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
06.060.2.0.10.305.1012.2051- MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
3.1.90.11.00.00 - 0102000000- Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais)
3.1.90.94.00.00 - 0102000000- Indenizações e RestituiçõesTrabalhistas R$ 2.000,00(dois mil reais)
06.060.2.0.10.305.1012.2052- MANUT. E ENC. C/ AS ATIV. PROG. NACIONAL DE HIV AIDS E OUTRAS DST
3.1.90.11.00.00 - 0102000000- Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil R$ 5.000,00(cinco mil reais)
3.1.90.94.00.00 - 0102000000- Indenizações e RestituiçõesTrabalhistas R$ 1.000,0 (um mil reais)
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.070- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.070.1.0.12.122.1016.2058- MANUT. E ENC C/AS ATIVIDADES DA SME
3.1.90.11.00.00 - 0101000000- Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil R$ 17.387,00 (dezessete mil e trezentos e oitenta e sete reais)
07.070- COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.070.2.0.12.361.1017.2061- MANUT. E ENC C/AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.1.90.11.00.00 - 0101000000- Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil R$ 169.486,05 (cento e sessenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e cinco centavos)
07.070.2.0.12.361.1018.2072 - MANUT. E ENC. C/AS ATIV. DO TRANSPORTE ESCOLAR-ENS FUNDAMENTAL
3.3.90.39.00.00 - 0101000000- Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)
07.070.2.0.12.365.1017.2064- MANUT. E ENC C/AS ATIVIDADES DA EDUCACAO INFANTIL
3.1.90.11.00.00 - 0101000000- Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil R$ 265.000,00 (duzentos e sessenta e cinco mil reais)
07.070- FUNDEB
07.070.3.0.12.361.1017.2068- MANUT E ENC C/AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL (60%)
3.1.90.04.00.00 - 0118000000- Contratação por Tempo Determin R$ 300.000,00 (trezentos mil reais)
3.1.90.11.00.00 - 0118000000- Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)
3.1.90.13.00.00 - 0118000000- Obrigações Patronais - INSS R$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais)
3.1.91.13.00.00 - 0118000000- Obrigações Patronais - RPPS R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)
07.070.3.0.12.361.1017.2070- MANUT E ENC C/AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL (40%)
3.1.90.04.00.00 - 0118000000- Contratação por Tempo Determin R$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais)
3.1.90.94.00.00 - 0118000000- Indenizações e RestituiçõesTrabalhistas R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)
07.070.3.0.12.365.1017.2071- MANUT E ENC. C/AS ATIVIDADES DA EDUCACAO INFANTIL (40%)
3.1.90.04.00.00 - 0118000000- Contratação por Tempo Determin R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais)
3.1.90.11.00.00 - 0118000000- Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil R$ 374.000,00 (trezentos e setenta e quatro mil reais)
3.1.90.94.00.00 - 0118000000- Indenizações e RestituiçõesTrabalhistas R$ 20.000,00 (vinte mil reais)
08- SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
08.080- SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
08.080.1.0.15.122.1021.2077- MANUT. E ENC. C/AS ATIV. DA SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
3.3.90.30.00.00-0100000000 - Material de Consumo R$ 40.000,00 (quarenta mil reais)
08.080.1.0.15.122.1021.2169 - MAN C/AS ATIV TERMO COOP TÉCNICA-ESTÁGIO REMUNERADO-SOSU
3.3.90.36.00.00 – 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 6.000,00 (seis mil reais)
08.080.1.0.15.451.1022.1090- DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA
4.4.90.51.00.00 - 0124000000- Obras e Instalações R$ 32.736,42 (trinta e dois mil reais, setecentos e trinta e seis reais e quarenta e dois centavos)
08.080.1.0.15.451.1025.1096- CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PONTES URBANAS
4.4.90.51.00.00 - 0100000000- Obras e Instalações R$ 7.000,00 (sete mil reais)
4.4.90.51.00.00 - 0124000000- Obras e Instalações R$ 79.399,00 (setenta e nove mil e trezentos e noventa e nove reais)
4.4.90.51.00.00 - 0194000000- Obras e Instalações R$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais)
08.080.1.0.15.451.1025.1098- CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PONTES NA ZONA RURAL
4.4.90.51.00.00 - 0100000000- Obras e Instalações R$ 2.000,00 (dois mil reais)
4.4.90.51.00.00 - 0124000000- Obras e Instalações R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais)
4.4.90.51.00.00 - 0194000000- Obras e Instalações R$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais)
08.080.1.0.15.451.1025.1099- CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS
4.4.90.51.00.00 - 0124000000- Obras e Instalações R$ 10.000,00(dez mil reais)

08.080.1.0.15.452.1023.1094- AMPLIAÇAO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA
4.4.90.51.00.00 - 0117000000- Obras e Instalações R$ 78.000,00(setenta e oito mil reais)
08.080.1.0.15.452.1023.2080- MANUT. E ENCARGOS C/AS ATIVIDADES DA ILUMINAÇÃO PUBLICA
3.1.90.11.00.00 - 0117000000- Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil R$ 35.800,00 (trinta e cinco mil e oitocentos reais)
3.1.90.94.00.00 - 0117000000- Indenizações e RestituiçõesTrabalhistas R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)
3.1.91.13.00.00 - 0117000000- Obrigações Patronais - RPPS R$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais)
3.3.90.39.00.00 - 0117000000- Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 38.697,29 (trinta e oito mil, seiscentos e noventa e sete reais e vinte
e nove centavos)
08.080- COORDENADORIA EXECUTIVA DE TRÂNSITO
08.080.2.0.15.451.1025.1100- IMPLEMENTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO E EQUIPAMENTOS, INCLUSIVE TURISTICOS NA ZONA URBANA
4.4.90.51.00.00 - 0124000000- Obras e Instalações R$ 5.000,00(cinco mil reais)
08.080.2.0.15.451.1025.1101- IMPLEMENT. DE SINALIZAÇÃO E EQUIP., INCLUSIVE TURISTICOS NA ZONA RURAL
4.4.90.51.00.00 - 0124000000- Obras e Instalações R$ 5.000,00(cinco mil reais)
08.080.2.0.15.453.1025.2081- MANUT. E ENC. DAS ATIVIDADES DO SISTEMA MUNICIPAL DE TRANSITO
3.3.90.39.00.00 - 0100000000- Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 150.000,00(cento e cinquenta mil reais
08.080- SANEAMENTO BÁSICO MUNICIPAL
08.080.3.0.17.512.1026.1102- AMPLIAÇÃO E REFORMA DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
4.4.90.51.00.00 - 0100000000- Obras e Instalações R$ 3.000,00(três mil reais)
08.080.3.0.17.512.1026.1104- AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CANAIS DE DRENAGEM
4.4.90.51.00.00 - 0124000000- Obras e Instalações R$ 10.000,00(dez mil reais)
4.4.90.51.00.00 - 0194000000- Obras e Instalações R$ 19.000,00(dezenove mil reais)
4.4.90.51.00.00 - 0100000000- Obras e Instalações R$ 4.000,00(quatro mil reais)
4.4.90.51.00.00 - 012400000- Obras e Instalações R$ 5.000,00(cinco mil reais)
4.4.90.51.00.00 - 0194000000- Obras e Instalações R$ 19.000,00 (dezenove mil reais)
08.080.3.0.17.512.1026.1106- CONSTR, AMPL. E/OU REFOR. DE ESTAÇÃO DE ATAMEN. DE AGUA - ETA
4.4.90.51.00.00 - 0100000000- Obras e Instalações R$ 10.000,00(dez mil reais)
08.080.3.0.17.512.1026.2083- MANUT. E ENC. DAS ATIVIDADES DO SANEAMENTO BASICO MUNICIPAL
3.1.90.11.00.00 - 0100000000- Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil R$ 8.950,00(oito mil e novecentos e cinquenta reais)
3.1.90.13.00.00 - 0100000000- Obrigações Patronais - INSS R$ 20.000,00(vinte mil reais)
3.1.90.94.00.00 - 0100000000- Indenizações e RestituiçõesTrabalhistas R$ 5.000,00(cinco mil reais)
3.3.90.30.00.00 - 0100000000- Material de Consumo R$ 100.000,00(cem mil reais)
3.3.90.39.00.00 - 0100000000- Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)
11- SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
11.110- SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
11.110.1.0.20.122.1031.2089- MANUT. E ENC. COM AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA
3.3.90.30.00.00- 0100000000- Material de Consumo R$ 10.000,00(dez mil reais)
3.3.90.39.00.00- 0100000000-Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 17.000,00(dezessete mil reais)
4.4.90.52.00.00 - 0100000000- Equip.e Material Permanentes R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)
11.110.1.0.20.122.1031.2072- MANUT. C/ AS ATIV. TERM. COOP. TÉCNICA-ESTÁGIO REMUNERADO-AGRICULTURA
3.3.90.36.00.00- 0100000000 Outros S.Terc.-P.Física R$ 6.000,00(seis mil reais)
12- SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
12.120- SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
12.120.1.0.08.122.1034.2092- MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
3.3.90.14.00.00 - 0100000000- Diárias - Civil R$ 300,00(trezentos reais)
12.120.1.0.08.122.1034.2173- MAN C/AS ATIV TERMO COOP TÉCNICA-ESTÁGIO REMUNERADO-SMAS
3.3.90.36.00.00 - 0100000000- Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 2.500,00(dois mil e quinhentos reais)
12.120- FUNDO MUNCIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
12.120.2.0.08.244.1035.2105- MANUT. E ENC. C/ ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL
3.1.91.13.00.00 - 0100000000- Obrigações Patronais - RPPS R$ 589.821,03 (quinhentos e oitenta e nove mil, oitocentos e vinte e um reais
E três centavos)
12.120.2.0.08.244.1035.2109 - PISO BASICO FIXO/SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - PBF/PAIF
3.3.90.30.00.00 - 0129000000- Material de Consumo R$ 53.600,00 (cinquenta e três mil e seiscentos reais)
12.120.2.0.08.244.1035.2111- PISO FIXO DE MEDIA COMPLEXIDADE/SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL
3.3.90.30.00.00 - 0129000000- Material de Consumo R$ 5.000,00(cinco mil reais)
12.120.2.0.08.244.1035.2115- MANUT. E ENC. COM APOIO A ORG. GESTAO E A VIGILANCIA SOCIAL /IGD-SUAS
3.3.90.36.00.00 - 0129000000- Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 1.500,00(um mil e quinhentos reais)
12.120.2.0.08.244.1035.2142- PBV - SERV. DE CONV. E FORTALECIMENTO DE VINCULOS
3.3.90.30.00.00 - 0129000000- Material de Consumo R$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais)
12.120.2.0.08.244.1035.2180- MANUT. DO SERV DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA/ ESPECIAL/GESTÃO SUAS
3.3.90.30.00.00 - 0129000000- Material de Consumo R$ 20.400,00
vinte mil e quatrocentos reais)
12.120.2.0.08.244.1036.2119- MANUT. DO SERVICO DE APOIO A GESTAO DO BOLSA FAMILIA/IGD-M
3.3.90.30.00.00 - 0129000000- Material de Consumo R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)
3.3.90.39.00.00 - 0129000000- Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 2.000,00 (dois mil reais)
12.120.2.0.08.331.1035.2116- MANUT. DO PROG. DE PROMOCAO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO / ACESSUAS

3.3.90.30.00.00 - 0129000000- Material de Consumo R$ 17.463,58 (dezessete mil, quatrocentos e sessenta e três reais e cinquenta e oito centavos)
12.120- FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTOS SOCIAIS
12.120.8.0.08.244.1035.2123- MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTOS SOCIAIS - FUMIS
3.3.90.30.00.00 - 0100000000- Material de Consumo R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)
13- SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER
13.130- SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER
13.130.1.0.13.391.1038.1138- REQUALIFICAÇÃO DE ÁREAS URBANAS TOMBADAS
4.4.90.51.00.00 - 0100000000- Obras e Instalações R$ 2.000,00(dois mil reais)
13.130.1.0.27.122.1038.2130- MANUT. DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE LAZER
3.1.90.11.00.00 - 0100000000- Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil R$ 123.000,00(cento e vinte e três mil reais)
3.3.90.30.00.00 - 0100000000 - Material de Consumo R$ 1.500,00
(um mil e quinhentos reais)
16- SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
16.160- SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
16.160.1.0.04.122.1041.1169- RECADASTRAMENTO PREFIAL E TERRITORIAL
3.3.90.39.00.00 - 0100000000- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
17- SECRETARIA MUN. IND. COM. MEIO AMBIENTE E TURISMO
17.170- SECRETARIA MUN. IND. COM. MEIO AMBIENTE E TURISMO
17.170.1.0.04.122.1042.2185- MAN. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SICOMT
3.3.90.33.00.00 - 0100000000- PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO R$ 5.000,00 (cinco mil reais)
3.3.90.39.00.00 - 0100000000- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$ 18.000,00 (dezoito mil reais)
17.170.1.0.23.695.1029.1174- REALIZAÇÃO DO FESTIVAL INTERNACIONAL DE PESCA ESPORTIVA - FIP
3.3.90.32.00.00 - 0100000000- MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA R$ 90.000,00 (noventa mil reais)
3.3.90.39.00.00 - 0100000000- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$ 11.000,00 (onze mil reais)
17.170.1.0.23.695.1029.1175- REALIZAÇÃO DO CACERES FOLIA
3.3.90.30.00.00 - 0100000000- MATERIAL DE CONSUMO R$ 3.000,00 (três mil reais)
3.3.90.31.00.00 – 0100000000 – PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS R$ 3.000,00 (três mil reais)
3.3.90.39.00.00-0100000000- Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 3.000,00 (três mil reais)

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIAPL DE CÁCERES-MT, 25 de NOVEMBRO DE 2014

FRANCIS MARIS CRUZ
Prefeito de Cáceres

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº.00591/2014, DE 29/12/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACERES
MATO GROSSO

Página.: 1 de 1

DECRETO N°.00591/2014, de 29/12/2014.

Abre Crédito Suplementar e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acord o com a Lei N.° 02457/2014.

DECRETA

Art. 2° - O Crédito Suplementar Aberto pelo artigo anterior será coberto nos termos do item III, páragrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.° 4.320 de 17 de março de 1964, mediante anulação parci al e/ou total da (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamanetária(s)no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais)

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
05.050.1.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
05.050.1.0.04.123.1006.2021 - MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SEC. DE FINANÇAS
3.3.91.97.00.00 - 0100000000 - APORTE PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS R$ 15.000,00 (quinze mil reais)

Art. 3° - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1° inciso III da Lei Federal n° 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
05.050 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
05.050.1.0.04.123.1006.2021 - MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SEC. DE FINANÇAS
3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 15.000,00 (quinze mil reais)

Art. 4° - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIAPL DE CÁCERES-MT, 29 de dezembro de 2014.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal

www.duralexsistemas.com.br

OR

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 087 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GOVERNO,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 7123, de 25 de fevereiro de 2015,

R E S O L V E M:

Art. 1º Exonerar a pedido, o servidor **FABIO SALES DO COUTO SILVA,** do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, da Secretaria de Governo, Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir desta data.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 27 de fevereiro de 2015.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

DEISE FABIANA DIER PELISSARI CATANANTE

Secretária Municipal de Governo

Afixado em: 27.02.15

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 452/2014 – SA

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, WILSON MASSAHIRO KISHI, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o senhor **LUCAS EDUARDO FRANÇA DA ROCHA MEDRADO TAVARES**,brasileiro, solteiro, residente e domiciliado em Cáceres-MT, portador do RG nº 1309291-0 SSP/MT e CPF n.º 024.817.781-89, daqui por diante denominado Contratado, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, considerando o Inquérito Civil nº 063/2013(Registrado no SIMP sob o código nº 005283-012/2013) que tramita na 4ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Cáceres – MT, bem como a Ação Civil Pública sob Código 156195 que tramita na Terceira Vara Cível da Comarca de Cáceres – MT, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação de **LUCAS EDUARDO FRANÇA DA ROCHA MEDRADO TAVARES**, no cargo de Médico Clínico Geral, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais em caráter de excepcional interesse públicos, para exercer suas funções no Pronto Atendimento Médico - PAM, da Secretaria Municipal de Saúde.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **13 de outubro de 2014 e término em 12 de outubro de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$1.740,59 (hum mil, setecentos e quarenta reais e cinquenta e nove centavos) mensais, acrescido de verba indenizatória na forma da Lei Municipal nº 2324 de 30 de abril de 2012, alterada pela Lei nº 2356 de 21 de dezembro de 2012 e Decreto nº 343 de 05 de agosto de 2013.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da Dotação Orçamentária 3.1.90.04.04 - Contratação por Tempo Determinado e 3.1.90.94.00 - Verba Indenizatória - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 18 de dezembro de 2014.

_____

LUCAS EDUARDO FRANÇA DA ROCHA MEDRADO TAVARES

Contratada

_____

WILSON MASSAHIRO KISHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº001/2015 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 020/2015

A Secretária Municipal de Educação de Cáceres-MT, visando atender aos Princípios Constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Publicidade, e:

Considerando o que consta no processo nº 34182 de 10 de dezembro de 2014;

Considerando o Parecer Jurídico nº 02/2015;

Considerando as atribuições da Comissão Paritária, responsável pela condução do Processo Seletivo Simplificado, instituída pelo Decreto nº 537de 25 de novembro de 2014 nº 001/2015.

RESOLVE:

I –**CONVOCAR** os **Profissionais da Zona Urbana e Zona Rural** aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015 para comparecerem na Secretaria Municipal de Educação no dia **27/02/2015 (sexta-feira)**, a partir das 13h00 para compor o quadro de vagas apresentados por esta Secretaria, conforme Anexo I;

II – Para as vagas dispostas no Anexo III deste Edital, convocamos todos os candidatos classificados no Processo Seletivo nº 001/2015 tanto na zona rural quanto zona urbana,para que se manifestem quanto ao interesse e disponibilidade nas vagasapresentadas no referido anexo. A atribuição será realizada de acordo com a quantidade de vagas existentes e a ordem de classificação dos candidatos.

Cáceres-MT, 26 de fevereirode 2015.

Cristiane Aparecida da Silva Barbosa

Presidente da Comissão Paritária

Nelci Eliete Longhi

Secretária Municipal de Educação

Anexo I

CONVOCAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO/LOTAÇÃO

PROFISSIONAIS ZONA URBANA e ZONA RURAL

DATA: 27/02/2015 ÀS 13H00

ESCOLA MUNICIPAL VITÓRIA RÉGIA

Cargo: Professor Licenciado em Letras

Clas.	Insc.	Nome	Pontuação	Critério de Desempate	Situação
6	339	KLEYDER ISAURA PAINS DE OLIVEIRA SILVA	7,00		

ESCOLA MUNICIPAL JARDIM GUANABARA

Cargo: Assistente Administrativo 40 horas

Clas.	Insc.	Nome	Pontuação	Critério de Desempate	Situação
1	1454	POLIANI APARECIDA OTIL DA SILVA	5,92		

ESCOLA MUNICIPAL FAZENDO ARTE

Cargo: Auxiliar de Desenvolvimento Infantil 40 horas

Clas.	Insc.	Nome	Pontuação	Critério de Desempate	Situação
13	320	FABIANA MIRANDA PORTES	1,50		

Cargo: Professor Licenciado em Pedagogia

Clas.	Insc.	Nome	Pontuação	Critério de Desempate	Situação

11	894	SINEZIA APARECIDA TAVARES SILVA CRUZ	8,40		

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO IFANTIL

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais 40 horas

Clas.	Insc.	Nome	Pontuação	Critério de Desempate	Situação
2	745	MARA LEAL	5,00		

ESCOLA MUNICIPAL PEQUENO SÁBIO

Cargo: Auxiliar de Desenvolvimento Infantil 40 horas

Clas.	Insc.	Nome	Pontuação	Critério de Desempate	Situação
15	298	KASSIA HELLEN RODRIGUES DO NASCIMENTO	1,70		

ESCOLA MUNICIPAL VILA IRENE

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais 40 horas

Clas.	Insc.	Nome	Pontuação	Critério de Desempate	Situação
1	839	ROSELI MEDEIRA DA SILVA	5,25		

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO – ZONA URBANA

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais 40 horas

Clas.	Insc.	Nome	Pontuação	Critério de Desempate	Situação
3	1467	MARIA DALVA DE SOUZA LIMA	8,54		

Cargo: Auxiliar de Desenvolvimento Infantil 40 horas

Clas.	Insc.	Nome	Pontuação	Critério de Desempate	Situação
6	1142	MONICA MARIA DA SILVA	6,25		

NÚCLEO PAIOL

Cargo: Professor Licenciado em Ciências Físicas e Biológicas

Clas.	Insc.	Nome	Pontuação	Critério de Desempate	Situação
1	362	LIDIANA DOS SANTOS SILVA	6,17		

Anexo II

QUADRO DE VAGAS ZONA RURAL

NÚCLEO CLARINÓPOLIS (BARRANQUEIRA)

Cargo	Quantidade de Vaga(s)
Professor Licenciado em Pedagogia	01

NÚCLEO CLARINÓPOLIS (SOTECO)

Cargo	Quantidade de Vaga(s)
Guarda 40 horas	01

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

Cargo	Quantidade de Vaga(s)
Guarda 40 horas	01

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 069 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo Submetido ao Protocolo Geral sob nº 4072, de 03 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor **ALEXANDRE SILVA FAGUNDES** – Inspetor Tributário, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Fiscalização, da Secretaria de Fazenda, Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 03 de fevereiro de 2015.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 27 de fevereiro de 2015.

JUNIOR CEZAR DIAS TRINDADE

Secretário Municipal de Fazenda

Afixado em: 27.02.2015.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº 05/2015

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, Estado de Mato Grosso por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL torna pública a realização de licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO, do tipo *MENOR PREÇO GLOBAL* objetivando a **Contratação de empresa de Engenharia" visando à Obras Implantação conforme segue:**

Lote I – Execução de serviços referentes à Obra de Implantação que contemplam serviços de Drenagem, Hidráulica e Sanitária, Terraplanagem e Elétrica da Escola de Educação Infantil Profa. Emília Darci – Proinfância Tipo B, localizada na Rua J Bairro Residencial Aeroporto no Munícipio de Cáceres-MT. (Prazo de Execução 60 dias).

Lote II -

Execução de serviços referentes à Obra de Implantação que contemplam serviços de Drenagem, Hidráulica e Sanitária, Terraplanagem e Elétrica da Escola de educação Infantil Cavalhada II – Proinfância Tipo C, localizada na Rua dos Desenhistas, Bairro Cavalhada II, no Munícipio de Cáceres-MT. (Prazo de Execução 60 dias).

Despesas: Lote I - Recursos Próprios - R$ 68.168,48 (sessenta e oito mil cento e sessenta oito reais e quarenta e oito centavos).

Lote II - Recursos Próprios – R$ 86.655,31 (oitenta seis mil seiscentos cinquenta e cinco reais e trinta e um centavos).

Entrega/Execução: 60 (sessenta) dias

Vigência do Contrato: 60 (sessenta) dias

Realização: 20 de Março de 2015 às 09:30 horas, Horário de Cuiabá-MT

Observação: O Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Avenida Getúlio Vargas nº 1895 – C.O.C. – Vila Mariana, CEP: 78200-000 - Cáceres-MT, ou através do portal http://www.caceres.mt.gov.br/licitacao/.

Prefeitura de Cáceres, 03 de Março de 2015.

ALICE DE FATIMA GONZAGA ARAUJO

Presidente Permanente de Licitação

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 448/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **SANDRA MARIA DA SILVA,** brasileira, residente e domiciliada na Rua do Retiro, nº241, Bairro Vila Irene, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 867354 SSP/MS e CPF nº 568337251- 87, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, da senhora **SANDRA MARIA DA SILVA,** cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a que refere o Decreto nº 521, de 14 de novembro de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Vila Irene, (Em vaga livre), com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **04**

de novembro de 2014 e término em 19 de dezembro de 2014.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão/ Unidade	Funcional programática	Elem. despesa	Fonte de recurso
07.07. 020	12.361.1017. 2064	3.1.90. 04.00.00	(101) Manut. E Enc. c/ as Atividades da Educação Infantil

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 14 de novembro de 2014.

_____

SANDRA MARIA DA SILVA

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 094 DE 03 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 7189, de 25 de fevereiro de 2015,

R E S O L V E :

Art. 1º Nomear a senhora **LELIANE BARROS DA SILVA,** para exercer o cargo em Comissão de Coordenadora do Gabinete do Prefeito, Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 02 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de março de 2015.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 03.03.15

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 0435/2014 – SA

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, WILSON MASSAHIRO KISHI, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o senhor **IVANDO LUIZ ARAUJO JUNIOR**,brasileiro, residente na Avenida Padre Cassemiro, nº 1812, Centro, Município de Cáceres-MT, portador do RG nº 990878 SSP/MT e CPF nº 627.445.181-15, daqui por diante denominado Contratado, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, considerando o Inquérito Civil nº 063/2013(Registrado no SIMP sob o código nº 005283-012/2013) que tramita na 4ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Cáceres – MT, bem como a Ação Civil Pública sob Código 156195 que tramita na Terceira Vara Cível da Comarca de Cáceres – MT, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação de **IVANDO LUIZ ARAUJO JUNIOR**, no cargo de Médico Ortopedista, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções no Centro de Reabilitação Dom Aquino, da Secretaria Municipal de Saúde.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **01 de agosto de 2014 e término em 31 de julho de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.740,59 (hum mil, setecentos e quarenta reais e cinquenta e nove centavos) mensais, acrescido de R$ 5.610,00 (cinco mil, seiscentos e dez reais) de verba indenizatória.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
06.060.20	10.302.1011.2146	3.1.90.04.00.00	102-Manut.Enc.c/as Ativ. CER

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 30 de setembro de 2014.

_____

IVANDO LUIZ ARAUJO JUNIOR

Contratado

_____

WILSON MASSAHIRO KISHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 0433/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **FABIANE SANCHES OURIVES**,brasileira, residente e domiciliada na Rua C nº32 Qª 12, Bairro Vitoria Régia, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1422535-2 SSP/MT e CPF n.º 961021871-72, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, da senhora **FABIANE SANCHES OURIVES**, no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, a que refere o Decreto nº 432, de 26 de setembro de 2014, para exercer suas funções no Centro Municipal de Educação Infantil (em substituição a Rosivane Santana Faria Silva que está de licença médica), com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **15 de setembro de 2014 e término em 07 de novembro de 2014.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 761,51(setecentos e sessenta e um reais e cinquenta e um centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão/Unidade	Funcional programática	Elem. despesa	Fonte de recurso
07.0730	12.361.1017.2071	3.1.90.04.00.00	(118) Manut. E Enc. C/AS Atividades da Educação Infantil.

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 26 de setembro de 2014.

_____

FABIANE SANCHES OURIVES

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 0436/2014 – SA

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, WILSON MASSAHIRO KISHI, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o senhor **VICENTE PALMIRO DA SILVA E LIMA**,brasileiro, residente na Rua Costa Marques, nº 715, Centro, Município de Cáceres-MT, portador do RG nº 1302403-5 SSP/MT e CPF nº 000.492.991-82, daqui por diante denominado Contratado, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, considerando o Inquérito Civil nº 063/2013(Registrado no SIMP sob o código nº 005283-012/2013) que tramita na 4ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Cáceres – MT, bem como a Ação Civil Pública sob Código 156195 que tramita na Terceira Vara Cível da Comarca de Cáceres – MT, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação de **VICENTE PALMIRO DA SILVA E LIMA**, no cargo de Médico Ortopedista, com carga horária de trabalho de 20 (vinte) horas semanais em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções no Centro de Reabilitação Dom Aquino, da Secretaria Municipal de Saúde.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **01 de agosto de 2014 e término em 31 de julho de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.740,59 (hum mil, setecentos e quarenta reais e cinquenta e nove centavos) mensais, acrescido de R$ 5.610,00 (cinco mil, seiscentos e dez reais) de verba indenizatória.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
06.060.20	10.302.1011.2146	3.1.90.04.00.00	102-Manut.Enc.c/as Ativ. CER

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 30 de setembro de 2014.

_____

VICENTE PALMIRO DA SILVA E LIMA

Contratado

_____

WILSON MASSAHIRO KISHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº. 089 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta nos Processos submetidos ao Protocolo Geral sob nº 5843, de 13 de fevereiro de 2015, e 6963, de 24 de fevereiro de 2015,

R E S O L V E M:

Art. 1º Nomear, a partir de 02 de março de 2015, em consonância com o regime jurídico vinculado ao Estatuto do Servidor Público Municipal – Lei Complementar nº. 25 de 27.11.97 e ao Regime de Seguridade Social do Município através do PREVI-CÁCERES – Lei Complementar nº. 62 de 12 de dezembro de 2005, a senhora **LUCIENE GERALDA DE ANDRADE SOUSA**, aprovada no Concurso Público de Provas e Títulos, homologado pelo Decreto nº. 276, de 06 de julho de 2012, para exercer as funções de Técnica em Enfermagem, 40 horas, na Secretaria Municipal de Saúde, Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 27 de fevereiro de 2015.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

WILSON MASSAHIRO KISHI

Secretário Municipal de Saúde

Afixado em: 27.02.15.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 0437/2014 – SA

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, WILSON MASSAHIRO KISHI, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e a senhora **DEBORA FERREIRA DA SILVA**,brasileira, residente na Rua Costa Marques, nº 470, Centro, Município de Cáceres-MT, portador do RG nº 20.070.702-4 SESP/RJ e CPF nº 095.437.177-10, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, considerando o Inquérito Civil nº 063/2013(Registrado no SIMP sob o código nº 005283-012/2013) que tramita na 4ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Cáceres – MT, bem como a Ação Civil Pública sob Código 156195 que tramita na Terceira Vara Cível da Comarca de Cáceres – MT, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação de **DEBORA FERREIRA DA SILVA**, no cargo de Fonoaudióloga, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções no Centro de Reabilitação Dom Aquino, da Secretaria Municipal de Saúde.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **01 de agosto de 2014 e término em 31 de julho de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 3.481.18 (três mil, quatrocentos e oitenta e um reais e dezoito centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
06.060.20	10.302.1011.2146	3.1.90.04.00.00	102-Manut.Enc.c/as Ativ. CER

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 30 de setembro de 2014.

_____

DEBORA FERREIRA DA SILVA

Contratada

_____

WILSON MASSAHIRO KISHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO RESULTADO TOMADA DE PREÇO Nº 01/2015

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, Estado de Mato Grosso por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL torna pública a realização de licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO, do tipo *MENOR PREÇO GLOBAL* objetivando a contratação de uma empresa visando à **Contratação de empresa de Engenharia para Construção de Unidade Básica de Saúde da Família no Bairro Jardim Padre Paulo, com área total de 330,51 m2, a ser realizada no Bairro Jardim Padre Paulo, na zona urbana do Município de Cáceres-MT.**

Despesas: Recursos Portaria nº 1.189/Ministério da Saúde – R$ 314. 099,24 + Recursos Próprios – R$ 281.053,23 (Contrapartida).

Resultado:

A Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 6º, inciso XVI da Lei nº 8.666/93, declara a empresa GECON GESTÃO EM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, VENCEDORA do certame com o valor de R$ 556.044,94 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quarenta e quatro reais e noventa e quatro centavos). Abre-se, então, prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recursos.

Prefeitura de Cáceres, 04 de Março de 2015.

ALICE DE FATIMA GONZAGA ARAUJO

Presidente Permanente de Licitação

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº. 091 DE 02 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 7188 de 25 de fevereiro de 2015,

R E S O L V E:

Art. 1º Retificar o Decreto nº 076 de 13 de fevereiro de 2015, que instituiu a Câmara Técnica para a elaboração do Código Ambiental do Município de Cáceres, **onde se lê**: **Antonio Carlos de Jesus de Souza e Solange de Sá Leite, leia-se**: **Antonio Carlos de Jesus Mendes e Maria Solange Sá Leite.**

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de março de 2015.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em 02.03.2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 0438/2014 – SA

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, WILSON MASSAHIRO KISHI, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e a senhora **PATRICIA CRISTINE DA SILVA SOUZA**,brasileira, residente na Rua Costa Marques, nº 470, Centro, Município de Cáceres-MT, portador do RG nº 20.070.702-4 SESP/RJ e CPF nº 095.437.177-10, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, considerando o Inquérito Civil nº 063/2013(Registrado no SIMP sob o código nº 005283-012/2013) que tramita na 4ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Cáceres – MT, bem como a Ação Civil Pública sob Código 156195 que

tramita na Terceira Vara Cível da Comarca de Cáceres – MT, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação de **PATRICIA CRISTINE DA SILVA SOUZA**, no cargo de Fonoaudióloga, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções no Centro de Reabilitação Dom Aquino, da Secretaria Municipal de Saúde.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **01 de agosto de 2014 e término em 31 de julho de 2015.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 3.481.18 (três mil, quatrocentos e oitenta e um reais e dezoito centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
06.060.20	10.302.1011.2146	3.1.90.04.00.00	102-Manut.Enc.c/as Ativ. CER

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 30 de setembro de 2014.

_____

PATRICIA CRISTINE DA SILVA SOUZA

Contratada

_____

WILSON MASSAHIRO KISHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 068 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo Submetido ao Protocolo Geral sob nº 4072, de 03 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

Art.1º Revogar a Portaria nº 376 de 20 de outubro de 2011, que designou o servidor **MARCOS VINICIUS CORREA DA COSTA** – Fiscal de Tributos, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Fiscalização, da Secretaria de Fazenda, Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 03 de fevereiro de 2015.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 27 de fevereiro de 2015.

JUNIOR CEZAR DIAS TRINDADE

Secretário Municipal de Fazenda

Afixado em: 27.02.2015.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 439/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **IANETE MENEZES RODRIGUES,** brasileira, residente e domiciliada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, s/nº, Bairro Jardim Primavera, Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 1051656-5 SEJUSP/MT e CPF nº 902.089.351-34, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, da senhora *IANETE MENEZES RODRIGUES,* cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a que refere o Decreto nº 432, de 26 de setembro de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Garcês, (Em substituição ao servidor Weliton Aparecido de Morais, que encontra-se de afastamento sem ônus), com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **22**

de setembro de 2014 e término em 21 de setembro de 2015.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão/Unidade	Funcional programática	Elem. despesa	Fonte de recurso
07.07.020	12.361.1017.2064	3.1.90.04.00.00	(101) Manut. E Enc. c/ as Atividades da Educação Infantil

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 26 de setembro de 2014.

_____

IANETE MENEZES RODRIGUES

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 063 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 2838, de 26 de janeiro de 2015,

RESOLVE:

Art.1º Determinar o encaminhamento do processo acima mencionado e documentos que o instruem, à Comissão Permanente de Sindicância Administrativa Disciplinar, a fim de apurar os fatos narrados.

Art.2º A Comissão deverá iniciar seus trabalhos imediatamente, a partir da publicação da presente Portaria e concluí-los no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º Caso o prazo citado seja insuficiente, a Comissão deverá comunicar por escrito ao Secretário Municipal solicitante, que autorizará mediante despacho, a prorrogação para mais 30 (trinta) dias, a contar do vencimento.

§ 2º A prorrogação será efetivada por meio de Portaria específica.

Art.3º Antes de dar início aos trabalhos, a Comissão deve consultar a PGM para orientação quanto ao procedimento legal a ser adotado.

Art.4º

Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 24 de fevereiro de 2015.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 24.02.2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº. 092 DE 02 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO os itens 9.4 e 9.5 do Edital nº 001/2012 do Concurso Público Municipal da Secretaria de Saúde;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 6966, de 24 de fevereiro de 2015,

R E S O L V E M:

Art. 1º Declarar **desistentes e eliminados** da 20ª chamada do Concurso Público de Provas e Títulos da Secretaria Municipal de Saúde, homologado pelo Decreto nº 276, de 06 de julho de 2012.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM – 40 HORAS

Classificação	Nome
68º	Marildo Antonio de Araujo
69º	Hellem Vargas da Silva

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de março de 2015.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

WILSON MASSAHIRO KISHI

Secretário Municipal de Saúde

Afixado em: 02.03.15.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 440/2014 – SA

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, NELCI ELIETE LONGHI, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e a senhora **LEIDIRENE DA SILVA GONÇALVES DE JESUS,** brasileira, residente e domiciliada na Avenida Silvestre Carlos, s/nº, Distrito de Vila Aparecida, localizado no Município de Cáceres-MT, portadora do RG nº 2429105-6 SSP/MT e CPF n.º 048.953.731-69, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, da senhora *LEIDIRENE DA SILVA GONÇALVES DE JESUS,* no cargo de Assistente Administrativo, a que refere o Decreto nº 432, de 26 de setembro de 2014, para exercer suas funções na Escola Municipal Buriti (em substituição a Solange Aparecida da Costa Borges que está de licença maternidade), com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **23**

de setembro de 2014 e término em 06 de março de 2015.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 761,51 (setecentos e sessenta e um reais e cinquenta e um centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único. O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª A Secretaria Municipal de Educação fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo cumprimento do objeto constante na cláusula 1ª, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão/Unidade	Funcional programática	Elem. despesa	Fonte de recurso
07.07.020	12.361.1017.2061	3.1.90.04.00.00	(101) Manut. E Enc. C/as Atividades do Ensino Fundamental

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 26 de setembro de 2014.

_____

LEIDIRENE DA SILVA GONÇALVES DE JESUS

Contratada

_____

NELCI ELIETE LONGHI

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº.535/2014, DE 25/11/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACERES
MATO GROSSO

01/02

Pag. 01/02

DECRETO Nº.535/2014, de 25/11/2014.

Abre Crédito Suplementar e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 02398/2013.

DECRETA

Art. 2º - O Crédito Suplementar Aberto pelo artigo anterior será coberto nos termos do item III, páragrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, mediante anulação
parcial e/ou total da (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária(s)no valor de R$ 679.006,00 (seiscentos e set enta e nove mil e seis reais).

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
06.060.1.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
06.060.1.0.10.122.1009.2024 - MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SEC. DE SAÚDE
3.3.90.30.00.00 – 0102000000 - Material de Consumo R$ 136.000,00 (cento e trinta e seis mil reais)
3.3.90.39.00.00 – 0102000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais)
06.060.2.0 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.060.2.0.10.301.1010.2028 - MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE
3.3.90.39.00.00 – 0102000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais)
06.060.2.0.10.302.1011.2040 - MANUT. E ENC. C/ AS ATIV. DO CENTRO REFERENCIAL DE SAÚDE - POSTÃO
3.3.90.39.00.00 - 0102000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais)
3.3.90.39.00.00 - 0114000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais)
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.070.3.0 - FUNDEB
07.070.3.0.12.361.1017.2068 - MANUT E ENC C/AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL (60%)
3.1.90.04.00.00 - 0118000000 - Contratação por Tempo Determina R$ 7.122,00 (sete mil e cento e vinte e dois reais)
3.1.91.13.00.00 - 0118000000 - Obrigações Patronais - RPPS R$ 85.626,00 (oitenta e cinco mil e seiscentos e vinte e seis reais)
07.070.3.0.12.361.1017.2070 - MANUT E ENC C/AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL (40%)
3.1.90.04.00.00 - 0118000000 - Contratação por Tempo Determin R$ 64.258,00 (sessenta e quatro mil e duzentos e cinquenta e oito reais).
3.1.90.94.00.00 - 0118000000- Indenizações e RestituiçõesTrabalhistas R$ 800,00(oitocentos reais)
07.070.3.0.12.365.1017.2071- MANUT E ENC. C/AS ATIVIDADES DA EDUCACAO INFANTIL (40%)
3.1.90.11.00.00 – 0118000000 - Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil R$ 24.000,00(vinte e quatro mil reais)
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
08.080.1.0- SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
08.080.1.0.15.451.1022.2078 - MANUT, ENC. E MELHORAMENTO DE VIAS E INFRA-ESTRUTURA URBANA
3.3.90.30.00.00 – 0100000000 - Material de Consumo R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
08.080.1.0.15.452.1023.2080 - MANUT. E ENCARGOS C/AS ATIVIDADES DA ILUMINAÇÃO PUBLICA
3.3.90.30.00.00 - 0117000000- Material de Consumo R$ 9.950,00 (nove mil e novecentos e cinquenta reais)
11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
11.110.1.0- SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
11.110.1.0.20.122.1031.2089 - MANUT. E ENC. COM AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA
3.3.90.30.00.00 - 0100000000- Material de Consumo R$ 15.850,00 (quinze mil e oitocentos e cinquenta reais)
17 - SECRETARIA MUN. IND. COM. MEIO AMBIENTE E TURISMO
17.170.1.0- SECRETARIA MUN. IND. COM. MEIO AMBIENTE E TURISMO
17.170.1.0.04.122.1042.2185 - MAN. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SICOMT
3.3.90.39.00.00 - 0100000000- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Art. 3º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
06.060 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.060.2.0.10.302.1011.2146 – MAN. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DO CENTRO DE REAB. TIPO II
3.3.90.39.00.00 – 0114000000 – Outros S. Terc. – P. Jurídica R$ 162.000,00 (cento e sessenta e dois mil reais)
06.060.2.0.10.302.1011.2178 – ATENÇÃO À SAÚDE P/ PROC EM ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE-MAC-HOSP E AMBULATORIAL
3.3.90.36.00.00 - 0114000000- Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais)
06.060.2.0.10.303.1013.2055 - MANUT. E ENC. C/ FARMACIA POPULAR
3.3.90.30.00.00 - 0114000000- Material de Consumo R$ 59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais)
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.070 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.070.1.0.12.122.1016.2058 - MANUT. E ENC C/AS ATIVIDADES DA SME
3.1.90.11.00.00 - 0101000000- Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil R$ 17.626,00 (dezessete mil e seiscentos e vinte e seis reais)
3.1.90.94.00.00 - 0101000000- Indenizações e RestituiçõesTrabalhistas R$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais)
07.070 - COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.070.2.0.12.361.1017.2061 - MANUT. E ENC C/AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.1.90.04.00.00 - 0101000000- Contratação por Tempo Determin R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais)
3.1.90.11.00.00 - 0101000000- Venc.e Vantagens Fixas-P.Civil R$ 40.000,00 (quarenta mil reais)
3.1.90.94.00.00 – 0101000000 - Indenizações e RestituiçõesTrabalhistas R$ 21.180,00 (vinte e um mil e cento e oitenta reais)
07.070.2.0.12.361.1018.2072 - MANUT. E ENC. C/AS ATIV. DO TRANSPORTE ESCOLAR-ENS FUNDAMENTAL
3.1.90.04.00.00 - 0122000000- CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO R$ 18.200,00 (dezoito mil e duzentos reais)
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
08.080 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
08.080.1.0.15.451.1022.2078 - MANUT, ENC. E MELHORAMENTO DE VIAS E INFRAESTRUTURA URBANA.
3.3.90.39.00.00 - 0100000000- Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
08.080.1.0.15.452.1023.2080 - MANUT. E ENCARGOS C/AS ATIVIDADES DA ILUMINAÇÃO PUBLICA
3.3.90.39.00.00 - 0117000000- Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 9.950,00 (nove mil e novecentos e cinquenta reais)
11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
11.110 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
11.110.1.0.20.122.1031.2089 - MANUT. E ENC. COM AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.
3.1.91.13.00.00 - 0100000000- Obrigações Patronais - RPPS R$ 2.000,00 (dois mil reais)
3.3.90.36.00.00 - 0100000000- Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais)
11.110.1.0.20.606.1032.1122- REFORMA E/OU AMPL. DOS CENTROS DE APOIO AO PRODUTOR RURAL
3.3.90.39.00.00 - 0100000000- Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 2.000,00 -(dois mil reais)
11.110.1.0.20.606.1032.1123 - CONTRIB. AO SINDICATO RURAL - PARTICIPAÇÃO NA REALIZ. DA EXPOAGRO DE CÁCERES
3.3.50.41.00.00 - 0100000000- Contribuições R$ 5.000,00 - CONTRIBUIÇÃO AO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS
11.110.1.0.20.606.1032.1124 - CONTRIBUIÇÃO AO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS
3.3.50.41.00.00 - 0100000000- Contribuições R$ 5.000,00 (cinco mil reais)
11.110.1.0.20.606.1033.1125- APOIO E PROMOÇÃO AGROINDSTRIAS NAS COMUNIDADES RURAIS
3.3.50.41.00.00 - 0100000000- Material de Consumo R$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais)
17 - SECRETARIA MUN. IND. COM. MEIO AMBIENTE E TURISMO.
17.170 - SECRETARIA MUN. IND. COM. MEIO AMBIENTE E TURISMO.
17.170.1.0.04.122.1042.2185 - MAN. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SICOMT
3.1.90.94.00.00 - 0100000000- INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS R$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIAPL DE CÁCERES-MT, 25 de novembro de 2014.

FRANCIS MARIS CRUZ
Prefeito de Cáceres

www.duralexsistemas.com.br OR

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO AO TERMO DE ADESÃO Nº 01/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT-

TERMO DE ADESÃO Nº 01 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 71/2014 PROVENIENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO.

A Prefeitura de Cáceres, através da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, comunica a Adesão a Ata de Registro de Preço Nº71/2014, oriunda do Pregão Presencial Nº 76/2014.

Interessada: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbano.

Objeto: Registro de Preço para eventual aquisição de prestação de serviços de confecção e implantação de placas de sinalização viária e serviços mecânicos de pinturas e demarcação de faixas no município de Cáceres-MT.

Contratada: CONTÍNUA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO LTDA

Valor total de R$ 900.000,00 (novecentos mil reais).

Local e data: Prefeitura de Cáceres-MT, 03 de Março de 2015.

Walter de Andrade Zacarkim

Secretario Municipal de Obras e Serviços Urbano

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
LEI Nº. 2.463 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015 - CRIAÇÃO DO CALÇADÃO TREZE DE JUNHO

Dispõe sobre a criação de calçadão na rua 13 de Junho, bem como extensão da Praça Barão do Rio Branco na rua Comandante Balduíno, visando à proteção do conjunto patrimonial tombado e desenvolvimento comercial de natureza ambulante.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo Artigo 74 inciso IV da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei**:**

Artigo 1º Fica estabelecida a criação do calçadão denominado **"CALÇADÃO NOTURNO 13 DE JUNHO"**, conforme memorial descritivo (Anexo I), compreendido entre os espaços do canteiro da Rua 13 de Junho e lateral da Praça Barão do Rio Branco e da Rua Coronel Faria e Rua Comandante Balduíno.

Artigo 2º Fica estabelecida a criação da extensão da Praça Barão do Rio Branco, no espaço compreendido entre a Rua 13 de Junho e a Rua João Pessoa, visando à proteção do Conjunto Patrimonial Tombado, em especial o "Marco do Jauru".

Parágrafo único. A limitação da extensão da Praça Barão do Rio Branco será em 6,80 (seis metros e oitenta centímetros) do alinhamento do Calçadão 13 de Junho e 6,80 (seis metros e oitenta centímetros) do alinhamento inicial da Rua João Pessoa.

Artigo 3º

O Calçadão Noturno 13 de Junho será destinado às atividades comerciais de caráter ambulante.

Parágrafo único. As atividades comerciais de caráter ambulantes a serem desenvolvidas no Calçadão Noturno 13 de Junho, terão início às 18h e serão regulamentadas por ato próprio.

Artigo 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, e revoga as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres – MT, em 02 de Fevereiro de 2015.

FRANCIS MARIS CRUZ

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº. 093 DE 03 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 2288, de 21 de janeiro de 2015,

RESOLVE:

Art.1º Nomear os senhores abaixo relacionados para comporem a Junta Administrativa de Recurso de Infração – **JARI**, Órgão Colegiado responsável pelo julgamento dos recursos interpostos contra as penalidades aplicadas pela Coordenadoria Municipal (Executiva) de Trânsito, no período de **21.02.2015 à 21.02.2017**.

Representantes do Executivo Municipal

Presidente: Abílio Maldonado Quina

Suplente: Luiz Marcio Pereira de Souza

Representantes da Coordenadoria Executiva de Trânsito

Titular: Alexandre Silva Fagundes

Suplente: Lelis Vanini

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores no Transporte Rodoviário de Cáceres e Região

Titular: Noel Pinto de Oliveira

Suplente: Daniel Ruas Ferreira

Secretária da JARI

Sirlei Lourenceto Silva

Art. 2º

Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de março de 2015.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal De Cáceres

Afixado em: 03.03.15

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 005/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2015

Validade: 12 (doze) meses.

Pelo presente instrumento, O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.648.540/0001-74, com sede administrativa na Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, n.º 2341, Bairro Jardim Eldorado, na cidade de DIAMANTINO-MT, através do Prefeito Municipal, Juviano Lincoln, brasileiro, divorciado, portador da Carteira de Identidade n.º. 378.465 SSP/MT e do CPF n.º. 304.779. 991-15, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 004/2015**, bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **ENZO CAMINHÕES LTDA,** inscrito no CNPJ sob nº 09.137. 236/0001-49, com endereço na Rodovia BR 163, nº 13245, Núcleo Colonial, Dourados - MT, neste ato representada pelo Sr. Carlos Eduardo Nunes

de Mamã, brasileiro, casado, gerente comercial, portador da Cédula de Identidade RG nº 912.305 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 861.343.611-00, quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da **Lei n° 8.666/93** de 21/06/93 e suas alterações,

Lei 10.520

de 17 de julho de 2002, Decreto N° 3.931 de 19 de setembro de 2001 e Decreto 7892 de 23 de Janeiro de 2013 que regulamenta o SPR e Decreto Municipal nº 018/2012 e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Licitação tem por objeto: Registro de preço para futura e eventual aQUISIÇÃO DE VEICULOS TIPO CAMINHÃO 0 KM, ANO/MODELO MINIMO DE 2014/2015, TRAÇÃO 6X4, DIESEL, EQUIPADO COM CAÇAMBA BASCULANTE 12 M³, PARA ATENDer AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO - MT, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I do edital. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

VALORES REGISTRADOS

LOTE 01 – CAMINHÃO CAÇAMBA

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
02	DESCRIÇÃO DETALHADA: Caminhão zero quilômetro, ano/modelo mínimo de 2014/2015, tração 6x4, diesel, potencia mínima de 285 cv, PBTC mínima de 45.000 kg, carga útil de 15.000 kg, 06 cilindros, transmissão sendo 09 marchas sincronizadas a frente e 01 a ré, suspensão dianteira feixe de molas semi-elípticas com amortecedores telescópicos de dupla ação e barra estabilizadora, suspensão traseira tipo boogie com molas semi-elípticas invertidas, rodas de aço 7,50x20, pneus 1000x20, tanque de combustível 210 litros, tanque de arla 32 de 25 litros, freios a ar comprimido de dois circuitos, ar condicionado, assento do motorista e passageiros com cintos de segurança de três pontos, direção hidráulica, encosto do banco do meio rebatível, espelhos retrovisores em ambos os lados do veiculo, tomada elétrica de 12 volts, portas objetos no painel e nas portas, regulagem da coluna de direção, cabine avançada confeccionada totalmente em aço, pega mão nas portas dianteiras, tacógrafo e todos os equipamentos exigidos pelo CONTRAN. Caçamba basculante confeccionada totalmente em aço com capacidade de 12 m³.	MERCEDES BENZ/ ATRON 2729 K 6X4	UNID	03	R$ 325. 000,00	R$ 975. 000,00
TOTAL:						R$ 975. 000,00

Valor total da proposta: R$ 975.000,00 (novecentos e setenta e cinco mil reias).

Parágrafo Único – Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS ADESÕES.

A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, não excedendo, na sua totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitação no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

Os preços registrados, a especificações dos produtos/equipamentos, os quantitativos, marcas e empresas fornecedoras encontram-se elencados no Quadro Comparativo de Preços, em ordem de classificação no processo licitatório de Pregão Presencial nº. 004/2015 - SRP.

CLÁUSULA QUINTA - Do(s) LOCAL (Is) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

Os produtos/equipamentos deverão ser entregues exclusivamente no município de Diamantino ou conforme determinado pela ordem de fornecimento dos produtos/equipamentos.

Parágrafo Primeiro - Os produtos/equipamentos contratados deverão ser entregues na sede do Município, nos dias e horários estipulados na Ordem de Fornecimento/empenho.

Parágrafo Segundo - O prazo de entrega será de 30 (Trinta) dias, contados a partir da expedição da Ordem de Fornecimento/empenho expedida pelo Setor de Compras do Almoxarifado da Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA — DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento e seus Anexos, e na legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro - As contratações dos produtos/equipamentos registradas neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Execução Orçamentária, com Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras, contendo o nº. da ATA, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

Parágrafo Segundo - A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolvê-la ao Setor de Compras no prazo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

Parágrafo Terceiro - Se fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar a Nota de Empenho, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

Parágrafo Quarto - Os produtos/equipamentos deverão respeitar padrões de qualidade mediante devolução por parte de quem receber e conferir.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Setor de Compras, de acordo com o especificado no Edital e no Anexo I-A, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obriga a atender prontamente bem como dar ciência ao Setor de Compras, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a entrega dos produtos/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos/equipamentos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento das entregas dos produtos/equipamentos a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte os produtos/equipamentos devolvida pela mesma, no prazo de 10 dias, caso constatadas divergências nas especificações.

XII - emitir relatório mensal dos produtos/equipamentos realizados e entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos e produtos/equipamentos.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I.Todo e qualquer dano que causar ao Órgão ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo Setor de Compras;

II.Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III.Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Prefeitura Municipal de Diamantino por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas pela mesma ao Órgão/Entidade, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

Parágrafo Primeiro - a CONTRATADA autoriza a Prefeitura Municipal de Diamantino, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

Parágrafo Segundo – a ausência ou omissão da fiscalização do Setor de Compras não eximirá CONTRATADA das responsabilidades previstas nesta ATA.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Prefeitura Municipal de Diamantino obriga-se a:

I.Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos/equipamentos.

II.Permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III.Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade e encontrada no fornecimento dos produtos/equipamentos;

IV.Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

Parágrafo único: caberá ao Setor de Compras promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados do mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA — DO PAGAMENTO.

A Prefeitura Municipal de Diamantino efetuará o pagamento à CONTRATADA, através de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA preferencialmente em, até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota Fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante de que o produtos/equipamentos foi entregue a contento.

Parágrafo Primeiro — Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

Parágrafo Segundo — Para cada Nota de Empenho, a Contratada deverá emitir nota fiscal/fatura distinta.

Parágrafo Terceiro — Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta 'ON-LINE" da situação do Fornecedor junto ao INSS e FGTS, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa.

Parágrafo Quarto — Constatada a situação de irregularidade, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo Setor de Compras, sendo lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Quinto — Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações nem implicará aceitação definitiva do produto.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

Os preços registrados manter-se-ão inalteradas pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

Parágrafo primeiro — Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquela vigente no mercado à época do registro.

Parágrafo Segundo — Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Setor de Compras, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo Único.

Parágrafo Terceiro – Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Setor de Compras convocará as demais empresas com preços registrados para o ITEM, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

Parágrafo Quarto — Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Setor de Compras desta Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A presente Ata de Registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa à rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas;

Parágrafo Primeiro — Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado, por correspondência, com aviso de recebimento, o qual será juntado ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo Segundo — No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

Parágrafo Terceiro — A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Diamantino, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

Parágrafo Quarto — Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas aos produtos/equipamentos a serem adquiridos.

Parágrafo Quinto — Caso o SETOR DE COMPRAS não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I.Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II.As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos produtos/equipamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES.

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II)Multa

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública por período não superior a 2 (dois) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

Parágrafo primeiro - A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura Municipal de Diamantino.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA sujeitar-se á multa moratória simples, de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o total do fornecimento não executado, por dia corrido de atraso, até o 20° (vigésimo) dia, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos/equipamentos.

Parágrafo Terceiro - No caso de atraso na entrega dos produtos/equipamentos por mais de 10 (dez) dias poderá a Prefeitura Municipal de Diamantino, a partir do 5º (quinto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Quarto - 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

Parágrafo Quinto - A multa será descontada do valor da garantia contratual, da fatura, cobrada diretamente CONTRATADA ou ainda judicialmente.

Parágrafo Sexto - A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a)Se a CONTRATADA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses Fatos resultem prejuízos à Prefeitura Municipal de Diamantino;

b)Se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva por prática de Fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou deixar de cumprir suas obrigações Fiscais ou para fiscais;

c)Se a CONTRATADA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

Parágrafo Sétimo - As sanções previstas nos incisos I, III e IV, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

Parágrafo Oitavo - A falta dos produtos/equipamentos ou outro adjetivo não poderá ser alegada como motivo de força maior e no eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ILÍCITOS PENAIS.

As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

As despesas decorrentes deste PREGÃO PRESENCIAL Correrão à dotação específica constante na Lei Orçamentária do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I.Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo, aditivo presente ata de Registro de Preços.

II.Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 004/2015 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo.

III.É vedado caucionar ou utilizar a ATA decorrente do presente registro para qualquer operação Financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Diamantino.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO.

As partes contratantes elegem o foro de Diamantino - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam apresente ATA em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Diamantino - MT, 05 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE DIAMANTINO JUVIANO LINCOLN PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	ENZO CAMINHÕES LTDA SR. CARLOS EDUARDO NUNES DE MAMÃ CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ROSELAINE EUMA DA SILVA ALMEIDA RG: 22584323 SSP/MT CPF: 039.315.391.64	LAURO JOSNEY CORREA RG: 1099500-5 SJ/MT CPF: 693.215.071-91

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 004/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015

Validade: 12 (doze) meses.

Pelo presente instrumento, O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.648.540/0001-74, com sede administrativa na Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, n.º 2341, Bairro Jardim Eldorado, na cidade de DIAMANTINO-MT, através do Prefeito Municipal, Juviano Lincoln, brasileiro, divorciado, portador da Carteira de Identidade n.º. 378.465 SSP/MT e do CPF n.º. 304.779. 991-15, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 002/2015**, bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **SUPERMERCADO TEODORO LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº 07.854.126/0001-72, com endereço na Rua Cedro Rosa, s/nº, Bairro Novo Diamantino em Diamantino – MT, neste ato representada por seu sócio proprietário Sr. Valdemir Teodoro da Silva, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.036.309-2 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 602.489.989-00, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da

Lei n° 8.666/93

de 21/06/93 e suas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto N° 3.931 de 19 de setembro de 2001 e Decreto 7892 de 23 de Janeiro de 2013 que regulamenta o SPR e Decreto Municipal nº 018/2012 e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Licitação tem por objeto: Registro de preço para futura e eventual aQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A MERENDA ESCOLAR, PARA ATENDER AS ESCOLAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO - MT, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I do edital. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

VALORES REGISTRADOS

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Abacate	IN NATURA	Kg	2000	R$ 5,10	R$ 10.200,00
02	Abacaxi Pérola	IN NATURA	Kg	6.000	R$ 4,86	R$ 29.160,00
03	Abóbora Cabotiã	IN NATURA	Kg	3.000	R$ 1,80	R$ 5.400,00
04	Abóbora moranga	IN NATURA	Kg	1.900	R$ 1,82	R$ 3.458,00
05	Abobrinha verde	IN NATURA	Kg	3.000	R$ 2,83	R$ 8.490,00
06	Acelga	IN NATURA	Kg	900	R$ 8,99	R$ 8.091,00
07	Achocolatado em pó (Pct 400g)	MUKY	Pct	7.000	R$ 4,36	R$ 30.520,00
08	Açúcar cristal (Pct 02 kg)	DOCE DIA	Pct	10.000	R$ 3,07	R$ 30.700,00
09	Alface crespa (Pct 60g)	IN NATURA	Pct	6.000	R$ 2,53	R$ 15.180,00
10	Alho graúdo	IN NATURA	Kg	900	R$ 11,57	R$ 10.413,00
11	Amido de milho (Pct 500g)	MAIZENA	Pct	400	R$ 6,07	R$ 2.428,00
12	Arroz tipo 01, longo, fino (Pct 05 kg)	AMELIA	Pct	15.000	R$ 8,84	R$ 132.600,00
13	Aveia em flocos (Pct 200g)	YOKI	Pct	2.000	R$ 3,95	R$ 7.900,00
14	Banana da terra	IN NATURA	Kg	2.000	R$ 4,45	R$ 8.900,00
15	Banana maçã	IN NATURA	Kg	2000	R$ 4,51	R$ 9.020,00
16	Banana nanica	IN NATURA	Kg	10.000	R$ 2,48	R$ 24.800,00
17	Batata Doce	IN NATURA	Kg	2.000	R$ 1,99	R$ 3.980,00
18	Batata inglesa	IN NATURA	Kg	3.000	R$ 5,08	R$ 15.240,00
19	Berinjela	IN NATURA	Kg	2.000	R$ 2,97	R$ 5.940,00
20	Beterraba	IN NATURA	Kg	4.000	R$ 2,66	R$ 10.640,00
21	Bolacha água e sal (Pct c/ 400g)	MABEL	Pct	4.000	R$ 4,23	R$ 16.920,00
22	Bolacha de maisena (Pct c/ 400g)	MABEL	Pct	4.000	R$ 4,24	R$ 16.960,00
23	Bolacha rosca (Pct c/ 800g)	MABEL	Pct	2.000	R$ 7,96	R$ 15.920,00
24	Café solúvel (Pct 01 kg)	TANSERRA	Pct	1.800	R$ 8,00	R$ 14.400,00
25	Canela em pó (Pct 10 g)	DOLENSE	Pct	1.000	R$ 0,94	R$ 940,00

26	Carne bovina de 2º ped. Max.10% de gordura	FRIBOI	Kg	15.000	R$ 11,75	R$ 176.250,00
27	Carne bovina de 2ª moída kg	FRIBOI	Kg	15.000	R$ 9,75	R$ 146.250,00
28	Carne suína em pedaços	EXCELENCIA	Kg	8.000	R$ 8,00	R$ 64.000,00
29	Cebola em cabeça	IN NATURA	Kg	3.000	R$ 2,69	R$ 8.070,00
30	Cenoura	IN NATURA	Kg	4.000	R$ 3,01	R$ 12.040,00
31	Chuchu	IN NATURA	Kg	2.000	R$ 1,72	R$ 3.440,00
32	Coco ralado s/ açúcar (Pct 100g)	MAIS COCO	Pct	900	R$ 3,77	R$ 3.393,00
33	Colorau (Pct de 500g)	DOLENSE	Pct	1.900	R$ 3,35	R$ 6.365,00
34	Couve flor	IN NATURA	Pct	1.900	R$ 6,00	R$ 11.400,00
35	Couve Manteiga	IN NATURA	Pct	3.000	R$ 1,99	R$ 5.970,00
36	Doce de frutas sabor uva (900g)	OLIVEIRA	Pote	8.000	R$ 5,00	R$ 40.000,00
37	Doce de leite (900g)	OLIVEIRA	Pote	6.000	R$ 5,00	R$ 30.000,00
38	Farinha de mandioca	MASSON	Kg	3.000	R$ 3,90	R$ 11.700,00
39	Farinha de trigo	ALVALADE	Kg	10.000	R$ 2,34	R$ 23.400,00
40	Feijão tipo 01	KUMBUCA	Kg	16.000	R$ 4,09	R$ 65.440,00
41	Fermento biológico seco instantâneo (Pct 10g)	SAFFIT	Pct	5.000	R$ 0,77	R$ 3.850,00
42	Fermento em pó para bolo (Pct 250g)	ROYAL	Unid	3.000	R$ 5,19	R$ 15.570,00
43	Fígado bovino	FRIBOI	Kg	8.000	R$ 8,42	R$ 67.360,00
44	Frango (Peito)	ANHAMBI	Kg	18.000	R$ 6,48	R$ 116.640,00
45	Frango Congelado (coxa/sobrecoxa)	ANHAMBI	Kg	18.000	R$ 4,94	R$ 88.920,00
46	Fubá de milho	MASSON	Kg	3.000	R$ 1,85	R$ 5.550,00
47	Gelatina de limão (85g)	BRETZER	Cx	1.000	R$ 0,81	R$ 810,00
48	Gelatina de morango (85g)	BRETZER	Cx	1.000	R$ 0,81	R$ 810,00
49	Gelatina de uva (85g)	BRETZER	Cx	1.000	R$ 0,81	R$ 810,00
50	Laranja	IN NATURA	Kg	25.000	R$ 1,69	R$ 42.250,00
51	Leite em pó integral (400g)	VENCEDOR	Lt	2.000	R$ 10,00	R$ 20.000,00
52	Leite integral UHT	VENCEDOR	Lt	50.000	R$ 2,41	R$ 120.500,00
53	Lentilha (Pct 500g)	YOKI	Pct	2.000	R$ 3,99	R$ 7.980,00
54	Limão Taiti ou siciliano	IN NATURA	Kg	1.900	R$ 4,64	R$ 8.816,00
55	Linguiça Toscana	EXCELENCIA	Kg	1.600	R$ 8,36	R$ 13.376,00
56	Maçã nacional	IN NATURA	Kg	10.000	R$ 3,82	R$ 38.200,00
57	Macarrão espaguete com ovos	DALLAS	Kg	6.000	R$ 4,13	R$ 24.780,00
58	Macarrão tipo conchinha	DALLAS	Kg	6.000	R$ 3,07	R$ 18.420,00
59	Mamão formosa	IN NATURA	Kg	8.000	R$ 1,32	R$ 10.560,00
60	Mandioca descascada	IN NATURA	Kg	4.000	R$ 3,43	R$ 13.720,00
61	Margarina	DELINE	Kg	2.000	R$ 5,48	R$ 10.960,00
62	Melancia	IN NATURA	Kg	40.000	R$ 1,50	R$ 60.000,00
63	Melão amarelo	IN NATURA	Kg	2.800	R$ 2,99	R$ 8.372,00
64	Milho p/ canjica (Pct 500g)	MASSOM	Pct	2.400	R$ 2,27	R$ 5.448,00
65	Milho p/ canjiquinha (Pct 500g)	ZAELI	Pct	1.200	R$ 1,99	R$ 2.388,00
66	Milho para pipoca (Pct 500g)	MASSOM	Pct	600	R$ 2,69	R$ 1.614,00
67	Óleo de soja (900ml)	SOYA	Lt	7.000	R$ 2,83	R$ 19.810,00
68	Ovo de galinha tipo A	ZIANE	Dz	4.000	R$ 4,19	R$ 16.760,00
69	Pepino Caipira	IN NATURA	Kg	4.000	R$ 2,34	R$ 9.360,00
70	Pimentão Verde	IN NATURA	Kg	3.000	R$ 5,59	R$ 16.770,00
71	Polpa de tomate (340g)	PREDILETA	Unid	3.000	R$ 2,14	R$ 6.420,00
72	Polvilho doce	MASSOM	Kg	3.000	R$ 5,07	R$ 15.210,00
73	Poncã/ Morgote	IN NATURA	Kg	3.000	R$ 2,90	R$ 8.700,00
74	Proteína text. de soja granulada (Pct 250g)	VITÃO	Pct	60	R$ 10,04	R$ 602,40
75	Queijo mussarela (Pct 100g)	QUEIJO BOM	Pct	1.000	R$ 13,00	R$ 13.000,00
76	Quiabo	IN NATURA	Kg	900	R$ 4,95	R$ 4.455,00
77	Repolho verde	IN NATURA	Kg	6.000	R$ 2,32	R$ 13.920,00
78	Sagu (Pct 500g)	ZAELI	Pct	850	R$ 3,90	R$ 3.315,00

79	Sal refinado	LEBRE	Kg	2.000	R$ 1,23	R$ 2.460,00
80	Salsicha	SEARA	Kg	1.000	R$ 7,74	R$ 7.740,00
81	Salsinha/cebolinha (Pct 40g)	IN NATURA	Pct	4.000	R$ 2,33	R$ 9.320,00
82	Tomate	IN NATURA	Kg	10.000	R$ 3,33	R$ 33.300,00
83	Vagem	IN NATURA	Kg	900	R$ 5,49	R$ 4.941,00
84	Vinagre tinto (750 ml)	CASTELO	Unid	1.800	R$ 4,03	R$ 7.254,00
TOTAL:						R$1.946.959,40

LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
85	Pão careca (50g) (cachorro quente)	TEODORO	Unid	5.000	R$ 0,36	R$ 1.800,00
86	Pão careca mini (25g) (cachorro quente)	TEODORO	Unid	10.000	R$ 0,18	R$ 1.800,00
87	Pão francês (c/ 50gr Unid)	TEODORO	Kg	5.000	R$ 6,28	R$ 31.400,00
TOTAL:						R$ 35.000,00

Valor total da proposta: R$ R$ 1.981.959,40 (Um milhão e novecentos e oitenta e um mil e novecentos e cinquenta e nove Reais e quarenta centavos).

Parágrafo Único – Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS ADESÕES.

A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, não excedendo, na sua totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitação no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

Os preços registrados, a especificações dos produtos/equipamentos, os quantitativos, marcas e empresas fornecedoras encontram-se elencados no Quadro Comparativo de Preços, em ordem de classificação no processo licitatório de Pregão Presencial nº. 002/2015 - SRP.

CLÁUSULA QUINTA - Do(s) LOCAL (Is) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

Os produtos/equipamentos deverão ser entregues exclusivamente no município de Diamantino ou conforme determinado pela ordem de fornecimento dos produtos/equipamentos.

Parágrafo Primeiro - Os produtos/equipamentos contratados deverão ser entregues na sede do Município, nos dias e horários estipulados na Ordem de Fornecimento/empenho.

Parágrafo Segundo - O prazo de entrega será de 02 (Dois) dias, contados a partir da expedição da Ordem de Fornecimento/empenho expedida pelo Setor de Compras do Almoxarifado da Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA — DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento e seus Anexos, e na legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro - As contratações dos produtos/equipamentos registradas neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Execução Orçamentária, com Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras, contendo o nº. da ATA, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

Parágrafo Segundo - A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolvê-la ao Setor de Compras no prazo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

Parágrafo Terceiro - Se fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar a Nota de Empenho, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

Parágrafo Quarto - Os produtos/equipamentos deverão respeitar padrões de qualidade mediante devolução por parte de quem receber e conferir.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Setor de Compras, de acordo com o especificado no Edital e no Anexo I-A, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obriga a atender prontamente bem como dar ciência ao Setor de Compras, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a entrega dos produtos/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos/equipamentos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento das entregas dos produtos/equipamentos a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte os produtos/equipamentos devolvida pela mesma, no prazo de 24 horas, caso constatadas divergências nas especificações.

XII - emitir relatório mensal dos produtos/equipamentos realizados e entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos e produtos/equipamentos.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I.Todo e qualquer dano que causar ao Órgão ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo Setor de Compras;

II.Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III.Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Prefeitura Municipal de Diamantino por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas pela mesma ao Órgão/Entidade, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

Parágrafo Primeiro - a CONTRATADA autoriza a Prefeitura Municipal de Diamantino, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

Parágrafo Segundo – a ausência ou omissão da fiscalização do Setor de Compras não eximirá CONTRATADA das responsabilidades previstas nesta ATA.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Prefeitura Municipal de Diamantino obriga-se a:

I.Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos/equipamentos.

II.Permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III.Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade e encontrada no fornecimento dos produtos/equipamentos;

IV.Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

Parágrafo único: caberá ao Setor de Compras promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados do mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA — DO PAGAMENTO.

A Prefeitura Municipal de Diamantino efetuará o pagamento à CONTRATADA, através de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA preferencialmente em, até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota Fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante de que o produtos/equipamentos foi entregue a contento.

Parágrafo Primeiro — Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

Parágrafo Segundo — Para cada Nota de Empenho, a Contratada deverá emitir nota fiscal/fatura distinta.

Parágrafo Terceiro — Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta 'ON-LINE" da situação do Fornecedor junto ao INSS e FGTS, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa.

Parágrafo Quarto — Constatada a situação de irregularidade, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo Setor de Compras, sendo lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Quinto — Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações nem implicará aceitação definitiva do produto.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

Os preços registrados manter-se-ão inalteradas pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

Parágrafo primeiro — Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquela vigente no mercado à época do registro.

Parágrafo Segundo — Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Setor de Compras, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo Único.

Parágrafo Terceiro – Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Setor de Compras convocará as demais empresas com preços registrados para o ITEM, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

Parágrafo Quarto — Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Setor de Compras desta Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A presente Ata de Registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa à rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas;

Parágrafo Primeiro — Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado, por correspondência, com aviso de recebimento, o qual será juntado ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo Segundo — No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

Parágrafo Terceiro — A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Diamantino, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

Parágrafo Quarto — Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas aos produtos/equipamentos a serem adquiridos.

Parágrafo Quinto — Caso o SETOR DE COMPRAS não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I.Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II.As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos produtos/equipamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES.

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II)Multa

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública por período não superior a 2 (dois) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

Parágrafo primeiro - A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura Municipal de Diamantino.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA sujeitar-se á multa moratória simples, de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o total do fornecimento não executado, por dia corrido de atraso, até o 20° (vigésimo) dia, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos/equipamentos.

Parágrafo Terceiro - No caso de atraso na entrega dos produtos/equipamentos por mais de 10 (dez) dias poderá a Prefeitura Municipal de Diamantino, a partir do 5º (quinto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Quarto - 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

Parágrafo Quinto - A multa será descontada do valor da garantia contratual, da fatura, cobrada diretamente CONTRATADA ou ainda judicialmente.

Parágrafo Sexto - A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a)Se a CONTRATADA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses Fatos resultem prejuízos à Prefeitura Municipal de Diamantino;

b)Se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva por prática de Fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou deixar de cumprir suas obrigações Fiscais ou para fiscais;

c)Se a CONTRATADA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

Parágrafo Sétimo - As sanções previstas nos incisos I, III e IV, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

Parágrafo Oitavo - A falta dos produtos/equipamentos ou outro adjetivo não poderá ser alegada como motivo de força maior e no eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ILÍCITOS PENAIS.

As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

As despesas decorrentes deste PREGÃO PRESENCIAL Correrão à dotação específica constante na Lei Orçamentária do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I.Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo, aditivo presente ata de Registro de Preços.

II.Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 002/2015 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo.

III.É vedado caucionar ou utilizar a ATA decorrente do presente registro para qualquer operação Financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Diamantino.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO.

As partes contratantes elegem o foro de Diamantino - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam apresente ATA em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Diamantino - MT, 05 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE DIAMANTINO JUVIANO LINCOLN PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	SUPERMERCADO TEODORO LTDA SR. VALDEMIR TEODORO DA SILVA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ROSELAINE EUMA DA SILVA ALMEIDA RG: 22584323 SSP/MT CPF: 039.315.391.64	LAURO JOSNEY CORREA RG: 1099500-5 SJ/MT CPF: 693.215.071-91

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
RESOLUÇÃO N° 04 DE 03 DE MARÇO DE 2015

RESOLUÇÃO N° 04 DE 03 DE MARÇO DE 2015

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n. 126/94 e alterado pelas leis 141/94 e 619/06, de 14 de março de 1994;

Considerando o artigo 1° da lei Federal o artigo 1° da Lei Federal n° 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e artigos 14, 15 da Lei complementar Estadual n° 22, de 09 de novembro de 1992 e artigo 180 da Lei Orgânica Municipal, de 05 de novembro de 1990.

Resolve:

Art. 1º Fica instituída a VIII Conferência Municipal de Saúde, a realizar-se no dia 02 e 03 de Julho de 2015, em Diamantino-MT, aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde e promovida pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° A Conferência desenvolverá seus trabalhos sob o tema "**Cuidar bem, compromisso da qualidade na saúde pública de Diamantino – MT**".

Art. 3° A Conferência será presidida pelo Conselho Municipal de Saúde e, na sua ausência ou impedimento eventual, pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4° O Conselho Municipal de Saúde expedirá, mediante portaria, o Regimento Interno da VIII Conferência Municipal de Saúde, a ser elaborado pela comissão, para esse fim designada.

Art. 5° As despesas com a realização da VIII Conferência Municipal de Saúde correrão á conta dos recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Saúde;

Artigo 6º.Esta Resolução entrará em vigor a partir da data da sua assinatura Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Diamantino-MT, 03 de Março 2015.

Jacildo de Siqueira Pinho

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino MT

Homologo a Resolução nº 04 de 03 de março de 2015 do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino.

Itamar Martins Bonfim

Secretário Municipal de Saúde de Diamantino MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
PORTARIA/DRH 022/2015

PORTARIA/DRH 022/2015

Dispõe sobre Licença Prêmio a Funcionária Pública Municipal, senhora**MARIA HELENA MORAES DA COSTA**e dá outras providências.

JOÃO GONÇALVES LOPES, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO

o preceituado no art.73 da Lei 006/90;

CONSIDERANDO que a servidora faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período de 08/02/2011 a 08/02/2015;

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio a senhora Maria Helena Moraes da Costa, ocupante do cargo de Agente Publico Municipal na função de Agente de Higienização em Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, a serem usufruídas no período de 03/03/2015 á 31/05/2015.

ART. 2º - Apresente Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino, 05 de Março de 2015.

JOÃO GONÇALVES LOPES

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
II TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 237/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

II TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 237/2014 – ASS: 05/03/2015 – referente à prorrogação do prazo de vigência e execução do Contrato por mais 120(cento e vinte) dias. Detentor*LIMA MURÇA & MURÇA LTDA ME,* Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO BAIRRO JARDIM ALVORADA, NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato.

DIAMANTINO /MT em 05 de Março de 2015.

JUVIANO LINCOLN-PREFEITO MUNICIPAL.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
PORTARIA/DRH 023/2015

PORTARIA/DRH 023/2015

Dispõe sobre Licença Prêmio a Funcionária Pública Municipal, senhora **VANESSA CALIFANI MERINO CATUNDA** e dá outras providências.

JOÃO GONÇALVES LOPES, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art.73 da Lei 006/90;

CONSIDERANDO que a servidora faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período de 19/03/2007 a 19/03/2012;

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio a senhora Vanessa Califani Merino Catunda, ocupante do cargo de Técnico de Nível Superior na função de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, a serem usufruídas no período de 11/03/2015 á 09/05/2015.

ART. 2º - Apresente Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino, 05 de Março de 2015.

JOÃO GONÇALVES LOPES

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESCISÃO DO CONTRATO Nº 290/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO

RESCISÃO DO CONTRATO Nº 290/2014 – ASS: 24/02/2015 –Contratado: **MORADA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA – EPP.**, Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA NA ESCOLA MARIA EUZÉBIA FERREIRA, NO P.A. BOJUÍ, MUNICÍPIO DE DIAMANTINO – MT.**

A rescisão é regida pelo Art. 79, inciso II da Lei 8.666/93.

DIAMANTINO /MT em 24 de Fevereiro de 2015.

JUVIANO LINCOLN-PREFEITO MUNICIPAL

.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 009/2015 – SMEC

Dispõe sobre Readaptação Profissional das profissionais da Educação Básica e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Educação e Cultura de Diamantino e o Secretario Municipal Administrativo– Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,que lhes são conferidas por lei,

R E S O L V E,

Artigo 1º - **CONCEDER** nos termos da lei 06/90 art. 23 Estatuto do Servidor e da Lei Complementar 011/2011 art. 24 LOPEB a readaptação profissional aos profissionais da Educação Básica a Servidora Publica **MARIA DO ROSARIO ROSA**, matricula nº 722, cargo de Técnica Administrativa Educacional Multimeios didático, com carga horaria de 30 horas, lotada na Escola Municipal Castorina Sabo Mendes, que se encontra em desvio de função por recomendações medicas durante o ano letivo de 2015, e irá desenvolver as funções correspondentes na Biblioteca da mesma unidade escolar.

Artigo 2º

CONCEDER nos termos da lei 06/90 art. 23 Estatuto do Servidor e da

Lei Complementar 011/2011 art. 24 LOPEB a readaptação profissional aos

profissionais da Educação Básica a Servidora Publica CLEUSA RIBEIRO PEREIRA, matricula nº 404, cargo de Professora, com

carga horaria de 30 horas, lotada na Escola Municipal Castorina Sabo Mendes, que

se encontra em desvio de função por recomendações medicas, e irá desenvolver as

funções correspondentes na Biblioteca da mesma unidade escolar.

Artigo 3º - Esta Portaria passa a vigorar a partir da data de sua assinatura.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino – MT, em de 13 de Fevereiro de 2015.

PROF. NILVO PEDRO LANZA

Secretário Municipal de Educação e Cultura

JOÃO GONVALVES LOPES

Secretário Municipal Administrativo

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 021/2015/GAB

Dispõe sobre a concessão das Licenças Maternidade as profissionais da Educação Básica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, *JUVIANO LINCOLN,* no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.67, VI da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E,

Artigo 1º - Conceder a Licença Maternidade, a servidora **ELIANE DA SILVA**, que exerce sua função como Professora, pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, lotada na Escola Municipal Décio Furigo, matricula nº 1017, encontra-se de licença maternidade por 180 dias, a partir do dia 19/02/2015.

Artigo 2º - Conceder a Licença Maternidade, a servidora **FABIANA XAVIER**, que exerce sua função como Professora de Series Inicial, pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, contratada para a Escola Municipal Castorina Sabo Mendes, matricula nº 3784, encontra-se de licença maternidade por 180 dias, a partir do dia 02/03/2015.

Artigo 4º - Esta Portaria passa a vigorar a partir data de sua assinatura.

PUBLIQUE-SE

REGISTRA-SE

CUMPRA-SE

Diamantino – MT, em 05 de Março de 2015.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 014/2015 - SMEC

O Secretário Municipal de Educação e Cultura do município de DIAMANTINO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são confere por Lei e, considerando entendimentos jurisprudenciais,

R E S O L V E:

Art. 1º - TORNAR SEM EFEITO, a **Rescisão de Contrato** da Servidora TATIANE LUCIA DA COSTA, pelo motivo da servidora comprovar, através de exames de Ultrassonografia Obstétrica que se encontrava em estado Gestacional antes do término de seu contrato.

Art. 2º A servidora supracitada deverá retornar ao quadro funcional desta Secretaria e gozar estabilidade até 05 (cinco) meses após o seu parto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos financeiros a partir de 02 de fevereiro de 2015.

CUMPRA-SE, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE

Diamantino – MT, em 03 de março de 2015

Prof. Nilvo Pedro Lanza

Secretário Municipal de Educação e Cultura

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 014/2015

A Prefeitura Municipal de Diamantino, através do Pregoeiro Oficial, torna público, para conhecimento de interessados que realizará no dia **18/03/2015 às 08h00min**, Licitação na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL (SRP), tipo "Menor Preço por lote", cujo objetivo é: *REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO - MT.* O Edital completo está à disposição na sede da Prefeitura, sito a Av. Desembargador J. P. F. Mendes, Nº 2.341 – Jardim Eldorado, Diamantino – MT, setor de licitação das 07h00min as 11h00min e das 13h00min as 17h00min, e no site da Prefeitura Municipal: www.diamantino.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (65) 3336-6422/6423.

Diamantino - MT, 06 de Março de 2015.

_____

LAURO JOSNEY CORREA

Pregoeiro Oficial

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 132/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 132/2014 – ASS: 05/03/2015 – referente a prorrogação de prazo de vigência por mais 12 (doze) meses. Detentor: **CENTROESTE AMBIENTAL COLETA TRANSPORTE E LIMPEZA URBANA LTDA**: Objeto: *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSSS), PRODUZIDOS PELA CONTRATANTE, DOS GRUPOS "A, B e E" DEFINIDOS NA RESOLUÇÃO CONAMA Nº. 358/2005 E RDC 306/2004 DA ANVISA, E DEMAIS LEGISLAÇÕES CONCERNENTES.* Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato.

DIAMANTINO/MT em 05 de Março de 2015.

JUVIANO LINCOLN-PREFEITO MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
DECRETO N.º 017/2015

DECRETO N.º 017/2015 DE 04 DE MARÇO DE 2015.

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA AS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS PELO DESASTRE RELACIONADO A OBRAS CIVIS – COBRADE – COLAPSO DE EDIFICAÇÕES -2.4.1.0.0; REFERENTE AS PONTES SOBRE RIO PARNAÍBA E SOBRE O CÓRREGO FUNDO.

O Prefeito Municipal de Dom Aquino, JOSAIR JEREMIAS LOPES, no uso de suas atribuições legais, conferidas por Lei Municipal e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

I – Que o desastre relacionado a Obras Civis, a interdição das Ponte (37 x 4,5 sobre o Rio Parnaíba, (37 x 4,5 metros), localizada na MT 454 , nas proximidades da Fazenda São Domingose também da Ponte sobre o Córrego Fundo, (37 x 4,5 metros), nas proximidades da Fazenda Novo Horizonte, provocada tempo de uso e com a intensidade das chuvas a situação se agravou.

II- Que em decorrência dos seguintes danos, cerca de 25 propriedades rurais, bem como dois (02) assentamentos estão prejudicados com a interdiçãodas pontes impossibilitando o tráfego de qualquer tipo de veículo, prejudicando o escoamento da produção de leite e gado de corte e o transporte de alunos dessas regiões.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude da interdição das Pontes sobre o Rio Parnaíba e sobre o Córrego Fundo;

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Comissão de Defesa Civil e Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Comissão de Defesa Civil e Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo;

Art. 4º.

De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente;

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Dom Aquino, em 04 de fevereiro de 2015.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

Registrado na Chefia de Gabinete e publicado por afixação no local público e de costume, conforme Legislação em vigor.

Data Supra.

MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA

Chefe De Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 115/2015 E 02/03/2015

PORTARIANº 115/2015 e 02/03/2015

"NOMEIA

A

COORDENADORA DE TRIBUTAÇÃO COMO RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA MUNICIPAL GOVERNO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - NOMEAR como Secretaria Municipal de Governo E Articulação Institucional a Senhora MARLU MACHADO DO COUTO, brasileira, portadora do CIRG n° 0553639-1 SSP/MT e do CPF n° 393.744.751-20, residente e domiciliada nesta cidade e município de Guarantã do Norte.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 02 (dois) dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

SANDRA MARTINS

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 02/03/2015.

NP 166/2015

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL.

PREVIGUAR
PORTARIA 003/2015 CONCESSÃO DE APOSENTADORIA- PREVIGUAR

PORTARIA N.º 003/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de ***Aposentadoria por Idade*** *a servidora Sra.* **Izolene Lourdes Ferla."**

O Diretor Executivo do PREVIGUAR - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 40, §1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal com redação determinada pela E.C 41/2003, combinado com Art. 12, inciso III, alínea "b", da Lei Municipal n.º 091 de 18 de maio de 2005, que rege a previdência municipal;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício Aposentadoria por Idade à servidora Sra. Izolene Lourdes Ferla, brasileira, viúva, portadora da cédula de identidade RG n.º 4.117.087-5 SSP/PR e do CPF n.º 972.772.239-34, residente e domiciliada neste município, servidora efetiva no cargo de Copeira, Classe "A", Nivel "7", lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, devidamente matriculada sob o n.º 606, com Proventos Proporcionais, conforme processo administrativo do PREVIGUAR, n.º 2015.02.00083P, a partir 01 de Março de 2015 até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Guarantã do Norte - MT, 03 de Março de 2015.

ROSINHA FIN

Diretora Executiva do PREVIGUAR

Homologo:

SANDRA MARTINS

Prefeita Municipal

PREVIGUAR
PORTARIA 008/2015 CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - PREVIGUAR

PORTARIA N.º *008*/**2015**

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora Sra. Piedade Pires de Moraes."

O Diretor Executivo do Fundo Municipal de Previdência Social – PREVIGUAR – dos Servidores Públicos do Município de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 6°, I, II, III e IV, da Emenda Constitucional n.º 41/2003, combinado com art. 12, inciso III, alínea "a" e parágrafo 3º da Lei n.º 091, de 18 de Maio de 2005, que reestrutura a previdência municipal**; Lei** n.º 187 de 09 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Guarantã do Norte.

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, à Sra. Piedade Pires de Moraes, brasileira, união estável, portadora do RG n.º 1.361.509 SSP/GO e do CPF n.º 269.764.041-04, residente e domiciliada neste município, servidora efetiva, no cargo de Professora Lic. Plena em Educação Habilitada Ensino Fundamental Iniciais, Classe "C", Nível 07, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, devidamente matriculada sob o n.º 162, com proventos integrais, conforme processo administrativo do PREVIGUAR, n.º 2014.04.00074P, a partir de 01 de Março de 2015, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Guarantã do Norte/MT, 04 de Março de 2015.

ROSINHA FIN

Diretora Executiva do PREVIGUAR

Homologo:

SANDRA MARTINS

Prefeita Municipal

PREVIGUAR
PORTARIA 004/2015 - CONCESSÃO DE APOSENTADORIA PREVIGUAR

PORTARIA N.º 004*/201***5**

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a servidora Sra. Belani Maria Hanauer."

O Diretor Executivo do Fundo Municipal de Previdencia Social – PREVIGUAR – dos Servidores Públicos do Município de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 40, § 1º, III, "a" da CF/88 com redação dada pelo Art. 3º, I, II e III da EC 47/2005, c/c art. 12, III, "a" da **Lei n.º 091, de 18 de maio de 2005, que "***Institui o Regime Próprio de Previdência Social do*

Município de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso e dá outras providências".

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, a Sra. Belani Maria Hanauer, brasileira, portadora do RG n.º 0420741-6 - SSP/MT e do CPF n.º 306.187.031-87, residente e domiciliada neste município, servidora efetiva, no cargo de Professora, Nível "05", Classe "C", lotada na Secretaria Municipal Educação, Cultura e Desporto, devidamente matriculado sob o n.º 268, com proventos integrais, conforme processo administrativo do PREVIGUAR, n.º 2015.04.00084P, a partir de 01 de Março de 2015, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Guarantã do Norte/MT, 03 de Março de 2015.

ROSINHA FIN

Diretora Executiva do PREVIGUAR

Homologo:

SANDRA MARTINS

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA NC Nº 008/2015 DE 05/03/2015.

PORTARIA NC Nº 008/2015 *de* **05/03/2015.**

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - Fica nomeada em caráter efetivo nos termos do Concurso Público Municipal Nº 001/2012, Edital Nº 001/2012 a candidata Antonia Alves Ferreira brasileira, maior, portadora do CIRG Nº1193076-4 SSP/MT e do CPF Nº 916.223.951-15, residente e domiciliada nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para exercer o cargo de Prof. Lic. Plena em Pedagogia – Educação Infantil, com carga horária de 30 (Trinta) horas semanais.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições ao contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 05 (Cinco) dias do mês de Março do ano de dois mil e quinze.

Sandra Martins

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 05/03/2015.

NP 178/2014.

MARLU MACHADO DO COUTO

Secretára Municipal de Governo e Articulação Institucional Interino

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 116/2015 DE 04/03/2015.

PORTARIA Nº 116/2015 *de 04/03/2015.*

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO CHEFE DE DIVISÃO DE ARQUIVO E PROTOCOLO , E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1°

-

Nomear, a senhora, ELENY ANJOS DA SILVA, portador do RG nº 1424980 SSP/MT e do CPF n° 579.316.581-91 , residente e domiciliada nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para o Cargo de CHEFE DE DIVISÃO DE ARQUIVO E PROTOCOLO, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Março de 2015, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 04 (Quatro) dias do mês de Março do ano de dois mil e Quinze.

SANDRA MARTINS

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 04/03/2015.

NP 169/2015.

MARLU MACHADO DO COUTO

Secretária Municipal de Governo e Articulação Institucional

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE IPIRANGA DO NORTE
EXTRATO DE CONTRATOS FEVEREIRO/2015

SIMONE MACHADO DA SILVA, Diretora Executiva do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Ipiranga do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, **TORNA PÚBLICO**, para fins de cumprimento do disposto no Parágrafo Único do Art. 61, da Lei Federal Nº 8.666/93 com suas alterações posteriores, que o IPIRANGA-PREVI, firmou os seguintes Contratos, no mês de fevereiro de 2015:

CONTRATO Nº 001/2015 – **Contratada**: H. BOSA & F. GARCIA LTDA - EPP. **Objeto**: Serviços de Assessoria e Econômica Previdenciária. **Prazo**: 11 meses, pelo período de 02/02/2015 à 31/12/2015. **Valor Total**: R$ 7. 287,50 (Sete Mil, Duzentos e Oitenta e Sete Reais e Cinquenta Centavos), que será pago em 11 (onze) parcelas mensais de 662,50 **(Seiscentos e Sessenta e Dois Reais e Cinquenta Centavos)** cada.

Ipiranga do Norte-MT, 03 de março de 2015.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

DATA SUPRA.

SIMONE MACHADO DA SILVA

DIRETORA EXECUTIVA

IPIRANGA-PREVI

PREFEITURA MUNICIPAL / LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS FEVEREIRO/2015

PEDRO FERRONATTO, Prefeito Municipal em Exercício de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, *TORNA PÚBLICO*, para fins de cumprimento do disposto no Parágrafo Único do Art. 61, da Lei Federal Nº 8.666/93 com suas alterações posteriores, que o Município de Ipiranga do Norte/MT, firmou os seguintes Contratos e Aditivos e Congêneres, no mês de Fevereiro de 2015: **TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 047/2014. CONTRATADO**: ENGEMEGA CONSTRUTORA LTDA – ME. **OBJETO:** Este Termo Aditivo tem por objetivo alterar a cláusula Sétima do contrato nº 047/2014, ampliando o prazo de vigência, adita-se o prazo de 30 (Trinta) Dias contados a partir de 01 de Março de 2015 até o dia 31 de Março de 2015, para conclusão e entrega dos serviços, objeto da cláusula primeira do contrato nº 047/2014. **PERÍODO DE VIGÊNCIA**: 01/03/2015 a 31/03/2015.

Ipiranga do Norte – MT, 06 de Março de 2015.

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 005 AO EDITAL PSS Nº 002/2015

O Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, Pedro Ferronatto, no uso de suas atribuições legais, torna público a **RESULTADO FINAL** do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2015, nos seguintes termos:

INSC	**CANDIDATO**	**CARGO**	**PT**	**OC**	**RE**
09	WESLEY SALES DE OLIVEIRA [1]	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	8,5	1º	AP
11	JEFERSON LUIZ RIBEIRO ¹	MOTORISTA DE AMBULANCIA	8,5	2º	OC
05	ANDREMAR DE LIMA ²	MOTORISTA DE AMBULANCIA	6,5	3º	OC
02	DARCI DO NASCIMENTO CANEDO ²	MOTORISTA DE AMBULANCIA	6,5	4º	OC
12	MARCOS ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS ²	MOTORISTA DE AMBULANCIA	6,5	5º	OC
06	AIRTON OLIVEIRA PEREIRA ³	MOTORISTA DE AMBULANCIA	6,0	6º	OC
18	GILSINEI STRADA FUHR ³	MOTORISTA DE AMBULANCIA	6,0	7º	OC
01	JOSÉ RODRIGUES4	MOTORISTA DE AMBULANCIA	5,5	8º	OC
13	SANDRO PEREIRA4	MOTORISTA DE AMBULANCIA	5,5	9º	OC
17	LUCIANO HAENISKI KRUBNIKI5	MOTORISTA DE AMBULANCIA	5,5	10º	OC
08	PAULO VELOZO 6	MOTORISTA DE AMBULANCIA	5,0	11º	OC
07	RENATO LEITE TEODORO 6	MOTORISTA DE AMBULANCIA	5,0	12º	OC
10	RENAN SALES DE OLIVEIRA 6	MOTORISTA DE AMBULANCIA	5,0	13º	OC
04	ELIANE PEIXOTO DOS SANTOS	FISIOTERAPEUTA	5,0	1°	AP
16	MORGANA CONCEIÇÃO DA CUNHA	FISIOTERAPEUTA	4,5	-	RP
03	GLEYDIANE ALEXANDRINA DE FREITAS	FISIOTERAPEUTA	4,0	-	RP

SIGLAS E ABREVIAÇÕES:

INSC = Número de inscrição	PT = Pontos	OC = Ordem Classificatória	RE = Resultado
AP = Aprovado	NC = Não Compareceu	DC = Desclassificado	RP = Reprovado

O presente Edital deverá se publicado na Imprensa Oficial do Município (www.amm.org.br), no site da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte (www.ipirangadonorte.mt.gov.br) e no mural da Prefeitura, para os fins previstos no Edital de Abertura do PSS nº 002/2015.

Gabinete do Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, em 05 de março de 2015.

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

[1] Empate na nota geral entre o 1º e 2º colocado; desempate entre o 1º e 2º colocado pelo critério da cláusula 7.3.1, alínea 'a' do Edital de Abertura.

2Empate na nota geral entre o 3º, 4º e 5º colocado; desempate entre o 3º, 4º e 5º colocado pelo critério da cláusula 7.3.1, alínea 'a' do Edital de Abertura.

³ Empate na nota geral entre o 6º e 7º colocado; desempate entre o 6º e 7

º colocado pelo critério da cláusula 7.3.1, alínea 'd' do Edital de Abertura.

4 Empate na nota geral entre o 8º e 9º colocado; desempate entre o 8º e 9º colocado pelo critério da cláusula 7.3.1, alínea 'd' do Edital de Abertura.

5 Empate na nota geral entre o 8º, 9º e 10º colocado; desempate entre o 8º, 9º e 10º colocado pelo critério da cláusula 7.3.1, alínea 'd' do Edital de Abertura.

6 Empate na nota geral entre o 11º, 12º e 13º colocado; desempate entre o 11º, 12º e 13º colocado pelo critério da cláusula 7.3.1, alínea 'a' do Edital de Abertura.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 005/2015

SÚMULA: Regulamenta o lançamento e fixa data de vencimento para pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano do município de Itanhangá – MT, para o exercício de 2015, e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor JOÃO ANTONIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e amparado pelo Artigo 9º da Lei Complementar 005/2005 (Código Tributário Municipal).

DECRETA

Art. 1º - Fica regulamentado e estabelecido, para fins de lançamento do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, para o exercício de 2015, no Município de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, que o recolhimento do tributo em epigrafe poderá ser recolhido em cota única com desconto de 20% (vinte por cento) ou em 03 (três) parcelas, conforme descrito no quadro abaixo:

Cota ou Parcela	Vencimentos
Cota única	10 de Abril de 2015
1ª Parcela	10 de Abril de 2015
2ª Parcela	11 de Maio de 2015
3ª Parcela	10 de junho de 2015

Art 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 05 de Janeiro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 012/2015

SÚMULA: Concede Gratificação ao Servidor que menciona, e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor **JOÃO ANTONIO VIEIRA**, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado pela Lei Complementar 024/2009 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art 1° Fica concedida Gratificação salarial de 65% ao servidor *Herivelton Correia de Oliveira***,** portador do CPF n° **200.401.640-04** e RG n° M968533 SSP/MG**,** ocupante do cargo em comissão de Assessor de Gabinete, do Município de Itanhangá-MT.

Art 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3 Revogam-se as disposições em contrário, em especial o decreto 009/2015.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 02 de Fevereiro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 002/2015

SÚMULA: Corrige o Valor da UFI (Unidade Fiscal De Itanhangá - MT) e dá Outras Providências."

O Excelentíssimo Senhor JOÃO ANTONIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e amparado pelo Artigo 9º da Lei Municipal 005/2005 e

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 196, Parágrafo Único da Lei Municipal 005/2005 - Sistema Tributário do Município de Itanhangá,

DECRETA:

Art. 1º- Fica atualizada a Unidade Fiscal de Itanhangá – UFI, para o Exercício Financeiro de 2015, que passa ter o seguinte valor **R$ -** *17,38* (dezesseis reais e trinta e oito centavos).

Parágrafo Único – O Valor da UFI foi atualizado com a aplicação do Índice Acumulado do IGPM no período de janeiro a dezembro de 2014, Conforme dispõe o Parágrafo Único do artigo 196 da Lei Complementar nº 005/2005 de 29 de dezembro de 2005.

Art. 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 05 de Janeiro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 013/2015

SÚMULA: Divulga os dias de feriados nacional, estadual, Municipal e ponto facultativo nas repartições públicas do Município de Itanhanga Estado de Mato Grosso, do ano de 2015 e dá Outras Providências.

O Excelentíssimo Senhor **JOÃO ANTONIO VIEIRA**, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 59, XVI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º- Fica decretado Ponto Facultativo nos dias abaixo relacionados durante o ano de 2015, para cumprimento pelos órgãos da Administração Pública municipal, exceto os serviços que por sua natureza não permita paralisação.

Ø**16** *de* **fevereiro** (segunda-feira) - ponto facultativo;

Ø**17 de fevereiro** (terça-feira) Carnaval - ponto facultativo;

Ø**18 de**

fevereiro

(quarta-feira) Cinzas - expediente a partir das 13 horas;

Ø29 de março (domingo) Aniversario do Município – Feriado Municipal

Ø03 de abril (sexta-feira) Paixão de Cristo – ponto facultativo;

Ø20 de abril (segunda-feira) ponto facultativo;

Ø21 de abril (terça-feira) Tiradentes - feriado nacional;

Ø1º de maio (sexta-feira) Dia do Trabalhador - feriado nacional;

Ø04 de junho (quinta-feira) Corpus Christi - ponto facultativo;

Ø05 de junho (sexta-feira) ponto facultativo;

Ø07 de setembro (segunda-feira) Independência do Brasil - feriado nacional;

Ø12 de outubro (segunda-feira) Nossa Senhora Aparecida - feriado nacional;

Ø28 de outubro (quarta-feira) Dia do Servidor Público - ponto facultativo;

Ø02 de novembro (segunda-feira) Finados - feriado nacional;

Ø15 de novembro (domingo) Proclamação da República - feriado nacional;

Ø20 de novembro (sexta-feira) Consciência Negra - feriado estadual;

Ø24 de dezembro (quinta-feira) - ponto facultativo;

Ø25 de dezembro (sexta-feira) Natal - feriado nacional;

Ø31 de dezembro (quinta-feira) - ponto facultativo.

Artº 2º - Os serviços públicos considerados de emergência durante todo o período dos facultativos ora decretado, deverão ser mantidos através de plantão.

Artº 3º - As Secretarias Municipais deverão estabelecer escala para o atendimento dos serviços essenciais ao publico.

Artº. 4º - Servidores municipais poderão eventualmente, serem convocados pelo Prefeito Municipal, nos dias de ponto facultativo, quando constatada a necessidade para tanto, sem que com isso haja pagamento de qualquer hora extraordinária ou outro adicional.

Artº. 5° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 02 de fevereiro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 011/2015

SÚMULA: Concede Recomposição Salarial aos Servidores Públicos Municipais integrantes da Lei Complementar 24/2009 – PCCS, que menciona e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor **JOÃO ANTONIO VIEIRA**, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais**,amparado** pela Lei Orgânica Municipal e**;**

Considerando o que dispõem no Artigo 47 da Lei Complementar 002/2005 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o que dispõem o Artigo 29, Parágrafo Único da Lei Complementar 024/2009 – PCCS, alterado pela Lei Complementar 065/2014.

Considerando ainda a necessidade de recompor a perca salarial dos servidores públicos referente à inflação do ano de 2014;

DECRETA:

Art 1° Fica concedida a recomposição salarial sobre o vencimento básico, aos Servidores Públicos do Municípiointegrantes da Lei Complementar 24/2009 – PCCS, no percentual de 6,23% (seis virgula vinte e tres por cento).

Artº. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 02 de fevereiro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015

Objeto:**Contratação de empresa para fornecimento de soluções integradas de tecnologia da informação específicas para gestão pública a serem utilizadas pelo Município de Itanhangá/MT."**

Vencedor:

Nome	CNPJ:	Valor Total
AGILI SOFTWARES PARA AREA PUBLICA LTDA	26.804.377/0003-59	R$ 88.800,00
AGRODATA INFORMATICA LTDA -ME	06.853.262/0001-85	R$ 49.800,00

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

Itanhangá-MT, 05 de Março de 2015.

JOAO ANTONIO VIEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 090 /2014

SÚMULA: DISPÕE SOBRE CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Excelentíssimo Senhor JOAO ANTONIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 101/2000, só devem compor a dívida flutuante os restos a pagar, desde que haja disponibilidade de caixa para este efeito;

CONSIDERANDO que a contabilidade deve evidenciar o nível de endividamento e a situação de liquidez do Município durante todo o exercício;

CONSIDERANDO que os restos a pagar insubsistentes devem ser cancelados, expurgando-se, a qualquer tempo, as obrigações incertas e indevidas;

CONSIDERANDO a Portaria STN/MF 517/02, que não permite inclusão de restos a pagar não processados anteriores ao último exercício no Anexo IX – Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão, componente do Relatório Resumido da Execução Orçamentária;

CONSIDERANDO que as despesas a serem canceladas não integram a realidade da divida interna da Prefeitura Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Ficam cancelados os saldos e empenhos inscritos em restos a pagar não processados emitidos no exercício financeiro de 2013 na importância de R$ 93,99 (noventa e três reais e noventa e nove centavos) conforme descrito abaixo:

NE	NATUREZA DA DESPESA	DATA	CREDOR	VALOR
2088	3390.39.00	10/07/2013	Centrais Elétricas Mato Grosso SA	R$ 43,19
3560	3390.30.00	27/11/2013	Dental Centro Oeste Ltda	R$ 0,40
3732	3390.30.00	10/12/2013	D A Supermercado Ltda ME	R$ 15,90
3740	3390.30.00	10/12/2013	Farmácia Madeira	R$ 34,50
TOTAL				R$ 93,99

Art. 2º Cancela os Restos a Pagar relacionados no art. 1º, justificado que os valores referem-se a saldos de empenhos de despesas não efetivados. Tendo em vista que os serviços não foram prestados, os Restos a Pagar não foram processados, e ao que tudo indica os citados são originários de erro de inscrição, e não de real divida junto ao credor, fica autorizado o cancelamento

Art. 3º Os restos a pagar cancelados poderão ser restabelecidos de acordo com os permissivos contábeis vigentes e com o art. 37, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 4º Este Decreto Entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 31 de Dezembro de 2014

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 034/2015

SÚMULA: "Nomeia servidor ao cargo em comissão que menciona e da outras providencias."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. João Antonio Vieira, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 18, II, da Lei Complementar 002/2005, Lei Complementar 027/2010, bem como pela Lei Complementar 024/2009 e suas alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Srª. **Fabiana Bobek**, portadora do CPF n° 016.956. 551-33 e RG n° 14264749 SSP/MT**, ao** cargo em comissão de Coordenador do CRAS, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho do Município de Itanhangá-MT.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°Revogam-seas disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 02 de Fevereiro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA **Prefeito Municipal**

Registre-se, Publique-se e Afixe

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 003/2015

SÚMULA: Atualiza os Valores Monetários do Anexo Único vinculado ao Inciso I do Artigo 50 da Lei Complementar nº 005/2005 e dá Outras Providências.

O Excelentíssimo Senhor JOÃO ANTONIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal 005/2005, alterada pela Lei Complementar 060/2013,

DECRETA:

Art. 1º- Fica atualizada em 6,41% os Valores Monetários do Anexo Único vinculado ao Inciso I do Artigo 50 da Lei Complementar nº 005/2005, de 29 de dezembro de 2005, que instituiu a Planta Genérica de Valores do loteamento urbano do Município de Itanhangá, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 05 de Janeiro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 004/2015

SÚMULA: Altera a Tabela IV da Lei Complementar nº 005/2005 que instituiu o Código Tributário Municipal – CTM, para corrigir os Valores da Taxa de Fiscalização, Localização, Instalação e Funcionamento – ALVARAS, e da outras providências.

O Excelentíssimo Senhor JOÃO ANTONIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, amparado pelo Artigo 9º da Lei Complementar Municipal nº 005/2005 e

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 3º da Lei Complementar Municipal nº 005/2005, que dispõe sobre o Sistema Tributário do Município de Itanhangá e

CONSIDERANDO a necessidade de corrigir e readequar os valores da taxa **de** Fiscalização, Localização, Instalação e Funcionamento

DECRETA:

Art. 1º- Fica atualizada em 6,41% os valores da Tabela IV da Lei Complementar nº 005/2005 que instituiu o Código Tributário Municipal – CTM.

Art. 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 05 de Janeiro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA **Prefeito Municipal**

Registre-se, Publique-se e Afixe

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

CÂMARA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº 002/2013

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Itanhangá MT.

CONTRATADO: Ágili Software para Área Pública Ltda.

OBJETO: Terceiro aditivo ao contrato para contratação de empresa especializada em softwares para a area pública, licenciamento, fornecimento, manutenção e suporte técnico de contabilidade pública gerencial e orçamento, patrimônio, tesouraria, recursos humanos, compra e licitação, almoxarifado, protocolo e controle de frota, da Câmara Municipal de Itanhangá MT, em conformidade com a Lei nº 4320/64 e Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000.

VIGÊNCIA: 18 de fevereiro de 2015 a 18 de dezembro de 2015.

VALOR TOTAL: R$ 18.670,00 (dezoito mil seiscentos e setenta reais), sendo o valor de R$ 1.867,00 (um mil oitocentos e sessenta e sete reais) mensais.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 001/2013.

Itanhangá MT, 03 de março 2015.

CAMILA BRUNA MORESCO

Comissão Permanente de Licitação

Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 006/2015

SÚMULA: Regulamenta o lançamento e fixa data de vencimento para pagamento do Alvará, para o exercício de 2015, e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor JOÃO ANTONIO VIEIRA, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e amparado pelo Artigo 9º da Lei Complementar 005/2005 (Código Tributário Municipal).

DECRETA

Art. 1º - Fica regulamentado e estabelecido, para fins de lançamento do ALVARÁ, para o exercício de 2015, no Município de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, que o recolhimento do tributo em epigrafe será em cota única com vencimento em 10 de março de 2015.

Art 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 05 de Janeiro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 009/2015

SÚMULA: Concede Gratificação ao Servidor que menciona, e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor **JOÃO ANTONIO VIEIRA**, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado pela Lei Complementar 024/2009 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art 1° Fica concedida Gratificação salarial de 50% ao servidor *Herivelton Correia de Oliveira***,** portador do CPF n° **200.401.640-04** e RG n° M968533 SSP/MG**,** ocupante do cargo em comissão de Assessor de Gabinete, do Município de Itanhangá-MT.

Art 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 02 de janeiro de 2015.

Art 3 Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 05 de Janeiro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 010/2015

SÚMULA: Concede Recomposição Salarial aos Servidores Públicos Municipais integrantes da Lei Complementar 23/2009 – PCCS, que menciona e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor **JOÃO ANTONIO VIEIRA**, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais**,amparado** pela Lei Orgânica Municipal e**;**

Considerando **o que dispõem no Artigo 47 da Lei Complementar 002/2005 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;**

Considerando o que dispõem o Artigo 69 da Lei Complementar 023/2009, alterado pela Lei Complementar 063/2014.

Considerando a necessidade de recompor a perca salarial dos servidores públicos referente à inflação do ano de 2014;

Considerando ainda a divulgação do índice de reajuste do piso salarial do Magistério, pelo Ministério da Educação – MEC,

DECRETA:

Art 1° Fica concedida a recomposição salarial sobre o vencimento básico, aos Servidores Públicos do Municípiointegrantes da Lei Complementar 23/2009 – PCCS Educação, no percentual de 13,01% (treze virgula um por cento).

Artº. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 02 de fevereiro de 2015

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚBA

Extrato do Contrato: nº 002/2015

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚBA

Contratada: BENASSI, FRASSON JUNIOR & SANTOS LTDA

Objeto: CONTRATACAO DO SERVICO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTABIL PARA A CAMARA MUNICIPAL DE ITAUBA - MT, **NO PERIODO DE MARÇO A DEZEMBRO DE 2015.**

Data de assinatura: 03/03/2015 **Vigência**: 03 de março de 2015 á 31 de dezembro de 2015

Valor: R$ 24.000,00 (vinte quatro mil reais).

RAFAEL LHEWICHESKI

Fiscal de Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 024/2015.

SÚMULA: "NOMEIA A SERVIDORA GESSICA LORCA STRAPAZZON E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O EXMO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO SR. RAIMUNDO ZANON, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

RESOLVE:

Artigo 1° - Nomear a partir desta data a Sr. gessica lorca strapazzon, portadora da C/I RG nº 1755613-9 SSP/MT e inscrita no CPF 040.080.271-65, para o cargo Comissionado de **Ouvidor Geral,** lotado no Gabinete do Prefeito, desta Prefeitura Municipal de Itaúba-MT.

Artigo 2° -

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itaúba- MT, 02 de Março de 2015.

RAIMUNDO ZANON

Prefeito Municipal

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

PUBLICADA E AFIXADA NO MURAL DESTA PREFEITURA MUNICIPAL NO PERÍODO DE 02/03/2015 a 17/03/2015.

CAMARA MUNICIPAL DE ITAÚBA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Eu, WAGNER PEREIRA DA CRUZ, Presidente da Câmara Municipal de ITAÚBA , Estado de Mato Grosso, após efetuar a análise do Processo Licitatório "ConviteN.º 002/2015", ***e em cumprimento ao que estabelece a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações,HOMOLOGO*** *o referido processo licitatório para os devidos fins e direitos,acatando sem ressalvas a conclusão final da Comissão Permanente de Licitação, tendo como vencedora do certame a Empresa Licitante:* ***BENASSI, FRASSON JUNIOR & SANTOS LTDA.***

ITAÚBA/MT, em 02 de março de 2.015.

WAGNER PEREIRA DA CRUZ

Presidente da Câmara

MUNICIPAL DE ITAÚBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08-DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014

A Prefeitura Municipal de Itaúba/MT, tendo em vista homologação do **Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014** realizado em 25 de JANEIRO de 2015, CONVOCA pelo presente edital os aprovados abaixo relacionados, para comparecerem no prazo de 02(dois) dias, contados a partir da publicação deste, no Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura Municipal de Itaúba/MT, para apresentar documentos de habilitação necessários para tomar posse em seus respectivos cargos:

CLASSIF.	NOME	CARGO
1º	LUCIANA MARIA RODRIGUES NUNES	ZELADORA

Os candidatos deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos dentro do prazo estipulado, munidos dos seguintes documentos:

a) Exame de Aptidão Mental e de Saúde Física previsto no edital do concurso;

b) Diploma de conclusão do curso relativo ao cargo concorrido, devidamente registrado (original) e cópia;

c) Certidão negativa da justiça estadual e federal de 1º e 2º grau, distribuidor (civil e criminal) das cidades onde o candidato tenha residido nos últimos cinco anos;

d) Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar, e que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal;

e) 01 fotos 3x4 recente;

f) Título eleitoral (original) e cópia;

g) Certidão de nascimento ou casamento (original) e cópia;

h) Certidão de nascimento dos filhos (original) e cópia;

i) Certificado de reservista (original) e cópia (se masculino);

j) CPF (original) e cópia;

k) Documento de identidade (original) e cópia;

l) PIS ou PASEP (original) e cópia, no caso de já ter sido empregado;

m) Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio;

n) Declaração de não acumulo de cargo, emprego ou função pública;

o) Comprovação que estar quite com as obrigações eleitorais;

p) Documentação do Registro no Conselho da Respectiva Categoria quando se tratar de Profissão Regulamentada, incluindo comprovante de anuidade e Certidão de Regularidade;

q) Conta Salário Banco do Brasil;

r) Comprovante de residência;

s) Declaração de freqüência dos filhos na escola e Carteira de Vacinação dos filhos (menores de 14 anos)

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência do classificado convocado, podendo a Prefeitura Municipal de Itaúba/MT, convocar o(s) imediatamente posterior(s), obedecendo a ordem de classificação.

Itaúba/MT, em 05 de Março de 2015.

RAIMUNDO ZANON

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE MUNICIPAL DE ITAÚBA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2015

A Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Itaúba/MT, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado 002/2014 realizado em 25 de janeiro de 2015, para comparecerem a partir de 06 de março de 2015, no Departamento de Recursos Humanos, na sede da Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Itaúba/MT, para apresentar documentos de habilitação abaixo relacionados para tomar posse em seus respectivos cargos, no prazo de dois (02) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil imediatamente subseqüente ao da publicação, para apresentação dos documentos exigidos para a contratação:

a) – Certificado/Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso, emitido por instituição de ensino credenciada, para o cargo que se candidatou;

b) –Registro nos respectivos Conselhos Profissionais para os cargos de Nível Superior;

c) –Titulo de Eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

d) –Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

e) – Carteira de Identidade -RG;

f) – Cadastro de Pessoa Física -CPF;

g) – Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável;

h) – 02 fotos 3x4 atual e colorida;

i) – Carteira de Trabalho -CTPS;

j) – Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

k) – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

l) – Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

m) – Atestado de Sanidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

n) – Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

o) – Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

p) – Comprovante de residência em nome do candidato, dos genitores ou declaração firmada pelo proprietário do imóvel com firma reconhecida;

q) – Carteira Nacional de Habilitação para o cargo de Apoio Administrativo Educacional – Motorista, categoria C, D ou E, conforme o caso;

r) – Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

s) – Declaração de bens;

t) – Cópia do CPF do cônjuge, para os candidatos casados;

u) – Numero de conta do Banco do Brasil

Nº INSC.	NOME	CARGO
085	JUSCIEL NOGUEIRA DE SOUZA	AUX. SERVIÇOS GERAIS

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência do classificado convocado, podendo a Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Itaúba/MT, convocar o(s) imediatamente posterior(s), obedecendo a ordem de classificação.

Itaúba/MT, em 05 de março de 2015.

GENECI DA SILVA STURMER

PRESIDENTE - FHSMI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 023/2015

SÚMULA: "NOMEIA OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O EXMO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO SR. RAIMUNDO ZANON, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

RESOLVE:

Artigo 1° - Nomear os servidores abaixo relacionados, em conformidade com o Termo de Posse respectivo, cumprindo a convocação e posse alcançada através de Concurso Público, para o cargo relacionado, a partir de 02/03/2015, nesta Prefeitura Municipal de Itaúba-MT:

NOME	CARGO
LUIZ FERREIRA MOURÃO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
JEFFERSON DA SILVA PRADO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itaúba - MT, 02 de Março de 2015.

RAIMUNDO ZANON Prefeito Municipal

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

PUBLICADA E AFIXADA NO MURAL DESTA PREFEITURA MUNICIPAL NO PERÍODO DE 02/03/2015 a 17/03/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 025/2015.

SÚMULA: "NOMEIA O SR. EDERSON SANTOS RODRIGUES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O EXMO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO SR. RAIMUNDO ZANON, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

RESOLVE:

Artigo 1° - Nomear a partir desta data o Sr. EDERSON SANTOS RODRIGUES, portador da C/I RG nº 1893637-7 SSP/MT e inscrito no CPF 029.002.861-23, para o cargo Comissionado de **Chefe de Departamento de Agricultura,** lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Turismo, desta Prefeitura Municipal de Itaúba-MT.

Artigo 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itaúba- MT, 03 de Março de 2015.

RAIMUNDO ZANON

Prefeito Municipal

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

PUBLICADA E AFIXADA NO MURAL DESTA PREFEITURA MUNICIPAL NO PERÍODO DE 03/03/2015 a 18/03/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N. 007/2015

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através de Pregoeira designada, torna público que, referente ao PREGÃO n.º. 007/2015 foi vencedor à empresa, **DUARTE AMORIM E AMORIM LTDA - EPP** ao valor global de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), conforme Relatório Geral de Sessões. Jaciara-MT, 05 de Março de 2015.

ANA CLÁUDIA NASCIMENTO SILVA OLIVEIRA

Pregoeira

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 015/2015

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através de Pregoeira nomeada, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ÍTEM**, tendo por *"Registro de Preços para eventual contratação de empresas para prestação de serviços de Limpeza, Conservação e Manutenção em Jardins do Hospital Municipal, PSF's (1,2,3,4,5,6,7,8), CAPS e Estádio Municipal Márcio Cassiano da Silva, da Prefeitura Municipal de Jaciara-MT",* nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **24 DE MARÇO DE 2015 - 12:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 até 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara, 05 de março de 2015.

ANA CLÁUDIA NASCIMENTO SILVA OLIVEIRA

Pregoeira

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 016/2015

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através de Pregoeira nomeada, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ÍTEM**, tendo por *OBJETO "Registro de preços para eventual aquisição de Pneus, Câmaras e Protetores para atendimento a frota de veículos do Município de Jaciara/MT",* nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **24 DE MARÇO DE 2015 - 13:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 até 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara, 05 de março de 2015.

ANA CLÁUDIA NASCIMENTO SILVA OLIVEIRA

Pregoeira

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
RESUMO DA ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2015
PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS RECEBIDOS E APLICADOS NO MUNICÍPIO REFERENTE AO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2014

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, às treze horas e quarenta e oito minutos no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento as metas fiscais do terceiro quadrimestre do exercício de 2014, nos termos do artigo 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentamos a população as atividades desenvolvidas por cada Secretaria no referido quadrimestre. Estiveram presentes na audiência pública representantes do poder executivo e membros da sociedade e conselhos municipais devidamente relacionados na lista de presença anexa a esta ata. A Sra. Maria Helena da Silva iniciou a audiência com boas vindas aos presentes e enfatizou a importância da audiência para a prestação de contas e da participação popular, bem como da obrigatoriedade por parte do município, informou que o município realiza três audiências públicas no ano para prestar contas dos recursos recebidos e aplicados no quadrimestre. Na sequência as apresentações foram iniciadas pela Secretaria de Planejamento, seguidas pela Secretaria de Gestão Social, Secretaria Adjunta de Meio Ambiente, Secretaria de Educação, Cultura, Lazer e Desporto e Secretaria de Saúde. Para finalizar a audiência pública a Sra. Maria Helena agradeceu novamente a presença de todos e ratificou a importância da realização da audiência pública de prestação de contas e da participação popular neste processo. Nada mais a tratar, a audiência pública foi encerrada às quinze horas e quarenta minutos e segue assinada pela Sra. Maria Helena da Silva.

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 014/2015

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através de Pregoeira nomeada, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ÍTEM**, tendo por *OBJETO: "Registro de preços para eventuais aquisições de EPI (Equipamento de Proteção Individual) e EPC (Equipamento de Proteção Coletiva) para os diversos setores da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT",* nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **23 DE MARÇO DE 2015 - 13:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 até 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara, 05 de março de 2015.

ANA CLÁUDIA NASCIMENTO SILVA OLIVEIRA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 022/2015.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU.

CONTRATADO: LO PEREIRA DE MIRANDA

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMOVEL NO DISTRITO DE LUCIALVA PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

VIGENICA: 02/03/2015 A 31/12/2015

VALOR: 600,00(SEISCENTOS REAIS) MENSAIS

ATA DE SESSÃO DESERTA E PRORROGAÇÃO DE CERTAME

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 118/2015

Aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, exatamente às 08:00 horas, reuniram-se na sala de pregões da Prefeitura Municipal de Jauru o pregoeiro e os membros da equipe de apoio para receber os envelopes e credenciamentos da Sessão II do Pregão Presencial 02/2015. Passados quinze minutos ainda não havia comparecido interessados; então o pregoeiro declarou a sessão como Deserta.

Após a segunda sessão fracassada, a administração decide rever o objeto da presente licitação e, de acordo com Edital Complementar, marcar nova sessão para o dia 18 de março de 2015, as 08:00 horas.

Jauru, 05 de março de 2015.

*Gilmar Jr. Ferreira*Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA 001/2015

PORTARIA Nº 001/2015 DE 02 DE MARÇO DE 2015.

MAURO ANTÔNIO DE LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Jauru-MT, no uso de suas atribuições legais contidas no Regimento interno desta Casa, Artigo 19, Inciso I, alínea "d", e mais as contidas na Lei Orgânica Municipal, com o considerando, RESOLVE BAIXAR o seguinte:

Considerando que o Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Servidores da Câmara do Município de Jauru-MT (Lei Complementar nº 102/2014), em seu Art. 18, corroborado pelo anexo VI da mesma Lei, concede ao Servidor uma Progressão Vertical por merecimento, estipula um percentual de 1,5% (um e meio por cento), por ano de efetivo exercício (Art. 22 da Lei Complementar 72/2011).

RESOLVE:

Art. 1º- Progredir a remuneração mensal do Servidor GILMAR ALVES FERREIRA, ASSESSOR TÉCNICO LEGISLATIVO E JURÍDICO, conforme tabela anexa na Portaria 011/2014 de 02/05/2014, ao nível 14 (Catorze) no valor de R$ 6.517,76 (Seis mil quinhentos e dezessete reais e setenta e seis centavos), a partir de 01 de Março de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, Jauru-MT, 02 de Março de 2015.

MAURO ANTÔNIO DE LIMA

Presidente do Legislativo

EXTRATO DE CONTRATO

DISTRATO DO CONTRATO 023/2012

DISTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

DISTRATADA: RANCHO FUNDO TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA.

OBJETIVO: DISTRATO DO CONTRATO 023/2012

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 021/2015.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU.

CONTRATADO: GERCINO RODRIGUES DE OLIVEIRA

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMOVEL DE ALVENARIA SITUADO NA RUA PASTOR BENEDITO DA SILVA, Nº383, ONDE FUNCIONARA A SECRETARIA DE ASSITENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO.

VIGENICA: 02/02/2015 A 31/12/2015.

VALOR: 1.000,00 (UM MIL REAIS) MENSAL

ERRATA

No contrato 012/2015 da Prefeitura Municipal de Jauru com a Sociedade Patronato Nossa Senhora do Pilar, onde se lê *02 de fevereiro de 2014,* lê-se *02 de fevereiro de 2015.*

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

AVISO DE LICITACAO PREGAO N. 013/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA-MT

AVISO DE LICITAÇÃO:

MODALIDADE: PREGÃO Nº. 013/2015

TIPO: PRESENCIAL

JULGAMENTO: MENOR VALOR POR LOTE GLOBAL.

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 02/2015, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão nº. 013/2015, do tipo Presencial, cuja abertura ocorrerá as 09h00 - Local, do dia 19/03/2015, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE LUMINÁRIAS 03 PÉTALAS EM RUAS E AVENIDAS MUNICIPAIS**, conforme especificações em Edital. O Edital poderá ser adquirido na Prefeitura Municipal de Juara-MT, na Rua Niterói nº 81-N, Centro, ou no site WWW.cidadecompras.com.br, WWW.juara.mt.gov.br; maiores informações: Fone (0xx66) 3556-9400.

Juara-MT, 05 de Março de 2015.

José Roberto Pereira Alves Edson Miguel Piovesan

Pregoeiro Oficial Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA N° 136/2015

ONDE LÊ-SE:

PORTARIA Nº 136/2015.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:

Considerando, a necessidade de realização de procedimentos licitatórios no âmbito do CISVA;

Considerando, as Leis Federais nº 866/93 e 10.520/2002;

Considerando, o Ofício nº 022/CISVA/2015;

Considerando ainda o deferimento do Excelentíssimo Prefeito Sr. Edson Miguel Piovesan;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar sem ônus para Prefeitura Municipal de Juara-MT. no período de 02/03/2015 A 31/12/2015, o Sr. **José Roberto Pereira Alves**, brasileiro, maior, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador do CI RG nº 07114885-SSP/MT e do CPF nº 581. 067.821-15, Pregoeiro efetivo, para exercer a função de

Pregoeiro

no Âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 02 de Março de 2015.

EDSON MIGUEL PIOVESAN

PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia:

GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

LEIA-SE

PORTARIA Nº 136/2015.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:

Considerando, a necessidade de realização de procedimentos licitatórios no âmbito do CISVA;

Considerando, as Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002;

Considerando, o Ofício nº 022/CISVA/2015;

Considerando ainda o deferimento do Excelentíssimo Prefeito Sr. Edson Miguel Piovesan;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar sem ônus para Prefeitura Municipal de Juara-MT, no período de 02/03/2015 A 31/12/2015, o Sr. José Roberto Pereira Alves, brasileiro, maior, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador do CI RG nº 07114885-SSP/MT e do CPF nº 581. 067.821-15, Pregoeiro efetivo, para exercer a função de Pregoeiro no Âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Arinos, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 02 de Março de 2015.

EDSON MIGUEL PIOVESAN

PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia:

GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

EDITAL COMPLEMENTAR Nº002/2015

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015

A Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado responsável pela Organização e Coordenação do mesmo, no uso das atribuições legais concedidas no Edital nº 001/2015 que normatiza o Processo Seletivo Público da Secretaria Municipal de Saúde vem por meio deste tornar público as inscrições deferidas para os Cargos de Agente de Combate ás Endemias.

NOME	RG	CPF	FUNÇÃO
ADILSON PEREIRA DA SILVA JUNIOR	2471316-3	049.202.721-89	ACE
ADRIANA ELIZABETH MAZUTI	1215199-8	951.581.381-68	ACE
ALEX SANDRO DE SOUZA PACHECO	2323911-5	043.777.971-82	ACE
ANDREIA ARAUJO SOARES	2127615-3	013.211.791-62	ACE
ANDRESSA APARECIDA DA SILVA	2346959-5	043.768.941.76	ACE
ANGELA DOS SANTOS LIMA	1215138-6	403.351.351-53	ACE
ANNA KAROLYNA JOAQUIM DOS SANTOS	2440520-5	054.499.671-28	ACE
BLEIFI DE ARAUJO CARVALHO	2440699-6	045.853.311-40	ACE
CAROLINE FERNANDA DE SOUZA	2623298-1	046.803.841-82	ACE
CELIA ARAUJO DOS SANTOS	1401986-8	927.176.081-68	ACE
CELIANE SANTANA FARIA	1119027-2	545.074.481-15	ACE
CIMARA OLIVEIRA DOS SANTOS	1873006-0	023.180.901-81	ACE
CLEIDE MARTIMIANO	1068046-2	797.167.761-87	ACE
DAIANE ADRIELI FIGUEREDO	1788681-3	014.871.281.93	ACE
DAMARIS DUQUINI FERREIRA	802.841	792.066.972-34	ACE
DANIELA LUIZA RODRIGUES DA SILVA	8933858-1	051.556.779-55	ACE
DARIELI HELENA SILVA DE ANDRADE	2047686-8	031.434.031-95	ACE
DARLIANE DO NASCIMENTO E SILVA	2376770-7	937.181.012-20	ACE
DEISIANE CRIVILIN CHAGAS	1799930-8	036.334.311-36	ACE
DHERLIN MARQUES DA ROCHA	2633146-2	056.558.991-16	ACE
DIVINA DE OLIVEIRA	1311037-3	951.912.671-68	ACE
DJAIME LOPES SOUTO TEROZO	1653508-1	012.151.341-69	ACE
EDUARDO DA SILVA COLINSQUE	2087278-0	042.825.941-36	ACE
ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA	1327896-7	901.978.011-53	ACE
ESTEFANE GOMES DA SILVA	2537253-0	053.498.101-11	ACE
FRANCIELE BRANDAO ROCHA	2074163-4	041.521.191-36	ACE
GESSICA FERNANDES FERREIRA MARTINS	2419539-1	047.037.931-64	ACE
GILOMAX FEITOSA LIMA	2412405-2	057.055.801-85	ACE
GISELE APARECIDA CALMON	1417150-3	898.920.461-53	ACE
HIAGO RIBEIRO DA SILVA	2171534-3	044.041.841-07	ACE
HILDA DA SILVA	1346062-5	015.14.921-05	ACE
IGOR BATISTA PAES DE SOUZA	2465128-1	060.890.421-02	ACE
ISABEL LILIAN ALMEIDA DE BRITO	2614829-3	056.692.881-73	ACE
JAQUELINE DA SILVA BARBOSA DE SOUZA	1300625	047.291.871-05	ACE
JESSICA TORRES	2298561-1	041.768.271-90	ACE
JULIANA KOCHHANN DE HOLANDA	2015866-1	027.098.691-01	ACE
KELLE CRISTINA RODRIGUES	2218781-2	045.511.481-13	ACE
LEIDIANE VIANA DE ASSUNÇÃO	2351589-9	043.906.661-18	ACE
LENICE CRISTIANA DA HORA	2015909-9	040.149.431.43	ACE
LUCIANA DA SILVA	1786641-3	028.118.291-48	ACE
LUCIANA ERLICHI CHRISTOFOLI	2301978-6	030.131.441-14	ACE
LUCIENE PEREIRA MACHADO	1623543-6	022.534.731-89	ACE
LUCIMARA FERREIRA DA SILVA	1215875-5	918.932.911-20	ACE
LUZENILDA DE OLIVEIRA	1879793.8	019.688.841-73	ACE
MARCELO AUGUSTO DE CARVALHO DA SILVA	2570939-9	051.262.381-32	ACE
MARIA DOS SANTOS BATISTA	1324053-6	805.034.541-68	ACE
MARIA DULCINEIA LEMOS MORAIS	2331749-3	032.782.011-08	ACE

MARIA IVONE PEREIRA GUIMARAES	1480325-9	973.584.361-72	ACE
MARLON UVIDA BORGES	1740807-5	046.329.931-07	ACE
MICHELI DA SILVA RODRIGUES	2382864-1	051.169.771-61	ACE
NEDINA FERREIRA DA SILVA	1637981-0	010.571.921-80	ACE
RAQUEL DOS REIS SILVA	1888897-6	026.292.531-12	ACE
RAUF CANDIDO ANSELMO	37259920-5	317.807.648-47	ACE
REVIVALDO DE QUEIROZ LIMA	1511267-5	022.490.881-28	ACE
ROSANA LOPES RODRIGUES	21681725	140.341.028-37	ACE
ROSIANE RIBEIRO GOMES	1734271-6	014.509.271-22	ACE
ROSENILDE ANTONIA DOS SANTOS	1386304-5	819.939.781-00	ACE
SANDRA APARECIDA DA SILVA	1417383-2	001.858.221-42	ACE
SEBASTIANA CECILIA DE SÁ	1582541-8	006.676.181.63	ACE
SILMARA PEREIRA DE OLIVEIRA	2466897-4	051.133.461-36	ACE
SIMONE APARECIDA PEREIRA DE PAULA	2419357-7	021.460.321-03	ACE
SIMONE ROSA DE OLIVEIRA	2080586-1	037.440.981-17	ACE
TIAGO LORENZO DE QUEIROZ	2785680-1	055.684.511-09	ACE
ULIANE COUTINHO ALVES PADUA	1370345	055.760.031-60	ACE
VALDINEIA DO NASCIMENTO	1717739-1	021.063.521-58	ACE
WELLERSON PROVENSI DE BARROS	1852165-7	054.523.951-64	ACE

Juara, 05 de Março de 2015.

Arlete de Assunção RamosClaudemir VolpatoFernanda Vaz

Presidente1º Secretário2ª Secretária

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 501/2015.

SÚMULA – Dispõe sobre a Convocação dos candidatos que mencionam, aprovados e/ou classificados em *Concurso Público n° 001/2010* do Município de Juína-MT, e dá outras providências.

ZULMAR CURZEL, Prefeito Municipal de Juina em Exercício, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

DECRETA:

Art. 1.º Tendo em vista o resultado do **Concurso Público n° 001/2010** realizado nos termos do **Edital de Concurso Público nº 001/2010**, ficam convocados para a posse e entrada em exercício os candidatos relacionados na Relação dos Candidatos Convocados constantes do ANEXO ÚNICO, do presente Decreto, que desse passa a ser parte integrante.

Art. 2.º Os candidatos ora convocados na forma deste Decreto deverão comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, sito na Praça Alan Kardec, Perímetro Urbano AR - 01, S/N, Centro, no Município de Juína-Mt, o mais urgente possível ou em até 05 (cinco) dias da publicação deste Ato, para as providências necessárias e cabíveis, com vista aos procedimentos de conferência da documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a posse e designação do respectivo local de trabalho.

Parágrafo Único. O não Comparecimento no prazo previsto neste artigo implicará na desclassificação dos candidatos, sendo, portanto, considerados desistentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da prefeitura municipal de Juina/MT, aos 05 de março de 2015.

ZULMAR CURZEL

Prefeito Municipal de Juina em Exercício

Registrada no livro próprio e

publicada por afixação no local

de costume, na mesma data.

Valdoir Antonio Pezzini

Sec. Mun. de Finanças e Administração

ANEXO ÚNICO

DECRETO n.º 501/2015.

Concurso Público n.° 001/2010.

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS CONVOCADOS

I – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:

Classificação	Inscrição	Candidato
49°	001685	VANDA ROSA DE JESUS

II – VIGIA:

Classificação	Inscrição	Candidato
43°	002916	GEANDRO RIBEIRO ROSANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 006/2015

LICITAÇÃO: Convite 001/2015

VIGÊNCIA: De 05 de Fevereiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

OBJETO: Contratação de empresa para, locação de palco, sonorização, iluminação, tendas, banheiros químicos, grade inibidora, camarins, fechamento para Back Stage e demais serviços necessários para a realização do CARNAVAL DE LAMBARI D'OESTE – MT, 2015.

VALOR GLOBAL: R$74.666,50 (setenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos)

VALOR MENSAL: Conforme execução.

CONTRATADA: PEDRO BATISTA CORREIA - ME

CNPJ: 07.367.271/0001-29

PREFEITURA: Lambari D'Oeste – MT, 05 de Fevereiro de 2015.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 014/2015

VIGÊNCIA: De 05 de Fevereiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

OBJETO: Prestação de serviços como Orientadora Social do grupo de 14 à 17 anos do SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

VALOR GLOBAL: R$8.640,00 (oito mil e seiscentos e quarenta reais)

VALOR MENSAL: 1 (uma) parcela de R$640,00 (seiscentos e quarenta reais) e 10 (dez) parcelas mensais de R$800,00 (oitocentos reais).

CONTRATADA: CLEIDIANE DOS SANTOS CARVALHO

CPF: 701.647.161-65

PREFEITURA: Lambari D'Oeste – MT, 05 de Fevereiro de 2015.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 013/2015

VIGÊNCIA: De 05 de Fevereiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

OBJETO: Prestação de serviços como Agente Administrativo da Equipe Volante Recurso (PAIF / VOLANTE), junto a Secretaria de Ação Social.

VALOR GLOBAL: R$8.640,00 (oito mil e seiscentos e quarenta reais)

VALOR MENSAL: 1 (uma) parcela de R$640,00 (seiscentos e quarenta reais) e 10 (dez) parcelas mensais de R$800,00 (oitocentos reais).

CONTRATADA: ROZINHA PERES DE CARVALHO

CPF: 032.860.571-93

PREFEITURA: Lambari D'Oeste – MT, 05 de Fevereiro de 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 035/2015

PORTARIA Nº 035/2015 DE 04 DE MARÇO DE 2015

"Nomeia *MARIANA LOPES DE FREITAS RODRIGUES,* para o exercício do cargo em Comissão de Coordenadora de Almoxarifado e Compras e, dá providências."

A Prefeita Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, **Sr. MARIA MANEA DA CRUZ**, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos III, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, letra "a" da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear **MARIANA LOPES DE FREITAS RODRIGUES,** portadora do CPF Nº 902.257.241-20 para o exercício do cargo em Comissão de Coordenadora de Almoxarifado e Compras, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, constante no Anexo Único, da Lei Complementar Municipal nº 042, de 21 de agosto de 2013.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da rubrica 31.90.11.00- Vencimentos e Vantagens Fixas do órgão/unidade ao qual o Funcionário está subordinado, constante na Lei Orçamentária Anual do corrente exercício, suplementada, se necessário na forma da Lei.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E, CUMPRA-SE.

MARIA MANEA DA CRUZ

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 012/2015

VIGÊNCIA: De 05 de Fevereiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

OBJETO: Locação de 50 metros de arquibancada para serem utilizadas no carnaval de rua de Lambari D'Oeste de 2015.

VALOR GLOBAL: R$7.350,00 (sete mil e trezentos e cinquenta reais)

VALOR MENSAL: Conforme execução.

CONTRATADO: LUIZ CARLOS PEREIRA DA SILVA

CPF: 393.920.151-00

PREFEITURA: Lambari D'Oeste – MT, 05 de Fevereiro de 2015.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 017/2015 – ATA REGISTRO DE PREÇOS

LICITAÇÃO: Pregão Presencial 001/2015

CONTRATADA: SAMUEL PEREIRA VIEIRA & CIA LTDA – ME

CNPJ: 10.229.887/0001-48

VIGÊNCIA: De 27 de Fevereiro de 2015 até 27 de Fevereiro de 2016.

OBJETO: Registro de preço para possível e eventual aquisição de combustíveis, óleos lubrificantes e diesel s10, para atender as necessidades das Secretarias da Prefeitura de Lambari D'Oeste - MT.

VALOR GLOBAL: R$438.322,00 (quatrocentos e trinta e oito mil e trezentos e vinte e dois reais), divididos entre: LOTE 01 – R$324.720,00 (trezentos e vinte e quatro mil e setecentos e vinte reais); LOTE 02 – R$19.202,00 (dezenove mil e duzentos e dois reais); LOTE 04 – R$94.400,00 (noventa e quatro mil e quatrocentos reais).

VALOR MENSAL: Mediante a apresentação de fatura do mês.

PREFEITURA: Lambari D'Oeste – MT, 27 de Fevereiro de 2015.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 011/2015

LICITAÇÃO: Inexigibilidade de Licitação 005/2015

VIGÊNCIA: De 05 de Fevereiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

OBJETO: Contratação de empresa promocional para realização de show artístico musical com a banda "BUANA" a ser realizado no dia 17 de Fevereiro de 2015, na cidade de Lambari D'Oeste – MT, por ocasião do 14º Carnaval de Rua de Lambari D'Oeste – MT.

VALOR GLOBAL: R$24.000,00 (vinte e quatro mil reais)

VALOR MENSAL: Conforme execução.

CONTRATADA: SAVANA REPRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME

CNPJ: 11.783.569/0001-97

PREFEITURA: Lambari D'Oeste – MT, 05 de Fevereiro de 2015.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 007/2015

LICITAÇÃO: Inexigibilidade de Licitação 001/2015

VIGÊNCIA: De 05 de Fevereiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

OBJETO: Contratação de empresa promocional para realização de show artístico musical com a banda "MILENNIUM CIA SHOW" a ser realizado no dia 16 de fevereiro de 2015, na cidade de Lambari D'Oeste – MT, por ocasião do 14º Carnaval de Rua de Lambari D'Oeste – MT.

VALOR GLOBAL: R$18.000,00 (dezoito mil reais)

VALOR MENSAL: Conforme execução.

CONTRATADA: SBN LTDA ME

CNPJ: 04.544.513/0001-14

PREFEITURA: Lambari D'Oeste – MT, 05 de Fevereiro de 2015.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 015/2015

VIGÊNCIA: De 23 de Fevereiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

OBJETO: Prestação de serviços como Facilitadora de Oficina para Grupo de 06 a 13 anos do SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

VALOR GLOBAL: R$8.160,00 (oito mil e cento e sessenta reais)

VALOR MENSAL: 1 (uma) parcela de R$160,00 (cento e sessenta reais) e 10 (dez) parcelas mensais de R$800,00 (oitocentos reais).

CONTRATADA: LUZIA RIBEIRO DO BONFIM

CPF: 019.642.041-51

PREFEITURA: Lambari D'Oeste – MT, 23 de Fevereiro de 2015.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 010/2015

LICITAÇÃO: Inexigibilidade de Licitação 004/2015

VIGÊNCIA: De 05 de Fevereiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

OBJETO: Contratação de empresa promocional para realização de show artístico musical com a banda "CHEIRO DA BAHIA" a ser realizado no dia 15 de Fevereiro de 2015, na cidade de Lambari D'Oeste – MT, por ocasião do 14º Carnaval de Rua de Lambari D'Oeste – MT.

VALOR GLOBAL: R$21.000,00 (vinte e um mil reais)

VALOR MENSAL: Conforme execução.

CONTRATADA: SILVA & CORREIA LDTA - ME

CNPJ: 10.947845/0001-42

PREFEITURA: Lambari D'Oeste – MT, 05 de Fevereiro de 2015.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 009/2015

LICITAÇÃO: Inexigibilidade de Licitação 003/2015

VIGÊNCIA: De 05 de Fevereiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

OBJETO: Contratação de empresa promocional para realização de show artístico musical com a banda "LEGISLATIVO" a ser realizado no dia 14 de Fevereiro de 2015, na cidade de Lambari D'Oeste – MT, por ocasião do 14º Carnaval de Rua de Lambari D'Oeste – MT.

VALOR GLOBAL: R$12.000,00 (doze mil reais)

VALOR MENSAL: Conforme execução.

CONTRATADA: E.B. DE SOUZA – SHOWS E EVENTOS - ME

CNPJ: 10.209.363/0001-95

PREFEITURA: Lambari D'Oeste – MT, 05 de Fevereiro de 2015.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 016/2015 – ATA REGISTRO DE PREÇOS

LICITAÇÃO: Pregão Presencial 001/2015

CONTRATADA: ANA PAULA SILVEIRA BARRETO – EPP

CNPJ: 06.041.950/0001-40

VIGÊNCIA: De 27 de Fevereiro de 2015 até 27 de Fevereiro de 2016.

OBJETO: Registro de preço para possível e eventual aquisição de combustíveis, óleos lubrificantes e diesel s10, para atender as necessidades das Secretarias da Prefeitura de Lambari D'Oeste - MT.

VALOR GLOBAL: Referente ao LOTE 03 = R$229.280,00(duzentos e vinte e nove mil e duzentos e oitenta reais)

VALOR MENSAL: Mediante a apresentação de fatura do mês.

PREFEITURA: Lambari D'Oeste – MT, 27 de Fevereiro de 2015.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2015

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO – POR LOTE"

A Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste / MT, em 05 de Março de 2015, através da Comissão Permanente de Licitação e de seu Pregoeiro torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 18 de Março de 2015 às 09:00 hs, a licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2015, cujo objeto é o *"Registro De Preço Para Futura E Eventual Aquisição De Gêneros Alimentícios, Materiais De Consumo E Produtos De Higiene E Limpeza, Para Serem Utilizados Na Secretaria De Promoção E Assistência Social, Conforme Relação Descrita No Anexo"*, a pasta contendo o Edital completo e seus anexos encontram-se a dispo-

sição dos interessados no email: licitacao@lambaridoeste.mt.gov.br e no Telefone (65) 3228 – 1178 ou no horário de expediente desta Prefeitura .

Lambari D'Oeste/MT em 05 de Março de 2015.

Duilho Rabelo Boascivis – Pregoeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 036/2015

PORTARIA Nº 036/2015 DE 04 DE MARÇO DE 2015

Nomeia o Servidor Efetivo *DUILHO RABELO BOASCIVIS,* para o exercício do cargo em Comissão de Chefe do Departamento de Convênios e Contratos.

A PrefeitaMunicipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, **Sr. MARIA MANEA DA CRUZ**, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos III, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, letra "a" da Lei Orgânica do Município ,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Servidor Efetivo **DUILHO RABELO BOASCIVIS, portador do CPF:009.084.071-22,** para o exercício do cargo em Comissão de Chefe do Departamento de Convênios e Contratos, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da rubrica 31.90.11.00- Vencimentos e Vantagens Fixas do órgão/unidade ao qual o Funcionário está subordinado, constante na Lei Orçamentária Anual do corrente exercício, suplementada, se necessário na forma da Lei.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, Edifício Sede do Poder Executivo, em Lambari D'Oeste - MT, 04 de março de 2015.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E, CUMPRA-SE.

MARIA MANEA DA CRUZ

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 008/2015

LICITAÇÃO: Inexigibilidade de Licitação 002/2015

VIGÊNCIA: De 05 de Fevereiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

OBJETO: Contratação de empresa promocional para realização de show artístico musical com a banda "PALLADIUM" a ser realizado no dia 13 de Fevereiro de 2015, na cidade de Lambari D'Oeste – MT, por ocasião do 14º Carnaval de Rua de Lambari D'Oeste – MT.

VALOR GLOBAL: R$14.000,00 (quatorze mil reais)

VALOR MENSAL: Conforme execução.

CONTRATADA: E.B. DE SOUZA – SHOWS E EVENTOS - ME

CNPJ: 10.209.363/0001-95

PREFEITURA: Lambari D'Oeste – MT, 05 de Fevereiro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE ADITIVO

TIPO DE ALTERAÇÃO Nº: 1º Termo de Aditivo de Contrato Nº 536/2014

CONTRATADO: NKS INDUSTRIA DE MÁQUINAS EIRELI ME*DATA:* 13/02/2015

MOTIVO ADITIVO: ADITIVO DE PRAZO

PAULO HENRIQUE BRINCKER

PRESIDENTE DA CPL

OTAVIANO OLAVO PIVETTA

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 033/2015

A Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde – MT, através do Sr. Prefeito Municipal Otaviano Olavo Pivetta, *CONVOCA*, o(a) candidato(a) abaixo relacionado(a), classificado(a) no Processo Seletivo Simplificado 001/2015, para comparecer no prazo máximo de 02 (dois) dias, a contar da publicação desta, na Sede da Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, situada na Avenida América do Sul, 2500-S, Parque dos Buritis, para apresentarem documentos, habilitações exigidas e firmar contrato por prazo determinado em seu respectivo cargo. Cargo: AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
03°	RAFAELA DE FATIMA RODRIGUES

Cargo: MÉDICO(A) – 40 HORAS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
04°	AMELIANA MARTINS LISBOA

O não comparecimento no prazo legal implicara na desistência do(a) candidato(a) convocado(a) podendo a Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, convocar o(s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

Lucas do Rio Verde – MT, 05 de Março de 2015.

OTAVIANO OLAVO PIVETTA

Prefeito Municipal

Solimara Ligia Moura

Secretária Municipal de Planejamento e Gestão

PREFEITURA MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE ESTADO DE MATO GROSSO AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL N. 026/2015 REGISTRO DE PREÇOS N. 012/2015

Objeto do Pregão: Pregão Presencial (Registro de Preços) para contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços gerais por hora para o Município de Lucas do Rio Verde-MT.

Data: 05 de março de 2015.

Empresa Vencedora: Item 0001 empresa: COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES com o valor total de R$ 795.000,00 (setecentos e noventa e cinco mil reais).

Lucas do Rio Verde-MT, 05 de Março de 2015.

Sirlei Amaro da Silva

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL
1º RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2015

1º RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2015

O MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE-MT, através de sua Comissão Permanente de Licitação, **torna público** as seguintes retificações no Edital de Pregão Presencial (Registro de Preço) para a Contratação de empresa especializado no fornecimento, instalação e configuração de câmeras (incluindo lentes, fontes, caixas de proteção e demais itens necessári-

os para o funcionamento) de vigilância para uso nos Prédios públicos do Município de Lucas do Rio Verde-MT.

Fica alterado no Edital: **Qualificação Técnica.**

Em razão das alterações mencionadas altera-se a data da abertura do presente certame, da seguinte forma:

Dia: 19/03/2015

Entrega dos Envelopes: Até as 08:30 horas do dia 19/03/2015

Abertura dos Envelopes: Às 08:30 horas do dia 19/03/2015

Visita Técnica: Para as empresas que já fizeram visita técnica antes da retificação as mesmas continuam válidas.

Edital Completo: Afixado no endereço acima e na Internet, site www.lucasdorioverde.mt.gov.br.

Fundamento Legal:Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).Lucas do Rio Verde MT, 05 de Março de 2015.

Sirlei Amaro da Silva

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 007/2015

EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS

CONTRATO N° 007/2015.

OBJETO: O objeto do presente Contrato é a Prestação de Serviços no Fornecimento de Licenças de uso, manutenção e suporte técnico em sistemas de informática na ordem legal dos seguintes softwares: *Portal Transparência*.

CONTRATADO: Ágili Softwares para Área Pública Ltda

VALOR: R$7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)

DATA ASSINATURA: 12/02/2015

DATA VIGÊNCIA INÍCIO: 12/02/2015

DATA VIGÊNCIA FINAL: 12/02/2016

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 008/2015

EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS

CONTRATO N° 008/2015.

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada e Habilitada para Prestação de Serviço de Realização de Concurso Público para suprir a necessidade da Administração Pública Municipal do Município de Marcelândia – MT, para os cargos previstos na tabela do termo de referência parte do Edital do Pregão Presencial nº 004/2015, para atender as necessidades das Secretarias Municipais.

CONTRATADO: *ATOS CONSULTORIA PÚBLICA E EMPRESARIAL LTDA*

VALOR: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

DATA ASSINATURA: 18/02/2015

DATA VIGÊNCIA INÍCIO: 18/02/2015

DATA VIGÊNCIA FINAL: 17/06/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº. 09/2015

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 25 DE MARÇO DE 2015 às 14h00min na sede da Prefeitura Municipal, a TOMADA DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DESENVOLVIMENTO DE PROJETO ARQUITETÔNICO E COMPLEMENTARES PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL, CONSTRUÇÃO DA SEDE DO PÁTIO DE OBRAS, RODOVIÁRIA, CASA DO MEL, AMPLIAÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES E FEIRA DO BAIRRO JARDIM DAS FLORES, PRAÇA AO LADO DA IGREJA CATÓLICA MATRIZ E AMPLIAÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. Maiores Informações através do Edital nº. 033/2015, que esta disponível no site www.matupa.mt.gov.br/Transparencia/ e pode ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 06 de Março de 2015.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇO Nº. 012/2015

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: "PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE DOIS VEÍCULOS CAMINHONETE ZERO KM DUAS PORTAS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT, CONFORME DESCRIÇÃO ESPECIFICADA NO ANEXO I DESTE EDITAL" de acordo com a planilha partes integrante do Edital da respectiva PREGAO ELETRÔNICO Nº. *01/2015.*

CONTRATADA: **ECS COMÉRCIO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS LTDA – EPP**

Valor/Global: R$ 157.600,00

Assinatura: 05/03/2015

Da Dotação Orçamentária:

Código Geral: 06.060.0.1.20.606.0011.1027.4490.52.000 – R$ 78.800,00

Código Geral: 07.070.0.1.12.361.0015.1046.4490.52.000 – R$ 78.800,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 001/2015 que entre si celebram o Município de Mirassol D´Oeste-MT e a Associação Mirassol D´Oeste com Música e Cidadania-Apromúsica. Objeto: transferência mensal de recursos financeiros a título de subvenção social, destinados exclusivamente para cobrir despesas para pagamento de funcionários, água, energia elétrica, telefone, locação de imóvel e demais despesas de custeio inerentes ao funcionamento da entidade conforme descrito no Plano de Trabalho. Valor Global: R$ 38.160,00. Vigência: até 31/12/2015. Data de assinatura: 26/02/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 052/2015

"Dispõe sobre a nomeação do Sr. Gilberto Rabelo Junior,e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Sebastião Gilmar Luiz da Silva**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Sr. Gilberto Rabelo Junior, portador do RG nº. 2590994-0 SSP/MT, inscrito no CPF nº. 054.901.941-38, para o cargo em Comissão de Chefe de Divisão de Comunicação.

Art. 2º. Esta Portaria entrara em vigor, retroagindo seus efeitos a 02 de março de 2015, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 05 de Março de 2015.

Sebastião Gilmar Luiz da Silva

Prefeito Municipal de Nobres

LICITAÇÃO
RATIFICAÇAO DISPENSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 003/2015

Modalidade: DISPENSA nº 03/2015 **Interessada**: Prefeitura Municipal de Nobres – MT. **Objeto**: **LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O POSTO DE SAUDE DO BAIRRO JARDIM GLORIA, no município de Nobres-MT. Valor Global:** R$ 15.600,00 (Quinze mil e seiscentos reais). **Fundamento Legal:** Artigo 24, inciso X da Lei nº 8666/93. Ratificamos a Dispensa de licitação nº 003/2015 em consonância com a justificativa apresentada e parecer jurídico, nos termos do art. 24, XVII da Lei nº 8.666/93.

Nobres, 05 de Março de 2015.

Luciene Maria Nonato

Presidente Da Comissão De Licitação

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
PREGAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

MODALIDADE - PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2015

A Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 176/2014 de 16 de Outubro de 2015, faz saber que será aberta a Licitação Modalidade *PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2015*, **TIPO MENOR PREÇO**, que será realizado no dia 18 de Março de 2015, às 14:00 horas na sala de licitação da prefeitura, localizada na Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n, Jardim Paraná. **OBJETO**: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA**, do Município de Nobres - MT em conformidade com as cláusulas e condições contidas neste Edital e seus Anexos. Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 11:00 h e das 13:00h ás 17:00h, ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/ . Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200 – Ramal 4215.

Nobres, 05 de Março de 2015.

NADIR DA SILVA

PREGOEIRA

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES

LICITAÇÃO
EXTRATOS FEVEREIRO

EXTRATO CONTRATO FEVEREIRO 2015

CONTRATO Nº 007/2015 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa FABIANA BRAGA DE CASTRO 01526881101, CNPJ sob o nº 19.860.928/0001-74. Objeto*:* Prestação de Serviços de operação e manutenção no sistema de distribuição de água na Roda d'água, localizado no distrito da Coqueiral, área rural do município. Valor: R$ 7.800,00 (sete mil e setecentos reais). Data: 03/02/2015. Prazo: 04(quatro) meses. Assinam – Sebastião Gilmar Luiz Da Silva – Prefeito Municipal De Nobres e FABIANA BRAGA DE CASTRO 01526881101 – Contratado.

CONTRATO Nº 008/2015 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa MRE CONSTRUÇOES E SERVIÇOS EIRELI - ME, CNPJ sob o nº 20.170.021/0001-62. Objeto: Contratação De Empresa Para Prestação De Serviços De Reforma De Ponte De Madeira Sobre O Rio Novo, Rodovia Vicinal,Trecho Entre Nobres E Nova Mutum, Para Atender As Necessidades Da Secretaria Municipal De Obras. Valor: R$ 227.130,79 (duzentos e vinte e sete mil, cento e trinta reais com setenta e nove centavos). Data: 05/02/2015. Prazo: 30(trinta) dias. Assinam – Sebastião Gilmar Luiz Da Silva – Prefeito Municipal De Nobres e MRE CONSTRUÇOES E SERVIÇOS EIRELI - ME – Contratado.

CONTRATO Nº 009/2015 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a Sra EUZANI FERREIRA DA COSTA, brasileira, inscrita no CPF n.º 649.970.301-04. Objeto: Prestação de serviço de Instrutora de Música para atender aos Programas da Secretaria Municipal de Promoção e Bem Estar Social. Valor: R$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais. Data: 09/02/2015. Prazo: 10(dez) meses. Assinam – Sebastião Gilmar Luiz Da Silva – Prefeito Municipal De Nobres e EUZANI FERREIRA DA COSTA – Contratado.

CONTRATO Nº 10/2015 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa H. S TRANSPORTES E MAQUINAS LTDA ME, devidamente inscrita no CNPJ n° 05.129.233/000-02. Objeto: Contratação De Empresa Para Locação De Caminhões Compactador De Lixo para Atender As Necessidades Da Secretaria Municipal De Infraestrutura Do Município De Nobres - MT. Valor: R$ 111.600,00 (cento e onze mil com seiscentos reais). Data: 19/02/2015. Prazo: 12(doze) meses. Assinam – Sebastião Gilmar Luiz Da Silva – Prefeito Municipal De Nobres e H. S TRANSPORTES E MAQUINAS LTDA ME – Contratado.

CONTRATO Nº 11/2015 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa H. S TRANSPORTES E MAQUINAS LTDA ME, devidamente inscrita no CNPJ n° 05.129.233/000-02. Objeto: Contratação De Empresa Especializada Em Prestação De Serviço De Serviços De Coleta Do Lixo Nas Localidades Do Distrito Da Coqueiral E Vila Bom Jardim No Município De Nobres - Mt. Valor: R$ 60.600,00 (sessenta mil e seiscentos reais). Data: 19/02/2015. Prazo: 12(doze) meses. Assinam – Sebastião Gilmar Luiz Da Silva – Prefeito Municipal De Nobres e H. S TRANSPORTES E MAQUINAS LTDA ME – Contratado.

CONTRATO Nº 12/2015 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA, CNPJ n° 01.016.616/0001-13. Objeto: aquisição de Veículos Adaptado para Ambulância para atender a secretaria municipal de Saúde. Valor: R$ 79. 000,00 (setenta e nove mil reais). Data: 12/02/2015. Prazo: 12 (doze) meses. Assinam – Sebastião Gilmar Luiz Da Silva – Prefeito Municipal De Nobres e DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA – Contratado.

CONTRATO Nº 13/2015 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa RÁDIO NOBRES FM LTDA, inscrita no CNPJ Nº 03.280. 277/0001-26. Objeto: Contratação de empresa para Serviços de Publicidade Institucional dos Atos, Programas, Serviços e Campanhas Educativas do Poder Executivo do Município de Nobres - MT. Valor: R$ 60.000,00 (sessenta mil reais). Data: 25/02/2015. Prazo: 12(doze) meses. Assinam –

Sebastião Gilmar Luiz Da Silva – Prefeito Municipal De Nobres e RÁDIO NOBRES FM LTDA – Contratado.

CONTRATO Nº 14/2015 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa FAWA CONSTRUTORA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 04.246.387/0001-11. Objeto: Contratação De Empresa Especializada Em Restauração Do Pavimento Asfáltico Na Cohab Por Do Sol No Município De Nobres - MT. Valor: R$ 28.910,32 (vinte e oito mil novecentos e dez reais com trinta e dois centavos). Data: 20/02/2015. Prazo: 02(dois) meses. Assinam – Sebastião Gilmar Luiz Da Silva – Prefeito Municipal De Nobres e FAWA CONSTRUTORA LTDA ME – Contratado.

CONTRATO Nº 15/2015 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa BRIDES FERREIRA DE SIQUEIRA JUNIOR - ME, inscrita no CNPJ nº 17.582.794/0001-41. Objeto: Contratação de empresa especializada para o transporte de pacientes ao Município de Cuiabá a diversos Hospitais, Clínicas ou Consultórios, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nobres - MT. Valor: R$ 100.560,00 (cem mil quinhentos e sessenta reais). Data: 19/02/2015. Prazo: 12(doze) meses. Assinam – Sebastião Gilmar Luiz Da Silva – Prefeito Municipal De Nobres e BRIDES FERREIRA DE SIQUEIRA JUNIOR - ME – Contratado.

CONTRATO Nº 17/2015 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a Sra CANDIDA DA CONCEIÇÃO DA SILVA, brasileira, inscrita no CPF n.º 568.004.361-00. Objeto: Prestação de Serviço de Instrutora do Curso de Salgado que realizar-se-á na zona rural para atender a Secretaria de Assistência Social - CRAS. Valor: R$ 2.000,00 (dois mil reais). Data: 24/02/2015. Prazo: 04(quatro) dias. Assinam – Sebastião Gilmar Luiz Da Silva – Prefeito Municipal De Nobres e CANDIDA DA CONCEIÇÃO DA SILVA – Contratado.

ADITIVOS FEVEREIRO

1° ADITIVO AO CONTRATO Nº 115/2014 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e o sr. ELUINO ALVES DA SILVA, portador do RG n° 476517 SSP/MT, inscrito no CPF n° 320.441.191-53. Objeto: prorrogação do contrato original por mais 30(trinta) dias e atualização da dotação orçamentária para o exercício de 2015. Valor: R$ 1.810,00 (mil oitocentos e dez reais). Data: 20/02/2015. Prazo: 30(trinta) dias. Assinam – Sebastião Gilmar Luiz Da Silva – Prefeito Municipal De Nobres e ELUINO ALVES DA SILVA – Contratado.

2° ADITIVO AO CONTRATO Nº 63/2014 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e o SR. JOÃO CLOVIS ANTONIACOMI, inscrita no CPF sob o nº 319.179.849-87. Objeto: Renovação do contrato n° 63/2014, cujo objeto é a locação de bem imóvel destinado a abrigar temporariamente o Terminal Rodoviário. Valor: R$ 4.000,00 (quatro mil reais). Data: 06/02/2015. Prazo: 02(dois) meses. Assinam – Sebastião Gilmar Luiz Da Silva – Prefeito Municipal De Nobres e JOÃO CLOVIS ANTONIACOMI – Contratado.

3° ADITIVO A ATA RP Nº 04/2014 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES BUSSOLARO LTDA, CNPJ nº 36.961.837/0001-44. Objeto: Reequilíbrio Econômico Financeiro, readequando o valor da gasolina comum em 11,94%, Óleo Diesel Comum em 9,5%, Óleo Diesel Aditivado em 8,69%, Óleo diesel S - 10 em 4,36%. Valor - Diesel S-10 passa a ser de R$ 3,30 (três reais e trinta centavos), o óleo diesel aditivado R$ 3,39 (três reais e trinta e nove centavos), óleo diesel comum R$ 2,99 (dois reais e noventa e nove centavos) e a gasolina comum R$ 3,28 (três reais e vinte e oito centavos. Data: 19/02/2015.. Assinam – Sebastião Gilmar Luiz Da Silva – Prefeito Municipal De Nobres e COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES BUSSOLARO LTDA – Contratado.

4° ADITIVO AO CONTRATO Nº 61/2014 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa PRODUTIVA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - ME, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 15.686.273/0001-09. Objeto: acréscimo de aproximadamente 28,90%% no quantitativo. Valor: R$ 125.190,65 (cento e vinte e cinco mil cento e noventa reais e sessenta e cinco centavos). Data: 23/02/2015. Assinam – Sebastião Gilmar Luiz Da Silva – Prefeito Municipal De Nobres e PRODUTIVA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - ME – Contratado.

4° ADITIVO AO CONTRATO Nº 137/2013 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa FAWA CONSTRUÇÃO LTDA-ME, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 04.246.387/0001-11. Objeto: Prorrogação da vigência do contrato original por mais 90(noventa) dias. Data: 27/02/2015. Prazo: 03(tres) meses. Assinam – Sebastião Gilmar Luiz Da Silva – Prefeito Municipal De Nobres e FAWA CONSTRUÇÃO LTDA-ME – Contratado.

5° ADITIVO AO CONTRATO Nº 117/2013 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a Sra ANÉZIA FERREIRA DE PINHO, inscrita no CPF sob o n.º 486.869.211-91. Objeto: Prorrogação da vigência do contrato original. Valor: R$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais. Data: 06/02/2015. Prazo: 06(seis) meses. Assinam – Sebastião Gilmar Luiz Da Silva – Prefeito Municipal De Nobres e ANÉZIA FERREIRA DE PINHO – Contratado.

6° ADITIVO AO CONTRATO Nº 115/2014 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa CONSTRUA COM. E SERV. DE CONST. ENG. E ARQ. LTDA-ME, devidamente inscrita no CNPJ 09.130.228/0001-70. Objeto: prorrogação do contrato original por mais 60(sessenta) dias.. Data: 11/02/2015. Prazo: 02(dois) meses. Assinam – Sebastião Gilmar Luiz Da Silva – Prefeito Municipal De Nobres e CONSTRUA COM. E SERV. DE CONST. ENG. E ARQ. LTDA-ME – Contratado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

EXTRATO DO DÉCIMO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 049/2010

DÉCIMO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 049/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT

Contratado: Planeje Projetos Engenharia e Construção EPP.

Objeto: O termo aditivo tem por finalidade a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 049/2010 e de execução da obra. A prorrogação do prazo do referido termo contratual se dará sem aplicação de reajuste de valor.

Dotação orçamentária:

0139-03.008.18.695.0031.2176.44.90.51.00.00.00

Fundamento legal: art. 57 da lei 8.666/93.

Assinatura: 04/02/2015.

Prazo de prorrogação: 120 (Cento e vinte) dias, contados a partir do dia 04 de fevereiro de 2015.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 038/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 038/2014

Contratante: Município de Nortelândia-MT, inscrito no CNPJ sob o nº 03.425.170/0001-06.

Contratado: GLOBAL LIGHT CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 97.538.050/0001-69.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 038/2014. O contrato original tem como objeto: Construção de Unidade Básica de Saúde – Porte I, do município de Nortelândia-MT , conforme especificações técnicas constantes das planilhas orçamentárias, cronograma físico financeiro, memorial descritivo e projetos da obra retro mencionada.

Fundamento Legal: Art. 57 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Valor: A presente prorrogação se dá sem reajuste de valor.

Prazo de prorrogação: 60 (sessenta) dias

Data de assinatura: 30/01/2015

Vigência: a partir do dia 30/01/2015

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 047/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 047/2014

Contratante: Município de Nortelândia-MT, inscrito no CNPJ sob o nº 03. 425.170/0001-06.

Contratado: TOTTAL CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.669.585/0001-62.

Objeto: Prorrogação do prazo de execução da obra de Construção de Praça no Centro do município de Nortelândia-MT.

Fonte do recurso: Secretaria de Estado das Cidades-SECID.

Fundamento Legal: Art. 57 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Valor: A presente prorrogação se dá sem reajuste de valor.

Prazo de prorrogação: 120 (cento e vinte) dias.

Data de assinatura: 24/02/2015.

Vigência: a partir do dia 24/02/2015.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 046/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 046/2014

Contratante: Município de Nortelândia-MT, inscrito no CNPJ sob o nº 03. 425.170/0001-06.

Contratado: GLOBAL LIGHT CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 97.538.050/0001-69.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 046/2014. O contrato original tem como objeto: Construção do Centro de Atendimento ao Turista do município de Nortelândia-MT , conforme especificações técnicas constantes das planilhas orçamentárias, cronograma físico financeiro, memorial descritivo e projetos da obra retro mencionada.

Fundamento Legal: Art. 57 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Valor: A presente prorrogação se dá sem reajuste de valor.

Prazo de prorrogação: 120 (cento e vinte) dias

Data de assinatura: 24/02/2015

Vigência: a partir do dia 26/02/2015

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 020/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 020/2015

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NORTELÂNDIA-MT, CNPJ sob nº 13.869.864/0001-96.

Contratado: TELEFONICA BRASIL S/A, inscrita no CNPJ sob o n° 02.558. 157/0001-62.

Valor: R$ 30.807,00 (trinta mil oitocentos e sete reais).

Objeto: Prestação de serviços de telefonia móvel e acesso a internet móvel.

Dotação Orçamentária:

0290-04.002.10.301.0023.2032-3390.39.00.00.00

Vigência: Ass. 12.02.2015 – Vcto: 31.12.2015

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 049/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 049/2014

Contratante: Município de Nortelândia-MT, inscrito no CNPJ sob o nº 03. 425.170/0001-06.

Contratado: GLOBAL LIGHT CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 97.538.050/0001-69.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 049/2014. O contrato original tem como objeto: Iluminação de Estádio e Mini Estádio no Município de Nortelândia-MT, conforme especificações técnicas constantes das planilhas orçamentárias, cronograma físico financeiro, memorial descritivo e projetos da obra retro mencionada.

Fundamento Legal: Art. 57 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Valor: A presente prorrogação se dá sem reajuste de valor.

Prazo de prorrogação: 120 (cento e vinte) dias

Data de assinatura: 27/01/2015

Vigência: a partir do dia 27/01/2015

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 010/2013

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 010/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA-MT, inscrito no CNPJ sob o nº 03.425.170/0001-06.

Contratado: GUAXE CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.837.996/0001-10.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato e da execução da obra de Recuperação e Conservação de Estradas Vicinais nos trechos denominados de Seguimentos 01, 02, 03 e 04, para acesso ao Assentamento P. A. Raimundo da Rocha, com extensão total de 49,09 Km, sendo 48,222 Km a ser recuperada e 0,868 Km a ser implantada. Conforme disposições do processo licitatório Tomada de Preços 003/2012.

Dotações orçamentárias: 03.006.26.782.0028.1020-4490.51.00.00.00

Valor: Sem reajuste de valor.

Fundamento legal: art. 57 da Lei 8.666/93.

Assinatura do Aditivo: 21/01/2015.

Prazo de prorrogação: 120 (cento e vinte) dias, contados a partir do dia 21/01/2015.

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 032/2013

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 032/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA-MT, inscrito no CNPJ sob o nº 03.425.170/0001-06.

Contratado: GUAXE CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.837.996/0001-10.

Objeto: Execução de Pavimentação Asfáltica de em TSD (Tratamento Superficial Duplo), Capa Selante e Drenagem Superficial de Águas Pluviais nas Ruas Enedina Altamira Amorim, Olinda Moreira de Brito, Garimpeiros, Rodrigo L. Souza e Prefeito Francisco de A. Andrade, no Município de

Nortelândia-MT. Conforme disposições do processo licitatório Tomada de Preços 002/2012.

Dotações orçamentárias: 0141-03.008.15.451.0026.1013.44.90.51.00.00.00

Fundamento legal: art. 57 da Lei 8.666/93.

Assinatura do Aditivo: 16/02/2016.

Prazo de prorrogação: 120 (cento e vinte) dias, contados a partir do dia 16 de fevereiro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº. 28/2015

SÚMULA: "FIXA HORÁRIO DE ATENDIMENTO DO PROCON – (ÓRGÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais conferidas pela Constituição Federal, e, pela Lei Orgânica Municipal, em especial artigo 72, inciso V, bem como com arrimo no que estabelece o art. 37 da Carta Política, e,

Considerando-se: a Lei Municipal nº. 815/2013, que em súmula: "Dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC – institui a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – CONDECON, e institui o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMPDC, e dá outras providências";

Considerando-se: O Termo de Cooperação nº. 014/2014/SEJUDH/FUNDECON, firmado entre o Estado de Mato Grosso por intermédio da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH, através do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor – FUNDECON e o Município de Nova Bandeirantes, que em justa síntese tem por objeto a mútua cooperação entre os partícipes, para implantação de uma unidade do PROCON no Município de Nova Bandeirantes – MT, visando a proteção e defesa dos consumidores, ordem pública e interesse social, atinentes à área do direito do consumidor, com vistas ao cumprimento dos artigo 5º, inciso XXXII e 170 da Constituição Federal, Lei Federal nº. 8.078 de 11/09/1990 e Decreto nº. 2.181, de 20/03/1997.

DECRETA

Art. 1º- Fica **DETERMINADO** que o expediente do **PROCON DE NOVA BANDEIRANTES/MT** será: das 07:00 horas da manhã às 13:00 horas da tarde, sem intervalo.**Art. 2º-** Fica DETARMINADO que a carga horária da Assessoria Jurídica do PROCON DE NOVA BANDEIRANTES/MT será das 08:00 às 12:00 horas da manhã, sem intervalo. Art. 3º- Este Decreto Executivo entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Executivo nº. 139/2014.REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, E CUMPRA-SE. Nova Bandeirantes-MT, em 04 de março de 2015. _____SOLANGE SOUSA KREIDLOROPrefeita Municipal

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 014/2015

PORTARIA Nº 014/2015

Súmula: "nomeia para exercer cargo em caráter efetivo o Bel. FRANCISCO VIEIRA DE ARAÚJO e dá outras providências".

O Senhor *Marino Francisco Domingues*, Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por lei,

Considerando, o termo de posse para o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais aprovado no Concurso Público 001/2014;

Considerando, o ofício 001/2015 cuja a finalidade anexou os documentos exigidos para a posse,

RESOLVE,

Art. 1º. Nomear para exercer em caráter efetivo no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais o Bel. FRANCISCO VIEIRA DE ARAÚJO, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade n.º 2158850-3 SSP/MT, inscrito no CPF n.º 035.214.471-89, habilitado para o quadro de pessoal da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes – MT, mediante resultado do concurso público Edital n.º 001/2014.

Art. 2º.

O Servidor exercerá o cargo à disposição da Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes/MT, conforme lei n.º 850/2014, plano de cargos e carreira lei n.º 851/2014 e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, lei n.º 111/1997.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data sua publicação e revoga as disposições contrárias.

Gabinete da Presidência, Câmara Municipal de Nova Bandeirantes/MT, 02 de março de 2015.

MARINO FRANCISCO DOMINGUES

Presidente

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015

Aviso de Licitação – Pregão Presencial nº 006/2015

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, torna público que fará realizar a licitação abaixo especificada:

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2015

PROCESSO LICITATORIO: Nº. 011/2015

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL E QUALIDADE

OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT E DE JANELA PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT.

DATA DE ABERTURA/HORA: Dia 19 (dezenove) de Março de 2015 às 8:00 horas.

LOCAL: Sala de Licitações, Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº. 62, Centro, na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados noSetor de licitações **-** das 09:00 às 13:00 horas, de 2ª a 6ª feira, Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62–Centro – Nova Bandeirantes/MT– Tel.: 66-3572-1950/1968, ou através de solicitação pelo e-mail: licitacaonovabandeirantes2013@hotmail.com.br

.Nova Bandeirantes/MT, 05 de Março de 2015.

_____

Andressa Cristine Ferreira Moreira

Pregoeira Oficial (Decreto 103/2013)

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 015/2015

PORTARIA Nº 015/2015

Súmula: "nomeia para exercer cargo em caráter efetivo o Bel. MARCOS PIRES CARRIEL e dá outras providências".

O Senhor *Marino Francisco Domingues*, Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por lei,

Considerando, o termo de posse para o cargo efetivo de Controlador Interno aprovado no Concurso Público 001/2014;

Considerando, o ofício 001/2015 cuja a finalidade anexou os documentos exigidos para a posse,

RESOLVE,

Art. 1º. Nomear para exercer em caráter efetivo no cargo de Controlador Interno o Bel. MARCOS PIRES CARRIEL, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade n.º 1280688-9 SSP/MT, inscrito no CPF n.º 902. 215.241-34, habilitado para o quadro de pessoal da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes – MT, mediante resultado do concurso público Edital n. º 001/2014.

Art. 2º.

O

Servidor exercerá o cargo à disposição da Estrutura Administrativa da Câmara

Municipal de Nova Bandeirantes/MT, conforme lei n.º 850/2014, plano de cargos e

carreira lei n.º 851/2014 e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, lei

n.º 111/1997.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data sua publicação e revoga as disposições contrárias.

Gabinete da Presidência, Câmara Municipal de Nova Bandeirantes/MT, 02 de março de 2015.

MARINO FRANCISCO DOMINGUES

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 016/2015

PORTARIA Nº 016/2015

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO CARGO DE CONTROLADOR INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO.

Marino Francisco Domingues Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Considerando o termo de posse para o cargo efetivo de Controlador Interno aprovado no Concurso Público 001/2014.

RESOLVE :

ARTIGO 1º - Exonerar a Funcionária

Andréia Cristina da Silva

Della Rosa, brasileira, casada,

portadora do RG nº 8.343.139-3 SSP/PR, ao cargo de CONTROLADOR INTERNO, da

Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, voltando suas

funções de Agente Administrativo, Nível C5.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 02 de março de 2015.

ARTIGO 3º - Revogam - se as disposições em contrário.

Registre - se Publique - se Cumpra - se

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

EM 02 DE MARÇO DE 2015.

Marino Francisco Domingues

Presidente

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, CNPJ nº**33.683.822/ 0001-73,**torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a Licença PreviaeLicença de Instalação (LP) e (LI), referente a **RECONSTRUÇÃO DE BUEIRO DUPLO CIRCULAR EM CONCRETO 20 M - COORDENADAS - 9º47'34.94S" E 57º41'37.33"O, RECONSTRUÇÃO DE BUEIRO SIMPLES CIRCULAR EM CONCRETO 10 M - COORDENADAS - 10º4'52.81"S E 58º0'2.48"O E RECONSTRUÇÃO DE PONTE DE CONCRETO ARMADO, COM 16M X 5M, 80M² - COORDENADAS 9º47'46.05"S E 57º45'13.74"O**,no Município de Nova Bandeirantes/MT.

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 013/2015

PORTARIA Nº 013/2015

Súmula: "Nomeia para exercer cargo em caráter efetivo a Belª MARAISA LOPES DOS SANTOS e dá outras providências".

O Senhor **Marino Francisco Domingues**, Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por lei,

Considerando, o termo de posse para o cargo efetivo de Contador aprovado no Concurso Público 001/2014;

Considerando, o ofício 001/2015 cuja a finalidade anexou os documentos exigidos para a posse,

RESOLVE,

Art. 1º. Nomear para exercer em caráter efetivo no cargo de CONTADOR a Belª MARAISA LOPES DOS SANTOS, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade n.º 001385295 SSP/MS, inscrito no CPF n.º 008. 909.851-03, habilitada para o quadro de pessoal da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes – MT, mediante resultado do concurso público Edital n. º 001/2014.

Art. 2º. O Servidor exercerá o cargo à disposição da Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes/MT, conforme lei n.º 850/ 2014, plano de cargos e carreira lei n.º 851/2014 e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, lei n.º 111/1997.

Art. 3º.

Esta

Portaria entra em vigor nesta data sua publicação e revoga as disposições

contrárias.

Gabinete da Presidência, Câmara Municipal de Nova Bandeirantes/MT, 02 de março de 2015.

MARINO FRANCISCO DOMINGUES

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA 008/SLC/2015

Nomear, a servidora ELIANI DA SILVA BARRETO OLIVEIRA, Matrícula nº 036 (Titular), e a Servidora ELAINE DOS REIS, Matrícula nº 1710, Fiscais do Contrato Administrativo de Locação de Imóvel nº 006/2015, que tem como objeto O IMÓVEL LOCADO DESTINA-SE AO FUNCIONAMENTO DO PRÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA CANAÃ DO NORTE/MT, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Instrução Normativa SCL nº 002/2011 de 30 de Junho de 2011.

VALOR DO CONTRATO Nº 006/2015: 25.300,00 (Vinte e Cinco Mil e Trezentos Reais)

CONTRATADO: SIDNEI BABORA

VIGÊNCIA*:* 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.° 007/2015

O Senhor **AILTON ANTÔNIO MORENO ARÉVALO**, Presidente da Câmara Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1.° - **CONCEDER PROGRESSÃO** aos Servidores **WEBER BIGVAI ROCHA, MILTON RIBEIRO, CARINE FRANCIELE ADRIANO MAY E NILZE TEREZINHA CASSOL,** de acordo com Avaliação realizada pela Comissão de Avaliação de Desenvolvimento Funcional da Câmara Municipal de Nova Canaã do Norte.

ART. 2.° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3.° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE/MT, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

AILTON ANTÔNIO MORENO ARÉVALO

Presidente da Câmara Municipal

Registrada na Secretaria da Câmara Municipal, e publicada por afixação no local de costume na data supra.

EDILSON LOURENÇO MÁXIMO 1ºSecretário da Câmara Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA 019/SLC/2015

Nomear, a servidora AMELIA MERELES, Matrícula nº 1740 (Titular), e MARLI NIEDERMEYER, Matrícula nº 103, Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 006/2015, que tem como objeto AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, CARNES E HORTIFRUTIGRANJEIROS PARA SEREM SERVIDOS NA MERENDA DOS ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Instrução Normativa SCL nº 002/2011 de 30 de Junho de 2011.

VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015: R$ 374.086,05 (Trezentos e Setenta e Quatro Mil Oitenta e Seis Reais e Cinco Centavos)

CONTRATADO: MERCANTIL DE ALIMENTOS NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA - EPP

VIGÊNCIA*:* 26 DE FEVEREIRO DE 2016.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA 018/SLC/2015

Nomear, o Servidor ALEX JUNIOR PIMENTEL Matrícula nº 683 (Titular), e ELOIZ CARLOS DE FARIA JUNIOR, Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 005/2015, que tem como objeto aquisição, locação e recarga de extintores de incêndio para atender a demanda das diversas secretarias da administração pública municipal de Nova Canaã do Norte/MT, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Instrução Normativa SCL nº 002/2011 de 30 de Junho de 2011.

VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2015: R$ 104.919,70 (Cento e Quatro Mil Novecentos e Dezenove Reais e Setenta Centavos)

CONTRATADO: AMAZÔNIA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS CONTRA INCÊNDIO LTDA - EPP

VIGÊNCIA*:* 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA 017/SLC/2015

Nomear, o Servidor VALDEMAR DE MOURA NETO Matrícula nº 669 (Titular), e FRANCISCO DA SILVA Matrícula nº 931, Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 004/2015, que tem como objeto aquisição de mangueiras e conexões hidráulicas para manutenção da frota de veículos e maquinas pesadas da administração pública municipal de Nova Canaã do Norte/MT, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Instrução Normativa SCL nº 002/2011 de 30 de Junho de 2011.

VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015: R$ 46.244,70 (Quarenta e Seis Mil Duzentos e Quarenta e Quatro Reais e Setenta Centavos)

CONTRATADO: ADM COMÉRCIO VAREJISTA DE PARAFUSOS LTDA – ME

VIGÊNCIA*:* 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA 016/SLC/2015

Nomear, a servidora ANDRÉIA CARLA PROCOPIO MARTINS, Matrícula nº 680 (Titular), e AMÉLIA MERELES, Matrícula nº 1740, Fiscais do Contrato Administrativo de Locação de Imóvel nº 022/2015, que tem como objeto LOCAÇÃO DE 04 (QUATRO) SALAS, SENDO 03 (TRÊS) PARA FUNCIONAMENTO DE SALAS DE AULAS E UMA PARA RECEPÇÃO DO CENTRO EDUCACIONAL ALEGRIA DO SABER (C.E.I.A) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA CANAÃ DO NORTE/MT, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Instrução Normativa SCL nº 002/2011 de 30 de Junho de 2011.

VALOR DO CONTRATO Nº 022/2015: R$ 14.300,00 (Quatorze Mil e Trezentos Reais)

CONTRATADO: JOSÉ CARLOS MACHADO GONÇALVES

VIGÊNCIA*:* 31 de dezembro 2015.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA 015/SLC/2015

Nomear, o Servidor THALLES SEVERIANO TIBURSKI Matrícula nº 1991 (Titular), e IVONETE ROSA DA SILVA Matrícula nº 1452, Fiscais dos Contratos Administrativo de Prestação de Serviços nº 020/2015 e 021/2015, que tem como objeto prestação de serviços de Professor para Secretaria Municipal de Educação de Nova Canaã do Norte/MT, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Instrução Normativa SCL nº 002/2011 de 30 de Junho de 2011.

VALOR DO CONTRATO Nº 020/2015: R$ 2.264,00 (Dois Mil Duzentos e Sessenta e Quatro Reais)

CONTRATADO: THASSILA SANTANA NASCIMENTO

VIGÊNCIA*:* 06 de Abril de 2015.

VALOR DO CONTRATO Nº 021/2015: R$ 2.264,00 (Dois Mil Duzentos e Sessenta e Quatro Reais)

CONTRATADO: LUCINÉIA DONZELLI FERREIRA

VIGÊNCIA: 06 de Abril de 2015.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE CANCELAMENTO UNILATERAL DE REGISTRO DE PREÇOS ATA DE RESGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2014

A Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte/MT, torna público, para conhecimento dos interessados, que fica cancelado a partir de 05/03/2015, o fornecimento dos produtos citados nos itens nº 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14 da Ata de Registro de Preços nº 028/2014, na qual a empresa **BT COMERCIAL IMPORT E EXPORT LTDA - EPP** era detentora do direito de fornecimento dos produtos dos itens acima mencionados. O presente cancelamento se dá por ato unilateral da **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE** tendo em vista a infração ao disposto no Art. 78, inciso II, III e VII da Lei 8.666/93 c/c o item 10.2.3 e 10.2.5, da mencionada Ata. Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência a Ata de Registro de Preços Original, assinada em 18/11/2014, que não conflitarem com o presente Termo de Cancelamento. Reitera-se que o foro para dirimir conflitos decorrentes do presente Termo de Cancelamento, é o da Comarca de Nova Canaã do Norte/MT.

Nova Canaã do Norte/MT, 05 de Março de 2015

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Publique-se

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA 014/SLC/2015

Nomear, o Servidor EVALDO JOSÉ DE SOUZA Matrícula nº 1678 (Titular), e RÉGIA CRISTINA PIRES Matrícula nº 563, Fiscais dos Contratos Administrativo de Prestação de Serviços nº 011/2015 à 019/2015, que tem como objeto Prestação Serviços de motorista para Secretaria Municipal de Educação de Nova Canaã do Norte/MT, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Instrução Normativa SCL nº 002/2011 de 30 de Junho de 2011.

VALOR DO CONTRATO Nº 011/2015: R$ 2.460,00 (Dois Mil Quatrocentos e Sessenta Reais)

CONTRATADO: FRANKLIN ANTONIO DA SILVA

VIGÊNCIA*:* 06 de Abril de 2015.

VALOR DO CONTRATO Nº 012/2015: R$ 2.460,00 (Dois Mil Quatrocentos e Sessenta Reais)

CONTRATADO: WILLIAN ANTONIO DA SILVA

VIGÊNCIA: 06 de Abril de 2015.

VALOR DO CONTRATO Nº 013/2015: R$ 2.460,00 (Dois Mil Quatrocentos e Sessenta Reais)

CONTRATADO: LAIR DUARTE DA SILVEIRA

VIGÊNCIA: 06 de Abril de 2015.

VALOR DO CONTRATO Nº 014/2015: R$ 2.460,00 (Dois Mil Quatrocentos e Sessenta Reais)

CONTRATADO: JONATAS FERREIRA DE CARVALHO

VIGÊNCIA*:* 06 de Abril de 2015.

VALOR DO CONTRATO Nº 015/2015: R$ 2.460,00 (Dois Mil Quatrocentos e Sessenta Reais)

CONTRATADO: GENIVALDO DE SOUZA

VIGÊNCIA: 06 de Abril de 2015.

VALOR DO CONTRATO Nº 016/2015: R$ 2.460,00 (Dois Mil Quatrocentos e Sessenta Reais)

CONTRATADO: TELMO DA CRUZ FAGUNDES

VIGÊNCIA: 06 de Abril de 2015.

VALOR DO CONTRATO Nº 017/2015: R$ 2.460,00 (Dois Mil Quatrocentos e Sessenta Reais)

CONTRATADO: EVANDRO RAMOS SARAN

VIGÊNCIA*:* 06 de Abril de 2015

VALOR DO CONTRATO Nº 018/2015: R$ 2.460,00 (Dois Mil Quatrocentos e Sessenta Reais)

CONTRATADO: PAULO VITOR OLIVEIRA GOBBI

VIGÊNCIA: 06 de Abril de 2015

VALOR DO CONTRATO Nº 019/2015: R$ 2.460,00 (Dois Mil Quatrocentos e Sessenta Reais)

CONTRATADO: JOSÉ RAIMUNDO DANTAS

VIGÊNCIA: 06 de Abril de 2015

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA – PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2014

A Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte/MT, através de seu Pregoeiro e equipe de apoio, comunica a quem interessar possa, que aplicou à empresa **BT COMERCIAL IMPORT E EXPORT LTDA - EPP** inscrita CNPJ nº 14.275.578/0001-65, a sanção administrativa de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte/MT, pelo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, iniciando-se o prazo em 05/03/2015 e terminando em 04/03/2016. Motivo: Atraso na entrega de produtos e entrega de produtos de baixa qualidade.

Nova Canaã do Norte/MT, em 05 de Março de 2015

EDUARDO DA SILVA GUILHERME

Pregoeiro Oficial

Publique-se

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA 013/SLC/2015

Nomear, a Servidora GISLAINE FÁTIMA DA SILVA Matrícula nº 1935 (Titular), e JUCELI KUFFEL NOGUEIRA Matrícula nº 1395, Fiscal da Ata

de Registro de Preço nº 003/2015, que tem como objeto AQUISIÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA CANAÃ DO NORTE/MT, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Instrução Normativa SCL nº 002/2011 de 30 de Junho de 2011.

VALOR: R$ 132.422,00 (Cento e Trinta e Dois Mil Quatrocentos e Vinte e Dois Reais)

CONTRATADO: A. S. A. TAVARES – ME

VIGÊNCIA*:* 06 de Fevereiro de 2016.

VALOR: R$ 213.900,00 (Duzentos e Treze Mil e Novecentos Reais)

CONTRATADO: CARLOS ALBERTO BENDER JUNIOR – ME

VIGÊNCIA: 06 de Fevereiro de 2016.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA 012/SLC/2015

Nomear, o servidor JOSÉ LINDOMAR DE OLIVEIRA Matrícula nº 2161 (Titular), e JOSE CARLOS CABOCLO DE ARAUJO Matrícula nº 1629, Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 002/2015, que tem como objeto AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS E MATERIAIS DE CONSUMO PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DA PISCINA DA VILA OLÍMPICA MUNICIPAL E DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DOS DISTRITOS COLORADO DO NORTE E OURO BRANCO LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE NOVA CANAÃ DO NORTE/MT, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Instrução Normativa SCL nº 002/2011 de 30 de Junho de 2011.

VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015: R$ 91.782,00 (Noventa e Um Mil Setecentos e Oitenta e Dois Reais

CONTRATADO: ÉTICA COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA – EPP

VIGÊNCIA: 06 de Fevereiro de 2016.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA 011/SLC/2015

Nomear, o servidor EVALDO JOSÉ DE SOUZA Matrícula nº 1678 (Titular), e FÁBIO APARECIDO DELLATESTA, Matrícula nº 1902, Fiscal do Contrato nº 010/2015, que tem como objeto Prestação os serviços de transporte de alunos do ensino superior, do Distrito do Colorado do Norte até a Sede do Município de Nova Canaã do Norte/MT, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Instrução Normativa SCL nº 002/2011 de 30 de Junho de 2011.

VALOR DO CONTRATO Nº 010/2015: R$ 74.872,00 (Setenta e Quatro Mil Oitocentos e Setenta e Dois Reais)

CONTRATADO: EDVALDO GARCIA - ME

VIGÊNCIA*:* 31 de dezembro 2015.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA 010/SLC/2015

Nomear, o servidor EVALDO JOSÉ DE SOUZA Matrícula nº 1678 (Titular), e FÁBIO APARECIDO DELLATESTA, Matrícula nº 1902, Fiscal dos Contratos nº 007 à 009/2015, que tem como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DO MUNICÍPIO DE NOVA CANAÃ DO NORTEMT, NO ANO LETIVO DE 2015, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Instrução Normativa SCL nº 002/2011 de 30 de Junho de 2011.

VALOR DO CONTRATO Nº 007/2015: R$ 300.252,00 (Trezentos Mil Duzentos e Cinquenta e Dois Reais)

CONTRATADO: EDVALDO GARCIA - ME

VIGÊNCIA*:* 31 de dezembro 2015.

VALOR DO CONTRATO Nº 008/2015: R$ 563.880,00 (Quinhentos e Sessenta e Três Mil Oitocentos e Oitenta Reais)

CONTRATADO: F. J. MOREIRA & MENDES LTDA - ME

VIGÊNCIA: 31 de dezembro 2015.

VALOR DO CONTRATO Nº 009/2015: R$ 675.376,00 (Seiscentos e Setenta e Cinco Mil Trezentos e Setenta e Seis Reais)

CONTRATADO: V. B. MONTEIRO - ME

VIGÊNCIA: 31 de dezembro 2015.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA 009/SLC/2015

Nomear, o servidor EDMAR JOSE RIZZATO, Matrícula nº 1755 (Titular), e EDERSON PANINI MARQUES, Matrícula nº 1954, Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 001/2015, que tem como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE VEICULAÇÃO DE PUBLICAÇÕES DE MATÉRIAS EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO DIÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, PARA DIVULGAR OS ATOS OFICIAIS E MATÉRIAS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE NOVA CANAÃ DO NORTE/MT, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Instrução Normativa SCL nº 002/2011 de 30 de Junho de 2011.

VALOR DO CONTRATO Nº 006/2015: R$ 56.000,00 (Cinquenta e Seis Mil Reais)

CONTRATADO: GEANDRÉ FRANK LATORRACA – ME

VIGÊNCIA*:* 30 DE JANEIRO DE 2016.

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.° 006/2015

O Senhor **AILTON ANTÔNIO MORENO ARÉVALO**, Presidente da Câmara Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1.° - **CONCEDER**, conforme requerimento formulado e deferido do (a) servidor (a) NILZE TEREZINHA CASSOL, a progressão para a CLASSE C, conforme artigo 17 da Lei 961 de 08 de Maio de 2013.

ART. 2.° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE/MT, EM 13 DE FEVEREIRO DE 2015.

AILTON ANTÔNIO MORENO ARÉVALO Presidente da Câmara Municipal

Registrada na Secretaria da Câmara Municipal, e publicada por afixação no local de costume na data supra.

EDILSON LOURENÇO MÁXIMO 1ºSecretário da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.° 005/2015

O Senhor **AILTON ANTÔNIO MORENO ARÉVALO**, Presidente da Câmara Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1.° - **Designar** a Comissão de Avaliação de Desenvolvimento Funcional da Câmara Municipalde Nova Canaã do Norte/MT, para realizar a Avaliação, nos termos do Artigo 22 e seus parágrafos, da Lei 961/2013, e deverá emitir o competente laudo sobre a concessão ou não da progressão dos servidores que será encaminhado ao Chefe do Poder Legislativo.

LAIR GEROTTO DE MEDEIROS MESSIAS - Presidente

IRACEMA FORMIGONI MARCELINO - Secretária

JAIR PEREIRA DE MORAIS -

Membro

ART. 2.° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3.° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA CANAÂ DO NORTE/MT, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

AILTON ANTÔNIO MORENO AREVALO Presidente da Câmara Municipal

Registrada na Secretaria da Câmara Municipal, e publicada por afixação no local de costume na data supra.

EDILSON LOURENÇO MÁXIMO 1ºSecretário da Câmara Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

EDITAL RESUMIDO DE PREGAO 005-2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILANDIA

Avenida Tiradentes, 211N-Centro- NOVA MARILANDIA – MT.

CNPJ-37.464.989/0001-02 - **CEP: 78415-000 –Fone: 65 -3352-1122**

EDITAL DE PREGÃO Nº 005/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA LOCADORA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES PARA O MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA-MT.

Dia: 18/03/2015.-**Entrega dos Envelopes:** Até as **09:00 horas, do dia 18/03/2015.**

Edital Completo:

Afixado no endereço acima e na Internet, site www.novamarilandia.mt.gov.br

Abertura do envelope Nº 01: Às 09:30 horas, do dia 18 de março de 2015, no endereço acima.

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

NOVA MARILANDIA- MT, 05 de março de 2015.

JOSE CLEITON SOUTO DE OLIVEIRA

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 002/2015 - PREGÃO: N° 03/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO: N° 03/2015 – **REGISTRO DE PREÇOS**

VALIDADE: 12 (doze) MESES contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, podendo ser prorrogada na forma da lei.

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ, CNPJ 37.464.831/0001-24 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JOÃO BRAGA NETO, RESOLVE registrar os preços das Empresas **AÇAO COMERCIO E SERVICOS DE MOVEIS E INFORMATICA LTDA ME**, inscrito no **CNPJ 16.793.330/0001-11.** Neste ato representado THIAGO RODRIGUES IBIAPINO, Portador do RG. 1527334-2 SSP/MT e CPF/MF 017.829.981-28; **JOANA OTAVIO NASCIMENTO DOS SANTOS – COMERCIO - ME,** inscrito no **CNPJ 16.582.175.0001-94**. Neste ato representado pelo Sr. LEONILDO OTAVIO ZUZA DOS SANTOS, Portador do RG 978.628 SSP/MT e CPF/MF 620.990.351-72; **RICARDO C. COSTA EIRELI R. C. PAPÉIS**

- ME,

inscrito no CNPJ 20.830.599/0001-06, Sr. JONATHAN FERNANDES VIANA DA COSTA, Portador do RG 1737385-9 SSP/MT e CPF/MF 027.581.741-54; ASTRA COMERCIO DE MÓVEIS E EMBALAGENS LTDA-ME, inscrito no CNPJ 08.394.730/0001-26, neste ato representado pelo Sr. GEAN DIEGO MEISTER, Portador do RG 1423493-9 SSP/MT e CPF/MF 944.142.621-00; CYAN PAPELARIA E MAT. DE INFORMATICA EIRELI - EPP, inscrito no CNPJ 20.357.366/0001-20, Neste ato representado pelo Sr. PAULO HENRIQUE FURONI, Portador do RG. 1192184-6 SJ/MT e CPF 841.801.661-15 e Emprasa L. L. COMÉRCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS LTDA-ME, inscrito no CNPJ 06.224.272/0001-51, neste ato representado pelo Sr. RAFAEL VITOR DA SILVA GONÇALVES, Portador do RG. 1442493-2 SSP/MT e CPF 998.852.551-68, nas quantidades estimadas na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/2002, LC 123/2006 e suas alterações, Decreto Municipal nº. 001/2010 e Decreto Municipal nº. 22/2013, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E MATERIAIS ESCOLAR PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGA-MT conforme especificações e condições constantes nesta Ata, no edital e seus anexos.

1.1.1. Este instrumento não obriga aos ORGÃOS/ENTIDADES a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração inclusive autarquias federais, estaduais ou municipais, de órgãos públicos, estatais ou ainda de regime próprio que não tenha participado do certame licitatório mediante prévia consulta ao órgão gerenciador.

2.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.4. As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Nova Maringá.

3.2. A presente Ata terá validade de 12 (dose) meses, contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3. As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

- Gabinete do Prefeito;

- Secretaria Municipal de Administração;

- Secretaria Municipal de finanças;

- Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;

- Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos;

- Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento;

- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio ambiente;

- Secretaria Municipal de Ação e Promoção Social;

- Secretaria Municipal de Planejamento;

- Secretaria Municipal Distrital de Brianorte.

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade e a especificação dos serviços/produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

AÇAO COMERCIO E SERVICOS DE MOVEIS E INFORMATICA LTDA ME, inscrito no CNPJ 16.793.330/0001-11.

Item	Qnt.	Unid.	Descrição do Produto	Marca	V.Unt	V.Total
1	20	CX	Alfinete niquelado 16mm com cabeça colorida para mapa. cores variadas cx c/50 unid	BRW	1,92	38,40
18	40	BLOCO	Bloco auto adesivo com 100 folhas na cor neon no tamanho 76x106mm	INFORMS	1,55	62,00
22	3000	UND	Caderno de brochuras pequeno 48 folhas	FORONI	0,68	2.040,00
38	700	UND	Caneta hidrocor fina, carga não tóxica, corpo em material plástico, tampa antiasfixiante, lavável jogo com 24 cores. Com certificado de segurança do INMETRO. Marca brasileira sortidas	LEONORA	3,50	2,450,00
51	5	UND	CD-R Virgem 700 MB Tubo com 100 unidades	MAXPRINT	57,00	285,00
73	300	UND	Envelope amarelo nas dimensões 310x410mm	FORONI	0,27	81,00
74	300	UND	Envelope branco nas dimensões 25 x 18,5 cm	FORONI	0,14	42,00
77	2400	UND	Envelopes branco (176x250mm)	FORONI	0,14	336,00
84	40	UND	Extrator de grampo tipo espátula. Em chapa de aço fina, comprimento aproximado de 15 cm	JAPAN	1,11	44,40
89	200	metro	Fita de cetim 5cm	PROGRESSO	0,30	60,00
95	50	CX	Formulario Continuo 01 via formato 240mmx280mm caixa com 2.500 jogos	LEONORA	67,00	3.350,00
96	50		Formulario Continuo 02 via formato 240mmx280mm caixa com 2.000 jogos	LEONORA	99,00	4.950,00
98	5	UND	Formulario Holerit, duas vias de cor verde com carbono e/ou carbonado caixa com 2.000 folhas	INFORMS	121,50	607,50
109	1000	CX	Giz de cera grosso antialérgico dimensão mínima 140x98x11mm cores diversas formato redondo e triangular, com norma da ABNT-NBR nm300. .Com certificado de segurança do INMETRO.Marca brasileira – caixa c/12	ACRILEX	2,85	2.850,00
124	5020	CX	Lápis gráfico n° 2 – exagonal – ultra resistente – caixa com 12 unidades – Selo do INMETRO – selo OCP – 0006 – composição: Resinas Termoplásticas	MASTER PRINT	1,80	9.036,00
125	20	UND	Lápis gráfico n° 2 – Selo do INMETRO	MASTER PRINT	0,15	3,00
127	25	UND	Livro ATA c/50 pautada capa dura preta,sem margem com dimensões 320mmx220mm	FORONI	4,88	122,00
133	600	CX	Marca texto amarelo, ponta indeformável tinta fluorescente a base d'água gravada no corpo a marca do fabricante Não recarregável. Com certificado de segurança do INMETRO.Marca brasileira – cx c/12	CLASSE	5,25	3.150,00

138	100	UND	Mouse óptico com fio, conexão USB, na cor preta e/ou preta	PC TOP	5,79	579,00
145	50	ROLO	Papel contact incolor largura 50cm embalagem rolo com 25m,com dados de identificação do produto e marca do fabricante Com certificado de segurança do INMETRO.Marca brasileira	VMP	40,00	2.000,00
146	2600	PCT	Papel Crepom cor: variadas	VMP	0,69	1.794,00
148	2700	UND	Papel Dupla Face	VMP	0,63	1.701,00
157	250	UND	Papel Sulfite Oficio 2 - 75g 216x330mm - unidade resma com 500 folhas, com dados de identificação do produto e marca do fabricante. ISSO 9001 e ISSO 1400	REPORT	17,55	4.387,50
166	50	UND	PASTA P/ ARQUIVO MORTO	FRAMA	1,08	54,00
170	15	UND	Pasta para transportar Notbook	PARANA	39,05	585,75
183	150	CX	Pincel Atômico 1100-P c/ponta chanfrada indeformável para uso de papelão,papel e cartolina e tinta a base de álcool.Cores variadas.Com certificado de segurança do INMETRO.Marca brasileira – caixa c/12	PILOT	30,00	4.500,00
202	90	UND	Teclado para Computador com fio padrão ABNT2, conexão USB, na cor preta	PC TOP	14,78	1.330,20
203	400	Und.	Tesoura pequena, sem ponta, lamina em aço inoxidável com 1,2mm pontas arredondadas cabo com formato anatômico	JAPAN	0,80	320,00
204	150	CX	Tesoura pequena, sem ponta, caixa com 20 unidades tamanho aproximado 13 cm	JAPAN	15,90	2.385,00
	TOTAL				49.143,75	

JOANA OTAVIO NASCIMENTO DOS SANTOS – COMERCIO - ME, inscrito no CNPJ 16.582.175.0001-94.

Item	Qnt.	Unid.	Descrição do Produto		V.Unt	V.Total
6	100	UNID.	Apagador para Quadro Branco, de feltro, com porta pincel e base plástica removível, dimensões: 15x6 cm. Selo INMETRO, selo OCP 0046, selo ICEPEX industria brasileira. Embalagem contendo: Identificação do Produto e marca do fabricante.	RADEX	3,23	323,00
8	3550	UND	Apontador de lápis manual portátil com uma entrada. Com certificado de segurança do INMETRO. Marca Brasileira	TRIS	0,12	426,00
16	50	UND	Bandeja Organizadora de documentos em 3 seções em acrílico	WALEU	26,00	1.300,00
27	300	UND	Caderno com folhas fixadas com aspiral capa dura 200 folhas	CREDEAL	5,95	1.785,00
28	2200	UND	Caderno de Brochuras Capa Dura grande 96 folhas	CREDEAL	2,70	5.940,00
32	90	CX	Caneta esferográfica corpo sextavada, ponta média (1.00mm) ponta de latão e esfera de tungstênio,tinta a base de corante orgânico e solvente na cor preta. Com certificado de segurança do INMETRO. Caixa c/ 50	BRW	27,00	2.430,00
33	60	CX	Caneta esferográfica corpo sextavada, ponta média (1.00mm) ponta de latão e esfera de tungstênio,tinta a base de corante orgânico e solvente na cor vermelha.Com certificado de segurança do INMETRO. Caixa c/ 50	BRW	27,00	1.620,00
34	90	CX	Caneta esferográfica corpo sextavada,ponta média (1.00mm) ponta de latão e esfera de tungstênio,tinta a base de corante orgânico e solvente na cor azul. Com certificado de segurança do INMETRO. Caixa c/ 50	BRW	27,00	2.430,00
35	150	CX	Caneta esferográfica, tinta a base de corante orgânico e solvente na cor azul. Com certificado de segurança do INMETRO. Caixa c/ 50	BRW	21,90	3.285,00
41	20	UND	Carimbo pedagógico, tema: Coleção Feliz, com 10 unidades 3,5x4,5cm	FUNDAMENTAL	24,00	480,00
43	20	UND	Carimbo Pedagógico, tema: Estação do ano interativo, com 24 unidades 3,5x4,5cm	FUNDAMENTAL	24,00	480,00
48	80	UND	Cartucho n° 122 colorido - não remanufaturado	HP	40,00	3.200,00
49	80	UND	Cartucho n° 122 preto - não remanufaturado	HP	34,00	2.720,00
85	5	UND	Filme para fax de papel plano	MAXPRINT	8,90	44,50
86	35	UND	Filtro de linha com 04 tomadas, medindo do cabo 3,00m, com botão liga/desliga luminoso	FL FEELING	45,00	1.575,00
115	10	UND	HD externo capacidade para 512 GB	SANSUNG	250,00	2.500,00
122	1500	CX	Lápis de cor grande redondo, com pigmentos, aglutinantes. Marca 100% brasileira. Com certificado de segurança do INMETRO. – caixa c/12.	LABRA	2,56	3.840,00
132	20	UNID.	Livro de certificado c/ 100 folhas capa dura	SR IMPRESSOES	35,00	700,00
134	30	kg	Massa de bisqui	FOX	12,90	387,00
137	10	UND	Mochila para transportar Notbook	LUXCELL	38,00	380,00
141	1000	UND	Papel branco – tamanho A4 – 210X297 mm, 75 gramas, caixa com 10 resmas de 500 folhas cada. ISSO 9001 e ISSO 14001. Para impressão a laser, produto de 1ªlinha.	CHAMEX	103,90	103.900,00
149	100	PCT	Papel fotografico em folha A4 na embalagem original lacrada de fabrica, deve estar especificado na embalagem q se trata de papel fotografico	MASTER PRINT	5,90	590,00

155	600	UND	Papel Sanfonado - Varias Cores	VMP	1,25	750,00
159	4050	UND	Papel Camurça 66x966 cor: variadas	VMP	0,40	1.620,00
168	35	UND	Pasta Catalogo com capa dura com 500 envelopes 0.12 micras 255x340mm com 4 parafusos. Metal - preta	DAC	99,00	3.465,00
171	200	UND	Pasta plástica com elástico – transparente pequena	POLYCART	0,99	198,00
186	300	UND	Placa de isopor de EPS de 100x50x01cm.Industria brasileira	ISOESTE	2,90	870,00
187	300	UND	Placa de isopor de EPS de 100x50x02cm.Industria brasileira	ISOESTE	3,90	1.170,00
188	250	UND	Placa de isopor de EPS de 100x50x03cm.Industria brasileira	ISOESTE	4,90	1.225,00
189	40	UND	Perfurador de EVA	GOOGLER	25,00	1.000,00
209	25	UND	Tinta para reabastecer pincel de quadro branco cor: varias	HELIOS CARBEX	4,50	112,50
	TOTAL				150.746,00	

CYAN PAPELARIA E MAT. DE INFORMATICA EIRELI - EPP, inscrito no CNPJ 20.357.366/0001-20.

Item	Qnt.	Unid.	Descrição do Produto	Marca	V.Unit.	V.Total
2	30	CX	Alfinete niquelado 16mm cx c/50 unid	STIVALE	1,99	59,70
4	50	UND	Algodão Branco	HYGIA	1,38	69,00
5	15	UND	Almofada para carimbo n° 03, cor azul. Marca Brasileira	JAPAN	1,95	29,25
10	115	UND	Arquivo Morto, grande, cor parda em papelão Embalagem com identificação do produto e marca do fabricante.	SÃO CARLOS	1,80	207,00
11	100	UND	Arquivo Morto, médio, cor parda em papelão Embalagem com identificação do produto e marca do fabricante.	SÃO CARLOS	1,35	135,00
12	100	PCT	BALÕES COLORIDOS COM 50 UNIDADES	PIC PIC	3,50	350,00
13	100	UND	BOLAS DE BORRACHA	JOTT PLAY	5,00	500,00
15	100	UND	BONECA DE BORRACHA	DIVERTOYS	11,85	1.185,00
19	200	Unid.	Blocos logicos coloridos auto-adesivo	INFORMS	0,62	124,00
20	350	UND	Borracha de látex natural, para apagar escrita a lápis e grafite, no formato retangular, na cor branca, não tóxica.	RED BOR	0,12	42,00
23	380	UND	Caderno com folhas fixadas com aspiral capa dura, 10 materias 140 folhas	CREDEAL	4,80	1.824,00
24	25	UND	Calculadora de mesa 12 dígitos – a pilha medindo aproximadamente 16cm x 13 cm comn função de apagar ultimo numero digitado (backspace)	MASTER PRINT	8,50	212,50
26	1000	UND	Caderno com 300 folhas 15x1, capa dura	FORONI	7,95	7.950,00
29	3000	UND	Caderno de Caligrafia pequeno 48 folhas	FORONI	0,78	2.340,00
30	3000	UND	Caderno de Desenho Grande, aspiral, 200mmx270mm 96 folhas	FORINI	3,19	9.570,00
31	3000	UND	Caderno de Desenho Pequeno 200mmx140mm 40 folhas	FORINI	0,68	2.040,00
36	20	UND	Caneta para escrever em CD/DVD – Cor Preta	JAPAN	0,90	18,00
37	3	UND	Carimbo numerador automático com 06 dígitos auto-entintado	CARBRINK	158,00	474,00
39	20	UND	Carimbo Pedagógico tem: ciências e parte do corpo humano, com 24 unidades 3x5cm	CIABRINK	29,40	588,00
40	20	UND	Carimbo Pedagógico tema: produção de texto, com 12 unidades 3,5x4,5cm	CIABRINK	29,80	596,00
42	20	UND	Carimbo pedagógico, tema: dígrafos e encontro de consoantes, caixa com 48 unidades 3x3cm	DALABRE	29,99	599,80
44	100	UND	Carrinhos	MINITOYS	5,99	599,00
45	800	UND	Cartolina comum colorida nas dimensões 500x660mm com gramatura 150g/m² -	ALFORMS	0,35	280,00
50	50	UND	CD musical infantil	VERBINHO	14,50	725,00
53	100	CX	Clips galvanizado de 2/0 fabricado cm arame de aço antiferrugem com identificação do produto cx c/500gr	NEW	6,80	680,00
54	50	CX	Clips galvanizado de 4/0 fabricado cm arame de aço antiferrugem com identificação do produto cx c/500gr	NEW	6,80	340,00
55	50	CX	Clips galvanizado de 6/0 fabricado cm arame de aço antiferrugem com identificação do produto cx c/500gr	NEW	6,80	340,00
56	50	CX	Clips galvanizado de 8/0 fabricado cm arame de aço antiferrugem com identificação do produto cx c/500gr	NEW	6,80	340,00
57	500	UND	Cola branca – Tubo de 01 kg – Lavável – Não Tóxica – Selo do Inmetro	PIRATININGA	5,98	2.990,00
58	810	CX	Cola branca – Tubo de 40 gramas – cx com 12 unidades – Lavável – Não tóxica – Selo do Inmetro	KOALA	6,25	5,062,50
59	800	UND	Cola branca – Tubo de 90 gramas – Lavável – Não Tóxica – Selo do Inmetro	PIRATININGA	0,85	680,00

60	450	CX	Cola Colorida	PIRATININGA	2,30	1.035,00
62	500	UND	Cola quente em bastão transparente bastão (fino). Marca brasileira	RENDICOLA	0,25	125,00
63	500	UND	Cola quente em bastão transparente bastão (grosso). Marca brasileira	RENDICOLA	0,59	295,00
64	140	CX	Corretivo líquido a base de água secagem rápida atóxico embalagem com identificação do produto,marca do fabricante e prazo de validade frasco de 18ml.Com certificado de segurança do INMETRO, linha executive , não tóxico, caixa com 12un. Marca brasileira	DELTA	10,20	1.428,00
65	2	UND	DVD Gravavel - Capacidade de Armazenamento: 4,7 GB, Padrão DVD R. Tubo c/ 100 unidades	MAXPRINT	66,00	132,00
66	90	UND	Dicionário de Ingles	AVENIDA	3,50	315,00
67	90	UND	Dicionário de Portugues	AVENIDA	3,50	315,00
70	50	UND	Elástico para mascara	REAL	1,00	50,00
71	3550	METRO	Emborrachado material borracha EVA, atoxico, com 1mm de espessura, formato 45x60cm, varias cores	EVART	1,19	4.224,50
76	2400	UND	Envelope tamanho oficio dobrado branco	FORONI	0,05	120,00
78	400	UND	Envelopes branco (23x12mm)	FORONI	0,05	20,00
79	6	UND	Espeto para papel	CAVIA	1,65	9,90
81	400	UND	Estilete largo com corpo termoplástico com proteção interna,em aço bicromatizado	GOLLER	0,99	396,00
82	30	UND	Extensão elétrica com 3 tomadas medindo 5,00m	DANEVA	22,00	660,00
88	100	UND	Fita adesiva larga embaladora Marrom - 45mmx50M - unidade - Indústria Brasileira	ADERE	1,99	199,00
90	1100	UND	Fita larga transparente – 45mmx50m – unidade – Industria Brasileira.	ADERE	1,99	2.189,00
91	1300	UND	Fita larga transparente – 50mmx50m – unidade –Industria Brasileira	ADELBRAS	2,13	2.769,00
93	10	ROLO	Fitilho para Presente cor: variadas	NIZURI	0,80	8,00
94	10	UND	Fonte para Notbook 100-240V ~ 1.5A (1,5A) 50-60 Hz	KAIROS	95,00	950,00
97	820	UND	Formulario Continuo 03 via formato 240mmx280mm caixa com 600 jogos	ALFORMS	76,00	62.320,00
99	50	KG	Gliter aperolado de várias cores. .Com certificado de segurança do INMETRO.Marca brasileira – pacotes com 500 gramas cada	LANTECOR	21,50	1.075,00
100	50	KG	Gliter transparente pacote c/500gr. .Com certificado de segurança do INMETRO.Marca brasileira	LANTECOR	21,50	1.075,00
101	60	UND	Grampeador de mesa médio 26/6 – Estrutura metálica - Preto- Ind. Brasileira	LYKE	5,60	336,00
102	4	UND	Grampeador de parede apropriado para grampear tecido em madeira, tapeçarias, ornamentação de festas altura 145mm,largura 30mm,comprimento 187mm,peso 0.522kg capacidade de carregar 63 grampos tipo rocama. Marca brasileira	WESTERN	19,80	79,20
103	140	CX	Grampo 26/6, prata, caixa com 5.000 unidades, produto de 1ª linha	LYKE	2,35	329,00
104	70	PCT	Grampo trilho de plástico em polipropileno com capacidade para até 200fhls branco fosco haste de PC,com dados de identificação do produto e marca do fabricante – pcte c/50	CHAPARRAL	5,50	385,00
105	35	PCT	Grampo trilho de plástico em polipropileno com capacidade para até 600fhls branco fosco haste de PC,com dados de identificação do produto e marca do fabricante – pcte c/50	DELLO	10,00	350,00
106	50	CX	Grampo trilho para pasta suspensa com corpo metálico com trava de ajuste – caixa com 50	JOCAR	5,65	282,50
110	40	PCT	Gliter Vermelho pacote c/500gr. .Com certificado de segurança do INMETRO.Marca brasileira	LANTECOR	24,00	960,00
111	40	PCT	Gliter Azul pacote c/500gr. .Com certificado de segurança do INMETRO.Marca brasileira	LANTECOR	17,50	700,00
112	40	PCT	Gliter Verde pacote c/500gr. .Com certificado de segurança do INMETRO.Marca brasileira	LANTECOR	17,50	700,00
113	40	PCT	Gliter Preto pacote c/500gr. .Com certificado de segurança do INMETRO.Marca brasileira	LANTECOR	17,50	700,00
114	40	PCT	Gliter Dourado pacote c/500gr. .Com certificado de segurança do INMETRO.Marca brasileira	LANTECOR	17,50	700,00
116	100	UND	Jogos de Memorias (IMAGENS)	IOB	6,90	690,00
117	100	UND	JOGOS DE ENCAIXE GRANDE (BLOCO LÓGICO)	CIABRINK	25,00	2.500,00
118	100	UND	JOGOS DE ENCAIXE MÉDIO (BLOCO LÓGICO)	CIABRINK	15,00	1.500,00
119	500	CX	Lápis aquarelável 36 cores, embalagem vermelha, industria brasileira	FABER CASTELL	32,99	16.495,00
120	1000	CX	Lápis aquarelável, 24 cores. Marca 100% brasileira. Com certificado de segurança do INMETRO. – caixa c/24.	FABER CASTELL	23,40	23.400,00
123	2000	CX	Lápis de cor pequeno redondo, com pigmentos, aglutinantes. Marca 100% brasileira. Com certificado de segurança do INMETRO. – caixa c/12.	LABRA	1,30	2.600,00
126	90	UND	Livro Ata c/100folhas pautada capa dura sem margem com dimensões de 320mmx220mm	TAMOIO	7,74	696,60
128	20	UND	Livro Ata Transversal/Horizontal 100 folhas	TAMOIO	10,58	211,60
130	100	UND	Livro ponto com 100 folhas	TAMOIO	6,07	607,00
131	200	UND	Livros Historias Infantis	AVENIDA	1,10	220,00
136	50	CX	Material Dourado	CIABRINK	11,80	590,00

139	20	PCT	OLHOS MÉDIOS -	PLASTIC	1,80	36,00
140	20	PCT	OLHOS GRANDES -	PLASTIC	2,90	58,00
142	40	CX	Papel Carbono – tamanho 210x297mm caixa com 100 folhas	GOLLER	15,88	635,20
143	200	UND	Papel Cartão	VMP	0,69	138,00
144	60	ROLO	Papel contact estampado largura 50cm embalagem rolo com 25m,com dados de identificação do produto e marca do fabricante Com certificado de segurança do INMETRO.Marca brasileira	VULCAN	90,00	5.400,00
147	90	ROLO	Papel de Presente 60CM X 100M	PEGON	45,00	4,050,00
150	950	PCT	Papel Laminado 50x60cm com superficie de aparencia metalica colorido. Com certificado de segurança do INMETRO. Marca brasileira pcte c/20	VMP	13,00	12. 350,00
152	100	ROLO	Papel pardo em bobina 0,6mx200m	LIBANO	24,50	2.450,00
153	100	ROLO	Papel pardo em bobina 1,20mx200m	LIBANO	178,00	17. 800,00
154	130	ROLO	Papel pardo em bobina 01mx20cm de 10kg	LIBANO	84,00	10. 920,00
158	50	PCT	Papel Almaço com Pauta – Pacote com 100	PHYRA	6,00	300,00
160	2500	UND	Papel Cartão	VMP	0,69	1.725,00
161	180	PCT	Papel Vergé 180g, 210x297 - pct 50 folhas	FILIPERSON	8,90	1.602,00
167	25	UND	Pasta Catalogo com capa dura com 100 envelopes 0.12 micras 255x340mm com 4 parafusos. Metal - preta	ACP	16,00	400,00
169	100	UND	Pasta de dedos (Molha Dedo) – Composição: Glicois, Acido graxo e Essência – Não tóxico – Selo do INMETRO	NEW MAGIC	1,40	140,00
172	10	UND	Pasta sanfonada grande com 31 divisórias acompanha 31 etiquetas de papel para títulos, 100% plástica (PP) Espessura 0,70mm, acabamento 350 largura x250 altura mm, transparente	DAC	22,00	220,00
173	10	UND	Pasta sanfonada média pop com 12 divisórias, acompanha 12 etiquetas de papel para títulos, fechamento em elástico, 100% plástica (PP), Espessura 0,50mm, Textura: Super Line, Dimensões do produto acabado: 330 largura x 240 altura mm, Transparente	DAC	8,90	89,00
174	50	CX	Pasta suspensa marmorizada e plastificada caixa com 50 cor marrom fabricada em papel cartão Kraft com mínimo 350gr nas dimensões mínimas 235x370mm prendedor macho e fêmea em plástico visor em plástico transparente e etiqueta para identificação com 06 posições para alojamento do visor ponteiras para arquivamento em metal com acabamento em ilhós nas extremidades superiores terminais das extremidades em plástico reforçado	DELLO	52,00	2.600,00
175	35	UND	Pen drive 16 Gb	SANDISK	27,00	945,00
176	20	UND	Pen drive 2Gb	SANDISK	14,50	290,00
177	20	UND	Pen drive 4 Gb	SANDISK	14,50	290,00
178	35	UND	Pen drive 8 Gb	SANDISK	16,00	560,00
179	80	CX	Percevejo latonado (dourado) caixa com 100 unidades	BAXMANN	1,15	92,00
180	42	UND	Perfurador de papel grande – de alta resistência para ate 35 folhas com guia de metal	LYKE	16,00	672,00
181	18	UND	Perfurador de papel metálico com capacidade para perfurar até 25 folhas de papel 75g/m² dimensões mínimas 150x100x180mm com guia	LYKE	8,50	153,00
184	120	UND	Pistola elétrica para aplicação de cola quente (fina) 110W embalagem com dados de identificação do produto e marca do fabricante. .Com certificado de segurança do INMETRO.Marca brasileira	CLASSES	6,80	816,00
185	120	UND	Pistola elétrica para aplicação de cola quente (grossa) 110W embalagem com dados de identificação do produto e marca do fabricante. .Com certificado de segurança do INMETRO. Marca brasileira	CLASSES	11,80	1.416,00
193	40	UND	Pincel nº10 arredondado com cabo plástico	GOLLER	0,90	36,00
194	40	UND	Pincel para quadro branco cor: várias	LYKE	0,99	39,60
197	100	UND	Rolinho de Plástico transparente para encapar diário	VMP	1,35	135,00
198	100	ROLO	Rolo de barbante grande ALGODÃO	PIRATININGA	7,50	750,00
199	1100	UND	Régua em acrílico com espessura mínima de 3mm e 35mm de largura graduada em 30cm	WALLEU	0,78	858,00
200	40	CX	Stencil a álcool caixa com 100 fls	CIS	35,00	1.400,00
205	1000	CX	Tinta Guache 15ml - caixa com 06 unidades	PIRATININGA	1,87	1.870,00
206	500	UND	Tinta Guache 250ml	PIRATININGA	1,98	990,00
207	50	UND	Tinta para Pincel Atômico	JAPAN	1,95	97,50
208	125	UND	Tinta para tecido. Varias cores	VMP	1,65	206,25
210	100	ROLO	TNT Tecido-não-tecido composto por fibras tramadas segundo um arranjo aleatorios de Polipropileno. Rolo com Largura 1,40 Espessura 0,50mm e 50 metros de comprimento. Cor: Variadas	SANTA FÉ	50,50	5.050,00
	TOTAL				253.271,60	

L. L. COMÉRCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS LTDA-ME, inscrito no CNPJ 06.224.272/0001-51.

Item	Qnt.	Unid.	Descrição do Produto	Marca	V.Unit.	V.Total
0017	50	BLOCO	Bloco auto adesivo com 100 folhas na cor neon no tamanho 38x51mm	JOCAR	0,99	49,50
0087	65	UND	Fita Adesiva duplas face rolo de 08 metros	ADERE	2,13	138,45
182	15	UND	Perfurador de papel metálico pequeno para ate 12 folhas	JOCAR	5,99	89,85
190	40	UND	Pincel nº04 arredondado com cabo plástico	LEO E LEO	0,74	29,60
191	40	UND	Pincel nº06 arredondado com cabo plástico	LEO E LEO	0,38	15,20
192	40	UND	Pincel nº08 arredondado com cabo plástico	LEO E LEO	0,45	18,00
TOTAL				340,60		

RICARDO C. COSTA EIRELI R. C. PAPÉIS - ME, inscrito no CNPJ 20.830.599/0001-06.

Item	Qnt.	Unid.	Descrição do Produto	Marca	V. Unit.	V.Total
163	520	UND	Papel Varias Cores - Tamanho A4 - 210x297mm, 75 gramas, resma de 500 folhas cada. Para impressão a leser. Produto de Primeira linha	BOREAL	17,00	8.840,00
TOTAL				8.840,00		

ASTRA COMERCIO DE MÓVEIS E EMBALAGENS LTDA-ME, inscrito no CNPJ 08.394.730/0001-26.

Item	Qnt.	Unid.	Descrição do Produto	MARCA	V. Unit.	V.Total
3	50	CX	Alfinete com cabeça para quadro de avisos	BRW	1,80	90,00
7	200	UNID.	Apagador para quadro de giz, com porta giz	GUEDES	2,73	546,00
14	100	UND	BAMBOLÊ	BAMBOLE	3,00	300,00
21	6	UND	Cabo HDMI de 3 metros	MYMAX	14,27	85,62
25	25	UND	Calculadora de mesa de visor inclinado,com bateria solar de 12 dígitos com 04 operações básicas.	MASTER PRINT	8,31	207,75
46	50	UND	Cartucho HP 1410 n° 21 - não remanufaturado	PREMIUM	33,20	1.660,00
47	50	UND	Cartucho HP PSC 1410 n° 22 - não remanufaturado	HT COMPANY	48,40	2.420,00
68	30	UND	Elástico fino (2mm) em borracha natural super resistente cx c/ 25gr p/dinheiro	REDBOR	0,83	24,90
69	20	UND	Elástico fino (2mm) em borracha natural super resistente cx c/ 500gr p/dinheiro	REDBOR	6,35	127,00
72	350	UND	Envelope amarelo nas dimensões 260x360mm	IPECOL	0,17	59,50
75	500	UND	Envelope pardo nas dimensões 260x360mm	IPECOL	0,12	60,00
80	600	UND	Estilete estreito com corpo termoplástico com proteção interna,em aço bi cromatizado	GOLLER	0,45	270,00
83	35	UND	Extrator de grampo em metal revestido com plástico (tipo piranha)	MASTER PRINT	1,88	65,80
92	50	UND	Fita para impressora Epson LX 300	MASTER PRINT	4,62	231,00
107	50	CX	Giz branco para quadro negro não tóxico e antialérgico com dimensões aproximado de 8cm de altura cx contendo em média 30 caixinhas com 50 unidades cada caixinha. Com certificado de segurança do INMETRO. Marca brasileira	DELTA	37,50	1.875,00
108	100	CX	Giz colorido não tóxico e antialérgico com dimensões aproximado de 8 cm de altura caixa contendo aproximadamente 30 caixinhas com 50 unidades cada caixinha. .Com certificado de segurança do INMETRO. Marca brasileira	DELTA	53,40	5.340,00
121	200	UND	Lápis borracha	LEO E LEO	0,21	42,00
129	20	UND	Livro de Protocolo com 100 folhas	FORONI	5,39	107,80
135	1500	CX	Massa de modelar	LEO E LEO	1,09	1.635,00
151	900	UNID.	Papel Manteiga	CANSON	0,35	315,00
156	350	UND	Papel Seda	VMP	0,12	42,00
162	700	UND	Papel celofane 85x100, varias cores	VMP	0,66	462,00
164	150	UND	Pasta AZ lombo estreito resistente de boa qualidades.	FRAMA	5,36	804,00
165	230	UND	Pasta AZ lombo largo resistente de boa qualidades.	FRAMA	5,79	1.331,70
195	40	UND	Porta canetas/porta clips e lembretes em acrílico transparente quadrados	WALEU	4,62	184,80
196	45	UND	Prancheta polietireno cristal, tamanho ofício, cor fumê	WALEU	5,78	260,10
201	10	UND	Teclado para Computador com fio Multimidia, conexão USB, na cor preta	PC TOP	14,78	147,80
	TOTAL				18.694,77	

5. DA ENTREGA

5.1. Os itens registrados deverão ser executados conforme termo de referencia do edital de forma fracionada (se necessário) e conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.2. O prazo máximo para entrega será de 03 (três) dias após a solicitação e pedido efetuado pelo departamento de compras da prefeitura Municipal de Nova Maringá-MT.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer

natureza;

6.4. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições

aqui estabelecidas;

6.5. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de

fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às

exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9. Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.10. O atraso na execução caberá penalidades e sanções previstas no Item 12 da Presente Ata.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens registrados;

7.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que

venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a

reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7.7. Fiscalizar a execução das obrigações assumidas pelo contratado.

8. DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o fornecimento, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável.

8.2. O Contratado/fornecedor deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.5. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

10.6. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7. A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

11. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, fretes, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12. DAS PENALIDADES

12.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o

limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. b;

12.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na entrega para o fornecimento dos materiais e equipamentos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13. DOS ILÍCITOS PENAIS

13.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

Destinação	Dotação Orçamentária
Gabinete	02.001.04.122.0020.2003.309030.000000-20
Sec. De Administração	03.001.04.122.0030.2007.339030.000000-47
Sec. De Finanças	04.001.04.122.0040.2011.339030.000000-65
Sec. De Educação	05.001.12.122.0050.2013.339030.000000-91
Sec. De Educação – Mat. De distribuição gratuita	05.001.12.122.0050.2013.339032.000000-93
Sec. De Educação – Mat. Didatico de Distribuição gratuita	05.001.12.122.0050.2015.339032.000000-98
Sec. De Educação – Departamento de Cultura	05.002.13.392.0055.2019.339030.000000-121
Sec. De Educação – Departamento de Esporte	05.003.27.122.0056.2021.339030.000000-133
Sec. De Educação – Salario Educação	05.007.12.361.0050.2025.339030.000000-149
Sec. De Educação – Salario Educação- Distribuição de Material Didatico	05.007.12.361.0050.2026.339032.000000-151
Sec. De Educação – Ensino Infantil	05.008.12.365.0050.2027.339030.000000-161
Sec. De Educação – Educação de jovens e Adultos	05.010.12.366.0050.2030.339030.000000-165
Sec. De educação – Fundeb 40 Fundamental	05.012.12.361.0059.2034.339030.000000-182
Sec. De Educação – Funfeb 40 Fundamental Material de Distribução Gratuita	05.012.12.361.0059.2034.339032.000000-183
Sec. De Obras	06.001.04.122.0060.2037.339030.000000-199
Sec. De Saúde	07.001.10.122.0070.2041.339030.000000-228
Sec. De Saúde – Fundo Municipal	07.002.10.301.0071.2042.339030.000000-240
Sec. De Agricultura	08.001.20.122.0080.2053.339030.000000-297
Sec. De Ação e Promoção Social	09.001.08.122.0090.2056.339030.000000-322
Sec. De Ação e Promoção Social- Fundo Municipal	09.002.08.244.0091.2061.339030.000000-366
Sec. De Planejamento	10.001.04.122.0100.2073.339030.000000-402
Sec. Distrital	11.011.04.122.0110.2074.339030.000000-411

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - **T**odas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão nº. 003/2015 e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - **É** vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura.

15.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por ate igual período.

16. DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro de São Jose do Rio Claro - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2. E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ata, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nova Maringá - MT, 05 de Março de 2015.

_____

Município de Nova Maringá JOÃO BRAGA NETO

Contratante

AÇAO COMERCIO E SERVICOS DE MOVEIS E INFORMATICA LTDA ME

CNPJ 16.793.330/0001-11

THIAGO RODRIGUES IBIAPINO

Contratado

JOANA OTAVIO NASCIMENTO DOS SANTOS – COMERCIO – ME

CNPJ 16.582.175.0001-94

LEONILDO OTAVIO ZUZA DOS SANTOS

Contratado

RICARDO C. COSTA EIRELI R. C. PAPÉIS – ME

CNPJ 20.830.599/0001-06

JONATHAN FERNANDES VIANA DA COSTA

Contratado

ASTRA COMERCIO DE MÓVEIS E EMBALAGENS LTDA-ME

CNPJ 08.394.730/0001-26

GEAN DIEGO MEISTER

Contratado

CYAN PAPELARIA E MAT. DE INFORMATICA EIRELI – EPP

CNPJ 20.357.366/0001-20

PAULO HENRIQUE FURONI

Contratado

L. L. COMÉRCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS LTDA-ME

CNPJ 06.224.272/0001-51

RAFAEL VITOR DA SILVA GONÇALVES

Contratado

Testemunhas:

Wagner Rodrigues da Silva Manoel da costa Campos

Sec. Mun. de Ação e Assistência Sec. Mun. de Administração

AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL 003/2015

A prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, através do pregoeiro e sua comissão de apoio, instituída pela portaria nº 13/2015/GAPRE DE 26 DE JANEIRO DE 2015, torna publico para o conhecimento de quantos possam interessar o resultado de LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO PRESENCIAL 003/2015 menor preço POR ITEM, cujo Objeto é o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E MATERIAIS ESCOLAR PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGA-MT**, a ser regido pela Lei federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

VENCEDOR: *AÇAO COMERCIO E SERVICOS DE MOVEIS E INFORMATICA LTDA ME*, inscrito no **CNPJ 16.793.330/0001-11.** com proposta no Valor de R$ 49.143,75,00 (quarenta e nove mil cento e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos) para os itens: 1, 18, 22, 38, 51, 73, 74, 77, 84, 89, 95, 96, 98, 109, 124, 125, 127, 133, 138, 145, 146, 148, 157, 166, 170, 183, 202, 203 e 204.

VENCEDOR: **JOANA OTAVIO NASCIMENTO DOS SANTOS – COMERCIO - ME,** inscrito no **CNPJ 16.582.175.0001-94.** com proposta no Valor de R$ 150.746,00 (cento e cinquenta mil setecentos e quarenta e seis reais) para os itens: 6, 8, 16, 27, 28, 32, 33, 34, 35, 41, 43, 48, 49, 85, 86, 115, 122, 132, 134, 137, 141, 149, 155, 159, 168, 171, 186, 187, 188, 189 e 209.

VENCEDOR: **RICARDO C. COSTA EIRELI R. C. PAPÉIS**

- ME,

inscrito no CNPJ 20.830.599/0001-06. com proposta no Valor de R$ 8.840,00 (oito mil oitocentos e quarenta reais) para o item: 163.

VENCEDOR: ASTRA COMERCIO DE MÓVEIS E EMBALAGENS LTDA-ME, inscrito no CNPJ 08.394.730/0001-26. com proposta no Valor de R$ 18.694,77 (dezoito mil seiscentos e noventa e quatro reais e setenta e sete centavos) para os itens: 3, 7, 14, 21, 25, 46, 47, 68, 69, 72, 75, 80, 83, 92, 107, 108,121, 129, 135, 151, 156, 162, 164, 165, 195, 196 e 201.

VENCEDOR: CYAN PAPELARIA E MAT. DE INFORMATICA EIRELI - EPP, inscrito no CNPJ 20.357.366/0001-20. com proposta no Valor de R$ 253.271,60 (duzentos e cinquenta e três mil duzentos e setenta e um reais e sessenta centavos) para os itens: 2, 4, 5, 10, 11, 12, 13, 15, 19, 20, 23, 24, 26, 29, 30, 31, 36, 37, 39, 40, 42, 44, 45, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 76, 78, 79, 81, 82, 88, 90 91, 93, 94, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 110, 11, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 123, 126, 128, 130, 131, 136, 139, 140, 142, 143, 144, 147, 150, 152, 153, 154, 158, 160, 161, 167, 169, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 185,193, 194, 197, 198, 199, 200, 205, 206, 207, 208 e 210.

VENCEDOR: L. L. COMÉRCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS LTDA-ME, inscrito no CNPJ 06.224.272/0001-51, **com proposta no Valor de** R$ 340,60 (trezentos e quarenta reais e sessenta centavos) para os itens: 17, 87, 182, 190, 191e 192.

Nova Maringá - MT, 05 de Março de 2015.

Atenciosamente

CLAUDIO MACIEL DA SILVA

Pregoeiro Oficial

Certifico que foi afixado no mural da Prefeitura Municipal, no dia 05/03/2015.

CLAUDIO MACIEL DA SILVA

Pregoeiro Oficial

RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2015

O Prefeito do Município de Nova Maringá-MT, Sr. João Braga Neto torna público que em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas pelo Sr. OSVALDO CORREIA - Secretária Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos, no processo de contratação direta de locação de imóvel para o funcionamento da Agencia do DETRAN em conforme com a lei Municipal 716/2013, junto ao senhor Luiz Rodrigues RG 746.927 SSP/MT e CPF 468.528.081.49. O valor da contratação é de R$ 8.668,00 (oito mil seiscentos e sessenta e oito reais) pelo período de 11 (onze) meses. Os valores serão pagos conforme disposições em contrato próprio (a ser celebrado), onde se formulou expediente de dispensa de licitação, fulcrada no art. 24, da Lei 8666/93, RATIFICA a justificativa apresentada e autoriza a contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26 do mesmo diploma legal.

Nova Maringá-MT, 05 de Março de 2015.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 008/2015

Por este instrumento de Contrato e, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464.831/0001-24, representado neste ato pelo Prefeito Municipal **JOÃO BRAGA NETO**, brasileiro, casado, portador do CPF: 424.993.729-15 e RG n.º 3026855 SESP-PR, filiação: Eugenio Braga e Jacira Orcese Braga, natural de Cianorte/PR, residente e domiciliado no município de Nova Maringá/MT, doravante simplesmente denominado *LOCATARIO,* e de outro lado **SONIA MARA ZARDO MAGALHÃES,** brasileira, casada, administradora de empresa, inscrito no CPF/MF sob nº 667.623.161-15 e portadora da Cédula de Identidade RG nº 10465448, residente e domiciliado na Rua Luis Dada nº 432N, Bairro Santa Rosa – CEP 78.445-000 – Cidade Nova Maringá-MT, doravante simplesmente denominado **LOCADOR**, pactuam conforme as seguintes cláusulas e condições:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas convenções estabelecidas no Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 003/2015, autorizado pela Lei Municipal nº 717/2013 de 24 de Janeiro de 2013 e suas alterações.

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a locação de 01 (um) imóvel urbano de propriedade da Srª. SONIA MARA ZARDO MAGALHÃES, medindo aproximadamente 35,51M² construído, edificação de alvenaria, localizado na Rua Tatiane, Quadra 01, Lote 07, n.º 127W, Bairro Jardim Mayra – CEP 78.445-000 - Nova Maringá-MT. O imóvel será utilizado para funcionamento da secretaria municipal de ação e promoção social para realização de cursos oferecidos pelo CRAS.

DO PREÇO: O valor da locação, objeto do presente contrato, importa em R$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais). O valor será pago ao contratado em 12 (doze) parcelas, no valor de R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), com vencimento até o dia 10 (dez) do mês subsequente, diretamente na tesouraria da Prefeitura ou através de crédito em conta corrente do Contratado.

DA VIGÊNCIA: O prazo do presente instrumento contratual, inicia em 02/03/2015, com seu término em 02/03/2016, podendo ser prorrogado na forma da Lei, desde que haja manifestação das partes com antecedência mínima de 03 (três) dias do término do Contrato.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta de recursos do Orçamento Programa do Município à conta da seguinte rubrica orçamentária:

09.002.08.244.0091.2062.339036.000000-374.

ASSINAM:

_____ _____

Município de Nova Maringá SONIA MARA ZARDO MAGALHÃES

JOÃO BRAGA NETO Contratado

Contratante

RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2015

O Prefeito do Município de Nova Maringá-MT, Sr. João Braga Neto torna público que em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas pelo Sr. Manoel da Costa Campos - Secretario Municipal de Administração, no processo de contratação direta de locação de imóvel para o funcionamento da Sede da Administração Distrital de Brianorte e os Correios em conforme com a lei Municipal 723/2013, junto ao senhor Samuel Vitomar Rodrigues RG 1.132.632 SSP/PR e CPF 152.465.745-20. O valor da contratação é de R$ 8.668,00 (oito mil seiscentos e sessenta e oito reais) pelo período de 11 (onze) meses. Os valores serão pagos conforme disposições em contrato próprio (a ser celebrado), onde se formulou expediente de dispensa de licitação, fulcrada no art. 24, da Lei 8666/93, RATIFICA a justificativa apresentada e autoriza a contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26 do mesmo diploma legal.

Nova Maringá-MT, 05 de Março de 2.015.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 003/2015

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E MATERIAIS ESCOLAR PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGA-MT.**

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, obedecendo todas as formalidades legais inscritas na Lei 8.666/93.

O Pregoeiro e Comissão de Apoio, cumprindo com as determinações legais, classificou as melhores propostas apresentadas e com os critérios estabelecidos no Pregão Presencial 003/2015, decorrido o prazo recursal sem quaisquer manifestação das partes interessadas. Assim sendo, de acordo com os critérios do edital e diante dos resultados apresentados pelo Pregoeiro e Comissão de Apoio, **ADJUDICO** o julgamento do presente certame, para que produza todos os efeitos legais, dando como proponentes (s) vencedor(es) a(s) Empresa(s):

VENCEDOR: **AÇAO COMERCIO E SERVICOS DE MOVEIS E INFORMATICA LTDA ME**, inscrito no **CNPJ 16.793.330/0001-11.** com proposta no Valor de R$ 49.143,75,00 (quarenta e nove mil cento e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos) para os itens: 1, 18, 22, 38, 51, 73, 74, 77, 84, 89, 95, 96, 98, 109, 124, 125, 127, 133, 138, 145, 146, 148, 157, 166, 170, 183, 202, 203 e 204.

VENCEDOR:

JOANA OTAVIO NASCIMENTO DOS SANTOS – COMERCIO - ME,

inscrito no CNPJ 16.582.175.0001-94**.** com proposta no Valor de R$ 150.746,00 (cento e cinquenta mil setecentos e quarenta e seis reais) para os itens: 6, 8, 16, 27, 28, 32, 33, 34, 35, 41, 43, 48, 49, 85, 86, 115, 122, 132, 134, 137, 141, 149, 155, 159, 168, 171, 186, 187, 188, 189 e 209.

VENCEDOR: RICARDO C. COSTA EIRELI R. C. PAPÉIS - ME, inscrito no CNPJ 20.830.599/0001-06. com proposta no Valor de R$ 8.840,00 (oito mil oitocentos e quarenta reais) para o item: 163.

VENCEDOR: ASTRA COMERCIO DE MÓVEIS E EMBALAGENS LTDA-ME, inscrito no CNPJ 08.394.730/0001-26. com proposta no Valor de R$ 18.694,77 (dezoito mil seiscentos e noventa e quatro reais e setenta e sete centavos) para os itens: 3, 7, 14, 21, 25, 46, 47, 68, 69, 72, 75, 80, 83, 92, 107, 108,121, 129, 135, 151, 156, 162, 164, 165, 195, 196 e 201.

VENCEDOR: CYAN PAPELARIA E MAT. DE INFORMATICA EIRELI - EPP, inscrito no CNPJ 20.357.366/0001-20. com proposta no Valor de R$ 253.271,60 (duzentos e cinquenta e três mil duzentos e setenta e um reais e sessenta centavos) para os itens: 2, 4, 5, 10, 11, 12, 13, 15, 19, 20, 23, 24, 26, 29, 30, 31, 36, 37, 39, 40, 42, 44, 45, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 76, 78, 79, 81, 82, 88, 90 91, 93, 94, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 110, 11, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 123, 126, 128, 130, 131, 136, 139, 140, 142, 143, 144, 147, 150, 152, 153, 154, 158, 160, 161, 167, 169, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 185,193, 194, 197, 198, 199, 200, 205, 206, 207, 208 e 210.

VENCEDOR: L. L. COMÉRCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS LTDA-ME, inscrito no CNPJ 06.224.272/0001-51, **com proposta no Valor de** R$ 340,60 (trezentos e quarenta reais e sessenta centavos) para os itens: 17, 87, 182, 190, 191e 192.

A proposta apresentada foi as mais vantajosa para a Administração Municipal, Razão pelo qual HOMOLOGO como vencedora do objeto da presente licitação.

Nova Maringá - MT, 05 de Março de 2015.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM - DEP. DE LICITAÇÃO AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2015

O Município de Nova Mutum, torna público o resultado do Julgamento, objeto: **Contratação de empresa para execução serviços de coleta de dados dos imóveis edificados no perímetro urbano da cidadee nos distritos do interior do município**, data de abertura: 27.02.2015 às 09:30 horas, da qual foi vencedor a empresa **QUALIDADOS PROJETOS E PESQUISAS LTDA ME,** CNPJ – 13.672.664/0001-49, no valor de R$ 85.000,00.Os representantes das empresas assinaram a ata, renunciando a intenção de interpor recursos. Nova Mutum/MT, 05 de março de 2015.

SÉRGIO VÍTOR ALVES RODRIGUES

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM - DEP. DE LICITAÇÃO AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015

O Município de Nova Mutum, torna público o resultado do julgamento, objeto: aquisição de 01 (um) motor semi - completo para uso do veículo FIAT/DUCATO e peças para uso das roçadeiras costais, cuja abertura deu-se no dia 25 de fevereiro de 2015, às 14:00 (quatorze horas), do qual foram vencedoras as seguintes empresas: Item 01 do lote 01 – TATIANA SIQUEIRA SANTIAGO EIRELI EPP, CNPJ – 07.838.209/0001-78, R$ 42. 315,09 (quarenta e dois mil, trezentos e quinze reais, nove centavos), itens 01 a 05, 07 a 12 do lote 02 a empresa JOSÉ JADIR FACCIO ME, CNPJ – 06.982.999/0001-06, R$ 15.325,75 (quinze mil, trezentos e vinte e cinco reais, setenta e cinco centavos). O item 06 do lote 02 foi deserto. Os representantes das empresas assinaram a ata, renunciando a intenção de interposição de recursos. Nova Mutum/MT, 05 de março de 2015.

SÉRGIO VÍTOR ALVES RODRIGUES

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL, DEP. DE LEGISLAÇÃO PORTARIA Nº 072, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 072, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

"**Nomeia o Sr. *Cristiano Filippi Tomé,* como fiscal de contratos e dá outras providências".**

O Sr. **Geder Luiz Genz**, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 080, de 06 de outubro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor Sr. **Cristiano Filippi Tomé**, Matricula n° 7182, por tempo indeterminado, para fiscalização na execução de serviços de transmissão de dados e voz (INTERNET) para atender a Escola Municipal Jorge Carlos Ferreira, Unidade de Saúde e Subprefeitura, ambas pertencentes à Comunidade Pontal do Marape – Contrato 160/2004.

Art. 2º. Na ausência do servidor nomeado conforme Art. 1°, fica o Sr. **Maycon Ghizzi,** Matricula n° 6399, responsável pelo acompanhamento e fiscalização.

Art. 3º.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 05 e março de 2015.

Registre-se e afixe-se.

Geder Luiz Genz

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL - DEP. DE RH EDITAL DE PUBLICAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2015

A Prefeitura Municipal de Nova Mutum (MT), pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 24.772.162/0001-06, com sede à Avenida Mutum nº 1250 N, Jardim das Orquídeas, nesta cidade de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em cumprimento ao princípio da publicidade, **PUBLICA** as Nomeações e Contratações de Servidores referentes ao mês de ***FEVEREIRO*** conforme abaixo relacionados, estando as mesmas integralmente a disposição no átrio desta municipalidade:

CONTRATAÇÕES:

Nome	**Cargo**	**Admissão**	Contrato	Ingresso
Secretaria de Obras				
EDERSON SILVA PEREIRA	OPERADOR DE MAQUINAS	**06/02/2015**	**088/2015**	Substituição
Secretaria de Educação e Cultura				
ALESSANDRA CABREIRA CALOTA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	02/02/2015	**016/2015**	**1817/2014**
AMANCIO CORREA PEREIRA NETO	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	02/02/2015	**002/2015**	**1817/2014**
ANA MARIA DOS SANTOS	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	02/02/2015	**017/2015**	**1817/2014**
ANA PAULA NEVES GOMES	ZELADOR (FAXINEIRO)	02/02/2015	**055/2015**	Substituição
ANGELICA IGNACIO DE SOUZA	MERENDEIRA	02/02/2015	**056/2015**	Substituição
ARENIL DA SILVA BARROS SALVADOR	MERENDEIRA	02/02/2015	**057/2015**	Substituição
CARLA ANDREIA ZANATTA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	02/02/2015	**018/2015**	**1817/2014**
CARLA FERREIRA DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO I	02/02/2015	**058/2015**	Substituição
CATARINA ANA DE ALMEIDA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	02/02/2015	**019/2015**	**1817/2014**
CLAUDIA LUCIA GONZAGA DA SILVA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	02/02/2015	**021/2015**	**1817/2014**
CLAUDIA OLIVEIRA DA SILVA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	02/02/2015	**020/2015**	**1817/2014**
CLAUDINEI PAULO FERREIRA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS VI	02/02/2015	**003/2015**	**1817/2014**
CLAUDINEIA MOURA DA SILVA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	02/02/2015	**022/2015**	**1817/2014**
CRISTINA DE OLIVEIRA LANGARO	MONITOR DE CRECHE	02/02/2015	**059/2015**	Substituição
DAMIRIS ARCANJO RODRIGUES	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	02/02/2015	**023/2015**	**1817/2014**
DAYANE ALVES DA COSTA	MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR	09/02/2015	**085/2015**	Substituição
DIANY EIRY LOPES RIQUELME	MONITOR DE CRECHE	02/02/2015	**060/2015**	Substituição
EDEVANICE LUZIA DOS ANJOS	ZELADOR (FAXINEIRO)	02/02/2015	**061/2015**	Substituição
EDINA RODRIGUES DE O. DA SILVA	MERENDEIRA	02/02/2015	**062/2015**	Substituição
EDIVANE GONCALVES DA SILVA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	06/02/2015	**086/2015**	**1817/2014**
ELAINE DA GUIA HURTADO	ZELADOR (FAXINEIRO)	02/02/2015	**063/2015**	Substituição
ELENIR BEIA DOS SANTOS	PROF EDUC. BAS. NIVEL SUP. PED.	02/02/2015	**064/2015**	Substituição
ELIENE DE OLIVEIRA ROLDAO	PROF EDUC. BAS. NIVEL SUP. PED.	02/02/2015	**065/2015**	Substituição
ELISANGELA RODRIGUES DOS SANTOS	PROF EDUC. BAS. NIVEL SUP. PED.	02/02/2015	**066/2015**	Substituição
ELOIZA RIBEIRO DA COSTA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	02/02/2015	**024/2015**	**1817/2014**
EMILLY THUANY NEVES SOUZA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	02/02/2015	**025/2015**	**1817/2014**
FAGNER MATEUS DE MATOS	AJUDANTE GERAL	13/02/2015	**089/2015**	Substituição
FRANCISCA DA SILVA MELO SANTANA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	04/02/2015	**026/2015**	**1817/2014**
FRANCISDALVA NASCIMENTO DA SILVA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	02/02/2015	**027/2015**	**1817/2014**
GABRIEL NASCIMENTO TAVARES	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	02/02/2015	**004/2015**	**1817/2014**
GILMAR RODRIGUES DA SILVA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS VI	02/02/2015	**005/2015**	**1817/2014**
GRACIELLE SILVA NEPONOCENO	MONITOR DE CRECHE	02/02/2015	**097/2015**	Substituição
HELYARA ANTUNES DA SILVA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	02/02/2015	**028/2015**	**1817/2014**
IGOR PATRICK DA SILVA ALMEIDA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	02/02/2015	006/2015	**1817/2014**
ILZA DE SOUZA COSTA	ZELADOR (FAXINEIRO)	20/02/2015	096/2015	Substituição
IVONE RAMOS ALVIN	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	11/02/2015	087/2015	**1817/2014**
JACILDA SOUZA SILVA ALBUQUERQUE	PROF EDUC. BAS. NIVEL SUP. PED.	02/02/2015	067/2015	Substituição
JACILVA VALERIANA DE SIQUEIRA	PROF EDUC. BAS. NIVEL SUP. PED.	02/02/2015	068/2015	Substituição
JALUZA RODRIGUES RIBEIRO CAVALIN	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	02/02/2015	029/2015	**1817/2014**
JESSICA SALVALAGGIO OLIVEIRA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	02/02/2015	030/2015	**1817/2014**
JOANA DARC BARBOSA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	02/02/2015	031/2015	**1817/2014**
JOCIELE DE PAULA	PROF EDUC. BAS. NIVEL SUP. PED.	02/02/2015	069/2015	Substituição
JOCIMAR ANTUNES DA SILVA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	02/02/2015	007/2015	**1817/2014**
JOSEMAR ROSA DA SILVA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS VI	02/02/2015	008/2015	**1817/2014**
JOSLAINE DE SOUZA COSTA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	02/02/2015	032/2015	**1817/2014**
JULIA GRAZIELI PEREIRA SILVA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	02/02/2015	033/2015	**1817/2014**
JULIANE CASTAGNA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS IV	02/02/2015	034/2015	**1817/2014**
JULIETA SOTHE MACHADO	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	02/02/2015	009/2015	**1817/2014**

KARINE REGINA ALGAYER DE SOUSA	PROF EDUC. BAS. NIVEL SUP. PED.	02/02/2015	070/2015	Substituição
KATIA APARECIDA MARTINS SOARES	PROF EDUC. BAS. NIVEL SUP. PED.	02/02/2015	071/2015	Substituição
KATIA CAROLINE DOS SANTOS SILVA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	02/02/2015	035/2015	**1817/2014**
KATIA C. DE PINHO NEPONOCENO	ZELADOR (FAXINEIRO)	02/02/2015	072/2015	Substituição
LAURA ARAUJO DE OLIVEIRA ROSA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	02/02/2015	036/2015	**1817/2014**
LINDINALVA NARCISA LEMES	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	02/02/2015	037/2015	**1817/2014**
LUCILENE ROSA SIQUEIRA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	02/02/2015	038/2015	**1817/2014**
LUCIMAR TERESINHA RODRIGUES	MERENDEIRA	02/02/2015	073/2015	Substituição
LUCINDA MARIA DE ALMEIDA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	02/02/2015	039/2015	**1817/2014**
LUIZ FERNANDO FERREIRA DA SILVA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	02/02/2015	010/2015	**1817/2014**
MARCELO DA COSTA SILVA	MOTORISTA DE VEICULOS ESPECIAIS	04/02/2015	051/2015	Substituição
MARIA ADRIANA FAREZIN	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	02/02/2015	040/2015	**1817/2014**
MARIA APARECIDA DE SOUZA BADAN	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	02/02/2015	041/2015	**1817/2014**
MARIA AP. FAGUNDES DA SILVA	ZELADOR (FAXINEIRO)	02/02/2015	074/2015	Substituição
NECIL DO ROSARIO	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	03/02/2015	042/2015	**1817/2014**
NEUZA FERREIRA DE SOUZA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	02/02/2015	043/2015	**1817/2014**
NILZALINA MARIA DA SILVA	PROF EDUC. BAS. NIVEL SUP. PED.	02/02/2015	075/2015	Substituição
ONEIDE DE FATIMA DOS SANTOS	MERENDEIRA	02/02/2015	076/2015	Substituição
REGINA SALES DE CARVALHO	ZELADOR (FAXINEIRO)	02/02/2015	077/2015	Substituição
RITA VALERIA DO NASCIMENTO	MONITOR DE CRECHE	02/02/2015	078/2015	Substituição
ROSA MARIA FERREIRA LUIS	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	02/02/2015	044/2015	**1817/2014**
ROSANA M. GONZAGA SALTORIO	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	02/02/2015	045/2015	**1817/2014**
SANTINA MARTINS DA COSTA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	02/02/2015	046/2015	**1817/2014**
SORAIA MARIA DE MACEDO	PROF EDUC. BAS. NIVEL SUP. PED.	02/02/2015	079/2015	Substituição
TELIANE COSTA MORAES	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	02/02/2015	047/2015	**1817/2014**
VALESCA BETANIA SALES	ZELADOR (FAXINEIRO)	18/02/2015	080/2015	Substituição
VALQUIRIA DA SILVA PEDRO	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	02/02/2015	048/2015	**1817/2014**
VANUSA CANDIDA NASCIMENTO	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	02/02/2015	049/2015	**1817/2014**
VILMA LIMA ORLANDO DA SILVA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	02/02/2015	050/2015	**1817/2014**
Secretaria de Saúde				
CLAUDILEIDE MARIA DA SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM	**02/02/2015**	015/2015	Substituição
Secretaria de Esportes e Lazer				
ANTONIO CARLOS NOGUEIRA GARCIA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS VI	**09/02/2015**	083/2015	**1817/2014**
CARLOS ED. DO CARMO GUIMARAES	INSTRUTOR DE PROGRAMAS VI	**09/02/2015**	082/2015	**1817/2014**
DARIELE AGUIAR DE ANDRADE ECKERT	INSTRUTOR DE PROGRAMAS VI	**20/02/2015**	093/2015	**1817/2014**
JARBAS BATISTA REICHERT	INSTRUTOR DE PROGRAMAS VI	**02/02/2015**	011/2015	**1817/2014**
LINO CEZAR SILVA DE ALMEIDA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS VI	**09/02/2015**	081/2015	**1817/2014**
MACIEL DA SILVA SOUSA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS VI	**02/02/2015**	012/2015	**1817/2014**
RICARDO EVER BENITES	INSTRUTOR DE PROGRAMAS VI	**23/02/2015**	094/2015	**1817/2014**
RONIEL RODRIGUES DA SILVA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS VI	**02/02/2015**	013/2015	**1817/2014**
SEBASTIAO LEMES SIQUEIRA FILHO	INSTRUTOR DE PROGRAMAS VI	**02/02/2015**	014/2015	**1817/2014**
Secretaria de Assistência Social				
ALIDIR DE OLIVEIRA NONATO	INSTRUTOR DE PROGRAMAS IV	**09/02/2015**	090/2015	**1817/2014**
ELISANGELA AP. WEBER STOFFEL	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	**23/02/2015**	091/2015	**1817/2014**
EUDINETE DA SILVA DE ARRUDA	MERENDEIRA	**02/02/2015**	001/2015	Substituição
FRANCIELE BORIS SZLACHTA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	**09/02/2015**	054/2015	**1817/2014**
HILDA CONCEIÇÃO DA ROSA BRESIO	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	**09/02/2015**	053/2015	**1817/2014**
JULIELY PEREIRA DA SILVA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS III	**09/02/2015**	052/2015	**1817/2014**
LEONICE GUTIERRES KRUG	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	**23/02/2015**	095/2015	**1817/2014**
MELANIA KRAIESKI VITALLI	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	**23/02/2015**	092/2015	**1817/2014**

Nomeações : Efetivos

Secretaria de Educação e Cultura

Nome	*Cargo*	**Admissão**	**Concurso**	**Portaria**
ANA CELINA DOS SANTO COSTA	PROF EDUC. BAS. - N. SUP. PED.	10/02/2015	001/2014	**098/2015**
APARECIDA BENEDITA DA SILVA CAMPOS	MONITOR DE CRECHE	19/02/2015	001/2014	**129/2015**
BERINETE APARECIDA DE ALMEIDA	MONITOR DE CRECHE	02/02/2015	001/2014	**079/2015**
CARLA CONCEICAO RODRIGUES	MERENDEIRA	02/02/2015	001/2012	**025/2015**
CARME CENIRA DA SILVA	MONITOR DE CRECHE	10/02/2015	001/2014	**108/2015**
CELSO DA SILVA QUEIROZ	MONITOR DE CRECHE	02/02/2015	001/2014	**026/2015**
CLAUDECINA PEREIRA DOS SANTOS	MONITOR DE CRECHE	02/02/2015	001/2014	**027/2015**
CLAUDEMIRA DA SILVA SOUZA	MONITOR DE CRECHE	02/02/2015	001/2014	**028/2015**
DEBORA DA SILVA GUERRA ULBRIK	MONITOR DE CRECHE	02/02/2015	001/2014	**029/2015**
DIANA MARQUES TKACZ	MONITOR DE CRECHE	10/02/2015	001/2014	**107/2015**
EDITE GRIZAO	MONITOR DE CRECHE	10/02/2015	001/2014	**099/2015**
ELIZANGELA DINIZ SILVA LOSS	PROF EDUC. BAS - N. SUP. PED.	10/02/2015	001/2014	**106/2015**
EMILLY ASSIS DA SILVA	MONITOR DE CRECHE	02/02/2015	001/2014	**031/2015**
ERIKA DE ARAUJO LIMA	MONITOR DE CRECHE	02/02/2015	001/2014	**032/2015**
ESTEFANY KARINE DE OLIVEIRA E SILVA	MONITOR DE CRECHE	02/02/2015	001/2014	**033/2015**
GABRIELA BARBOSA DE OLIVEIRA	MONITOR DE CRECHE	02/02/2015	001/2014	**035/2015**
GISELE PEREIRA LOPES DA SILVA	MONITOR DE CRECHE	02/02/2015	001/2014	**036/2015**
INES KRAJEWSKI	MONITOR DE CRECHE	10/02/2015	001/2014	**103/2015**
JISIELE APARECIDA R. DE OLIVEIRA ARRUDA	MONITOR DE CRECHE	02/02/2015	001/2014	**037/2015**
KAREM REGINA BOMDESPAHO PEREIRA	MERENDEIRA	10/02/2015	001/2012	**105/2015**
LUCINEIA SILVA DA LUZ	MONITOR DE CRECHE	02/02/2015	001/2014	**038/2015**
MAILTON GUIA DA SILVA	MONITOR DE TRANSP. ESCOLAR	04/02/2015	001/2014	**088/2015**
MARCILENE FERREIRA DE SOUZA	MONITOR DE CRECHE	02/02/2015	001/2014	**039/2015**
MARIA CONCEICAO FERREIRA DA SILVA	MONITOR DE CRECHE	02/02/2015	001/2014	**040/2015**
MARIA DIANA COSTA	PROF EDUC. BAS - N. SUP. PED.	02/02/2015	001/2014	**041/2015**
MARIA DO CARMO DA CUNHA	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	13/02/2015	001/2014	**111/2015**
MARIA IVANEIDE DA SILVA	MERENDEIRA	02/02/2015	001/2012	**042/2015**
MARIA LUCIANA DE C. DOS SANTOS	MONITOR DE CRECHE	02/02/2015	001/2014	**043/2015**
MARINALVA BARROS MACEDO	MONITOR DE CRECHE	02/02/2015	001/2014	**044/2015**
MARLENE JOSE DA SILVA FERREIRA	MONITOR DE CRECHE	10/02/2015	001/2014	**102/2015**
MILLEIA HONORATO DOS SANTOS	MONITOR DE CRECHE	19/02/2015	001/2014	**128/2015**
NEIDE MARIA DA COSTA	MONITOR DE CRECHE	02/02/2015	001/2014	**045/2015**
PAULO ERNANI REHN	PROF EDUC. BAS - N. SUP. ED. FIS.	19/02/2015	001/2014	127/2015
REJANE LOPES DE ARAUJO	MONITOR DE CRECHE	10/02/2015	001/2014	104/2015
ROBERTA ZANON	MONITOR DE CRECHE	06/02/2015	001/2014	092/2015
RONNY DIEGGO RONDON FERNANDES	PROF EDUC. BAS - N. SUP. ED. FIS.	23/02/2015	001/2014	131/2015
SAARA LETICIA DIAS MACHADO	PROF EDUC. BAS - N. SUP. PED.	06/02/2015	001/2014	093/2015
SALOMAO MAMEDES DE ARRUDA FILHO	AGENTE ADMINISTRATIVO II	18/02/2015	001/2014	126/2015
SIRLEI IASCHOMBEK	MONITOR DE CRECHE	02/02/2015	001/2014	047/2015
SONIA APARECIDA NALIN	MONITOR DE CRECHE	02/02/2015	001/2014	048/2015
TEREZA APARECIDA DE ALCANTARA	MONITOR DE CRECHE	02/02/2015	001/2014	049/2015
VANIA SCHMOELLER DOS SANTOS QUEIROZ	MONITOR DE CRECHE	02/02/2015	001/2014	050/2015
VERA LUZIA REVERSI	MERENDEIRA	11/02/2015	001/2012	109/2015
Secretaria de Saúde				
ELISAMARA LEITE DE ALMEIDA	ENFERMEIRO 40 HRS	09/02/2015	001/2014	095/2015
JANAINA SANTOS DE SOUZA	PSICÓLOGO 40 HRS	09/02/2015	001/2014	094/2015
MARLI YOSHIDA TAKAGUI	AGENTE ADMINISTRATIVO I	02/02/2015	001/2012	051/2015
SONIA DA SILVA RIBEIRO	ASSISTENTE SOCIAL 30 HRAS	25/02/2015	001/2014	137/2015
Secretaria de Administração				
DOUGLAS CECCHIN	AGENTE ADMINISTRATIVO II	06/02/2015	001/2014	139/2015
Secretaria de Assistência Social				
JOSEFA MARIA DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO I	**12/02/2015**	001/2012	110/2015

LUMA ROSA CLAUDIOMIRO	ASSISTENTE SOCIAL 30 H	**23/02/2015**	001/2014	133/2015

NOMEAÇÕES: Comissionados

Nome	Cargo	Admissão	Ingresso	Portaria
ALEANDRO PEREIRA DALAN	**COORDENADOR DE SECRETARIA**	**11/02/2015**	Comissionado	136/2015
ISABEL FERREIRA GUTIERREZ	ENCARREGADO DE DEPARTAMENTO	**24/02/2015**	Comissionado	134/2015
RODRIGO DE MACEDO	**ENCARREGADO DE DEPARTAMENTO**	02/02/2015	Comissionado	064/2015
VALMIR PEDRINHO TONIAL	ENCARREGADO DE DEPARTAMENTO	**02/02/2015**	Comissionado	078/2015

Nova Mutum – MT, 27 de Fevereiro de 2015.

ADRIANO XAVIER PIVETTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM - DEP. DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N. 029/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de peças e materiais de primeira linha.Tipo:Maior desconto por item - Data de abertura: 18 de março de 2015. Horário 08:00 horas - local: Av. Mutum, n. 1.250 N, Centro, N. Mutum – MT.Edital e anexos:Deverá ser retirado junto ao departamento de licitação pelo e-mail licitacao@novamutum.mt.gov.br, ou no site do município, ou pelo telefone **65-3308.5400-HORÁRIO DE ATENDIMENTO: Das 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas.Nova Mutum – MT, 05 de março de 2015.

Sérgio Vítor Alves Rodrigues

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2015

Nova Olímpia, 05 de Março de 2015.

D E C L A R A Ç Ã O

A Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado N.° 001/2015 da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia/MT, **DECLARA** para os devidos fins que não houve nenhum recurso interposto contra a homologação das Inscrições deferidas e indeferidas.

Comissão Examinadora de Nova Olímpia - MT, 05 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PP 012/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, Estado de Mato Grosso, através de seu pregoeiro, torna público a quem interessar que se realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo “MENOR PREÇO POR ITEM”, onde a data prevista para o Credenciamento das empresas participantes será realizado das 08h30min às 09h00min do dia 23 de março de 2015, e os envelopes contendo a Proposta de preços e os Documentos de Habilitação definidos neste Edital e seus anexos, deverão ser entregues ao pregoeiro no ato do Credenciamento, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, no Paço Municipal José Gabriel Lorca, s/nº, onde o Edital Completo estará disponível no horário comercial, gratuitamente, tendo como objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO HOSPITALAR PARA MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE SAUDE DESTE MUNICIPIO DE NOVA SANTA HELENA, conforme condições e especificações constantes neste edital e seus anexos. Nova Santa Helena, **05** de março de 2015. JEFFERSON A. S. do NASCIMENTO – Pregoeiro.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 001-2015 PP 006-2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 001/2014

PREGÃO: **N° 006/2014 – REGISTRO DE PREÇOS**

VALIDADE: 12 (doze) MESES contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Estado de Mato Grosso, podendo ser prorrogada na forma da lei.

Pelo presente instrumento, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA – ESTADO DE MATO GROSSO, neste ato representado pelo Sr. DORIVAL LORCA, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, maior, pecuarista, portador da CI/RG n.º 528.626 SSP/MT e do

CPF n.º 363.046.381-91

, residente e domiciliado na Avenida Brasil, Nº. 23, neste Município de Nova Santa Helena/MT e a Empresa LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS SÃO JOSÉ LTDA - ME, inscrita no CNPJ 00.171.140/0001-22 neste ato representado por seu Procurador e Representante Legal o Sr. RENATO BOLETA PERES, brasileiro, casado, farmacêutico bioquímico, portador do CPF 200.070.728-99 e do RG nº. 21.890.814 SSP/SP, residente e domiciliado à Avenida Costa e Silva, nº. 673, Centro, Colider - MT, RESOLVEM registrar os preços, nas quantidades estimadas na Seção desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por Lote Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº. 056/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE COLETA E EXAMES LABORATORIAIS, PARA ATENDIMENTO DOS PACIENTES ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme condições e especificações constantes neste edital e seus anexos.

1.1.1. Este instrumento não obriga aos ORGÃOS/ENTIDADES a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida às legislações pertinentes, sendo assegurada ao detentor do registro à preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de 12 (Doze) meses, contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Estado de Mato Grosso.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a PREFEITURA, através do Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, no seu aspecto operacional e nas questões legais.

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo

		213 LAB. DE ANÁL. CLÍN. S. JOSÉ LTDA - MECNPJ 00.171.140/0001-22				
Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit.	Qtde	Total
1	6953	ALBUMINOSO E COOMBS 02.02.02.047-9		7,93	20	R$158,60
2	25411	ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTOS DA	SERV	9,91	1.500	R$14.865,00
3	6910	ANTIBIOGRAMA 02.02.08.001-3		7,93	50	R$396,50
4	6911	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR (HANSEANIASE) 02.02.08.005-6		9,91	50	R$495,50
5	6847	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR(TUBERCULOSE) 02.02.08.006-4	UN	9,91	25	R$247,75
6	6848	BACTEROSCOPIA(GRAM) 02.02.08.007-2	SERV	7,93	700	R$5.551,00
7	10179	COAGULOGRAMA02.02.02.007-0	SERV	9,91	100	R$991,00
8	21891	COLINESTERASE	UN	11,89	40	R$475,60
9	6913	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA (02 DOSAGENS) 02.02.01.004-0		17,84	10	R$178,40
10	6840	DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE 02.02.03.007-5	SERV	8,92	50	R$446,00
11	6836	DETERMINACAO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTOMBINA (TAP)	SERV	9,91	60	R$594,60
12	6856	DETERMINACAO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTACAO(VHS)	SERV	5,94	200	R$1.188,00
13	6914	DETERMINACAO QUANTITATIVA DE PROTEINA CREATIVA 02.02.03.008-3	SERV	8,92	120	R$1.070,40
14	21887	DOSAGEM DE ACIDO FOLICO 02.02.01.012-0	UN	19,82	15	R$297,30
15	6827	DOSAGEM DE ACIDO URICO 02.02.01.012-0	UN	9,91	300	R$2.973,00
16	9978	DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEINA 02.02.03.009-1	SERV	19,82	20	R$396,40
17	6915	DOSAGEM DE AMILASE 02.02.01.018-0	UN	9,91	25	R$247,75
18	6916	DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTRATICO ESPECIFICO (PSA) 02.02.03.010-5	UN	29,74	200	R$5.948,00
19	18521	DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTRATICO ESPECIFICO (PSA) LIVRE	UN	27,76	80	R$2.220,80
20	10088	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES 02.02.01.020-1		9,91	100	R$991,00
21	10089	DOSAGEM DE CALCIO 02.02.01.021-0		9,91	160	R$1.585,60
22	6918	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL 02.02.01.027-9	UN	9,91	400	R$3.964,00
23	6919	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL 02.02.01.028-7	SERV	9,91	400	R$3.964,00
24	6829	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL 02.02.01.029-5	SERV	11,89	800	R$9.512,00
25	6830	DOSAGEM DE CREATININA 02.02.01.031-7	UN	9,91	600	R$5.946,00
26	9983	DOSAGEM DE FERRITINA 02.02.01.038-4	SERV	29,74	60	R$1.784,40
27	6831	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA 02.02.01.042-2	SERV	9,91	50	R$495,50
28	9954	DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT) 02.02.01.046-5	SERV	9,91	50	R$495,50
29	6920	DOSAGEM DE GANODOTROFINA CORIONCA HUMANA (HCG BETA)	UN	11,89	150	R$1.783,50
30	6832	DOSAGEM DE GLICOSE 02.02.01.047-3	UN	11,89	1.000	R$11.890,00
31	6922	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA 02.02.01.050-3	SERV	19,82	130	R$2.576,60
32	6923	DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO- ESTIMULANTE(FSH) 02.02.06.023-3		22,80	20	R$456,00
33	6938	DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE(TSH) 02.02..06.025-0	SERV	24,78	200	R$4.956,00
34	18529	DOSAGEM DE MUCO PROTEINA	UN	9,91	70	R$693,70
35	6855	DOSAGEM DE POTASSIO 02.02.01.060-0	SERV	9,91	70	R$693,70
36	6854	DOSAGEM DE SODIO 02.02.01.063-5	SERV	9,91	70	R$693,70
37	6941	DOSAGEM DE TIROXINALIVRE (T4 LIVRE)02.02.06.038-1	SERV	22,8	120	R$2.736,00
38	6940	DOSAGEM DE TIROXINA (T4) 02.02.06.037-3	SERV	22,8	120	R$2.736,00
39	6834	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)	SERV	9,91	250	R$2.477,50
40	6833	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (GPP) 02.02.01.065-1	SERV	9,91	250	R$2.477,50

41	9955	DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS 02.02.01.067-8	SERV	11,89	800	R$9.512,00
42	6942	DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3) 02.02.06.039-0	SERV	22,8	150	R$3.420,00
43	6853	DOSAGEM DE UREIA 02.02.01.069-4	UN	9,91	500	R$4.955,00
44	21416	DOSAGEM DE VITAMINA B-12 02.02.01.070-8	SERV	29,74	25	R$743,50
45	9966	ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA 02.02.02.035-5	SERV	29,74	70	R$2.081,80
46	21889	EXAME LEUCOCITOS NAS FEZES	UN	9,91	100	R$991,00
47	6851	EXAME PARASITOLOGICO DIRETO P/ LEISHMANIAS (LEISHMANIOSE)	UN	12,88	25	R$322,00
48	9957	FERRO SERICO 02.02.01.039-2	SERV	22,80	25	R$570,00
49	6839	HEMOGRAMA COMPLETO 02.02.02.038-0	SERV	13,88	2.500	R$34.700,00
50	25415	PESQUISA DEANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBE-AG)	SERV	27,04	30	R$811,20
51	6943	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESTREPTOLISINA O (ASLO) 02.02.03.047-4		9,91	30	R$297,30
52	9964	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA		29,74	80	R$2.379,20
53	6841	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1+HIV-2(ELISA) 02.02.03.030-0	SERV	29,74	100	R$2.974,00
54	10178	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE	SERV	24,78	30	R$ 743,40
55	9961	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	SERV	29,74	50	R$1.487,00
56	25414	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTI CITOMEGALOVIRUS 02.02.03.074-1	SERV	24,79	10	R$247,90
57	25404	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA 02.02.03.076-8	SERV	24,78	80	R$1.982,40
58	6957	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTR ARBOVIRUS (DENGUE)		34,7	50	R$1.735,00
59	10175	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS	SERV	29,74	30	R$892,20
60	9971	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS	SERV	29,74	30	R$892,20
61	6842	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	UN	24,78	70	R$1.734,60
62	25413	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTI CITOMEGALOVIRUS 02.02.03.085-7	SERV	24,78	10	R$247,80
63	25405	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA 02.02.03.087-3	SERV	24,78	80	R$1.982,40
64	6947	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTR ARBOVIRUS (DENGUE)	UN	34,7	50	R$1.735,00
65	6948	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTR O VIRUS DA RUBEOLA	SERV	24,78	70	R$1.734,60
66	6843	PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B	SERV	31,72	100	R$3.172,00
67	9956	PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI O FRASCO) 02.02.12.008-2	SERV	6,94	100	R$694,00
68	6951	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS 02.02.04.012-7		7,93	860	R$6.819,80
69	9967	PESQUISA DE TRIPANOSSOMA (CHAGAS MACHADO GUEREIRO)	SERV	24,78	10	R$247,80
70	9976	SANGUE OCULTO NAS FEZES 02.02.04.014-3	SERV	9,91	40	R$396,40
71	9959	TESTOTERONA 02.02.06.034-9	SERV	24,78	20	R$495,60
72	9960	TESTOTERONA LIVRE 02.02.06.035-7	SERV	24,78	10	R$247,80
73	6849	TIPAGEM SANGUINEA ABO 05.01.07.003-6	SERV	7,93	100	R$793,00
74	17573	TRANSFERRINA	SERV	19,82	10	R$198,20
75	25402	TRATAMENTO DE EDEMA PROTEINURIA E TRANSTORNO HIPERTENSIVO NA	SERV	9,91	30	R$297,30
76	10180	TTPA TEMPO DE TROMBOPLASTINA ATIVADA 02.02.02.013-4	SERV	8,92	40	R$356,80
77	10173	UROCULTURA02.02.05.001-7	SERV	24,78	100	R$2.478,00
78	10172	VDRL PARA DETECCAO DE SIFILIS EM GESTANTE 02.02.03.117-9	SERV	9,91	200	R$1.982,00
		VALOR TOTAL DA PROPOSTA				R$199.000,00

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Os pacientes serão encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde e os serviços deverão ser executados no prazo estipulado no encaminhamento, conforme o caso, a contar do recebimento da requisição devidamente assinada;

5.2. Entregar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, na proposta de preços apresentada e de acordo com a especificação do Edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição estabelecida;

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os pacientes serão encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde e os serviços deverão ser executados no prazo estipulado no encaminhamento, conforme o caso, a contar do recebimento da requisição devidamente assinada;

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA, além de responder, civil e criminalmente, por todos os danos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para a CONTRATANTE e/ou para terceiros, é obrigada a executar os serviços em perfeitas condições, utilizando a melhor técnica em estrita obediência à legislação vigente.

Parágrafo Único - Caberá ainda à CONTRATADA:

a) Arcar com todas as despesas referentes à mão-de-obra (especializada ou não), equipamentos, transporte em geral, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, comerciais e contribuições de qualquer natureza e quaisquer outras despesas que se apresentarem e se fizerem necessárias;

b) Responsabilizar-se pelo pagamento das indenizações e reclamações decorrentes de danos que causar, por dolo ou culpa, a empregados ou bens da CONTRATANTE ou a terceiros, entendendo-se como seus os atos praticados por aqueles que estiverem sob sua responsabilidade.

7.1. Após a homologação da licitação, retirar a Nota de Empenho no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da convocação formal;

7.2. Os pacientes serão encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, onde será feita a coleta do material, devendo a Contratada montar um Posto de Coleta nesta cidade de Nova Santa Helena, e os serviços deverão ser executados no prazo estipulado no encaminhamento, conforme o caso, a contar do recebimento da requisição devidamente assinada;

7.3. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos serviços obrigando-se a refazer aquele que for executado em desacordo com apresentado na proposta;

7.4. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da PREFEITURA, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na ATA;

7.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

7.6. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

7.7. Comunicar imediatamente à PREFEITURA qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

7.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela PREFEITURA;

7.9. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

7.10. Emitir relatório mensal dos exames prestados no período, contando data, n.º NF, Órgão/Local de Entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos produtos entregues.

7.11. A Ata advindo do presente Registro Preços somente poderá ser celebrado a partir da autorização da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena;

7.12. A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

7.12.1. Os acréscimos ou supressões até 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

7.13. Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofre em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

7.14. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto do Edital correram por conta exclusiva da contratada;

7.15. Se a licitante vencedora não apresentar situação regular no ato da feitura da “Nota de Empenho", a sessão será retomada e as demais chamadas, na ordem de classificação, para nulo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que a pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades;

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.

8.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

8.3. APÓS a entrega a CONTRATANTE deverá verificar todas as exigências e condições dos bens, somente assim poderá emitir o atestado de recebimento definitivo ou recebimento provisório, no caso de entrega parcial.

8.4. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências;

8.5. Notificar a CONTRATADA e a PREFEITURA de qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços;

8.6. Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas no edital;

8.7. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8.8. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8.9. Caberá a PREFEITURA promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será feito pela Administração Municipal de Nova Santa Helena/MT, em até 30 (trinta) dias após a data de realização dos exames, mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura.

9.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos produtos adquiridos (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

9.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

9.4. A emissão antecipada do documento fiscal não implicará adiantamento para o pagamento da obrigação;

9.5. Havendo erro na nota fiscal, a mesma será devolvida à licitante vencedora;

9.6. Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada à licitante vencedora, ficando o pagamento pendente até que se providenciem as medidas saneadoras;

9.7. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring".

9.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

10. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

10.5. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Departamento de Compras.

11. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Estado de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

11.6. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto do Edital correram por conta exclusiva da contratada;

13. DAS PENALIDADES

13.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital e na ata de Registro de Preços, sujeita à contratada a multas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

19.1.1. Atraso de até 02 (dois) dias, multas de 2% (dois por cento);

19.1.2. A partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º(quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

13.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao ÓRGÃO/ ENTIDADE poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

13.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a assinar a ata de registro de preços e a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

13.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

13.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e/ ou;

13.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

13.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da garantia do contrato.

13.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a PREFEITURA.

14. DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotação orçamentária previstas nos órgãos/entidades adesos aos registros de preços.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão nº. 006/2014 e seus anexos e as propostas das classificadas.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

17. DO FORO

As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Itaúba/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nova Santa Helena/MT, 04 de março de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA - MT

DORIVAL LORCA

- Prefeito Municipal -

CONTRATANTE

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS SÃO JOSÉ LTDA

RENATO BOLETA PERES

Procurador e Representante Legal

CONTRATADO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO 008/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, Estado de Mato Grosso, através de seu pregoeiro, torna público a quem interessar que se realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo “Menor Preço por Item”, onde a data prevista para Credenciamento das empresas participantes foi PRORROGADA para **as 08h30m às 09h00min do dia 19 de março de 2015**, e os envelopes contendo a Proposta de Preços e os documentos de Habilitação definidos neste Edital e seus anexos, deverão ser entregues ao pregoeiro no ATO do CREDENCIAMENTO, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, sito no Paço Municipal José Gabriel Lorca, s/nº, onde o Edital Completo estará disponível no horário comercial, gratuitamente, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM ANALISES FISICO QUIMICOS E BACTERIOLOGICOS EM AMOSTRA DE AGUA (BACTERIOLOGICAS); COLIFORMES TOTAIS, COLIFORMES TERMOTOLERANTES (FECAIS) E FISICO-QUIMICOS, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO. Nova Santa Helena - MT, 05 de março de 2015, JEFFERSON A. S. do NASCIMENTO – Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

SECRETARIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N.º 1.855, DE 04 DE MARÇO DE 2015

LEI MUNICIPAL N.º 1.855, DE 04 DE MARÇO DE 2015

Altera dispositivos constante na Lei Municipal n.º 1.762/2013, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da lei Municipal n.º 1.762, de 13 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio no valor de R$ 29.700,00 (vinte e nove mil e setecentos reais), divididos em 11 (onze) parcelas mensais e sucessivas de R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) com a **Associação do Centro Missionário Coração de Jesus** de Nova Xavantina – MT, inscrita no CNPJ n.º 08.785.773/0001-32.

Parágrafo único. O Convênio de que trata o

caput

deste artigo, terá vigência de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período."

Art. 2º Continuam em vigor os demais dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.762, de 13 de dezembro de 2013.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de fevereiro

de 2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 04 de março de 2015

Gercino Caetano Rosa

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N.º 1.853, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

LEI MUNICIPAL N.º 1.853, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Aprova loteamento particular de área urbana, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina,** Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Aprovado o loteamento particular de solo urbano, com área de 23.735,99m², Matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina – MT, sob o n.º 15.570, de propriedade do Sr. **José Constantino Guimarães**, brasileiro, solteiro, portador do CI/RG n.º 354.728-SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 034.799.27149, residente e domiciliado nesta cidade, à Rua Paraíba, 139 – Centro, e da Sra. **Maria das Graças Lidia da Silva**, brasileira, solteira, portadora do CI/RG n.º 1268407-4-SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 890.479.071-91, residente e domiciliada nesta cidade, à Avenida Couto Magalhães, 1253, bairro União, conforme discriminado abaixo:

I – Área loteada

- lotes Quadra "1" 4.725,12m²
- lotes Quadra "2" 3.779,99m²
- lotes Quadra "3" 1.748,51m²
- lotes Quadra "4" 1.655,35m²
- lotes Quadra "5" 3.470,25m²

Sub-total ..... (64,79%) ..15.379,22m²

Quadra "7" destinada ao Município 267,42m²

Quadra "6" destinada a área verde 621,71m²

Quadra "8" destinada a área verde 1.753,85m²

Total da área loteada útil ..... (11,13%) .. 2.642,99m²

II - Áreas públicas

- Rua 01 ..... 1.104,68m²
- Rua 02 ..... 1.671,20m²
- Rua 03 ..... 2.289,81m²
- Estacionamento 648,16m²

Total área pública ..... (24,07%) .. 5.713,85m²

Total área/lotes ..... (64,80%) .. 15.380,73m²

Total área pública..... (11,13%) ..2.642,99m²

Total vias públicas ..... (24,07%) .. 5.713,85m²

TOTAL ÁREA LOTEADA 23.735,99m²

§ 1º Integram a presente Lei, Plantas, Memoriais Descritivos e ART n.º 1294000, emitidos pelo Agrimensor Sebastião Teixeira da Silva – CREA MT 022232.

§ 2º O loteamento de que trata o caput deste artigo, terá a seguinte denominação: "Loteamento Nossa Senhora Aparecida".

Art. 2º Os loteadores/proprietários do loteamento de que trata o artigo 1º, será o responsável pela implantação de toda a infra-estrutura básica, constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação, pavimentação asfáltica, de acordo com Termo de Compromisso e Cronograma de Execução, que integram a presente Lei.

§ 1º Os loteadores/proprietários do loteamento deverá executar as obras de infra-estrutura básica de que trata o caput deste artigo, no prazo de 01 (um) ano, a contar da data de assinatura do Termo de Compromisso, Cronograma de Execução e Termo de Caução de Lotes, devendo comunicar o Município sobre o inicio da sua execução, para que haja o acompanhamento do Setor competente, que após a conclusão das obras, dará por cumprido integramente as exigências constantes desta Lei.

§ 2º Os loteadores/proprietários do empreendimento darão 08 (oito) lotes, a saber: Lotes 01, 02, 03, 04, 05 e 06, ambos da Quadra 01 (um) e Lotes 01 e 02, respectivamente da Quadra 02 (dois), em garantia às execuções de obras e serviços de infra-estrutura do referido loteamento, conforme Termo de Caução de Lotes, que integra a presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 26 de fevereiro de 2015.

Gercino Caetano Rosa

Prefeito Municipal

Termo de Caução de Lotes

Termo de caução de lotes que fazem entre s, o Município de Nova Xavantina – MT e José Constantino Guimarães e outra para garantia da implantação da infra-estrutura básica do Loteamento Nossa Senhora Aparecida.

Pelo presente Termo de Caução de Lotes, que fazem entre si, o Município de Nova Xavantina – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ n.º 15.024.045/0001-73, com sede na Avenida Expedição Roncador Xingu, n.º 249 – Centro, setor Xavantina, nesta cidade e do outro lado o Sr. José Constantino Guimarães, brasileiro, solteiro, portador do CI/RG n.º 354.728-SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 034.799.27149, residente e domiciliado nesta cidade, à Rua Paraíba, 139 – Centro, e da Sra. Maria das Graças Lidia da Silva, brasileira, solteira, portadora do CI/RG n.º 1268407-4-SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 890.479.071-91, residente e domiciliada nesta cidade, à Avenida Couto Magalhães, 1253, bairro União, neste ato denominado simplesmente Loteador, ajustam as condições para a caução de lotes necessários como garantia da implantação da infra-estrutura do Loteamento Nossa Senhora Aparecida, conforme definição na Lei Municipal n.º 1853, de 25 de fevereiro de 2015.

Cláusula primeira – O Loteador se obriga a oferecer como garantia das execuções de obras e serviços de infra-estrutura os lotes descritos na Cláusula Quarta.

Cláusula segunda – Os lotes dado em garantia não poderão ser comercializados até que sejam liberados pelo Município, através de aditamento a este Termo e mediante laudo de vistoria emitido pelo Engenheiro do quadro efetivo do Município de Nova Xavantina – MT.

Cláusula terceira – A liberação dos lotes caucionados poderá ser feita parcialmente na medida em que as obras de infra-estrutura forem sendo executadas.

Cláusula quarta – Os lotes a serem caucionados em favor do Município, junto a Matrícula nº ..... do 1º Serviço de Registro de Imóveis desta Circunscrição, são os abaixo discriminados:

Lotes caucionados		
Lote	Quadra	Área
01	01	407,43
02	01	408,42
03	01	409,41
04	01	410,41
05	01	411,40
06	01	323,84
01	02	420,00
02	02	420,00
Total 08 (oito) lote		Área total 3.210,91

Cláusula quinta – Vencidos todos os prazos para a implantação da infra-estrutura e não havendo acordo entre o Município e o Loteador, esta Municipalidade executará as obras de infra-estrutura remanescente e promoverá a adjudicação dos lotes caucionados, os quais integrarão o patrimônio deste Município.

Cláusula sexta – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Xavantina – MT, para dirimir as questões decorrentes deste Termo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam este Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Nova Xavantina – MT, ... de ..... de 2015

Gercino Caetano Rosa

Prefeito Municipal

José Constantino Guimarães Maria das Graças Lidia da Silva

LoteadorLoteador

Testemunhas:

_____

Nome:Nome:

RG:RG:

CPF:CPF:

Termo de Compromisso para implantação de infra-estrutura

no Loteamento Nossa Senhora Aparecida

Termo de Compromisso que fazem entre si, o Município de Nova Xavantina – MT, e José Constantino Guimarães e outra, para garantia da implantação da infra-estrutura básica do Loteamento Nossa Senhora Aparecida.

Pelo presente Termo de Compromisso, que fazem entre si, o Município de Nova Xavantina – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ n.º 15.024.045/0001-73, com sede na Avenida Expedição Roncador Xingu, n.º 249 – Centro, setor Xavantina, nesta cidade e do outro lado o Sr. José Constantino Guimarães, brasileiro, solteiro, portador do CI/RG n.º 354.728-SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 034.799.27149, residente e domiciliado nesta cidade, à Rua Paraíba, 139 – Centro, e da Sra. Maria das Graças Lidia da Silva, brasileira, solteira, portadora do CI/RG n.º 1268407-4-SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 890.479.071-91, residente e domiciliada nesta cidade, à Avenida Couto Magalhães, 1253, bairro União, neste ato denominado simplesmente Loteador, ajustam as condições para a execução da infra-estrutura no Loteamento Nossa Senhora Aparecida, nas seguintes condições:

Cláusula primeira – O presente Termo de Compromisso tem como finalidade formalizar as exigências legais a respeito da responsabilidade que tem o Loteador de executar, sem quaisquer ônus para o Município, das obras de infra-estrutura em loteamento por ela aprovado, conforme Lei Municipal n.º 1853, de 25 de fevereiro de 2015.

Cláusula segunda – O Loteador se obra a executar as obras de infra-estrutura básica descritas nos § 5º do artigo 2º da Lei Federal n.º 6.766/79, a seguir relacionadas, com recursos próprios e no prazo máximo de 01 (um) ano após a aprovação, tudo em conformidade com o Cronograma de Execução apresentado pelo Loteador, sob pena de caducidade da aprovação, consoante dicção do § 1º do artigo 12 da Lei Federal n.º 6.766/79.

Infra-estrutura básica a ser realizada:

1.Locação de lotes e ruas;

2.Aberturas das ruas;

3.Implantação de rede de água e rede de esgoto;

4.Implantação de rede elétrica pública e extensão para domiciliar;

5.Implantação de pavimentação asfáltica e escoamento de águas pluviais;

6.Locação das Quadras e Lotes.

Cláusula terceira – O Loteador sujeitar-se-á a ação da fiscalização permanente do Município durante a execução dos serviços e das obras complementares.

Cláusula quarta – Após a conclusão dos serviços e obras complementares, o Loteador ainda estará sujeito as penalidades, se comprovado, através da fiscalização do Município, o descumprimento das exigências legais do loteamento.

Cláusula quinta – O Loteador se obriga a apresentar os projetos de execução das obras de infra-estrutura citadas na Cláusula primeira deste Termo, já devidamente aprovados pelos órgãos competentes, num prazo de 120 (cento e vinte) dias contados a partir da data de assinatura deste Termo.

Cláusula sexta – O Loteador se obriga a submeter o loteamento ao Registro de Imóveis às suas expensas discriminando às áreas reservadas ao Município, caucionadas no Termo de Caução anexo, num prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da aprovação do projeto definitivo do loteamento, nos termos do artigo 18 da Lei Federal nº 6.766/79.

Cláusula sétima – O Loteador se compromete a não alterar a destinação dos espaços livres de uso comum, das vias e praças, das áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo, desde a aprovação do loteamento, conforme artigo 17 da Lei Federal n.º 6.766/79.

Cláusula oitava – O presente Termo de Compromisso entra em vigor na data de sua assinatura, adquirindo eficácia e validade na data de expedição do Alvará de Licença pelo Órgão competente da Prefeitura e terá seu encerramento depois de verificado o cumprimento de todas as obrigações dele decorrentes.

Clausula nona – São causas de revogação deste Termo de Compromisso a não obediência a qualquer de suas cláusulas, importando, em conseqüência, na cassação do Alvará de Licença para a execução das obras constantes do seu projeto.

Cláusula décima – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Xavantina – MT, para as questões decorrentes deste Termo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam este Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Nova Xavantina – MT, 26 de fevereiro de 2015

Gercino Caetano Rosa

Prefeito Municipal

José Constantino Guimarães Maria das Graças Lidia da Silva

LoteadorLoteador

Testemunhas:

_____

Nome:Nome:

RG:RG:

CPF:CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

DECRETO Nº 016/2015

EMENTA: aprova a IN SRH 001//2015 que dispõe sobre os procedimentos para disciplinar horário de trabalho, o registro e controle da freqüência aos serviços, as ausências aos locais de trabalho dos servidores e a instituição da ficha ponto para os servidores externos da prefeitura municipal de Novo Horizonte do Norte

JOAO ANTONIO DE OLIVEIRA, O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte (MT), no uso de suas atribuições contidas na Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

CONSIDERANDO Decreto nº 028/2009. que regulamenta a aplicação da Lei nº 751 de 17 de Dezembro de 2007, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Município de Novo Horizonte do Norte, no âmbito do Poder Executivo e Legislativo e dá outras providências.

CONSIDERANDO Lei Municipal Nº. 751 de 2007 que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Município de Novo Horizonte do Norte, e dá outras providências.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aprovada a instrução normativa IN SRH 001/2015 que dispõe que dispõe sobre os procedimentos para disciplinar horário de trabalho, o registro e controle da freqüência aos serviços, as ausências aos locais de trabalho dos servidores e a instituição da ficha ponto para os servidores externos da prefeitura municipal de Novo Horizonte do Norte

Art. 2º A Instrução Normativa, após sua aprovação e publicação, deverá ser executada e aplicada pelas Unidades Responsáveis e por seus respectivos Sistemas Administrativas.

Art. 3º – Caberá à Unidade Central de Controle Interno – UCCI prestar os esclarecimentos e orientações a respeito da aplicação dos dispositivos deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte (MT), 05 de Março de 2015.

João Antonio de Oliveira

Prefeito Municipal

INSTRUÇÃO NORMATIVA SRH N.º 001/2015

DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA DISCIPLINAR HORÁRIO DE TRABALHO, O REGISTRO E O CONTROLE DA FREQUÊNCIA AOS SERVIÇOS, AS AUSÊNCIAS DO LOCAL DE TRABALHO DOS SERVIDORES, E A INSTITUIÇÃO DA FICHA-PONTO PARA OS SERVIDORES EXTERNOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE.

VERSÃO: 001

DATA DE APROVAÇÃO: 05/03/2015

ATO DE APROVAÇÃO: DECRETO MUNICIPAL N.º 016/2015

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMNISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

SETORES ENVOLVIDOS/UNIDADE EXECUTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO / DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E TODOS OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNÍCIPAL.

SISTEMA ADMINISTRATIVO: SRH – Sistema de Recursos Humanos

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS

Art. 1° - Dispor sobre os procedimentos para disciplinar o horário de trabalho, o registro de frequência ao serviço, os atrasos, as ausências do local de trabalho, e a instituição da ficha-ponto para os servidores externos da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte – MT.

Art. 2° - Maior agilização, transparência, eficiência e eficácia quanto ao acompanhamento das ações do Departamento de Recursos Humanos;

Art. 3° - Otimizar os procedimentos administrativos do Poder Executivo, abrangendo todas as Unidades Administrativas da estrutura organizacional, disciplinar normas do Departamento de Recursos Humanos, e estabelecer atividades mínimas a ser observadas.

CAPÍTULO II

DOS CONCEITOS

Art. 4° - Para fins desta Instrução Normativa considera-se:

Registro de Frequência: **o meio pelo qual os servidores públicos municipais registrarão diariamente as respectivas frequências, permanecendo nos seus locais de trabalho executando, continua e produtivamente, os serviços de que forem incumbidos.**

Parágrafo Único: O registro da frequência será feito e controlado por meio eletrônico, através de relógio biométrico; podendo ser utilizado outros meios de controle como: livro ponto, cartão ponto, em casos excepcionais, cabendo aos Secretários Municipais de cada Secretária a responsabilidade da definição de outros meios de controle.

Ponto Digital: **é um programa prático que usa um aparelho para registrar o ponto de entrada e saída dos servidores, permitindo que o funcionário coloque suas digitais sobre o leitor ótico de um aparelho, para reconhecimento do mesmo.** Ocorrências: **São acontecimentos de situações anormais, que nessa Normativa serão considerados os erros, problemas, descontos ou pagamentos, que acontecem na frequência dos servidores, tais como: faltas, atrasos, saídas intermediárias, saídas antecipadas.** Faltas Legais: **são aquelas, devidamente comprovadas, em que a própria legislação trabalhista admite determinadas situações em que o servidor poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário. Para contagem desses dias, as dispensas legais serão computadas, conforme prevista no art. 68 do Estatuto do Servidor Público Municipal e art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, conforme regime que se enquadra o Servidor.**

Exemplos de falta legal: em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada que viva sob sua dependência econômica; em virtude de casamento; em caso de nascimento de filho, em caso de doação voluntária de sangue, para fim de se alistar eleitor, no período de tempo em que tiver de cumprir as exigências do Serviço

Militar, quando for arrolado ou convocado para depor na justiça, período de licença-maternidade ou abordo não criminoso, afastamento por motivo de doença ou acidente de trabalho (até 15 dias, para os vinculados ao sistema de previdência geral; e 30 dias para os vinculados ao RPPS), comparecimento como jurado no Tribunal do Júri, nos dias em que foi convocado para serviço eleitoral, entre outras previstas no ordenamento jurídico específico.

Justificativa: **é o relato do motivo pelo qual o servidor se acometeu de situações anormais, justificando o ocorrido em formulário próprio.** Tratativas: **é a atitude, determinada pelos gestores das Unidades Executoras que o coordenador (a) do Sistema de Recursos Humanos deverá seguir, observando a justificativa, a decisão apresentada em relatório e com base legal, podendo ser esta para abono, regularização, compensação, troca de horário, pagamento ou desconto;** Unidades Executoras: **as diversas unidades da estrutura organizacional sujeitas às rotinas de trabalho e aos procedimentos de controle estabelecidos nas Instruções Normativas.** Servidor Público: **Segundo as disposições constitucionais em vigor, servidor públicos é todos aqueles que mantêm vínculo de trabalho profissional com os órgãos e entidades governamentais, integrados em cargos ou empregos de qualquer delas: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e suas respectivas Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista. Trata-se de designação genérica e abrange e abrangente, introduzida pela CF/88, uma vez que até a promulgação da carta hoje em vigor, prevalecia a denominação de funcionário público.** Cargo em Comissão: **São aqueles destinados ao livre provimento e exoneração, de vinculo transitório com a administração pública, destinando-se apenas as atribuições exclusivas de direção, chefia ou assessoramento.** Função Comissionada: **São aquelas exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinando-se apenas as atribuições exclusivas de direção, chefia ou assessoramento.**

CAPÍTULO III

DA BASE LEGAL E REGULAMENTAR

Art. 5º A presente Instrução Normativa integra o conjunto de ações, de responsabilidade, do Chefe do Poder Executivo e dos Secretários Municipais no sentido de atendimento aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dispostos no Artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 6º A normativa que se apresenta vem padronizar os procedimentos para disciplinar o horário de trabalho, o registro de frequência ao serviço, os atrasos, as ausências do local de trabalho, e a instituição da ficha-ponto para os servidores externos da Prefeitura Municipal, encontra-se amparo na:

I.Constituição Federal/88, Constituição Federal nos artigos 5º Inciso LV; art. 31; art. 37 em seus incisos II, III, IV, VIII, XVI; art. 39; 40, § 13;

II.Lei Complementar nº 269/2007, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e dá outras providências;

III.Resolução n° 14, de 25 de setembro de 2007, que Institui o regimento do Tribunal de Contas nos termos da Lei Complementar n° 269, de 29 de janeiro de 2007 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato grosso;

IV.Lei 11.350 de 05 de Outubro de 2006, que regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição Federal, que dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51 de 14 de Fevereiro de 2006, e da outras providências;

V.Lei Federal nº 8.429 de 02 de junho de 1992, que dispõe as sanções aplicáveis aos agentes Públicos nos casos de enriquecimentos ilícitos no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional das outras providências;

VI.Lei Municipal N.º 751 de 12 de Dezembro de 2007, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno Municipal, cria a Unidade de Controle Interno e dá outras providências;

VII.Lei Complementar nº 429 de 15 de Dezembro de 1998 que dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Novo Horizonte do Norte, e dá outras providências correlatas;

VIII.Lei Municipal Complementar N.º 797 de 24 de Novembro de 2008 que dispõe a reestruturação do plano de carreira dos profissionais da educação do município de Novo Horizonte do Norte;

IX.Lei Municipal Complementar nº 987 de 28 de Maio de 2013 - "Institui a carreira dos profissionais do sistema único de saúde do município de Novo Horizonte do Norte, e dá outras providências".

X.Lei Municipal Complementar nº 998 de 14 de Junho de 2013- Dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimento dos Servidores Públicos do Poder Executivo do Município de Novo Horizonte do Norte..

CAPÍTULO IV

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 7º - Da Unidade Responsável pela Instrução Normativa:

I. - Entende-se por Unidade Responsável por esta Instrução Normativa o órgão central do Sistema Administrativo denominado Sistema de Recursos Humanos, da Secretaria Municipal de Administração, , na qual, tem as seguintes atribuições entre outras que se fizerem necessárias nos termos legais:

a) Promover a divulgação e implementação dessa Instrução Normativa, mantendo-a atualizada, orientando as áreas executoras e supervisionar sua aplicação;

b) Promover discussões técnicas com as unidades executoras e com a unidade responsável pela Unidade de Controle Interno, caso haja necessidade, para definir as rotinas de trabalho e os respectivos procedimentos de controle que devem ser objeto de alteração, atualização ou expansão;

c) Gerenciar, dirigir e controlar os trabalhos que lhe são afetos, respondendo pelos encargos a ele (a) atribuído (a), determinar a distribuição, controle, orientação e coordenação dos serviços do Departamento de Recursos Humanos;

d) Assumir responsabilidade pelo fornecimento de informações ao Gabinete do Prefeito e a Unidade de Controle Interno;

e) Determinar e chefiar as atividades do Departamento de Recursos Humanos, entre outras atividades afins;

f) Encaminhar as informações sobre o Ponto Digital dos Servidores Municipais a Controladoria Geral de Controle Interno quando solicitado;

g) Distribuir tarefas sobre as rotinas de trabalhos a ser executado no Departamento de Recursos Humanos as unidades executoras;

h) Planejar, orientar e assegurar as atividades de rotinas do Departamento de Recursos Humanos;

i) Coordenar os trabalhos do Departamento de Recursos Humanos de forma eficiente, propondo e implantando melhorias, com definições de políticas de desenvolvimento de pessoal na administração direta e indireta do Município de Novo Horizonte do Norte.

Art. 8º - Das Unidades Executoras:

I. - Entende-se por Unidades Executoras dessa Instrução Normativa todas as Secretárias, Departamentos, Setores e Seções, vinculados ao Sistema de Recursos Humanos, na qual terá as seguintes atribuições, entre outras que se fizerem necessárias nos termos legais:

a) Atender às solicitações da unidade responsável pela Instrução Normativa, quanto ao fornecimento de informações e à participação no processo de atualizações;

b) Alertar a unidade responsável pela Instrução Normativa sobre alterações que se fizerem necessárias nas rotinas de trabalho, objetivando a sua otimização, tendo em vista, principalmente, o aprimoramento dos procedimentos de controle e o aumento da eficiência operacional;

c) Manter a Instrução Normativa à disposição de todos os servidores, velando pelo fiel cumprimento da mesma;

d) Cumprir fielmente as determinações da Instrução Normativa, em especial quanto aos procedimentos na geração de documentos, dados e informações;

e) Informar por escrito, ao chefe imediato, a prática de atos irregulares ou ilícitos levando em consideração os termos prescrito no caput do art. 74 da CF/88;

f) Manter no desempenho das tarefas a que estiverem encarregados, atitude de independência, serenidade e imparcialidade;

g) Guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em decorrência do exercício de suas funções e pertinentes a assuntos sob a sua fiscalização, utilizando-os exclusivamente para a elaboração de relatórios ou para expedição de recomendações.

Art. 9º Da Unidade Responsável pelo Sistema de Controle Interno:

I. - Entende-se por Unidade Responsável pelo Sistema de Controle Interno a Unidade de Controle Interno Municipal, prescrita nos termos da Lei Municipal N.º 751/2007, na qual tem as seguintes atribuições entre outras que se fizerem necessárias dentro dos termos legais:

a) Prestar apoio técnico por ocasião das atualizações da Instrução Normativa, em especial no que tange à identificação e avaliação dos pontos de controle e respectivos procedimentos de controle;

b) Através da atividade interna, avaliar a eficiência e eficácia dos procedimentos de controle inerente ao SRH – Sistema de Recursos Humanos, propondo alterações nas Instruções Normativas para aprimoramento dos controles;

c) Manter no desempenho das tarefas a que estiverem encarregados, atitudes de independência, serenidade e imparcialidade;

d) Informar por escrito, ao Chefe do Poder Executivo, a prática de atos irregulares ou ilícitos levando em consideração os termos prescritos na Lei Municipal N.º 791/2007;

e) Guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em decorrência do exercício de suas funções e pertinentes a assuntos sob a sua fiscalização, utilizando-os exclusivamente para a elaboração de relatórios ou para expedição de recomendações.

CAPÍTULO V

DOS PROCEDIMENTOS

Art. 10º Da duração semanal do trabalho:

Os servidores públicos municipais do município de Novo Horizonte do Norte – MT, abrangidos por esta norma terão jornada máxima de trabalho de 20 (vinte), 30 (trinta) e 40 (quarenta) horas semanais, observadas as disposições da Lei Municipal, que dispõe sobre PCCS em cada caso, ressalvadas as exceções legais contidas nos atos do Prefeito e decisões judiciais. O disposto no item anterior não prejudica a existência de regimes de duração semanais já estabelecidos, nem os que se venha estabelecer mediante despacho através de Decreto Municipal, ou acordo coletivo em conjunto com o Prefeito Municipal a quem tiver a seu cargo na Administração Pública direta e indireta deste município, ficando como regra geral aquela pré-estabelecida nos editais dos concursos.

Art. 11º Do cadastramento do Servidor no registro de frequência:

I.O cadastramento do servidor no registro de frequência será realizado pelo Departamento de Recursos Humanos, das seguintes formas:

a)**Pelo número da Matrícula;**

b)**Até o 5º dia útil de inicio do trabalho do servidor na instituição, de acordo com a jornada de Trabalho.**

II.A jornada máxima de trabalho dos Servidores Públicos Municipal será fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima de 40(Quarenta) horas semanais, observado os limites mínimos e máximos de 04(quatro) horas e 08(oito) horas diárias, conforme segue:

a)40 (quarenta) horas semanais**, para os ocupantes de cargos para os quais a lei estabeleça essa jornada, constituída de 08(oito) horas diárias, durante 05(cinco) dias na semana, com intervalo mínimo de 01(uma) e máxima de 02(duas) horas para descanso/alimentação, não se computando esse intervalo na duração da jornada; Sendo que para efeito de cálculo de variações mensais (horas faltas, noturnas) computar-se á 200 (duzentas) horas mensais;**

b)30 (trinta) horas semanais**, para os ocupantes de cargos para os quais a lei estabeleça jornada de 06(seis) horas diárias, durante 05(cinco) dias na semana, sendo que para efeito de cálculo de variações mensais (horas faltas, noturnas) computar-se á 150 (cento e cinquenta) horas mensais;**

c)20(vinte) horas semanais**, para os ocupantes de cargos com jornada de 04(quatro) horas diárias, durante 05(cinco) dias na semana, sendo que para efeito de cálculo de variações mensais (horas faltas, noturnas) computar-se á 100 (cem) horas mensais;**

Art. 12º Da jornada de trabalho nos serviços continuados:

I.Os servidores em atividades que, pela sua natureza, em razão do interesse público, tenham que desenvolver serviços continuados deverão desempenhar suas atividades em escala de revezamento, obedecendo ao disposto nesta Normativa, devendo observar os seguintes requisitos:

a)**Carga horária semanal não superior à prevista pra cada cargo, conforme lei de plano de cargos, carreiras e vencimentos;**

b)**Uma folga semanal, preferencialmente aos domingos, devendo ao menos uma folga do mês ser escalada obrigatoriamente no domingo.**

c)**As escalas de revezamento deverão ser elaboradas pelos encarregados do setor, vistadas pelo Secretário do qual o servidor encontra-se subordinado e afixado em local visível com antecedência mínima de uma semana.**

II.Os servidores que prestam serviços no PA – Pronto Atendimento municipal, com funcionamento de 24(vinte e quatro) horas continuadas de atendimento ao público nos sábados, domingos e feriados; e de 12(doze) horas continuadas de atendimento ao público todos os dias noturno; Poderão desempenhar suas atividades sob jornada de 12 X 24 (doze horas de trabalho por vinte e quatro de descanso), em escala de revezamento, obedecendo ao disposto nesta Normativa, devendo ser observar os seguintes requisitos:

a)Fará jus ao recebimento de horas extras, o servidor que ultrapassar a jornada semanal de seu cargo, ou de sua escala de revezamento para atendimento de situações emergenciais e devidamente autorizado pela chefia imediata;

b)As escalas de revezamento deverão ser elaboradas pelo encarregado do setor, vistadas pelo Secretário ao qual o servidor encontra-se subordinados e afixados em local visível com antecedência mínima de uma semana.

Art. 13º Da jornada de trabalho Diferenciada:

I.A Secretaria que em razão do interesse público ou das condições peculiares de certos tipos de atividades, observado o principio da economicida-

de, poderão elaborar escala de 06(seis) horas continuadas, equivalente a 30(trinta) horas semanais, para servidores detentores de cargo cuja jornada seja de 40(quarenta) horas semanais, devendo observar os seguintes requisitos:

a)**Decreto do Prefeito municipal, estabelecendo a jornada de trabalho diferenciada;**

b)**O servidor detentor de cargo cuja jornada semanal de concurso seja 40(quarenta) horas, que por determinação do Prefeito Municipal, tiver sua jornada diária reduzida na forma do caput deste artigo, ao servidor convocado, ou ainda, devido à necessidade do trabalho para execução das atividades além da jornada semanal de 30(trinta) horas, fará jus ao recebimento de horas extras, sendo-lhe computadas apenas as horas excedentes à jornada semanal de seu cargo, ou seja, as acima de 40(quarenta) horas semanais.**

c)**Os servidores ocupantes de cargos em comissão e funções comissionadas, deverá exceder a jornada de trabalho, e realizar trabalhos extraordinários caso seja necessário para o bom andamento da Secretaria, Departamento ou Setor em que é lotado, sem direitos a remuneração em função do cargo ou função de CONFIANÇA exercido.**

Art. 14º Do registro de frequência através do ponto digital:

I. O registro de frequência ao serviço é obrigatório para todos os servidores, efetivos ou não, com exceção ao Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, e Secretários;

II. O servidor efetuará o registro da sua frequência ao serviço, no inicio, nos intervalos e no termino do expediente de cada jornada de trabalho; Preferencialmente através do ponto eletrônico; Caso a secretaria, Departamento ou Setor, ainda não dispor deste equipamento, o registro será feito provisoriamente de forma manual através de livro ou ficha ponto.

III. O impedimento do servidor de efetuar o registro da frequência no Sistema de Ponto Eletrônico deve ser comunicado de imediato o Departamento de Recursos Humanos, pelo servidor ou pelo superior hierárquico, para que seja resolvido o problema.

IV. As faltas dos servidores em virtudes de tratamento de saúde serão regularizadas, diretamente no Departamento de Recursos Humanos, através de solicitação de abono da falta por motivo de saúde, conforme formulário próprio, ANEXO I, acompanhado do respectivo atestado médico.

V. As faltas dos servidores em virtudes de força maior, devidamente justificadas, deverão ser comunicadas ao Secretário da pasta ou ao Prefeito, e solicitado abono das faltas mediante formulário próprio, ANEXO I, que será encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos.

VI. No caso de inoperância do sistema de ponto eletrônico, a chefia imediata providenciará o registro em Livro Ponto ou Folha de Frequência, e encaminhara ao Departamento de Recursos Humanos, até o primeiro dia útil seguinte à ocorrência.

VII.Nos casos em que o registro de frequência será provisoriamente em meios manual, será considerada falta grave o registro de frequência que não seja efetuado pelo próprio servidor, sujeitando-o a processo administrativo disciplinar; previsto no Estatuto dos Servidores Públicos, conforme Lei n° 429/98

VIII.**Os atrasos computados na entrada, juntamente com as saídas e retornos intermediários e as saídas antecipadas, deverão ser tratados de acordo com o (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), com tolerância máxima de 15 (quinze) minutos diários, acumulativos.**

IX. É concedida uma tolerância de 15(quinze) minutos de atraso no inicio de cada jornada de trabalho, enquanto que os registros efetuados com atraso superior a este limite serão computados como atraso.

X. A ausência de apenas 1 (um) dos registros da frequência ao serviço será computada como atraso ou saída antecipada, se referente à entrada ou a saída, no limite máximo de 3 (três) ausências de um desses registros, culminará em falta;

XI. Os atrasos dos servidores com mais de 15 (quinze) minutos poderá ser compensados, na quantidade de 02(duas) compensações com limite máximo de 2 (duas) horas meses, as demais serão consideradas como faltas;

XII.Para que a compensação das ausências e atrasos possa acontecer, as horas extras ou excedentes, que serão utilizadas para esse fim, deverão estar devidamente registradas no cartão de ponto do servidor.

XIII.**As horas extras e excedentes por trabalhos extraordinários, ou para compensação dentro dos limites estabelecidos, só poderão ser feitas mediante autorização do Secretário da pasta ou Prefeito Municipal;**

Art. 15º Do registro de frequência dos Servidores em transito:

I.Nos casos dos servidores que desenvolve suas atividades em trânsito, deverá seguir os seguintes procedimentos para o registro de suas frequências:

a)**Registrar regularmente suas frequências entradas, intervalo de almoço e saídas em Ficha Ponto, nos dias em que estiver em transito, conforme modelo Anexo II;**

b)**Nos dias em que estiver na sede do município é obrigatório registrar sua frequência no ponto eletrônico;**

c)**As Fichas Ponto deverá ser vistado pelo Secretário da pasta ou pelo Prefeito Municipal, e encaminhado até o dia 20(vinte) de cada mês ao Departamento de Recursos Humanos;**

d)**O não encaminhamento das Fichas de Frequência no prazo estabelecido prejudicará a elaboração da folha de pagamento e a folha de pagamento do servidor não será processada enquanto não tiver no departamento de recursos humanos a ficha de frequência.**

Art. 16º Das Proibições:

I. Aos servidores da Administração Direta e Indireta deste Poder Executivo é proibido:

a)**Faltar no trabalho em dias que possam atrapalhar o andamento do expediente de trabalho em seu setor, salvo por motivo de doença ou força maior.**

b)**Ausentar-se do setor de trabalho, sob qualquer pretexto, salvo com anuência da chefia imediata;**

c)**Ausentar-se do prédio onde trabalha em horário de expediente, exceção feita aos titulares de cargo de Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários, salvo com anuência da chefia imediata;**

Art. 17º Os descontos em Folha de Pagamento do servidor **em virtude de atraso ou falta sem justificativas, serão descontados no salário do mesmo mês, as computadas até o dia 20(Vinte), após o dia 20(Vinte) o desconto será no mês subsequente.**

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18º O descumprimento do previsto nos procedimentos aqui definidos será objeto de instauração de Procedimento Administrativo para apuração da responsabilidade da realização do ato contrário às normas instituídas, na qual terá como base legal para instauração a Lei Complementar nº 429/98 que dispõe sobre estatuto dos servidores públicos municipal de Novo Horizonte do Norte.

Art. 19º O descumprimento do previsto nos procedimentos aqui definidos será também objeto de infração passível de improbidade administrativa de acordo coma Lei Federal nº 8.429, de 02 de Junho de 1.992.

.

Art. 20º O relatório sobre o registro de frequência, será cedido aos servidores somente 01(um) por mês e por requerimento, e terá o prazo máximo de 02 (dois) dias para ser entregue;

Art. 21º É permitido a Unidade de Controle Interno solicitar formalmente, informações funcionais de qualquer servidor quantas vezes forem necessárias, com vistas ao acompanhamento de frequência dos servidores municipais;

Art. 22º A inobservância desta Instrução Normativa constitui omissão de dever funcional e será punida na forma prevista em lei.

Art. 23º Aplica-se, no que couberem aos instrumentos regulamentados por esta Instrução Normativa as demais legislações pertinentes.

Art. 24º Os esclarecimentos adicionais a respeito deste documento poderão ser obtidos junto a Secretaria Municipal de Administração, Departamento de Recursos Humanos, bem como junto a Unidade de Controle Interno, que por sua vez através de procedimento de checagem, visitas de rotinas ou auditoria interna, aferirá a fiel observância de seus dispositivos por parte das diversas unidades da estrutura organizacional;

Art. 25º Fica ao encargo de cada Secretaria a operacionalização dos meios utilizados para o registro de frequência dos servidores.

Art. 26º Faz parte integrante desta Instrução Normativa o Anexo I – Modelo de Justificativa de Falta, e Solicitação de abono; Anexo II – Modelo de Ficha Ponto.

Art. 27º Esta instrução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Novo Horizonte do Norte-MT, 03 de Março de 2015

JOÃO ANTONIO DE OIVEIRA

Prefeito Municipal

ANA RIGEL SANTOS SOUZA

Controladora Interna

Portaria de Nomeação nº 088/2013 de

17/06/2013

ERLANIA FEITOSA DE LIMA

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

LICITIÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015 REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015 – SRP

Interessado: Prefeitura Municipal de Novo Mundo

Processo nº. 006/2015

Objeto: **Aquisição de Combustíveis para Atendimento ao Gabinete do Prefeito e Secretarias de Educação, Saúde, Assistência Social, Agricultura e Obras**.

Prazo: 12 (doze) meses, a partir desta data.

Registro de Preço da empresa ROSALINA DE LIMA DIAS - EPP inscrita no CNPJ sob o nº 37.488.608/0001-17 localizada na Av. Ayrton Senna Bairro Centro cidade de Novo Mundo CEP 78.528-000 representada pela sua representante a senhora ROSALINA DE LIMA DIAS CPF nº 537.431.561-72 RG sob o nº 871695 SSP-MT residente e domiciliado na Av. Ayrton Senna Bairro centro cidade Novo Mundo - MT,

Item	Qtde.	Un.	Especificação	Valor Unitário
01	92.500	Litro	Gasolina comum automotiva, de acordo com a legislação vigente na ANP	3,68
02	124.600	Litro	Óleo Diesel S-10, de acordo com a legislação vigente na ANP	3,38
03	420.000	Litro	Óleo Diesel comum automotivo, de acordo com a legislação vigente na ANP	3,24

Novo Mundo,06 de Março de 2015.

Roberta Mezalira Venturoso José Hélio Ribeiro da Silva

Pregoeira Oficial Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LICITAÇÕES E CONTRATOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2015

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 9/2015

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A **P**REFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT, através do seu PREGOEIRO, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, às 09h00 horas (Brasília) do dia 18 de Março de 2015, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim, situado à Rua Cachoeira da Fumaça, nº. 77, Bairro Jardim das Palmeiras, Novo São Joaquim – Mato Grosso, conforme descrito neste edital e seus anexos, de conformidade com as Leis 10.520/2002, 8. 666/93. O credenciamento será feito das 08h30 às 09h00. Os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos no objeto deste Edital e seus Anexos deverão ser entregues ao Pregoeiro até às 09h00 horas (Brasília) do dia 18 de Março de 2015. OBJETO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO (GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA) PARA ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, HOSPITAL E POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL. RETIRADA DO EDITAL: sites: www.prefeituranovosaojoaquim.com.br e Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim, das 08h00 às 17h00. INFORMAÇÕES: As empresas interessadas poderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo fone abaixo. TELEFONE PARA CONTATO: (0**66)3479-1158. Novo São Joaquim - MT, 05 de Março de 2015.

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES

Pregoeiro Oficial

Processo nº 15/2015.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
LICITAÇÃO CONVITE Nº 1/2015

PROCESSO Nº 16/2015)

CONVITE Nº. 1/2015

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim – MT, no Exercício das Atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº. 001/2015 de 02 de Janeiro de 2.015, e em consonância pela Lei nº. 8.666/93 de 21/06/1993 e suas alterações posteriores, Torna-se Público para conhecimento dos Interessados, que fará realizar-se no dia *18 de Março de 2.015, às 14h00 horas (horário de Brasília)* no Endereço, Rua Cachoeira da Fumaça, nº.77 – Jardim das Palmeiras -Novo São Joaquim – MT - Sede da Prefeitura Municipal, reunião de Recebimento e Abertura das Documentações e Propostas, conforme especificado no **Edital de Licitação nº. 1/2015 – CV na Modalidade Convite para Obras e Serviços de Engenharia.** Informamos que a Entrega do Edital encontra-se disponível no endereço supracitado no site oficial da prefeitura: www.prefeituranovosaojoaquim.com.br . **OBJETO LICITAÇÃO: SELEÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA - ÁREA CÍVIL, PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMAS E AMPLIAÇÕES NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES DA CIDADE DE NOVO SÃO JOAQUIM, CONFORME PROJETO DO PLANO DE TRABALHO.** A comissão permanente de licitação estará à disposição dos interessados para a prestação de informações no horário de expediente da prefeitura municipal de Novo São Joaquim, pelo telefone (66) 3479-1158, e-mail licitacao@prefeituranovosaojoaquim.com.br .Novo São Joaquim – MT, 06 de Março de 2.015.

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES

Presidente Comissão de Licitação

Processo nº 16/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 048/2015

PORTARIA N° 048 DE 03 DE MARÇO DE 2.015.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT;**Srº. VILSON PIRES**, no uso e gozo das suas atribuições legais:

RESOLVE:

I– Conceder, nos termos do artigo 113 e § 4º da Lei Municipal nº 024/1997, Licença para Tratar de Interesse Particular, o servidor Srº.JOSIVAN CÂNDIDO DA SILVA, inscrito no CPF/MF sob o nº 994.123.811-15 e portador do RG sob o nº 13265474SSP/MT, pelo período de 02(dois) dois anos, a contar da data do dia 03/03/2015.

II – O afastamento concedido é sem ônus para o Município.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

IV – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga/MT, 03 de Março de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

DECRETO Nº 014 2015 - CORTE PONTO GREVE

DECRETO Nº 014/2015

DE 05 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre continuidade dos serviços públicos; controle de ponto de servidores; desconto dos dias parados do salário de servidores em greve e outras providências.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, Prefeita de Pedra Preta, no uso de suas atribuições legais e com amparo na legislação pátria, especialmente nas Decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nos processos MI 708 - MANDADO DE INJUNÇÃO, e MI 670 - MANDADO DE INJUNÇÃO, bem com, na decisão monocrática exarada nos autos do MANDADO DE SEGURANÇA Nº. 54430/2014 TJMT, que negou a liminar contra ato idêntico em **writ** impetrado pelo SISPMUPP.

Considerando que a Prefeita tem de obedecer e cumprir o estabelecido na legislação e, especialmente, o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal no referente à política salarial de seus servidores;

Considerando que o art. 20, III, b), Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece o índice que o Município pode "gastar" de seu orçamento com a folha salarial de seus servidores;

Considerando que o Município de Pedra Preta aporta recursos próprios ao Fundo da Educação para pagamento de Professores da sua rede;

Considerando que a Prefeita, em agosto de 2014, enviou o Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Educação, através do Projeto de Lei nº. 032/2014 ao Poder Legislativo, retirado posteriormente para adequações, de acordo com solicitação do Sindicato;

Considerando que após várias reuniões com representantes do SINTEP, a Prefeita enviou novamente o Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Educação, através do Projeto de Lei nº. 054/2014 ao Poder Legislativo;

Considerando que em reunião com vereadores, foi apresentado documento com apontamentos feitos pelo SINTEP com relação ao Plano de Cargos, decidindo pela retirada do Projeto de Lei, para nova análise;

Considerando que o Projeto de Lei nº 054/2014 foi devolvido pela Câmara Municipal em data de 26/02/2015 e que representantes do Executivo estão estudando as alterações sugeridas, inclusive com relação às tabelas;

Considerando o exíguo prazo entre a retirada do Projeto de Lei nº 054/2014 (em atendimento às solicitações da categoria) e a declaração da greve, 05/03/2015, por parte dos professores, o que implica na ilegalidade do movimento paradista;

Considerando que, em breve, novo PCCS será enviado à Câmara de Vereadores;

Considerando que a Administração Pública Municipal tem o dever de assegurar a continuidade dos serviços essenciais, conforme princípio constitucional vigente;

Considerando que a População - especialmente os usuários dos

serviços da Administração Pública Municipal, entre eles os Alunos das Escolas do Município - paga impostos e tem o direito de seguir sendo atendida da melhor forma possível;

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, nos processos MI 708 - MANDADO DE INJUNÇÃO, e MI 670 - MANDADO DE INJUNÇÃO, decidiu que servidores públicos têm direito de greve, aplicando-se, com adequações, o disposto na Lei de Greve de trabalhadores da iniciativa privada;

Considerando que o STF pacificou o entendimento de que a Administração Pública pode - na busca de assegurar a continuidade da prestação dos serviços púbicos, especialmente os essenciais (Saúde, Educação, entre outros) – excepcionalmente, contratar pessoas e empresas para continuar a prestar tais serviços;

Considerando que o STF decidiu nos processos referidos alhures que nos serviços essenciais (Saúde, Educação, entre outros) o percentual de pessoal que deve trabalhar, em caso de greve, é de no mínimo de 70%;

Considerando que a greve deflagrada e em curso no Município sequer está cumprindo o percentual de 30% dos servidores da Secretaria Municipal de Educação em seus postos de trabalho;

Considerando que o STF não vedou o desconto em folha dos dias não trabalhados pelos grevistas;

Considerando o trecho da decisão do Desembargador Relator do MS 54430/2014, totalmente aplicável ao presente caso, que assim asseverou: "Tendo em vista que os fatos deflagradores da greve não guardam relação para com atraso no pagamento de salário ou outras situações excepcio-

nais, mas sim o não encaminhamento de Projeto de Lei com o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Municipais ao Legislativo, e a não apresentação de "plano de melhora nas condições de trabalho dos servidores e sua infraestrutura", a medida liminar merece ser indeferida".

Considerando que novas contratações, mesmo em caráter excepcional, têm de obedecer ao limite estabelecido na LRF, o que exige que para se pagar um dia de trabalho à determinada pessoa aquela que não trabalha não pode continuar recebendo;

DECRETA:

Art. 1° - Fica a Secretária Municipal de Educação obrigada a apresentar ao Departamento de Recursos Humanos, todas as sextas-feiras, documentos comprobatórios da frequência ou ausência dos servidores lotacionados em sua Secretaria.

Art. 3° - O Departamento de Recursos Humanos deverá fazer o lançamento/confecção dos holerites descontando do salário do servidor os dias não trabalhados em decorrência de adesão a greve.

Art. 4° - Autoriza a contratação excepcional e temporária de pessoas nos setores essenciais ao funcionamento da Administração Pública, especialmente nos serviços da Educação, para dar continuidade aos serviços públicos e não causar maiores prejuízos a População, que paga os seus impostos e mantém a Administração em funcionamento.

Art. 5° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS CINCO DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2015.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI

Prefeita

Registrada nesta Secretaria e

Publicada por afixação no lugar

Público de costume na data supra.

MARIA ELISABETE PICOLO

Sec. Geral de Coord. Administrativa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RESULTADO DE LICITAÇÃO Nº 006/2015

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA-MT, através de seu Pregoeiro nomeado pela Portaria n°. 03/2015, torna público com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17-07-2002 e demais legislações correlatas que na Licitação **PREGÃO PRESENCIAL N. 006/2015,** foi declarada **DESERTA,** já que mesmo após prorrogação não compareceram interessados para a Presente Licitação.

Ponte Branca – MT, 05 de Março 2015.

STUART NOGUEIRA E SILVA

Pregoeiro

RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 005/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015

REGISTRO DE PREÇOS-FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES (SELF SERVICE E MARMITEX)

A Prefeitura Municipal de Ponte Branca – MT torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17-07-2002 e demais legislações correlatas, o **RESULTADO**, do Pregão Presencial nº 005/2015, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, visando o fornecimento de refeições (Self Service e Marmitex)**, realizado** no dia 05/03/2015, às 08h00min, tendo por vencedora do certame a empresa:ODETE NOGUEIRA BORGES – ME CNPJ 09. 529.764/0001-43 para o Lote n° 01 no valor de R$ 2.250,00 (Dois Mil e Duzentos e Cinquenta Reais) e para o Lote nº 02 no valor de R$ 4.000,00 (Quatro Mil Reais).

Ponte Branca - MT, 05 de Março de 2015.

Stuart Nogueira e Silva

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

GABINETE
DECRETO Nº. 034/2015

"Dispõe sobre a sexta Convocação de Candidatos Aprovados no Processo Seletivo 03/2014, para admissão ao Serviço Público Municipal".

DONIZETE BARBOSA DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso de atribuições legais, considerando o previsto nos incisos II e IV, do art. 37 da Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal, o Estatuto do Servidor Público Municipal e ainda o Edital do Processo Seletivo 03/2014;

DECRETA:

Artigo 1º - Tendo em vista o resultado do Processo Seletivo n° 03/2014 para os cargos especificados nos termos do Edital nº 007/2015 e publicado no Jornal dos Municípios no dia 07 de janeiro de 2015, ficam convocados os abaixo relacionados para comparecerem na Coordenadoria de Recursos Humanos no Edifício Sede da Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda – MT, Av. Marechal Rondon, nº 522, centro, no período das **07:00h as 13:00h** no prazo máximo de **15 (quinze) dias a partir da data da publicação** deste Decreto para apresentarem as documentações e posteriormente tomar posse e receberem a designação para os respectivos locais de trabalho.

Parágrafo Único

– O não comparecimento no prazo previsto neste artigo implica na desclassificação do mesmo sendo considerado desistente.

Cargo/Inscrição/Nome/Classificação

APOIO ADMINISTRATIVO ESCOLAR – 109 - NUTRIÇÃO ESCOLAR - (ITEM 2.2)		
INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
299	SENI PEREIRA DE ALMEIDA SILVA	3º

APOIO ADMINISTRATIVO ESCOLAR -MOTORISTA - 112 -(ITEM 2.2)		
INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
990	JOSÉ ANCHIETA DOS SANTOS AZAMBUJA	4º
250	ELPIDIO DE OLIVEIRA AQUINO	5º

APOIO ADMINISTRATIVO ESCOLAR -MAN INF ESCOLAR – 126 - (ITEM 2.3)		
INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
670	MARIA ROSA DE SOUZA VIEIRA	4º

APOIO ADMINISTRATIVO ESCOLAR -VIGIA – 127 - (ITEM 2.3)

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
500	ANILEIDE DA CONCEIÇÃO SANTOS	4º

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 04 de março de 2015.

DONIZETE BARBOSA DO NASCIMENTO Prefeito

GABINETE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/JANEIRO/2015

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 183/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA R C S DOS SANTOS – EPP

OBJETO: A CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS DECORRENTE DA PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO NÚMERO 183/2013, EFETIVADA ATRAVÉS DO TERCEIRO TERMO ADITIVO, CORRESPONDERÁ AO PREÇO DE R$ 191.868,00 (CENTO E NOVENTA E UM MIL, OITOCENTOS E SESSENTA E OITO REAIS), QUE SERÃO PAGOS PELO CONTRATANTE À CONTRATADA, COM RECURSOS PRÓPRIOS, SEGUNDO DISPONIBILIDADE FINANCEIRA.

DISPOSIÇÕES LEGAIS: PREGÃO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 041/2013,

VALOR: R$ 191.868,00

DATA: 05/01/2015

AVISO DISPENSA N.013/2015

(PROCESSO N.º029/2015)

O Prefeito de Pontes e Lacerda, através da Comissão Permanente de Licitação, torna-se público a dispensa de Licitação para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS PARA ATENDER A SAUDE, com valor total de R$755,00 (setecentos e cinquenta reais), visto a empresa A VOLPATO E R VOLPATO LTDA, inscrito no CNPJ n.00.319.835/0001-09, preencher as condições previstas no caput do artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93. Pontes e Lacerda/MT, 05 de março de 2015.

José Berion

Presidente da Comissão

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA MARÇO/2015

PORTARIA Nº. 086/2015

Dispõe sobre a Exoneração da Srª. Vânica de Freitas do cargo em comissão de Assessor Nível II

Data: 04/03/2015

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO CONTRATO Nº 006/2015

Entidade: Câmara Municipal de Pontes e Lacerda			
Contrato 006/2015	ÓRGÃO CÂMARA MUNICIPAL	UNIDADE ADMINISTRATIVA CÂMARA MUNICIPAL	
	CONTRATADA ***V.N. DOS SANTOS & CIA LTDA.***		
Data da Emissão 05/03/2015	Data Vencimento 31/12/2015	Valor R$ 32.163,04	Dotação 33.90.30
Objeto do Contrato:			

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO (PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, LÍMPEZA E SIMILARES) PARA A CÂMARA MUNICIPAL CONFORME ANEXO III.
Licitação Modalidade Convite 003/2015

Pontes e Lacerda - MT, 05 de março de 2015.

PEDRO VIEIRA

Vereador Presidente

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA MARÇO/2015

PORTARIA Nº. 085/2015

Dispõe sobre a Exoneração da Sra. Renata Silva Oliveira, do cargo efetivo de Técnico Desenvolvimento Infantil e dá outras providencias

Data: 03/03/2015

AVISO DISPENSA N.014/2015

(PROCESSO N.º030/2015)

O Prefeito de Pontes e Lacerda, através da Comissão Permanente de Licitação, torna-se público a dispensa de Licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE PLACA PARA INDENTIFICAÇÃO DA REFORMA ELETRICA E CLIMATIZAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL SANARIA SILVERIA DE SOUZA E DOS C.E. INFANTIS VEREADOR ORIEL MENDES LUCAS E MARIA ANTONIA GALVÃO NETO, com valor total de R$1.050,00 (um mil e cinquenta reais), visto a empresa RAWAL PLACAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, inscrito no CNPJ n.15.353.188/0001-29, preencher as condições previstas no caput do artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93. Pontes e Lacerda/MT, 05 de março de 2015.

José Berion

Presidente da Comissão

AVISO DISPENSA N.015/2015

(PROCESSO N.º031/2015)

O Prefeito de Pontes e Lacerda, através da Comissão Permanente de Licitação, torna-se público a dispensa de Licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO REFERENTE A PASSAGENS TERRESTRES NACIONAIS ATENDER SECRETARIA DE SAUDE, com valor total de R$7.656,00 (sete mil e seiscentos e cinquenta e seis reais), visto a empresa GILBERTO DE OLIVEIRA TURISMO-ME, inscrito no CNPJ n.09.013.516/0001-45, preencher as condições previstas no caput do artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93. Pontes e Lacerda/MT, 05 de março de 2015.

José Berion

Presidente da Comissão

GABINETE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/JANEIRO/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 068/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA V P R SILVA – ME

OBJETO: A CONTINUIDADE DO FORNECIMENTO DECORRENTE DA PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO NÚMERO 068/2014, EFETIVADA ATRAVÉS DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO, CORRESPONDERÁ AO PREÇO DE R$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS), QUE SE-

RÃO PAGOS PELO CONTRATANTE À CONTRATADA, COM RECURSOS PRÓPRIOS, SEGUNDO DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

.

DISPOSIÇÕES LEGAIS: PREGÃO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 011/2014

VALOR: R$ 19.905,60

DATA: 05/01/2015

GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO – FEVEREIRO/ 2015

Contrato n.º 013/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de **Pontes e Lacerda**

Contratada: EMPRESA ETCA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de consultoria e assessoria tributária para gestão e organização da sistemática de arrecadação da receita tributária própria municipal, **com o concomitante fornecimento dos recursos humanos especializado para coordenação e efetivação dos serviços**, "**IN LOCO",** bem como da metodologia técnica especializada, mediante a execução das atividades descritas no Termo de Referência anexo II do edital de Pregão Presencial nº. 126/2014, LOTE II, que se torna parte integrante do presente contrato

Disp. Gerais: Pregão n.º. 126/2014

Valor:

R$ 421.368,00

Data: 09/02/2015

Vigência: 09/02/2016

GABINETE
RETIFICAÇÃO

EM VIRTUDE DE FALHAS FORMAIS, RETIFICA-SE O CONTRATO ABAIXO RELACIONADO

RETIFICA O CONTRATO 001/2015 DA EMPRESA ETCA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA, ONDE-SE LÊ O DE VALOR DE R$ 35. 114,00, PASSA A CONSTAR O VALOR DE R$ 50.000,00.ONDE-SE LÊ A DATA DE VENCIMENTO 31/12/2015, PASSA A CONSTAR A DATA DE VENCIMENTO DE 19/01/2016, PUBLICADO NO DIARIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS, NO DIA 04-02-14, EDIÇÃO 2158, PAG. 122

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA MARÇO/2015

PORTARIA Nº. 087/2015

Dispõe sobre nomeação de Assessor Nível II Sra. Beatriz Souza Medeiro e da outras providências

Data: 03/03/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 39/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: CAROLINE DUARTE DE OLIVEIRA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.008,62

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 48/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: ADELLY SABRINA SILVA DE OLIVEIRA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 869,50

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 88/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: ALEX LUIZ MACEDO

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MOTORISTA PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.038,70

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 31/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 14/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: ALMENI ALVES SANTOS CARVALHO

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.354,25

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 02/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: ANA MARIA TERCI ROBELO

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.008,62

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 31/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: APARECIDO DE OLIVEIRA TRINDADE

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 2.112,63

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 24/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: CARLA CRISTINA DA SILVA MARTINS

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.354,25

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 39/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: CAROLINE DUARTE DE OLIVEIRA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.008,62

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 47/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: CATIA OLIVEIRA FERNANDES

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 869,50

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 52/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: CELIA DA SILVA MARTINS

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.354,25

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 23/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: CELIA SERAFIM MUNIZ

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.354,25

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 38/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: CHEILA MICHELE DOS SANTOS

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 869,50

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 85/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: CREONEISE BORGES DE ARRUDA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO VIGIA PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 788,00

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 31/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 29/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: DANDERCLEIA DE OLIVEIRA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.354,25

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 69/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: DIONJONATAN CAETANO DE SOUZA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO VIGIA PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 788,00

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 31/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 75/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: DULCELINA LEMES DA SILVA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MERENDEIRA PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 788,00

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 31/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 82/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: EDILAINE BARBOSA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 788,00

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 31/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 37/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: EDILEUFER JONIS SANTANA LARA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 799,94

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 43/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: EDNA MORAIS DA MAIA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 869,50

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 28/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: EJAIR AROLDO ORTIZ SURUBI

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.191,94

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 79/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: ELIETE DA SILVA RONDON FRANCA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.391,20

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 87/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: ELSO SILVEIRA FARIAS

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MOTORISTA PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.038,70

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 31/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 04/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: ELVINA DA SILVA CEBALHO

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 978,63

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 22/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: EVA PEREIRA LEITE

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.354,25

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 64/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: FABIANA SOARES PEREIRA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 788,00

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 31/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 94/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: FABIO PEREIRA DOS SANTOS

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MOTORISTA PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.038,70

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 31/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 36/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: FLAVIA JAIME TOMICHA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 869,50

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 66/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: FLAVIO DE CAMPOS OLIVEIRA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO VIGIA PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 788,00

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 31/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 59/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: GENAILDA FRANCISCA FONSECA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 788,00

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 31/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 91/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: GERONIMO ALMEIDA DOS SANTOS

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MOTORISTA PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.038,70

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 31/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 92/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: GILMAR DA SILVA SILVEIRA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MOTORISTA PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.038,70

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 31/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 95/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: GILMAR DE OLIVEIRA GAIA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MOTORISTA PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.038,70

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 31/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 89/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: GILSON JOSE FONSECA FILHO

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MOTORISTA PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.038,70

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 31/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 89/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: GILSON JOSE FONSECA FILHO

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MOTORISTA PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.038,70

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 31/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 53/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: GISELI FATIMA DOS SANTOS

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 788,00

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 31/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 16/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: GYLCE MARCE DE LIMA E SILVA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.354,25

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 60/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: IDIANA ALEXANDRINA CEBALHO

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 788,00

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 31/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 76/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: IVANILCE VELASCO

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MERENDEIRA PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 788,00

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 31/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 50/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: JESSICA ORTEGA DOS SANTOS DE SOUZA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 869,50

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 13/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: JOELB FERREIRA DE GODOY

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.354,25

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 35/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: JOELMA DE OLIVEIRA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.087,00

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 08/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: JOELMA NUNES PINTO

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 978,63

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 32/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: JOSEFA SANTANA DA SILVA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 677,12

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 40/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: JULIANA ORTIZ VELASCO

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 869,50

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 03/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: JUSCELENE BERBEM DA CRUZ

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.354,25

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 19/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: LAUDISSEIA MEIRA DA COSTA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.354,25

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 86/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: LAURA CRISTINA SOUZA PRADO

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MOTORISTA PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.038,70

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 31/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 07/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: LETICIA CRISTINA DA SILVA POQUIVIQUE

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 978,63

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 96/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: LETICIA DOS SANTOS PEREIRA RAMOS

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 869,50

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 06/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: LOYANE LEITE DE MIRANDA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 978,63

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 71/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: LUIZ CARLOS DE SOUZA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO VIGIA PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 788,00

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 31/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 12/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: LUIZA DE MARILAK FERREIRA BORGES

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.354,25

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 05/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: MARCOS FRANCISCO RODRIGUES

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 812,55

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 74/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: MARIA APARECIDA RAMOS BERTO

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MERENDEIRA PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 788,00

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 31/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 42/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: MARIA DA GLORIA SILVA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.354,25

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 41/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: MARIA DA GUIA GONÇALO DOS SANTOS

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 869,50

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 83/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: MARIA ISABEL CALHAU

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 869,50

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 56/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: MARIA ISABEL LOPES

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 788,00

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 31/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 97/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: MARIA JOSE BATISTA DE SANTANA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.354,25

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 57/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: MARIA JOSE ROBERTO DE SOUZA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 788,00

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 31/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 80/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: MARINILZA SURUBI TURIBIOS

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MERENDEIRA PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 788,00

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 31/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 61/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: MARLUCE RAMOS

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 788,00

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 31/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 33/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: MARTA APARECIDA FERREIRA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 2.437,65

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 21/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: MARTA FERREIRA APRIGIO DE ARAUJO

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.354,25

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 25/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: MILEIDE APARECIDA DE SOUZA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.408,66

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 77/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: NADIR RIBEIRO DE ANDRADE

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MERENDEIRA PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 788,00

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 31/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 54/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: PAULINA ORTIZ ASSUNÇÃO

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 788,00

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 31/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 27/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: POLIANA MARIA LARA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.354,25

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 30/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: RENATA APARECIDA NUNES DOS SANTOS

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 2.004,63

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 10/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: RITA MARIA FERREIRA DA SILVA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.354,25

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 73/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: ROSA GONÇALVES

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MERENDEIRA PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 788,00

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 31/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 20/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: ROSALINA ROBERTA PEREIRA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.354,25

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 15/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: ROSANA DA SILVA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.354,25

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 70/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: ROSELI HONORATO ARAUJO

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO VIGIA PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 788,00

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 31/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 51/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: ROSILANE BRESSANINDE SIQUEIRA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.354,25

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 78/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: ROSILENE TRAVA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.354,25

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 44/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: STEFFANE CRISTINA VIEIRA SILVA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 869,50

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 84/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: SUELLEN KAROLINE MARTINS

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 869,50

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 45/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: TATIELLY RAMOS SANTANA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 799,94

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 90/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: TIAGO APARECIDO SOUZA PRADO

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MOTORISTA PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.038,70

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 31/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 62/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: VALDILEIA VELASCO SURUBI

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 788,00

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 31/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 46/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: VANDERLEIA SILVA TEOFILO

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.286,86

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 72/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: VANDERLICE MARTINS COIMBRA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO VIGIA PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 788,00

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 31/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 63/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: VANESSA DUARTE

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 788,00

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 31/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 55/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: VANILDE DE ABREU VIEIRA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 788,00

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 31/12/2015.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 34/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: WADINA MORETI LEMOS FERREIRA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 869,50

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

PORTARIA N° 065/2015, 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS.

O Excelentíssimo Senhor, **JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 98, da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º – Conceder, a partir de 01 de Fevereiro de 2015, Férias ao servidor abaixo relacionado.

SEBASTIÃO CEZARIO – matricula 369, período aquisitivo 18/06/2012 a 17/06/2013.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito de data retroativa de 01 de Fevereiro de 2015.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 19 de Fevereiro de 2015.

JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 066/2015, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Dispõe sobre exoneração de funcionário por falecimento do Município de Porto Esperidião-MT.

O senhor, JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES**,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atri-

buições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no art. 39, inciso IV, da Lei Complementar nº 018/2003 de 15 de dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – *EXONERAR*, a partir desta data (07/FEVEREIRO/2015), do cargo efetivo de VIGIA DO MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO-MT, por Falecimento do mesmo, o senhor **JOAO CARLOS BORDON** RG nº. 12096695 SSP/MT e do CPF nº 536.311.531.04.

Art. 2º - Em razão da rescisão o mesmo receberá indenização de 02 (duas) Férias e 01 (uma) licença prêmio.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito de data retroativa de 07 de Fevereiro de 2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 19 de Fevereiro de 2015.

JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 067/2015, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Dispõe sobre Concessão de Licença a servidor para Tratar de Interesse Particular.

O senhor, JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES**,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o disposto no art. 74, da Lei Complementar n.º 017/2003 de 15 de dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – **CONCEDER**, a partir desta data (10/FEVEREIRO/2015), **LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR,** a servidora **CARLINA DOS SANTOS CRUZ,** Pedagoga efetiva, portadora do RG nº 06296327 SSP/MT e do CPF nº 100.667.418.91.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito de data retroativa de 10 de Fevereiro de 2015

.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 19 de Fevereiro de 2015.

JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 68/2015, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

Dispõe sobre REMOÇÃO de Servidor Efetivo da Prefeitura Municipal de Porto Esperidião do Estado de Mato Grosso.

O senhor **JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES, Prefeito Municipal** de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o pedido de remoção da servidora FLAVIA DE FATIMA SALES.

CONSIDERANDO o art. 49 da lei Complementar nº 016/2003 de 15/12/2003.

RESOLVE:

Art. 1º – **REMOVER**, a partir de (26/JANEIRO/2015), da "Escola Municipal 12 de Outubro com extensão da Escola Municipal Dona Lila Hill de Souza" para ocupar o cargo de **PROFESSORA DE PEDAGOGIA na "Escola Municipal São Judas Tadeu"** (a) servidor (a), senhor (a) **FLAVIA DE FATIMA SALES**, portadora da C. I. nº 6533566 SSP/MT e CPF nº 858.589.861.53.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito de data retroativa de 26 de Janeiro de 2015.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 19 de Fevereiro de 2015.

José Roberto de Oliveira Rodrigues

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

Dispõe sobre REMOÇÃO de Servidor Efetivo da Prefeitura Municipal de Porto Esperidião do Estado de Mato Grosso.

O senhor **JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES, Prefeito Municipal** de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o pedido de remoção da servidora MONICA APARECIDA LEAL PERES.

CONSIDERANDO o art. 49 da lei Complementar nº 016/2003 de 15/12/2003.

RESOLVE:

Art. 1º – **REMOVER**, a partir de (26/JANEIRO/2015), da "Escola Municipal São Judas Tadeu" para ocupar o cargo de **PROFESSORA DE PEDAGOGIA na "Escola Municipal 12 de Outubro com extensão para a Escola Municipal Dona Lila Hill de Souza"** (a) servidor (a), senhor (a) **MONICA APARECIDA LEAL PERES**, portadora da C. I. nº 14890070 SSP/MT e CPF nº 751.971.896.49.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito de data retroativa de 26 de Janeiro de 2015.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 19 de Fevereiro de 2015.

José Roberto de Oliveira Rodrigues

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 70/2015, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

Dispõe sobre Nomeação de DIRETORA da Escola Municipal "TEODORO JOSE DUARTE" Comunidade de Vila Cardoso município de Porto Esperidião-MT.

O senhor, JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES**,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º – *NOMEAR*, a partir desta data (05/fevereiro/2015), para exercer o cargo de DIRETORA da Escola Municipal "TEODORO JOSE DUARTE" Comunidade de Vila Cardoso município de Porto Esperidião-MT, a servidora, **CREONICE HANSEN**, portadora do RG nº. 03433714 SSP/MT e do CPF nº. 284.636.171.15.

Art. 2° - Em razão da Nomeação acima, o ora nomeado perceberá como remuneração o valor descrito nas referências constante do anexo único, da Lei Ordinária 422/2005 de 10 de outubro de 2005.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e com efeito de data retroativa de 05 de fevereiro de 2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 20 de fevereiro de 2015.

JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 71/2015, 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

Dispõe sobre concessão e encaminhamento a PREVIPORTO Servidores efetivos com Licença Saúde do Município de Porto Esperidião-MT.

O senhor, JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES**,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no Insiso I, art. 103, da Lei Complementar n.º 016/2003 e Insiso II, Art. 53 da Lei Complementar nº. 017/2003.

RESOLVE:

Art. 1º – *CONCEDER E ENCAMINHAR PARA PREVIPORTO OS* **FUNCIONARIOS COM LICENÇA SAÚDE.**

- CRISTIENE JORGE – matricula 1024, periodo 28/01/2015 a 28/04/2015;

- ZILMA CONCEIÇÃO DE ARAUJO – matricula 262 e 302, periodo 07/02/2015 a 09/03/2015.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 20 de Fevereiro de 2015.

JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 72/2015, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

Dispõe sobre Nomeação de Coordenadora de Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano da Escola Municipal “MARIA GREGÓRIA ORTIZ CARDOSO” do Município de Porto Esperidião-MT.

O senhor, JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES**,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º – **NOMEAR**, a partir desta data (27/JANEIRO/2015), para exercer o cargo de **COORDENADORA DE ENSINO FUNDAMENTAL DO 1º AO 9º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL MARIA GREGÓRIA ORTIZ CARDOSO** a servidora, **ENI MENDES DA SILVA**, portadora do RG nº. 540441 SSP/MT e do CPF nº. 415.474.031.87.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 20 de Fevereiro de 2015.

JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 73/2015, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015.

Dispõe sobre Nomeação de Cargo Comissionado de COORDENADORA DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL do Município de Porto Esperidião-MT.

O senhor, JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES**,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no art. 52, da Lei Complementar nº 018/2003 de 15 de dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – *NOMEAR*, a partir desta data (24/FEVEREIRO/2015), para exercer o cargo em Comissão de COORDENADORA DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL do Município de Porto Esperidião-MT, a senhora, **QUELLI RENATA BASSANI** RG n.º 17128498 SSP/MG e do CPF n.º 012.477.481.46.

Art. 2° - Em razão da Nomeação acima, o ora nomeado perceberá como remuneração o valor descrito na referência DAS-4, constante do anexo I-B, da Lei Complementar n.º 018/2003, de 15 de Dezembro de 2003.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 24 de Fevereiro de 2015.

JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 074/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre Exoneração de Secretario Municipal de Turismo e Cultura do Município de Porto Esperidião-MT.

O senhor, JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES**,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no art. 52, da Lei Complementar n.º 018/2003 de 15 de dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar, a partir desta data (02/março/2015), do cargo em Comissão de *SECRETARIO MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA* do Município de Porto Esperidião-MT, o senhor, **AROLDO DE ARRUDA** RG n.º 0415603-0 SSP/MT e do CPF n.º 329.026.111-53.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 02 de março de 2015.

JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 075/2014, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre NOMEAÇÃO de Cargo Comissionado de SECRETARIO DE TURISMO E CULTURA do Município de Porto Esperidião-MT.

O senhor, JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES**,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no art. 52, da Lei Complementar nº 018/2003 de 15 de dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º - *NOMEAR*, a partir desta data (02/março/2015), para o cargo em Comissão de SECRETARIO DE TURISMO E CULTURA do Município de Porto Esperidião-MT, o senhor, **SEBASTIÃO GILVAR BONFIM,** portadora do RG nº. 868807 SSP/MT e do CPF nº 207.677.141-72.

Art. 2° - Em razão da Nomeação acima, o ora nomeado perceberá como remuneração o valor descrito na referência DAS-I, constante do anexo I-B, da Lei Complementar n.º 018/2003, de 15 de Dezembro de 2003.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 02 de março de 2015.

JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 076/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre EXONERAÇÃO de Cargo Comissionado de COORDENADOR DE TURISMO, do Município de Porto Esperidião-MT.

O senhor, JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES**,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no art. 52, da Lei Complementar n.º 018/2003 de 15 de dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – EXONERAR, a partir desta data (03/MARÇO/2015), o senhor, *AGUINALDO MUQUISSAI MASSAI* portador do RG n.º 2213676-2 e inscrito no CPF 039.286.457-70 do cargo em Comissão de COORDENADOR DE TURISMO do Município de Porto Esperidião-MT.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 02 de MARÇO de 2015.

JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 077/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre Exoneração de Cargo Comissionado de Coordenador Municipal de Cultura do Município de Porto Esperidião-MT.

O senhor, JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES**,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no art. 52, da Lei Complementar nº 018/2003 de 15 de dezembro de 2003;

RESOLVE:

Art. 1º – *EXONERAR*, a partir desta data (03/março/2015), a senhora, **LEILA MASSAI MENDES,** portadora do RG nº. 1209796-9S J/MT e do CPF nº 902.159.901-53 do cargo em Comissão de **Coordenador Municipal de Cultura** do Município de Porto Esperidião-MT.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 02 de Março de 2015.

JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 78/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO EM CARGO COMISSIONADO DE ORIENTADOR SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO-MT.

O senhor, JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES, Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por LEI Nº 422/2005 de 10 de Outubro de 2005. *RESOLVE:*

Art. 1º – **NOMEAR**, a partir desta data (02/MARÇO/2015), para exercer o cargo em Comissão de Orientador Social do Município de Porto Esperidião-MT, o senhor, TERCIO GARCIA DE MIRANDA RG n.º 16462904 SSP/MT e do CPF n.º 026.082.371-69.

Art. 2° - Em razão da Nomeação acima, o ora nomeado perceberá como remuneração o valor descrito na referência DAS-OS, constante do anexo II-B, da Lei Complementar n.º 018/2003, de 15 de Dezembro de 2003.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se. Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 02 de Março de 2015. JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 79/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DE SEÇÃO DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO-MT.

O senhor, JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES**,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no art. 52, da Lei Complementar nº 018/2003 de 15 de dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º – **EXONERAR**, a partir de (02/MARÇO/2015) do cargo em Comissão de **Chefe de Seção da Secretaria de Saúde** do Município de Porto Esperidião-MT, a senhora, **MELZI HELENA DE OLIVEIRA,** portadora do RG n.º 1417845-1 SSP/MT e do CPF n.º 000.778.761-80.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 02 de Março de 2015.

JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 80/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DE SEÇÃO DA OBRAS DO MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO-MT.

O senhor, JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES**,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no art. 52, da Lei Complementar nº 018/2003 de 15 de dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º – **EXONERAR**, a partir de (02/Março/2015) do cargo em Comissão de **Chefe de Seção da Secretaria de Obras** do Município de Porto

Esperidião-MT, o senhor, **ELVIS RAMOS,** portadora do RG n.º 15817180 SSP/MT e do CPF n.º 011.109.631-65.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor com efeito de data retroativa de 15 de abril de 2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 02 de Março de 2015.

JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 83/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DE SEÇÃO DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO-MT.

O senhor, JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES**,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no art. 52, da Lei Complementar nº 018/2003 de 15 de dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º – *EXONERAR*, a partir desta data (02/MARÇO/2015), do cargo em Comissão de **Chefe de Seção da Educação** do Município de Porto Esperidião-MT, o senhor, **TIAGO VELASCO CALHAU,** portadora do RG n.º 2552144-6 SSP/MT e do CPF n.º 049.550.611-76.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 02 de Março de 2015.

JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 84/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR DE IMPRENSA, DO MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO-MT.

O senhor, JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES**,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no art. 52, da Lei Complementar nº 018/2003 de 15 de dezembro de 2003;

RESOLVE:

Art. 1º – *EXONERAR*, a partir de (02/MARÇO/2015) do cargo em Comissão de **ASSESSOR DE IMPRENSA** do Município de Porto Esperidião-MT, a senhora **ROSELMA BATISTA CARDOSO DA SILVA** RG nº. 11151099 SSP/MT e do CPF nº 853.634.991-34.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 02 de Março de 2015.

JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 26/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: ADRIANA APRECIDA DA CRUZ

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 812,55

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2015

VIGENCIA: 19/02/2015 A 22/12/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

EXTRATO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 08/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2015

O Município de Porto dos Gaúchos/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 03.204.187/0001-33, com sede administrativa na Praça Leopoldina Wilke, n.º 19, Centro, CEP – 78. 560-000 fone (66) 3526-2000, por meio de seu Pregoeiro, instituído pela portaria 001/2015 de 05/01/2015, no uso de suas atribuições, torna público a abertura de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por item,** objetivando a FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO FRACIONADA DE PNEUS, PROTETORES E CAMARAS DE AR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICIPIO, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015.

Modalidade de licitação:---------- PREGÃO

Tipo de licitação:---------- MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:---------- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL Nº. 10.520/02 E LEI COMPLEMENTAR N°. 123/06.

Forma de execução:---------- INDIRETA

DA ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO

Data:---------- 18/02/2015

Horário:---------- Das 07h00minh ÀS 08h00-minh (Horário Local)

Local:---------- Prédio da Prefeitura Municipal (Endereço acima citado).

DO JULGAMENTO

Data:---------- 18/02/2015

Horário:---------- 08h00min HORAS (horário local)

Local:---------- Prédio da Prefeitura Municipal (Endereço acima citado).

Observação 01: O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição na Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, no endereço acima citado, pelo telefone 66 3526 2000, ou pelo e-mail licitação_portodosgauchos@hotmail.com sem qualquer ônus, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 07h00min horas às 11h00min horas e das 13h00min horas às 17h00min horas, exceto feriados e pontos facultativos).

Porto dos Gaúchos/MT, 05 de Março de 2015.

HELIELSON TEODORO ALVES

Pregoeiro

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO RESUMIDO CONTRATO Nº. 27/2015

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

CONTRATADO:

CASA DO COMPUTADOR LTDA - ME

OBJETO DO CONTRATO:

AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA E DEMAIS ITENS DO GÊNERO, ATENDENDO A DEMANDA DO MUNICÍPIO, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015.

DATA DO CONTRATO:---------- 26 de fevereiro de 2015.

PRAZO DO CONTRATO:---------- Até 31 de dezembro de 2015.

ONDE SE LÊ:

VALOR DO CONTRATO:---------- R$ 99.348,00 (Noventa e nove mil trezentos e quarenta e oito reais)

LEIA SÊ:

VALOR DO CONTRATO:---------- R$ 98.034,00 (Noventa e oito mil e trinta e quatro reais)

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº. 03/2015

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Porto dos Gaúchos/MT, em 05/03/2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

AVISO DE RETIFICAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL DE Nº 005/2015 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 005/2015

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO – GLOBAL"

O Município de Rio Branco – MT faz saber que retifica a Licitação Pública na Modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015 – REGISTRO DE PREÇO N. 005/2015** a ser realizada no dia 11 de março de 2015 as 09h00min:

Onde lê-se: menor preço por item

Leia-a se: menor preço por lote.

Rio Branco – MT, em 05 de março de 2015.

VANDERLEIA RODRIGUES ALVES

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

EXTRATO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Rondolândia – MT

OBJETO: **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DA REDE PUBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA/MT, NUMERO DE LINHAS ITINERÁRIAS: 05 (CINCO) LINHAS, NÚMEROS DE VEICULO POR LINHA: 01(UM) VEICULO, ATENDENDO O PERÍODO PREVISTO NO CALENDÁRIO ESCOLAR"**

Favorecido: A Q S COMERCIO E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA - ME, CNPJ: 17.670.741/0001-82 , com sede na RUA São Paulo nº 765: Cristo Rei – Seringueiras - RO

Valor do Contrato:R$ 476.740,00 (quatrocentos e setenta e seis mil setecentos e quarenta reais).

Rondolandia – MT, 04 de Fevereiro de 2015

BETT SABAH MARINHO DA SILVA

Prefeita Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

REGISTRO DE PREÇOS – MAIOR DESCONTO

(Art. VI, do Art. 43, da Lei 8.666/93 c.c Inc. XXX, da LOM)

Processo Administrativo nº 011/2015 – SEMEC SEMAGRI SEMAS SEMOSP SEMUSA

Modalidade: Pregão Presencial Registro de Preço sob o nº 008/2015

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSORIOS GENUINOS/ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA QUE SERÃO UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO E CONCERVAÇÃO DOS VEICULOS LEVES, SEMIPESADOS E PESADOS DA FROTA MUNICIPAL,OBTIDO POR MEIO DE MAIOR PORCENTUAL DE DESCONTO"

Em conformidade com o inciso VI, do Art. 43 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, HOMOLOGO a licitação "**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSORIOS GENUINOS/ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA QUE SERÃO UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO E CONCERVAÇÃO DOS VEICULOS LEVES, SEMIPESADOS E PESADOS DA FROTA MUNICIPAL,OBTIDO POR MEIO DE MAIOR PORCENTUAL DE DESCONTO**". e ADJUDICO a licitação realizada na Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço sob o nº 008/2015, e à vista dos elementos informativos constantes do presente processo, e em especial, a decisão da Comissão de Licitação encarregada de julgar e processar o Pregão Presencial supracitado, o objeto do certame à;

EMPRESA Brasil Comercio Importação e Exportação Eirelli -EPP, CNPJ: 12.859121-08 , com sede na RUA Acre nº 68: Vila Jotão – Ji-Parana - RO o valor global de R$ 312.700,00 (trezentos e dose mil e setecentos reais)

.....

.....

Para: **Procuradoria Geral do Município**

- Elaboração do Contrato Administrativo, se for o caso

Após comunique à Controladoria para anotações e parecer.

Rondolândia – MT, 26 de fevereiro de 2015 .

_____

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

REGISTRO DE PREÇOS

(Art. VI, do Art. 43, da Lei 8.666/93 c.c Inc. XXX, da LOM)

Processo Administrativo nº 016/2015 – SEMEC SEMAS SEMAGRI SEMFAZ SEAGT SEMUSA SEMAS GABINETE SEMOSP SEMAD

Modalidade: Pregão Presencial Registro de Preço sob o nº 004/2015

Objeto: "REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE AMTERIASIS DIVERSOS, INFORMATICA E PERMANENTES"

Em conformidade com o inciso VI, do Art. 43 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, HOMOLOGO a licitação "**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE AMTERIASIS DIVERSOS,**

INFORMATICA E PERMANENTES". e ADJUDICO a licitação realizada na Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço sob o nº 004/2015, e à vista dos elementos informativos constantes do presente processo, e em especial, a decisão da Comissão de Licitação encarregada de julgar e processar o Pregão Presencial supracitado, o objeto do certame à; J.R DISTRIBUIDORA & TRANSPORTADORA – EIRELLI – ME, CNPJ: 84755. 800/0001-02, CNPJ: 84.755.800/0001-02 , com sede na **AV** Carlos Gomes nº 2124: Princesa Isabel – Cacoal - RO o valor global de R$ 647.484,20 (seiscentos e quarenta e sete mil e quatrocentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos)

.....

.....

Para: **Procuradoria Geral do Município**

- Elaboração do Contrato Administrativo, se for o caso.

Após comunique à Controladoria para anotações e parecer.

Rondolândia – MT, 26 de fevereiro de 2015 .

_____

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

REGISTRO DE PREÇOS

(Art. VI, do Art. 43, da Lei 8.666/93 c.c Inc. XXX, da LOM)

Processo Administrativo nº 014/2015 – SEMEC SEMAS SEMUSA SEMAGRI SEMOSP

Modalidade: Pregão Presencial Registro de Preço sob o nº 009/2015

Objeto: "REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS, PROTETORES E BICOS PARA PNEUS SEM CÂMARA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECONDICIONAMENTO E RECAPAGEM DE PNEUS, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MOTOCICLETAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIAS"

Em conformidade com o inciso VI, do Art. 43 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, HOMOLOGO a licitação "**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS, PROTETORES E BICOS PARA PNEUS SEM CÂMARA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECONDICIONAMENTO E RECAPAGEM DE PNEUS, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MOTOCICLETAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIAS"**. e ADJUDICO a licitação realizada na Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço sob o nº 009/2015, e à vista dos elementos informativos constantes do presente processo, e em especial, a decisão da Comissão de Licitação encarregada de julgar e processar o Pregão Presencial supracitado, o objeto do certame à:

BONIN RECAUCHUTADORA DE PNEUS LTDA-ME , CNPJ: 22.881.858/0001-45 , com sede na **AV; Castelo Branco** Eldorado nº 15810 – Cacoal - RO o valor global de R$ 191.121,00 (cento e noventa e um mil e cento e vinte um reais)

Para: **Procuradoria Geral do Município**

-

Elaboração do Contrato Administrativo;

Após comunique à Controladoria para anotações e parecer.

Rondolândia – MT, 26 de fevereiro de 2015 .

_____

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Art. VI, do Art. 43, da Lei 8.666/93 c.c Inc. XXX, da LOM)

Processo Administrativo nº 004/2015 – SEMEC

Modalidade: Pregão Presencial Registro de Preço sob o nº 004/2015

Objeto: "REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DA REDE PUBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA/MT, NUMERO DE LINHAS ITINERÁRIAS: 05 (CINCO) LINHAS, NÚMEROS DE VEICULO POR LINHA: 01(UM) VEICULO, ATENDENDO O PERÍODO PREVISTO NO CALENDÁRIO ESCOLAR"

Em conformidade com o inciso VI, do Art. 43 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, HOMOLOGO a licitação "**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DA REDE PUBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA/MT, NUMERO DE LINHAS ITINERÁRIAS: 05 (CINCO) LINHAS, NÚMEROS DE VEICULO POR LINHA: 01(UM) VEICULO, ATENDENDO O PERÍODO PREVISTO NO CALENDÁRIO ESCOLAR**". e ADJUDICO a licitação realizada na Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço sob o nº 004/2015, e à vista dos elementos informativos constantes do presente processo, e em especial, a decisão da Comissão de Licitação encarregada de julgar e processar o Pregão Presencial supracitado, o objeto do certame à EMPRESA A Q S COMERCIO E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA - ME, CNPJ: 17.670.741/0001-82 , com sede na RUA São Paulo nº 765: Cristo Rei – Seringueiras - RO o valor global de R$ 476. 740,00 (quatrocentos e setenta e seis mil setecentos e quarenta reais)

.....

.....

Para: **Procuradoria Geral do Município**

- Elaboração do Contrato Administrativo;

Após comunique à Controladoria para anotações e parecer.

Rondolândia – MT, 04 de fevereiro de 2015 .

_____

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

EXTRATO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Rondolândia – MT

OBJETO: **Contrato de locação de imóvel para funcionamento do Posto de abastecimento para diversas Secretaria do Município *que entre si celebram de um lado a Prefeitura Municipal de Rondolândia-MT e do outro o Sr. José Moura Filho.***

Favorecido: Sr. José Moura Filho, brasileiro, casado, agricultor, RG nº 175. 518 SSP – RO, inscrito no CPF sob o nº 021.813.392-87, com endereço na Av. André Maggi, s/nº - Centro – Rondolândia - MT Rondolandia – MT,

02 de Fevereiro de 2015

BETT SABAH MARINHO DA SILVA

Prefeita Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Registro de Preços

(Art. VI, do Art. 43, da Lei 8.666/93 c.c Inc. XXX, da LOM)

Processo Administrativo nº 003/2015 – SEMAGRI

Modalidade: Pregão Presencial Registro de Preço sob o nº 003/2015

Objeto: "REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MUDAS DE CAFÉ CLONAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICLTURA"

Em conformidade com o inciso VI, do Art. 43 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, HOMOLOGO a licitação "**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MUDAS DE CAFÉ CLONAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICLTURA**". e ADJUDICO a licitação realizada na Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço sob o nº 003/2015, e à vista dos elementos informativos constantes do presente processo, e em especial, a decisão da Comissão de Licitação encarregada de julgar e processar o Pregão Presencial supracitado, o objeto do certame à: ARLINDO SCHULZ – Produtor Rural CPF:191.501.482-49, com sede na Linha P34 – Alta Alegre dos Parecis - RO o valor global de R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais)

.....

Para: **Procuradoria Geral do Município**

- Elaboração do Contrato Administrativo, se for o caso.

Após comunique à Controladoria para anotações e parecer.

Rondolândia – MT, 20 de fevereiro de 2015 .

_____

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

EXTRATO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Rondolândia – MT

OBJETO: **"Contrato de prestação de serviços, com disponibilização de veículo sem condutor, destinados a diversas secretarias do Município que entre si celebram de um lado a Prefeitura Municipal de Rondolândia-MT e do outro a empresa J.R Distribuidora e Transportadora – EIRELLE - ME."**

Favorecido: *J. R. DISTRIBUIDORA E TRANSPORTADORA - EIRELI - ME*, inscrita no CNPJ sob nº 84.755.800/0001-02, 02 Ins. Estadual 11200262407, com sede na Av. CASTELO BRANCO, 19495 – Bairro LIBERDADE , Cacoal /RO - CEP:76967515

Valor do Contrato: R$ **275.883,00 (Duzentos e setenta e cinco mil e oitocentos e oitenta e três reais)**

Rondolandia – MT, 27 de Fevereiro de 2015.

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Art. VI, do Art. 43, da Lei 8.666/93 c.c Inc. XXX, da LOM)

Processo Administrativo nº 001/2015 – SEMEC SEMOSP SMUSA SEMAS SEMAGRI SEGAT GABINETE

Modalidade: Pregão Presencial Registro de Preço sob o nº 001/2015

Objeto: "REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS"

Em conformidade com o inciso VI, do Art. 43 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, HOMOLOGO a licitação "**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS**". e ADJUDICO a licitação realizada na Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço sob o nº 001/2015, e à vista dos elementos informativos constantes do presente processo, e em especial, a decisão da Comissão de Licitação encarregada de julgar e processar o Pregão Presencial supracitado, o objeto do certame à;

AUTO POSTO G10 LTDA, CNPJ: 08.293.360/0001-30 , com sede na **AV:** CASTELO BRANCO nº 15706: INCARA – CACOAL - RO o valor global de R$ 296.000,00 (DUZENTOS E NOVENTA E SEIS MIL REAIS), referente a aquisição de Óleo Diesel –S-10.

.....

.....

Para: **Procuradoria Geral do Município**

- Elaboração do Contrato Administrativo;

Após comunique à Controladoria para anotações e parecer.

Rondolândia – MT, 12 de fevereiro de 2015 .

_____

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

REGISTRO DE PREÇOS

(Art. VI, do Art. 43, da Lei 8.666/93 c.c Inc. XXX, da LOM)

Processo Administrativo nº 007/2015 – SEMEC SEMAS SEMUSA SEMAGRI SEMOSP SEGAT SEMAD GABINETE SEMA SEFAZ

Modalidade: Pregão Presencial Registro de Preço sob o nº 006/2015

Objeto: "REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS"

Em conformidade com o inciso VI, do Art. 43 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, HOMOLOGO a licitação "**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS**". e ADJUDICO a licitação realizada na Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço sob o nº 004/2015, e à vista dos elementos informativos constantes do presente processo, e em especial, a decisão da Comissão de Licitação encarregada de julgar e processar o Pregão Presencial supracitado, o objeto do certame à:

HILGERT E CIA LTDA, CNPJ: 22.881.858/0001-45 , com sede na **AV; Marechal Rondon** centro nº 1327 – Ji-Parana - RO o valor global de R$ 75. 795,00 (setenta e cinco mil setecentos e noventa e cinco reais)

J.R DISTRIBUIDORA & TRANSPORTADORA –EIRELLI - ME, CNPJ: 84. 755.800/0001-02 , com sede na **AV; Carlos Gomes** Princesa Isabel nº 2124 – Cacoal - RO o valor global de R$ 221.840,90 (duzentos e vinte um mil e oitocentos e quarenta reais e noventa centavos)

.....

.....

Para: **Procuradoria Geral do Município**

-

Elaboração do Contrato Administrativo;

Após comunique à Controladoria para anotações e parecer.

Rondolândia – MT, 26 de fevereiro de 2015 .

_____

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

EXTRATO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Rondolândia – MT

OBJETO: **"Contrato de correção e manutenção de Iluminação Pública, manutenção elétrica dos prédios públicos municipais e recuperação de equipamentos elétricos do Município que entre si celebram de um lado a Prefeitura Municipal de Rondolândia-MT e do outro a Pessoa Jurídica J.R Distribuidora e Transportadora – EIRELLE - ME.**

Favorecido: *J. R. DISTRIBUIDORA E TRANSPORTADORA - EIRELI - ME*, inscrita no CNPJ sob nº 84.755.800/0001-02, 02 Ins. Estadual 11200262407, com sede na Av. CASTELO BRANCO, 19495 – Bairro LIBERDADE , Cacoal /RO - CEP:76967515

Valor do Contrato: R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

Rondolandia – MT, 27 de Fevereiro de 2015.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 005/2015

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2015 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO 002/2015					
VALIDADE 06/03/2015		TÉRMINO 06/09/2015			
PREGÃO PRESENCIAL 002/2015 – SRP 002/2015					
OBJETO	REGISTRO DE PREÇO DE DESPESA COM COMBUSTÍVEL PARA ATENDER O GABINETE DO PREFEITO DE DEMAIS SECRETARIAS				
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 005/2015					
RAZÃO SOCIAL	*FRANTZ & FRANTZ LTDA*				
CNPJ	**14.916.118/0001-79**				
VALOR TOTAL	**R$ 623.798,50** (seiscentos e vinte e três mil setecentos e noventa e oito reais e cinqüenta centavos)				
ITEM	PRODUTO	MARCA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Gasolina Comum	PETROBRAS	35.850 L	3,67	131.569,50
02	Álcool Combustível	PETROBRAS	11.000 L	2,29	25.190,00
03	Óleo Diesel	PETROBRAS	124.150 L	3,26	404.729,00
04	Óleo Diesel S-10	PETROBRAS	18.000 L	3,42	61.560,00
05	Balde Arla IPI 32 de 20 litros	PETROBRAS	10 UN	75,00	750,00
				Total	R$ 623.798,50

Prefeitura Municipal de Santa Carmem, 06 de março de 2015.

Marceli Tafarel

Pregoeira

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 002/2015 – SRP 002/2015

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL 002/2015 – SRP 002/2015

A Prefeitura Municipal de Santa Carmem, através da Pregoeira e equipe de apoio, nomeada através da portaria 008/2015, torna público para conhecimento dos interessados, que na licitação modalidade *PREGÃO PRESENCIAL,* Constitui objeto **REGISTRO DE PREÇO COM AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ATENDER O GABINETE DO PREFEITO E DEMAIS SECRETARIAS.** Em atendimento a secretaria municipal de Administração,Com abertura realizada no dia 02/03/2015, e homologada dia 06/03/2015 teve como vencedor a empresa: **FRANTZ & FRANTZ LTDA**, Registrando os valores dos itens abaixo:

ITEM	QTD	UND	PRODUTOS	MARCA	VALOR UNITÁRO	VALOR R$
01	35.850	LITROS	GASOLINA GRID	PETROBRAS	3,67	131.569,50
02	11.000	LITROS	ALCOOL/ETANOL	PETROBRAS	2,29	25.190,00
03	124.000	LITROS	OLEO DIESEL S500	PETROBRAS	3,26	404.729,00
04	18.000	LITROS	OLEO DIESEL S-10	PETROBRAS	3,42	61.560,00
05	10	UN	FLUA 32 BD 20LTS	PETROBRAS	75,00	750,00
TOTAL623.798,50						

Valor total dos serviços registrados é de R$ 623.798,50 (seiscentos e vinte e três mil setecentos e noventa e oito reais e cinqüenta centavos)

Santa Carmem/MT, 06 de março de 2015.

Marceli Tafarel

Pregoeira

TERMO DE CANCELAMENTO

TERMO DE CANCELAMENTO

A Prefeitura Municipal de Santa Carmem, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465.283/0001-57, com sede na Avenida Santos Dumont, nº 491, centro, Santa Carmem/MT, por intermédio do Pregoeiro, Sra. Marceli Salete Tafarel, usando a competência delega pela Portaria nº 008/2015 de 12 de janeiro de 2015, torna público o CANCELAMENTO da Ata de Registro nº 024/2014 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2014 – o qual objetiva A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL. Atendendo a solicitação da empresa FRANTZ E FRANTZ LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 14.916.118/0001-79, através do ofício nº 001/2015 do dia 09 de fevereiro de 2015, onde a mesma solicita o Cancelamento do pregão, por motivo do aumento significativo do combustível, tornando inviável o cumprimento da Ata.

Santa Carmem/MT, 06 de Março de 2015.

_____

Marceli Salete Tafarel

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

AVISO DO RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Combustível (gasolina comum e óleo diesel), Filtros, Fluido de Freio, Graxa, Lubrificantes e derivados, para a manutenção da frota de veículos pertencentes ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT. O Pregoeiro, regido pela Portaria nº. 002/SAD/2015 de 02 de janeiro de 2015 da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados o resultado do PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2015 – Sistema de Registro de Preços, Tipo menor preço por item, cujo certame se deu às 08h00 minutos do dia 26 de fevereiro de 2015, encerrada e adjudicada às 12h00 minutos do mesmo dia. Sagrou-se vencedora a empresa POSTO BEGE II LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 07.248.318/0001-35, apresentando os seguintes preços global por itens: item 01, valor total de R$ 179.724,24, item 02, valor total de R$ 287.182,50, item 03, valor total de R$ 102.080,00, item 04, valor global de R$ 1.900,00, item 05, valor global de R$ 6.094,76, item 06, valor global de R$ 21.146,00, item 07, valor global de R$ 5.037,89, item 08, valor global de R$ 5.700,00, item 09, valor global de R$ 5.448,06, item 10, valor global de R$ 2.060,00, item 11, valor global de R$ 3.615,60, item 12, valor global de R$ 1.761,06, item 13, valor global de R$ 1.342,00, item 14, valor global de R$ 6.000,00, item 15, valor global de R$ 1.140,00, item 16, valor global de R$ 770,00, item 17, valor global de R$ 825,00 e, item 18, valor global de R$ 1.400,00 totalizando o geral dos itens no valor de R$ 633.227,11, correspondente ao curso de doze meses; valores estes que se encontram dentro dos preços de mercado. Para maiores informações, fone (66) 3594 1000, 1304, 1057.

Santa Cruz do Xingu – MT, 26 de fevereiro de 2015.

WILSON PEREIRA DA SILVA – Pregoeiro Oficial

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001-2015 - PREGÃO PRESENCIAL N° 001-2015

Processo Licitatório nº 002/2015. Modalidade de Licitação: Pregão nº 001/2015 na forma Presencial. **Objeto:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Combustível (gasolina comum e óleo diesel), Filtros, Fluido de Freio, Graxa, Lubrificantes e derivados, para a manutenção da frota de veículos pertencentes ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, conforme especificações constantes no Termo de Referência (Anexo V) do edital, por um período de 12 (doze) meses. *Órgão Gerenciador*: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu - PMSCX/MT. Conforme segue:

EMPRESA DETENTORA: POSTO BEGE II LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o número 07.248.318/0001-35.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	R$ UNIT.	R$ TOTAL
01	Gasolina Comum	PETROBRÁS	LITROS	42488	4,23	179.724,24
02	Óleo Diesel Comum	PETROBRÁS	LITROS	87025	3,30	287.182,50
03	Óleo Diesel S10	PETROBRÁS	LITROS	29000	3,52	102.080,00
04	Óleo Lubrificante-SAE 40 A (galão de 20 litros)	LUBRAX	UNIDADES	10	190,00	1.900,00
05	Óleo Lubrificante-SAE 90 A (galão de 20 litros)	LUBRAX	UNIDADES	28	217,67	6.094,76
06	Óleo Lubrificante-15W 40 A (galão de 20 litros)	LUBRAX	UNIDADES	97	218,00	21.146,00
07	Óleo Lubrificante motor a Gasolina	LUBRAX	LITROS	169	29,81	5.037,89
08	Óleo0Hidráulico-680(galão0de020 litros)	LUBRAX	UNIDADES	30	190,00	5.700,00
09	Graxa p/ Rolamento (balde de 20 kg)	AUTO LIT	UNIDADES	18	302,67	5.448,06
10	Óleo de Transmissão 140 (galão de 20 litros)	LUBRAX	UNIDADES	10	206,00	2.060,00
11	Óleo de Transmissão OH 49 TDX	LUBRAX	LITROS	262	13,80	3.615,60
12	Fluido de Freio (500 ml)	LUBRAX	UNIDADES	147	11,98	1.761,06
13	Óleo 2 Tempo(500 ml)	STIL	UNIDADES	100	13,42	1.342,00
14	Óleo para Transmissão Hidráulico-433 (galão de 20 litros)	LUBRAX	UNIDADES	25	240,00	6.000,00
15	Óleo Lubrificante (gasolina) Motocicleta	LUBRAX	LITROS	95	12,00	1.140,00
16	Produto para Limpeza de Radiador	LUBRAX	LITROS	55	14,00	770,00
17	Aditivo de Radiador	LUBRAX	LITROS	55	15,00	825,00
18	ARLA 32 (balde de 20 litros)	LUBRAX	UNIDADES	20	70,00	1.400,00

NOME: POSTO BEGE II LTDA - EPP
CNPJ: 07.248.318/0001-35

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 13306841-2
ENDEREÇO: R 15, S/Nº, BAIRRO CENTRO, SANTA CRUZ DO XINGU – MT.
TELEFONE: (66) 3594-1077
E-MAIL: geftany@grupobege.com.br
REPRESENTANTE LEGAL: Luiz Moura Silva, portador da cédula de identidade R.G. n° 1473343-9 SSP/MT, inscrito no CPF n° 969.568.281-20.

Santa Cruz do Xingu/MT, 26 de fevereiro de 2015.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

EDITAL DE ABERTURA E PUBLICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N°. 001/2015.

O Município de **SANTA RITA DO TRIVELATO**, pessoa de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 04.205.596/0001-17, Situada na Avenida Flavio Luis Nº 2. 201, Centro- Santa Rita do Trivelato, representado pelo prefeito municipal Senhor **HUGO GARCIA SOBRINHO**, brasileiro, agricultor, portado da cédula de Identidade RGsob nº4411191 SSP/SP e no Cadastro de Pessoa Física CPF nº748.627.828-68 residente e domiciliado na Rua Magester nº11, no uso de suas atribuições legais, torna público a abertura de Processo Seletivo Publico de Pessoal com vistas à seleção e posterior contratação de agentes comunitários de saúde e agente combate de endemias, nas seguintes micros áreas do município:

VAGAS	**CARGO**	**JORN. SEM.**	**Micro área**	ESCOL.	SALÁRIO R$
01	Agente comunitário de saúde	40 horas	06 – A micro área 06 e composta pelas seguintes quadras: 07, 10,32,34,37,38,33,35,36,39,F, E, D, A, I, K, J, e H. conforme mapa da secretaria de saúde	Ensino médio Completo	R$ 997,27
01	Agente combate endemias	40 horas	Micro área 02 endemias apartir daAvenida Flavio Luiz compreendendo parte do centro e Bairros Jardim Primavera e Sonho Meu conforme mapa da secretaria de saúde.	Ensino médio completo	R$ 997,27

1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O Processo Seletivo Público será regido pelo presente Edital e sua operacionalização caberá A Secretaria Municipal de Administração.

1.2 - O processo seletivo dar-se-á em conformidade com a Portaria Ministerial nº 2.430 de 23/12/2003 e Lei nº 11.350, de 05/10/2006, e será realizado sob a responsabilidade da Comissão Especial de Seleção de Pessoal, abrangendo os cargos de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.

1.3 - O Processo Seletivo Publico destina-se ao provimento das vagas para atuação em zona urbana e rural abrangidas pela competência das Secretaria Municipal de saúde conforme as micro áreas descritas no quadro acima.

1.4 - Todo o Processo Seletivo Publico será regulamentado pela Lei Municipal n°. 178/2005, alterada pela lei 461/2013 e pelo Decreto Municipal n°. 035/2010 e Portaria Ministerial nº 2.430 de 23/12/2003 e Lei nº 11.350, de 05/10/2006, e será realizado sob a responsabilidade da Comissão Especial de Seleção de Pessoal, abrangendo os cargos de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.

1.5 - O Edital n°. 001/2015, encontra-se afixado nos murais da Prefeitura Municipal, na Câmara de Vereadores, e no site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br. e a Lei Municipal n°. 178/2005, alterada pela lei 461/2013 e Decreto Municipal n°. 035/2010 encontra-se no site www.santaritadotrivelato.mt. gov.br.

1.6 – o processo seletivo 001/2015 tem validade de 1 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período.

2 - DOS REQUISITOS PARA A SELEÇÃO

2.1 - Somente será classificado por meio do Processo Seletivo o candidato que atender, no ato da inscrição, aos requisitos previstos no Decreto n°. 035/2010 e lei regulamentadora da função de agente comunitário de saúde e agente de combate a endemias, principalmente no que tange a comprovação de residência na micro área para qual se destina a vaga.

3 - DAS CARACTERÍSTICAS DA FUNÇÃO:

3.1. Atribuições: Os Agentes Comunitários de Saúde deverão servir de elo entre a comunidade e os serviços de saúde; auxiliar as pessoas e os serviços na promoção e proteção da saúde; identificar situações de risco individual e coletivo; promover a educação para a conquista da saúde; acompanhar e encaminhar pessoas com agravo à saúde às unidades de saúde; notificar aos serviços de saúde as doenças que necessitam vigilância; efetuar o cadastramento das famílias da comunidade; estimular a participação comunitária; analisar, com os demais membros da Equipe, as necessidades da comunidade; preencher formulários dos sistemas de informações pertinentes ao Programa de Saúde da Família; atuar no controle das doenças epidêmicas; participar das ações de saneamento básico e melhoria do meio ambiente; acompanhar as condições de saúde das crianças, prioritariamente até os 05 (cinco) anos de idade, e gestantes; incentivar a vacinação; estimular o aleitamento materno; executar o controle de doenças diarréicas; prevenir doenças respiratórias; prestar orientações sobre cuidados de higiene; executar tarefas afins.

3.2. Atribuições: Os Agentes de Combate as Endemias deverão fiscalizar estabelecimentos industriais, comerciais, de diversão e outros quanto à higiene, vistoriando suas dependências, fazendo cumprir as exigências do Código de Posturas; atender determinações da secretaria de Saúde; cumprir tarefas específicas na busca de material para análise em ocasiões de surtos, endemias epidemias, etc; acompanhar e executar tarefas de combate à infestação de doenças infectas contagiosas, etc; autuar e notificar os contribuintes que cometeram infração informando-os sobre a legislação vigente, com o objetivo de regularizar a situação e garantir o cumprimento da lei; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

3.3. Condições de trabalho: Carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

3.4. Vencimento: Os contratados receberão a títulos de salário o valor de R$ 997,27 (novecentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos). O recolhimento dos encargos sociais e outras vantagens são assegurados nos termos do regime celetista, no que couber e demais legislação que regulamenta a profissões de agente comunitário de saúde e agente de combate a endemias;.

3.5. Número de vagas: 01 (uma) vaga para Agente Comunitário de Saúde micro área 06 e 01 vaga agente de combate a endemias micro área.

3.6 - Lotação: O Agente Comunitário de Saúde e o agente de combate a endemiasserão contratados pela Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, sendolotados na secretaria de Saúde;

4 - DAS INSCRIÇÕES:

4.1 - Local de Inscrição: Período de: 09 a 19 de Março de 2015, das 09h00 às llh00 e das 13h00 às 16h00, naPREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, localizada na Avenida Flávio Luis, n°. 2.201, Bairro Centro, nesta cidade de Santa Rita do Trivelato – MT

4.2 - Os Candidatos deverão preencher a ficha de solicitação de emprego fornecida no local da inscrição e anexar a ela cópia legível dos documentos comprobatórios exigidos no decreto n°. 035/2010, sob pena de desclassificação caso a falta de algum documento ou que os mesmos estejam ilegíveis.

Cópia dos seguintes documentos:

- CPF;

- RG;

- Título de Eleitor e último comprovante de votação (2010);

- Certidão de nascimento ou casamento;

- Carteira de Trabalho;

- PIS/PASEP;

- Documento militar (sexo masculino);

- Comprovante de Residência, em nome do candidato, da micro região em que for se inscrever; (caso o candidato não possua comprovante de endereço em seu nome deverá apresentar declaração do proprietário do imóvel, autenticada em cartório, atestando que o candidato reside no imóvel.)

4.3 - As inscrições deverão ser feitas pelo próprio candidato, sendo aceitas procurações por instrumento particular;

4.4 - A participação do candidato no Processo Seletivo Publico implicará o seu conhecimento e aceitação das condições estabelecidas neste Edital, Lei n°. 178/2005, alterada pela lei 461/2013 e Decreto Municipal n°. 035/2010, e demais legislação pertinente, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

4.5_ A aprovação no processo seletivo não gera direito de contratação e somente serão chamados os candidatos aprovados que a prefeitura necessitar e conforme a disponibilidade de vagas.

4.6 – Não será cobrado taxa de inscrição para o processo seletivo 001/2015.

4.7 – Os candidatos a vaga de agente comunitário de saúde e agente de deverão comprovar residência na micro área a qual está se candidatando.

5 - SELEÇÃO

5.1 - PRIMEIRA ETAPA: A seleção dos candidatos ocorrerá mediante verificação e análise de documentos para comprovação das informações declaradas na ficha de solicitação de emprego.

5.1.1 - O resultado da primeira etapa será publicado no dia 20 de março de 2015, nos murais da Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal e no site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br, juntamente com a divulgação dos locais de realização das provas da segunda etapa.

5.2 - SEGUNDA ETAPA: prova teórica: (dia 29 de março de 2015 às 07h30), na Escola Municipal 3 de Novembro, em Santa Rita do Trivelato/MT.

5.2.1. - A SEGUNDA ETAPA do Processo Seletivo constará de 03 (três) fases, conforme descrito:

I – Prova teórica contendo 10 (dez) questões sendo 05 questões Conhecimento especifico do cargo a ser preenchido, 03 questões de português e 02 questões de matemática;

II – Prova de redação com tema da atualidade a ser divulgado no momento da realização da prova;

III – Entrevista com psicóloga designada pelo chefe do Poder Executivo Municipal.

5.2.1.1 -. A entrevista individual com psicóloga terá pontuação de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, em que serão avaliados os seguintes aspectos:

- Disponibilidade e interesse pelo trabalho;

- Relato de experiências em atividades comunitárias;

- Perfil profissional, em que será verificado o potencial do candidato para o trabalho comunitário e sua inserção na comunidade;

- Perfil comportamental (iniciativa, respeito, preconceitos) do candidato quanto ao trabalho do Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate as Endemias;

- Postura relacionada ao trabalho em equipe e Atenção à Saúde;

5.2.2 - As provas dos incisos I, II e III do item 4.2.1, terão peso 10 (dez) cada uma, sendo o resultado final obtido com a somatória das três notas e dividido por três, conforme exemplo abaixo:

10 + 10+10 = Resultado Final

3

5.2.3 - Permanecendo candidatos empatados em todos os critérios, a vaga será decidida por idade, sendo contratado o classificado com maior idade.

5.2.4. A Divulgação dos aprovados será dia 01 de Março de 2015, nos quadros de avisos da Prefeitura e da Câmara Municipal e no site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br.

5.2.5 A homologação do processo seletivo publico 001/2015 será dia 08 de março de 2015.

6 - CONTRATAÇÃO

6.1 Conforme Edital de Convocação os candidatos aprovados deverão apresentar-se em 48 (quarenta e oito) horas ao órgão responsável pela contratação.

6.2 - É imprescindível, no ato da contratação, a apresentação dos documentos complementares:

a)O Exame Admissional, a ser realizado pelo Médico Clinico Geral do município;

b)Declaração de Bens e Valores (se não possuir bens, deve apresentar de que não possuem bens, com assinatura;

c)01 foto.

d) Documento de escolaridade exigido pela função;

E)Certidão negativa de antecedentes criminais;

6.3 - São documentos complementares para contratação, conforme o caso:

I -Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos de idade, ou dos maiores caso sejam incapazes;

II – Apresentada a certidão de nascimento de cada filho, os documentos abaixo relacionados tornam-se obrigatórios:

- Cartões de vacina dos filhos menores de 5 (cinco) anos;

- Atestado que comprove a freqüência a escola dos filhos com idade escolar.

6.4 - No ato da Contratação todos os documentos exigidos deverão ser apresentados em forma de fotocópias acompanhadas das originais para conferência.

6.5 - A contratação será feita conforme as necessidades da Administração, seguindo a ordem de classificação dos candidatos.

6.5.1 – Os contratos serão regidos pelo regime jurídico celetista;

6.5.2 – Os contratados estarão vinculados ao regime geral de previdência social;

7 - VEDAÇÕES À CONTRATAÇÃO

7.1 Não será contratado o candidato que:

7.1.1 Acumular cargos, emprego ou função pública;

7.1.2 Omitir informações ou apresentar informações incompletas ou inverídicas.

8 - RECURSOS

8.1 - Será assegurado ao candidato o direito a recursos quanto à classificação do Processo seletivo publico, em cada etapa realizada.

8.2 - O recurso deverá ser interposto no prazo máximo de dois dias úteis, contado a partir da data de publicação dos Editais de divulgação dos resultados.

9 – DA VALIDADE.

9.1 - O Processo Seletivo terá validade de 01 (um) ano, a contar da data de publicação da homologação do resultado final, prorrogável uma vez, por igual período, se houver candidatos aprovados e ainda não contratados.

10 - CASOS OMISSOS

10.1 - Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos conjuntamente pelas Secretarias Municipais baseados na Lei Municipal n°. 178/2005, alterada pela lei 461/2013, Decreto Municipal n°. 035/2010, e Comissão Organizadora, no que tange a realização deste Processo Seletivo Simplificado.

Santa Rita do Trivelato, 04 de março de 2015.

REGISTRE, PUBLIQUE-SE E AFIXE.

HUGO GARCIA SOBRINHO FERNANDA NALINI

Prefeito MunicipalPresidente da Comissão Organizadora

PORTARIA Nº 038/2015

DE 05 DE MARÇO DE 2015.

SÚMULA: "CONCEDE O PEDIDO DE AFASTAMENTO POR INTERESSE PARTICULAR POR DOIS ANOS A SERVIDORA NEUZA RODRIGUES DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor *HUGO GARCIA SOBRINHO*, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** "**afastamento por interesse particular por dois anos**" a servidora **NEUZA RODRIGUES DA SILVA**

,

portadora do CPF: 020.652.631-80 com sua vigência de 05/03/2015 A 05/03/2017.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 05 DE MARÇO DE 2015.

_____

HUGO GARCIA SOBRINHO

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 037/2015

DE 04 DE MARCIO DE 2015

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, no Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Constituição Federal;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder “Elevação de Nível” aos funcionários abaixo relacionados conforme a lei 040/2012 de 06 de Março de 2012.

Mat	Funcionário	Classe/Nivel antigo	Classe/Nivel atual
19	ANADIR DE SOUZA HORST	A - 03	A – 04
24	CELMA REGINA MENDES	B-04	B-05
34	ELIZANGELA MARIA DA SILVA SANTANA	B-04	B-05
37	EURIDES BENEDITA	A-04	A-05
354	GRACIELE BORELLI DO NASCIMENTO	B-03	B-04
417	ILMA DE SOUZA	A-03	A-04
416	ISABEL DE OLIVEIRA E SILVA	B-03	B-04
39	JAILTON FRANCISCO BONFIM	B-04	B-05
353	LEANI INACIO DE SOUZA	B-03	B-04
47	LUCIENE SBIZERO ROWEDER	B-04	B-05
50	MARCIA REGINA DA SILVA	A-03	A-04
368	MARCIA RUTH PAITER	B-03	B-04
701	MARIZA EVANGELISTA BEZERRA DOS SANTOS	C-02	C-03
363	NELSI KLEN	B-03	B-04
665	PAULO MADSON VIEIRA	B-04	B-05
61	SUELI MARTINELLI TABORDA	B-04	B-05
370	VERA LUCIA MORAES	A-03	A-04
65	VERGINIA DE MELO	B-04	B-05

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 04 DE MARÇO DE 2015.

_____

HUGO GARCIA SOBRINHO

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

Afixe-se na data supra.

_____

BRUNO LAPENNA GARCIA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO I TERMO ADITIVO ACRÉSCIMO DE VALOR E PRAZO - CONTRATO Nº 05/2014

Contratante: **Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT**

Contratada: **FACILITA GESTÃO PÚBLICA BRASIL LTDA – ME - CNPJ: Nº 17.286.917./0001-05**

Objeto: *O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditivar o valor do contrato original R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil) em R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) e, prazo do contrato para mais 90 (noventa) dias, conforme cláusulas segunda e terceira do contrato n.º 005/2014 e carta convite 001/2014*

Vigência: 17/02/2015 16/05/2015

Santa Rita do Trivelato, 17 de Fevereiro de 2015.

EXTRATO DO II TERMO ADITIVO DE PRAZO - CONTRATO Nº 06/2013

Contratante: **Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT**

Contratada: **OI S/A - CNPJ: 76.535.764/0001-43**

Objeto: **O presente Termo Aditivo tem por objetivo alterar o prazo de vigência do presente contrato previsto na Cláusula Sétima do contrato n.º 006/2013.**

Vigência: 14/02/2015 13/02/2016

Santa Rita do Trivelato, 15 de Fevereiro de 2015.

EDITAL DE ABERTURA E PUBLICAÇÃO Nº 001/2015 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N°. 001/2015.

O Município de **SANTA RITA DO TRIVELATO**, pessoa de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 04.205.596/0001-17, Situada na Avenida Flavio Luis Nº 2.201, Centro - Santa Rita do Trivelato/MT, representado pelo prefeito municipal Senhor **HUGO GARCIA SOBRINHO**, brasileiro, agricultor, portado da cédula de Identidade RG sob nº4411191 SSP/SP e no Cadastro de Pessoa Física CPF nº 748.627.828-68 residente e domiciliado na Rua Magester nº 11, no uso de suas atribuições legais, torna público a abertura de Processo Seletivo de pessoal com vistas à seleção e posterior contratação, nos seguintes cargos:

VAGAS	CARGO	JORN. SEM.	ESCOL.	SALÁRIO R$
02	Motorista Categoria “D”	40 horas	Alfabetizado	R$ 1.346,30
01	Motorista Categoria “C”	40 horas	Alfabetizado	R$ 1.246,58
03	Serviços Gerais	40 horas	Alfabetizado	R$ 872,61
01	Monitor de Ônibus Escolar – Assentamento	40 horas	Fundamental	R$ 872,61
01	Monitor de Ônibus Escolar – Barranco Vermelho-Chapada azul	40 horas	Fundamental	R$ 872,61
01	Monitor de Ônibus Escolar – São Carlos/Teles pires	40 horas	Fundamental	R$ 872,61
01	Psicóloga	40 horas	Superior + registro	R$ 3.365,77

1 - DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

1.1 - O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital e sua operacionalização caberá Secretaria Municipal de Administração.

1.2 O Processo Seletivo Simplificado destina-se ao provimento temporário das vagas para atuação em zona urbana e rural abrangidas pela competência das Secretarias Municipais.

1.3 - Todo o Processo Seletivo Simplificado será regulamentado pela Lei Municipal n°. 178/2005, alterada pela Lei Municipal nº 461/2013 e pelo Decreto Municipal n°. 035/2010.

1.4 - O Edital n°. 001/2015, encontra-se afixado nos murais da Prefeitura Municipal, na Câmara de Vereadores, e no site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br e a Lei Municipal n°. 178/2005, alterada pela Lei Municipal nº 461/2013 e Decreto Municipal n°. 035/2010 encontra-se no site www.santaritadotrivelato.mt. gov.br.

1.5 – O processo seletivo 001/2015 tem validade de 1 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período.

2 - DOS REQUISITOS PARA A SELEÇÃO

2.1 - Somente serão classificados por meio do Processo Seletivo o candidato que atender, no ato da inscrição, aos requisitos previstos no Decreto n°. 035/2010.

3 - DAS INSCRIÇÕES

3.1 - Local de Inscrição: Período de 09 de março a 19 de março de 2015 na PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, localizada na Avenida Flávio Luis, n°. 2.201, Bairro Centro, Santa Rita do Trivelato - MT.

3.2 - Horário de atendimento **das**

09h00min às 11h00min e das 13h00min as 16h00min.

3.3 - Os Candidatos deverão preencher a ficha de solicitação de emprego fornecida no local da inscrição e anexar a ela cópia legível dos documentos comprobatórios exigidos no decreto n°. 035/2010, sob pena de desclassificação caso a falta de algum documento ou que os mesmos estejam ilegíveis.

Cópia dos seguintes documentos:

- CPF;

- RG;

- Título de Eleitor e último comprovante de votação (2014);

- Certidão de nascimento ou casamento;

- Carteira de Trabalho;

- PIS/PASEP;

- Documento militar (sexo masculino);

- Comprovante de Residência;

- Documento comprobatório de inscrição no respectivo Conselho, quando for o caso;

3.4- As inscrições deverão ser feitas pelo próprio candidato, ou por terceiro com procuração por instrumento particular com firma reconhecida.

3.5- A participação do candidato no Processo Seletivo Simplificado implicará o seu conhecimento e aceitação das condições estabelecidas neste Edital, Lei n°. 178/2005, 461/2013 e Decreto Municipal n°. 035/2010 dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.6 - A aprovação no processo seletivo não gera direito de contratação e somente serão convocados os candidatos aprovados conforme necessidades do executivo municipal e conforme a disponibilidade de vagas.

3.7 - Não será cobrado taxa de inscrição para o processo seletivo 001/2015.

3.8 - Em obediência ao disposto no § 2º do art. 5º da Lei nº 8112/90 e na forma da Lei Complementar Estadual nº 114 de 25 de novembro de 2002, serão destinadas aos portadores de necessidades especiais 10% das vagas disponibilizadas no processo seletivo 001/2015, cujas aptidões e atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.

3.9 - Os portadores de necessidades especiais deverão protocolar na sede da prefeitura municipal em conjunto com o pedido de inscrição, documento requerendo a participação como PNE, para o cargo que for disponibilizado, contendo laudo médico comprovando a deficiência que o habilita participar como PNE.

4 - SELEÇÃO

4.1- PRIMEIRA ETAPA: inscrição entrega e análise dos documentos listados no item 3.4 - (dia 09 a 19 de março de 2015 das 09h00min às 11h00min e das 13h00min as 16h00min). A seleção dos candidatos ocorrerá mediante verificação e análise de documentos para comprovação das informações declaradas na ficha de solicitação de emprego.

4.1.1 - O resultando da primeira etapa será publicado no dia 20 de março de 2015, no mural da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, na Câmara Municipal e no site da prefeitura www.santaritadotrivelato.mt.gov.br. juntamente com a divulgação do local de realização das provas da segunda etapa.

4.2 - SEGUNDA ETAPA: Prova teórica e prática: (dia 29 de março de 2015 às 07h30min), na Escola Municipal Três de Novembro em Santa Rita do Trivelato/MT.

4.2.1 - A SEGUNDA ETAPA do Processo Seletivo constará de 03 (três) fases, conforme descrito:

I – Prova teórica contendo 10 (dez) questões de Conhecimento especifico do cargo, português e matemática;

II – Prova de redação com tema da atualidade a ser divulgado no momento da realização da prova;

III – Entrevista com psicóloga designada pelo chefe do Poder Executivo Municipal.

4.2.1.1- Os candidatos aos cargos de merendeira, zelador, zelador de patrimônio, auxiliar de manutenção, auxiliar de serviços gerais, gari, a prova de redação será substituída por prova descritiva onde o candidato terá descrever 5 (cinco) atribuições diárias que o mesmo deverá executardiariamente no cargo pretendido.

4.2.1.2 - Os candidatos aos cargos de mecânico, operador de maquinas pesadas, operador de moto niveladora e motorista categoria “C” e “D” estão dispensados de realizar a prova de redação.

4.2.1.3 – Os candidatos aos cargos dispensados de realizar a prova de redação, deverão realizar prova pratica a ser aplicada pela secretaria responsável pelas vagas, contendo no mínimo 5(cinco) tarefas a serem realizadas e avaliadas, com peso na nota final equivalente a prova de redação.

4.2.1.4 – As provas praticas serão realizadas no dia 29 de março de 2015, após a realização das provas teóricas.

4.2.2 - As provas dos incisos I, II e III do item 4.2.1, terão peso 10 (dez) cada uma, sendo o resultado final obtido com a somatória das três notas e dividido por três, conforme exemplo abaixo:

10 + 10+10 = Resultado Final

3

4.2.3 – Permanecendo candidatos empatados em todos os critérios, a vaga será decidida por idade, sendo contratado o classificado com maior idade.

4.2.4. O resultado da segunda etapa será divulgado no dia 01 de abril de 2015, no mural da Prefeitura e da Câmara Municipal e no site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br.

4.2.5 – A homologação do processo seletivo será publicada no dia 08 de abril de 2015.

5 - CONTRATAÇÃO:

5.1 Conforme Edital de Convocação os candidatos aprovados deverão apresentar-se em 48 (quarenta e oito) horas ao órgão responsável pela contratação.

5.2 É imprescindível, no ato da contratação, a apresentação dos documentos complementares :

a)O Exame Admissional, a ser realizado pelo Médico Clinico Geral do município;

b)Declaração de Bens e Valores (se não possuir bens, deve apresentar de que não possuem bens, com assinatura);

c)01 foto;

d) Documento de escolaridade exigido pela função.

5.3 - São documentos complementares para contratação, conforme o caso:

I - Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos de idade, ou dos maiores caso sejam incapazes;

II – Apresentada a certidão de nascimento de cada filho, os documentos abaixo relacionados tornam-se obrigatórios:

- Cartões de vacina dos filhos menores de 5 (cinco) anos;

- Atestado que comprove a freqüência a escola dos filhos com idade escolar.

5.4 No ato da Contratação todos os documentos exigidos deverão ser apresentados em forma de fotocópias acompanhadas das originais para conferência.

5.4.1 – No caso especifico de professor de matemática, se não houver candidato inscrito que comprove a formação exigida, será aceito inscrição de candidato que comprovar experiência como professora da área.

5.5. A contratação será feita conforme as necessidades da Administração, seguindo a ordem de classificação dos candidatos.

5.5.1 – Os contratos serão regidos pelo regime jurídico especial.

5.5.2 – Os contratados estarão vinculados ao regime geral de previdência social.

6 - VEDAÇÕES À CONTRATAÇÃO

6.1 Não será contratado o candidato que:

6.1.1 Acumular cargos, emprego ou função pública;

6.1.2 Omitir informações ou apresentar informações incompletas ou inverídicas.

6.1.3 Tiver sido excluído do serviço publico por processo administrativo disciplinar ou atos de improbidade administrativa.

7 - RECURSOS

7.1 - Será assegurado ao candidato o direito a recursos quanto à classificação do Processo seletivo Simplificado, em cada etapa realizada.

7.2 - O recurso deverá ser interposto no prazo máximo de dois dias úteis, contado a partir da data de publicação dos Editais de divulgação dos resultados.

8 - CASOS OMISSOS

8.1 Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos conjuntamente pelas Secretarias Municipais baseados na Lei Municipal n°. 178/2005 alterada pela lei municipal nº 461/2013 e Decreto Municipal n°. 035/2010, e Comissão Organizadora, no que tange a realização deste Processo Seletivo Simplificado.

Santa Rita do Trivelato/MT, 03 de março de 2015.

REGISTRE, PUBLIQUE-SE E AFIXE.

_____ _____

HUGO GARCIA SOBRINHO

Prefeito Municipal

Moniqui Emanuella Marcanzoni

Presidente da Comissão Organizadora

EDITAL DE ABERTURA E PUBLICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N°. 001/2015.

O Município de **SANTA RITA DO TRIVELATO**, pessoa de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 04.205.596/0001-17, Situada na Avenida Flavio Luis Nº 2. 201, Centro- Santa Rita do Trivelato, representado pelo prefeito municipal Senhor **HUGO GARCIA SOBRINHO**, brasileiro, agricultor, portado da cédula de Identidade RGsob nº4411191 SSP/SP e no Cadastro de Pessoa Física CPF nº748.627.828-68 residente e domiciliado na Rua Magester nº11, no uso de suas atribuições legais, torna público a abertura de Processo Seletivo Publico de Pessoal com vistas à seleção e posterior contratação de agentes comunitários de saúde e agente combate de endemias, nas seguintes micros áreas do município:

VAGAS	**CARGO**	**JORN. SEM.**	**Micro área**	ESCOL.	SALÁRIO R$
01	Agente comunitário de saúde	40 horas	06 – A micro área 06 e composta pelas seguintes quadras: 07, 10,32,34,37,38,33,35,36,39,F, E, D, A, I, K, J, e H. conforme mapa da secretaria de saúde	Ensino médio Completo	R$ 997,27
01	Agente combate endemias	40 horas	Micro área 02 endemias apartir daAvenida Flavio Luiz compreendendo parte do centro e Bairros Jardim Primavera e Sonho Meu conforme mapa da secretaria de saúde.	Ensino médio completo	R$ 997,27

1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O Processo Seletivo Público será regido pelo presente Edital e sua operacionalização caberá A Secretaria Municipal de Administração.

1.2 - O processo seletivo dar-se-á em conformidade com a Portaria Ministerial nº 2.430 de 23/12/2003 e Lei nº 11.350, de 05/10/2006, e será realizado sob a responsabilidade da Comissão Especial de Seleção de Pessoal, abrangendo os cargos de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.

1.3 - O Processo Seletivo Publico destina-se ao provimento das vagas para atuação em zona urbana e rural abrangidas pela competência das Secretaria Municipal de saúde conforme as micro áreas descritas no quadro acima.

1.4 - Todo o Processo Seletivo Publico será regulamentado pela Lei Municipal n°. 178/2005, alterada pela lei 461/2013 e pelo Decreto Municipal n°. 035/2010 e Portaria Ministerial nº 2.430 de 23/12/2003 e Lei nº 11.350, de 05/10/2006, e será realizado sob a responsabilidade da Comissão Especial de Seleção de Pessoal, abrangendo os cargos de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.

1.5 - O Edital n°. 001/2015, encontra-se afixado nos murais da Prefeitura Municipal, na Câmara de Vereadores, e no site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br. e a Lei Municipal n°. 178/2005, alterada pela lei 461/2013 e Decreto Municipal n°. 035/2010 encontra-se no site www.santaritadotrivelato.mt. gov.br.

1.6 – o processo seletivo 001/2015 tem validade de 1 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período.

2 - DOS REQUISITOS PARA A SELEÇÃO

2.1 - Somente será classificado por meio do Processo Seletivo o candidato que atender, no ato da inscrição, aos requisitos previstos no Decreto n°. 035/2010 e lei regulamentadora da função de agente comunitário de saúde e agente de combate a endemias, principalmente no que tange a comprovação de residência na micro área para qual se destina a vaga.

3 - DAS CARACTERÍSTICAS DA FUNÇÃO:

3.1. Atribuições: Os Agentes Comunitários de Saúde deverão servir de elo entre a comunidade e os serviços de saúde; auxiliar as pessoas e os serviços na promoção e proteção da saúde; identificar situações de risco individual e coletivo; promover a educação para a conquista da saúde; acompanhar e encaminhar pessoas com agravo à saúde às unidades de saúde; notificar aos serviços de saúde as doenças que necessitam vigilância; efetuar o cadastramento das famílias da comunidade; estimular a participação comunitária; analisar, com os demais membros da Equipe, as necessidades da comunidade; preencher formulários dos sistemas de informações pertinentes ao Programa de Saúde da Família; atuar no controle das doenças epidêmicas; participar das ações de saneamento básico e melhoria do meio ambiente; acompanhar as condições de saúde das crianças, prioritariamente até os 05 (cinco) anos de idade, e gestantes; incentivar a vacinação; estimular o aleitamento materno; executar o controle de doenças diarréicas; prevenir doenças respiratórias; prestar orientações sobre cuidados de higiene; executar tarefas afins.

3.2. Atribuições: Os Agentes de Combate as Endemias deverão fiscalizar estabelecimentos industriais, comerciais, de diversão e outros quanto à higiene, vistoriando suas dependências, fazendo cumprir as exigências do Código de Posturas; atender determinações da secretaria de Saúde; cumprir tarefas específicas na busca de material para análise em ocasiões de surtos, endemias epidemias, etc; acompanhar e executar tarefas de combate à infestação de doenças infectas contagiosas, etc; autuar e notificar os contribuintes que cometeram infração informando-os sobre a legislação vigente, com o objetivo de regularizar a situação e garantir o cumprimento da lei; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

3.3. Condições de trabalho: Carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

3.4. Vencimento: Os contratados receberão a títulos de salário o valor de R$ 997,27 (novecentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos). O recolhimento dos encargos sociais e outras vantagens são assegurados nos termos do regime celetista, no que couber e demais legislação que regulamenta a profissões de agente comunitário de saúde e agente de combate a endemias;.

3.5. Número de vagas: 01 (uma) vaga para Agente Comunitário de Saúde micro área 06 e 01 vaga agente de combate a endemias micro área.

3.6 - Lotação: O Agente Comunitário de Saúde e o agente de combate a endemiasserão contratados pela Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, sendolotados na secretaria de Saúde;

4 - DAS INSCRIÇÕES:

4.1 - Local de Inscrição: Período de: 09 a 19 de Março de 2015, das 09h00 às llh00 e das 13h00 às 16h00, naPREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, localizada na Avenida Flávio Luis, n°. 2.201, Bairro Centro, nesta cidade de Santa Rita do Trivelato – MT

4.2 - Os Candidatos deverão preencher a ficha de solicitação de emprego fornecida no local da inscrição e anexar a ela cópia legível dos documentos comprobatórios exigidos no decreto n°. 035/2010, sob pena de desclassificação caso a falta de algum documento ou que os mesmos estejam ilegíveis.

Cópia dos seguintes documentos:

- CPF;

- RG;

- Título de Eleitor e último comprovante de votação (2010);

- Certidão de nascimento ou casamento;

- Carteira de Trabalho;

- PIS/PASEP;

- Documento militar (sexo masculino);

- Comprovante de Residência, em nome do candidato, da micro região em que for se inscrever; (caso o candidato não possua comprovante de endereço em seu nome deverá apresentar declaração do proprietário do imóvel, autenticada em cartório, atestando que o candidato reside no imóvel.)

4.3 - As inscrições deverão ser feitas pelo próprio candidato, sendo aceitas procurações por instrumento particular;

4.4 - A participação do candidato no Processo Seletivo Publico implicará o seu conhecimento e aceitação das condições estabelecidas neste Edital, Lei n°. 178/2005, alterada pela lei 461/2013 e Decreto Municipal n°. 035/2010, e demais legislação pertinente, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

4.5_ A aprovação no processo seletivo não gera direito de contratação e somente serão chamados os candidatos aprovados que a prefeitura necessitar e conforme a disponibilidade de vagas.

4.6 – Não será cobrado taxa de inscrição para o processo seletivo 001/2015.

4.7 – Os candidatos a vaga de agente comunitário de saúde e agente de deverão comprovar residência na micro área a qual está se candidatando.

5 - SELEÇÃO

5.1 - PRIMEIRA ETAPA: A seleção dos candidatos ocorrerá mediante verificação e análise de documentos para comprovação das informações declaradas na ficha de solicitação de emprego.

5.1.1 - O resultado da primeira etapa será publicado no dia 20 de março de 2015, nos murais da Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal e no site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br, juntamente com a divulgação dos locais de realização das provas da segunda etapa.

5.2 - SEGUNDA ETAPA: prova teórica: (dia 29 de março de 2015 às 07h30), na Escola Municipal 3 de Novembro, em Santa Rita do Trivelato/MT.

5.2.1. - A SEGUNDA ETAPA do Processo Seletivo constará de 03 (três) fases, conforme descrito:

I – Prova teórica contendo 10 (dez) questões sendo 05 questões Conhecimento especifico do cargo a ser preenchido, 03 questões de português e 02 questões de matemática;

II – Prova de redação com tema da atualidade a ser divulgado no momento da realização da prova;

III – Entrevista com psicóloga designada pelo chefe do Poder Executivo Municipal.

5.2.1.1 -. A entrevista individual com psicóloga terá pontuação de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, em que serão avaliados os seguintes aspectos:

- Disponibilidade e interesse pelo trabalho;

- Relato de experiências em atividades comunitárias;

- Perfil profissional, em que será verificado o potencial do candidato para o trabalho comunitário e sua inserção na comunidade;

- Perfil comportamental (iniciativa, respeito, preconceitos) do candidato quanto ao trabalho do Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate as Endemias;

- Postura relacionada ao trabalho em equipe e Atenção à Saúde;

5.2.2 - As provas dos incisos I, II e III do item 4.2.1, terão peso 10 (dez) cada uma, sendo o resultado final obtido com a somatória das três notas e dividido por três, conforme exemplo abaixo:

10 + 10+10 = Resultado Final

3

5.2.3 - Permanecendo candidatos empatados em todos os critérios, a vaga será decidida por idade, sendo contratado o classificado com maior idade.

5.2.4. A Divulgação dos aprovados será dia 01 de Março de 2015, nos quadros de avisos da Prefeitura e da Câmara Municipal e no site www.santarita-dotrivelato.mt.gov.br.

5.2.5 A homologação do processo seletivo publico 001/2015 será dia 08 de março de 2015.

6 - CONTRATAÇÃO

6.1 Conforme Edital de Convocação os candidatos aprovados deverão apresentar-se em 48 (quarenta e oito) horas ao órgão responsável pela contratação.

6.2 - É imprescindível, no ato da contratação, a apresentação dos documentos complementares:

a)O Exame Admissional, a ser realizado pelo Médico Clinico Geral do município;

b)Declaração de Bens e Valores (se não possuir bens, deve apresentar de que não possuem bens, com assinatura;

c)01 foto.

d) Documento de escolaridade exigido pela função;

E)Certidão negativa de antecedentes criminais;

6.3 - São documentos complementares para contratação, conforme o caso:

I -Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos de idade, ou dos maiores caso sejam incapazes;

II – Apresentada a certidão de nascimento de cada filho, os documentos abaixo relacionados tornam-se obrigatórios:

- Cartões de vacina dos filhos menores de 5 (cinco) anos;

- Atestado que comprove a freqüência a escola dos filhos com idade escolar.

6.4 - No ato da Contratação todos os documentos exigidos deverão ser apresentados em forma de fotocópias acompanhadas das originais para conferência.

6.5 - A contratação será feita conforme as necessidades da Administração, seguindo a ordem de classificação dos candidatos.

6.5.1 – Os contratos serão regidos pelo regime jurídico celetista;

6.5.2 – Os contratados estarão vinculados ao regime geral de previdência social;

7 - VEDAÇÕES À CONTRATAÇÃO

7.1 Não será contratado o candidato que:

7.1.1 Acumular cargos, emprego ou função pública;

7.1.2 Omitir informações ou apresentar informações incompletas ou inverídicas.

8 - RECURSOS

8.1 - Será assegurado ao candidato o direito a recursos quanto à classificação do Processo seletivo publico, em cada etapa realizada.

8.2 - O recurso deverá ser interposto no prazo máximo de dois dias úteis, contado a partir da data de publicação dos Editais de divulgação dos resultados.

9 – DA VALIDADE.

9.1 - O Processo Seletivo terá validade de 01 (um) ano, a contar da data de publicação da homologação do resultado final, prorrogável uma vez, por igual período, se houver candidatos aprovados e ainda não contratados.

10 - CASOS OMISSOS

10.1 - Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos conjuntamente pelas Secretarias Municipais baseados na Lei Municipal n°. 178/2005, alterada pela lei 461/2013, Decreto Municipal n°. 035/2010, e Comissão Organizadora, no que tange a realização deste Processo Seletivo Simplificado.

Santa Rita do Trivelato, 04 de março de 2015.

REGISTRE, PUBLIQUE-SE E AFIXE.

HUGO GARCIA SOBRINHO FERNANDA NALINI

Prefeito MunicipalPresidente da Comissão Organizadora

LEI MUNICIPAL Nº 500/2015

DE 05 DE MARÇO DE 2015.

***SÚMULA:* DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES NA LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2015, ALTERA A LEI Nº. 489/2014 (PPA EXERCÍCIO 2015); A LEI Nº. 492/2014 (LDO EXERCÍCIO DE 2015), ABRE CRÉDITO ESPECIAL NA LEI Nº. 497/2014 (LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2015) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Senhor

HUGO GARCIA SOBRINHO

, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Municipal:

LEI

Artigo 1º.Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Especial na Lei nº 497/2014, Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015, cujo objetivo é a CONSTRUÇÃO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO/CONVENIO 1267/2007, neste município.

Órgão – 05- Secretaria Municipal de Obras, Transp. Serv. Urbanos e Rurais - SEMOT

Und. Orçamentária- 001- Secretaria Municipal de Obras, Transp. Serv. Urbanos e Rurais - SEMOT

Função: 17 - Saneamento

Subfunção: 512 – Saneamento Básico Urbano

Programa: 0033 – Gestão e Manut. do Saneamento Basico

Projeto/Atividade: 1.140 – CONSTRUÇÃO DE ESGOTAMENTO SANITARIO / CONV.1267/2007

Natureza da Despesa: 44.90.51.00.00 – Obras e Instalações2.350.000,00

Fonte- 100: Recursos Ordinários50.000,00

Fonte- 124: Transf. de Convenios2.300.000,00

TOTAL2.350.000,00

Artigo 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto em conformidade com o artigo 1°, serão utilizados recursos conforme artigo 43 da Lei Federal n°. 4.320/1964, excesso de arrecadação (124-fonte de recursos convenio) eresultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei, a seguir:

I - Para os valores oriundos da Fonte 124: Transferências de Convênios no valor de R$ 2.300.000,00, sendo que foi considerado o excesso de arrecadação nesta fonte, em virtude de recursos a serem repassados ao Município, com base no convenio n. 1267/2007, firmado entre este município e a Funasa.

II - Para os valores oriundos da Fonte 100: Recursos Ordinários no valor de R$50.000,00, será anulada a dotação a seguir discriminada:

Órgão – 05- Secretaria Municipal de Obras, Transp. Serv. Urbanos e Rurais - SEMOT

Und. Orçamentária- 001- Secretaria Municipal de Obras, Transp. Serv. Urbanos e Rurais - SEMOT

Função: 17 - Saneamento

Subfunção: 512 – Saneamento Básico Urbano

Programa: 0033 – Gestão e Manut. do Saneamento Basico

Projeto/Atividade: 1.027 – CONSTRUÇÃO DE REDE DE ESGOTO/SANEAMENTO BÁSICO Natureza da Despesa: 44.90.51.00.00 – Obras e Instalações50.000,00

Fonte- 100: Recursos Ordinários50.000,00

TOTAL50.000,00

Artigo 3º - Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar, na Lei n. 497/2014 – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015, para suplementação do montante de R$ 648.704,31 (Seiscentos Quarenta e Oito Mil, Setecentos e Quatro Reais e Trinta Centavos) conforme Termo de Compromisso n. 22548, assinado junto ao Ministério da Educação, para Construção de Unidade Escolar.

Órgão – 07- Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto -SMEC

Und. Orçamentária- 001- Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto -SMEC

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0017 – Revitalização da Educação

Projeto/Atividade: 1.053- CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE ESCOLAS MUNICIPAIS

Natureza da Despesa: 44.90.51.00.00 – Obras e InstalaçõesR$648.704,31

Fonte: 115-Transf.de Recursos do FNDE81.959,63(superávit)

Fonte: 115-Transf.de Recursos do FNDE566.744,68(excesso)

Artigo 4º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto em conformidade com o artigo 3°, serão utilizados recursos conforme artigo 43 da Lei Federal n°. 4.320/1964, inciso I superávit financeiro (115-fonte de recursos – FNDE) e o excesso de arrecadação previsto para o exercício de 2015 (115-fonte de recursos – FNDE) conforme discriminada seguir:

I - Para os valores oriundos da Fonte 115: Transferências de Recursos do FNDE no valor de R$ 81.959,63, foi considerado o superávit financeiro observado na fonte, em virtude de que o Ministério da Educação procedeu repasses no exercício de 2014 e o valor do saldo correspondente encontra-se em conta específica neste município;

II -o excesso de arrecadação no valor de R$ 566.744,68, será observado em virtude dos repasses a serem efetuados no exercício financeiro de 2015, através do Ministério da Educação, conforme Plano de Ações Articuladas-PAR, Termo de Compromisso n. 22.548.

Artigo 5º. Autoriza-se a abertura de Crédito Adicional Suplementar, na Lei n. 497/2014 – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015, para suplementação do montante de R$ 408.000,00 (Quatrocentos e Oito Mil Reais) conforme Portaria do Ministério da Saúde, que contemplou o município com a Construção de Unidade Básica de Saúde, do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – 2. Etapa.

Órgão – 06- Secretaria Municipal de Saúde

Und. Orçamentária- 002- Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 0012 – Gerir com Qualidade a Atenção Básica

Projeto/Atividade: 1.036- Ampliação e Construção de Unidades Básicas

Natureza da Despesa: 44.90.51.00.00 – Obras e InstalaçõesR$219.306,01

Fonte: 114 – Transferência de Recursos do SUS ... R$ 219.306,01

Artigo 6º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto em conformidade com o artigo 5°, serão utilizados recursos conforme artigo 43 da Lei Federal n°. 4.320/1964, inciso I superávit financeiro (114-fonte de recursos – SUS).Para os valores oriundos da Fonte 114: Transferências de Recursos do SUS no valor de R$ 219.306,01, sendo que foi considerado o superávit financeiro nesta fonte, em virtude de que o Ministério da Saúde procedeu repasses no exercício de 2014 e o valor do saldo correspondente encontra-se em conta específica neste município

Artigo 7º - Todas as ações contempladas na presente lei passam a integrar a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2015 (Lei Municipal número 492/2014), independentemente de sua transcrição.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, EM 05 DE MARÇO DE 2015.

_____

HUGO GARCIA SOBRINHO

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e

Afixe-se na data supra

_____

Bruno Lapenna Garcia

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

SETOR DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO 09/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO 09/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE BORRACHARIA E SERVIÇOS DE LAVA JATO.

Data da realização: 04/03/2015

Licitante Vencedor: a empresa ROGERIO JOSE DA SILVA 64292053472, para o lote 01: **LAVAGEM SIMPLES** com o valor total de R$ 21.694,00 (vinte e um mil seiscentos e noventa e quatro reais), para o lote 02 - **LAVAGEM COMPLETA** com o valor total de R$ 23.290,00 (vinte e três mil duzentos e noventa reais) A empresa ELIAN CARLOS MOURA DE LIMA para o Lote 03, no valor total de R$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais).

Santo Afonso-MT,04 de março de 2015.

ELISANGELA MOURA DOS SANTOS

PREGOEIRA

PREVIMSA - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SANTO AFONSO-MT
PORTARIA N.º 02/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Tempo de Contribuição a servidora **Marileide Leite dos Anjos."**

O Prefeito Municipal de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 6º incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional n. º 41/2003, c/c o Art. 40 § 5º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 20/1998, bem como, de acordo com o § 3º do Art. 12 da Lei Municipal n.º 331, de 25 de setembro de 2012, que dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Santo Afonso;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a **Marileide Leite dos Anjos**, casada, portadora do RG n.º 121.287, SSP/MT e do CPF n.º 301.774.801-49, residente e domiciliada neste município, servidora efetiva, no cargo de Professora, Classe "C", Nível "06" lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com proventos integrais, conforme processo administrativo do **PREVIMSA**, n.º **2015.04.00001P,** a partir de 01.03.2015 até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Santo Afonso - MT, 02 de março de 2015.

VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS N° 02/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

REFERÊNCIA: PROCESSO LICITATÓRIO N° 012/2015

TOMADA DE PREÇOS N° 02/2015

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger – MT, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna Público para conhecimento dos interessados que, realizará licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS para o seguinte objeto**: SELEÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS/OBRAS DE ENGENHARIA NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER-MT.**

A realização está prevista para o dia 23 de março de 2015 às 09:00 horas. O edital completo estará a disposição dos interessados para consulta e aquisição a partir de 06/03/2015, das 07:00 às 13:00 horas na Prefeitura Municipal , junto a Comissão Permanente de Licitação, situada à Av. Santo Antônio, 245-Centro, Santo Antônio de Leverger - MT, informações pelo telefone (065) 3341-1346.

Santo Antonio de Leverger, 05 de março de 2015.

Vitório Massaru Hayama

Presidente e Pregoeiro da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 021/2015 - CLEIA FERREIRA NERIS ALVES

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 021/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.361.0017.20089.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Cleia Ferreira Neris Alves, Portador (a) do CPF nº 481.822.221-68, residente e domiciliado na R: Piaba N°650, Centro, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professora Graduada**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.418,39 (um mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e nove centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **13/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 13 de fevereiro de 2015.

_____ CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	_____ CONTRATADO (A) Cleia Ferreira Neris Alves

Testemunhas:

_____ Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	_____ Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 029/2015 - KATHY MARGARETH MARTENS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 029/2015

Dotação Orçamentári05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Kathy Margareth Martens, Portador (a) do CPF nº 388.023.920-72, residente e domiciliado na Av: Modesto PaludoN° 2084, Águas Claras, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professora Graduada**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.418,39 (um mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e nove centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **13/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 13 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Kathy Margareth Martens

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 028/2015 - GEISE CRISTINA DA SILVA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 028/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.365.0017.20086.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) GeiseCristina da Silva, Portador (a) do CPF nº 021.000.181-08, residente e domiciliado na R: PirambéN° 232, Jd Sapezal, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professora Graduada**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.418,39 (um mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e nove centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **13/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 13 de fevereiro de 2015.

_____ CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	_____ CONTRATADO (A) Geise Cristina da Silva

Testemunhas:

_____ Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	_____ Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 027/2015 - FRANCISCA LAURA DOS SANTOS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 027/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.365.0017.20086.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Francisca Laura dos Santos, Portador (a) do CPF nº 023.887.933-00, residente e domiciliado na R: Piratanta S/N, Centro, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professora Graduada**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.418,39 (um mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e nove centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **13/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 13 de fevereiro de 2015.

_____ CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	_____ CONTRATADO (A) Francisca Laura dos Santos

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 026/2015 - FRANCISCA DINIZ DA SILVA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 026/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Francisca Diniz da Silva, Portador (a) do CPF nº 029.150.333.07, residente e domiciliado na R: Traira S/N, Cidezal II, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Tecnico de Desenvolvimento Infantil** , com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.260,60 (um mil duzentos e sessenta reais e sessenta centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **13/02/2015 e término até 31/12/2015** somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 13 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Francisca Diniz da Silva

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 07/2015 - LUCIANA DEMITO MARIANO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 07/2015

Dotação Orçamentária 06.002.10.301.0007.20009.3.1.90.11.00.0.0.01.200000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorcia-

da, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE *e de outro o(a) Sr.(a)* LUCIANA DEMITO MARIANO, **Portador (a) do CPF nº 638.893.312-20, residente e domiciliado na Av: Andre Antonio Maggi n° 302, Centro, em Sapezal, neste ato denominado** CONTRATADO(A)**, celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº** 1053/2013**, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:**

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Médico Clínico Geral**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA

: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de R$ 13.294,03 (treze mil duzentos e noventa e quatro reais e três centavos) pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em 01/02/2015 e término até 30/07/2015, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº 1053/2013, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1053/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de fevereiro de 2015.

_____ CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	_____ CONTRATADO (A) Luciana Demito Mariano

Testemunhas:

_____ Mairi Tavares de Melo Moreira CPF 117.317.248-37	_____ Jakeline Coelho de Souza CPF 015.004.911-01

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 008/2015 - ADIRCILA HACALAIZAEROCE

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 008/2015

Dotação Orçamentária 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) ADIRCILA HACALAIZAEROCE, Portador (a) do CPF nº 028.373.011-08, residente e domiciliado na Aldeia Salto da Mulher, Zona Rural, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Zelador - Indígena**, com carga horária de **25 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 562,72 (quinhentos e sessenta e dois reais e setenta e dois centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **02/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 02 de fevereiro de 2015.

_____ CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	_____ CONTRATADO (A) Adircila Hacalaizaeroce

Testemunhas:

_____ Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	_____ Cleia Karasiaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 009/2015 - ANGELA MARIA KAMUNU IRANTXE

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 009/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.361.0017.20089.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) ANGELA MARIA KAMUNU IRANTXE, Portador (a) do CPF nº 861.308.701-91, residente e domiciliado na Aldeia Caititu, Zona Rural, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professor Nível II - Indígena**, com carga horária de **25 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 2.181,76 (dois mil cento e oitenta e um reais e setenta e seis centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **02/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 02 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Angela Maria Kamunu Irantxe

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 010/2015 - CLEIDE ADRIANA DA SILVA TERENA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 010/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) CLEIDE ADRIANA DA SILVA TERENA, Portador (a) do CPF nº 012.772.531-88, residente e domiciliado na Aldeia Novo Horizonte, Zona Rural, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Monitor Indigena**, com carga horária de **25 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 797,83 (setecentos e noventa e sete reais e oitenta e três centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **02/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 02 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Cleide Adriana da Silva Terena

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 011/2015 - LEONTINA NAMBIQUARA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 011/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.361.0017.20089.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) LEONTINA NAMBIQUARA, Portador (a) do CPF nº 003.295.531.-60, residente e domiciliado na Aldeia Três Jacu, Zona Rural, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professor Nível I - Indígena**, com carga horária de **25 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.611,99 (um mil seiscentos e onze reais e noventa e nove centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **02/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 02 de fevereiro de 2015.

_____ CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	_____ CONTRATADO (A) Leontina Nambiquara

Testemunhas:

_____ Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	_____ Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 012/2015 - LEONTINA NAMBIQUARA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 012/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Rosiane Irantxe, Portador (a) do CPF nº 716.652.691-20, residente e domiciliado na Aldeia Três Jacu, Zona Rural, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Zeladora - Indígena**, com carga horária de **25 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 562,72(quinhentos e sessenta e dois reais e setenta e dois centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **02/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 02 de fevereiro de 2015.

_____ CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	_____ CONTRATADO (A) Rosiane Irantxe

Testemunhas:

_____ Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	_____ Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 013/2015 - SANDRA APARECIDA AZOMAIZOKERO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 013/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.361.0017.20089.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) SANDRA APARECIDA AZOMAIZOKERO, Portador (a) do CPF nº 814.720.721-20, residente e domiciliado na Aldeia Salto da Mulher, Zona Rural, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professor Nivel II - Indígena**, com carga horária de **25 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 2.181,76 (dois mil cento e oitenta e um reais e setenta e seis centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **02/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 02 de fevereiro de 2015.

_____ CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	_____ CONTRATADO (A) Sandra Aparecida Azomaizokero

Testemunhas:

_____ Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	_____ Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 014/2015 - SIDNEI MARCOS ZUNIZOKAE

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 014/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) SIDNEI MARCOS ZUNIZOKAE, Portador (a) do CPF nº 040.025.381-09, residente e domiciliado na Aldeia Vale do Rio Papagaio, Zona Rural, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Monitor - Indígena**, com carga horária de **25 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 797,83 (setecentos e noventa e sete reais e oitenta e três centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **02/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 02 de fevereiro de 2015.

_____ CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	_____ CONTRATADO (A) Sidnei Marcos Zunizokae

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 015/2015 - VANESSA SAWANA Y NAMBIKW

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 015/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) VANESSA SAWANA YALIKAWANDALOSSU NAMBIKW, Portador (a) do CPF nº 039.891.261-05, residente e domiciliado na Aldeia Tres Jacu, Zona Rural, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Monitor - Indígena**, com carga horária de **25 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 797,83 (setecentos e noventa e sete reais e oitenta e três centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **02/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 02 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Vanessa Sawana Yalikawandalossu Nambikw

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 016/2015 - ANAZILDA RIKBAKTSA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 016/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorcia-

da, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Anazilda Rikbktsa, Portador (a) do CPF nº 023.925.611-50, residente e domiciliado na Aldeia Caititu, Zona Rural, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Monitor - Indígena**, com carga horária de **25 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 797,83 (setecentos e noventa e sete reais e oitenta e três centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **06/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 06 de fevereiro de 2015.

_____ CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	_____ CONTRATADO (A) Anazilda Rikbktsa

Testemunhas:

_____ Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	_____ Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 017/2015 - ADAILZA SOUZA BARROS BORGES

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 017/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.361.0017.20089.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Adailza Souza Barros Borges, Portador (a) do CPF nº 782.805.751-20, residente e domiciliado na R: Traira Nº 1650, Centro, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professora Graduado**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.418,39 (um mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e nove centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **13/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 13 de fevereiro de 2015.

_____ CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	_____ CONTRATADO (A) Adailza Souza Barros Borges

Testemunhas:

_____ Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	_____ Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 058/2015 - SILVANETE NERES TROUI

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 058/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Silvanete Neres Troui, Portador (a) do CPF nº 522.671.211-15, residente e domiciliado na Rua 03 s/nº Quadra 33 Lote 02, bairro Jardim Sapezal, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico em Desenvolvimento Infantil - Monitor**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.260,60 (um mil duzentos e sessenta reais e sessenta centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **19/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 19 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Silvanete Neres Troui

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 020/2015 - CLAUDIA BORGES MALAQUIAS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 020/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.361.0017.20089.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Claudia Borges Malaquias, Portador (a) do CPF nº 993.816.211-87, residente e domiciliado na Faz Nossa Senhora Aparecida, Zona Rural, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professora Graduada**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.418,39 (um mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e nove centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **13/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 13 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Claudia Borges Malaquias

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 057/2015 - FABIA MARIA DA SILVA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 057/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Fábia Maria da Silva, Portador (a) do CPF nº 907.935.601-87, residente e domiciliado na Rua Projetada s/nº, bairro Paulino Abatti, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico em Desenvolvimento Infantil - Monitor**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.260,60 (um mil duzentos e sessenta reais e sessenta centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **19/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 19 de fevereiro de 2015.

_____ CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	_____ CONTRATADO (A) Fábia Maria da Silva

Testemunhas:

_____ Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	_____ Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 056/2015 - VERA LUCIA PEREIRA DOS SANTOS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 056/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Vera Lucia Pereira dos Santos, Portador (a) do CPF nº 726.007.991-68, residente e domiciliado na Avenida Jaime Schechelli nº 650, bairro Centro, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico em Desenvolvimento Infantil - Monitor**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.260,60 (um mil duzentos e sessenta reais e sessenta centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **18/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 18 de fevereiro de 2015.

_____ CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	_____ CONTRATADO (A) Vera Lucia Pereira dos Santos

Testemunhas:

_____ Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	_____ Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 055/2015 - SOLANGE DOS SANTOS MENEZES

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 055/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.361.0017.20089.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Solange dos Santos Menezes, Portador (a) do CPF nº 421.103.602-59, residente e domiciliado na Rua 02 s/nº, bairro Jardim Sapezal, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professor Graduado**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.418,39 (um mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e nove centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **18/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 18 de fevereiro de 2015.

_____ CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	_____ CONTRATADO (A) Solange dos Santos Menezes

Testemunhas:

_____ Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	_____ Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 054/2015 - SIMONE TREVISAN

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 054/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.361.0017.20089.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Simone Trevisan, Portador (a) do CPF nº 254.900.808-17, residente e domiciliado na Avenida Dourado nº1069, bairro Centro, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professor Graduado**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.418,39 (um mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e nove centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **18/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 18 de fevereiro de 2015.

_____ CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	_____ CONTRATADO (A) Simone Trevisan

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 053/2015 - NELCI FATIMA TRENTO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 053/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.361.0017.20089.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Nelci Fátima Trento, Portador (a) do CPF nº 453.291.171-00, residente e domiciliado na Rua das Azaléias s/nº, bairro Cidezal II, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professor Graduado**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.418,39 (um mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e nove centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **18/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 18 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Nelci Fátima Trento

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 052/2015 - MARIA ROSA VIEIRA DE JESUS DA SILVA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 052/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada,

portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Maria Rosa Vieira de Jesus da Silva, Portador (a) do CPF nº 406.273.731-00, residente e domiciliado na Rua Piratantã nº 1390, bairro Centro, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico em Desenvolvimento Infantil - Monitor**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.260,60 (um mil duzentos e sessenta reais e sessenta centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **18/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 18 de fevereiro de 2015.

_____ CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	_____ CONTRATADO (A) Maria Rosa Vieira de Jesus da Silva

Testemunhas:

_____ Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	_____ Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 051/2015 - KEILA CRISTINA PEREIRA VIEIRA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 051/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.361.0017.20089.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Keila Cristina Pereira Vieira, Portador (a) do CPF nº 004.289.471-90, residente e domiciliado na Rua das Violetas nº1002, bairro Cidezal II, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professor Graduado**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.418,39 (um mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e nove centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **18/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 18 de fevereiro de 2015.

_____ CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	_____ CONTRATADO (A) Keila Cristina Pereira Vieira

Testemunhas:

_____ Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	_____ Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 050/2015 - JULIANA ALMEIDA DA COSTA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 050/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Juliana Almeida da Costa, Portador (a) do CPF nº 059.360.731-73, residente e domiciliado na Rua Projetada 09, s/nº, bairro Paulino Abatti, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico em Desenvolvimento Infantil - Monitor**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.260,60 (um mil duzentos e sessenta reais e sessenta centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **18/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 18 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Juliana Almeida da Costa

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 049/2015 - FRANCISCA CLEIDIENE DOS SANTOS LIMA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 049/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Francisca Cleidiene dos Santos Lima, Portador (a) do CPF nº 042.374.864-51, residente e domiciliado na Rua Projetada 03, s/nº, bairro Paulino Abatti, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico em Desenvolvimento Infantil - Monitor**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.260,60 (um mil duzentos e sessenta reais e sessenta centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **18/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 18 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Francisca Cleidiene dos Santos Lima

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 022/2015 - CLEIDE DE OLIVEIRA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 022/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.361.0017.20089.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Cleide de Oliveira, Portador (a) do CPF nº 970.717.731-49, residente e domiciliado na Av Jaime Schecheli N° 1260, Centro, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professora Graduada**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.418,39 (um mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e nove centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **13/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 13 de fevereiro de 2015.

_____ CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	_____ CONTRATADO (A) Cleide de Olveira

Testemunhas:

_____ Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	_____ Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 023/2015 - DALVORI TEREZINHA BARRETO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 023/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.361.0017.20089.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Dalvori Terezinha Barreto, Portador (a) do CPF nº 533.620, residente e domiciliado na Av Jaime Schecheli N° 1260, Centro, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professora Graduada**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.418,39 (um mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e nove centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **13/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 13 de fevereiro de 2015.

_____ CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	_____ CONTRATADO (A) Dalvori Terezinha Barreto

Testemunhas:

_____ Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	_____ Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 048/2015 - FABIANA SOUSA DA CRUZ

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 048/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Fabiana Sousa da Cruz, Portador (a) do CPF nº 034.716.531-12, residente e domiciliado na Rua Pirambé, nº1929, bairro Jardim Ipe, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico em Desenvolvimento Infantil - Monitor**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.260,60 (um mil duzentos e sessenta reais e sessenta centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **18/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 18 de fevereiro de 2015.

_____ CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	_____ CONTRATADO (A) Fabiana Sousa da Cruz

Testemunhas:

_____ Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	_____ Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 047/2015 - ELIUDE OLIVEIRA COSTA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 047/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.361.0017.20089.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Eliude Oliveira Costa, Portador (a) do CPF nº 003.147.841-79, residente e domiciliado na Avenida das Hortências nº550, bairro Cidezal II, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professor Graduado**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.418,39 (um mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e nove centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **18/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 18 de fevereiro de 2015.

_____ CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	_____ CONTRATADO (A) Eliude Oliveira Costa

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 046/2015 - ELIENE RODRIGUES NUNES

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 046/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Eliene Rodrigues Nunes, Portador (a) do CPF nº 424.651.335-00, residente e domiciliado na Avenida das Hortências, Quadra 202 – Lote 13, s/nº, bairro Cidezal II, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico em Desenvolvimento Infantil - Monitor**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.260,60 (um mil duzentos e sessenta reais e sessenta centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **18/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 18 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Eliene Rodrigues Nunes

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 024/2015 - DEUSANY XAVIER PAZ DE ALMEIDA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 024/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.361.0017.20089.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada,

portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) DEUSANY XAVIER PAZ DE ALMEIDA, Portador (a) do CPF nº 655.031.801-78, residente e domiciliado na Av Lions Internacional N° 1791, JD Ipe, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professora Graduada**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.418,39 (um mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e nove centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **13/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 13 de fevereiro de 2015.

_____ CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	_____ CONTRATADO (A) Deusany Xavier Paz de Almeida

Testemunhas:

_____ Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	_____ Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 045/2015 - EDIANA AUXILIADORA SILVA LEITE

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 045/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.365.0017.20090.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Ediana Auxiliadora Silva Leite, Portador (a) do CPF nº 867.028.581-91, residente e domiciliado na Rua Projetada 15 s/nº, bairro Águas Claras, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professor Graduado**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.418,39 (um mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e nove centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **18/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 18 de fevereiro de 2015.

_____ CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	_____ CONTRATADO (A) Ediana Auxiliadora Silva Leite

Testemunhas:

_____ Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	_____ Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 044/2015 - BRUNA DE LIMA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 044/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Bruna de Lima, Portador (a) do CPF nº 106.476.754-04, residente e domiciliado na Rua do Cascudo s/nº, bairro Centro, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico em Desenvolvimento Infantil - Monitor**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.260,60 (um mil duzentos e sessenta reais e sessenta centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **18/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 18 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Bruna de Lima

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 043/2015 - ANA LOURDES ARAUJO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 043/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Ana Lourdes Araujo, Portador (a) do CPF nº 429.884.032-87, residente e domiciliado na Rua dos Girassóis nº 496, bairro Popular, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico em Desenvolvimento Infantil - Monitor**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.260,60 (um mil duzentos e sessenta reais e sessenta centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **18/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 18 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Ana Lourdes Araujo

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 042/2015 - TEREZA BISPO DOS SANTOS BASSO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 042/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.361.0017.20089.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Tereza Bispo dos Santos Basso, Portador (a) do CPF nº 987.458.751-20, residente e domiciliado na Rua das Azaléias s/nº, bairro Cidezal II, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professor Graduado**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.418,39 (um mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e nove centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **13/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 13 de fevereiro de 2015.

_____ CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	_____ CONTRATADO (A) Tereza Bispo dos Santos Basso

Testemunhas:

_____ Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	_____ Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 041/2015 - SONIA MARIA FERREIRA COSTA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 041/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.361.0017.20089.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Sonia Maria Ferreira Costa, Portador (a) do CPF nº 853.907.126-68, residente e domiciliado na Rua Matrinxã s/nº, bairro Cidezal II, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professor Graduado**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.418,39 (um mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e nove centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **13/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 13 de fevereiro de 2015.

_____ CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	_____ CONTRATADO (A) Sonia Maria Ferreira Costa

Testemunhas:

_____ Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	_____ Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 040/2015 - SIMONE DE FATIMA PADOAN

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 040/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.361.0017.20089.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Simone de Fátima Padoan, Portador (a) do CPF nº 638.725.879-00, residente e domiciliado na Avenida do Pintado nº590, bairro Centro, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professor Graduado**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.418,39 (um mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e nove centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **13/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 13 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Simone de Fatima Padoan

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 039/2015 - RAIMUNDA PATROCINIO CARVALHO NETA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 039/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Raimunda Patrocinio Carvalho Neta, Portador (a) do CPF nº 051.100.613-60, residente e domiciliado na Rua Piratantã nº1410, bairro Centro, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico em Desenvolvimento Infantil - Monitor**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.260,60 (um mil duzentos e sessenta reais e sessenta centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **13/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 13 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Raimunda Patrocínio Carvalho Neta

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 038/2015 - PATRICIA DA SILVA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 038/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.365.0017.20090.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Patricia da Silva, Portador (a) do CPF nº 044.773.781-30, residente e domiciliado na Rua Projetada 15 nº2107, bairro Águas Claras, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professor Graduado**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.418,39 (um mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e nove centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **13/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 13 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Patricia da Silva

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 037/2015 - MIRLANDIA COSTA PAIM

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 037/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada,

portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Mirlandia Costa Paim, Portador (a) do CPF nº 896.167.822-15, residente e domiciliado na Rua dos Girassóis nº2419, bairro Popular, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico em Desenvolvimento Infantil - Monitor**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.260,60 (um mil duzentos e sessenta reais e sessenta centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **13/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 13 de fevereiro de 2015.

_____ CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	_____ CONTRATADO (A) Mirlandia Costa Paim

Testemunhas:

_____ Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	_____ Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 036/2015 - MARLY ALVES MACEDO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 036/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.365.0017.20086.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Marly Alves Macedo, Portador (a) do CPF nº 932.708.011-49, residente e domiciliado na Rua 01 s/nº, bairro Jardim Sapezal, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professora Graduada**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.418,39 (um mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e nove centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **13/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 13 de fevereiro de 2015.

_____ CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	_____ CONTRATADO (A) Marly Alves Macedo

Testemunhas:

_____ Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	_____ Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 025/2015 - ELLEN MARCIA DA SILVA MOURA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 025/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.361.0017.20089.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Ellen Marcia da Silva Moura, Portador (a) do CPF nº 705.768.661-72, residente e domiciliado na Av Jaime Schecheli N° 06, Centro, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professora Graduada**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.418,39 (um mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e nove centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **13/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 13 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Ellen Marcia da Silva Moura

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 035/2015 - MARISTELA NOBRE DE MORAIS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 035/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.365.0017.20086.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Maristela Nobre de Morais, Portador (a) do CPF nº 037.434.889-81, residente e domiciliado na Rua dos Lírios nº1404, bairro Cidezal II, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professora Graduada**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.418,39 (um mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e nove centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **13/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 13 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Maristela Nobre de Morais

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 034/2015 - MARIA VANESSA BARBOSA FERREIRA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 034/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.365.0017.20086.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Maria Vanessa Barbosa Ferreira, Portador (a) do CPF nº 027.350.711-70, residente e domiciliado na Rua 13 s/nº, Quadra 42, bairro Águas Claras, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professora Graduada**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.418,39 (um mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e nove centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **13/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 13 de fevereiro de 2015.

_____ CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	_____ CONTRATADO (A) Maria Vanessa Barbosa Ferreira

Testemunhas:

_____ Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	_____ Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 033/2015 - MARIA ROSALIA DOS SANTOS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 033/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.361.0017.20089.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Maria Rosalia dos Santos, Portador (a) do CPF nº 013.005.654-54., residente e domiciliado na Av: Primavera S/N , Jd Sapezal3, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professora Graduada**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.418,39 (um mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e nove centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **13/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 13 de fevereiro de 2015.

_____ CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	_____ CONTRATADO (A) Maria Rosalia dos Santos

Testemunhas:

_____ Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	_____ Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 032/2015 - MARIA MARTA DIAS DA ROCHA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 032/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.361.0017.20089.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Maria Marta Dias da Rocha, Portador (a) do CPF nº 829.262.711-15, residente e domiciliado na R: Das Violetas S/N , Águas Claras, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professora Graduada**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.418,39 (um mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e nove centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **13/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 13 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Maria Marta Dias da Rocha

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 031/2015 - MARIA ELISENA DE SOUZA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 031/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.361.0017.20089.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Maria Elisena de Souza, Portador (a) do CPF nº 904.244.501.78, residente e domiciliado na R: Das Azaléias N° 1654 SW , Jd Sapezal, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professora Graduada**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.418,39 (um mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e nove centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **13/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 13 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Maria Elisena de Souza

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 030/2015 - FABIO HENRIQUE LUNKES

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 030/2015

Dotação Orçamentári05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Lidia Lima Airich, Portador (a) do CPF nº 790.362.449.00, residente e domiciliado na R: Modesto Paludo S/N, Centro, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Merendeira**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.066,16 (um mil e sessenta e seis reais e dezesseis centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **13/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 13 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Lidia Lima Airich

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 018/2015 - ALEXANDRA SALMAZO MARTINS MACHADO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 018/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.361.0017.20089.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Alexandra Salmazo Martins Machado, Porta-

dor (a) do CPF nº 831.206.611-04, residente e domiciliado na R: PiabaNº 1660, Centro, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professora Graduado**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.418,39 (um mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e nove centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **13/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 13 de fevereiro de 2015.

_____ CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	_____ CONTRATADO (A) Alexandra Salmazo Martins Machado

Testemunhas:

_____ Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	_____ Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 019/2015 - CLAUDETE INES FAEDO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 019/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Claudete Ines Faedo, Portador (a) do CPF nº 368.821.359-91, residente e domiciliado na Av: SurubimNº 1339, Cidezal II, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Merendeira**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.066,16 (um mil e sessenta e seis reais e dezesseis centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **13/02/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 13 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Claudete Ines Faedo

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

PP/SRP Nº. 005/2015

PP/SRP Nº. 005/2015

PROCESSO Nº 006/2015

A Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada, estado de Mato Grosso torna público para conhecimento dos interessados que encontra-se aberta a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015, sob o regime de Execução Indireta, do tipo *MENOR PREÇO* a critério de julgamento **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR KM DA LINHA**, objetivando a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte escolar de alunos, nesta urbe, da zona rural e assentamentos, em estradas não pavimentadas. O transporte escolar será executado de acordo com as condições e especificações do Termo de Referencia anexo I do edital. Os envelopes contendo as Propostas e Documentações deverão ser entregues até as 8h: 50min do dia 17 de março de 2015(Terça - feira), na Rua 3 s/nº. No Paço Municipal. A sessão terá início às 9h00min, (horário de Brasília), na mesma data e local. A cópia do Edital e seus anexos estarão disponíveis aos interessados por meio do **site: www.serranovadouradamt.com.br** ou e-mail: **sndourada@hotmail.com** das 14h00min as 17h30min, na Rua 3 s/nº(Paço Municipal), Centro, Serra Nova Dourada - MT. Maiores contato: tel. (66)3473.1010 ou 1012. Falar no Depto de Licitação ramal 207.

Serra Nova Dourada – MT, 05 de março de 2015.

Visto: EDSON YUKIO OGATHA

Prefeito Municipal

Meudra Pereira dos Santos

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

PREVISINOP
PORTARIA N.º 100/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) TERESINHA DALTOE LOEBENS."

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal, Resolve:**Art. 1º** Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **TERESINHA DALTOE LOEBENS**, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 40HS, nível "05", lotado(a) na PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP/MT, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 16/02/2015 e término em 16/04/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.00213R2**.**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.Registre-se, publique-se, cumpre-se.SINOP - MT, 23/02/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA N.º 104/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) MARINEIDE PATRICIA PEDROSO LARA."

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal, Resolve:**Art. 1º** Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **MARINEIDE PATRICIA PEDROSO LARA**, efetivo(a) no cargo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E INFRA-ESTRUTURA, nível "03", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 22/02/2015 e término em 08/03/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.15824P**.**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.Registre-se, publique-se, cumpre-se.SINOP - MT, 23/02/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA N.º 103/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) MARIA DAS GRACAS DA SILVA."

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal, Resolve:**Art. 1º** Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **MARIA DAS GRACAS DA SILVA**, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 40HS, nível "03", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 14/02/2015 e término em 15/03/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.00205R3**.**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.Registre-se, publique-se, cumpre-se.SINOP - MT, 23/02/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA N.º 114/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) NEIDE OLIVEIRA DA ROCHA DOS SANTOS."

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal, Resolve:**Art. 1º** Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **NEIDE OLIVEIRA DA ROCHA DOS SANTOS**, efetivo(a) no cargo de OPERARIO BRAÇAL, nível "04", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 05/02/2015 e término em 25/02/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.00215R3**.**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.Registre-se, publique-se, cumpre-se.SINOP - MT, 23/02/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA N.º 119/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) SONIA DE FATIMA PAULUK PALHAO."

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal, Resolve:**Art. 1º** Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **SONIA DE FATIMA PAULUK PALHAO**, efetivo(a) no cargo de ZELADOR(A), nível "01", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 07/03/2015 e término em 05/04/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.15786P**.**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.Registre-se, publique-se, cumpre-se.SINOP - MT, 23/02/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA N.º 111/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) ZENILDA DA CONCEICAO DE MARCO."

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal, Resolve:**Art. 1º** Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **ZENILDA DA CONCEICAO DE MARCO**, efetivo(a) no cargo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E INFRA-ESTRUTURA, nível "04", lotado(a) na PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP/MT, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 13/02/2015 e término em 13/04/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.13509R1**.**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.Registre-se, publique-se, cumpre-se.SINOP - MT, 23/02/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA N.º 117/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) MARIA MADALENA DELLA GIUSTINA HEIDMAN."

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal, Resolve:**Art. 1º** Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **MARIA MADALENA DELLA GIUSTINA HEIDMAN**, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 20HS, referência "", nível "06", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 06/03/2015 e término em 20/03/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.15812P**.**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.Registre-se, publique-se, cumpre-se.SINOP - MT, 23/02/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2015 SRP Nº 012/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP/MT torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO.** TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: **Aquisição de Protetor Solar para atender às necessidades das Secretarias Municipais. ABERTURA DA SESSÃO DE PROPOSTAS**: 06/03/2015, a partir das 09h30min (horário de Brasília/DF). ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: 18/03/2015 às 09h30min (horário de Brasília-DF). REALIZAÇÃO: por meio do site www.cidadecompras.com.br. INTEGRA do EDITAL: por meio do site www.cidadecompras.com.br e www.prefeituravirtual.com.br. **Sinop/MT, 05 de março de 2015.**

Marcello Pavan

Pregoeiro Portaria nº 372/2013

PREVISINOP
PORTARIA N.º 105/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) SULEIDE MARQUES DE SOUZA."

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal, Resolve:**Art. 1º** Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **SULEIDE MARQUES DE SOUZA**, efetivo(a) no cargo de TÉCNICO DE SEGURANÇA NO TRABALHO, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 09/02/2015 e término em 08/07/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.00266R5**.**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.Registre-se, publique-se, cumpre-se.SINOP - MT, 23/02/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

GABINETE
PORTARIA Nº 121/2015

PORTARIA Nº 121/2015

DATA: 04 de março de 2015

SÚMULA: Nomeia no quadro comissionado o servidor que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

Art. 1º. Nomear no quadro comissionado o servidor que menciona:

NOME	**CARGO**	**CC**	NOMEAÇÃO
CARLOS EDUARDO ZUANAZZI	**ASS. DIV. AUX. FISCAL EXTRA JUDICIAL**	04	02.03.2015

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 04 de março de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREVISINOP
PORTARIA N.º 110/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) BEATRIZ DALLAGNOL."

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal, Resolve:**Art. 1º** Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **BEATRIZ DALLAGNOL**, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM CIÊNCIAS 20HS, nível "02", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 11/02/2015 e término em 01/04/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.13503R1**.**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.Registre-se, publique-se, cumpre-se.SINOP - MT, 23/02/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

GABINETE
DESPACHO

Analisando os autos da Comissão de Processo Administrativo nomeada pela Portaria nº 471/2014 destinada a apurar os fatos e responsabilidades envolvendo a servidora Eliane Cristina da Silva Campos – Professora Licenciatura Pedagogia 40 horas, matrícula nº 8409;

Examinando os documentos apensados ao Processo, em especial o Parecer Jurídico nº 064/2015 – AJU que destaca a regularidade processual da Comissão retro, especificamente quanto à observância ao amplo e irrestrito direito de defesa e a verificação se as conclusões da mesma estão arrazoadas dentro dos limites a que se propôs a abertura do processo e a extensão das provas que o instruíram, na forma que determina o Capítulo IV, da Lei Municipal nº 254/903;

E, finalmente, considerando que o Parecer retro coaduna com a o Relatório Final da referida Comissão de Processo Administrativo;

ACOLHO a decisão expressa no Relatório Final da Comissão Processante aplicando a penalidade prevista no inciso II do art. 202 da Lei nº 254/93, **EXONERANDO** a servidora Eliane Cristina da Silva Campos por ABANDONO DE CARGO.

Dê-se ciência.

Remeta-se à Secretaria Municipal de Administração – Departamento de Recursos Humanos, e à Secretaria Municipal de Educação para as providências necessárias.

Sinop - MT, 04 de março de 2015.

_____

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREVISINOP
PORTARIA N.º 101/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) MARIA TEREZINHA MILANI GASPAROTO."

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal, Resolve:**Art. 1º** Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **MARIA TEREZINHA MILANI GASPAROTO**, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 40HS, nível "03", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 11/02/2015 e tér-

mino em 02/03/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.00273R4**.**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.Registre-se, publique-se, cumpre-se.SINOP - MT, 23/02/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA N.º 108/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) JESUINA FERREIRA SOARES."

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal, Resolve:**Art. 1º** Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **JESUINA FERREIRA SOARES**, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 40HS, nível "04", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 13/03/2015 e término em 22/03/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.15822P**.**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.Registre-se, publique-se, cumpre-se.SINOP - MT, 23/02/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015 SRP 014/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** Nº 011/2015 SRP 014/2015. TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: **Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Borracharia para atender às necessidades das Secretarias Municipais**. ABERTURA da SESSÃO: 19/03/2015 às 09h30min (horário de Brasília/DF). LOCAL: Secretaria Municipal de Administração, Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial, Sinop/MT. Íntegra do edital: no endereço indicado ou por meio dos sites www.cidadecompras.com.br ou www.prefeituravirtual.com.br. Informações: (66) 3517-5298/5263. **Sinop/MT, 05 de março de 2015.**

Adriano dos Santos

Pregoeiro - Portaria nº 372/2013

PREVISINOP
PORTARIA N.º 116/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) JOICIMARA RODRIGUES DE MOURA."

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal, Resolve:**Art. 1º** Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **JOICIMARA RODRIGUES DE MOURA**, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 40HS, nível "03", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 09/02/2015 e término em 09/04/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.11214R2**.**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.Registre-se, publique-se, cumpre-se.SINOP - MT, 23/02/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

SAAES
PORTARIA Nº 016/2015

PORTARIA Nº 016/2015

DATA: 05 de março de 2015

SÚMULA: Exonera do quadro comissionado, o servidor que menciona.

TEODORO MOREIRA LOPES, DIRETOR PRESIDENTE DO SAAES – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar, do quadro comissionado, o servidor que menciona, conforme segue:

NOME	CARGO	CC	EXONERAÇÃO
PAULO BARROS DA SILVA	COORDENADOR DE DEPTO DE ESTOQUE E ALMOXARIFADO	08	05/03/2015

Art. 2º. Feita as anotações, publique-se e afixe-se.

GABINETE DO DIRETOR DO SAAES,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 05 de março de 2015.

TEODORO MOREIRA LOPES

Diretor Presidente do SAAES

PREVISINOP
PORTARIA N.º 112/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) APARECIDA DE FATIMA MORENO."

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal, Resolve:**Art. 1º** Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **APARECIDA DE FATIMA MORENO**, efetivo(a) no cargo de ZELADOR(A), nível "03", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 25/02/2015 e término em 11/03/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.15776P**.**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.Registre-se, publique-se, cumpre-se.SINOP - MT, 23/02/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

GABINETE
DECRETO Nº. 038/2015

DATA: 04 de março de 2015

*SÚMULA:*Aprova a Versão 02 da Instrução Normativa nº 002/2008, que estabelece normas e procedimentos para auditorias internas, inspeções e denúncias, bem como estabelece o instrumental de trabalho da Unidade de Controle Interno - UCI.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e objetivando a operacionalização do Sistema de Controle Interno do Município, no âmbito do Poder Executivo,

DECRETA:

Art. 1º. As auditorias internas, inspeções e denúncias obedecerão aos procedimentos estabelecidos na Versão 02 da Instrução Normativa n. 002/2008, aprovada por este decreto.

Art. 2°. Os órgãos e entidades da administração indireta, como unidades executoras do Sistema de Controle Interno, sujeitam-se, no que couber, à referida Instrução Normativa.

Art. 3º. Caberá à Unidade de Controle Interno – UCI, como Unidade Responsável pelo Sistema de Controle Interno, prestar os esclarecimentos e orientações a respeito da aplicação dos dispositivos deste Decreto.

Art. 4°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP.

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 04 de março de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

RODRIGO DE SOUZA MARTINELLI

Controlador Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - ESTADO DE MATO GROSSO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2008

Versão:02

Aprovação em:04/03/2015

Ato de aprovação:Decreto

Unidade Responsável: Unidade de Controle Interno

“DISPÕE SOBRE AS NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DE AUDITORIAS INTERNAS, INSPEÇÕES E DENÚNCIAS, E ESTABELECE O INSTRUMENTAL DE TRABALHO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO.”

TÍTULO I

FINALIDADE

Art. 1º. O objetivo desta Instrução Normativa é estabelecer padrões, critérios e normas para auditorias internas, inspeções e denúncias, definindo os padrões gerais de planejamento, execução, elaboração de relatório e acompanhamento das providências adotadas, a ser realizada pela Unidade de Controle Interno – UCI nos órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal, bem como regulamentar denúncias e estabelecer o instrumental de trabalho da Unidade de Controle Interno - UCI.

TÍTULO II

DA ABRANGÊNCIA

Art. 2º. Abrange a Controladoria Interna como unidade responsável pela execução das atividades de auditoria interna e inspeção e as Secretarias Municipais e respectivas Unidades, que ficam sujeitas às auditorias internas e inspeções.

TÍTULO III

DOS CONCEITOS

Art. 3º. Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se:

I – Achado: qualquer fato significativo, digno de relato pelo auditor, constituído de quatro atributos: situação encontrada, critério, causa e efeito. Decorre da comparação da situação encontrada com o critério e deve ser devidamente comprovado por evidências juntadas ao relatório. O achado pode ser negativo (quando revela impropriedade ou irregularidade) ou positivo (quando aponta boas práticas de gestão);II - Auditoria Interna: consiste na análise e verificação sistemática, no âmbito da entidade, dos atos e registros contábeis, orçamentários, financeiros, operacionais e patrimoniais e da existência e adequação dos controles internos, baseada nos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia; III - Auditoria de Conformidade: instrumento de fiscalização utilizado pela UCI para examinar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão dos responsáveis quanto ao aspecto contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial; IV - Auditoria Operacional: atua nas áreas inter-relacionadas do órgão/entidade, avaliando a eficácia dos seus resultados em relação aos recursos materiais, humanos e tecnológicos disponíveis, bem como a economicidade e eficiência dos controles internos existentes para a gestão dos recursos públicos. Sua filosofia de abordagem dos fatos é de apoio, voltado a medir a efetividade na observância das rotinas internas e procedimentos de controle, bem como pela apresentação de sugestões para seu aprimoramento; V - Benefício do Controle: toda economia, ganho ou melhoria decorrente da atuação da UCI. O benefício pode ser estimado quando derivado de propostas de controle formuladas pela UCI, ou efetivo, quando decorrente do cumprimento de recomendação;VI – Evidências: informações obtidas durante a fiscalização no intuito de documentar os achados e de respaldar as opiniões e conclusões da equipe, podendo ser classificadas como físicas, testemunhais, documentais e

analíticas. Devem ter os seguintes atributos: validade, confiabilidade, relevância e suficiência; VII – Inspeções: é o instrumento utilizado para suprir omissões, esclarecer dúvidas, apurar a legalidade, a legitimidade e a economicidade de atos e fatos específicos praticados por responsáveis pelos sistemas administrativos e executores de tarefas, avaliar a implementação de medidas de controle, bem como apurar denúncias e representações;VII – Indícios: discordância entre a situação encontrada e o critério, que ainda não foi devidamente investigada, nem está suficientemente suportado por evidências a ponto de caracterizar-se como achado de auditoria. Uma vez encontradas evidências que transformam o indício em achado, este deve ser incluído no relatório; VIII - Matriz de Achados: documento que estrutura o desenvolvimento dos achados, explicitando, para cada um, a situação encontrada, o critério adotado, as causas, os efeitos, as evidências e as propostas de encaminhamento - Anexo II; IX - Matriz de Planejamento: documento que organiza e sistematiza o planejamento do trabalho, relacionando a partir do enunciado do objetivo da fiscalização, as diversas questões de auditoria e, para responder a cada uma, quais as informações requeridas, as fontes de informações, os procedimentos e os possíveis achados - Anexo I;X - Papéis de Trabalho: conjunto de documentos e apontamentos com informações e provas coligidas pelo auditor interno que consubstanciam o trabalho executado.

TÍTULO IV

DA BASE LEGAL

Art. 4º. Este normativo tem como base legal os artigos 31 e 74 da Constituição Federal; a Lei Municipal nº 1.706/2012, e a Resolução Normativa do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso RN 26/2014.

TÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 5º. São responsabilidades da Unidade de Controle Interno:

I - elaborar o PAAI – Plano Anual de Avaliação Interna indicando os sistemas administrativos ou unidades a serem auditadas no ano subseqüente. Dar ciência do PAAI ao Prefeito Municipal até a segunda semana de dezembro de cada ano para análise e discussão;II - elaborar Matriz de Planejamento; III - documentar através de papéis de trabalho, todos os elementos significativos dos exames realizados; IV - preencher a Matriz de Achados; V- elaborar Relatório de Auditoria, e encaminhá-lo à unidade auditada e ao Prefeito;VI - elaborar Plano de Providências; VII - comunicar imediatamente à unidade auditada sempre que verificado erro/ilegalidade/irregularidade que possa ser de pronto corrigido; VIII - acompanhar a aceitação e implementação das recomendações feitas em auditoria, por parte da unidade auditada.

Art. 6º. São responsabilidades do Controlador Geral da Unidade de Controle Interno:

Emitir a Ordem de Serviço – OS ao gestor da unidade a ser auditada, contendo informações sobre a data de início das verificações, a estimativa de tempo para execução dos trabalhos, o objetivo da auditoria, o tipo de auditoria, e a equipe responsável pela realização dos trabalhos; I - revisar e aprovar a Matriz de Planejamento;II - comunicar ao Chefe do Poder Executivo caso as medidas propostas em auditoria não tenham sido atendidas no prazo estabelecido pelo Plano de Providências;III - representar ao Tribunal de Contas do Estado em caso da não adoção de providências para sanar irregularidade que provoque prejuízo ao erário;

Art. 7º. São responsabilidades do Prefeito Municipal:

I - solicitar a abertura de auditoria especial, caso necessário; II - adotar as medidas cabíveis em caso do não atendimento às recomendações feitas em auditoria por parte da unidade auditada; III - instaurar Processo Administrativo, Sindicância ou Tomada de Contas Especial em caso de verificada necessidade ao término da auditoria.

Art. 8º. São responsabilidades da Unidade Auditada:

I - fornecer os documentos, informações solicitados para a realização da auditoria;II - preencher o Plano de Providências nos campos que tratam do seu posicionamento frente às recomendações, detalhando as providências que serão adotadas, qual servidor será responsável, e qual o prazo previsto para a total implementação da ação;III - encaminhar o Plano de Providências devidamente preenchido à UCI no prazo máximo de 30 dias a contar da data do recebimento; IV - informar à UCI, encaminhando documentos comprobatórios, sempre que alguma irregularidade apontada pela auditoria for totalmente sanada;V- permitir livre acesso a todas as dependências do órgão, assim como a documentos, valores e livros considerados indispensáveis a realização da auditoria.

TÍTULO VI

DOS PROCEDIMENTOS

CAPÍTULO I – DA AUDITORIA INTERNA

Art. 9º. A Unidade de Controle Interno elaborará o Plano Anual de Avaliação Interna - PAAI, e dele dará ciência ao Prefeito Municipal.

§1º. O Plano Anual de Avaliação Interna consiste no planejamento dos trabalhos da Unidade de Controle Interno para o ano subseqüente, dentre os quais deverão estar indicados os sistemas administrativos ou unidades a serem auditadas, o período previsto para a sua execução e o objetivo dos trabalhos.

§2º. Assim como o PAAI, será também encaminhado ao Prefeito Municipal ofício solicitando anuência expressa para a realização dos trabalhos de auditoria a serem executados no respectivo ano, em atendimento ao artigo nº 18 da Lei Municipal 1.706/2012.

§3º. O PAAI será encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso via APLIC na carga de janeiro.

Art. 10. Em cumprimento ao PAAI serão executadas auditorias internas com a finalidade de acompanhar a eficiência e eficácia dos procedimentos de controle adotados pelas unidades responsáveis e executoras dos sistemas administrativos. As auditorias poderão ser:

I - regulares: quando referir-se a trabalhos já previstos no PAAI;

II - especiais: quando, embora não compreendidos no Plano Anual de Auditoria Interna, destine-se ao exame de fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum e, extraordinária, ou para atender solicitação do Prefeito Municipal.

Art. 11. Os trabalhos de auditoria serão iniciados mediante emissão de Ordem de Serviço – OS, expedida pelo Controlador Geral da UCI ao gestor da unidade a ser auditada.

§1º. Na Ordem de Serviço devem conter informações sobre a data de início das verificações, a estimativa de tempo para execução dos trabalhos, o objetivo da auditoria, o tipo de auditoria (se “de conformidade”, ou “operacional”) e a equipe responsável para a realização dos trabalhos.

§2º. A partir da Ordem de Serviço será encaminhado documento solicitando informações e documentos necessários à execução dos trabalhos - Solicitação de Informações - e durante a fiscalização poderão ser requisitados novos documentos e informações.

Art. 12. A auditoria deverá compreender as seguintes fases:

I - planejamento da Auditoria; II - execução da auditoria, com verificação “in loco” na Unidade, se for o caso;III - relatório de Auditoria e Plano de Providências; IV - acompanhamento do Plano de Providências.

Seção I

DO PLANEJAMENTO DA AUDITORIA

Art. 13. Na fase de planejamento, a equipe de auditoria deve, preliminarmente, construir uma visão geral do objeto a ser fiscalizado, fazendo um estudo prévio sobre a unidade a ser auditada, desde legislação básica e específica, estrutura, organograma, lotacionograma, sistemas informatizados, relatórios de auditorias já realizadas, setores responsáveis, competências e atribuições, riscos e deficiências em controles internos, objetivando o conhecimento e a compreensão do objeto, bem como do ambiente organizacional em que este está inserido.

Art. 14. Durante a fase de planejamento, não há impedimento de que a equipe técnica, caso julgue necessário, visite o órgão/entidade, realizando levantamento para conhecer a rotina de trabalho, e/ou obter outras informações, para que então seja elaborada a Matriz de Planejamento.

Art. 15. Deve ser elaborada a Matriz de Planejamento (Anexo I) com base nas informações levantadas e tendo delimitado o objetivo da auditoria, devem ser detalhadamente evidenciadas:

I - objetivo e as questões de auditoria;

II - as informações necessárias e as respectivas fontes;

III - os procedimentos detalhados de auditoria;

IV - os responsáveis pela execução dos procedimentos;

V - a amostra do objeto de auditoria que será analisada;

VI - os possíveis achados decorrentes da questão de auditoria.

§1º. A cada um desses elementos necessários à resolução das questões de auditoria corresponde uma coluna na matriz de planejamento.

§2º. A Matriz de Planejamento deverá ser revisada e aprovada pelo Controlador Geral, para que então possa ser colocada em prática.

§3º. A Matriz de Planejamento é um instrumento para a consecução do objetivo da fiscalização, sendo passível de mudanças durante a realização dos trabalhos, caso ocorram situações inesperadas.

Seção II

DA EXECUÇÃO DA AUDITORIA

Art. 16. A auditoria interna será executada pelo Controlador Geral da UCI, ou por Controlador (es) por ele designado.

§1º. Ao prazo previsto para o início dos trabalhos, a equipe de auditoria deverá se apresentar aos responsáveis pelas áreas que serão fiscalizadas, esclarecendo o objetivo, os critérios e o escopo da fiscalização.

§2º. Durante a auditoria, a equipe deve obter, analisar, interpretar e documentar as informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais para dar suporte aos resultados de seu trabalho. Deve também examinar a observância à legislação, bem como o cumprimento de normas reguladoras a que estiver sujeita a Entidade.

Art. 17. Poderão ser utilizadas as seguintes Técnicas de Auditoria na instrução do processo:

I - Indagação Escrita ou Oral – uso de entrevistas e questionários junto ao pessoal da unidade/entidade auditada, para a obtenção de dados e informações; II - Análise Documental - exame de processos, atos formalizados e documentos avulsos; III - Conferência de Cálculos – revisão das memórias de cálculos ou a confirmação de valores por meio do cotejamento de elementos numéricos correlacionados, de modo a constatar a adequação dos cálculos apresentados; IV - Confirmação Externa – verificação junto a fontes externas ao auditado, da fidedignidade das informações obtidas internamente. Uma das técnicas consiste na circularização das informações com a finalidade de obter confirmações em fonte diversa da origem dos dados; VI - Exame dos Registros – verificação dos registros constantes de controles regulamentares, relatórios sistematizados, mapas e demonstrativos formalizados, elaborados de forma manual ou por sistemas informatizados; VII - Correlação das Informações Obtidas - cotejamento de informações obtidas de fontes independentes, autônomas e distintas, no interior da própria organização. Essa técnica procura a consistência mútua entre diferentes amostras de evidências;VIII - Inspeção Física – exame usado para testar a efetividade dos controles, particularmente daqueles relativos à segurança de quantidades físicas ou qualidade de bens tangíveis; IX - Observação das Atividades e Condições – consiste em olhar como um determinado processo ou procedimento está sendo executado por outros; X - Corte das Operações ou “Cut-Off” – corte interruptivo das operações ou transações para apurar, de forma seccionada, a dinâmica de um procedimento. Representa a “fotografia” do momento-chave de um processo; XI - Rastreamento – investigação minuciosa, com exame de documentos, setores, unidades, órgãos e procedimentos interligados, visando dar segurança à opinião do responsável pela execução do trabalho sobre o fato observado.

Art. 18. O controlador interno, no exercício de auditoria, deve documentar através de papéis de trabalho, todos os elementos significativos dos exames realizados.

§1º. Os papéis de trabalho são o conjunto de documentos e apontamentos com informações e provas coligidas pela equipe de auditoria interna que consubstanciam o trabalho executado, e devem:

I - ter abrangência e grau de detalhes suficientes para propiciarem a compreensão do planejamento, da natureza, da oportunidade e extensão dos procedimentos de auditoria interna aplicados, bem como do julgamento exercido e do suporte das conclusões alcançadas; II - ser elaborados, organizados e arquivados de forma sistemática e racional.

Art. 19. As informações que fundamentam os resultados da auditoria interna (achados) são denominadas de "evidências", que devem ser suficientes, fidedignas, relevantes e úteis, de modo a fornecerem base sólida para as conclusões e recomendações.

§1º. As evidências são elementos essenciais e comprobatórios do achado de auditoria. São exemplos de documentos considerados como evidências:

I - Ofícios, cartas, relatórios, laudos ou outros documentos emitidos pelo fiscalizado ou por terceiros endereçados à equipe; II - cópias de documentos; III - fotografias ou mídias contendo arquivos de dados, de vídeo ou de áudio;IV - extratos de entrevista, conforme modelo do Anexo III; V - consolidações de respostas a questionários; VI - planilhas de cálculos, quadros comparativos, demonstrativos e outras evidências construídas pela equipe a partir de fontes de informação internas ou externas ao órgão/entidade fiscalizado.

§2º. As evidências testemunhais devem, sempre que possível, ser reduzidas a termo e corroboradas por outras evidências.

Art. 20. O resultado da auditoria interna deve ser apresentado na forma de “achados de auditoria”, realizada mediante a utilização da Matriz de Achados, coforme o Anexo II.

§1º. O achado de auditoria deve atender, necessariamente, aos seguintes requisitos básicos:

I - ser relevante para que mereça ser relatado; II - estar fundamentado em evidências juntadas ao relatório; III - ser apresentado de forma objetiva e consistente.

Seção III

DO RELATÓRIO DE AUDITORIA

Art. 21. A conclusão dos trabalhos de auditoria será apresentada na forma de Relatório.

§1º. O relatório é o instrumento técnico pelo qual a equipe de auditoria interna comunica os trabalhos realizados, suas conclusões, recomendações e as providências a serem tomadas pela administração.

§2º. O relatório deve ser redigido com clareza, concisão, convicção, exatidão, relevância, tempestividade e objetividade.

§3º. Devem ser destacadas no Relatório, quando for o caso, as áreas não examinadas, informando os motivos pelos quais não as contemplou.

Art. 22. Ao final da fase de execução, a equipe de controladores protocola o Relatório de Auditoria com o gestor do órgão/entidade fiscalizado e com o Prefeito Municipal.

§1º. Os achados de auditoria devem ser apresentados indicando-se a situação encontrada, o critério de auditoria, as causas (se forem relevantes e se for possível identificá-las) e os efeitos.

Art. 23. Em caso de não apontamento de erro, deficiência, ilegalidade ou irregularidade na unidade auditada, será igualmente emitido Relatório de Auditoria, o qual deverá relatar os procedimentos verificados e a não incidência de irregularidades.

Art. 24. O relatório deverá estar estruturado da seguinte forma:

§1º. Introdução: devendo trazer as seguintes informações:

I - deliberação que originou a fiscalização e menção às razões que motivaram a deliberação, se necessário; II - visão geral do objeto (elaborada na fase de planejamento e revisada após a execução); III - objetivo e questões de auditoria; IV - metodologia utilizada (procedimentos e técnicas adotados); V - a participação de especialistas de outras unidades técnicas que tenham contribuído para a realização do trabalho, se for o caso; VI - Possíveis limitações inerentes à auditoria, indicando claramente aquilo que não pôde ser investigado, com as justificativas pertinentes. VII - O volume de recursos fiscalizados, quando houver possibilidade de mensuração.

§2º. Constatações: as constatações serão apresentadas em tópicos numerados como “Achados de Auditoria”, sendo que cada tópico deverá possuir o seguinte conteúdo mínimo:

I - achado: descrição do Achado, devendo ser na forma de título que passe uma idéia do assunto, problema ou constatação. Os Achados deverão estar numerados sequencialmente; II - evidência: o fato encontrado que suporta o achado. Quando ocorrer de ter mais de um fato que corrobore o achado de auditoria, será necessária a subdivisão das evidências do achado por alíneas;III - responsável: servidor, setor ou pessoa jurídica, direta ou indiretamente responsável pela irregularidade apresentada no achado; IV - recomendação: providências necessárias correspondentes.

§3º. Base Legal: onde devem ser detalhados os instrumentos legais e normativos que serviram de amparo na auditoria.

§4º. Conclusão: onde as questões formuladas na Matriz de Planejamento devem ser respondidas brevemente, sintetizando-se os principais achados.

§5º. Recomendações: onde devem ser reproduzidas todas as recomendações das providências necessárias para sanar os achados, já apresentados no item 'constatações' e as recomendações deverão ser numeradas e apresentadas de forma individualizada para cada responsável (servidor ou setor) pela irregularidade.

§6º. Plano de Providências: (em anexo), propondo à unidade auditada que seja estabelecida metodologia, responsabilidades e prazo a fim de que sejam adotadas medidas que venham atender as recomendações feitas pela UCI.

Art. 25. À unidade auditada caberá preencher os campos que tratam do seu posicionamento frente às recomendações contidas no Plano de Providências (se concorda, discorda ou concorda parcialmente), detalhando as providências que serão adotadas, qual servidor responsável, qual o prazo previsto para a total implementação da ação.

§1º. No prazo de até 30 dias a partir da data do recebimento, o Plano de Providências deverá ser encaminhado à Unidade de Controle Interno para que esta possa monitorar as recomendações formuladas.

I – O prazo previsto no parágrafo acima poderá ser prorrogado uma única vez, por mais 15 dias, desde que devidamente justificado.

§2º. O prazo máximo para implementação total das providências contidas no Plano de Providências deverá ser de até 90 dias, salvo casos excepcionais de comprovada impossibilidade, que terão os prazos solicitados analisados pela UCI.

I – A Unidade Auditada poderá solicitar à Unidade de Controle Interno prorrogação de 30 dias para a implementação de Providência, desde que devidamente justificada, e apenas uma vez.

Art. 26. As providências adotadas deverão ser informadas através de documento oficial para a UCI, que a qualquer momento poderá realizar acompanhamento/inspeção dando ciência dos resultados apurados ao Prefeito Municipal, se necessário. Caso contrário, considerar-se-á a irregularidade mantida, ou não sanada.

Art. 27. Se, durante os trabalhos de auditoria, for verificada erro/ilegalidade/irregularidade, que possa ser de pronto corrigida, será comunicada desde já ao auditado, para justificativa e/ou providências.

Parágrafo único. O auditado terá o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar posicionamento (se adoção de medidas ou justificativa).

Seção IV

ACOMPANHAMENTO À IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE PROVIDÊNCIAS

Art. 28. Os controladores internos devem acompanhar a implementação de suas recomendações feitas em auditoria, de modo a garantir a eficácia do seu trabalho.

Art. 29. A fase de acompanhamento tem o propósito de verificar a implementação das recomendações feitas ao auditado, podendo ser realizada no contexto de uma nova auditoria, inspeção ou mediante verificação das informações fornecidas pela própria unidade auditada, desde que observados aspectos quanto à confiabilidade dos dados utilizados.

Art. 30. Se o acompanhamento decorrer de uma inspeção ou verificação de informações deverá ser elaborado um Relatório de Acompanhamento, que informará sobre a adequação das ações adotadas pelo auditado.

Art. 31. Se, quando do acompanhamento à implementação das medidas propostas em auditoria, as recomendações previstas em Plano de Providências não tenham sido atendidas no prazo estabelecido, o Controlador Geral da UCI deverá encaminhar comunicação, por escrito, ao Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. Este terá o prazo de 15 (quinze) dias para adoção das medidas cabíveis, prorrogável uma única vez e por igual período.

Art. 32. Todo o processo da auditoria ficará arquivado na UCI.

CAPÍTULO II

DA INSPEÇÃO

Art. 33. A inspeção será determinada em Ordem de Serviço, pelo Controlador Geral da UCI, que poderá procedê-la ou designar Controlador para isso.

Art. 34. As inspeções terão como objetivo:

I - verificar a legitimidade, legalidade e regularidade de atos e fatos administrativos ligados à execução contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional;II - verificar fatos relacionados a denúncias apresentadas à Unidade de Controle Interno; III - verificar a organização e a eficiência dos sistemas de controle interno;IV - atender solicitações do Prefeito Municipal; V - verificar o cumprimento das recomendações provenientes de auditoria realizada pela Unidade de Controle Interno.

§1º. O resultado das inspeções será apresentado em Relatórios, com a indicação dos trabalhos realizados, irregularidades, falhas, omissões e/ou recomendações.

Art. 35. Com exceção às inspeções que forem para verificar o cumprimento das recomendações originárias de auditoria (Plano de Providências), para todas as outras a unidade inspecionada terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento, para responder às recomendações e sugestões da UCI.

§1º. O prazo pode ser prorrogado, uma única vez, por mais 30 (trinta) dias, em casos excepcionais, desde que apresentado ao Controlador Geral da UCI pedido instruído com justificativa fundamentada.

§2º. O cumprimento dos prazos e recomendações apontadas deverá ser monitorado pela UCI.

Art. 36. Caso as recomendações ou sugestões não sejam atendidas no prazo estabelecido, o Controlador Geral da UCI deverá encaminhar comunicação, por escrito, ao Chefe do Poder Executivo que terá o prazo de 15 (quinze) dias para adoção das medidas cabíveis, prorrogável uma única vez e por igual período.

Parágrafo único. Se o Chefe do Poder Executivo Municipal também não adotar as providências necessárias para sanar a irregularidade ou ilegalidade, e esta represente prejuízo ao erário, a UCI comunicará o fato ao Tribunal de Contas do Estado.

CAPÍTULO III

DO INSTRUMENTAL DE TRABALHO DA

UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Art. 37. O Instrumental de Trabalho consiste nos documentos destinados à comunicação da UCI com as unidades executoras do Sistema de Controle Interno, com o Chefe do Poder Executivo e o Tribunal de Contas. Os documentos têm como finalidade:

I - auxiliar na execução dos exames; II - evidenciar o trabalho feito e as conclusões emitidas; III - servir de suporte aos relatórios; IV - constituir um registro que possibilite consultas posteriores, a fim de se obter detalhes relacionados com a atividade de controle realizada.

Art. 38. São constituídos pelos seguintes documentos:

I – Ata: no caso de reuniões, é um documento em que se registram, de forma exata e sistemática, as ocorrências, resoluções e decisões das reuniões realizadas;II – Nota: o documento destinado a dar ciência ao gestor/administrador da área examinada, no decorrer dos exames, das impropriedades ou irregularidades constatadas no desenvolvimento dos trabalhos, para manifestação ou providências pelas unidades executoras; III - Nota Técnica: Documento elaborado para responder às consultas ou questionamentos dos agentes públicos municipais; IV - Ordem de Serviço: documento expedido pelo Controlador Geral, autorizando instauração de auditoria, inspeção e/ou fiscalização. V - Orientação: A UCI prestará orientação aos administradores de bens e recursos públicos nos assuntos pertinentes à área de competência do Sistema de Controle Interno, inclusive sobre a forma de prestar contas. VI – Parecer: O Parecer constitui-se na peça documental que externaliza a avaliação conclusiva da UCI sobre a gestão examinada. Consignará qualquer irregularidade ou ilegalidade constatada, indicando as medidas adotáveis para corrigir as falhas identificadas;VI - Plano de Providências: O Plano de Providências é documento previamente elaborado pela Unidade de Controle Interno, contendo as medidas a serem adotadas para solucionar irregularidades constatadas; VII – Recomendação: Documento expedido pela UCI para orientar a administração nos aspectos relacionados com os controles interno e externo e quanto à legalidade dos atos de gestão; VIII – Relatório: Os Relatórios constituem-se na forma pela qual os resultados dos trabalhos realizados são levados ao conhecimento das autoridades competentes, com a finalidade de fornecer dados para tomada de decisões sobre a política de área supervisionada e apontar erros detectados, além de outras; IX – Solicitação: Documento utilizado para formalizar pedido de documentos, informações, justificativas e outros assuntos relevantes, emitido antes ou durante o desenvolvimento dos trabalhos.

CAPÍTULO V

DA DENÚNCIA

Art. 39. Qualquer servidor público é parte legítima para denunciar a existência de irregularidades ou ilegalidades, podendo fazê-la diretamente à Unidade de Controle Interno, cuja denúncia deverá ser por escrito e deverá constar:

I - identificação do denunciante;II - situação constatada e pessoas ou unidades envolvidas;III - indícios de comprovação dos fatos denunciados.

Art. 40. Recebida a denúncia, o Controlador Geral se reportará ao Chefe do Poder Executivo, que, em acatando, dará anuência por escrito para a devida apuração, ou determinará o seu arquivamento.

TÍTULO VII

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 41. As entidades da administração indireta, como unidades orçamentárias e órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Município, sujeitam-se à observância da presente Instrução Normativa.

§1º. Os esclarecimentos adicionais a respeito deste documento poderão ser obtidos junto à UCI que, por sua vez, através de técnicas de controle, aferirá a fiel observância de seus dispositivos por parte das diversas unidades da estrutura organizacional.

§2º. O servidor público que descumprir as disposições desta normativa ficará sujeito à responsabilização administrativa.

Art. 42. Os Controladores Internos, no exercício de suas funções, deverão ter livre acesso a todas as dependências do órgão, assim como a documentos, valores e livros considerados indispensáveis ao cumprimento de suas atribuições, não podendo lhes ser sonegado, sob qualquer pretexto, nenhum processo, documento ou informação.

Parágrafo único. Quando houver limitação à ação da UCI, o fato deve ser comunicado de imediato, por escrito, ao titular da unidade auditada, solicitando as providências necessárias, ou ao Chefe do Poder Executivo se causada pelo próprio titular.

Art. 43. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Versão 1 aprovada pelo Decreto nº 119/2008.

Sinop – MT, 04 de março de 2015.

juarez costa

Prefeito Municipal

RODRIGO DE SOUZA MARTINELLI

Controlador Geral

Anexo I: MATRIZ DE PLANEJAMENTO

Auditoria nº: _____

Unidade Auditada: _____

Objetivo:_____

QUESTÕES DE AUDITORIA	INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS	FONTES DE INFORMAÇÃO	PROCEDIMENTOS	OBJETOS	MEMBRO RESPONSÁVEL	PERÍODO	POSSÍVEIS ACHADOS
Apresentar em forma de perguntas, os diferentes aspectos que compõem o escopo da fiscalização e que devem ser	Identificar as informações necessárias para responder a questão de auditoria.	Identificar as fontes de cada item de informação requerida da coluna anterior.	Código ou enunciado do procedimento.	Indicar o documento, o projeto, o programa, o processo, ou o sistema no qual o procedimento será aplicado. Exemplos: contrato, folha de pagamento, base de dados,	Pessoa(s) da equipe encarregada(s) da execução de cada procedimento.	Dia(s) em que o procedimento será executado.	Esclarecer precisamente que conclusões ou resultados podem ser alcançados.

investigados com vistas à satisfação do objetivo.		Estas fontes estão relacionadas com as técnicas empregadas.		ata, edital, ficha financeira, processo licitatório, orçamento.			

Equipe de Auditoria:

Controlador Geral:

Anexo II: MATRIZ DE ACHADOS

Auditoria nº: _____

Unidade Auditada: _____

Objetivo:_____

DESCRIÇÃO DO ACHADO	SITUAÇÃO ENCONTRADA	OBJETOS VERIFICADOS	CRITÉRIO	EVIDÊNCIA	CAUSA	EFEITO	ENCAMINHAMENTO
Deve ser preenchido o enunciado do achado, basicamente o título da irregularidade/ impropriedade.	Situação existente, identificada, inclusive com o período de ocorrência, e documentada durante a fase de execução da auditoria	Indicar o documento, o projeto, o programa, o processo, ou o sistema no qual o achado foi constatado.	Legislação, norma, jurisprudência, entendimento doutrinário ou padrão adotado	Informações obtidas durante a auditoria no intuito de documentar os achados e de respaldar as opiniões e conclusões da equipe	O que motivou a ocorrência do achado	Conseqüências ou possíveis conseqüências do achado.	Propostas da equipe de auditoria.

Equipe de Auditoria:

Controlador Geral:

Anexo III:

Auditoria nº: _____

Unidade Auditada: _____

Objetivo:_____

UNIDADE DE CONTROLE INTERNO – Extrato de Entrevista

Objetivo da Entrevista	
Local da Entrevista	Data/Horário
Entrevistado(s) Nome/ cargo/ função	Entrevistador(es)

Síntese das Informações Obtidas Perguntas efetuadas e respostas dadas pelo(s) entrevistado(s) que forem consideradas relevantes para o desenvolvimento dos achados e das conclusões da auditoria.	Evidências Fazer referências às evidências que corroborem as informações obtidas, caso houver.

Assinaturas

Local/ Data	Entrevistador	Entrevistado

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015 SRP 013/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** Nº 010/2015 SRP 013/2015. TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: **Aquisição de refeições acondicionadas em embalagem de isopor tipo Marmitex, para atender as necessidades das Secretarias Municipais**. ABERTURA da SESSÃO: 18/03/2015 às 15h30min (horário de Brasília/DF). LOCAL: Secretaria Municipal de Administração, Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial, Sinop/MT. Íntegra do edital: no endereço indicado ou por meio dos sites www.cidadecompras.com.br ou www.prefeituravirtual.com.br. Informações: (66) 3517-5298/5263. **Sinop/MT, 05 de março de 2015.**

Vanusa Aparecida Serpa

Pregoeira - Portaria nº 372/2013

PREVISINOP
PORTARIA N.º 102/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) ELISIA ALVES DOS SANTOS MANOEL."

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de

MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal, Resolve:**Art. 1º** Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **ELISIA ALVES DOS SANTOS MANOEL**, efetivo(a) no cargo de GARI , nível "06", lotado(a) na SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 11/02/2015 e término em 12/03/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.15826P**.**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.Registre-se, publique-se, cumpre-se.SINOP - MT, 23/02/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA N.º 90/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Salário Maternidade à servidora Sra.**VALQUIRIA DOS SANTOS CRUZ**."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, *DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP* - **PREVISINOP**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 27, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de SALÁRIO-MATERNIDADE, à servidora Sra. VALQUIRIA DOS SANTOS CRUZ, efetiva no cargo de AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS, referência "", nível "05", lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP/MT, com vencimentos integrais, a partir de 19/02/2015 e término em 18/06/2015 conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º2015.08.15818P. **Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 23/02/2015

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA N.º 106/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) *MARLI FRANCISCA DE PAULA* **."**

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal, Resolve:**Art. 1º** Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **MARLI FRANCISCA DE PAULA** , efetivo(a) no cargo de ZELADOR, 02", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 06/02/2015 e término em 07/03/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.08832R8**.**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.Registre-se, publique-se, cumpre-se.SINOP - MT, 23/02/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

GABINETE
PORTARIA Nº 123/2015

DATA: 05 de março de 2015

SÚMULA: Designa o servidor Marcelo Roberto Klement a função de Fiscal do Contrato nº. 009/2015.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar o servidor Marcelo Roberto Klement – Enfermeiro, matrícula 8888, para exercer a função de Fiscal do Contrato nº. 009/2015 que trata da **"Locação de um imóvel comercial em alvenaria situado no Jardim Jacarandás, Av. dos Jacarandás nº. 1237, destinado a instalação da Farmácia Regional lll e o Posto de Coleta do Laboratório Municipal"**, atendendo a Secretaria Municipal de Sinop, referente à Dispensa de Licitação nº. 003/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 05 de março de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 122/2015

DATA: 05 de março de 2015

SÚMULA: Designa o servidor Marcelo Roberto Klement a função de Fiscal do Contrato nº. 010/2015.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar o servidor Marcelo Roberto Klement – Enfermeiro, matrícula 8888, para exercer a função de Fiscal do Contrato nº. 010/2015 que trata da **"Locação de um imóvel comercial em alvenaria situado a Rua João Moreira de Carvalho, Estrada Rosália, Chácara 90ª, Bairro Chácaras Sinop/MT, destinado a instalação da Farmácia Regional IV, Posto de Coleta do Laboratório Municipal e Unidade de Saúde PSF Menino Jesus"**, atendendo a Secretaria Municipal de Sinop, referente à Dispensa de Licitação nº. 004/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 05 de março de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREVISINOP
PORTARIA N.º 118/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) IZAURA FRANCISCA DE OLIVEIRA."

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal, Resolve:**Art. 1º** Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **IZAURA FRANCISCA DE OLIVEIRA**, efetivo(a) no cargo de TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL 40HS, nível "04", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 11/03/2015 e término em 09/04/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.15797P**.**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.Registre-se, publique-se, cumpre-se.SINOP - MT, 23/02/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA N.º 115/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) GENICEIA PERICIN."

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal, Resolve:**Art. 1º** Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **GENICEIA PERICIN**, efetivo(a) no cargo de ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR 40 HS, nível "04", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 11/02/2015 e término em 09/08/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.11288R2**.**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.Registre-se, publique-se, cumpre-se.SINOP - MT, 23/02/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA N.º 113/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) JAIME ANHON."

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal, Resolve:**Art. 1º** Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **JAIME ANHON**, efetivo(a) no cargo de MOTORISTA II, nível "02", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 03/02/2015 e término em 02/06/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.05714R1**.**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.Registre-se, publique-se, cumpre-se.SINOP - MT, 23/02/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO ESTADO DE MATO GROSSO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 018/2015

O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT, através de sua Pregoeira, torna público para o conhecimento dos interessados, que foi única vencedora do certame a empresa: **DAPI – DIAGNÓSTICO AVANÇADO POR IMAGEM EIRELI EPP, CNPJ N. 11.512.545/0001-01**, no Lote 01, no Valor Total de R$ 1.193.120,00.

Luciene Babmare Hahn Quinot

pregoeira Oficial

CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO - MT
PORTARIA Nº 031/2015

DATA: 02 DE MARÇO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR COMISSIONADO SENHOR MARCIO FERNANDO RUGINSKI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor FÁBIO GAVASSO, Presidente da Câmara Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e:

Considerando o artigo 81 da Lei Complementar nº 140/2011,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias ao Servidor Comissionado Senhor **MARCIO FERNANDO RUGINSKI**, referente ao período aquisitivo de 01/03/2014 a 28/02/2015, entre os dias 02/03/2015 e 31/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO, Estado de Mato Grosso, em 02 de março de 2015.

FÁBIO GAVASSO

Presidente

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREVISO - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE SORRISO - MT
PORTARIA N.º 043/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Por Idade em favor da Servidora Sr.ª Neide Aparecida Martins".

***O Diretor Executivo do PREVISO - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 1º, inciso "III", alínea "b", combinado com o § 8º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, de 19 de Dezembro de 2003; Lei Complementar n.º 139/2011, de 26 de Agosto de 2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos e Estatuto dos Profissionais da Educação Pública Básica do Município de Sorriso - MT*; e Art. 12, inciso III, alínea "b", § 1º da Lei Complementar n.º 170/2013, de 08 de Maio de 2013, que dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Sorriso – MT.**

Resolve,

Art. 1º - *Conceder o benefício de Aposentadoria Por Idade, em favor da Sr.ª* NEIDE APARECIDA MARTINS*, portadora do RG nº. 1355720-3 SSP/MT e CPF nº. 411.276.251-87, efetivo no cargo de Professor de Educação Básica – Pedagogia 20 H/S,* Classe "B", Nível "IV", lotado na Secretaria

Municipal de Educação e Cultura, a referida servidora conta com 4.047 dias trabalhados, ou seja, 11 anos, 01 mês e 02 dias, com Proventos Proporcionais da Média de Contribuição, conforme o processo do PREVISO n.º 2015.08.00000001.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Sorriso - MT, 06 de Março de 2015.

ADÉLIO DALMOLIN

Diretor Executivo

HOMOLOGO:

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N° 25/2015 - DE 02 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre Retorno do Afastamento da servidora efetiva à pedido e dá outras providências**.**

ARIVALDO MEDEIROS SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc.

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Retornodo afastamento á Srª. **RÁUCEA DE SOUZA FREITAS NATES**, portadora do RG Nº834 699 SSP/MT e do CPF: 496.580. 501-15, funcionária efetiva com data de admissão em 01/03/1994, neste Município de São José do Povo -MT, no Cargo de Assistente administrativa, conforme pedido em (anexo)**.**

ARTIGO 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data do dia 04 de Março de 2015, revogadas as disposição em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE PREFEITO MUNICIPAL

São José do Povo, 02 de Março de 2015.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº05/2015

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO** comunica aos interessados, que realizara o **PROCESSO LICITATÓRIO** abaixo relacionado, nos termos da Lei n° 8.666/93 e posteriores alterações.

MODALIDADE*:* **PREGÃO PRESENCIAL N.º 5/2015**

OBJETO:**REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS,FRUTAS, VEREDURAS E LEGUMES E MATERIAL DE LIMPEZA PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETÁRIAS DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVO**

RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO, PROPOSTA E JULGAMENTO: **Dia 13 de Março de 2015 às 13:00.**

Os envelopes com a documentação e proposta serão recebidos até o horário e data acima especificados, na sala de licitações, situada na

SALMEN HANZE, n.º 914, CENTRO

.

Para participação deste certame licitatório, deverá ser obtido o convite pelas empresas e ou pessoas cadastradas no ramo pertinente com antecedência de até 24 horas da apresentação dos envelopes, no endereço SALMEN HANZE, n.º 914, CENTRO no horário das 12:00 às 17:00 horas. Tel. 66 3494 1113.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT 04/03/2015.

_____

MARIA IRANDI DUARTE

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS MÊS 02/2015

-ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/2015. ASS: 04/02/2015; VCT: 04/02/2016; Fornecedor: Empresa **CELLONI DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA**, Objeto: futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de Link de 15 Mbps Dedicado de Internet com IP Válido e com fornecimento dos equipamentos necessários para perfeita conexão do serviço. Valor: R$ 114.000,00.

Natanael Casavechia - Prefeito Municipal

PREVIMUNI
PORTARIA N.º 25/2015 - RETIFICAÇÃO DA PORTARIA DE INSTITUIÇÃO DA CPL 2015.

DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO A PORTARIA Nº 23/2015 NOMEAÇÃO DE COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

O **Diretor Executivo do PREVIMUNI -** Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas conforme a Lei Municipal nº 963 de 27 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Retifica a Composição da CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José do Rio Claro – MT, para o exercício de 2015, constituída pelos seguintes membros:

- Presidente: Cleide de Lima Silva

- Secretário: Regiane Vieira Gomes Caboclo

- Membro: Marcelo da Silva Araujo

- Membro : Adenir Cristina de Moura Nunes

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

São José do Rio Claro, 26 de fevereiro de 2015.

ROBERTO BUSCIOLI GRUNOV

Diretor Executivo

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO

Pregão Presencial Nº 21/2014 – Registro de Preços Nº 22/2014 – Aquisição de Equipamentos e Material de Informática. VALIDADE: 23/07/2015

Objeto: Notificação nº 01- Exclusão de participante da Ata de Registro de Preços

Notificante: Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro-MT, sito a Rua Paraíba, 365 – Centro. CNPJ: 15.024.037/0001-27.

Notificada: MELO EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.146.280/0001-90, e Inscrição Estadual n.º 13289750-4, estabelecida à Rua Domicinio Pereira Barcelo, nº 330, Bairro Canjica, na cidade de Cuiabá-MT, neste ato representado pelo Senhor Edson Facaia de Melo, portador da CNH Nº 00008608254 DETRAN/MT, e CPF Nº 486.845.541-91.

São José do Rio Claro - MT, 05 de Março de 2015.

NATANAEL CASAVECHIA - Prefeito Municipal

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO Nº 009/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de São José do Rio Claro – MT, com sede administrativa na Rua Paraíba, nº 355, Centro – São José do Rio Claro – MT, CEP: 78. 435-000, fone (66) 3386-1222, informa a todos os interessados que realizará Pregão Presencial para **futura e eventual aquisição de Tintas e Materiais de Pintura para manutenção dos prédios Públicos do Município de São José do Rio Claro - MT.**

Data de **Abertura: às 08 :00 horas, do dia 20 de Março de 2015**, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Informação mais detalhada e edital completo poderão ser solicitados no endereço supramencionado, de segunda a sexta-feira, das 08:00 as 11:00 e das 13:00 às 15:00 horas, com a Comissão Permanente de Licitação, ou pelo email: licitacaosjrc@gmail.com ou ainda no site do município: www.saojosedorioclaro.mt.gov.br.

São José do Rio Claro – MT, 05 de Março de 2015.

Tatiana Dockhorn – Pregoeira Oficial

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

- SEGUNDO TERMO ADITIVO DE VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 18/2014. ASS: 11/02/2015 VCT: 17/06/2015.Contratado: **AUTO POSTO JP ME;** Objeto: Conforme já demonstrado acima, dá-se a este aditamento o valor por litro da GASOLINA COMUM R$ 3,62 (Três reais e sessenta e dois centavos), o valor por litro do OLEO DIESEL S-10 R$ 3,36 (Três reais e trinta e seis centavos) e o valor por litro do ETANOL R$ 2,48 (Dois reais e quarenta e oito centavos), conforme autoriza o Art. 65, I, d da Lei 8.666/93, a ser pago as mesmas condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço do certame supracitado.

- SEGUNDO TERMO ADITIVO DE VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 19/2014. ASS: 11/02/2015. VCT: 21/07/2015. Contratado: **AUTO POSTO VILLA LTDA**; Objeto: Fica ajustado entre as partes que o produto ÓLEO DIESEL COMUM, item do Pregão Presencial 018/2014 e Ata de Registro de Preço 019/2014, passara o ÓLEO DIESEL COMUM de R$ 2,97 (Dois reais e noventa e sete centavos) para R$ 3,17 (Três reais e dezessete centavos), portanto, sofrendo um reajuste de 6,73% (seis virgula setenta e três por centos), conforme autoriza o Art. 65, I, d da Lei 8.666/93, a ser pago as mesmas condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço do certame supracitado.

- PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 44/2014. ASS: 19/12/2014. VCT: 31/05/2015. Contratado: **FISSLEX – SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA LTDA-EPP**; Objeto: Fica ajustado entre as partes que o prazo previsto e consignado no Contrato, será prorrogado do dia 31/12/2014 a 31/05/2015, conforme autoriza a Lei 8.666/93, art. 57, § 1º, inciso V, e § 2º.

- PRIMEIRO TERMO AITIVO DE VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 42/2014. ASS: 13/02/2015. VCT: 25/09/2015. Contratado: **RECMED COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA**. Objeto: Fica ajustado ente as partes que o produto LUVA PROCEDIMENTO TAMANHO (G) DE LÁTEX, item do Pregão Presencial 035/2014 e Ata de Registro de Preço 042/2014, passará de R$ 12,80 (doze reais e oitenta centavos) para R$ 17,66 (dezessete reais e sessenta e seis centavos), portanto, sofrendo um reajuste de 37,97% (trinta e sete virgula noventa e sete por cento), conforme autoriza o Art. 65, II, d da Lei 8.666/93.

- PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 44/2014. ASS: 19/12/2014. VCT: 31/05/2015. Contratado: **FACILITA GESTÃO PUBLICA BRASIL LTDA - ME**; Objeto: Fica ajustado entre as partes que o prazo previsto e consignado inicialmente no contrato, será prorrogado e passa a vigorar pelo período de 08/02/2015 a 31/12/2015, conforme autoriza o a Lei 8.666/93, art. 57, inciso II e § 2°.

Natanael Casavechia - Prefeito Municipal

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO MÊS 02/2015

- CONTRATO DE AQUISIÇÃO N.º 005/2015. ASS: 13/02/2015 VCT: 01/04/2015.Contratado: **MARIA JOSE DOS REIS NETO ME;** Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE. Valor: R$ R$ 291.719,87.

Natanael Casavechia - Prefeito Municipal

PREVIMUNI
PREGÃO Nº 1/2015 - RESULTADO.

INST. MUN. DE PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT

PREGÃO Nº 1/2015 - RESULTADO DO JULGAMENTO

O Inst. Mun. de Prev Social dos Servidores de São José do Rio Claro – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para quem possa interessar, que o julgamento do certame supracitado resultou vencedora a Empresa: **AGILI SOFTWARES PARA AREA PUBLICA LTDA**, *CNPJ: 26.804.377/0004-30* com o valor total de **R$ 20.800,00 (VINTE MIL E OITOCENTOS REAIS).** São José do Rio Claro – MT, 5 de março de 2015.

HEVELYNG MAY – Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 022/2015 - P S 004/2014 - CONVOCAÇÃO

EDITAL COMPLEMENTAR 022/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2014

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor *Fábio Martins Junqueira,* no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital para convocar os candidatos aprovados no Processo Seletivo n° 004/2014, destinado ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva, para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Secretaria Municipal de Assistência Social.

1. Para que compareçam na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, situada a Avenida Brasil nº 2350-E Jardim Europa, conforme abaixo relacionados para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho:

I - Dia 06/03/2015 às 08h00min para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho:

578 -AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA						
Nº	INSCRIÇÃO Nº	NOME	TÍTULOS	OBJETIVA	TOTAL	SITUAÇÃO
57	3441	JOANA DE OLIVEIRA SOARES GEROLIM	3,00	56,00	59,00	CLASSIFICADO

657 -PROFESSOR ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO - ZONA URBANA						
Nº	INSCRIÇÃO Nº	NOME	TÍTULOS	OBJETIVA	TOTAL	SITUAÇÃO
76	3822	WALKIRIA DE LIMA SANTOS	14,87	36,00	50,87	CLASSIFICADO

658 -PROFESSOR LINGUA PORTUG. E ESTRANGEIRA – ZONA URBANA E RURAL						
Nº	INSCRIÇÃO Nº	NOME	TÍTULOS	OBJETIVA	TOTAL	SITUAÇÃO
22	3958	WELINTON FABIANO DA SILVA	11,00	40,00	51,00	CLASSIFICADO

659 -PROFESSOR MATEMÁTICA – ZONA URBANA E RURAL						
Nº	INSCRIÇÃO Nº	NOME	TÍTULOS	OBJETIVA	TOTAL	SITUAÇÃO
23	3327	WEDSON MAKSON MOTA	0,00	48,00	48,00	CLASSIFICADO

792 -VIGIA SEMEC					
Nº	INSCRIÇÃO Nº	NOME	OBJETIVA	TOTAL	SITUAÇÃO
10	**3950**	GEKELINI AMELIA DE SALES	**65,00**	**65,00**	**CLASSIFICADO**
11	**3230**	SILAS RODRIGUES COSTA	**60,00**	**60,00**	**CLASSIFICADO**

II. Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias 09/03/2015 e 10/03/2015 das 09:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 munidos com cópia e original:

a) Comprovante de Escolaridade;

b) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho;

c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

d) Cópia do CPF do pai, mãe e cônjuge;

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Carteira de registro profissional e certidao negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence, para os cargos de professor de educação física;

i) Comprovante de residência;

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP;

k) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo departamento de pessoal;

l) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);

m) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

n) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

o) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

q) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

r) Declaração de Imposto de Renda (ano base 2014);

s) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de Débitos municipais (Setor de Tributação);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Para os cargos da zona indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade na qual pretende trabalhar;

v) Carteira Nacional de Habilitação – CNH, categoria “D", para os cargos de Motorista;

2. O prazo de apresentação segue o item 1 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subseqüente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo constante no item I deste edital.

3. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada no item I;

b) – não apresentar a documentação exigida no item II do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 05 de Março de 2015.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Iolanda Cristina do Nascimento Garcia

Secretária Municipal de Educação e Cultura

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/PP/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA-MT, por meio do pregoeiro designada pelo Ato do Presidente através da Portaria nº 002 de 05 de janeiro de 2015, torna público à sociedade e aos demais interessados a abertura do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2/2015**, da Câmara Municipal de Tangará da Serra, que será realizado na modalidade Pregão Presencial para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E MONITORAMENTO 24H, COM FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE ALARME INTEGRADO COM A CENTRAL DA CONTRATADA,** conforme especificações contidas no anexo I desse edital. A sessão em que serão recebidos os envelopes contendo as propostas comerciais e habilitação será realizada no *dia 20 de março de 2015, às 14 horas*, no plenário Daniel Lopes da Silva, na Câmara Municipal de Tangará da Serra. O edital na íntegra estará disponível no site **http://www.camaratga.mt.gov.br/** ou na Câmara Municipal, sito à Rua Julio Martinez Benevides nº 195 S, centro, em Tangará da Serra-MT, no horário de atendimento ao público, das 7:00 às 11:00 h e das 13:00 às 17:00 h. Tangará da Serra-MT 04 de março de 2015.

ASSINATURA NO ORIGINAL

CAIO GARCIA DA SILVEIRA

Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/PP/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA-MT, por meio do pregoeiro designada pelo Ato do Presidente através da Portaria nº 002 de 05 de janeiro de 2015, torna público à sociedade e aos demais interessados a abertura do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8/2015**, da Câmara Municipal de Tangará da Serra, que será realizado na modalidade Pregão Presencial para a **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES DOS ATOS OFICIAIS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO DIÁRIA EM TANGARÁ DA SERRA – MT,** conforme especificações contidas no anexo I desse edital. A sessão em que serão recebidos os envelopes contendo as propostas comerciais e habilitação será realizada no *dia 30 de março de 2015, às 14 horas*, no plenário Daniel Lopes da Silva, na Câmara Municipal de Tangará da Serra. O edital na íntegra estará disponível no site **http://www.camaratga.mt.gov.br/** ou na Câmara Municipal, sito à Rua Julio Martinez Benevides nº 195 S, centro, em Tangará da Serra-MT, no horário de atendimento ao público, das 7:00 às 11:00 h e das 13:00 às 17:00 h. Tangará da Serra-MT 04 de março de 2015.

ASSINATURA NO ORIGINAL

CAIO GARCIA DA SILVEIRA

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2014

2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2014- PREGAO PRESENCIAL Nº 077/2014- Registro de Preços PARA FUTURA E EVENTUAL **AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (ÓLEO DIESEL COMUM,** *GASOLINA E ARLA 32) PARA ATENDER NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA*, conforme especificações constantes do Termo de Referência Anexos II e III, parte integrante do Edital. Pelo presente instrumento, o MUNICIPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Prof. Fábio Martins Junqueira, RESOLVE REEQUILIBRAR os preços da Empresa **POSTO PIVA- A PIVA & PIVA LTDA-** CNPJ Nº 00.117.080/0002- 40. Fica REEQUILIBRADA a Ata DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 059/2014, no sub item Seção 5.2, conforme a seguir:

Item	Item	Marca	Quant. Máx.	Unid.	Valor Unit. Registrado (R$)	Valor Unit. Realinhado (R$)
01	OLEO DIESEL COMUM (B S 500)	EQUADOR	250,000	lts	2,95	3,09
03	GASOLINA COMUM	PETROLUZ	30,000	lts	3.19	3,46

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente, em 02 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93. Tangará da Serra- MT, 05 de Março de 2015. Tatiana Ávila Grigoletti- Chefe do Departamento de Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 01/2015

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 01/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA.

FINALIDADE: ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATADO: ELOIR BARBOSA ROSA RENS ME

VALOR: 13.700,00

FUNDAMENTO LEGAL:

ART. 24 DA LEI 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

HOMOLOGO

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 04 DE MARÇO DE 2015.

MILTON JOSÉ TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 18 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015

Súmula: "Altera o Decreto 02/2015, prorrogando a data limite para requerimento de emissão do Alvará de Funcionamento, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR MILTON JOSÉ TONIAZZO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS;

DECRETA

:

Artigo 1º - Fica prorrogado para o dia 30 de Abril de 2015, a data limite para as pessoas jurídicas pré-existente façam o requerimento para emissão do Alvará de Funcionamento, previsto no artigo 2º do Decreto nº 02/2015.

Artigo 2º - As demais disposições do Decreto nº 02/2015 permanecem inalteradas.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e afixação no mural da Prefeitura Municipal, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte MT, aos vinte e três dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e quinze.

Milton José Toniazzo

Prefeito Municipal

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 010 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015 RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO FINAL – ORDEM CARGOS E CLASSIFICAÇÃO

O Senhor **Paulo Vicente da Silva**,Presidente da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, nomeado pela Portaria nº 470 de 04 de dezembro de 2014, através deste Edital Complementar, e ainda.

Considerando que foi publicado em data de 02 de março de 2015, o Edital nº 009, contendo o Resultado Final e a Classificação Prévia dos candidatos concorrentes ao Processo Seletivo Simplificado;

Considerando que a quantidade de questões da prova objetiva foi 25 questões e o montante de 40% (quarenta) por cento obrigatório dos acertos é 10 (dez) questões e não 12 (doze) como considerado na classificação dos candidatos. Diante desse exposto, os candidatos que listarem com tarja em amarelo tiveram a classificação alterada e corrigida.

Tendo decorrido todos os prazos normais de recursos administrativos e transcorridos todas as etapas do processo Seletivo Simplificado,

RESOLVE publicar o **RESULTADO e CLASSIFICAÇÃO FINAL** dos candidatos desse Processo Seletivo Público.

1.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

1.1.Apresenta conforme determinação do Edital de Abertura o Anexo do RESULTADO FINAL, separados por Nível de Escolaridade dos cargos concorridos e por ordem de classificação dos cargos, determinando assim, a CLASSIFICAÇÃO FINAL dos candidatos.

1.2.Ratifica-se que foi oportunizado recursos administrativos com prazo de 2 (dois) dias em todas as fases dos resultados apresentados e, todos os recursos administrativos impetrados foram atendidos pelo critério da razoabilidade.

1.3.A Comissão do Processo Seletivo Simplificado, através do seu presidente apresenta ao Chefe do Poder Executivo o Resultado Final para homologação.

Terra Nova do Norte MT, 05 de março de 2015.

Paulo Vicente da Silva

Presidente da Comissão de Processo Seletivo Simplificado

ANEXO I – RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO PRÉVIA - CANDIDATOS POR CARGO E LOCAL DE TRABALHO

NIVEL FUNDAMENTAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - ESTADO DE MATO GROSSO											
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015 - RESULTADO FINAL - NÍVEL FUNDAMENTAL - ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO											
Nº Inscrição	NOME DO CANDIDATO	CARGO CONCORRIDO	SECRETARIA	Pontos Escolaridade	Pontos Tempo Serviço	Pontos LP	Pontos CG	Pontos CE	SOMA ACERTOS	SOMA PONTOS	SITUAÇÃO FINAL
105	CRISTIANE APARECIDA VERGUES	AUXILIAR DE LIMPEZA	EDUCAÇÃO	5,00		8	8	60	23	81,00	1º CLASSIFICADO

003	AZELIDE LAZAROTTO	AUXILIAR DE LIMPEZA	EDUCAÇÃO	5,00		10	6	60	23	81,00	2º CLASSIFICADO
130	SOLANGE VERGUES	AUXILIAR DE LIMPEZA	EDUCAÇÃO	5,00		4	10	60	22	79,00	3º CLASSIFICADO
081	CELIA APARECIDA SILVA DOS SANTOS	AUXILIAR DE LIMPEZA	EDUCAÇÃO			8	8	60	23	76,00	4º CLASSIFICADO
129	SIRLEIDE ROSA E. DOS SANTOS	AUXILIAR DE LIMPEZA	EDUCAÇÃO	2,00		10	8	52	22	72,00	5º CLASSIFICADO
138	ZÉLIA ALZIRA DE LIMA	AUXILIAR DE LIMPEZA	EDUCAÇÃO			6	8	56	21	70,00	6º CLASSIFICADO
036	MARCIA C. RODRIGUES	AUXILIAR DE LIMPEZA	EDUCAÇÃO			6	6	56	20	68,00	7º CLASSIFICADO
027	SANDRA CRISTINA P. DA SILVA	AUXILIAR DE LIMPEZA	EDUCAÇÃO			4	4	52	17	60,00	8º CLASSIFICADO
015	TEREZINHA FRIGO	AUXILIAR DE LIMPEZA	EDUCAÇÃO	5,00		2	8	40	15	55,00	9º CLASSIFICADO
141	MARIA GONÇALO DA SILVA LINO	AUXILIAR DE LIMPEZA	EDUCAÇÃO	2,00		4	2	28	10	36,00	10º CLASSIFICADO
134	SILVANA MARIA FERNANDES	AUXILIAR DE LIMPEZA E MANUT.	SAÚDE			8	16	60	21	84,00	1º CLASSIFICADO
052	IRIANI WOICIKOSKI	AUXILIAR DE NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO		1,53	4	6	48	17	59,53	1º CLASSIFICADO
078	LUZIA APARECIDA DE PONTES	AUXILIAR DE NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO	5,00		8	6	32	15	51,00	2º CLASSIFICADO
049	ADRIANA MENDES DE OLIVEIRA MACHADO	AUXILIAR DE NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO			8	8	24	14	40,00	3º CLASSIFICADO
002	MARCOS DIONE DIAS DOS REIS	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	SAÚDE			12	16	48	19	76,00	1º CLASSIFICADO
187	JOSÉ JORGE ALVES	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	SAÚDE			8	20	44	18	72,00	2º CLASSIFICADO
017	LUIZ PEREIRA	MOTORISTA DE CAMINHÃO	OBRAS			12	16	60	22	88,00	1º CLASSIFICADO
024	ANTONIO CARLOS CARDOSO BORGES	MOTORISTA DE CAMINHÃO	OBRAS			8	16	56	20	80,00	2º CLASSIFICADO
047	LEONILSON MARCIO SILVA OLIVEIRA	MOTORISTA VEIC. ESCOLAR	EDUCAÇÃO	3,00	1,45	4	10	56	21	74,45	1º CLASSIFICADO
021	ALCINO DE FUCIO RIBEIRO	MOTORISTA VEIC. ESCOLAR	EDUCAÇÃO		6,18	6	10	52	21	74,18	2º CLASSIFICADO
079	VANIA LIMA CARVALHO	MOTORISTA VEIC. ESCOLAR	EDUCAÇÃO	3,00		4	8	56	20	71,00	3º CLASSIFICADO
037	LEANDRO DOMINGUES DE ARAUJO	MOTORISTA VEIC. ESCOLAR	EDUCAÇÃO	3,00		8	8	44	19	63,00	4º CLASSIFICADO
064	LUCIANO ARAUJO MEDEIROS	MOTORISTA VEIC. ESCOLAR	EDUCAÇÃO	3,00		2	10	48	18	63,00	5º CLASSIFICADO
092	SILVANEY RIBEIRO	MOTORISTA VEÍCULOS LEVES	SAÚDE			16	16	60	23	92,00	1º CLASSIFICADO
057	WILLIANS ESPERANDIN FARTO	VIGIA	EDUCAÇÃO			8	8	60	23	76,00	1º CLASSIFICADO
143	MAURICÉIA DE OLIVEIRA	VIGIA	EDUCAÇÃO	2,00		6	8	60	22	76,00	2º CLASSIFICADO

039	JOÃO FRANCISCO DE MORAIS	VIGIA	EDUCAÇÃO		1,37	10	10	48	22	69,37	3º CLASSIFICADO
121	ROBERTO PIOVESANI	VIGIA	EDUCAÇÃO	5,00		4	8	48	18	65,00	4º CLASSIFICADO
144	ALEXSANDRO FLORES DO AMARAL	VIGIA	EDUCAÇÃO			2	10	44	17	56,00	5º CLASSIFICADO
086	JOÃO CARLOS MAIA	VIGIA	SAÚDE			20	20	60	25	100,00	1º APROVADO
OBS.	Candidatos com classificação em tarja amarela sofreram alteração no resultado										

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - ESTADO DE MATO GROSSO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015 - RESULTADO FINAL - NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO - ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

Nº Inscrição	NOME DO CANDIDATO	CARGO CONCORRIDO	SECRETARIA	Pontos LP	Pontos CG	Pontos CE	SOMA ACERTOS	SOMA PONTOS	SITUAÇÃO FINAL
108	VALDSANDRO DE LIMA CAMPOS	MONITOR DE CRECHE	EDUCAÇÃO	4	10	36	16	50,00	1º APROVADO
111	JOVANA BORGE TIBES	MONITOR DE CRECHE	EDUCAÇÃO	4	6	40	15	50,00	1º CLASSIFICADO
106	ROSANGELA BATSCHKE	MONITOR DE CRECHE	EDUCAÇÃO	4	10	32	15	46,00	2º CLASSIFICADO
096	DAIANE COLARES D. DE OLIVEIRA	MONITOR DE CRECHE	EDUCAÇÃO	4	6	36	14	46,00	3º CLASSIFICADO
005	ANA MERCIELE K. BIGUELINI	MONITOR DE CRECHE	EDUCAÇÃO	2	6	36	13	44,00	4º CLASSIFICADO
177	MIRIAM MENDES DA SILVA	MONITOR DE CRECHE	EDUCAÇÃO	4	4	36	13	44,00	5º CLASSIFICADO
100	CRISTIANE SOARES DE LIMA	MONITOR DE CRECHE	EDUCAÇÃO	4	4	36	13	44,00	6º CLASSIFICADO
025	SIMONE DOS SANTOS	MONITOR DE CRECHE	EDUCAÇÃO	2	2	40	12	44,00	7º CLASSIFICADO
093	JÉSSICA FERNANDA GNOATTO	MONITOR DE CRECHE	EDUCAÇÃO	2	8	32	13	42,00	8º CLASSIFICADO
149	LEANDRA LUIZA DE MELLO	MONITOR DE CRECHE	EDUCAÇÃO	2	4	36	12	42,00	9º CLASSIFICADO
011	EMILIA ALBERTON DUARTE	MONITOR DE CRECHE	EDUCAÇÃO	2	4	36	12	42,00	10º CLASSIFICADO
077	CRISLANE RUIZ SOUSA DA GAMA	MONITOR DE CRECHE	EDUCAÇÃO	4	8	28	13	40,00	11º CLASSIFICADO
030	KELI APARECIDA SCHNEIDER	MONITOR DE CRECHE	EDUCAÇÃO	2	6	32	12	40,00	12º CLASSIFICADO
162	ALCENIRA MEIRELES ALVES JULIÃO	MONITOR DE CRECHE	EDUCAÇÃO	4	4	32	12	40,00	13º CLASSIFICADO
127	DAIANE APARECIDA SCHAEDLER	MONITOR DE CRECHE	EDUCAÇÃO	4	4	32	12	40,00	14º CLASSIFICADO
161	SALETE APARECIDA ALVES	MONITOR DE CRECHE	EDUCAÇÃO	4	4	32	12	40,00	15º CLASSIFICADO
116	VANESSA FERNANDES DA SILVA	MONITOR DE CRECHE	EDUCAÇÃO	8	6	20	12	34,00	16º CLASSIFICADO
061	ADRIELI PEREIRA HAUSCHILD	MONITOR DE CRECHE	EDUCAÇÃO	0	4	36	11	40,00	17º CLASSIFICADO
132	CLEONICE DOS SANTOS OLIVEIRA	MONITOR DE CRECHE	EDUCAÇÃO	0	6	32	11	38,00	18º CLASSIFICADO
118	ELIZA FERNANDA RODRIGUES MELO	MONITOR DE CRECHE	EDUCAÇÃO	0	2	36	10	38,00	19º CLASSIFICADO
068	SANDRA IVETE PINOW	MONITOR DE CRECHE	EDUCAÇÃO	2	6	28	11	36,00	20º CLASSIFICADO
148	DAIANE GODOI DA SILVA	MONITOR DE CRECHE	EDUCAÇÃO	4	4	28	11	36,00	21º CLASSIFICADO
038	HERICA TOLOTTI MACHADO	MONITOR DE CRECHE	EDUCAÇÃO	4	6	24	11	34,00	22º CLASSIFICADO
007	KATIA STREG	MONITOR DE CRECHE	EDUCAÇÃO	2	6	24	10	32,00	23º CLASSIFICADO

008	HELENA DA SILVA SANCHES	MONITOR DE CRECHE	EDUCAÇÃO	6	2	24	10	32,00	24º CLASSIFICADO
139	TEREZA MACHADO DELLA JUSTINA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SAÚDE	4	8	36	12	48,00	1º APROVADO
101	DAIANE SOARES DE LIMA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SAÚDE	4	8	36	12	48,00	2º APROVADO
117	MIQUEIAS FEITOSA DA SILVA	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	EDUCAÇÃO	2	10	36	15	48,00	1º CLASSIFICADO
OBS.	Candidatos com classificação em tarja amarela sofreram alteração no resultado								

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - ESTADO DE MATO GROSSO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015 - RESULTADO FINAL - NÍVEL SUPERIOR - ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

Nº Inscrição	NOME DO CANDIDATO	CARGO CONCORRIDO	SECRETARIA	Pontos Escolaridade	Pontos Tempo Serviço	Pontos LP	Pontos CG	Pontos CE	SOMA ACERTOS	SOMA PONTOS	SITUAÇÃO FINAL
018	ELAINE GABRIELA PEREIRA	ENFERMEIRO(A)	SAÚDE			16	12	36	16	64,00	1º CLASSIFICADO
154	NATASHA DE SOUZA TORRES	ENFERMEIRO(A)	SAÚDE			16	16	28	15	60,00	2º CLASSIFICADO
054	JULIANA CRISTINA LOPES DA SILVA	ENFERMEIRO(A)	SAÚDE			16	12	28	14	56,00	3º CLASSIFICADO
128	ANA CLAUDIA BANAZESKI	ENFERMEIRO(A)	SAÚDE			8	12	28	12	48,00	4º CLASSIFICADO
032	PAULA THAIS BECKER DORNER	ENFERMEIRO(A)	SAÚDE			8	16	24	12	48,00	5º CLASSIFICADO
028	DANUBIA BATISTA SOARES	ENFERMEIRO(A)	SAÚDE			12	20	16	12	48,00	6º CLASSIFICADO
131	MIQUEIAS DAVI STREG HENCKEL	PROF. CIÊNCIAS AGRÁRIAS	EDUCAÇÃO		6,60	6	10	44	19	66,60	1º APROVADO
124	ACLEIDE SOUZA DOS SANTOS	PROF. CIÊNCIAS AGRÁRIAS	EDUCAÇÃO		7,14	4	10	36	16	57,14	2º APROVADO
026	MEIRE RUBIA LOPES	PROF. CIÊNCIAS AGRÁRIAS	EDUCAÇÃO			2	10	40	16	52,00	1º CLASSIFICADO
083	VANESSA MANOELE DA LUZ	PROF. CIÊNCIAS AGRÁRIAS	EDUCAÇÃO		0,63	4	10	32	15	46,63	2º CLASSIFICADO
157	DAIANE WIEDENHOFT BALENSIEFER	PROF. CIÊNCIAS DA NATUREZA	EDUCAÇÃO	3,00	4,41	2	8	48	17	65,41	1º CLASSIFICADO
035	ADRIELI MARIA VASSOLER	PROF. CIÊNCIAS DA NATUREZA	EDUCAÇÃO	3,00	7,75	4	8	40	16	62,75	2º CLASSIFICADO
123	EDERSON SCHAEDLER	PROF. CIÊNCIAS DA NATUREZA	EDUCAÇÃO		6,00	2	8	36	14	52,00	3º CLASSIFICADO
029	VANDA DONAT	PROF. CIÊNCIAS DA NATUREZA	EDUCAÇÃO	3,00		4	10	32	15	49,00	4º CLASSIFICADO
133	RODRIGO FERNANDES RIBEIRO	PROF. EDUCAÇÃO FÍSICA	EDUCAÇÃO	3,00		6	10	44	19	63,00	1º CLASSIFICADO
109	ELOA DOS SANTOS	PROFESSOR LETRAS	EDUCAÇÃO		17,04	8	10	44	20	79,04	1º APROVADO
097	MARLI SCHIRMER TELES DE SOUZA	PROFESSOR LETRAS	EDUCAÇÃO	3,00	2,85	10	10	52	23	77,85	1º CLASSIFICADO
171	IVETE APARECIDA DE BARROS SANTOS	PROFESSOR LETRAS	EDUCAÇÃO	3,00	17,00	6	8	40	17	74,00	2º CLASSIFICADO
186	RAQUEL SOARES DOS SANTOS	PROFESSOR LETRAS	EDUCAÇÃO			6	10	48	20	64,00	3º CLASSIFICADO

074	ACEDAIL JUSTINO DOS SANTOS	PROFESSOR LETRAS	EDUCAÇÃO		4,50	4	8	44	17	60,50	4º CLASSIFICADO
067	LIGIA COSTA CURVELLO	PROFESSOR LETRAS	EDUCAÇÃO	3,00	3,48	8	10	36	18	60,48	5º CLASSIFICADO
183	ANDRESSA CRISTINA LABORÃO DA SILVA	PROFESSOR LETRAS	EDUCAÇÃO	3,00		6	6	44	17	59,00	6º CLASSIFICADO
082	ANDRESSA APARECIDA DA LUZ	PROFESSOR LETRAS	EDUCAÇÃO		1,50	4	10	40	17	55,50	7º CLASSIFICADO
099	MAIRA DEPARIS	PROFESSOR LETRAS	EDUCAÇÃO		1,45	6	10	36	17	53,45	8º CLASSIFICADO
185	LENIR DOS SANTOS OLIVEIRA	PROFESSOR LETRAS	EDUCAÇÃO			8	6	32	15	46,00	9º CLASSIFICADO
169	LETÍCIA APARECIDA MOREIRA	PROFESSOR MATEMÁTICA	EDUCAÇÃO		1,50	4	4	36	13	45,50	1º APROVADO
136	LISANGELA REMOR DALMOLIN	PROFESSOR PEDAGOGO	EDUCAÇÃO	3,00	17,00	6	6	48	18	80,00	1º APROVADO
072	ROSELI APARECIDA CUCULOTO	PROFESSOR PEDAGOGO	EDUCAÇÃO	3,00	13,57	6	6	48	18	76,57	2º APROVADO
013	SOLANGE TAVARES DOS SANTOS SILVA	PROFESSOR PEDAGOGO	EDUCAÇÃO	3,00	17,00	2	6	48	16	76,00	1º CLASSIFICADO
094	CIRLEI DE LOURDES PINHEIRO	PROFESSOR PEDAGOGO	EDUCAÇÃO	3,00	17,00	4	8	40	16	72,00	2º CLASSIFICADO
056	MATEUS MARCONDES ZAMO VARGAS	PROFESSOR PEDAGOGO	EDUCAÇÃO	6,00		2	10	52	19	70,00	3º CLASSIFICADO
076	JOLETE PASQUA BASSANI	PROFESSOR PEDAGOGO	EDUCAÇÃO	3,00	17,00	6	10	32	16	68,00	4º CLASSIFICADO
145	LINA CRISTIANE CAVALHEIRO	PROFESSOR PEDAGOGO	EDUCAÇÃO	3,00	17,00	6	10	32	16	68,00	5º CLASSIFICADO
159	JOVELINA ZANATA RAYCIK TEODORO	PROFESSOR PEDAGOGO	EDUCAÇÃO	3,00	14,84	2	8	40	15	67,84	6º CLASSIFICADO
010	EDILEUZA APARECIDA DA SILVA	PROFESSOR PEDAGOGO	EDUCAÇÃO		9,75	8	8	40	18	65,75	7º CLASSIFICADO
120	ELIZANGELA PEREIRA	PROFESSOR PEDAGOGO	EDUCAÇÃO	3,00	9,90	8	8	36	17	64,90	8º CLASSIFICADO
016	SANDRA KELLY ALCANTARA	PROFESSOR PEDAGOGO	EDUCAÇÃO	6,00	6,90	6	6	40	16	64,90	9º CLASSIFICADO
110	ELIANE LAZARI DA SILVA	PROFESSOR PEDAGOGO	EDUCAÇÃO		20,00	6	6	32	14	64,00	10º CLASSIFICADO
043	MARISANE DA SILVA	PROFESSOR PEDAGOGO	EDUCAÇÃO	3,00	2,74	8	10	40	19	63,74	11º CLASSIFICADO
163	MARIA APARECIDA COSTA FERRAZ	PROFESSOR PEDAGOGO	EDUCAÇÃO			8	10	44	20	62,00	12º CLASSIFICADO
178	ADELITA DA SILVA BENTO	PROFESSOR PEDAGOGO	EDUCAÇÃO		7,68	4	8	40	16	59,68	13º CLASSIFICADO
182	JUSSARA LABORÃO DA SILVA	PROFESSOR PEDAGOGO	EDUCAÇÃO		20,00	6	4	28	12	58,00	14º CLASSIFICADO
098	TANIA MARIA DIOCLECIANO	PROFESSOR PEDAGOGO	EDUCAÇÃO		3,15	10	8	36	18	57,15	15º CLASSIFICADO
088	CHEYLA KHERLY FERREIRA	PROFESSOR PEDAGOGO	EDUCAÇÃO	3,00	1,45	8	6	36	16	54,45	16º CLASSIFICADO

033	LUCIANA DAL-LAZEN RODRIGUES	PROFESSOR PEDAGOGO	EDUCAÇÃO	3,00	3,30	8	4	36	15	54,30	17º CLASSIFICADO
058	ELIZABETH ALVES DA SILVEIRA REIS	PROFESSOR PEDAGOGO	EDUCAÇÃO	3,00	5,20	6	8	32	15	54,20	18º CLASSIFICADO
164	SIMONE PEREIRA DE SOUZA	PROFESSOR PEDAGOGO	EDUCAÇÃO			4	10	40	17	54,00	19º CLASSIFICADO
048	GRAZIELE DE FÁTIMA OCZINSKI	PROFESSOR PEDAGOGO	EDUCAÇÃO		2,98	4	10	36	16	52,98	20º CLASSIFICADO
053	LUCIANA DE FÁTIMA DE SOUZA	PROFESSOR PEDAGOGO	EDUCAÇÃO		0,46	4	8	40	16	52,46	21º CLASSIFICADO
071	JAQUELINE CAMINSKI DE SOUZA	PROFESSOR PEDAGOGO	EDUCAÇÃO			2	8	40	15	50,00	22º CLASSIFICADO
172	DILMA PAULUZE	PROFESSOR PEDAGOGO	EDUCAÇÃO			4	8	36	15	48,00	23º CLASSIFICADO
135	LUCIMAR DOS SANTOS CARRA	PROFESSOR PEDAGOGO	EDUCAÇÃO	3,00	2,86	2	8	32	13	47,86	24º CLASSIFICADO
042	FABIANA APARECIDA LEMES DA SILVA	PROFESSOR PEDAGOGO	EDUCAÇÃO	3,00	4,71	6	4	28	12	45,71	25º CLASSIFICADO
034	SILVANA CRISTINA LOPES	PROFESSOR PEDAGOGO	EDUCAÇÃO		5,67	8	10	20	14	43,67	26º CLASSIFICADO
023	REGIELE BENTES NASCIMENTO	PROFESSOR PEDAGOGO	EDUCAÇÃO	3,00		2	6	32	12	43,00	27º CLASSIFICADO
153	VILMA CARDOSO	PROFESSOR PEDAGOGO	EDUCAÇÃO	3,00		6	6	24	12	39,00	28º CLASSIFICADO

Terra Nova do Norte MT, 05 de março de 2015.

Paulo Vicente da Silva

Presidente da Comissão de Processo Seletivo Simplificado

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte - MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve HOMOLOGAR, como Homologado tem o resultado do processo licitatório *n.º 04/2014* na modalidade de **Convite n.º 04/2014**, que teve como objeto: Contratação de empresa capacitada para prestar serviço de: Locação de palco, som, iluminação para realização da VIV Expoterra, que teve como vencedora a empresa: ADEMIR CORDEIRO-ME**.**

Terra Nova do Norte - MT, 25 de agosto de 2014.

Milton José Toniazzo

Prefeito Municipal

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte - MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, em conformidade com o art. 43 inciso VI da lei n.º 8.666/93, e suas alterações posteriores, ADJUDICA a presente licitação a empresa ADEMIR CORDEIRO-ME, vencedora do Convite n.º 04/2014.

Terra Nova do Norte - MT, 25 de agosto de 2014.

Milton José Toniazzo

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 107/2015

SÚMULA: Dispõe sobre a homologação do Edital Complementar nº 010, relativo ao Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015 da Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos explícitos termos Art. 37 da Constituição Federal e,

Considerando as disposições do Edital Complementar nº 010, que atende as prerrogativas legais da Lei Federal nº 11.350 de 05/10/2006,

Resolve:

Art. 1º - Homologar o Edital Complementar nº 010 do Processo Seletivo Simplificado nº001/2015, que apresenta RESULTADO e CLASSIFICAÇÃO FINAL.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Terra Nova do Norte MT, 05 de Março de 2015.

Milton José Toniazzo

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

SETOR DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 004/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO - MT

Avenida Humberto Marcílio, nº. 173 – Centro – Fones (066) 3435-1118 – CEP. 78.775-000**

CNPJ: 03.543.303/0001-49

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Homologo, nos termos do artigo 43, Lei nº. 8.666/93, atualizada pela Lei 8. 883/94, a licitação na modalidade

PREGÃO PRESENCIAL 004/2015

, que trata da CONTRATACAO DE EMPRESA PARA RECUPERAR, REFORÇA E REABILITAR DIVERSAS PONTES DE MADEIRA SITUADAS NA ZONA RURAL DO MUNICIPIO DE TESOURO. A Favor da Empresa CONCRETE CONSTRUCOES E ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-ME, Com o CNPJ/MF: 10.940.748/0001-28, No valor de R$: 117.510,00 (CENTO E DEZESSETE MIL E QUINHENTOS E DEZ REAIS).

Tesouro, 05 de MARÇO 2015.

ILTON FERREIRA BARBOSA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL 008/2015

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REABERTURA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015

PROCESSO Nº 0026/2015

O Município de Tesouro, Estado de Mato Grosso, por intermédio de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria nº 005, de 08 de janeiro de 2015, torna público, para conhecimento dos interessados**,** que o Pregão Presencial nº 008/2015 foi declarada licitação **DESERTA**, sendo marcada nova abertura para o dia 18 (DEZOITO) de março de 2015, às 10h00minh, na sala da CPL/PREGOEIRO, da Prefeitura Municipal de Tesouro – MT.

Tesouro – MT, 05 de março de 2015.

RICARDO VINÍCIUS SILVA COSTA

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015 - PROCESSO Nº 011/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL - MT, através da Equipe Responsável por Licitações na modalidade de Pregão Presencial, designada pela Portaria nº 002/2015, de 02/01/2015, em cumprimento aos termos da Leinº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Complementar Federal nº 123/2006, da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, da Lei Complementar Municipal nº 011, de 09/09/2009, e ainda do Decreto Municipal nº. 593, de 12 de Janeiro de 2010 e alterações posteriores, torna público que encontra-se aberta licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015, relativo ao Processo de Licitação sob nº 011/2015 – Exclusivo para Micro e Pequenas Empresas (MPEs), cujo objeto refere-se a Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Limpeza Urbana, compreendendo o uso de Pá Carregadeira no regime de hora trabalhada e de Caminhão Basculante trucado com capacidade mínima para 10,000 m3 (dez metros cúbicos) no regime de diária trabalhada, para atender necessidades da Secretaria Municipal de Obras Viação Urbanismo e Saneamento, no corrente exercício de 2015, conforme detalhamento no Anexo I (Termo de Referência) do edital.

Data de Expedição do Edital: 05/03/2015.

Data de abertura/julgamento: 18/03/2015.

Horário: 09:00 horas.

Local: Prédio Sede da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT, sito à Av. Curitiba, 94 – centro – União do Sul – MT.

Critério de julgamento: Menor Preço por Item.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Equipe de Pregão da Prefeitura Municipal, no endereço acima, ou pelos telefones 0xx (66) 92924781 ou 3540-1283.

União do Sul – MT, 05 de março de 2015.

VANDERLEI TELLES

Pregoeiro

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA-MT

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2015

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Vera - MT, em cumprimento a ratificação procedida pelo Prefeito Municipal, pela emissão da declaração de DISPENSA DE LICITAÇÃO, faz publicar o presente extrato: **Objeto:** Aquisição de uma área de terra de 8,00 (oito) hectares para edificação da ETE - Estação de Tratamento de Esgotos de Vera-MT, Referida área faz parte de uma maior localizada no lote 10 - Lote A , Bairro Marta no Núcleo Colonial Celeste - Vera-MT, área esta matriculada sob o nº. 749, fls 01F, livro 002 – registro Geral, 1º Oficio – Vera - MT; **Favorecido** ADRIANO PERON E DIOMAR PEREN*;* Valor global estimado: R$ 190,000,00; **Prazo Estimado:** 12(doze) meses. Vera/MT, 05 de março de 2015, Nilso Jose Vigolo - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

DECRETO Nº 023/2015, DE 04 DE MARÇO DE 2015

"ESTABELECE PROCEDIMENTOS RELATIVOS AO PAGAMENTO DO IPTU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE, Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.63, incisos VI, XVI, da Lei Orgânica, do Município e,

CONSIDERANDO as disposições contidas no parágrafo único do art.160, da LEI nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional – CTN), que autoriza a legislação tributária concedermos descontos pelo pagamento antecipado de tributos, bem como o que determina o art. 48 da Lei Complementar nº 051/2013 (Código Tributário Municipal).

CONSIDERANDO

, a necessidade de incentivar o recolhimento antecipado do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), através da concessão de descontos, estimulando o contribuinte a adimplir suas obrigações tributárias,

D E C R E T A:

Art. 1º - O pagamento do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana – IPTU, do exercício de 2015 à vista em parcela única, terá o seguinte desconto:

I - 10% (dez por cento) do valor do imposto devido, para os contribuintes sem débito de Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana – IPTU de qualquer exercício, até 30 de abril de 2015;

Art. 2º - O imposto sobre Propriedade Territorial Urbana – IPTU, será lançado no mês de fevereiro de 2015, em cota única ou em até 05 (cinco) parcelas mensais consecutivas;

Parágrafo único. A cota única do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbano – IPTU 2015, dentro do período do parcelamento, conforme artigo 3º deste Decreto será cobrado sem a incidência de juros e multas.

Art. 3º - A data de vencimento da Cota Única do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbano – IPTU 2015 será o dia 30 de abril de 2015 e a das parcelas será conforme especificados no quadro abaixo:

PARCELA	VENCIMENTO
01	30.04.2015
02	29.05.2015
03	30.06.2015
04	31.07.2015
05	31.08.2015

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO de dois mil E QUINZE.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE

PREFEITO

DECRETO Nº 025/2015, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

"**DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PUBLICO Nº 001/2013 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT".**

ANDERSON GLÁUCIO ANDRADE, Prefeito Municipal de Vila Bela da Ss Trindade – MT, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e considerando o interesse público e a necessidade da Administração.

Considerando ainda o **Decreto municipal nº 018/2014**, e o item 15 e subitem 15.1.4 do Edital do Concurso Público **001/2013 de 28/11/2013.**

DECRETA:

Art. 1°.

Ficam convocados os candidatos aos cargos elencados no anexo I deste Decreto, obedecido à ordem de classificação.

Art.2º. Os candidatos a ser nomeados e empossados deverão atender os seguintes procedimentos:

I - comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, Rua Dr. Mario Correa nº 205, Centro Vila Bela da Ss. Trindade - MT, no período das 07:30 hs as 11:30 h, na data de 06 de março de 2015 a 06de abril de 2015, nos dias úteis, para apresentarem documentações e posteriormente tomar posse e receberem a designação para os respectivos locais de trabalho;

II – Para tomar posse, o (a) candidato (a) deverá apresentar documentação no original ou fotocópia autenticada, que comprove:

a - Cédula de Identidade;

b - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei(art. 12 e 37, I da CF/88)

c - Certidão de Casamento ou Nascimento;

d - Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

e - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

f - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

g - Cartão do PIS/PASEP;

h - Comprovante de votação das duas últimas eleições que antecedem a posse.;

i - Título de Eleitor;

j - Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade -MT ou do domicílio do candidato, de que o mesmo não tenha condenação criminal com trânsito em julgado, ou condenação cível, com trânsito em julgado, que lhe exclua os direitos de participar em concursos públicos de qualquer natureza;

l - Certidao Negativa de Débitos para como Municipio de Vila Bela da Santíssima Trindade.

m – Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal. pela Medicina do Trabalho;

n - 01 (uma) foto 3x4, colorida;

o - Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade.

p - No caso de candidatos aos cargos de Motorista de Veículos Leves, Motorista de Veículos Pesados, Operador de Máquinas Tipo Patrol e Operador de Máquinas Tipo Escavadeira Hidráulica, deverá ser apresentada cópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação de acordo com esta exigência;

1) Motorista de Veiculo Leve, CNH Categoria "B"

2 Motorista de Veiculo Pesado, CNH Categoria "D"

3) Motorista de Maquina (todos), CNH categoria "C"

r - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

s - Comprovante de Escolaridade;

t – Declaração contendo endereço residencial e nº de conta bancária no Banco do Brasil;

u – Declaração negativa de acumulo de cargo público;

v – Declaração de bens e valores.

Art. 3º.A nomeação será feita exclusivamente no Regime Estatutário.

Parágrafo único. A jornada de trabalho é aquela definida no referido Edital.

Art. 4º.Os referidos cargos constantes do anexo I do presente Decreto estão disponíveis nas Comunidades rurais do Município.

Parágrafo único. A jornada de trabalho é aquela definida no referido Edital.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE.

ANDERSON GLÁUCIO ANDRADE

PREFEITO

ANEXO I

DECRETO Nº 025/2015

CARGO (103) VIGIA

INSCR.	NOME	NASC.	CÓD.	CARGO	NOTA FINAL	CLASSIF. FINAL
116496-1	PAULO CESAR RIBAS DE NEIRA	28/04/78	103	VIGIA	75,00	3

Vila Bela da Ss. Trindade - MT, em 05 de março de 2015.

ANDERSON GLÁUCIO ANDRADE

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

EXTRATO TERMO DE CONTRATO N.06/2015

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa G.O. Lima - ME. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Oriundo do Processo Administrativo n.06/2015, decorrente da Licitação na modalidade Pregão Presencial n.008/2014, conforme descrito no Edital e seus anexos, que se regerá pela Lei n.10.520/2002, 8.666/1993, Decreto 7.892/2013 e suas alterações. OBJETO: Aquisição de carga de cascalho do campo, material de jazida para atender a Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo do Município de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: R$ 2.232.000,00 (dois milhões duzentos e trinta e dois mil reais). UO: Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo. DO: 04.01.4.122.0101. P/A: 1286. ND: 3.3.90.30.00.00.00. Fonte: 0999. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA DE ASSINATURA: 23.02.2015.

SIGNATÁRIOS:

WALACE SANTOS GUIMARÃES

Prefeito Municipal de Várzea Grande-MT

GONÇALO APARECIDO DE BARROS LTDA

Secretário Municipal de Viação, Obras e Urbanismo – PMVG/MT

G.O. LIMA - ME

Contratada

Visto pela

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE-MT

LEI N.º 4.077/2015

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar Especial no Orçamento Anual/2015, lei 4.064/2014 e da outras providências.

WALACE SANTOS GUIMARÃES, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica aberto Crédito Adicional Especial no orçamento municipal de Várzea Grande, para inclusão do projeto 1.488 - BRASIL CARINHOSO – APOIO ÀS CRECHES, no orçamento vigente na importância de R$ 551.736,49 (quinhentos e cinquenta e um mil, setecentos e trinta e seis reais e quarenta e nove centavos), e criação de elemento de despesas, em atendimento ao programa do anexo I.

ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO

Órgão	08	Secretária Municipal de Educação
Unidade Orçamentária	03	Des. do Ensino da Educação Básica
Função	12	Educação
Sub Função	365	Educação Infantil
Programa	104	Educação Infantil

Projeto	1.488	Brasil Carinhoso – Apoio às Creches

DETALHAMENTO

FONTE E ELEMENTO DE DESPESA

Elemento de Despesa	Código	Fonte	Valor
Material de Consumo	3.3.90.30.00.00.00.00	301	276.736,49
Despesas de Exercícios Anteriores	3.3.90.92.00.00.00.00	301	275.000,00
Total			551.736,49

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Praça Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande, 05 de março de 2015.

WALACE SANTOS GUIMARÃES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 11 DE 05 DE MARÇO DE 2015.

Revoga o Decreto nº 01/2013, que dispõe sobre normas e medidas administrativas que regulamentam as tomadas de decisões quanto aos atos financeiros, contábeis, administrativos e patrimoniais a serem observados pelos órgãos e entidades da Administração Municipal pertinentes ao início do mandato Gestão 2013 a 2016.

WALACE SANTOS GUIMARÃES, Prefeito Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica expressamente revogado o Decreto nº. 01/2013.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande, 05 de março de 2015.

WALACE SANTOS GUIMARÃES

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 96 /2015

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Nomear no cargo em comissão KATIANE FERREIRA DE MORAES, Auxiliar de Gabinete no Gabinete do Vereador Carlos Garcia de Almeida.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 04 de Março de 2015.

Vereador CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO

Presidente

Vereador PEDRO PAULO TOLARES

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 097/2015

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - EXONERAR do cargo em comissão FABIANA MARQUES SOARES, Assistente de Gabinete do gabinete do vereador Ivan dos Santos Oliveira.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 04 de Março de 2015.

Vereador CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO

Presidente

Vereador PEDRO PAULO TOLARES

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 98 /2015

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Nomear no cargo em comissão SIRENE APARECIDA DA SILVA, Assistente de Gabinete no Gabinete do Vereador Ivan dos Santos Oliveira.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 04 de Março de 2015.

Vereador CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO

Presidente

Vereador PEDRO PAULO TOLARES

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 095/2015

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - EXONERAR do cargo em comissão LUANDA APARECIDA MORETTI, Auxiliar de Gabinete do gabinete do vereador Carlos Garcia de Almeida.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 04 de Março de 2015.

Vereador CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO

Presidente

Vereador PEDRO PAULO TOLARES

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 094/2015

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR nos cargos em comissão os servidores abaixo relacionados:

Marcielly de Campos Rodrigues, Assessora Técnica Legislativo.

Anna Victoria Alves de Oliveira, Assessora Técnica Legislativo

Weslen Pachori Siqueira, Assessor Técnico Legislativo.

Rosane Pereira Leite, Assessora Técnica Legislativo.

Geffson Wender Roriz, Assessor Técnico do Legislativo.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 02 de Março de 2015.

Vereador CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO

Presidente

Vereador PEDRO PAULO TOLARES

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 093/2015

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR no cargo em comissão Alyne Wanessa de Oliveira Silva, Assistente de Gabinete, no Gabinete do Vereador Calistro Lemes do Nascimento.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 02 de Março de 2015.

Vereador CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO

Presidente

Vereador PEDRO PAULO TOLARES

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 92 /2015

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Nomear nos cargos em comissão, os servidores abaixo relacionados.

Aline Janayna Ferreira Oliveira, Auxiliar de Recursos Humanos.

Eder Pereira Costa, Gerente de Protocolo.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 02 de Março de 2015.

Vereador CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO

Presidente

Vereador PEDRO PAULO TOLARES

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 091/2015

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - EXONERAR do cargo em comissão ALINE JANAYNA FERREIRA OLIVEIRA, Assistente de Gabinete do gabinete do vereador Calistro Lemes do Nascimento.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 02 de Março de 2015.

Vereador CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO

Presidente

Vereador PEDRO PAULO TOLARES

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 090/2015

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - EXONERAR dos cargos em comissão, os servidores abaixo relacionados:

Marcielly de Campos Rodrigues, Coordenadora Tec. Informática.

Anna Victoria Alves de Oliveira, Coordenadora de Comunicação.

Weslen Pachori Siqueira, Coordenador de Serviços Gerais.

Rosane Pereira Leite, Coordenadora de Recursos Humanos.

Geffson Wender Roriz, Coordenador Financeiro.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 2 de Março de 2015.

Vereador CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO

Presidente

Vereador PEDRO PAULO TOLARES

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 084/2015

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR nos cargos em comissão no Gabinete da Presidência, os servidores abaixo relacionados:

Francione Maria Almeida Sampaio Coelho, Assessora de Gabinete.

Anselmo Rodrigues de Souza, Assessor de Gabinete.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 02 de março de 2015.

Vereador CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO

Presidente

Vereador PEDRO PAULO TOLARES

1º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

EXTRATO CONTRATO 029/2015

Contrato 029/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Agua Boa

Contratado: Stock Comercial Hospitalar

Objeto: Aquisição de medicamento para a farmácia central da secretaria municipal de saúde.

Valor: 7.705,00

Data: 26.02.2015

Vigência: 12 meses

Licitação: 001/2015 PE

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 025/2015

Contrato 025/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Agua Boa

Contratado: Distribuidora Brasil Com. Prod. Medico Hospitalar.

Objeto: Aquisição de medicamento para a farmácia central da secretaria municipal de saúde.

Valor: 95.285,00

Data: 26.02.2015

Vigência: 12 meses

Licitação: 001/2015 PE

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

REPUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo 003/2015

Contrato: 209/2013

Contratado: Reinaldo Alves de Souza

Objeto: Fica alterada à Cláusula Oitava – Dos Direitos e responsabilidades das partes; fica acrescido ao contrato originário no item 8.1 a aliena “i” - O contratado terá direito a Diária de Viagem a serviço da Prefeitura Municipal obedecendo os mesmos termos do Decreto Municipal nº 1356 de 17 de fevereiro de 2003.

Data: 09.02.2015

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 026/2015

Contrato 026/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Agua Boa

Contratado: Inovamed Com. de Medicamento Ltda

Objeto: Aquisição de medicamento para a farmácia central da secretaria municipal de saúde.

Valor: 82.585,21

Data: 26.02.2015

Vigência: 12 meses

Licitação: 001/2015 PE

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 027/2015

Contrato 027/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Agua Boa

Contratado: Novasul Com. Produtos Hospitalares

Objeto: Aquisição de medicamento para a farmácia central da secretaria municipal de saúde.

Valor: 23.728,00

Data: 26.02.2015

Vigência: 12 meses

Licitação: 001/2015 PE

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 024/2015

Contrato 024/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Agua Boa

Contratado: Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares

Objeto: Aquisição de medicamento para a farmácia central da secretaria municipal de saúde.

Valor: 81.017,00

Data: 26.02.2015

Vigência: 12 meses

Licitação: 001/2015 PE

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 003/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 003/2015.

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 001/2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 003/2015.

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa à aquisição de medicamento para a Farmácia Central da Secretaria de Saúde.

O **Município de Água Boa**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.023.898/0001-90 com sede administrativa a Avenida Planalto, nº. 410, Centro, representado pelo seu prefeito municipal**,** Sr. Mauro Rosa da Silva, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº. **2.019.647 SSP/GO** e do CPF nº. **333.126.801-15**, residente e domiciliado a Rua B, 75, bairro Tropical, na cidade de Água Boa MT, doravante designada simplesmente ORGÃO GERENCIADOR e, de outro lado, a empresa CENTERMEDI COMERCIO DE

PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 03.652.030/0001-70, com sede Rodovia 480, 795, Barão de Cotegipe - RS, CEP 99.740-000, neste ato, representada pela seu sócio proprietário o Sr. Edivar Szymanski, brasileiro, solteiro, sócio gerente, portador da Cédula de Identidade RG nº. 5151132966 SSP/RS, inscrita no CPF/MF nº. 670.481.290-34, a empresa DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF nº. 02.520.829/0001-40, estabelecida à Rodovia BR 040, 180, Barão de Cotegipe - RS, CEP 99.740-000neste ato representada por seus sócios, Senhores Gleison Sachet, brasileiro, empresário, Carteira de Identidade nº. 8051134719 SSP/RS, CPF nº. 650.526.920-72, Odair José Balestrin, brasileiro, empresário, Carteira de Identidade 12R-2237502, CPF 811.773.489-34, a empresa DISTRIBUIDORA BRASIL CML DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES, inscrita no CNPJ/MF nº. 07.640.617/0001-10, estabelecida à Av. Rio Verde, Qd. 78, Lt. 09, Bairro Vila Rosa, Aparecida de Goiânia - GO, CEP 74.935-851neste ato representada por seu Administrator/Procurador e Senhor Anderson Filgueira de Oliveira, brasileiro, empresário, Carteira de Identidade nº. 2995711 SSP/GO, CPF nº. 497.998.191-72, a empresa INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 12.889.035/0001-02, com sede Rua Dr. Sidney Guerra, 283, B. Linho, Erechim - RS, CEP 99.701-760, neste ato, representada pelo sócio gerente Sr. Vanderlei Stieven, brasileiro, empresário, portador de Cédula de Identidade RG nº. 4083341612 SJS/DI RS, inscrito no CPF/MF sob o nº. 007.304.360-55, e empresa NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.595.725/0001-84, com sede Rua Gotardo Mazzarollo, 330, Bairro Centro, Barão de Cotegipe - RS, CEP 99.740-000, neste ato, representada pelo seu Sócio proprietário Sr. Person Dilomar Niec, brasileiro, empresário, portador de Cédula de Identidade RG nº. 3058840954 SSP RS, inscrito no CPF/MF nº. 718.767.740-53, a empresa PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.749.915/0001-58, com sede Rua Pernambuco, 1647, Bairro Linho, Erechim – RS, CEP 99.700-000, neste ato, representada pelo seu sócio proprietário Sr. Edson Rover, brasileiro, casado, empresário, portador de Cédula de Identidade RG nº. 207.528.9674 SSP RS, inscrito no CPF/MF sob o nº. 987.053.260-87, residente e domiciliado na Rua Paulo VI, Bairro Bela Vista, Erechim – RS e a empresa STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 00.995.371/0001-50, com sede na Avenida Goianazes, s/n, Qd. 25 lts. 11 a 26, Distrito Agro-Industrial, Aparecida de Goiânia – GO, CEP 74.993-440, neste ato, representada pelo Diretor Comercial Sr. André Luiz de Freitas, brasileiro, Diretor Comercial, portador de Cédula de Identidade RG nº. 3195983 DGPC/GO, inscrito no CPF/MF sob o nº. 607.508.471-15, daqui por diante, denominada simplesmente FORNECEDORA REGISTRADA, resolvem, na forma da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei n°. 10.520/2002, e Decreto Municipal nº. 2.455/2013, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme consta dos autos do Processo Administrativo n°. 003/2015, conforme determina o Parágrafo Único do artigo 38 da Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1 - A presente Ata de Registro de Preço visa à aquisição de medicamento para a Farmácia Central da Secretaria de Saúde.

ITEM	DESCRIÇÃO	VENCEDORA	QTDE	UNT.	TOTAL
2	Ácido Fólico 5 mg - Hipolabor	CENTERMEDI	20.000	0,03	600,00
3	Ácido Fólico 2 mg/5 mg - Natilab	DIMASTER	100	5,98	598,00
5	Ácido Valpróico 500mg - Biolab	DIMASTER	1.000	0,59	590,00
6	Ácido Valproíco 250mg - Biolab	DIMASTER	1.000	0,23	230,00
7	Albendazol 400mg - Albendazol	STOCK	3.000	0,49	1.470,00
8	Albendazol 40mg/ml – Prati D.	DIMASTER	1.000	1,00	1.000,00
9	Alendronato de Sódio 70mg - Delta	DIMASTER	3.000	0,35	1.050,00
10	Alopurinol 100 mg - Prati	DIST. BRASIL	1.000	0,06	60,00
11	alopurinol 300 mg - Sandoz	CENTERMEDI	2.000	0,11	220,00
12	Amiodarona 200 mg - Geolab	CENTERMEDI	10.000	0,23	2.300,00
13	Amitriptilina 25 mg - Teuto	CENTERMEDI	20.000	0,05	1.000,00
14	Amoxicilina 500 mg - Aurobindo	DIST. BRASIL	70.000	0,10	7.000,00
15	Amoxicilina 250 mg/5ml – Prati D.	DIMASTER	2.000	1,79	3.580,00
16	Amoxicilina 50mg+clavulanato de K 12,5mg/ml - Sandoz	CENTERMEDI	200	7,50	1.500,00
17	Amoxicilina 500mg + clavulanato de 125mg - Sandoz	CENTERMEDI	1.000	1,06	1.060,00
18	Anlodipino 5 mg - Vitapan	CENTERMEDI	40.000	0,03	1.200,00
19	Anlodipino 10 mg - Vitapan	DIST. BRASIL	40.000	0,05	2.000,00
20	Atenolol 50 mg – Prati D.	CENTERMEDI	45.000	0,03	1.350,00
21	Atenolol 100 mg - Prati	DIST. BRASIL	15.000	0,04	600,00
22	Azitromicina 500 mg – Prato D.	CENTERMEDI	2.000	0,34	680,00
23	Azitromicina 40 mg/ml - Pharlab	CENTERMEDI	50	2,48	124,00
24	Benzilpenicilina Benzatina 1200.000 UI - Teuto	PRESTOMEDI	800	3,57	2.856,00
25	Benzilpenicilina Benzatina 600.000 UI - Teuto	DIST. BRASIL	200	3,70	740,00
26	Benzilpenicilina Procaina 400.000 UI – Nova Farma	DIST. BRASIL	50	7,00	350,00
27	Biperideno 2 mg - Cristalia	DIMASTER	1.000	0,21	210,00
28	Budesonida 50mcg - Budsonida	CENTERMEDI	20	20,41	408,20
29	Brometo de Ipatrópio - Prati	DIST. BRASIL	50	0,99	49,50
30	Captopril 25 mg - Geolab	CENTERMEDI	100.000	0,02	2.000,00
31	Carbamazepina 200 mg – Neo Química	PRESTOMEDI	30.000	0,09	2.700,00

32	Carbamazepina 20 mg/ml - Medley	INOVAMED	200	4,87	974,00
33	Carbonato de Cálcio 500mg+Colecalciferol 400UI - Natulab	DIMASTER	20.000	0,66	13.200,00
34	Carbonato de Litio 300 mg - Hipolabor	DIMASTER	1.500	0,11	165,00
35	Carvedilol 3,125 mg - Baldacci	DIST. BRASIL	20.000	0,10	2.000,00
36	Carvedilol 6,25 mg – Baldacci	DIST. BRASIL	20.000	0,14	2.800,00
37	Carvedilol 12,5 mg – Baldacci	DIST. BRASIL	20.000	0,11	2.200,00
38	Carverdilol 25 mg – Baldacci	DIST. BRASIL	5.000	0,15	750,00
39	Cefalexina 500 mg - Multilab	DIMASTER	50.000	0,17	8.500,00
40	Cefalexina 250mg/5ml - Teuto	DIMASTER	1.000	3,63	3.630,00
41	Ceftriaxona 1 g - Aurobindo	INOVAMED	100	6,55	655,00
42	Cetoconazol 2% - Sobral	CENTERMEDI	200	1,42	284,00
43	Ciprofloxacino 500 mg – Prati D.	DIMASTER	25.000	0,14	3.500,00
44	Clonazepam 2,5mg/ml – Hipolabor	CENTERMEDI	150	1,63	244,50
45	Clorpromazina 25 mg	STOCK	5.000	0,20	1.000,00
46	Clorpromazina 100 mg – União Química	CENTERMEDI	2.000	0,21	420,00
47	Dexametasona 0,1% - Multilab	CENTERMEDI	1.000	0,67	670,00
48	Dexametasona 4 mg – Dexametasona	STOCK	1.500	0,67	1.005,00
49	Dexametasona 0,01 mg/ml - Sobral	DIMASTER	250	1,14	285,00
50	Dexclorfeniramina 0,4 mg - Geolab	CENTERMEDI	8.000	0,07	560,00
51	Dexclorfeniramina 0,4 mg/ml - Natulab	CENTERMEDI	2.500	0,96	2.400,00
52	Diazepam 5 mg – União Química	DIST. BRASIL	20.000	0,05	1.000,00
54	Digoxina 0,25 mg - Pharlab	CENTERMEDI	10.000	0,04	400,00
55	Dipirona sódica 500 mg/ml - Natulab	DIMASTER	2.000	0,52	1.040,00
57	Enalapril 5 mg - Cimed	INOVAMED	20.000	0,05	1.000,00
58	Enalapril 10 mg – Med Química	CENTERMEDI	25.000	0,05	1.250,00
59	Enalapril 20 mg - Teuto	DIMASTER	100.000	0,05	5.000,00
60	Espironolactona 25 mg – Aspen Pharma	CENTERMEDI	10.000	0,09	900,00
61	Espironolactona 100mg - Hipolabor	CENTERMEDI	3.000	0,26	780,00
62	Estriol 1mg/g - Brainfarma	NOVASUL	300	7,99	2.397,00
63	Estrogênio Conjugados 0,3 mg - Wyeth	INOVAMED	2.800	0,73	2.044,00
64	Estrogênio Conjugados 0,625 mg - Mabra	INOVAMED	2.800	0,51	1.428,00
65	Etinilestradiol 0,03mg+Levonorgestrel 0,15mg - Mabra	CENTERMEDI	42.000	0,03	1.260,00
66	Fenitoína 100 mg - Teuto	INOVAMED	3.000	0,07	210,00
67	Fenobartital 100 mg - Teuto	CENTERMEDI	10.000	0,14	1.400,00
68	Fenobartital 4% - Cristalia	CENTERMEDI	10	4,40	44,00
69	Furosemida 40 mg - Geolab	CENTERMEDI	50.000	0,04	2.000,00
70	Fluoxetina 20 mg - Teuto	DIMASTER	80.000	0,08	6.400,00
73	Haloperidol 5mg – União Química	CENTERMEDI	2.000	0,08	160,00
74	Hidroclorotiazida 25 mg - Teuto	CENTERMEDI	10.0000	0,02	2.000,00
75	Hidrocortisona 1% - União Química	PRESTOMEDI	100	4,20	420,00
76	Hidroxido de alum.+Magnésio 60mg+40mg/ml - Sobral	DIST. BRASIL	1.500	1,80	2.700,00
78	Ibuprofeno 200 mg – Prati D.	CENTERMEDI	20.000	0,08	1.600,00
79	Ibuprofeno 300 mg - Vitapan	CENTERMEDI	20.000	0,06	1.200,00
80	Ibuprofeno 600 mg - Teuto	DIMASTER	40.000	0,08	3.200,00
81	Isossorbida 5 mg (Sublingual) - EMS	DIST. BRASIL	100	0,20	20,00
82	Itraconazol 100 mg - Prati	NOVASUL	10.000	0,84	8.400,00
83	Ivermectina 6 mg - Vitapan	CENTERMEDI	1.000	0,29	290,00
84	Levodopa 250 mg+Carbidopa 25 mg - Hypermarcas	DIMASTER	2.000	0,20	400,00
85	Levotiroxina Sódica 25mcg - Merck	INOVAMED	10.000	0,10	1.000,00
86	Levotiroxina Sódica 50 mcg - Merck	INOVAMED	20.000	0,11	2.200,00
87	Levotiroxina Sódica 100 mcg - Merck	INOVAMED	5.000	0,10	500,00
88	Loratadina 10 mg - Cimed	INOVAMED	3.000	0,05	150,00
89	Loratadina 1 mg/ml - Mariol	DIST. BRASIL	1.000	1,66	1.660,00

90	Losartana 50 mg - Geolab	INOVAMED	150.000	0,04	6.000,00
91	Medroxiprogeterona 150 mg/ml – União Química	DIMASTER	150	11,79	1.768,50
92	Metoclopramida 5 mg/ml 0,03mg - Isofarma	DIMASTER	300	0,29	87,00
93	Metoclopramida 10 mg - Belfar	CENTERMEDI	5.000	0,06	300,00
94	Metoclopramida 4 mg/ml - Mariol	INOVAMED	150	0,72	108,00
95	Metoprolol 50 mg – Astrazeneca	CENTERMEDI	10.000	1,27	12.700,00
96	Metoprolol 100 mg - Biosintetica	INOVAMED	5.000	0,30	1.500,00
97	Metronidazol 250 mg – Prati D.	CENTERMEDI	3.0000	0,07	2.100,00
98	Metronidazol 2% - Creme vaginal - Teuto	DIST. BRASIL	500	3,50	1.750,00
99	Metronidazol 40 mg/g – Prati D.	CENTERMEDI	300	1,68	504,00
100	Miconazol 2% - Creme Vaginal - Prati	DIMASTER	500	4,47	2.235,00
101	Miconazol 2% - Creme Demarmatologico - Prati	DIMASTER	250	1,57	392,50
102	Miconazol 2% - Loção - Belfar	DIST. BRASIL	150	3,40	510,00
103	Nistatina 100.000 UI/ml - Natulab	DIST. BRASIL	50	1,80	90,00
104	Nitrofurantoina 100mg - Teuto	CENTERMEDI	2.000	0,14	280,00
105	Óleo Mineral - Natulab	DIMASTER	100	2,00	200,00
106	Omeprazol 20mg c/ 12 capsula – Prati D.	CENTERMEDI	120.000	0,05	6.000,00
107	Paracetamol 500 mg – Prati D.	DIMASTER	50.000	0,04	2.000,00
108	Paracetamol 200 mg/ml - Sobral	CENTERMEDI	1.500	0,50	750,00
110	Permitrina 5% - Multilab	NOVASUL	200	2,29	458,00
111	Prednisona 5 mg – Prati D.	CENTERMEDI	10.000	0,07	700,00
112	Prednisona 20 mg – Prati D.	CENTERMEDI	10.000	0,14	1.400,00
113	Propranolol 40 mg - Vitapan	CENTERMEDI	20.000	0,02	400,00
114	Ramipril 5 mg - Medley	INOVAMED	501	1,21	606,21
115	Ranitidina 150 mg – Med Quimica	CENTERMEDI	15.000	0,08	1.200,00
116	Sais para reidratação oral - Natulab	DIMASTER	3.000	0,39	1.170,00
117	Salbutamol 10mcg/dose - Glenmark	DIMASTER	100	6,40	640,00
118	Sinvastatina 10 mg - Sandoz	CENTERMEDI	20.000	0,06	1.200,00
119	Sinvastatina 20 mg - Sandoz	CENTERMEDI	40.000	0,06	2.400,00
120	Sinvastatina 40 mg - Sanval	DIMASTER	30.000	0,11	3.300,00
121	Sulfadiazina de prata 1% - Prati	NOVASUL	100	3,99	399,00
122	Sulfametoxazol + trimet. 400mg+80 mg – Prati D.	CENTERMEDI	20.000	0,07	1.400,00
124	Sulfato ferroso 40 mg - Natulab	DIST. BRASIL	50.000	0,04	2.000,00
125	Sulfato ferroso 25 mg/ml - solução oral - Natulab	DIST. BRASIL	100	1,12	112,00
126	Warfarina Sódica 5 mg - Teuto	CENTERMEDI	1.000	0,12	120,00
127	Mikania Glomerata (Guaco) - Natulab	DIMASTER	500	1,96	980,00
128	Ácido Graxos Essencial - Moph	DIST. BRASIL	150	3,60	540,00
129	Vit.B12 1000mcg+VitB6 50mg+VitB1 50mg+ Diclof Sódio 50 mg (Alginac) - Merck	DIST. BRASIL	8.500	1,16	9.860,00
130	Acebrofilina 5mg/ml – Prati D.	CENTERMEDI	200	2,79	558,00
131	Amantadina 100 mg - Eurofarma	CENTERMEDI	1.000	0,59	590,00
132	Atorvatatina 20 mg - Eurofarma	INOVAMED	5.000	0,49	2.450,00
133	Azitromicina 1.000 mg - Prati	PRESTOMEDI	500	3,34	1.670,00
134	Baclofeno 10 mg	STOCK	6.000	0,23	1.380,00
136	Bromazepam 3 mg - Teuto	CENTERMEDI	5.000	0,06	300,00
137	Ciclobenzaprima 5 mg (Blister com 10 comp.) – Eurofarma	INOVAMED	10.000	0,19	1.900,00
138	Citalopram 20 mg - Zydus	INOVAMED	3.000	0,14	420,00
139	Cilostazol 50 mg - Eurofarma	INOVAMED	5.000	0,22	1.100,00
140	Ciloatazol 100 mg - Biolab	CENTERMEDI	3.000	0,38	1.140,00
141	Clobazan 10 mg - Sanofi	INOVAMED	7.000	0,56	3.920,00
142	Clobazan 20 mg _ Sanofi	INOVAMED	7.000	0,90	6.300,00
143	Clopidogrel 75 mg - Actavis	DIMASTER	15.000	0,75	11.250,00
144	Complexo "B" – Vitamed	CENTERMEDI	10.000	0,04	400,00
145	Complexo "B" – INJ - Hypofarma	DIST. BRASIL	1.500	0,80	1.200,00

148	Diclofenaco de Sódio 75 mg/3ml - Farmace	NOVASUL	800	0,78	624,00
151	Diclofenaco de Sódio 50 mg - Vitamed	DIST. BRASIL	50.000	0,03	1.500,00
152	Diclofenaco de Potássio 50mg - Geolab	INOVAMED	50.000	0,04	2.000,00
153	Diclofenaco Dietilamonio 11,6mg/g - Prati	DIMASTER	200	2,63	526,00
154	Diosmina 450 mg + Hesperidina 50 mg - Brainfarma	NOVASUL	20.000	0,30	6.000,00
155	Diltiazem 60 mg – Nova Química	PRESTOMEDI	2.000	0,20	400,00
156	Dipirona 500 mg - Sobral	DIST. BRASIL	100.000	0,07	7.000,00
157	Dipropionato de Betametasona 5mg+Fost.dissódico de Betametasona 2 mg - Pharlab	DIMASTER	1.000	3,89	3.890,00
159	Glicosamina 500 mg+ Condroitina 400 mg - Ache	INOVAMED	15.000	1,79	26.850,00
160	Gabapentina 600 mg - Germed	DIST. BRASIL	1.000	0,90	900,00
161	Glimepirida 2mg - Cimed	INOVAMED	3.000	0,06	180,00
162	Glimepirida 4 mg - Brainfarma	NOVASUL	5.000	0,77	3.850,00
164	Hioscina Composta – Belfar	PRESTOMEDI	20.000	0,30	6.000,00
165	Hioscina Composta Frasco – Prati D.	CENTERMEDI	500	2,12	1.060,00
166	Hioscina Camposta Injetável - Hypofarma	DIST. BRASIL	500	1,75	875,00
168	Lamotrigina 100 mg - Cristalia	CENTERMEDI	500	0,52	260,00
169	Meloxicam 15 mg - Pharlab	CENTERMEDI	10.000	0,09	900,00
170	Neomicina+Bacitracina 5mg+ 250UI – Nebaciderme	STOCK	3.000	0,95	2.850,00
171	Nimesulida 100 mg - Vitapan	DIST. BRASIL	30.000	0,05	1.500,00
172	Nimesulida 50mg/ml - Vitapan	DIST. BRASIL	500	0,82	410,00
175	Oxcarcazepina 300 mg - Ranbaxy	DIST. BRASIL	1.500	0,42	630,00
176	Oxcarcazepina 600 mg - Ranbaxy	DIST. BRASIL	1.500	0,77	1.155,00
177	Noretisterona 0,5 mg+estradiol 1,0 mg - Biolab	INOVAMED	2.000	1,10	2.200,00
178	Paroxetina 20 mg - Aurobindo	INOVAMED	5.000	0,19	950,00
179	Piroxicam 20 mg – Prati D.	CENTERMEDI	10.000	0,09	900,00
180	Protetor Solar FTP 50 - Moph	DIST. BRASIL	150	7,25	1.087,50
181	Ramipril 5mg+hidroclorotiaida 12,5 mg - Libbs	INOVAMED	500	1,30	650,00
182	Secnidazol 1000 mg – Prati D.	CENTERMEDI	3.000	0,41	1.230,00
183	Sertralina 50 mg – Zydus	CENTERMEDI	5.000	0,12	600,00
184	Tiabendazol 50 mg/g - Belfar	CENTERMEDI	300	4,27	1.281,00
185	Tibolona 2,5 mg – Hypermarcas	CENTERMEDI	14.000	0,41	5.740,00
186	Topiramato 50 mg – Zydus	INOVAMED	2.000	0,13	260,00
189	Valsartana 160mg + Hidroclorotiazida 12,5mg – EMS/GERMED/LEGRAND	INOVAMED	5.600	0,69	3.864,00
190	Valsartana 320mg + hidroclorotiazida 12,5mg – EMS/GERMED/LEGRAND	INOVAMED	5.600	1,56	8.736,00
191	Venlafaxina 75 mg - Eurofarma	INOVAMED	2.000	0,84	1.680,00
192	Vitamina C 100mg/ml - Teuto	DIST. BRASIL	1.200	0,68	816,00
193	Glicosimetro – On Call	DIST. BRASIL	100	39,20	3.920,00
194	Glibenclamida 5 mg – Med Química	DIST. BRASIL	150.000	0,03	4.500,00
195	Metformina 500 mg - Merck	INOVAMED	15.000	0,05	750,00
196	Metformina 850 mg - Geolab	CENTERMEDI	80.000	0,07	5.600,00
197	Seringas com agulhas para insulina - TLK	NOVASUL	10.000	0,16	1.600,00
198	Lancetas Estereis Automatica de aço inox com invólucro protetor de plástico - Sterilance	DIST. BRASIL	50.000	0,22	11.000,00
199	Tiras Reagente de medida de Glicemia Capilar	DIST. BRASIL	50.000	0,40	20.000,00

R$ 386.683,91 (Trezentos e oitenta e seis mil seiscentos e oitenta e três reais e noventa e um centavos)

1.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do Artigo 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

2. DOS PREÇOS

2.1 - O preço para o fornecimento do produto, conforme especificações e quantidades descritas no Edital, que passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pelas empresas cujas propostas foram vencedoras, conforme segue na tabela acima.

3 - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma; não sendo admitida a sua prorrogação, conforme Art. 15. § 3º, inciso III da Lei nº. 8.666/93 e Art. 11 do Decreto nº. 2455/2013.

3.2 - O ÓRGÃO GERENCIADOR não estará obrigado a adquirir o produto registrado, podendo utilizar-se de uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento ao detentor da Ata, no caso de igualdade de condições; nos termos do Art. 15, § 4o da Lei nº. 8.666/93 e Art. 15 do Decreto nº. 2455/2013.

3.3 - A presente Ata só terá eficácia depois da publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

4 - DA CONTRATAÇÃO

4.1 - Para fornecimento do produto registrado nesta Ata, cada órgão contratante (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) deverá emitir sua nota de empenho e providenciar a assinatura do respectivo contrato administrativo.

4.2 - Apenas serão emitidas notas de empenho, nos termos do subitem anterior, quando da efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dela decorrentes.

4.3 - Os órgãos não participantes da presente ata de registro de preços, quando dela desejarem fazer uso, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador - (OG), para que ele indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos máximos registrados.

4.3.1 - No caso específico dos órgãos não participantes, caberá ao fornecedor registrado optar pela aceitação ou não da contratação, desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - Os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) obrigam-se a:

a) prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados da EMPRESA REGISTRADA;

b) aceitar preposto da EMPRESA REGISTRADA para representá-la sempre que for necessário;

c) indicar seu próprio gestor de contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei 8.666/93, compete:

c.1) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

c.2) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

c.3) zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, por ele, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, para que sejam tomadas providências de acordo com o subitem 9.2.2 desta Ata;

c.4) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços;

a) comunicar, oficialmente, à EMPRESA REGISTRADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;

b) atestar, no verso das notas fiscais/faturas apresentadas pela EMPRESA REGISTRADA, por meio do fiscal designado, o efetivo fornecimento dos produtos;

c) encaminhar a nota fiscal/fatura, após seu devido ateste, ao setor competente, para contabilização e liberação do pagamento.

5.2 - Caberá ao órgão gerenciador, além do disposto no subitem 5.1 desta Ata, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP;

5.3 - Não obstante a EMPRESA REGISTRADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos serviços especificados, os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços reservam-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização.

5.4 - A EMPRESA REGISTRADA obriga-se, além do disposto no Edital e seus anexos, a:

a) efetuar fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;

b) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos órgãos que fizerem uso desta Ata de Registro de Preços, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;

c) comunicar por escrito aos fiscais do contrato indicados pelos órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

d) observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados;

e) não comprometer o fornecimento do órgão gerenciador e do órgão participante, caso venha a fornecer para órgão extraordinário (carona);

6 - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIAE DO PAGAMENTO

6.1 –É dispensada a indicação de dotação orçamentária, em conformidade com o art. 6º § 2º do Decreto Municipal nº. 2.455/2013.

7 - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

7.1 - Dentro do prazo de vigência da presente ata, o fornecedor está obrigado a entregar o objeto licitado, no local indicado em sua Proposta Comercial (no campo 'endereço'), os serviços registrados.

8 - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O registro de preços poderá ser cancelado pelo Órgão Gerenciador (OG) nas seguintes hipóteses:

8.1.1 - quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2 - quando o fornecedor não aceitar a respectiva nota de empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.3 - quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando o fornecedor se recusar a assinar o respectivo contrato administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.5 - por razões de interesse público, devidamente justificado;

8.1.6 - quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

8.2 - A comunicação do cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos casos previstos no subitem 8.1, será formalizada em processo próprio e feita por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.3 - No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no DOM, considerando-se, para todos os efeitos, cancelada a Ata de Registro de Preços.

9. PENALIDADES

9.1 - Por retardar a execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, por falhar ou fraudar a execução do presente instrumento, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovada, a empresa REGISTRADA sujeitar-se-á à aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima da Minuta de Contrato.

9.2 - A aplicação de penalidades relativas ao desatendimento às cláusulas desta Ata e dos Contratos que advierem dela obedecerão ao seguinte:

9.2.1 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com o órgão gerenciador, todo o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado por esse órgão;

9.2.2 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com órgão participante ou órgão extraordinário, o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado desta forma:

a) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável pela abertura do processo para apuração da responsabilidade da empresa, devendo instruí-lo com os seguintes documentos:

a.1) relatório da fiscalização do contrato sobre o fato que deve gerar a aplicação de penalidade;

a.2) demais documentos necessários para comprovar a falta cometida pela empresa;

a.3) notificação, de intenção de penalidade, comprovadamente enviada à empresa;

b) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável, ainda, pelo gerenciamento do prazo para interposição de defesa prévia;

c) Depois de decorrido o prazo da defesa prévia, o processo deve ser encaminhado ao órgão gerenciador, devidamente instruído com a defesa apresentada pela empresa, para decisão acerca da aplicação da penalidade e demais providências cabíveis;

9.3 - As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que a aplicação de multa não impede que seja rescindido unilateralmente o contrato ou que venham a ser aplicadas, cumulativamente, as demais penalidades previstas.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelas disposições do Decreto Municipal 1.823/2006, Decreto Municipal n°. 2.455/2013, Lei nº. 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93 e suas alterações; aplicando-se ainda as disposições citadas aos casos omissos que possam ocorrer;

10.2 - Fazem parte desta Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição, o Edital de Licitação do Pregão para Registro de Preços nº. 001/2015 e seus anexos, a Proposta Comercial da EMPRESA REGISTRADA e demais elementos constantes do processo nº. 003/2015.

10.3 - Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

11. FORO

11.1 - As questões decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços que não possam ser dirimidas administrativamente serão dirimidas na esfera judicial pela Comarca de Água Boa.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, que, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, ÓRGÃO GERENCIADOR (OG) e EMPRESA REGISTRADA, e pelas testemunhas abaixo relacionadas.

Água Boa, 26 de Fevereiro de 2015.

ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA: MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO 001/2012

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 027

De 04 março 2015

"Dispõe Sobre a Convocação de Candidatos Classificados no Concurso Publico Nº. 001/2012 da Prefeitura Municipal de Água Boa – MT."

O Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, Sr. **MAURO ROSA DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando o interesse publico e a necessidade da Administração Pública e considerando ainda o Edital do Concurso Publico Nº 001/2012.

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam convocados para admissão no cargo público os candidatos classificados no Concurso Público Nº 001/2012, constantes no Anexo I deste Edital;

Art. 2º. Os candidatos classificados e ora convocados neste Edital deverão comparecer à sede da Prefeitura Municipal – Gerência de Pessoal e RH, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste, para que sejam empossados nos cargos a que foram aprovados de acordo com a necessidade da Administração Pública;

Art. 3º. Para a tomada de posse no cargo público, o classificado deverá apresentar a seguinte documentação:

Originais e/oufotocópias

:

a)Comprovante de Escolaridade exigida para o cargo o qual foi aprovado;

b) Ter registro no conselho da respectiva categoria, quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo o comprovante de quitação de anuidade;

c)Carteira Nacional de Habilitação (cargo de motorista);

d)Ter idade mínima exigida para o cargo;

e)Certidão negativa de antecedentes criminais dos últimos cinco anos;

f)Certidão negativa de débitos com o município (Gerência de Tributação);

g) Comprovante de sanidade física e mental (Junta Médica do Município), mediante apresentação dos exames complementares constantes no artigo 7º do Edital de Concurso Público 001/2012;

h) Titulo de eleitor e os 02 (dois) últimos comprovantes de votação ou certidão expedida pelo TRE;

i)Comprovante de Serviço Militar (sexo masculino);

j)01 (uma) foto 3x 4 colorida e recente;

l)Cédula de Identidade – RG;

m) Cadastro de Pessoa Física - CPF;

n)Certidão de nascimento/casamento ou declaração de união estável;

o)Certidão de nascimento dos filhos e dependentes;

p)Comprovante de inscrição no PIS ou PASEP (se possuir);

q)Declaração de não acumulo de cargo público;

r)Declaração de disponibilidade de tempo para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

s)Declaração de bens;

t) Comprovante de endereço.

Art. 4º. A nomeação será feita exclusivamente no regime Estatutário e a jornada de trabalho será aquela constante no Edital Nº. 001/2012.

Parágrafo único – O candidato que não comparecer no prazo estabelecido será considerado desistente.

Art. 5º.Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Água Boa- MT, aos 04 março de 2015.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

CONCURSO PÚBLICO 001/2012

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 027

De 04 março de 2015.

ANEXO I

02.CARGO:MOTORISTA DE VEICULO UTILITARIO

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
00888	PAULO MOURA DE MORAIS	6,78	4º

Água Boa- MT, aos 04 março de 2015.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 023/2015

Contrato 023/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Agua Boa

Contratado: Centermedi Comercio de Produtos Hospitalares

Objeto: Aquisição de medicamento para a farmácia central da secretaria municipal de saúde.

Valor: 82.317,70

Data: 26.02.2015

Vigência: 12 meses

Licitação: 001/2015 PE

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

LEI Nº 1257, DE 03 DE MARÇO DE 2015. (PROJETO DE LEI Nº 1272, DE 26 DE JANEIRO DE 2015, DO EXECUTIVO).

Autoriza o Poder Executivo a Abrir Crédito Adicional Especial no orçamento de 2015, neste primeiro ano de implantação do PCASP e NCASP, na forma que especifica e dá outras providencias.

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de ordinária em 02 de março de 2015, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a proceder a abertura de crédito adicional especial no orçamento de 2015, neste primeiro ano de implantação do PCASP e NCASP, considerando regras específicas do Estado de Mato Grosso Tribunal , na condição de que já exista a despesa orçada até o nível de elemento, sendo a única mudança, a fonte de destinação do recurso.

Art. 2º

- Para cobrir os créditos abertos no artigo anterior serão utilizados os recursos mencionados no art. 43, §1º da Lei Federal nº 4.320/64, os resultantes da anulação de dotação do orçamento de 2015, obedecendo aos termos das Leis Orçamentárias de 2015.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, aos 03 de março de 2015.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 86, DE 03 DE MARÇO DE 2015. (PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 92, DE 29 DE JANEIRO DE 2015, DO EXECUTIVO).

Concede reajuste anual conforme Lei 11.738/2008 (Piso Nacional) aos Profissionais da Educação e dá outras providências.

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão ordinária de 02 de março, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Artº 1º - Fica concedido aos profissionais da educação do município de Água Boa – MT abaixo e nas condições especificadas.

I – A incidir sobre os vencimentos de **13%** aos servidores regidos pela Lei Complementar nº 054/2011.

II – De acordo com a Lei do Piso Nacional (11.738/2008) este reajuste retroage de 1º de Janeiro de 2015, porém a diferença salarial somente será paga aos profissionais conforme a Lei nº 054 de 2011, sendo que os contratados proporcionalmente a partir da data da contratação e para os novos concursados proporcionalmente a partir da data da posse.

III – As reposições da diferença salarial nos termos do inciso anterior serão pagas em apenas 01 (uma) parcela na forma, a saber:

A – A diferença relativa ao mês de janeiro será paga em aproximadamente 30 (trinta) dias da promulgação desta lei, junto com os vencimentos mensais.

Art. 2 º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei são previstas na Lei de Diretrizes Orçamentarias (LDO) e são consignadas em dotações próprias de cada unidade administrativa, pela Lei Orçamentária Anual (LOA).

Art. 3º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, aos 03 de março de 2015.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 028/2015

Contrato 028/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Agua Boa

Contratado: Prestomedi Distribuidora para a Saúde Ltda.

Objeto: Aquisição de medicamento para a farmácia central da secretaria municipal de saúde.

Valor: 14.046,00

Data: 26.02.2015

Vigência: 12 meses

Licitação: 001/2015 PE

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

Esse documento foi assinado por

	Signatário	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Thu Mar 05 22:41:18 UTC 2015
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170114572883537006
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)